Terra Livre

n.59 v.2
jul.-dez./2022

ISSN 2674-8355

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Terra Livre

n. 59 v. 2, 2022

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Coletivo Diretoria Executiva Nacional
Gestão 2020-2022

Diretoria Executiva Nacional

Presidenta
Lorena Izá Pereira (AGB Presidente Prudente)
Charlles da França Antunes (AGB Niterói)

1º Tesoureiro
Felipe Rodrigues Leitão (AGB Fortaleza)

Coordenação de Publicações
Rachel Facundo Vasconcelos (AGB Fortaleza)
Maria Clara Salim Cerqueira (AGB Belo Horizonte)

Comunicações
Igor Carlos Feitosa Alencar (AGB João Pessoa)

Secretario Administrativo
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros

"Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir"

ANO 37 – VOL. 2
NÚMERO 59

TERRA LIVRE
Conselho Científico

Anderson Gabrelon – ABC/SP
André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cristiane Ferreira de Souza França – Fortaleza/CE
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Diógenes Rabello – Presidente Prudente/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Éverton Vinícius Valezio – Campinas/SP
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Garcia Passos – Fortaleza/CE
Felipe Rodrigues Leitão – Fortaleza/CE
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Flamarion Dutra Alves – Alfenas/MG
Gabriel Pedro Alves Lopes – Vitória/ES
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Teramatsu – Campinas/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
Jander Barbosa Monteiro – Fortaleza/CE
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Karinne Wendy S. de Menezes – Fortaleza/CE

- Campinas/SP

Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luciano Pereira Duarte Silva – Campinas/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Otávio Augusto de O. Lima Barra – Fortaleza/CE
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Paulo Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rachel Facundo V. Oliveira – Fortaleza/CE
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Renato Emerson N. dos Santos – Rio de Janeiro/RJ
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Rodrigo Tsuyoshi Takata – Alfenas/MG
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Vitor Mendes Monteiro – ABC/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG
Wagner Wendt Nabarro

Pareceristas Ad Hoc Terra Livre n. 59:

Ailson Barbosa de Oliveira, Anderson Mesquita, André Azoury Vargas, Andrea Bezerra Crispim, Átila de Menezes Lima, Camila Salles de Faria, Cíntia Cristina Lisboa da Silva, Claudemir, Cláudio Smalley Soares Pereira, Cristiane Ferreira de Souza França, Debora Cristina Vieira de Simas, Dennys Henrique Miranda Nunes, Diógenes Rabello, Edson de Morais Machado, Elias dos Santos Silva, Elidiane Silvia Ferreira Fabiano Greter Moreira, Flamarion Dutra Alves, Francismar Cunha Ferreira, Frederico Rodrigues Bonifácio, George Bezerra Pereira, Gilberto Vieira Dos Santos, Guilherme Chalo, Hikaro Kayo de Brito Nunes, Hortência Gomes de Brito Souza, Iran Carlos Lovis Trentin, Isis do Mar Marques Martins Ítala Luzia de Andrade, Janaina Gaby Trevisan, Janio Santos, João Pedro Pereira Caetano de Lima, Jorge Ramón Montenegro Gómez, José Carlos Dantas, José Diego Gobbo Alves, Larissa Araújo Coutinho de Paula, Leandro Vieira Cavalcante, Liliana Gracia Hincapié, Lucas Guedes Vilas Boas, Luciano Duarte, Maglandyo da Silva Santos, Marcia Tavares Nunes, Marina da Silva Teixeira, Marine Dubos Raoul, Oséias Teixeira da Silva, Otávio Augusto de Oliveira Lima Barra, Paulo Cesar Aguiar Junior, Paulo Roberto Teixeira de Godoy, Priscilla Pachi, Rafaela Brito Fardin, Rodolfo Anderson Damasceno Góias, Rodrigo Coutinho Andrade, Rodrigo Guedes, Rogata Soares Del Gaudio,Tereza Sandra Loiola Vasconcelos, Thiago Teixeira da Cunha Coelho, Vinícius Castelo Branco de Aguiar,, Vitor Mendes Monteiro, Wilians Ventura Ferreira Souza.

Editores Responsáveis: Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira e Maria Clara Salim Cerqueira.
Capa: Érica Rodrigues Soares – Associada AGB Campinas (Arte votada para o XX ENG)

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico

1986 – ano 1, v. 1 – impressa
1987 – n. 2 – impressa
1988 – n. 3, n.4, n.5 – impressa
1989 – n.6 – impressa
1990 – n.7 – impressa
1991 – n.8, n.9 – impressa
1992 – n.10 – impressa
1992/93 – n.11/12 (editada em 1996) – impressa
1994, 95,96 – interrompida
1997 – n.13– impressa
1998 – interrompida
1999 – n. 14 – impressa
2000 – n.15 – impressa
2001 – n.16, n.17 – impressa
2002 – ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa
2003 – ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa
2004 – ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa
2005 – ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa
2006 – ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa
2007 – ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
2008 – ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital
2009 – ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
2010 – ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
2011 – ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
2012 – ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
2013 – ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital
2021 – ano 36, v. 1 n. 56 – digital
2021 – ano 36, v. 2 n. 57 – digital
2022 – ano 37, v. 1 n. 58 – digital
2022 – ano 38, v. 1 n. 59 – digital

ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL XII

NOTA EDITORIAL
Um sonho chamado AGB, ou o encontro com o Mundo: À memória e ao legado de Claudinei Lourenço XIV

ARTIGOS

MARCADORES DE GÊNERO E RAÇA NA VIDA DE MULHERES NEGRAS DO ESPAÇO URBANO: DO LIMITANTE DIREITO À CIDADE ÀS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA/ MARKERS OF GENDER AND RACE IN THE LIVES OF BLACK WOMEN IN URBAN SPACE: FROM THE LIMITING RIGHT TO THE CITY TO STRATEGIES OF RESISTANCE/ MARCADORES DE GÉNERO Y RAZA EN LA VIDA DE LAS MUJERES NEGRAS EN EL ESPACIO URBANO: DEL DERECHO LIMITADOR A LA CIUDAD A LAS ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA 38

Larissa Araújo Coutinho de Paula e Rizia Mendes Mares

A GEOGRAFIA DAS MULHERES NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS PERIFÉRICAS: GÊNERO E POLÍTICA NO ESPAÇO FAMILIAR/ *THE GEOGRAPHY OF WOMEN IN PERIPHERIC BRAZILIAN FAMILIES: GENDER AND POLITICS IN THE FAMILY SPACE./ LA GEOGRAFÍA DE LA MUJER EN FAMILIAS BRASILEÑAS PERIFERICAS: GÊNERO Y POLÍTICA EN EL ESPACIO FAMILIAR.* 74

Isis do Mar Marques Martins e Kamilly Antunes de Assis

DOS MOVIMENTOS E DO CORPO-TERRITÓRIO: GRAMÁTICAS ORIGINÁRIAS PARA PENSAR AS GEO-GRAFIAS NO/DO FEMININO/ *OF MOVEMENTS AND BODY-TERRITORY: NATIVE GRAMMAR TO THINK ABOUT GEO-GRAPHIES IN/OF THE FEMININE/ SOBRE LOS MOVIMIENTOS Y EL CUERPO-TERRITORIO: GRAMÁTICAS ORIGINARIAS PARA PENSAR LAS GEO-GRAFÍAS EN/DESDE LO FEMENINO* 102

Victoria Ferreira Oliva, Ginno Pérez, Willian Silva da Rocha

CARTOGRAFIA SOCIAL: PERCEPÇÕES TERRITORIAIS E IDENTIDADE ÉTNICA DO POVO MUNDURUKU DO PLANALTO EM SANTARÉM-PARÁ/ 133

SOCIAL CARTOGRAPHY: TERRITORIAL PERCEPTIONS AND ETHNIC IDENTITY OF THE MUNDURUKU PEOPLE OF THE PLATEAU IN SANTARÉM-PARÁ/ CARTOGRAPHIE SOCIALE: PERCEPTIONS TERRITORIALES ET IDENTITÉ ETHNIQUE DU PEUPLE MUNDURUKU DU PLATEAU À SANTARÉM-PARÁ

Larissa de Sousa Silva e Laisse Andressa Nascimento dos Santos

ESSE POVO QUE NINGUÉM VÊ: : COMUNIDADE DA FIBRA DO BAIRRO INDUSTRIAL ARACAJU- SE/ *THESE PEOPLE NOBODY SEES: THE FIBER COMMUNITY OF THE INDUSTRIAL BAIRRO ARACAJU-SE/ ESTA GENTE NADIE VE: LA COMUNIDAD DE FIBRA DEL BAIRRO INDUSTRIAL ARACAJU-SE* 165

Jorge Edson Santos e Lucas Zenha Antonino

Contaminação, injustiça ambiental e a Pandemia de COVID-19: O agravamento das injustiças no bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro)/ *CONTAMINATION, ENVIRONMENTAL INJUSTICE AND THE COVID-19 PANDEMIC: THE AGGRAVATION OF INJUSTICES IN THE SANTA CRUZ DISTRICT (RIO DE JANEIRO) / CONTAMINACIÓN, INJUSTICIA AMBIENTAL Y LA PANDEMIA DE COVID-19 : EL AGRAVAMIENTO DE LAS INJUSTICIAS EN EL BARRIO DE SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO)* 211

Vinicius Rezende Carvalho e Thiago Roniere Tavares

EXPANSÃO DA COVID-19 EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: IMPLICAÇÕES PARA A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO/ *EXPANSION OF COVID-19 IN THE AMAZON PROTECTED AREAS: IMPLICATIONS FOR SPATIAL MOBILITY OF THE POPULATION IN THE LOWER RIO NEGRO MOSAIC/ EXPANSIÓN DE LA COVID-19 EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN EN LA AMAZONÍA: IMPLICACIONES PARA LA MOVILIDAD ESPACIAL DE LA POBLACIÓN EN EL MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO* 246

José Diego Gobbo Alves, Julia Corrêa Côrtes e Álvaro de Oliveira D'Antona

A GEOGRAFIA DA SAÚDE E OS GRANDES ENCONTROS GEOGRÁFICOS NA PANDEMIA/ *THE GEOGRAPHY OF HEALTH AND THE MAJOR GEOGRAPHIC ENCOUNTERS IN THE PANDEMIC/ LA GEOGRAFÍA DE LA SALUD Y LOS* 286

PRINCIPALES ENCUENTROS GEOGRÁFICOS DURANTE LA PANDEMIA

João Pedro Pereira Caetano de Lima, Pedro Henrique Rocha e Pedro Henrique Rocha

TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE RESIDENCIAL NA PERIFERIA METROPOLITANA: ESTRATÉGIAS E CONJUNTURAS/ *RESIDENTIAL MOBILITY TRAJECTORIES IN THE METROPOLITAN PERIPHERY OF METROPOLITAN REGION OF VITÓRIA: STRATEGIES AND SITUATIONS / TRAYECTORIAS DE LA MOVILIDAD RESIDENCIAL EN LA PERIFERIA METROPOLITANA DE LA RM DE VITÓRIA: ESTRATEGIAS Y SITUACIONES* 337

Ednelson Mariano Dota

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS CHINESES NO CEARÁ / *AN ANALYSIS OF SINO-BRAZILIAN RELATIONS IN THE 21 ST CENTURY: CHARACTERISTICS AND CHALLENGES FACED BY THE CHINESE IN CEARÁ/ UNE ANALYSE DES RELATIONS SINO-BRÉSILIENNES AU 21 ÈME SIÈCLE : CARACTÉRISTIQUES ET DÉFIS RENCONTRÉS PAR LES CHINOIS AU CEARÁ* 369

Elidiane Silvia Ferreira

ESTIGMA TERRITORIAL E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA/NA PERIFERIA: O CASO DO PIMENTAS (GUARULHOS-SP)/ *TERRITORIAL STIGMATE AND SOCIO-SPATIAL DIFFERENTIATIONS OF/IN THE PERIPHERY: O CASO DO PIMENTAS (GUARULHOS-SP)/ STIGMATE TERRITORIAL ET DIFFÉRENCIATIONS SOCIO-SPATIALES DE/DANS LA PÉRIPHÉRIE: LE CAS DE PIMENTAS (GUARULHOS-SP)* 396

Taís Souza da Cruz e Jean Legroux

CONTRADIÇÃO DO CAPITAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO PERIFERIA: DA CRISE DA FORMA-VALOR À EMERGÊNCIA DA FORMA-PERIFERIA/ *CONTRADICTION OF CAPITAL AND THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AS PERIPHERY: FROM THE CRISIS OF VALUE-FORM TO THE EMERGENCE OF PERIPHERY-FORM/ CONTRADICCIÓN DEL CAPITAL Y PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO COMO PERIFERIA: DE LA CRISIS DE LA FORMA-VALOR A LA EMERGENCIA DE LA FORMA-PERIFERIA* 436

Thiago Canettieri

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELO GOVERNO BOLSONARO/ *THE DISMANTLING OF PUBLIC* 464

POLICY FOR COEXISTENCE WITH THE SEMIARID BY BOLSONARO'S GOVERNMENT/ EL DESMONTAJE DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVENCIA CON EL SEMIÁRIDO POR PARTE DEL GOBIERNO BOLSONARO

Leandro Vieira Cavalcante e Jackson Araujo de Sousa

AS MÚLTIPLAS FACES DA DIFERENÇA: EXPANSÃO URBANA E DIFUSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO BAIRRO PRESIDENTE KENNEDY, FORTALEZA/CEARÁ/ *THE MULTIPLE FACES OF DIFFERENCE: DIFFUSION OF SOCIO-SPACE INEQUALITIES IN THE PRESIDENT KENNEDY NEIGHBORHOOD, FORTALEZA / CEARÁ/ LAS MÚLTIPLES FACETAS DE LA DIFERENCIA: DIFUSIÓN DE LAS DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIALES EN EL BARRIO PRESIDENTE KENNEDY, FORTALEZA/CEARÁ* **506**

Ingrid Gomes da Silva e Camila Dutra dos Santos

ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES E CATADORAS: UMA ESTRATÉGIA PARA "SEGUIR EM FRENTE" E SEUS EFEITOS SEGUNDO A PERCEPÇÃO DE LÍDERES CATADORES NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PARANÁ// *WASTE PICKER ASSOCIATIONS AND COOPERATIVES: A STRATEGY TO "MOVE FORWARD" AND ITS EFFECTS ACCORDING TO THE PERCEPTION OF WASTE PICKER LEADERS IN THE MICROREGION OF TOLEDO, PARANÁ/ ASSOCIATIONS ET COOPÉRATIVES DES RÉCUPÉRATEURS ET DES RÉCUPÉRATRICES : UNE STRATÉGIE POUR "AVANCER" ET SES EFFETS SELON LA PERCEPTION DES LEADERS DES RÉCUPÉRATEURS DANS LA MICRORÉGION DE TOLEDO, PARANÁ* **544**

Tainara Ianka Maas e Fábio de Oliveira Neves

SUBVERTER O PATRIMÔNIO CULTURAL: PERIFERIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL/ *SUBVERTING CULTURAL HERITAGE: URBAN PERIPHERY AND SOCIAL PARTICIPATION / PATRIMONIO CULTURAL SUBVERTIDO: PERIFERIA Y PARTICIPACIÓN SOCIAL*

592

Simone Scifoni

RUAS E GALERIAS: : UMA DISCUSSÃO SOBRE ESPAÇO, ARTE PÚBLICA E ARTE URBANA/ / *STREETS AND GALLERIES: A DISCUSSION ABOUT SPACE, PUBLIC ART AND URBAN ART/ RUES ET GALERIES : UNE DISCUSSION SUR L'ESPACE, L'ART PUBLIC ET L'ART URBAIN* **621**

Dennys Henrique Miranda Nunes

ESPACIALIDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A NECESSÁRIA DESCONSTRUÇÃO DE DISCURSOS AUTORITÁRIOS E EXCLUDENTES/*SPATIALITY AND EDUCATIONAL POLICIES: THE NECESSARY DECONSTRUCTION OF AUTHORITARIAN AND EXCLUDING DISCOURSES/ ESPACIALIDAD Y POLÍTICAS EDUCATIVAS: LA NECESARIA DECONSTRUCCIÓN DE LOS DISCURSOS AUTORITARIOS Y EXCLUYENTES* 664

Maria Cristina Borges da Silva e Roberto Filizola

A IDEOLOGIA NACIONAL BRASILEIRA COMO FERRAMENTA POLÍTICA : ORDEM, PROGRESSO, CONSERVADORISMO E COERÇÃO// *BRAZILIAN NATIONAL IDEOLOGY AS A POLITICAL TOOL: ORDER, PROGRESS, CONSERVATISM AND COERCTION/ L'IDÉOLOGIE NATIONALE BRÉSILIENNE COMME OUTIL POLITIQUE: ORDRE, PROGRÈS, CONSERVATISME ET COERCTION* 703

Luciana Soares, Rogata Soares Del Gaudio e Doralice Barros Pereira

GEOGRAFIA E LAND GRABBING: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO GEOGRÁFICA DO CONTROLE DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XXI/ *GEOGRAPHY AND LAND GRABBING: ELEMENTS FOR A GEOGRAPHICAL UNDERSTANDING OF TERRITORY CONTROL IN THE 21ST CENTURY/ GEOGRAFÍA Y ACAPARAMIENTO DE TIERRAS: ELEMENTOS PARA UNA COMPRENSIÓN GEOGRÁFICA DEL CONTROL DEL TERRITORIO EN EL SIGLO XXI* 741

Lorena Izá Pereira

DISCURSO GEOGRÁFICO E AUTORITARISMO: O ESTRANGEIRO DE PLÍNIO SALGADO/ *GEOGRAPHICAL SPEECH AND AUTHORITARIANISM: O EXTRANGEIRO BY PLÍNIO SALGADO/ DISCOURS GÉOGRAPHIQUE ET AUTORITARISME : O EXTRANGEIRO DE PLÍNIO SALGADO* 772
]

Alan Daniel de Brito Mello

ANÁLISE HISTÓRICA DA (DES)CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO (1930-2022): EVOLUÇÃO, CONFLITOS E PERSPECTIVAS/ *HISTORICAL ANALYSIS OF (DE)CENTRALIZATION OF* 804

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN BRAZIL AND IN THE WORLD (1930470-2022): EVOLUTION, CONFLICTS AND PERSPECTIVES/ ANÁLISIS HISTÓRICO DE LA (DES)CENTRALIZACIÓN DE LA GESTIÓN AMBIENTAL EN BRASIL Y EN EL MUNDO (1930-2022): EVOLUCIÓN, CONFLICTOS Y PERSPECTIVAS

Brenda Almeida Lima, Dionel Barbosa Ferreira Júnior e Felipe Fernando da Silva Siqueira

ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, UM TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA": TERRITORIALIDADES, CONFLITUALIDADES E (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA NA CHAPADA DO APODI/CE / *ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, A TERRITORY OF RESISTANCE": TERRITORIALITIES, CONFLICTS AND PEASANT (RE)PRODUCTION IN CHAPADA DO APODI/CE/ "ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, TERRITORIO DE RESISTENCIA": TERRITORIALIDADES, CONFLICTUALITIES Y (RE)PRODUCCIÓN CAMPESINA EN CHAPADA DO APODI/CE* 834

Rafaela Lopes de Sousa e Camila Dutra dos Santos

NORMAS 878

Editorial

Caros leitores e leitoras, as nossas saudações AGBeanas,

A Revista Terra Livre (TL) apresenta, em seu 37º ano, a sua edição de número 59, volume 2 referente ao período de agosto - dezembro de 2022. É com um misto de sentimentos, alegria, resistência e resiliências, pela divulgação de mais uma edição; e uma tristeza pela passagem do nosso companheiro de Associação dos Geógrafos e Geógrafas Brasileiros (AGB) e ex-editor da nossa TL: o Professor Dr. Claudinei Lourenço da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), associado da Seção Local Belo Horizonte (SL-BH) falecido no dia 21 de maio de 2023. Ele foi membro do coletivo de publicação da revista durante as edições n.35 (2010), n. 36 (2011), n.41 (2013) e n.42 (2014). Em nome do Coletivo de Publicações da AGB, registramos aqui nossos sinceros sentimentos aos amigos e familiares desse companheiro de editoração da Terra Livre e de AGB. Apresentamos, na sequência, uma nota editorial elaborada pelos companheiros da Seção Local Belo Horizonte, que puderam construir nossa entidade cotidianamente com o Prof. Claudinei.

A Terra Livre vem, desde a sua criação em 1986, tentando cumprir a função de contribuir com os debates do campo da Geografia. Criada por uma demanda da entidade de se voltar a questões externas à entidade, a "transpor os muros da comunidade geográfica ", a publicação cumpre o seu papel de fomentar os debates dos mais diversos desta disciplina múltipla e plural. A chamada desta edição foi relacionada ao tema atribuído ao XX Encontro de Nacional de Geografia: "*Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir*", ocorrido no formato remoto, devido ainda às condições técnicos sanitárias da pandemia da COVID-19 durantes os dias 20 a 24 de julho de 2022.

Esta temática gira em torno da ideia de periferia, das margens, do e no Brasil. As bases estruturais da sociedade capitalista e da colonialidade dão o tom aos discursos classistas, fascistas, racistas, sexistas, homofóbicos, xenófobos e higienistas que reverberaram de maneira forte dentro das cinco macroregiões do país. Com a pandemia

da COVID-19, os problemas relativos ao sistema democrático foram acentuados, o que se refletiu além da política, social, econômica, e culturalmente.

A Geografia surge como campo de crítica social para questionar estruturas hegemônicas, subordinações imperialistas e subimperialistas, hierarquias e normalizações que ocultam as diversidades sob as quais nossa sociedade se constrói e se reproduz. Este quadro alerta para a necessária defesa da Ciência contra o negacionismo, num contexto de desmonte da saúde pública - sempre tomando cuidado para que a defesa da ciência não se torne uma defesa cega pela ciência dura, construída apenas pelos métodos positivistas e negando quaisquer outras formas de reflexão. Assim surge a elaboração desta edição, num momento em que brota a esperança após a pandemia da Covid-19 e os novos rumos políticos democráticos do país.

Durante a feitura desta publicação, ocorreu ainda o X Encontro Nacional de Ensino de Geografia, mais conhecido como Fala Professor(a)!, evento promovido pela a AGB voltado para os debates relacionados ao ensino de Geografia e suas múltiplas interface ligadas a educação, política, cultura e economia. O evento ocorreu entre os dias 17 a 22 de julho de 2023 na cidade Fortaleza, em parcerias com as universidades locais e a Seção Local (SL) Fortaleza em conjunto com as outras SL e o Coletivo de Diretoria Executiva Nacional (DEN) da AGB.

Dentro de uma conjuntura de necessidade de validação científica nos remetemos a um pequeno trecho da crônica intitulada: "A última crônica" do autor Fernando Sabino que afirma: " [...] Democracia é oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, depende de cada um [...]" (1965, n.p). Esses versos foram construídos em período de auge da ditadura militar, porém super atuais nos dias atuais em que vivemos momento obscuros da nossa democracia nacional. Porém , alguns raios de esperanças e medo surgem.

Trazemos uma reflexão e um alerta sobre como: "grandes poderes trazem grandes responsabilidades", no que fazer e na divulgação de Pesquisa Científicas exigem. Vivenciamos um momento em que as soluções fáceis surgem, se populariza o acesso à Inteligência Artificial (AI) e/ou *Chatbot:* um programa de computador que simula a interação humana. A produção científica se encontra num contexto de cuidados extras com plágios e cópias, conceitos cada vez mais confusos diante das possibilidades que se

apresentam. Expormos, com isso, a nossa preocupação com o "futuro", futuro esse que já aparece na janela das universidades e das escolas, de como lidar com essas novas possibilidades.

Nada está solto… nem ocorre por acaso, existe um fio condutor, as vezes visíveis outras vezes nem tanto que interliga tudo… Por isso, o fazer Ciência deve ser algo tão ético e reflexivos, não precisa ser duro , mas precisa ser verdadeiro e não instrumento de mentiras e negacionismo podem ser armas de destruição de massas, quando caem em mão egoístas. Assim , expomos essa breve reflexão , pois como coletivo de publicação nos sentimos responsáveis pela divulgação de conhecimentos, por isso levamos com ética e seriedade o que publicizar em cada edição.

Com estas breves considerações convidamos todas as pessoas a lerem essa edição composta por 23 artigos. Os textos tem um fio condutor guiado pelo tema já apresentado, e versam diversas temáticas: questão de gênero, migração, mobilidade do trabalho, os impactos da pandemia da COVID-19 em diversas realidades, as desigualdades sociais nos centros urbanos, no campo, na região semiárida, dentre outros.

Convidamos a toda comunidade científica, simpatizantes, curiosos e associados da AGB a se deleitarem com essa publicação, ajudarem a divulgar e contribuírem com suas reflexões geográficas produzidas nacionalmente.
Encerramos esse editorial em duas partes com esse pequeno trecho da canção de Milton Nascimento, Encontros e Despedidas (1985), para introduzir a nota de homenagem ao ex-editor da TL, professor boêmio Dr. Claudinei Lourenço.

"O trem que chega
É o mesmo trem da partida
A hora do encontro é também despedida
A plataforma dessa estação
É a vida desse meu lugar [...]"

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, M.; BRANT, F. **Encontros e Despedidas**. Rio de Janeiro: PollyGram, Gravadora Philips, 1985. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FiLYn6Xkn8U&ab_channel=sergioeye1. Acesso em 1 jul. 2023.

SABINO, F. Última Crônica. *In*: **A Companheira de Viagem**, Editora do Autor - Rio de Janeiro, 1965.

Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira
Maria Clara Salim Cerqueira
(Coletivo de Publicações da DEN/AGB)

Nota Editorial

Um sonho chamado AGB, ou o encontro com o Mundo:

À memória e ao legado de Claudinei Lourenço

Por AGB Seção Local Belo Horizonte

> *"Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo... eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa. O senhor concedendo eu digo: para pensar longe, sou cão mestre – o senhor solte em minha frente uma ideia ligeira, e eu rastreio essa ideia por fundo de todos os matos, amém!".*
> *(João Guimarães Rosa)*

> *"Entre as inúmeras experiências do movimento pelo mundo, desde o flâneur até o derivante, passando pelo caminhante solitário em devaneio, o migrante em desespero e o turista em comoção monetarizada, há aquelas em que o objetivo do andar encontra-se nesse próprio fundamento. Trata-se, portanto, da produção de ritmos. Ritmo que se relaciona, essencialmente, ao movimento de abstração. Não se trata de propor uma prática estilista, [...], mas de dar voz aos fatos da história".*
> *(Claudinei Lourenço)*

Não é sem dificuldades que sentamos para escrever sobre o professor, amigo e companheiro agebeano Claudinei Lourenço. De um lado, porque sua partida precoce no último dia 21 de maio ainda é ferida aberta, difícil de ser tocada. De outro, porque sistematizar em palavras – ainda que assumindo a inescapável parcialidade destas – o legado deixado por Claudinei é tarefa complexa. Não apenas porque as palavras correm o risco de matar aquilo que deveriam expressar, mas porque elas correm o risco, dado o contexto, de serem confundidas com uma homenagem. Certa feita, o filósofo alemão Theodor Adorno, autor fundamental na trajetória intelectual de Claudinei, já se levantara contra aquilo que se costuma chamar de homenagem; pois esta "anuncia a pretensão insolente de quem detém a questionável sorte de viver mais tarde, obrigado [...] a ocupar-se daquele sobre quem tem de falar, de destinar soberanamente ao morto seu lugar, colocando-se de algum modo acima dele" (ADORNO, 2013, p.71).

Esse pequeno texto não tem, portanto, qualquer pretensão de se constituir como uma homenagem; mesmo porque, caso aqui estivesse, Claudinei certamente não ficaria confortável com tal forma. É antes – dialogando com os termos com os quais ele mobilizou na apresentação de sua tese de doutorado – um fato de lembrança que possibilita de algum modo dar voz aos fatos da história. O trecho de Walter Benjamin em *Sobre o conceito da História* utilizado como epígrafe dessa mesma tese indica o movimento:

> Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos (BENJAMIN, 1985, p.231).

Nesta medida, falar de Claudinei é incontornavelmente falar daquilo que o constituiu e simultaneamente daquilo que ele próprio contribuiu para constituir, em especial a AGB e algumas gerações de agebeanos. É o próprio Claudinei que nos apresenta o princípio dessa história. Na já mencionada apresentação de sua tese sobre a Paisagem no *Kosmos* de Humboldt, ele retrata uma cena de 1985, mais especificamente a sua primeira semana no curso de graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Era mais um verão de forte calor em Presidente Prudente e o departamento havia proposto um "banquete geográfico" com "o professor Milton Santos com sua bela camisa verde, o professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro com sua camisa branca de flores amarelas e vermelhas, o professor Armando Corrêa da Silva sem o seu incorroível paletó azul, o professor Antônio Carlos Robert de Moraes com seu 'Tonico' à frente" (LOURENÇO, 2002, p.1).

Em suas palavras, "o princípio era a festa" (ibidem, p. 2). E a festa havia sido anunciada pelo professor Carlos Augusto com o seguinte alerta aos recém-ingressos no curso de Geografia: "se eu fosse vocês, estudaria menos e aproveitaria mais a vida". "Para quem começava um curso universitário era um conselho estranho. Só pude imaginar que a Geografia era a madrasta e nós as cinderelas interditadas" (ibid.). A questão estava colocada, e se parecia haver, "como se podia suspeitar naquelas palavras, uma oposição entre viver e estudar

geografia", tornava-se necessário refletir se o mais adequado seria sair "correndo para o parque do povo, como um boi em legítimo estouro" ou resignar "tal e qual o novilho na rampa do altar". A resposta foi dada: "das duas, três". Era preciso encontrar "a possibilidade do terceiro termo da metáfora", que Claudinei encontrou no *fazer geográfico*.

O *fazer geográfico* lhe foi o interstício encontrado entre "viver" e "estudar geografia". Por isso, defendia ele, "a Geografia é um convite para a festa". É uma oportunidade de viajar e aprender, de andar e olhar, de observar e refletir. O *fazer geográfico* está tanto na leitura de uma obra clássica quanto na janela de um ônibus enquanto se viaja, é a brecha deixada para articular aquilo que se vê com aquilo que se pensa, amparando-se no amplo repertório conceitual herdado pela tradição do pensamento geográfico.

Para a possibilidade desse terceiro termo, formula Claudinei, "muito contribuiu o sonho chamado AGB" (ibid). A Associação dos Geógrafos Brasileiros foi para ele o lugar que lhe permitiu solucionar o dilema entre estudar e viver. Logo, contudo, Claudinei perceberia que esse terceiro termo não poderia apenas e tão somente ser encontrado como algo dado, pronto e acabado; tinha de ser, antes de mais nada, produzido, construído coletivamente.

A trajetória de Claudinei Lourenço como geógrafo é indissociável de sua carreira como educador e como agebeano. Foram aproximadamente trinta e cinco anos de atuação na AGB, concomitantes às quase quatro décadas de dedicação ao ensino e à educação, atuando como professor nos níveis fundamental, médio e superior. Sua jornada teve início ainda durante o segundo período da graduação, quando assumiu o cargo de inspetor de alunos na EEPG Dr. João Franco de Godoy, em Presidente Prudente, posição que exerceu desde 1985 até o início de 1990. Nesse período, paralelamente aos estudos, foi membro da Seção Local Presidente Prudente e participou em Maceió/AL do VII Encontro Nacional de Geógrafos, o seu primeiro de oito. Ainda em sua cidade natal, em 1990, participou da elaboração e implementação do projeto "Bibliotecas em Sala de Aula" na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP) e se tornou

professor de Geografia na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Em 1991 participaria pela primeira vez do Fala Professor(a)!, em evento realizado em São Paulo – desde então, Claudinei esteve presente em todas as edições deste Encontro até 2019.

Em 1992 Claudinei se mudou para a capital do estado em razão de seu ingresso na pós-graduação em Geografia Física pela Universidade de São Paulo. A partir de então até 1997, tornou-se membro da AGB Seção Local São Paulo. Entre 1992 e 1993, lecionou como Professor de Geografia na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Ainda durante seus estudos de mestrado, começou a lecionar em instituições de ensino superior, ocupando o cargo de Professor Adjunto no Departamento de Geografia da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e, simultaneamente, assumindo a função de Professor Assistente no Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Santo Amaro (UNISA) entre 1995 e 1997. Neste período, a dedicação de Claudinei não se restringiu apenas à sala de aula; ele também se engajou ativamente no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, assumindo o papel de Tesoureiro da Regional de São Paulo na Gestão 1996-1998. Vale ainda notar e anotar que ele foi um dos responsáveis editoriais pelo volume 13 (1997) do periódico *Universidade e Sociedade*, publicado por este sindicato, tarefa que anos mais tarde voltaria a assumir na AGB, como membro do Coletivo de Publicações da entidade.

Concluiu sua dissertação de mestrado em 1996 e logo em seguida iniciou o Doutorado em Geografia Humana, também na USP. Ao final de 1997, foi aprovado como Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Durante os 25 anos que permaneceu em Belo Horizonte, a AGB foi indissociável de seu cotidiano e suas práticas. Claudinei sempre foi figura presente na Seção Local Belo Horizonte, onde quase todos os associados foram seus estudantes e quase invariavelmente chegaram à entidade graças a ele. Em suas aulas, estimulava e cobrava a participação dos estudantes como agentes importantes para a construção de conhecimentos. Era um grande entusiasta das atividades de campo como ferramenta intervenção na

realidade, tendo conduzido diversas turmas de alunos pelos caminhos do sertão, no Morro da Garça, pelas ladeiras de Diamantina, pelos meandros da metrópole de Belo Horizonte e tantos outros lugares. Claudinei, que durante dezoito anos (2005-2023) ministrou a disciplina de *Introdução à Geografia*, sempre reservava uma de suas aulas para apresentar a história da AGB; mais que uma apresentação era um convite – um convite para a festa, para o "terceiro termo". Convite esse que muitos de nós, em algum momento, decidiu aceitar.

Para além da atuação que não cabe em nominatas, Claudinei foi diretor da Seção Local Belo Horizonte (2016-2018) e membro da Diretoria Executiva Local em outras tantas gestões. A nível nacional foi Coordenador de Publicações da Diretoria Executiva Nacional (2010-2012), oportunidade na qual atuou para aprofundar o compromisso da entidade com as mais diversas lutas sociais. Logo ao se tornar responsável pela Revista *Terra Livre,* fez questão de revisitar a primeira edição de 1986 em que foram anunciados os princípios da entidade com relação às publicações, isto é, de "veicular artigos que manifestem compromissos com as lutas da sociedade", e centrados em "questões mais gerais e diretamente relacionadas com os principais problemas enfrentados pela sociedade brasileira". Claudinei fez deste compromisso o norteador de sua atuação. Claudinei foi ainda presidente da Comissão Organizadora do XVII ENG (2012) e membro da Comissão Organizadora local do IX Fala Professor(a)! (2019), ambos realizados em Belo Horizonte.

Se a atuação comprometida e não raro irreverente de Claudinei na AGB certamente não é desconhecida aos agebeanos de longa data, sua trajetória de estudos e pesquisas talvez seja um pouco menos conhecida. Pensamos então que revisitá-la talvez contribua para adentrar outros movimentos de seu pensamento, ao mesmo tempo em que talvez permita compreender um pouco melhor sua prática docente, bem como sua prática na própria entidade.

Em sua trajetória intelectual, Claudinei se ocupou de temas diversos: a questão agrária em livros didáticos de Geografia, o conceito de natureza no ensino de Geografia, o conceito de paisagem no *Kosmos* de Humboldt, a

mobilidade do trabalho, a crítica do valor e a importância da atividade de campo em Geografia, apenas para citar alguns. Temas que a um primeiro *olhar* parecem distantes entre si. Talvez também por isso, o *olhar* fosse tão importante para Claudinei. Sua tese sobre paisagem evidencia essa preocupação com o olhar que, ao não se restringir ao campo teórico, transborda para a prática desafiando o leitor – como lhe era costumeiro – antes mesmo deste adentrar ao texto propriamente dito. Na versão impressa de sua tese, os agradecimentos, que tradicionalmente compõem todos os textos deste tipo, parecem ausentes. Só podem ser notados caso se observe atentamente uma página que parece ser dedicada apenas à epígrafe e à dedicatória. Só nela notar-se-á, em segundo plano, digitado em máquina de escrever, quase imperceptível, os nomes de "todos que fizeram a história desta Tese". Ali, de certo modo, já está contida a tese: a paisagem não é um fato ontológico do mundo, não é um objeto externo ao sujeito. Existe apenas e tão somente na relação estabelecida entre a objetividade do Mundo e a capacidade de observação daquele vê. E nessa relação, o que é menos visível, o que mais facilmente pode passar despercebido, talvez seja o mais decisivo. Mas isso é algo que, trazendo ao baile outro autor caro a Claudinei, "não está na saída nem na chegada", já que o real "se dispõe para a gente é no meio da travessia" (ROSA, 1994, p.85). Ambulemos então, ainda que de forma obviamente parcial, pela travessia feita pelo caminhante convicto e observador atento, Claudinei.

Claudinei concluiu o curso de graduação em 1990 com uma monografia sobre a questão agrária em livros didáticos de Geografia, inicialmente orientada por Cláudio Benito Ferraz e, posteriormente, por Antonio Thomaz Júnior. Valendo-se, naquele momento de elementos da análise do discurso, começam a ganhar forma elementos que mais tarde reapareceriam como decisivos na sua trajetória: o debate sobre linguagem, o ensino de Geografia, os livros didáticos. Dois anos mais tarde, foi aprovado no mestrado em Geografia Física na USP, sob orientação de Gil Sodero de Toledo. O temário da pesquisa agora era o conceito de natureza em livros didáticos de Geografia. A motivação para a temática é explicitada pelo próprio autor:

> Vivemos, segundo alguns, um período marcado pela emergência da preocupação com a natureza, com desdobramentos em diversos setores da sociedade. Seja como uma preocupação sediada na produção científica, seja como movimento político governamental ou não-governamental, ou ainda, como movimento de apropriação publicitária, a natureza e os temas e problemas que a caracterizam colocam-se hoje no centro de variadas discussões. Surge então um questionamento que, na sua forma mais ampla, quer saber o porquê de tal fenômeno (LOURENÇO, 1996b, p.27-8).

Por um lado, delineia-se aí uma preocupação até certo ponto epistemológica com a ciência parcelar da Geografia, sua história e a história dos conceitos por ela mobilizados. Em seus termos:

> Como, quando, onde e por que a Geografia torna-se um conhecimento destinado ao público? Quais as possíveis respostas para o fato de uma forma específica de conhecimento de determinado aspecto da realidade constituir-se, não apenas em uma ciência, mas em uma modalidade de conhecimento que vai adquirir trânsito e chegar ao público de uma forma mais ampla através de uma instituição como a escola? (ibidem, p.11).

Por outro lado, é anunciada outra problemática que, tal como a primeira, não sairia mais do horizonte de questões mobilizadas em sua prática. Trata-se da dimensão da crise do capital, que de modo algum é crise apenas econômica. É também crise social, humanitária, política, energética, cultural, sanitária etc. Claudinei se aproximava do caráter incontornável dessa crise fundamental a partir de sua dimensão ambiental; e já ali anunciava preliminarmente a amplitude e escala da questão.

> Aquilo que está colocado para nós como crise ecológica, crise ambiental, ou ainda questão ambiental, leva, de início ao que faz com que fenômenos tão díspares como o do destino do lixo urbano e o da suposta diminuição da camada de ozônio sejam englobados nessa genérica denominação e também o porquê da evidência atual tão enfática (ibidem, p.28).

Se os resultados mais imediatos obtidos, calcados em uma vasta pesquisa documental e bibliográfica – que abarcava livros didáticos e paradidáticos publicados no país desde 1817 até 1995 –, sinalizavam para um rico panorama sobre como a natureza era abordada nos livros de Geografia, desdobramentos de ainda maior fôlego já apareciam como apontamentos. A travessia de pesquisa permite a ele notar que "a discussão sobre o que será considerado como natureza pela Geografia passa necessariamente por esse corte epistemológico, que, diga-se,

transcende em muito um campo particular do conhecimento, e também pelo corte do desenvolvimento interno da Geografia em sua história" (ibidem, p.32) E, como formularia mais tarde em sua tese, "não sendo o mundo monopólio da Geografia" (LOURENÇO, 2002, p.131), fazia-se necessário extrapolar os limites epistemológicos mais imediatos dessa ciência parcelar caso se quisesse avançar em direção ao "encontro do Mundo". Seria necessário ir além da Geografia, mas a partir dela. E não é sem importância que tenha sido um geógrafo como Jean Tricard a ressoar para Claudinei o que mais tarde ele chamaria de "necessidade da paisagem": "a paisagem, como já disse Tricart, [...], aponta para a visão sintética da realidade, ou seja, como um conjunto das manifestações visuais dos fenômenos, a paisagem serve-nos, assim, como porta de entrada nos questionamentos dessa realidade" (LOURENÇO, 1996b, p.168).

Concomitantemente, o estudo da *Dialética, Ciência e Natureza* do filósofo José Maria de Freitas Branco e da *A história da ideia de natureza* do historiador Robert Lenoble reforçava a necessidade de compreensão das mediações entre sociedade e natureza que produziam a natureza mesma como *momento* da produção do real. Nos termos de Lenoble, citados na Dissertação:

> Campo cerrado dos deuses indulgentes ou maliciosos, domínio esplêndido e harmonioso dos deuses-astros, escala graduada de perfeições que, da mais humilde, remontam ao Primeiro Móbil e ao Primeiro Motor, Deusa inconsciente dos estoicos, criação, para o Hebreu da Bíblia, de um Deus que prepara a morada do homem, regresso do grande Pan com os filósofos do Renascimento, e, alguns anos mais tarde, mecânica, dada pelo Criador ao homem que aprende a manejá-la como um brinquedo, novo ídolo do naturalismo do século XVIII, espécie de deus esvaziado pela física mecanicista dos traços que, nos Antigos, atraíam as orações e a humilde submissão, mecânica louca posta em movimento por um aprendiz de feiticeiro, que teme perecer na aventura. Mãe Natureza de Lucrécio e de Diderot, silêncio que assusta Pascal, madrasta que vota seus filhos à luta pela vida segundo Darwin e Karl Marx; quando é que a Natureza foi alguma vez um 'facto' para o sábio, quando é que foi ela própria? (LENOBLE, 1990, p.317).

Se a natureza, como demonstrou Lenoble, não se constituiu em nenhum momento histórico como um fato, se nunca pôde ser um *em si*, é porque necessariamente se produziu na relação dialética entre cultura e natura. Aí se formula algo que seria decisivo nas elaborações posteriores de Claudinei: a compreensão de que "o estatuto ontológico empírico da paisagem, como já

demonstrado, não está no mundo pressuposto como real nem no homem pressuposto como sujeito, mas na conexão (*Zusammenhang*) ou síntese (*Zusammenschau*) entre as possibilidades de ambos na forma de uma sociedade específica" (LOURENÇO, 2002, p.131).[1]

A escolha pelo estudo da paisagem no *Kosmos* de Humboldt na tese de doutorado não era contingente, portanto. Em um de seus aspectos, essa escolha dialogou com a compreensão de que o mundo, não monopolizado pela episteme geográfica, precisava ser escrutinado a partir de outras aproximações, sem que estas escamoteassem a Geografia. Humboldt, por seu tempo histórico, fornecia exatamente essa possibilidade. Sua obra está situada em um período cuja sistematização disciplinar moderna ainda não se realizara, ao mesmo passo em que sua obra mesma já anunciava essa sistematização. Se Humboldt era de certo modo o último dos clássicos e o primeiro dos modernos, "em sua longa vida de intensas atividades científicas" ele "estudou, produziu, coligiu, sistematizou e aplicou um conjunto importante de teorias, leis, princípios, métodos, técnicas e resultados de várias 'áreas' do conhecimento" (ibidem, p.11), de modo que "tomar contato com a obra de Humboldt é tomar contato com a quase totalidade da produção científica de seu tempo em diversos graus de qualidade e gênero" (ibidem, p.12).

A obra de Humboldt também forneceria – não apenas no *Kosmos*, mas também nos *Quadros da Natureza* – os elementos para levar a termo aquela "necessidade da paisagem" anunciada a Claudinei por Jean Tricard. Por fim, a centralidade das expedições de campo em Humboldt, uma espécie de encontro com o Mundo, não apenas com o mundo natural, mas também como o Outro cultural, fazia com que a obra humboldtiana cumprisse um terceiro movimento – aquele no qual o Mundo, tornado paisagem, tornado *quadro da natureza*, aos

[1] Na entrevista que realizou com Douglas Santos (publicada na Terra Livre n.38), o fundamento de tal mediação aparece. Quando Santos formula que uma limitação radical da tradição positivista de apreensão do real estaria no fato de esta reconhecer o objeto prescindindo do conhecimento do sujeito, por isso sendo capaz "de afirmar que o objeto da Geografia é o espaço", mas sendo incapaz "de dizer o que é espaço" (SANTOS, 2012, p.186-7); Claudinei completa que o inverso – "falar dos sujeitos" – tão pouco é capaz de dissolver o enredamento colocado. Apenas no encontro na relação entre sujeito e objeto e, portanto, no encontro do homem com o Mundo, no movimento, na travessia, o conhecimento pode proceder.

olhos do observador moderno se produzia necessariamente na relação entre sujeito e objeto, entre cultura e natura e não como um simples pressuposto.

No doutorado, Claudinei saía do Programa de Geografia Física para o de Geografia Humana da USP. Sob orientação do professor Heinz Dieter Heidemann, ele estreita sua aproximação com as formulações do pensador alemão Robert Kurz. Se, desde a graduação, autores clássicos do marxismo não lhe eram estranhos e, ainda durante o mestrado, chegara a traduzir um dos primeiros ensaios de Kurz publicados em português[2], no doutorado as formulações da chamada crítica do valor, em especial as de Kurz, assim como a teoria crítica de Adorno se tornam centrais.[3] Diálogo teórico que o possibilita a apreensão de que "a paisagem que surge para nós, homens modernos, equivale também à separação entre contemplação e teoria. Quando a paisagem torna-se um objeto a ser contemplado, sua relação com o pensamento já está cindida e deve ser apreendida apenas por uma parcialidade" (ibidem, p.17-8). E nessa medida, uma tese que parece se anunciar concernente ao pensamento geográfico, se revela com uma tese de Teoria Crítica, no diálogo desta com a crítica do valor. Essa aproximação é apresentada ao leitor logo na Introdução:

> Trata-se, aqui, do que, em termos gerais, se convencionou chamar de materialismo histórico e que responde pelo método de interpretação da realidade, remetendo-nos ao posicionamento crítico frente ao processo de modernização. Trata-se, não de um julgamento da história, mas do movimento entre análise e síntese ou do movimento entre entendimento e compreensão dos momentos singulares desse particular erigido como totalidade que consideramos o objeto sensível e lógico da pesquisa: o surgimento e desenvolvimento da moderna sociedade produtora de mercadorias (ibidem, p.10).

Apenas tal sociedade produziria as condições nas quais "a paisagem torna-se possível" na e pela "confluência do mundo destacado esteticamente com o homem destacado teoricamente, portanto, um encontro do duplo destacado na forma da paisagem" (ibidem, p.18). Em termos mais contundentes:

> Se considerarmos a posição do conceito pelo estatuto da presença da dominação do senhor, tal e qual considera a "dialética do esclarecimento", devemos poder,

[2] Cf. Kurz (1996).

[3] Dessa aproximação viria a emergir a temática central de sua atuação nos últimos dez anos, com a criação da disciplina *Geografia e Trabalho* como optativa do curso de Geografia da UFMG.

> também, considerar o observador na forma visual do dominador. Se a forma do conceito pressupõe o destacamento do poder, a forma do observador pressupõe a elevação "topográfica" do indivíduo. Em termos modernos, tal elevação torna-se abstração, isto é, reúnem-se conceito e realidade na figura do observador. A hegemonia do olhar aponta para isso (ibidem, p.129).

De modo que o movimento ali apreendido não era *per se* a categoria paisagem, uma obra de Humboldt, ou mesmo a obra completa do pensador alemão; era, sobretudo, o Mundo que os demandou. Noutros termos, a abstração real como forma de ser da sociabilidade moderna era o fio condutor de suas reflexões: "um diálogo entre a abstração e a sensibilidade", como sintetiza o subtítulo de sua tese. A compreensão da forma de ser mundo e de estar no mundo no decurso da modernização capitalista revela-se como uma espécie de arqueologia para quem se apropriara da tese kurziana do "colapso da modernização". Em suas palavras: "palmilhamos nas trilhas de Humboldt até onde nos foi possível acompanhá-lo e, desse percurso, esperamos trazer elementos para uma melhor compreensão da relação homem-e-mundo na aurora de um novo milênio e, também, como momento crítico e limite do processo de modernização" (ibidem, p.9). À maneira benjaminiana, contudo, essa arqueologia não se prestava a um inventário, mas à compreensão de que

> Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos' são além de camadas que apenas a exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens, que desprendidas de todas as conexões mais primitivas ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxadada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. Assim, verdadeiras lembranças devem proceder informativamente muito menos do que indicar o lugar exato onde o investigador se apoderou delas. A rigor, épica e rapsodicamente, uma lembrança deve, portanto, ao mesmo tempo fornecer uma imagem daquele que lembra, assim como um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente (BENJAMIN, 1987, p.239-40).

De certo modo, alguns dos elementos mais marcantes de sua atuação estão já aí colocados. Com Walter Benjamin, Claudinei compreendera bem a relevância

da lembrança como momento decisivo da pesquisa. Ele próprio apresentou sua tese a partir das lembranças – do ingresso na universidade, da casa onde vivera na infância… – e certamente não houve um só orientando de Claudinei que não tenha ouvido dele a importância de uma apresentação em primeira pessoa que indicasse ao leitor quem é o sujeito que escreve, pois sem a construção desse sujeito não poderia haver construção do objeto. Com Humboldt lhe fora possível reafirmar a compreensão de que o campo, enquanto um encontro com o Mundo, era forma de torna-se Mundo e almejar mundar mundos. Dos estudos da nova crítica valor, veio a compreensão de que as múltiplas crises, que já lhe ensejavam questões no mestrado, não poderiam ser deslindadas a despeito da crise fundamental do capital e mais radicalmente de uma crise do trabalho. Sua potência crítica, por vezes exercida com a contundência de um martelo demolidor, seria ainda mais refinada e desatada de amarras com a concepção de que "a crítica não é injusta quando destrói – esta ainda seria sua melhor qualidade – mas quando ao desobedecer, obedece" (ADORNO, 1998, p.11).

Aqueles que tiveram a oportunidade do diálogo, da convivência e da construção política com Claudinei certamente terão percebido que tal desobediência crítica lhe era marca registrada. Precisamente por isso, esse retorno em sobrevoo pela produção acadêmica e pela trajetória intelectual de Claudinei não se prestou a um esforço de exegese, mas de compreensão dos fundamentos dessa desobediência como prática política e prática docente. Aquela desobediência epistemológica em manter-se preso à tautologia imposta pelos limites de uma ciência não ficou restrita, evidentemente, ao percurso de sua tese. Reapareceria, por exemplo, no primeiro projeto de pesquisa que desenvolve como docente na UFMG, meses após seu ingresso na instituição. O relatório, redigido por um colega de Departamento em resposta à submissão de tal projeto, indica para esse movimento:

> Com o projeto de pesquisa "Geografia e Natureza no 'Kosmos de Alexander von Humboldt", o professor Claudinei Lourenço aponta como fulcro de seus estudos o que chamarei aqui de desencontros entre a Geografia e o mundo moderno. Isso porque a questão que coloca não aponta para uma história do pensamento geográfico *tout court*. A meu ver, não é no terreno dos que se limitam e contentam em buscar informações biográficas enaltecedoras e laudatórias para ornar o museu dos grandes expoentes da Geografia que Claudinei Lourenço procura se

> localizar. O que o faz escapar dessa prática tão redutora quanto perniciosa é o fato de partir da realidade atual, onde tomou-se flagrante a necessidade de desvendar os conteúdos do que comumente tem sido denominado de questão ambiental, para procurar situar o alcance e as limitações do conhecimento geográfico configurado enquanto ciência. Por conta disso, torna-se necessário revisitá-lo no alvorecer de sua institucionalização, que se anuncia com Humboldt. Evidentemente, as contradições aninhadas na questão ambiental concernem ao desenvolvimento da formação econômico-social capitalista. [...] É nesse sentido que as tarefas do conhecimento científico, e da Geografia em particular, não são amenas, posto que se torna impossível compreender a realidade sem considerar a totalidade (como reiteradamente enfatiza o professor Claudinei) com que se manifesta. Mas como empreendê-las com as amarras que a fragmentação da divisão do trabalho intelectual representa para a ciência? A Geografia tem algo a dizer sobre a realidade permanecendo nos territórios demarcados e compartimentados em que se insularizou, ou se acomodou? Parece-me ser esta uma das questões centrais (senão a principal) que o projeto de pesquisa do professor Claudinei Lourenço coloca. Tendo em conta que a história do pensamento geográfico é também a história de um conhecimento que se degradou, sobretudo neste século, quer na mera descrição do imediato, quer nas infindáveis e enfadonhas elaborações de modelos de representação da realidade por uma ciência tomada insípida, que se jactava do seu distanciamento dessa mesma realidade imediata em nome de uma suposta neutralidade científica, o professor Claudinei destaca a necessidade da Geografia superar não só a indigência intelectual de sua fase vulgar (hoje sobejamente conhecida), como também ir além de uma ciência meramente essencialista, atada aos limites da lógica formal.

A desobediência também esteve sempre presente em sua prática em sala de aula, por vezes desconcertante. Claudinei não operava com afirmações, apenas com indagações. As respostas deveriam ser formuladas por cada sujeito. Impossível não recordar da ocasião na qual centrou sua aula em uma discussão sobre o que tornava sua cadeira uma cadeira. Se poderia ter formatos diversos, ser feita de materiais diversos, ter tamanhos diversos etc. o que permitia que ainda assim todas as cadeiras pudessem ser identificadas enquanto tais? Quando após longa discussão, a turma de *Introdução à Geografia* parecia caminhar para a conclusão de que o que conferia o caráter de cadeira a todas as cadeiras era sua utilidade, Claudinei interrompe: "Ok. E se eu pendurar pelos pés essa cadeira no teto? Aí ninguém mais poderá se sentar nela, a utilidade terá se perdido. Com isso ela deixará de ser uma cadeira?". Foram necessários alguns anos para compreender que se tratava ali de um debate sobre ontologia e valor de uso que, naquele contexto, se vinculava à emergência da forma mercadoria e à expansão imperialista. E, a seu modo, que lhe era bastante peculiar e característico, Claudinei continuou provocando o debate ao manter pregada uma cadeira na parede do apartamento onde estava morando! Como ele costumava se expressar

(até para zombar de si, como será visto adiante) em mensagens eletrônicas: "hehehe".

É comum se lembrar de circunstâncias desconcertantes como essa ao resgatar algumas memórias com Claudinei em sala de aula ou em atividades de campo. Na ocasião de seu velório, uma ex-estudante do curso de Geografia da UFMG enviou à seção local de Belo Horizonte da AGB um breve relato que nos parece sintetizar bem sua atuação como docente:

> Claudinei foi aquele professor totalmente fora da ordem que uma organização didático-pedagógica impõe aos professores. Nas disciplinas que foi meu professor me fez estudar Adorno, Foucault, Debord, Freud... E, literalmente, experimentar a perversidade do capitalismo ao propor, por exemplo, um trabalho de grande impacto social... lembro de participar de um cordão humano impedindo as pessoas de andar na Av Afonso Pena, em meio a feira hippie, de fazer um piquenique na praça de alimentação do Shopping Diamond e de nos levar para almoçar no restaurante popular da PBH [Prefeitura de Belo Horizonte] próximo à rodoviária de BH. Tudo isso parecendo meio desconexo, mas na verdade, por uma ordem nada linear nos coloca no lugar do desconforto e de total questionamento da ordem imperante. Como docente de Educação Ambiental, muitas vezes me peguei refletindo sobre esses textos, que lá naquelas disciplinas não faziam muito sentido e na minha prática docente foram fundamentais.

O relato demonstra que a desobediência que era intrínseca à prática de Claudinei não estava restrita à sala de aula. Fazia-se ver por exemplo nas atividades de campo que propunha. Tais campos, inclusive, foram tema de uma entrevista concedida por Claudinei e publicada em uma edição do *Boletim Paulista de Geografia* dedicada às trajetórias de campo. No diálogo, para além dos relatos acerca da construção do campos, faz-se notar a compreensão que ele tinha do sentido e da finalidade do "ir ao Mundo" na forma do campo; que, para ele, sequer poderia ser chamado de "trabalho" de campo:

> Vamos partir do princípio que é possível pensar não só em trabalho de campo, mas em atividades de campo. Um termo mais amplo que nos permite pensar diversas possibilidades de produção de conhecimento [...] Um filósofo alemão do século XIX, Karl Schelle, tem um livrinho delicioso que se chama "A arte de passear". Lá ele comenta e descreve o que é o passeio, porque passear, como passear, que isso é um ato entre o corpo e o espírito, um momento. Então isso não é um trabalho de campo, nem deve ser enfadonho, nem cansativo. Tem toda uma postura para se passear e extrair daí algum conhecimento. Poderia lembrar também o Rousseau, "Os devaneios do caminhante solitário", seu último escrito no qual através de caminhadas ele vai justamente mostrando como elas são importantes até para a produção de suas reflexões, que ele chama de devaneios. E poderíamos continuar dando exemplos, como os diários de viagem, que são

> importantes relatos de experiências de conhecimento que passam por um momento da vida de um indivíduo. Posso citar dois antagônicos. "O diário de Moscou" do Walter Benjamin é um diário um tanto melancólico, ele está em crise com a mulher amada, Asja, lá em Moscou, e tem uma tensão, você vai lendo aquele diário e o que você vai vendo de Moscou pela lente dos olhos de Benjamin é o sentimento de uma atmosfera um tanto pesada. E o outro, o "Diário de Florença", de Rainer Maria Rilke, no qual ele está apaixonado pela Lou Salomé, ele vai falando de Florença, perguntando, mandando para ela como se fosse uma descrição, é também muito interessante. Então, falar em trabalho de campo limitaria muito, são múltiplas as experiências de contato com o mundo, no sentido do que a gente poderia chamar de "ir ao mundo". Por exemplo, o [Henry David] Thoreau, naquele textinho também delicioso "Andar a pé", vai dizendo por que o homem tem que andar a pé. Não é porque que o geógrafo tem que fazer campo, andar a pé é uma atividade que deve ser estimulada no ser humano (LOURENÇO, 2011, p.63-4).

Em suma, Claudinei reivindicava que a atividade de campo era um aspecto fundamental no *fazer geográfico*, o qual não se restringia apenas às demandas imediatas da pesquisa acadêmica. Tais reflexões não se limitavam às elaborações teóricas, ganhavam concretude na própria prática docente.

Por ocasião do ENG de 2000, realizado em Florianópolis, ele organizou, junto a estudantes de graduação e aos colegas de AGB e de Departamento William Rosa e Sérgio Martins, um campo de Belo Horizonte até à cidade-sede do Encontro. Partiram dois ônibus – à época apelidados de "Sodoma e Gomorra" e o "Nova Jerusalém". No percurso da ida foram realizadas diversas paradas, dentre elas uma no assentamento do MST no Pontal do Paranapanema. A experiência desta atividade de campo fez com que vários estudantes – muitos destes recém ingressos no curso de Geografia – se aproximassem da AGB, e construíssem eles próprios, dessa vez sem a atuação direta de nenhum professor, um campo entre Belo Horizonte e João Pessoa, na ocasião do ENG de 2002.

Ao longo do ano de 2005, quando Claudinei mobilizou novamente seus estudantes para participarem do XIV Encontro Nacional de Geógrafos, em Rio Branco, no Acre. Inicialmente propôs ao Colegiado do curso de Geografia a construção de uma disciplina optativa, a qual se inscreveram 40 alunos de graduação. Para permitir um acúmulo teórico que contribuísse para a formação dos estudantes e, ao mesmo tempo, proporcionasse elementos para serem apresentados em forma de trabalhos no ENG, foi realizada a leitura e enveredou-

se pela discussão do livro *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*, do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves (2003). Ao mesmo tempo, dada a distância e o pouquíssimo apoio por parte da Universidade, era preciso angariar fundos para garantir o deslocamento de todos à Rio Branco. A ideia era que, ao longo do caminho, fossem realizadas atividades de campo propostas pelos próprios alunos, que foram estimulados a apresentarem questões a serem observadas no percurso em meio à travessia entre Minas Gerais e Acre.[4] Os estudantes também eram responsáveis, juntamente ao professor, por garantir as condições estruturais para a realização da atividade. Foram feitas rifas, festas e parcerias de todo o tipo para conseguir participar do ENG, missão realizada com êxito, sem deixar ninguém para trás. Este encontro foi um divisor de águas para muitos estudantes do curso de Geografia da UFMG, assim como a experiência de construção coletiva de uma disciplina acadêmica, incluindo a atividade de campo e a participação no evento.

Experiência similar foi desenvolvida no ano de 2010 para permitir a participação massiva de estudantes de graduação e pós-graduação em Geografia no XVI Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Porto Alegre. Novamente

[4] Algo que remete à experiência de Claudinei ainda como estudante de graduação. Como contou na referida entrevista ao *Boletim Paulista de Geografia*: "A gente pode pensar isso retomando como era o campo no momento quando eu entro na graduação e porque a gente resolveu fazer um movimento forte de contestação. O que acontecia lá na década de 1980 na Unesp era que cada professor tinha seu campo, cada disciplina fazia seu próprio campo. O professor te pegava, te colocava no ônibus e te levava para algum lugar, às vezes o estudante nem sabia para onde estava indo. Lá chegava, mostrava, apresentava e você aceitava aquilo como uma aula externa. Isso nos incomodou muito no início da graduação, essa falta de nós participarmos da concepção do campo, e iniciamos um movimento de superar essa forma do campo individual de cada disciplina. Nós fizemos reuniões do Diretório Acadêmico, discussões e tiramos como proposta os grandes campos (lá as disciplinas eram anuais e não semestrais), e cada ano do curso deveria fazer uma grande excursão de campo para uma das regiões do Brasil: um grande campo para a região Sul, um grande campo para a região Norte, Centro-Oeste, um grande campo para a região Sudeste e um grande campo para a região Nordeste. E o projeto de campo seria debatido, seriam apresentadas posições, não era um professor que iria decidir. A turma daquele ano quer ir, por exemplo, para o Centro-Oeste, então ela tem que propor questões, um projeto para chegar até lá, onde quer ir, já que não dá para ir para todo o Centro-Oeste. 'Ah, eu quero ir para o Pantanal.' 'Mas por que para o Pantanal?' 'Ah não, nós queremos ir para a Chapada dos Guimarães.' 'Mas por quê? Por que é bonito? Por que quer ver o Véu da Noiva [cachoeira]?' Obviamente não, tinham questões e isso levaria, então, a uma construção. O campo como uma construção. E nós conseguimos (LOURENÇO, 2011, p.67-8).

no semestre que antecedeu a realização do ENG, Claudinei propôs uma disciplina optativa denominada *Ambulo Ergo Sum: trabalho e mobilidade na produção do espaço brasileiro*. Em relação ao apoio institucional por parte da UFMG, foi outra vez muito aquém do desejado, fazendo com que todos os custos logísticos da realização da(s) atividade(s) tivessem que ser arcados pelo próprio coletivo de participantes da disciplina. Desta vez, o aporte teórico veio pela leitura coletiva da obra *Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital*, de Jean Paul de Gaudemar (1977). Com a participação de vários estudantes que construíram a experiência na disciplina para o ENG de Rio Branco, houve grandes avanços na estruturação do campo. A partir da discussão teórica inicial, os vários grupos deveriam propor atividades ao longo do caminho entre Belo Horizonte e Porto Alegre com vistas à reflexão sobre migrações e trabalho. Foram elaborados cadernos de campo e outros materiais didáticos que visavam uma melhor participação e compreensão de todos os envolvidos nas atividades. Com isto, houve a oportunidade de dialogar com trabalhadores migrantes em diferentes espaços como, por exemplo, na Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) em São Paulo, no Sindicato dos trabalhadores do corte de cana na região de Ribeirão Preto, nos faxinais na região metropolitana de Curitiba e nas vinícolas da Serra Gaúcha. Este movimento teórico, acrescido da experiência adquirida em campo, culminou na proposição de um Espaço de Socialização de Coletivos (ESC) com o mesmo nome da disciplina e que gerou grande interesse durante o Encontro.[5] Mais do que isso, estas experiências permitiram que se pusesse em prática o movimento teórico e empírico da construção coletiva de atividades de campo. Assim como ocorrera uma década antes, a experiência do campo para Porto Alegre mobilizou os estudantes a organizarem autonomamente um novo campo, desta vez para São Luís, por ocasião do ENG de 2016. Tal como pode ser observado no relato de uma ex-aluna que participou deste e de muitos outros campos propostos por Claudinei:

[5] Um ano mais tarde, por ocasião do XVII SIMPURB, realizado em Belo Horizonte, Claudinei ofertou uma disciplina intitulada O Empírico na Construção do Pensamento Geográfico – apelidada de *Ambulo II*. Disciplina na qual a reflexão sobre o *olhar* passava por autores como Edgar Alan Poe e Charles Baudelaire.

> Essas viagens de campo me proporcionaram a abertura dos olhos e da mente, a descoberta da existência de outros Brasis, outros mundos, outras formas de se viver no mundo e de uma "geografia nova" que não tinha ainda delimitações claras para mim, mas que foram se consolidando com o tempo e o amadurecimento teórico. Foi a primeira vez que eu ouvi falar do ENG e da AGB. Depois me tornei sócia e ativa, participando da organização do XVII ENG em Belo Horizonte dois anos depois. Este só foi possível acontecer graças à dedicação do Claudinei e de sua capacidade de mobilizar e engajar os alunos e agendamos da seção local. A AGB BH está significativamente conectada ao Claudinei, que conseguiu unir diferentes gerações ao longo de sua prática docente. Os amigos da geografia mais próximos que tenho hoje tem como principal elo a AGB e o Claudinei.

Claudinei insistia que o campo não começava no desembarque no local de interesse, tampouco no embarque para viagem. Começava na formulação da questão capaz de mobilizar o deslocamento. Questão que apenas pode ser formulada pela condição de existir no mundo e nele se movimentar. Viver de algum modo já é campo, caso se saiba *olhar*. Também por isso, Claudinei se recusava a orientar em seu gabinete. Preferia o bar. Esse mesmo princípio norteava sua concepção acerca da AGB e dos encontros de Geografia. O encontro não começa na mesa de abertura, tampouco na construção coletiva do encontro propriamente dito. Começa no conjunto concepções que viria a tornar possível e prenhe de sentidos essa construção. Nesses termos, os famosos campos por ele provocados até a sede dos ENGs já eram parte do ENG. Em um encontro de geógrafos, embora geógrafos se encontrem, o que eles encontram antes de tudo é o Mundo; e este não está restrito a nenhum tempo-espaço pré-estabelecido institucionalmente. Daí sua defesa insistente de que os ENGs não tivessem um tema/título pré-estabelecido, mas se organizasse – tal qual encontros sindicais – por meio de teses. Certamente os agebeanos de mais longa data recordarão que em várias RGCs a Seção Local Belo Horizonte apresentou como proposta a ausência de um título prévio para o Encontro. Nessa visão, desobediente a qualquer *a priori*, torna-se impossível dizer o que será um encontro, ou sobre o que ele efetivamente irá se debruçar, antes de que ele termine de ser. O ideal seria que o tema dos Encontros fosse definido em sua plenária final.

Essa mesma dimensão de processo o fazia primar diligentemente pela horizontalidade – não apenas enquanto princípio – mas enquanto prática. Certamente por isso, aquele convite à festa feito por Claudinei aos estudantes de

Introdução à Geografia tenha sido aceito por tantos de nós. A partir de sua própria experiência, Claudinei pudera perceber em que medida "o sonho chamado AGB" é capaz de transformar o *fazer geográfico* daqueles que recém ingressaram no curso de Geografia. Não ocasionalmente, foi a partir do ENG de 2012, realizado em Belo Horizonte, que se instaurou a prática de os Encontros da AGB terem bolsistas de graduação para contribuírem na e experienciarem a construção coletiva do encontro.

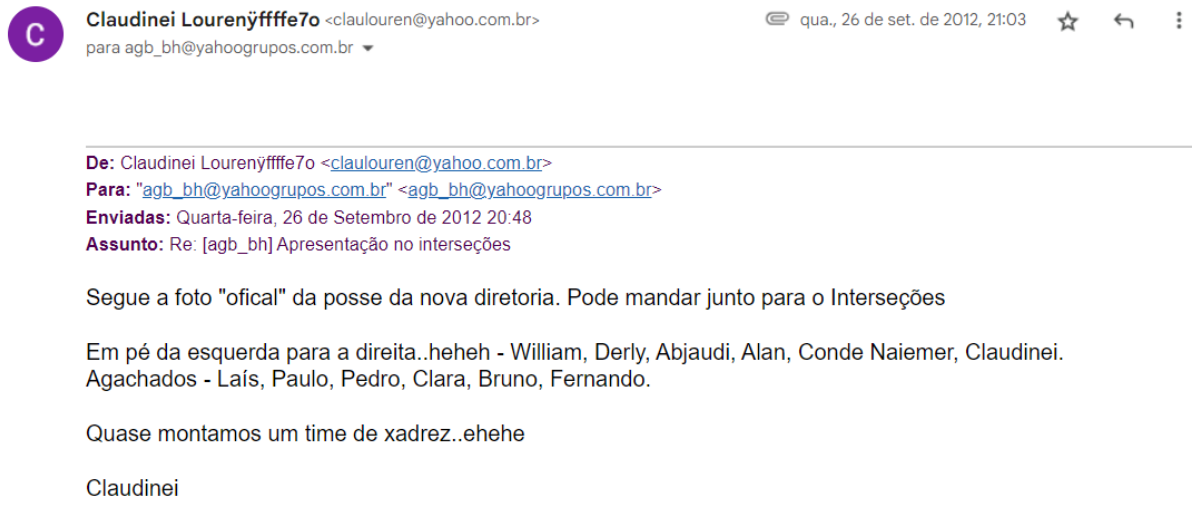
Se quisermos, a algum custo, sintetizar, o esforço teórico e prático de Claudinei ele estaria na *mediação*. Na mediação do sujeito com o mundo, na forma da paisagem; na mediação entre trabalho e tempo livre como contradição necessária à história da modernização; na medição entre o deslocamento lúdico da "arte de passear" e a mobilização forçada pelo e para o trabalho; na mediação entre o estudo e a festa, possibilitada pela AGB. A mediação, o terceiro termo, a travessia, a terceira margem do rio… Para Claudinei não havia ontologia senão o movimento, é nele que se produz o real, que se constrói coletivamente e se transforma esse mesmo real. Nada é *a priori*. Segundo os termos que abrem sua tese: "no princípio era o liso!" (LOURENÇO, 2002, p.1). Certamente por isso a AGB lhe era tão importante. A AGB não é um trabalho, é atividade marcada menos pela concorrência que pela solidariedade, menos pela rigidez normativa que pela construção coletiva. É uma atividade que não produz mercadorias, produz Mundos. Nas palavras do provocador[6]:

> Participar da AGB é exatamente você ter a Geografia não como profissão, superar a ideia de que a Geografia é um trabalho [...]. A AGB é obviamente um trabalho absolutamente voluntário, não remunerado, que envolve uma dedicação do seu tempo de vida, e isso nos dá então uma dimensão do que é fazer Geografia. Pensando assim, isso nos permite praticar uma Geografia muito mais livre, do ponto de vista que você tenha condições de pensar e agir coletivamente em certas direções (LOURENÇO, 2011, p.72).

Curiosamente, Claudinei gostava bastante de xadrez, um jogo individual. No entanto, desobediente como ele só, por ocasião da posse da Diretoria

[6] Chamá-lo "provocador" é mera provocação (..ehehe), na medida em que se preocupava em "questionar o papel das formas teóricas na constituição das nossas formas práticas" (LOURENÇO, 2002, p. 3), bem como entendia que "a proposição inicial de qualquer percurso acadêmico" é permitir que "ao pensar, confrontar-se consigo mesmo" (ibid., p. 11).

Executiva Local da SLBH, gestão 2012-2014, fez circular a seguinte mensagem no grupo de e-mails da Local:



Claudinei Lourenÿffffe7o <claulouren@yahoo.com.br> qua., 26 de set. de 2012, 21:03
para agb_bh@yahoogrupos.com.br

De: Claudinei Lourenÿffffe7o <claulouren@yahoo.com.br>
Para: "agb_bh@yahoogrupos.com.br" <agb_bh@yahoogrupos.com.br>
Enviadas: Quarta-feira, 26 de Setembro de 2012 20:48
Assunto: Re: [agb_bh] Apresentação no interseções

Segue a foto "ofical" da posse da nova diretoria. Pode mandar junto para o Interseções

Em pé da esquerda para a direita..heheh - William, Derly, Abjaudi, Alan, Conde Naiemer, Claudinei.
Agachados - Laís, Paulo, Pedro, Clara, Bruno, Fernando.

Quase montamos um time de xadrez..ehehe

Claudinei

Entusiasta do jogo, do qual era estudante amador, sua participação na Seção Local (quiçá na AGB como um todo) era como a de um enxadrista, que, para apresentar ou defender uma proposta nas assembleias ou reuniões da entidade, nunca lançava mão de um argumento completo e definitivo de uma só vez logo em sua primeira fala. Diferentemente, de lance em lance, às vezes provocando a movimentação de todas as peças ao mesmo tempo, ia movimentando seus argumentos no tabuleiro.

Se existem pessoas que passam por esse mundo sem deixar marcas, certamente não é o caso do professor Claudinei Lourenço, que tantas contribuições e histórias nos deixou ao longo de sua travessia pela vida. Claudinei foi figura marcante nos caminhos que trilhou. Seus métodos de trabalho e suas propostas diferenciadas para articulação entre teoria e prática no campo da Geografia foram fundamentais para a formação de gerações de estudantes na UFMG, na AGB e nos espaços que frequentava. O que a vida quer da gente é coragem, dizia Riobaldo e isso não faltava a ele, ao construir com os estudantes suas propostas de ensino e aprendizagem, nos colocando sempre a missão de "pensar longe", de ir além, "por fundo de todos os matos" do conhecimento.

Por fim, gostaríamos de encerrar com outro fato de lembrança: possivelmente uma das atividades mais marcantes para qualquer estudante de Geografia da UFMG nos últimos quase vinte anos era o chamado "trabalho dos geógrafos". A partir de uma lista de geógrafos(as) – que variavam de Estrabão a Milton Santos, de Jean Tricard a Doreen Massey – alterada a cada semestre, cada estudante, por sorteio, ficaria incumbido de um pensador e deveria elaborar um pequeno memorial sobre ele. Claudinei insistia, contudo, que a Geografia não era construída apenas por aqueles geógrafos(as) "famosos(as)", com vasta bibliografia a seu respeito. A Geografia é construída cotidianamente por geógrafos(as) (profissionais ou não, anônimos ou não). Por isso, não raro algum(a) professor(a) "não-canônico(a)" era surpreendido com o contato de algum estudante de *Introdução à Geografia* que o(a) procurava porque precisava fazer um memorial a seu respeito. Se, por um lado, o "trabalho dos geógrafos" provavelmente não continuará a existir no curso de Geografia da UFMG, por outro, Claudinei, por toda a sua trajetória, está definitivamente na lista de "geógrafos não-canônicos" digno de (muito mais que) nota. De algum modo, esse texto inclui Claudinei na lista de geógrafos de seu 77º período.[7] Claudinei concluiu sua tese formulando: "propõe-se, assim, não parar para pensar, mas pensar enquanto anda" (2002, p.133). Sigamos, pois, conforme o legado deixado, caminhando ao encontro do mundo e da necessária crítica (teórica e prática desse mundo). *Ambulo ergo sum!*

Claudinei Lourenço, presente!

[7] Claudinei costumava contar seus períodos como geógrafo desde a entrada na graduação. Dizia que ainda não havia se formado e que provavelmente não se formaria antes de ser jubilado do mundo. E, realmente, não se formou… mas continua formando e deformando.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. São Paulo: Ática, 1998.

ADORNO, Theodor. *Três estudos sobre Hegel*. São Paulo: Unesp, 2013.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica*. V. 1. Arte e Política. Editora Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v.2).

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

KURZ, Robert. A terceira força: fim e início da neutralidade. *Caderno Prudentino De Geografia*, *1*(18), 1996.

LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LOURENÇO, Claudinei. O topônimo, o toporâmico e a topofobia no ensino de Geografia. *Caderno Prudentino De Geografia*, (1)17,1996a.

LOURENÇO, Claudinei. *A natureza no ensino de Geografia de 1º e 2º graus: perguntas ao passado*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 1996b.

LOURENÇO, Claudinei. *Paisagem no Kosmos de Humboldt: um diálogo entre a abstração e a sensibilidade*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LOURENÇO, Claudinei. Entrevista Claudinei Lourenço. *Boletim Paulista De Geografia*, (91), 63–74, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: Edições Ibama, 2003.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1994.

SANTOS, Douglas. Geografia e a AGB. *Terra Livre*, *[S. l.]*, v. 1, n. 38, p. 179–193, 2015.

MARCADORES DE GÊNERO E RAÇA NA VIDA DE MULHERES NEGRAS DO ESPAÇO URBANO: DO LIMITANTE DIREITO À CIDADE ÀS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

MARKERS OF GENDER AND RACE IN THE LIVES OF BLACK WOMEN IN URBAN SPACE: FROM THE LIMITING RIGHT TO THE CITY TO STRATEGIES OF RESISTANCE

MARCADORES DE GÉNERO Y RAZA EN LA VIDA DE LAS MUJERES NEGRAS EN EL ESPACIO URBANO: DEL DERECHO LIMITADOR A LA CIUDAD A LAS ESTRATEGIAS DE RESISTENCIA

Larissa Araújo Coutinho de Paula
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente/SP. Pós-doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
E-mail: larissa.coutinho@unesp.br

Rizia Mendes Mares
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente/SP. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET), Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB).
E-mail: rizziamendesmares@gmail.com

Resumo:
A partir de revisão bibliográfica e da análise de dados de âmbito nacional fornecidos por institutos de pesquisa, pretende-se incitar uma discussão sobre a realidade das mulheres negras nas periferias das cidades brasileiras. Partimos da compreensão geográfica denunciadora da suposta neutralidade do espaço geográfico, que por muito tempo reproduziu análises androcêntricas, racistas, machistas e heteronormativas. Acreditamos que a plena experiência da urbanidade é condição privilegiada apenas para alguns segmentos sociais, enquanto grande parte da população sobrevive em meio a uma série de dificuldades sociais, econômicas, culturais e ambientais, que as impedem de usufruir do direito à cidade. Dentre este grupo, destacamos as mulheres negras, que sofrem intensa exclusão em virtude da interseccionalidade de sua condição, mas que apesar da pobreza, preconceitos e violências, por meio de sua capacidade de resistência, do apoio de agentes e da formação de grupos de economia solidária, entre outros, têm alcançado conquistas, por vezes pontuais, porém significativas, nestes espaços.
Palavras-chave: Interseccionalidade, Espaço Urbano, Segregação Socioespacial, Direito à Cidade, Economia Solidária.

Abstract:
From the literature review and analysis of national data provided by research institutes, we intend to stimulate a discussion about the reality of black women in the outskirts of Brazilian cities. We start from a geographic understanding that denounces the supposed neutrality of geographic space, which for a long time reproduced androcentric, racist, sexist, and heteronormative analyses. We believe that the full experience of urbanity is a privileged condition only for some social segments, while a large part of the population survives amidst a series of social, economic, cultural, and environmental difficulties that prevent them from enjoying the right to the city. Among this group, we highlight black women, who suffer intense exclusion due to the intersectionality of their condition, but that despite poverty, prejudice and violence, through their resistance capacity, the support of agents and the formation of solidarity economy groups, among others, have achieved achievements, sometimes specific, but significant, in these spaces.
Keywords: Intersectionality, Urban Space, Socio-spatial Segregation, Right to the City, Solidarity Economy.

Resumen:
A partir de una revisión bibliográfica y del análisis de datos nacionales proporcionados por institutos de investigación, pretendemos fomentar un debate sobre la realidad de las mujeres negras en las periferias de las ciudades brasileñas. Partimos de una comprensión geográfica que denuncia la supuesta neutralidad del espacio geográfico, que durante mucho tiempo reprodujo análisis androcéntricos, racistas, sexistas y heteronormativos. Creemos que la vivencia plena de la urbanidad es una condición privilegiada sólo para algunos segmentos sociales, mientras que una gran parte de la población sobrevive en medio de una serie de dificultades sociales, económicas, culturales y ambientales que le impiden disfrutar del derecho a la ciudad. Entre este grupo, destacamos a las mujeres negras, que sufren una intensa exclusión debido a la interseccionalidad de su condición, pero que a pesar de la pobreza, los prejuicios y la violencia, a través de su capacidad de resistencia, el apoyo de agentes y la formación de grupos de economía solidaria, entre otros, han alcanzado logros, a veces puntuales, pero significativos, en estos espacios.
Palabras-clave: Interseccionalidad, Espacio Urbano, Segregación Socioespacial, Derecho a la ciudad, Economía Solidaria.

Introdução

"Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos" (JESUS, 2005, p.28). Esse trecho da obra "Quarto de Despejo", de autoria de Carolina Maria de Jesus, explicita como as famílias pobres e pretas dos grandes centros urbanos são consideradas nas políticas e planos urbanos: tristemente relegadas à rejeição e segregação.

Carolina, mulher negra, pobre, favelada é uma reconhecida escritora, poetisa e compositora, de origem mineira, viveu parte considerável de sua vida na favela do Canindé, em São Paulo. Mãe solo, sustentou a si e seus/suas três filhos(as) como catadora de papéis. E foi a partir do lixo, que ela encontrou a leitura, uma fuga inspiradora para resistir a vida sofrida na favela da zona norte paulistana: "E no lixo eu encontrava livros para ler, quantas coisas eu quis fazer, fui tolhida pelo preconceito" (JESUS, 2005, p.28). Preconceito este direcionado a um grupo de pessoas que residem num espaço específico: a favela. Este lugar que segundo ela, era preto, como a cor de sua pele e como a sua própria vida.

Iniciamos este artigo com as palavras e menção à trajetória de Carolina, pois acreditamos que toda a dor e luta registrada em seus manuscritos perpassa notadamente a condição para as quais lançamos o nosso olhar: a mulher negra, residente e sobrevivente das periferias das cidades brasileiras, cujas vidas são cotidianamente marcadas pela espoliação, exploração e violências das mais diversas, mas que também, estão há séculos, criando estratégias de resistências e subversões, que não as limitam à condição de sofredoras resignadas, conformadas diante das

opressões e silenciamentos aos quais foram historicamente submetidas.

Sabemos que a sexualidade é também um marcador social. As mulheres negras trans são ainda mais marginalizadas em relação às mulheres negras cis. Todavia, escolhemos enfocar nossa análise sobre as mulheres negras, independente de sua sexualidade, em virtude das informações e dados disponíveis para a discussão empírica.

O Brasil é um país racista, embora exista um discurso incoerente e perverso da conveniência pacífica e harmoniosa entre as distintas raças/etnias que compõe a tríade de nossa formação histórica, detalhada na obra do antropólogo e socólogo Darcy Ribeiro, "O Povo Brasileiro": indígenas, brancos europeus e negros escravizados (RIBEIRO, 1995). A mensagem falaciosa, das benesses de uma cultura plural e miscigenada têm servido para, além de escamotear o preconceito racial, endossar a ideia de que a pobreza no país se circunscreve apenas à questão de classe. Tal concepção é totalmente alienada, uma vez que quem reside nos espaços mais pobres das cidades, quem encontra-se em maior peso nas taxas de desemprego, e quem ocupa os trabalhos de maior informalidade e mais baixas remunerações segue sendo a população negra.

A mulher negra, é triplamente excluída, por seu gênero, sua cor e sua classe. Tal exclusão é intensificada, a depender das camadas que se sobrepõe sobre essas vidas, o nível de escolaridade bem como a ocupação profissional (já que grande parcela possui baixo nível educacional e exercem funções como empregadas domésticas e faxineiras), a devoção religiosa (sobretudo quando professam a fé em religiões de matriz africana, como o candomblé) e

a sexualidade (se considerarmos aquelas que se situam em identificação de gênero e sexualidades dissidentes do padrão heteronormativo).

De acordo com o geógrafo Alecsandro Ratts (2003), as relações raciais e de gênero possuem claramente uma dimensão espacial. De modo que os espaços privados e públicos são vividos de modo diferencial e desigual por homens e mulheres, brancos (as) e negros (as).

Destarte, uso do conceito de gênero na geografia deve levar em conta o que é dinâmico o que constrói e é construído por meio de experiências e vivências cotidianas espaciais, de representações socioespaciais, que se desenham no tempo, espaço e escala (SILVA, 2003).

As pessoas vivenciam múltiplas categorias no tempo e espaço: gênero, raça, classe social, idade, sexualidade, religião, nacionalidade, localização geográfica, casta, condição física e mental. Algumas destas categorias são fluídas, permanecendo em constante construção/desconstrução de acordo com o espaço, o lugar, o território em questão. Alguns estudos visam a articulação de diferentes marcadores sociais e suas implicações na vida em sociedade (HENNING, 2015; MOUTINHO, 2014).

Não basta sobrepor exclusões, é necessário articular teórica e metodologicamente os marcadores, já que eles não são simples variáveis independentes. Não basta elencar uma infinidade de marcadores sociais em uma pesquisa, mas sim atentar-se ao entrelaçamento daqueles que se mostram mais relevantes para a realidade estudada. A proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades na produção do espaço.

É necessário frisar, conforme destacou a socióloga ugandense-britânica, Avtar Brah (2006), que para identificar determinadas diferenças como resultantes de desigualdades, hierarquias, explorações e opressões é necessário contextualizar espacialmente, temporalmente e consequentemente, culturalmente, cada marcador analisado.

Mastrodi e Batista (2018), advogados, professor e professora de Direito, afirmam que as cidades seguem elaborando planejamentos urbanos que pouco ou nada incluem em termos de políticas públicas de inclusão, ao contrário, os índices de segregação são ampliados e continua-se formando favelas e guetos, que violam a cidadania dos (as) mais vulneráveis.

É no sentido dessa reflexão que esse artigo foi elaborado. Além desta introdução e das considerações finais, o mesmo encontra-se dividido em mais três partes. No primeiro tópico dedica-se a uma apresentação teórica e metodológica sobre contribuições para os estudos urbanos a partir da interseccionalidade e de críticas de geógrafas feministas.

Consideramos geógrafas feministas, a partir da compreensão da geógrafa britânica Doreen Massey, aquelas que não necessariamente estudam gênero, uma vez que a proposta feminista não se reduz a isso, mas adotam uma postura e ações que conduzem ao reconhecimento e luta contra as desigualdades de gênero. Ademais, mesmo que se estude gênero, só é considerado feminista, pela autora, aquele(a) que é norteado(a) pelas epistemologias feministas e a reflexibilidade da prática científica, na produção de um conhecimento sempre parcial e situado e de um

saber relacional. Afinal, o feminismo é um movimento político e científico (SILVA; ORNAT; CHIMIN JÚNIOR, 2017).

O segundo item, tem por objetivo explorar a condição de segregação e violência urbana que acomete as mulheres negras, e finalmente, no terceiro tópico, há uma explanação sobre as formas de resistência que essas mulheres encontram, reivindicando os seus espaços na cidade.

As relações de gênero projetadas no espaço urbano: contribuições teórico-metodológicas da Geografia Feminista

Há um fato que foi por muito tempo ignorado nas análises espaciais de geógrafos e geógrafas e por demais profissionais que estudam o espaço urbano, tais como urbanistas, arquitetos e arquitetas: o corpo exerce influência direta sobre as nossas práticas espaciais.

Como bem explanou Massey, o espaço é uma grandeza latente que delineia nossas cosmologias estruturantes (MASSEY, 2008). Se ao interpretarmos o espaço não nos atentarmos para o fato de que as pessoas, com suas diversas características o vivenciam de formas diferenciadas, jamais admitiremos a existência de corpos indesejados aos espaços padronizados, como por exemplo, uma pessoa obesa que cotidianamente se submete a ocupar assentos apertados em ônibus e aviões; pessoas com qualquer tipo de deficiência física que, infelizmente, sofrem diversas dificuldades ao se locomoverem pela cidade, uma mulher que é constantemente assediada por homens nas ruas por onde passa, ou um jovem negro que é inconvenientemente seguido pelo olhar do segurança de um shopping center.

Quiçá seja necessário um pouco de empatia para perceber que corpos vivenciam diferentes espacialidades. Os corpos fazem diferença em nossas práticas espaciais, como objetos de vivências, experiências multissensoriais, que ao se movimentarem e se relacionarem, produzem diferentes espacialidades. Conforme afirma a arquiteta e urbanista Rossana Tavares (2011, p. 8): "O espaço é determinante de forma coextensiva às relações de gênero e as outras dimensões sociais: classe, raça, geração." Ao existirmos, vivermos e construirmos no/do espaço, diferentes dimensões de nossa vida se articulam nele.

Algumas teorias pós-estruturalistas impactaram a formulação de ideias de várias ciências, inclusive a Geografia. Trabalhos como os de Michael Focault (1979), Jaques Derrida (1967), e teorias psicanalíticas, como as de Jacques Lacan (1977) e Julia Kristeva (1980) tiveram grande relevância nesse processo. A inclusão do pós-estruturalismo na geografia feminista a dotou de ferramentas conceituais importantes para elevar o seu nível epistemológico. Conceitos como a desconstrução, o discurso, a identidade e a subjetividade foram acrescentadas neste período (NELSON, 2016).

Durante a década de 1990, a geografia recebeu influências do giro cultural, do pós-modernismo e do pós-colonialismo. Surge uma visão na ciência que passa a criticar o pensamento racionalista, suas pretensões totalizadoras e universais, combinando com a descrença de um conhecimento real, que seja neutro, objetivo e produto exclusivo da razão e da lógica. As categorias de análise passam a ser desconstruídas e adaptadas aos diferentes lugares e circunstâncias (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Nesta fase também surgem debates sobre o corpo e sua influência sobre escalas e relações sociais. Ainda nesta década, em 1994, é criada a primeira revista de Geografia Feminista: Gender, Place and Culture. A partir dos anos 2000, inclui-se ainda a temática da sexualidade e a teoria queer. O sexo passa a ser entendido como uma construção social, tal como o gênero (GARCÍA RAMÓN, 2008).

Esta inclusão só foi possível pois, ainda nos anos 1990, o trabalho elaborado pela filósofa Judith Butler, "Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade" despertou o interesse das geógrafas feministas, que passaram a considerar a questão da corporeidade da performatividade, e suas relações com a identidade e o poder (NELSON, 2016). A geografia feminista sofreu alterações de cunho teórico metodológico, que ocorreram em virtude de duas situações: críticas de vertentes pós-coloniais e influências do pós-estruturalismo.

Tais críticas foram feitas por cientistas e estudiosas do processo de colonialidade, oriundas do Sul Global, que passaram a questionar intensamente o feminismo predominante nessa época, com sua versão branca e de classe média. Várias discordâncias foram feitas ao feminismo anglo-saxão, no sentido de vincular-se ao projeto neocolonial, ao racismo e outras hierarquias opressivas. Tais questionamentos e oposições foram importantes para desestabilizar a geografia feminista e promover sua reelaboração (NELSON, 2016).

A reelaboração da geografia feminista nos anos 1990, ao trazer para análise, além do gênero e classe, a raça, a sexualidade, a idade, as deficiências mentais e físicas, priorizou a interseccionalidade, a geopolítica norte-sul, a questão do

transnacionalismo, migrações e fluxos globais, usos de tecnologia, entre outros temas. A interseccionalidade foi um termo criado pela advogada e professora universitária estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989. Tata-se de uma metodologia de estudos que implica a sobreposição de identidades, relacionando diferentes formas de opressão e discriminação (HENNING, 2015).

Esse processo também alertou as geógrafas feministas anglo-saxãs, tais como Doreen Massey, Gillian Rose, Gill Valentine e Linda McDowell de que a hegemonia da branquitude e do colonialismo eram problemas imbricados na própria disciplina geográfica.

> A desestabilização da verdade universal, a rejeição do ideal do conhecimento científico como objetivo e transparente, bem como um foco mais profundo na linguagem, poder, identidade e subjetividade, mudaram a natureza do trabalho acadêmico de muitas geógrafas feministas anglo-saxãs durante esse período (NELSON, 2016, p. 30).

Destacamos a relevância do movimento negro estadunidense, com os trabalhos de bell hooks, teórica feminista e ativista antirracista e Patricia Hill Collins, filósofa e socióloga. Na verdade, o movimento já apontava desde os anos 1970, mas obteve ampliação após publicações das autoras mencionadas. É necessário ressaltar que o movimento feminista negro nos Estados Unidos é muito antigo, ainda no século XVI destacava-se a militância de Sojourner Truth. Porém, infelizmente, o devido reconhecimento destas lutas só ganhou maior difusão após mais de um século.

Segundo Joseli Maria Silva e Maria das Graças Nascimento Silva, o feminismo negro foi fundamentado primeiramente nos Estados Unidos, posteriormente, foi propagado

no Reino Unido. Após os processos migratórios do século XX e XXI, o movimento teve de abarcar mulheres não brancas que não tinham o passado escravagista, trazendo para o debate étnico mulheres asiáticas e latino-americanas (SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014).

Na defesa de um feminismo decolonial, Ochy Curiel (2009), teórica feminista afro-dominicana problematiza o fato de a história do feminino estar sempre atrelada à Revolução Francesa, como se antes desse ocorrido, e em outros lugares além da Europa, não existissem mulheres que lutassem contra o patriarcado. Nas palavras de Curiel (2009, p.1): "Se entendermos o feminismo como toda luta de mulheres que se opõem ao patriarcado, teríamos que construir sua genealogia considerando a história de muitas mulheres em muitos lugares-tempos".

Nesse sentido podemos associar tal perspectiva com a crítica tecida por autoras feministas negras ao enfatizarem os problemas do feminismo branco e burguês, que ao reivindicar o direito ao trabalho e ao espaço público para as mulheres, ignorava o fato de que as mulheres negras já viviam essa realidade há muito tempo, e sob condições precarizadas. Como podemos observar nesta reflexão de filósofa Sueli Carneiro (2013, p. 1):

> quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas ou nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram

> que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!

É necessário considerar como se pensa e o que se produz em outras latitudes, por isso, os estudos pós-coloniais de cunho feminista têm se debruçado sobre as contribuições, sobretudo, latino-americanas e caribenhas, buscando articular o gênero com outros aspectos, como classe e sexualidade, mas principalmente a raça e etnia. Para Curiel (2009), as mulheres latinas e de outros países tidos como "terceiro mundo" não se contentam mais em serem apenas objetos de pesquisa, mas reivindicam para si o direito de registrarem sua própria história, experiências, lutas e resistências.

Assim, tal projeto se insere numa renúncia a uma das principais características da modernidade ocidental, a universalização, condição baseada numa visão masculina, eurocêntrica e heterossexual. Trata-se de um processo que envolve novas propostas metodológicas e políticas que confrontam a colonialidade do poder, e que reconhecem a hibridização, a polissemia, o pensamento do outro, do subalterno e fronteiriço (CURIEL, 2009).

É neste sentido que a interseccionalidade dialoga com a geografia, pois na experiência espacial, as pessoas vivenciam, de forma simultânea, várias identidades, gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade, religião, deficiência funcional, entre outras, de modo a experimentarem um

constante movimento destas intersecções pelo tempo e espaço (SILVA; NASCIMENTO SILVA, 2014).

De acordo com Silva e Nascimento Silva (2014, p. 29):

> A metáfora da intersecção criada por Crenshaw (1991, 1994) permite imaginar vários eixos de poder, como gênero, raça/etnia, geração/idade, classe, sexualidade, religiosidade, deficiência funcional, etc., como grandes avenidas que estruturam áreas sociais, econômicas e políticas. Cada eixo de poder é distinto; por exemplo, a opressão por classe é diferente da opressão por orientação sexual. Contudo, estes eixos se encontram, se cruzam e criam intersecções complexas e simultâneas.

A partir de uma visão que compreenda a multidimensionalidade dos sujeitos, concordamos com a bióloga e filósofa Donna Haraway (1995), ao defender que as pesquisas sobre gênero não devem considerar os sujeitos pesquisados como objeto, mas sim como agentes no processo de pesquisa. Deve-se reconhecer a identidade plural das pessoas envolvidas na pesquisa, evitando assim uma visão essencialista delas. São pesquisas que resultam em diferentes conclusões, já que toda construção científica é corporificada no tempo-espaço (HARAWAY, 1995).

Tal perspectiva também está presente na teoria da geógrafa Gillian Rose (1993), para quem o conhecimento é situado e parcial, pois implica em uma posicionalidade de quem desenvolve a pesquisa. Ou seja, o processo de pesquisa, mesmo quando intenta expor determinados sujeitos, historicamente invisíveis, não está isento das relações de poder e hierarquias. Por isso, nas pesquisas empíricas é importante a utilização de um conjunto de metodologias qualitativas que explorem ao máximo todos os ângulos das questões estudadas.

Acreditamos que a fluidez está presente nas relações de gênero. A discussão sobre tais relações não reconhece nenhuma justificativa biológica, psíquica e econômica que fundamente a desigualdade entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1970). Mas rejeita o determinismo biológico e considera que muitas das funções atribuídas aos homens e às mulheres são socialmente apreendidas e utilizadas de modo a significar relações de poder e hierarquias (SCOTT, 1995). Por isso, consideramos que as oposições binárias entre feminino e masculino não são fixas, nem permanentes, por serem influenciadas pela subjetividade, linguagem e performatividade do gênero são fluidas, estão em devir e são, portanto, suscetíveis a alterações, graças às fissuras que tensionam esta estrutura normativa e dicotômica entre os sexos (BUTLER, 2017).

Compreendemos que as estratégias de resistência são fissuras, e seus efeitos refletem no âmbito cotidiano público e familiar, que além de possibilitarem a resistência e o enfrentamento das condições adversas dos citadinos mais pobres, permite a criação de espaços paradoxais, de modo a dotar essas pessoas de poder. Um poder que não se encontra centralizado apenas no Estado ou em grandes agentes do capital urbano e imobiliário, mas que se dissipa, como um feixe (FOUCAULT, 2008).

A ideia de espaço paradoxal criada por Gillian Rose (1993), complexifica as relações de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementariedade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que, mesmo entre segmentos que estão na ala fraca, não há apenas passividade, pois também são dotados de poder, e se há poder, também há

resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os *outsider* (margem) e *insider* (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos produzem transformações.

Para Rose (1993), o espaço não é transparente, tampouco uma superfície neutra. Esse pensamento é limitador e ainda está presente. Há pesquisadores (as), professores (as) e ativistas de movimentos sociais que ainda consideram as reivindicações de gênero e de raça como algo secundário, mas gênero e raça são estruturantes da sociedade brasileira. Quando ligamos a televisão, quando abrimos as páginas dos jornais, as notícias de agressões contra as mulheres, assassinatos de travestis, chacinas contra jovens negros, saltam aos olhos, embora alguns insistam em reforçar que as desigualdades que não se circunscrevem no debate de classe, são tendências dissipadoras das lutas sociais.

A justificativa dos que perpetuam essa negação está no fato de que enquanto lutas secundárias (gênero e raça), estas, fragmentam e enfraquecem o foco do movimento, pois são específicas, portanto, comprometem a "unicidade", a coesão de uma luta. Este discurso é, a nosso ver, tão superficial, pois tolhe a complexidade da vida, das pessoas e de seus sofrimentos, das espacialidades, que conforme argumentado por Massey (2008) resultam da coetaneidade de trajetórias.

Nacy Fraser (2006) nos apresenta uma alternativa de pensar a pluralidade de movimentos sociais de forma equivalente, sem que haja a sobrevalorização de uma luta em detrimento de outra. Ela argumenta que a justiça exige, ao mesmo tempo, redistribuição (questão de classe) e reconhecimento (questões de gênero, raça, etnia, sexualidades).

Massey (2008) vê o espaço como uma esfera de possibilidade e multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem, ou seja, existe mais de uma voz. Espaço e multiplicidade são interdependentes, um não existe sem o outro. No tópico a seguir apresentaremos alguns dados que evidenciam as violências e preconceitos atinentes a vida de mulheres negras no espaço urbano.

A experiência excludente da mulher negra no espaço urbano: entre invisibilidades, desigualdades e violências

A atual ordem socioeconômica e espacial a que a população segregada está submetida leva-nos a refletir se essas pessoas têm o real acesso à cidade, pois a sua condição de vida reflete a negação do direito ao uso do espaço. À população é negado o direito a apropriar-se do espaço, tomar com seu algo que foi construído pelo seu trabalho e onde se localizam os serviços e bens capazes de suprir suas carências reais e as forjadas pelo valor de troca (LEFEBVRE, 1991).

Nesse ponto, como pensar no uso do espaço de uma cidade que não é produzida para todos? Lefebvre (1991) coloca que o direito à cidade apresenta-se como uma reivindicação daqueles que não a possuem, reivindicações que não cessam, pois, como o mesmo autor afirma, esse "direito caminha lentamente" (LEFEBVRE, 1991, p. 116). A esse propósito, Lefebvre ilustra como deve ser o direito à cidade para o homem urbano, quando pontua que:

> O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. O direito à cidade se

> manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade do participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 1991, p. 117/137).

Assim, essa busca da sociedade pelo direito à realização individual deve ser uma prática constante, possibilitando o real direito à cidade, a apropriação do que de fato lhe pertence, a vida urbana. Para o supracitado autor, a desigualdade de acesso aos direitos entre os habitantes da cidade, à princípio tinha como fio condutor a segregação socioeconômica. O autor afirma que após a revolução industrial e o planejamento das cidades ocorreu segundo os interesses do mercado, assim, o tecido urbano foi organizado de forma que cada área atendesse ao crescimento econômico e não a coletividade (LEFEBVRE, 1991).

Esse projeto de sociedade urbana que é propago não contempla os sujeitos sociais em suas diferenças e condição espacial. Aos citadinos é negado o direito de usufruir desse espaço e de todos os benefícios que lhe são de direito. Lefebvre (1991) pontua que as pessoas acabam cedendo à dominação que sofrem cotidianamente por essa ser tão bem ordenada e idealizada, mas, principalmente, por ser bem executada. O mesmo autor afirma:

> Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daqueles que correm de sua moradia para a estação próxima ou distante para o metrô superlotado para o escritório ou para a fábrica para retornar à tarde o mesmo caminho e voltar para a casa afim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. (LEFEBVRE, 1991, p. 117)

Circunscreve-se a vida a simples reprodução da acumulação de uma riqueza que não lhe pertence, ao contrário, lhe é tirado o direito de poder se apropriar e usufruir dessa produção. A cidade desejada fica apenas no plano da ideação e não da prática. Lefebvre (1991) idealiza uma cidade em que todos tenham o real acesso a mesma com uma revolução na sua ordem e como o mesmo expõe "O direito à cidade [...] Só pode ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada." (p. 117).

A análise sobre áreas segregadas leva, geralmente, a entendê-las enquanto unidade, sem que haja diferenças internas espaciais, sociais, econômicas, culturais etc. Porém, percebe-se que esse fato não é uma regra e a análise direcionada a esse tipo de organização espacial não é feita em seu sentido amplo, pois a mesma revela em sua base as contradições em que a sociedade industrial foi erguida (LEFEBRVE, 1991).

Segundo a arquiteta e urbanista Erminia Maricato (2003) a segregação urbana, ao impor diferenças no modo de viver na cidade, com distintos níveis de acesso aos equipamentos públicos, mercado de trabalho e lazer retroalimenta as desigualdades nas cidades.

Para o geógrafo David Harvey (2012, p. 74), o direito à cidade não se restringe a uma liberdade individual de acesso aos recursos urbanos, é um direito comum de um poder coletivo, "o direito de nós mesmos pela mudança da cidade". Trata-se de algo difícil, uma vez que somente uma pequena elite política e econômica tem moldado as cidades conforme os seus interesses.

Mastrodi e Bastista (2018) explicam que o valor de uso aplicado à cidade implica no direito de viver, morar e conviver na cidade, usar parques, escolas, comércio, ou seja, não se limita ao

valor de mercado que o setor imobiliário aplica nas cidades. Porém, para fazer uso dos equipamentos da cidade, muitas vezes, as pessoas devem pagar por ele, sobretudo as famílias que residem nas áreas menos urbanizadas da cidade.

A expressão das desigualdades sociais e raciais nas grandes cidades brasileiras é uma realidade cruel e inegável. O processo de gentrificação ocorreu em muitas cidades. Os exemplos mais citados referem-se ao período republicano das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde esse processo foi estrategicamente planejado pelo Estado, com o intuito de afastar a população negra das áreas centrais, destinando-os às zonas precárias e distantes, conduzindo-os a estigmatização (ROLNIK, 1989).

Nas palavras de Panta (2020, p.12):

> a segregação é uma realidade atual que reforça a continuidade de um modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido."

De acordo com uma série de publicações sobre levantamentos de dados socioeconômicos elaborados por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) percebemos como as mulheres negras estão inseridas em contextos de níveis socioecômicos mais baixos, ao passo que são a maioria nos índices de violência urbana.

Apesar do aumento da inserção de mulheres no ensino superior, ultrapassando os níveis masculinos, a distorção de série é maior entre as mulheres negras, além de acesso delas aos cursos de graduação serem mais baixos do que dos homens brancos. As mulheres negras também estão nos níveis mais baixos de acesso e de prevenção à saúde, como por exemplo, nos exames de mamografia, o que dificulta o tratamento precoce contra o câncer de

mama. Em termos de trabalho, são as mulheres negras a maioria da população na condição de desemprego, também no âmbito das ocupações informais, sem carteira assinada e consequentemente, sem direitos trabalhistas.

> Os dados evidenciam uma clara segmentação ocupacional, tanto relacionada ao gênero, quanto à raça. As mulheres, especialmente as negras, estão mais concentradas no setor de serviços sociais (cerca de 34% da mão de obra feminina), grupo que abarca os serviços de cuidado em sentido amplo (educação, saúde, serviços sociais e domésticos) (IPEA, 2018, p. 27).

Vale mencionar que há um grande contingente de trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada. Também chama a atenção o enorme crescimento do número de famílias formadas por casais, mas chefiadas por mulheres, em 1990 soma-se um total de 9.555.110 famílias, dez anos depois, esse número subiu para 17.506.801, alcançando em 2015 um total de 28.614.895 famílias (IPEA, 2018). Para Helene (2019, p. 6):

> é preciso, ainda, levar em conta a quantidade de mulheres trabalhando sem remuneração ou desempregadas, em número consideravelmente maior que os homens. No caso das mulheres negras, esse fato é ainda mais grave. Elas recebem menos da metade do valor do salário dos homens brancos, são as mais suscetíveis ao desemprego e são o maior contingente de empregadas sem carteira assinada.

Quanto às condições de habitação e saneamento, as casas cujo índice de abastecimento de água é mais baixo são justamente as residências chefiadas por mulheres negras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os assentamentos subnormais, conhecidos como ocupações irregulares, com padrão urbanístico baixo ou inexistente e carência de serviços

públicos essenciais, têm em sua maioria, mulheres à frente da chefia familiar.

> [..] à medida que a estratificação tem correspondência com a segmentação social e segregação urbana, a divisão do trabalho contemporâneo ainda se dá na mesma lógica que preside a estrutura social: hierarquização social, racial e espacial dos indivíduos, através de sua localização no espaço físico da cidade (GARCIA, 2010, p. 11).

As residências dessas mesmas famílias são as que possuem as menores taxas de acesso a bens duráveis, telefone e internet, afetando assim a comunicação e informatização dessas famílias, bem como sobrecarregando o tempo de dedicação ao trabalho doméstico dessas mulheres, que socialmente recai sobre as mesmas.

> Em 2009, enquanto 37,9% dos domicílios urbanos chefiados por brancas ou brancos não dispõem da máquina de lavar, esta proporção é de 91,2% para os domicílios rurais chefiados por negras ou negros. Ressalte-se que a posse de tais bens impacta fortemente na utilização do tempo pela mulher, sobre a qual, em geral, recai a responsabilidade pelas tarefas domésticas (IPEA, 2018, p. 33).

Os dados do IPEA apontam que em 2016 apesar de as mulheres atualmente conquistarem uma participação maior no mercado de trabalho, obterem um nível de escolarização mais alto, haver redução das taxas de fecundidade graças ao uso de métodos contraceptivos e acesso a informação; elas dedicaram 73% a mais de horas do que homens (18,1 horas contra 10,5 horas) em atividades de cuidados de pessoas ou afazeres domésticos. Quando se comparam regiões do país, observamos que no Nordeste as mulheres dedicam 80% de horas a mais do que os homens nestas

atividades, totalizando 19 horas semanais. Do ponto de vista étnico-racial, as mulheres negras e pardas são as que mais dispõem de seu tempo para atividades de cuidados de pessoas e afazeres domésticos, empregando 18,6 horas semanais de seu tempo.

Angela Davis (2016) ressalva de que as estimativas acerca do tempo que as mulheres dispendem com os incontáveis afazeres domésticos – cozinhar, lavar as louças e as roupas, arrumar a casa, varrer o chão, ir às compras etc., desconsideram a atenção que às mesmas dão às crianças.

> Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: Ninguém as percebe exceto quando não são feitas – notamos a cama desfeita, não o chão esfregado e ilustrado. Invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas – esses são os adjetivos que melhor capturam a natureza das tarefas domésticas (DAVIS, 2016, p. 225).

A mobilidade urbana das mulheres negras é mais um ponto ímprobo de suas vidas. A distância da residência nas periferias precarizadas até os locais de trabalho, centros de comércio e de serviços, os transportes deficitários, porém, de tarifas altas, o assédio e a violência; são fatores que, analisados em conjunto, explicam o baixo transitar destas mulheres pela cidade, bem como sua ausência nos espaços de cultura, lazer, dentre outros, pois, como abordado por Mares e Whitacker (2019), trata-se de uma mobilidade ofertada e uma mobilidade efetiva. Sua análise combinada permite analisar as condições de mobilidade na escolha e/ou determinação sobre onde consumir, estabelecer suas práticas

lazer, decisões segmentadas pela renda e por motivações subjetivas de pertencimento, atração, repulsão.

Nas palavras de Ratts (2003, p.3):

> Deslocando-se entre espaços privados e públicos sua figura se confunde com a imagem da mulata, da empregada doméstica e das babás, recriações diferenciadas das escravas, das mucamas, criadas, das amas-de-leite e das mães pretas (GONZALEZ, 1984), todas ícones que representam limites, barreiras, móveis e mutantes, porém não inexistentes.

Além da sobrecarga de trabalho, das ocupações informais e com baixas remunerações, dentre o público feminino, as mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil. Segundo o Atlas da Violência de 2020, elaborado pelo IPEA, uma mulher negra é assassinada a cada duas horas no país. Na comparação com o levantamento realizado em 2008, pesquisadores (as) identificaram que enquanto a taxa de homicídio contra mulheres brancas caiu 11,7%, a de mulheres negras aumentou 12,4% (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2020).

É assustadora a violência que ocorre de modo geral, contra a população negra no Brasil. Trata-se de um genocídio velado, já que infelizmente no modo como os casos são abordados pelas mídias prevalece a banalidade. Conforme argumenta Cyfer (2018), professora de teoria política, é somente através da visualização da fragilidade corporificada na esfera pública que se reconhece a humanidade, que se admite vidas que importam como humanas. É a fragilidade, a dependência um dos outros que nos torna humanos.

Desmascara-se a perversidade política da proibição do luto público, com a participação da mídia; por determinadas vidas, definindo quais vidas contam como vidas humanas, e quais não contam, distinguindo os nomes de quais mortos aparecerão nos

jornais e dos que não serão pronunciados. A verdade é que ao controlar a invisibilização e a excessiva exposição, esta estratégia oculta o sofrimento de alguns segmentos, impedindo a empatia, desumanizando os sujeitos cujas vidas não importam. São vidas inomináveis, reduzidas, quando muito, a números estatísticos.

Como afirma o filósofo Achile Mbembe (2018), a soberania se afirma como a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é. A ideia da manipulação do luto, inegavelmente é influenciada pela teoria de Mbembe (2018) sobre a necropolítica, conceito criado por ele para explicar o exercício de soberania atual, que vai além da biopolítica levantada por Foucault. Esta é mais suficiente para as atuais formas de dominação e controle, agora os impérios utilizam-se da política da morte, criando zonas de poder ao ditarem quem pode viver e quem deve morrer. O controle da mortalidade é hoje a manifestação mais elevada de poder.

Segundo o autor, existe um sistema de subdivisões de populações em grupos e subgrupos para o exercício de controle e censura entre uns e outros baseados nas diferenças raciais, pois a raça sempre esteve presente no pensamento e práticas ocidentais, principalmente ao imaginar a desumanidade de povos estrangeiros, ou a dominação exercida sobre eles.

Muitos mecanismos elaborados ao longo da história de exploração de grandes impérios, como o apartheid e tecnologias nazistas baseadas na eugenia, serviram como aprimoramento para que o Estado "civilizasse" os modos de matar, embora a desumanização ainda persista (MBEMBE, 2018).

O autor traz a Palestina como um dos exemplos contemporâneos de necropoder. A ocupação colonial promove a concatenação de diversos poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. Num estado de sítio, toda a vida cotidiana militarizada, massacrando milhares de pessoas. Mas, as máquinas de guerra não se limitam às trincheiras, o autor também problematiza o mecanismo de endividamento sobre determinados países, através do qual se formam enclaves econômicos e é determinado o valor e utilidade das pessoas, que podem ser destituídas como escravos, peões ou clientes e transforma estes espaços em áreas privilegiadas de guerra e de morte (MBEMBE 2018).

Zygmunt Bauman (2011) também traz elementos interessantes para pensarmos nesses aspectos. Ele explica que a desigualdade de consumo se materializa como uma desigualdade existencial, afetando a pessoa no sentido de restringir sua liberdade de ação. Como exemplo, o autor cita o impedimento das mulheres frequentarem espaços públicos na Inglaterra vitoriana, e isso perdura até hoje em muitos países orientais, temos ainda o confinamento de londrinos no *East End* (área de superlotação de pobres e imigrantes) há mais de um século, que atualmente se reconfigura na lógica dos banlieues na França, as favelas latino-americanas, os guetos nas cidades dos Estados Unidos. As pessoas que vivem nestes lugares são humilhadas, desrespeitadas, inferiorizadas, têm parte fundamental de sua humanidade destituída.

Não precisamos ir tão longe para pensarmos numa demonstração empírica da teoria de Mbembe e também de Bauman, podemos compreender essa realidade no Brasil, país incluído no

sistema de enclaves econômicos. Aqui temos o genocídio do povo negro, sobretudo daqueles e daquelas destinados (as) a sobrevivência em favelas, no Rio de Janeiro, por exemplo. Sucumbidos entre o domínio territorial do tráfico de drogas, vivenciando duplamente o medo gerado pela ação truculenta de milícias e por traficantes. Permanecem em constante toque de recolher.

Alguns casos, tornaram-se inesquecíveis pelo alto nível de violência e perversidade. Em 2014, no Morro da Congonha, em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro, uma mulher foi morta por um tiro, num confronto entre policiais e traficantes, não bastasse isso, ao ter o corpo colocado dentro do porta-malas, uma parte do tecido de sua roupa ficou enroscada, o porta-malas abriu, e ela teve seu corpo arrastado por um carro da polícia militar por cerca de 350 metros, dilacerando-o. Seu nome era Cláudia Silva Ferreira. Alguns moradores (as) alegaram que os policiais atiraram deliberadamente nela.

E o que pensar de mortes que sintetizam todas as interseccionalidade, como gênero, raça/etnia, sexualidade, classe em uma só pessoa? É o que configura o assassinato de uma mulher de poder institucional, a vereadora Marielle Franco em 2018. Era uma mulher preta que militava pelas favelas e ocupava um cargo político. Ainda assim, foi executada em uma praça pública, e os responsáveis por seu assassinato permanecem na impunidade. Como nos alerta hooks (2013):

> Hoje vivemos no meio desse naufrágio. Vivemos no caos, na incerteza de que será possível construir e manter uma comunidade. As figuras públicas que mais nos falam sobre a volta dos valores antigos incorporam os males que King

> (Martin Luther King) descreve. São pessoas mais comprometidas com a manutenção de sistemas de dominação – o racismo, o sexismo, a exploração de classe e o imperialismo. Elas promovem uma visão perversa de liberdade que a equipara ao materialismo. Nos ensinam a crer que a dominação é "natural", que os fortes e poderosos têm o direito de governar os fracos e impotentes. O que espanta é que, embora tanta gente afirme rejeitar esses valores, nossa rejeição coletiva está longe de ser completa, visto que eles ainda prevalecem em nossa vida cotidiana (hooks, 2013, p. 43).

Sempre houve resistência. E as mulheres negras têm resistido historicamente de diversas formas. Atualmente, o engajamento em movimentos sociais, associações de bairros e grupos de economia solidária têm proporcionado o protagonismo da luta destas mulheres, de diferentes gerações, que distantes de qualquer resignação, buscam incessantemente melhores condições de vida para si, suas famílias e suas comunidades.

A luta e resistências de mulheres negras nas periferias da cidade

Helene (2019) afirma que ao reivindicarem programas habitacionais em zonas centrais das cidades, por meio de ocupações e protestos, a luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade adquiriu novas pautas como o acesso às infraestruturas e equipamentos sociais, além de empregos, porém, como afirmou Mares (2013, p. 2):

> Muito mais que ter respeitado o seu direito à cidade, essa parcela da população residente em áreas periféricas pobres deve ter o real acesso à uma vida urbana digna e usufruir de todos os elementos que a integram, exceto aqueles que, nesses tempos, a torna cruel - a desigualdade; essa que se exprime em todas as dimensões da vida urbana.

As mulheres que participam desses movimentos sociais travam uma luta contra uma segregação socioespacial generificada. Elas buscam além do direito de viver em espaços que permitam a reprodução da vida com qualidade, e assim, articulam diferentes formas de opressões que a cidade capitalista lhes condiciona (HELENE, 2019).

Neste sentido, Mastrodi e Batista (2018) destacam alguns movimentos feministas negros nas cidades, como por exemplo o Geledés – Instituto da Mulher Negra, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), o Centro de Estudos das Relações do Traballho e Desigualdade (CEERT), o Rolê das Pretas e grupos de saraus de ruas.

Segundo Garcia (2010) atualmente os movimentos sociais urbanos têm grande representatividade de mulheres e homens negros, inclusive na direção. E eles podem protagonizar e organizar lutas por uma cidade que inclua os seus interesses, superando as opressões de uma cidade desigual, patriarcal e racista.

Tavares (2017) destaca a forma inesperada de lugares marcados por tais exclusões. De acordo com a autora esses lugares podem se transformar em espaços de resistência, ressignificação e subversão dos padrões hegemônicos.

Os espaços generificados mencionados pela autora supracitada relacionam-se com a teoria dos espaços paradoxais de Rose (1993), pois onde há opressões, há também uma força que emerge por justiça, contra a discriminação, opressão, violências e segregação socioespacial. Geralmente, organizadas em grupos, essas mulheres realizam práticas de resistência, lutando por direitos e reconhecimentos (ROSE, 1993; TAVARES, 2017).

Uma perspectiva interessante observada nestes tipos de organizações é a da economia solidária. Segundo a socióloga Helena Bonumá (2015 p. 39-40):

> a Economia Solidária, assim concebida, propõe uma nova forma de organizar a produção, as relações de trabalho, as finanças, a comercialização, a distribuição e o consumo, se definindo como alternativa ao mercado capitalista, cuja lógica subordina os interesses dos trabalhadores, dos consumidores e dos cidadãos aos interesses do mercado e ao lucro de poucos. A Economia Solidária é considerada a atividade econômica e produtiva que visa a geração de trabalho e renda de forma associativa, cooperativa e autogestionária, buscando – mais do que o lucro – a sustentabilidade, a inclusão social, o desenvolvimento comunitário, o bem-estar e a dignidade humana, e a solidariedade.

Os grupos formados a partir deste embasamento têm como fundamento a solidariedade na busca pela redução da exclusão social. No Brasil, legalmente, tal conceito implica em produzir, vender ou trocar bens e/ou serviços para garantir a sobrevivência de um indivíduo ou de uma família. Assim, prevalecem o bem comum, as formas coletivas de autogestão, a cooperação, a solidariedade e a preservação ambiental (HERK, 2011).

> A economia solidária, tal como a concebemos hoje, resulta de experiências de auto-organização comunitárias para provimento de suas necessidades e de alternativas associativas para geração de trabalho e renda, que ao longo da história do capitalismo aparecem de diferentes formas, em diversos lugares (BONUMÁ, 2015, p. 36).

Segundo levantamento realizado por Herk (2011), de acordo com o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), os empreendimentos solidários caracterizam-se por serem associações, cooperativas, grupos, bancos comunitários ou redes de

cooperação; que podem realizar operações de produção, comércio, serviços, crédito, consumo e trocas; e preveem a solidariedade, autogestão, cooperação, justiça e sustentabilidade.

Historicamente, a economia solidária teve início na fase industrial capitalista, quando trabalhadores(as) rurais e operários(as), sobrevivendo em contextos de exploração e precariedade passaram a se organizar com base em ideias cooperativistas. Essa fase é denominada por economistas como cooperativismo revolucionário do século XIX (HERK, 2011).

Na década de 1970, pós-guerra, na França, houve grande movimentação social na busca por iniciativas de auxílio mútuo, e o papel feminino nessa conjuntura foi muito importante, já que eram as mulheres que levavam conhecimento educacional ao povo, auxílio aos menos favorecidos, cuidados de saúde, higiene e organizavam formas coletivas de trabalho. Esse fato, se repete em muitos países, da maior inserção de mulheres nestes tipos de iniciativas, já que elas "têm uma característica interessante de primarem pela organização coletiva como forma de potencializar a geração de trabalho e renda, no intuito de buscar certa liberdade e independência econômica em relação aos homens (HERK, 2011, p. 57).

No Brasil, a economia solidária surge no início do século XX, por influência de imigrantes europeus (HERK, 2011). Mas, o primeiro empreendimento reconhecido como economia solidária data de 1885, no Nordeste do país. Tratava-se de uma comunidade quilombola que hoje é constituída por um grupo de mulheres jovens dedicadas ao artesanato. Além de comunidades quilombolas, as

aldeias indígenas e ligas camponesas no Brasil possuem acúmulo de experiências com trabalho autogestionário (BONUMÁ, 2015).

No Brasil, as inciativas de economia solidária cresceram após a adoção da política neoliberal, nos anos 1990. Esse movimento indicava uma forma de resistência e busca por sobrevivência diante da crise e do desemprego (COSTA, 2011). Nos anos 2000, tais empreendimentos seguiram crescendo sobretudo com a criação de políticas públicas de fomento à economia solidária propostas por governos populares, como o Partido dos Trabalhadores (PT) (BONUMÁ, 2015).

Bonumá (2015) descreve que os dez principais princípios da economia solidária são: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social e cuidado com o meio ambiente. Herk (2011) explica que a pessoa gestora tem uma grande responsabilidade dentro da economia solidária, pois deve articular o grupo política e economicamente para garantir a tríade: capital, trabalho e cooperação.

Nas periferias das grandes cidades existem inúmeros exemplos de grupos formados por mulheres que atuam coletivamente, seja por si mesmas, ou por intermédio de instituições públicas e ONG's. Elas atuam sobre a reivindicação de melhorias para os bairros, contra a violência que dizima os jovens negros das favelas, na confecção de produtos ou prestação de serviços que possibilitem a ampliação da renda familiar. Há inclusive grupos juvenis atuando com o uso de tecnologias, para a elaboração de mapas cartográficos que exploram a realidade das favelas, também para a criação de sites, rádios comunitárias, escolas de capacitação.

A mesma fluidez que envolve o espaço também está presente nas relações de gênero. Compreendemos que essas estratégias de resistência fissuras, e seus efeitos refletem no âmbito cotidiano e familiar e público, quando as mulheres negras assumem projetos como estes, estão demarcando um espaço importante, e demonstrando que assim como as suas ancestrais, podem elaborar estratégias de sobrevivência e não se silenciam, nem se omitem diante das desigualdades e violências.

Considerações Finais

É inegável que durante muitos anos as análises sobre o espaço das cidades pautavam-se principalmente sobre as dinâmicas econômicas, quando muito, havia algum esforço em aprofundar teorias a partir do viés social, mas a inserção da escala do corpo e das subjetividades e interseccionalidades que este corpo apresenta, e como isso se projeta sobre o espaço urbano é algo recente.

As desigualdades do espaço urbano, manifestadas a partir de preconceitos, violências e da segregação socioespacial, evidenciam que há grupos cuja sobreposição de exclusão, os colocam em condições de maior invisibilidade e precariedade. As mulheres negras, que resistem bravamente sozinhas ou com suas famílias nas favelas e bairros marcados pela pobreza das grandes cidades, são exemplos claros de como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, é condicionada às piores situações da vida urbana. Há inúmeras Carolinas, espalhadas pelas cidades brasileiras.

Todavia, apesar de residirem em estabelecimentos precários, mal equipados em termos de infraestrutura, submetendo-

se aos trabalhos informais e de baixa remuneração, expostas cotidianamente à diversos tipos de violências, essas mulheres, assim como sempre fizeram, desde os tempos remotos de escravidão, encontram forças e somam-se em projetos na busca por melhores condições de vida, pelo direito à cidade, que há tanto tempo, tem sido negado a elas. Uma das estratégias encontradas para enfrentar a exclusão é a economia solidária.

Nosso intuito não é esgotar a discussão deste tema tão complexo e indispensável para a sociedade atual, há muito o que pontuar e debater sobre tais questões. Mas esperamos que essa discussão alcance mais pessoas interessadas por essa realidade.

Referências

BAUMAN, Z. **44 cartas ao mundo líquido moderno**. Zahar, 2011.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo – Livro 1**: Fatos e Mitos. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BONUMÁ, H. **As Mulheres e a Economia Solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, jan./jun. 2006, p. 329-376.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Sujeito & História, 2017.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo**: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Geledés, 2013.

COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! **Sociedade e Cultura** (Online), v. 14, p. 19-27, 2011.

CURIEL, O. Descolonizando el Feminismo: Uma perspectiva desde America Latina y Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre**

Praxis y Pensamiento Feminista, realizado en Buenos Aires en junio de 2009.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. **Cadernos Pagu**, v. 4, p. 1-15, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA, A. S. Relações de Gênero, raça, classe e desigualdades Socio-ocupacionais em Salvador. **II encontro internacional de ciências sociais**: as ciências sociais e os desafios para o século XXI. Relações de gênero, raça, classe e desigualdades socioocupacionais em Salvador. 2010.

GARCÍA R. M D. ¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA**, Ciencias Sociais e Humanidades, Rioja, v. 20, p. 25-51, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, v. 29, p. 73–89, 2012.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, p. 951-974, 2019.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e Pensamento Feminista: contribuições históricas e debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Revista Mediações** (UEL), v. 20, p. 97-128, 2015.

HERK, A. C. **Gênero e Economia Solidária**: um olhar sobre a participação e atuação das mulheres nas organizações do terceiro setor. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Gestão de Negócios, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. Editora Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo, Ática, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 1991.

MARES, R. M. A periferia pobre e a produção do espaço urbano: O caso de Vitória da Conquista/BA. **Anais do II Simpósio de Estudos Urbanos**: A dinâmica das cidades e a produção do espaço. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/mares-rizia-mendes.pdf>.

MARES, R.; WHITACKER, A. M. Fragmentacão socioespacial, mobilidade urbana e cotidiano na Bahia, Brasil. **Papeles Y Coyuntura**, v. 1, p. 304-327, 2019. Disponível em: http://repository.unipiloto.edu.co/bitstream/handle/20.500.12277/9009/FragmentacaoSocioespacial-Papeles-46.pdf?sequence=5&isAllowed=y.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. N-1 edições, São Paulo, 2018.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MASTRODI, J; BATISTA, W. M. O dever de cidades includentes para as mulheres negras. **Direito Da Cidade**, v. 10, p. 862-886, 2018.

MOUTINHO, L. Negociando com a adversidade: reflexões sobre 'raça', (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. **Revista Estudos Feministas**. Vol.14, n.1, 2006, p. 103-116.

NELSON, L. La geografía feminista anglosajona: reflexiones hacia una geografía global. In: IBARRA GARCÍA, María Verónica; ESCAMILLA HERRERA, Irma (coord.). **Geografías feministas de diversas latitudes: orígenes, desarrollo y temática contemporáneas**. México: UNAM, Instituto de Geografía, p. 21-53, 2016.

PANTA, M. População Negra e o Direito à Cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil. Dossiê Temático - **Memória e Legado das Resistências Negras**. ACERVO (RIO DE JANEIRO), v. 33, p. 79-100, 2020.

RATTS, A. J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In: 27o **Encontro anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais)**, 2003, Caxambu, MG. Programa e Resumos do XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2003. v. 1. p. 133-133.

ROLNIK, R. **Territórios negros nas cidades brasileiras**. 1989. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf. Acesso em: 18 denovembro de 2022.

ROSE, G. **Feminism & Geography**: The limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SILVA, J. M.; SILVA, M. G. S. N. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**, 2014.

TAVARES, R. B. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. In: **Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo, 2017.

Submetido em: 15 de março de 2023.

Devolvido para revisão em: 24 de abril de 2023.

Aprovado em: 12 de maio de 2023.

PAULA, L. A. C. de; MENDES MARES, R. MARCADORES DE GÊNERO E RAÇA NA VIDA DE MULHERES NEGRAS DO ESPAÇO URBANO: DO LIMITANTE DIREITO À CIDADE ÀS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2942. Acesso em: 22 jul. 2023.

A GEOGRAFIA DAS MULHERES NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS PERIFÉRICAS: GÊNERO E POLÍTICA NO ESPAÇO FAMILIAR.

THE GEOGRAPHY OF WOMEN IN PERIPHERIC BRAZILIAN FAMILIES: GENDER AND POLITICS IN THE FAMILY SPACE.

LA GEOGRAFÍA DE LA MUJER EN FAMILIAS BRASILEÑAS PERIFERICAS: GÊNERO Y POLÍTICA EN EL ESPACIO FAMILIAR.

ISIS DO MAR MARQUES MARTINS

Em estágio pós-doutoral em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
e-mail: isisdomar@gmail.com

KAMILLY ANTUNES DE ASSIS

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
e-mail: kamillyantuness@gmail.com

Resumo:
Ainda recente no Brasil, a perspectiva da geografia da família analisa a pluralidade das relações sociais no espaço familiar, na dimensão cultural, nas esferas de poder, entre outros. A ótica das relações de gênero é crucial para entendermos as trajetórias e as estratégias das famílias e, se visarmos à vulnerabilidade e pobreza, encontraremos muitas outras categorias de análise. Este artigo propõe entender a gama de relações entre a chefia feminina e as suas características nas periferias urbanas do Brasil, a partir de trabalho de campo na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV/ES). Trata-se, pois, este tema, de um necessário esforço tanto para analisar quanto para fortalecer os estudos sobre a geografia da família, o que é pertinente se considerarmos as riquezas de abordagens e compreensões possíveis no Brasil contemporâneo.
Palavras-chave: Geografia da Família; Família; Mulher; Chefia feminina.

Abstract:
Still recent in Brazil, the perspective of the geography of the family analyzes the plurality of social relations in the family space, in the cultural dimension, in the spheres of power, among others. The optic of gender relationship is crucial to understand the trajectories and strategies of families. And if we look at vulnerability and poverty, we will find many other categories of analysis. This article proposes to understand the range of relations between female headship and its characteristics in the urban peripheries on Brazil, based on fieldwork in the Metropolitan Region of Grande Vitória (ES). This theme is, therefore, a necessary effort both to analyze and to strengthen the studies on the geography of the family, which is pertinent if we consider the wealth of approaches and understandings possible in contemporary Brazil.
Keywords: Geography of the Family; Family; Women; Female Headship.

Resumen:
Todavía reciente en Brasil, la perspectiva de la geografía familiar analiza la pluralidad de las relaciones sociales en el espacio familiar, en la dimensión cultural, en las esferas de poder, entre otros. La perspectiva de las relaciones de género es crucial para entender las trayectorias y estrategias de las familias, y si nos fijamos en la vulnerabilidad y la pobreza, encontraremos muchas otras categorías de análisis. Este artículo se propone comprender la gama de relaciones entre el liderazgo femenino y sus características en las periferias urbanas de Brasil, a partir de un trabajo de campo en la Región Metropolitana de la Gran Vitória (ES). Por lo tanto, este tema es un esfuerzo necesario tanto para analizar como para fortalecer los estudios sobre la geografía de la familia, lo cual es relevante si consideramos la riqueza de enfoques y comprensiones posibles en el Brasil contemporáneo.
Mots-clés / Palabras-clave: Geografía de la Familia; Familia; Mujeres; Liderazgo Femenino.

Introdução[1]

Considerando a ciência geográfica e suas categorias de análise (espaço, região, lugar, paisagem, território e corpo[2]), os estudos que perpassam a relação de gênero são recentes no Brasil. Se colocarmos em intersecção ao estudo da família, a produção no país diminui drasticamente.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, fruto de um projeto maior de pesquisa sobre mobilidade residencial metropolitana nas famílias brasileiras[3], é desbravar análises da realidade das famílias sob a ótica geográfica, das especificidades contidas no país, sobretudo em relação à posição das mulheres no âmbito familiar. O tema tem sido amplamente construído nas ciências sociais e, como principal campo, na demografia. Nosso intuito é analisar o perfil das chefias femininas sob um olhar espacial.

Diferente do que já se sugeriu ao tratar da chefia feminina, sob a perspectiva da feminização da pobreza, há uma heterogeneidade na forma como ocorre esse processo, tão marcado na realidade das famílias brasileiras. Em cada tipo de arranjo em que as mulheres são responsáveis pelo domicílio, as relações identitárias – firmadas pela construção dos papéis de gênero e pelas interações familiares – produzem diversos sentidos de chefia feminina, que se afirmam por meio de representações de gênero socialmente construídas, mas que ao mesmo tempo só podem ser compreendidas nas especificidades do contexto de suas trajetórias de vida.

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

[2] Haesbaert destaca que a inserção da categoria corpo está ligada a autoras como Linda Macdowell, Alicia Lindón e Gil Valentine, construída nos últimos 25 anos, sendo, portanto, uma categoria ainda recente na geografia (HAESBAERT, 2020, p. 77).

[3] Este artigo é resultado parcial do projeto "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990" (CAPES/SNF).

Para tal, faremos uma breve análise do que é a geografia da família acerca das relações de gênero no mundo, com uma revisão bibliográfica na primeira parte do texto, e em seguida uma análise empírica, com dados e informações obtidas em trabalho de campo entre maio e julho de 2022, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no estado do Espírito Santo. As cidades contempladas pela pesquisa são Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana.

Metodologia

Esboçaremos algumas características da chefia feminina a partir de trabalho de campo na RMGV por meio das primeiras análises do banco de dados elaborado pelo projeto, destacando algumas trajetórias de vida captadas pelo contato com as famílias entrevistadas. Os bairros Flexal II (Cariacica), Nova Bethânia (Viana), Jabaeté (Vila Velha) e São Diogo II (Serra) foram as áreas de interesse para a pesquisa devido à expansão urbana recente e indicador de migração intrametropolitana significativo. Encontram-se posicionadas enquanto áreas periféricas da região metropolitana, conforme apontado por levantamento prévio ao trabalho de campo.

A produção de dados primários permitiu conhecer perfis das famílias por meio de variáveis que posicionam o arranjo domiciliar, a condição socioeconômica dos residentes no domicílio e as questões relativas à mobilidade residencial. A amostra utilizada para pensar as tipologias da chefia feminina na RMGV é composta por 43 domicílios. O critério adotado para a seleção levou em consideração os casos em que a pessoa de referência são mulheres responsáveis pelo domicílio. O recorte foi necessário pois as informações e variáveis do questionário são obtidas sobre a pessoa de referência, tornando pos-

sível a correlação com informações que exprimem características da condição de chefia.

A tipificação das chefias segue os relatos e as observações da pesquisa e das entrevistas que realizamos em formato semiestruturado. Os nomes das avós, mães, filhas/filhos e netas/netos foram preservados e trocados por nomes fictícios. Todos os entrevistados aceitaram por livre e espontânea vontade participar da pesquisa e concordaram com a divulgação de seus resultados. Também, a pesquisa está registrada no Comitê de Ética.

Optamos, assim como na esfera do projeto maior – que envolve o estudo da mobilidade residencial das famílias no Brasil – uma abordagem quali-quanti, mesclando uma leitura das entrevistas semiestruturadas com dados coletados – na amostra e nos dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) a fim de se obter maior clareza e apreensão da análise do real.

Outro ponto importante se dá quanto à literatura sobre o tema nas ciências sociais em geral que, embora rapidamente citado, não especificaremos por uma escolha metodológica de abordagem geográfica – que como veremos, é pouco explorada.

Família, espaço e gênero: o que a geografia contribui e pode contribuir?

Conforme já explorado por Martins (2022), o estudo da família é consolidado nas ciências sociais - incluindo aí as ciências aplicadas, como economia e demografia. A geografia, embebida por essas influências, têm produzido, ainda que pouco, um arcabouço metodológico do estudo das famílias enquanto categorias de análise, a partir de modelos que cabem a espaços e lugares distintos, isto é,

utiliza metodologias que comportam lugares específicos, compreendidos àqueles que já possuem uma base nos estudos em família, não raramente no chamado "Norte global".

Fica claro, ao analisarmos a bibliografia, a existência de uma lacuna de reflexões sobre o tema no Brasil (MARTINS, 2022). Ao considerar também as especificidades das famílias brasileiras, a relação família e domicílio nas regiões metropolitanas é nula. No tocante à cidade e às escalas urbanas – a qual comporta o espaço que trataremos aqui – e sua relação entre família e gênero, poucos trabalhos tensionam de fato os processos de pobreza e desigualdade, para então chegar à desigualdade de gênero (ROSSINI, 1988; MOREIRA, 2015).

Nesse trajeto de análise da literatura, fora da realidade brasileira, Lawson (1998), em uma leitura da construção dos domicílios a partir da relação migração e gênero, aponta a necessidade de compreendermos uma gama de fluxos e complexidades que envolvem a relação mulher e família nos contextos latino-americanos.

> Pesquisadoras feministas têm enfatizado a importância da dinâmica de poder intradoméstico dos moldes da divisão do trabalho pela atribuição do trabalho doméstico e as responsabilidades do ganho de renda para vários membros do mesmo domicílio (...) Essa divisão do trabalho doméstico é fluida e complexa, emergindo de desigualdades materiais entre membros do mesmo domicílio e da operação das ideologias de gênero socialmente construídas. As posições individuais dentro da divisão doméstica do trabalho são tipicamente atributivas, mas esta atribuição pode variar de acordo com o tipo de domicílio (estendido, nuclear, chefias femininas), estágio no curso de vida familiar, contexto rural ou urbano e contexto cultural (LAWSON, 1998, p. 40, tradução nossa).

Implica, assim, pensarmos que em toda relação familiar existe uma multiplicidade de sujeitos que já se encontram, entre si, em uma relação desigual. Os padrões migratórios, as opções de trabalho, o deslocamento, o autocuidado e o cuidado com filhos (e a própria escolha de ter ou não filhos), é completamente diferente entre homens e mulheres. A vulnerabilidade, portanto, apresenta-se como uma variável extremamente carregada da relação espaço e gênero nas famílias.

Nessa mesma perspectiva, os estudos de Bowlby (1990) e McKie, Bowlby e Gregory (2001) enfatizam as discrepâncias do trabalho pago e não pago, assim como o "*third way*", ou as inúmeras jornadas enfrentadas no cotidiano das mulheres que afetam diretamente não somente o poder de decisão dentro das famílias, mas também a força e o suporte em acesso a direitos essenciais, cujas classes cada vez mais pobres enfrentam essa relação de maneira ainda mais abissal.

> O ato de realizar ou não tarefas específicas pode ainda estar como contínua demonstração, no básico do dia-a-dia, de identidade pessoal de gênero. Para a mulher, é dentro da casa e da família que a realização de tarefas e a identidade de gênero pode estar intimamente entrelaçado. Nós estamos sugerindo em outro lugar que enquanto homens e mulheres talvez 'façam gênero', ao mesmo tempo os membros da família estão 'fazendo a casa', na realização das atividades que acionam as relações de gênero dentro da casa, e ao redor da família que reforçam não somente os conceitos de gênero, mas também o significado de casa e de lugar dentro destas localidades. Muitas das atividades envolvidas no 'fazer a casa' e 'fazer o gênero' concernem no cuidado para os outros ou no bem estar físico e emocional de ambos (MCKIE, BOWLBY E GREGORY, 2021, p.236, tradução nossa).

Gil Valentine, no artigo "*The ties that bind: towards geographies of intimacy*", alerta para a carência de análise na geografia em todas as frentes que envolvam o cotidiano domiciliar das famílias, seus corpos e principalmente a relação entre mulheres e homens com a infância, nos aspectos geracionais e sócio-culturais.

> Pouca ou nenhuma consideração tem sido feita por geógrafos para outras formas de relação familiar além da pais/filhos: por exemplo, entre: crianças adultas e pais adultos; os irmãos; netos e avós; e a rede familiar mais ampla de tios/tias, primos e enteados/madrastas e padrastos. Esta relativa ausência é particularmente significante no contexto do crescimento da fragmentação e reconstituição familiar ou negociação intrafamiliar por múltiplas gerações (VALENTINE, 2008, p. 2101, tradução nossa).

Família, domicílio e cotidiano, que parecem triviais no espaço, se desdobram conforme o arcabouço teórico-metodológico de análise não só geográfica, mas em políticas públicas que contribuem para a qualidade de vida e de dispositivos de acesso à saúde, trabalho, educação, entre outros. É salutar, portanto, "abrirmos espaço" para o espaço das mulheres nas famílias brasileiras.

Ainda conforme Martins (2022), podemos sistematizar os estudos de gênero na geografia da família a partir das seguintes produções:

1 - A problemática da migração e das limitações implicadas nas relações de gênero entre grupos familiares;

2 - A falta de uma análise de contexto das discrepâncias contidas entre gênero e trabalho (pago e não pago) que implicam diretamente no poder de decisão das mulheres dentro das famílias;

3 - A desigualdade salarial e a tomada de responsabilidades entre filhos nas famílias que afetam o cotidiano;

4 - O deslocamento-proximidade entre escolas e creches;
5 - Como a mobilidade de homens é tomada de maneira diferente do que entre mulheres;

Por consequência, se faz salutar políticas de acesso e que corrijam desigualdades intrínsecas às relações entre gêneros reveladas no espaço do cotidiano - no caso as mais conotativas, e no espaço aparente, quanto às relações denotativas.

Um dos aspectos que mais se tensiona é o que chamamos de práticas e discursos da vulnerabilidade entre mulheres e homens na geografia das famílias brasileiras. Como exemplo, temos a relação entre famílias e monoparentalidade no país: as famílias de mães solteiras convivem com avós e netas(os), também chamado de arranjos familiares estendidos. Ainda, conforme Elizabeth Bilac:

> Famílias reais não são organismos absolutamente funcionais, formados por papéis de sexo e de geração complementares que se combinam harmonicamente para garantir que o todo (a família) persista. Famílias reais são configurações complexas de relações de gênero e de geração, envolvendo poder, interesses pessoais opostos e também, mas não apenas, grande dose de solidariedade, expressa em obrigações e direitos recíprocos, porém nem sempre simétricos e na mesma quantidade. Alguns membros terão mais direitos e outros mais obrigações, e nesta distribuição está contida uma distribuição de poder. As relações de interdependência entre seus membros conformam, portanto, relações contraditórias com uma imensa carga conflitiva, as quais, ao mesmo tempo em que oferecem proteção e cuidados, são também potencialmente violentas (BILAC, 2003, p. 57).

A vulnerabilidade na cidade em relação às famílias se produz a partir de um referencial teórico dos riscos e vulnerabilidades sociais engendrados por uma série de variáveis, entre eles: capital humano e social, políticas públicas, composição das famílias e

transformação das relações de trabalho. Foi pensado a partir de um modelo que não considera, por exemplo, as especificidades de um país como o Brasil, cujas relações familiares são plurais e a periferização se situa em outras esferas conceituais de variáveis.

A geografia, ao compreender a dimensão socioespacial da chefia feminina e da monoparentalidade tem o potencial de contribuir com a complexificação desse tema, concebendo-o para além do aspecto da provisão financeira, como se consolidou por parte da feminização da pobreza destacada pelos estudos de amplas áreas das ciências sociais. Ainda assim, são ínfimos os estudos que cumprem com esse esforço pelo saber geográfico. A ausência do enfoque na compreensão das famílias das mulheres não é, no entanto, uma casualidade. É fruto de uma tradição que elenca quais aspectos e quais conhecimentos devem ser reproduzidos como conhecimento geográfico.

Ao pesquisar sobre a ausência das perspectivas de gênero na geografia, Silva (2009; 2015) se baseia na concepção de que o discurso científico da geografia brasileira está subordinado a alguns aspectos fundantes. Em primeiro lugar, se promove a partir da base eurocêntrica da constituição do saber. Para Silva (2009; 2015) a ausência ou invisibilidade da perspectiva de gênero na geografia brasileira é fruto de uma forma de conceber e fazer geografia. A autora discorre que ao longo da narrativa historiográfica da ciência geográfica, perpetuada por currículos acadêmicos, foram elencadas figuras masculinas e correntes do pensamento de forma lineares e sequenciais, internalizadas e reproduzidas até o estabelecimento de conceitos, abordagens e formas de interpretar a realidade de maneira hegemônica.

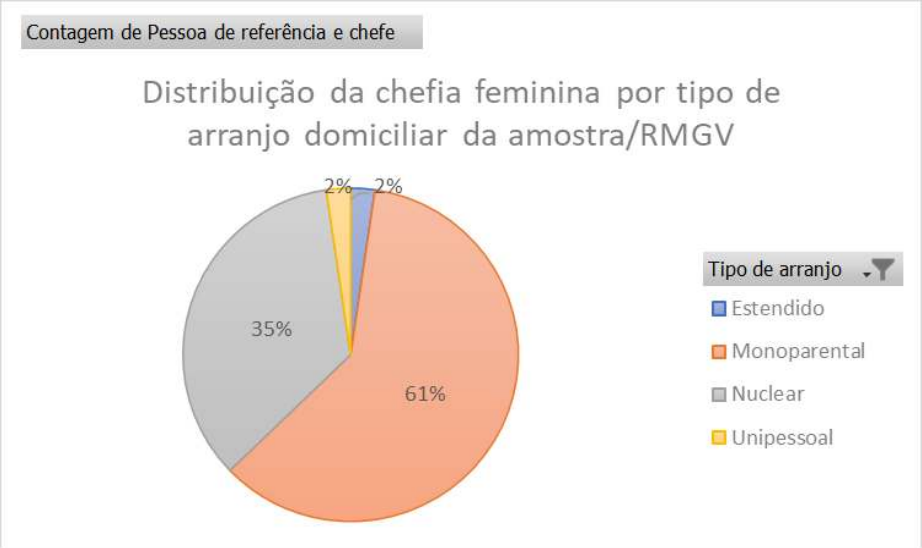
É nesse sentido que se estabelece nosso diálogo: propor um estudo dos arranjos domiciliares das famílias no Brasil no caso das famílias chefiadas por mulheres. Entendendo o fluxo de potenciais em análise, sistematizar as distintas realidades das mulheres nas famílias brasileiras é o pontapé para desdobrarmos o olhar espacial sobre essa realidade.

A família das mulheres: considerações sobre tipologias da chefia feminina na RMGV

A primeira informação levantada pretendeu distribuir a chefia feminina entre os arranjos domiciliares identificados. A categorização do tipo de arranjo elencada é: 1) monoparentais - composto por pai ou mãe e filhos, nesse caso mães; 2) nucleares - composto por um núcleo reprodutivo, ou seja, mãe, pai e filhos; 3) estendidos - composto por mais de um núcleo reprodutivo ou um núcleo reprodutivo e outros parentes e 4) unipessoais - composto por uma pessoa sozinha. Conhecer o tipo de arranjo da chefia feminina importa para saber também os sentidos da chefia e a entrada da mulher nessa condição.

Sabemos que a responsabilidade de uma família monoparental apresenta diferenças importantes da responsabilidade de famílias nucleares. A maior parte das mulheres chefes da amostra são responsáveis por domicílios monoparentais, correspondendo a 60%. Em seguida, o arranjo nuclear mais expressivo entre a chefia feminina é do tipo nuclear (mais de 30%). Isso significa que, mesmo em arranjos familiares compostos por homens e mulheres – pai e mãe – em grande proporção se consideram chefes de família.

Gráfico 1: Distribuição da chefia feminina por tipo de arranjo domiciliar da amostra/ RMGV



Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022)

A respeito da homogeneidade que constantemente fica submetida às áreas classificadas como periféricas nas regiões metropolitanas, encontramos significativas diferenças socioespaciais entre as áreas de interesse; entre elas, diferenças relativas aos perfis familiares e domiciliares identificados.

Tabela 1: Distribuição dos arranjos domiciliares chefiados por mulheres por bairros da amostra/RMGV

Bairros da RMGV	Estendido	Monoparental	Nuclear	Unipessoal	Total Geral
Flexal II - Cariacica	0,00%	55,56%	33,33%	11,11%	100,00%
Jabaeté - Vila Velha	6,67%	73,33%	20,00%	0,00%	100,00%
Nova Bethânia - Viana	0,00%	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%

São Diogo II - Serra	0,00%	55,56%	44,44%	0,00%	100,00%
Total Geral	**2,33%**	**60,47%**	**34,88%**	**2,33%**	**100,00%**

Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022)

O predomínio do arranjo monoparental de chefia feminina se dá em todas as áreas. No entanto, as maiores disparidades em relação à distribuição dos arranjos de chefia feminina se dão em Flexal II (Cariacica) e Jabaeté (Vila Velha). Entre Nova Bethânia (Viana) e São Diogo II (Serra) há pouca diferença percentual entre a distribuição dos arranjos monoparentais (50% e 55,56%, respectivamente) e nucleares (50% e 44%, respectivamente).

Em Flexal II, há um predomínio do arranjo monoparental em relação aos demais arranjos, concentrando uma diferença percentual de mais de 20% do monoparental em relação ao nuclear. Foi também o único local em que identificamos a presença de um arranjo unipessoal de chefia feminina. Já em Jabaeté (Vila Velha), a concentração do arranjo monoparental chama atenção com uma diferença percentual de mais de 50% em relação ao nuclear, em que 73% do total dos domicílios com chefia feminina da amostra é do tipo monoparental.

Importa destacar que dentre as áreas de interesse do projeto, o bairro Jabaeté se caracteriza por ser uma área de ocupação mais recente. As famílias desse bairro – que fizeram parte da amostra da pesquisa – se caracterizam por apresentarem menores rendimentos e condições de moradia instáveis e mais precárias, assim como trajetórias de vida marcadas por eventos e adversidades que suscitaram mobilidades.

Nesse cenário de relações complexas, sobretudo para responder ao contexto de vulnerabilidades, a compreensão da chefia femi-

nina possui aspectos que escapam à metodologia do questionário semiestruturado. Somos convidadas a pensar as histórias de vida das mulheres com seus eventos posicionados no tempo e no espaço – frequentemente no cotidiano e no espaço doméstico –, e a formação de uma trajetória de vida que indica eventos de entrada e permanência na posição de chefes de família.

A abordagem da trajetória de vida é, ao mesmo tempo, uma forma de complementar e avançar as análises sobre os sentidos da chefia feminina frequentemente não alcançados pelas pesquisas quantitativas que mensuram a ocorrência desta organização familiar na realidade brasileira. Entre a dicotomia da emancipação-autonomia e vulnerabilização-pobreza são posicionadas as mulheres chefes de famílias. Quando compreendemos o espaço de intersecção entre essas dimensões, inferimos também que na relação entre eventos e práticas, mediadas pela construção de relações socioespaciais, sentidos plurais de chefia emergem do contexto familiar em que ocorrem. Identificamos essa ideia em narrativas informadas durante o trabalho de campo do projeto e apresentadas a seguir.

Foi em Jabaeté que conhecemos Mariana, de 30 anos, que na data da entrevista contou ser moradora de lá há apenas sete meses. Estava morando na casa da mãe Paloma (47) com suas duas filhas Sandra (8) e Margarida (6). Mariana saiu de Resplendor, Minas Gerais, em 2016, após passar por uma situação de violência doméstica, quando ainda estava grávida da filha mais nova. Foi acolhida pela mãe que na época morava em Terra Vermelha, bairro limítrofe de Jabaeté. Com mais gente em casa, o aluguel passou a ser uma despesa complicada para a família, tornando-se um peso no orçamento, o que levou Paloma a participar da ocupação em Jabaeté, conseguindo o imóvel onde vivem atualmente. Mesmo após Mariana ob-

ter o emprego de doméstica (sem vínculo formal), podendo ajudar em casa com o dinheiro que recebe das faxinas, prover a moradia e ser a quem a filha pode recorrer no momento em que precisou colocou Paloma na posição de chefe do domicílio.

De todo modo, o trabalho é uma dimensão importante da vida das mulheres. A análise preliminar do banco de dados mostra que a condição de desemprego se coloca mais frequente para mulheres chefes de famílias nucleares (73%), ao passo em que há o predomínio da participação no mercado de trabalho por mulheres chefes de famílias monoparentais (57%).

Tabela 2: Participação no mercado de trabalho entre as mulheres chefes na amostra/ RMGV

Contagem de pessoa de referência e chefe	Participação no mercado de trabalho		
Tipo de arranjo	Não	Sim	Total Geral
Estendido	100,00%	0,00%	100,00%
Monoparental	42,31%	57,69%	100,00%
Nuclear	73,33%	26,67%	100,00%
Unipessoal	100,00%	0,00%	100,00%
Total Geral	**55,81%**	**44,19%**	**100,00%**

Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022).

Essa diferença é importante e com cenários já destacados na chefia feminina: a divisão sexual do trabalho coloca o homem das famílias nucleares como o principal e geralmente o único responsável pela provisão financeira do núcleo familiar. Por vezes, algumas mulheres acabam sendo impedidas de trabalhar; nesses casos, as

mulheres dedicam-se exclusivamente ao cuidado doméstico e por isso encontram-se na condição de responsáveis pela família.

Por outro lado, mesmo que a responsabilidade do cuidado doméstico revele aspectos sintomáticos da desigualdade de gênero socialmente construída, é importante pontuar que as mulheres também ressignificam essa lógica no cotidiano. Construindo o significado da responsabilidade em torno do significado da casa, as mulheres se afirmam diante da família. A casa é um elemento importante para todos os membros e a manutenção desse espaço confere a elas um lugar de autoridade que as posiciona no centro de tomada de decisões para a família (McKIE, BOWLBY E GREGORY, 2001; VALENTINE, 2008).

Vimos isso conhecendo a família de Lorena, no bairro Flexal II, em Cariacica. Lorena reside numa casa dos fundos, que construiu após a mãe ceder um espaço no terreno. Moram juntos ela, o marido e a filha de 15 anos. Quando perguntada sobre a atribuição da responsabilidade do domicílio, ela se colocou nessa posição e justificou como se esperássemos que o marido fosse apontado como responsável - já que ele também trabalha e possui a maior renda da casa. Lorena disse que precisa ser a responsável pelo domicílio (e pela família) primeiro pela habilidade de resolver "problemas" em casa, porque precisa gerir o dinheiro que o marido recebe do trabalho para que ele não gaste em "besteiras". Somente desse modo eles conseguem dar continuidade aos planos de melhorias na casa - objetivos listados com muito orgulho pela entrevistada. Investir em melhorias na casa se relaciona a longo prazo ao estabelecimento de uma residência fixa no bairro, diminuindo as chances de uma mobilidade residencial enquanto esta for uma vontade comum da família.

Lorena é responsável por um domicílio nuclear. Já no caso das famílias monoparentais, o trabalho tem um significado substancial para a chefia feminina considerando que, por vezes, é somente por meio dele que as mulheres conseguem gerir o cotidiano atendendo às necessidades da família. No entanto, quase 43% das chefes de arranjos monoparentais da amostra encontram-se fora do mercado de trabalho. Em muitos desses casos se estabelece a presença dos chamados "bicos", trabalhos informais que garantem algum rendimento – ainda que instável – para as mulheres e suas famílias.

Além disso, são elementos importantes nesse contexto a presença de filhos em idade economicamente ativa, que contribuem com as despesas, redes de apoio que ultrapassam a unidade doméstica e, sobretudo, a presença de auxílios e rendas sociais. Sobre esse último recurso, relembramos a família de Mariana, que recebia o Auxílio Brasil e o Benefício Assistencial à Pessoas com Deficiência (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) por um problema de saúde da mãe. Assim como as famílias de Joseane (46) e Zilda (36), moradoras do bairro Nova Bethânia, em Viana. Joseane mora na casa cedida pelo avô há 8 anos, encontra-se desempregada e conta como renda apenas o que consegue vendendo perfumes de maneira informal. A renda fixa de sua família é apenas o auxílio para pessoas com deficiências que recebe pelo filho Samuel, de 11 anos, que tem o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Vive sozinha com o filho desde que o ex-marido abandonou o lar. Assim como Zilda, que após viver somente com o filho e a mãe, teve que largar o emprego para cuidar do filho Lucas de 5 anos, que também tem TEA e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Até a data da entrevista, Zilda requerera na justiça o auxílio pela condição do filho.

Nas duas trajetórias, apresentar um membro da família na condição formal de portador com deficiência evidenciou ainda mais as problemáticas das significações em torno da paternidade e da maternidade. Em ambos os relatos, a saída dos homens de casa se deu sob a justificativa de não "aguentarem" as demandas e não possuírem recursos para os cuidados demandados pelos filhos. Os casos de Zilda e Joseane fazem pensar a importância no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para famílias atenderem a especificidades dos domicílios monoparentais. Sem amparo financeiro, as estratégias de manutenção doméstica perpassam a ajuda de outros membros da família (como Joseane no terreno cedido pelo avô) e de auxílios do governo.

Embora não seja o único fator, o nível de escolaridade das mulheres chefes de família é um indicador importante para compreender o quadro das vulnerabilidades, diretamente relacionado às condições de trabalho que as chefes têm acesso, além de ser um evento significativo na trajetória de vida das mulheres, especialmente das que são mães solo. Analisando a distribuição do nível de escolaridade por arranjos domiciliares da amostra, as chefes de famílias monoparentais apresentam os níveis mais baixos de escolaridade, com mulheres não alfabetizadas e com ensino fundamental incompleto.

Tabela 3: Nível de escolaridade das mulheres chefes na amostra/ RMGV

Tipo de arranjo	Ensino Fundamental Completo	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Não alfabetizado	Total Geral

Estendido	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Monoparental	7,69%	50,00%	23,08%	7,69%	11,54%	100,00%
Nuclear	13,33%	20,00%	46,67%	13,33%	6,67%	100,00%
Unipessoal	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total Geral	**11,63%**	**37,21%**	**32,56%**	**9,30%**	**9,30%**	**100,00%**

Fonte: Elaboração própria/ Banco de dados MigraFamília (2022)

Ainda que o quadro de escolaridade das mulheres que compõem a amostra da RMGV seja relativamente heterogêneo, concentrando com baixa diferença percentual o nível de escolaridade entre o Ensino Fundamental Incompleto (37%) e Ensino Médio Completo (32%), permanece a tendência da baixa escolarização. Nenhuma das mulheres da amostra possui Ensino Superior. A privação dos estudos para cuidar da família é uma característica geral das relações familiares, de forma que conciliar o cuidado da maternidade com a continuidade dos estudos é uma dificuldade encontrada pelas mulheres.

Outro aspecto a ser pontuado sobre o perfil das chefes na RMGV, diz respeito à vida conjugal, que se conformam como eventos importantes na trajetória de vida das mulheres relacionados à mobilidade e à entrada destas na responsabilidade domiciliar.

Tabela 4: Situação conjugal das mulheres chefes por arranjo domiciliar na amostra/RMGV

Tipo de arranjo	Casado(a)/ União Estável	Divorciado(a)/ separado(a)	Solteiro (a)	Viúvo(a)	Total Geral
Estendido	0,00%	2,38%	0,00%	0,00%	2,38%
Monoparental	2,38%	11,90%	38,10%	7,14%	59,52%

Nuclear	33,33%	2,38%	0,00%	0,00%	35,71%
Unipessoal	0,00%	0,00%	2,38%	0,00%	2,38%
Total Geral	**35,71%**	**16,67%**	**40,48%**	**7,14%**	**100,00 %**

Fonte: Elaboração própria / Banco de dados MigraFamília (2022)

Na amostra, o casamento é predominante entre as chefes de domicílios nucleares, com o percentual de 33,33%. Em relação às chefes monoparentais, há um predomínio das mulheres solteiras (38,10%). Esse dado, junto da presença de mulheres viúvas (7,14%), levanta a importância de pensar na idade como uma variável importante na composição deste perfil.

De modo geral, as famílias monoparentais encontram pontos de convergência na trajetória de vida das mulheres que perpassam aspectos da vida conjugal - embora não se restrinja a ele. A entrada na condição de chefe se dá no momento que passam pela situação do abandono parental, em que a construção feminina do cuidado e da responsabilidade materna, fruto da construção dos papéis de gênero, ficam mais fortes - vimos isso na trajetória de Joseane e Zilda.

Outra trajetória a ser destacada para pensar a vida conjugal e as respostas que as mulheres dão cotidianamente a contextos instáveis, é a de Soraia, de 58 anos, moradora de Nova Bethânia, em Viana. Soraia é mãe de Cláudia, de 35 anos, e avó de Flávia (17), Sofia (5) e Maria (10), com quem vive no domicílio. A renda da casa é composta unicamente pelo Auxílio Brasil, que Soraia recebe, além do meio salário e o Ticket de Alimentação repassado pela filha, Cláudia, que trabalha como camareira.

Em função do casamento, Soraia migrou algumas vezes na tentativa de acompanhar o marido em sucessivas oportunidades de trabalho, marcando residências temporárias nos estados de Minas

Gerais e Bahia, antes de permanecer em Nova Bethânia. Depois que ela se separou e passou a viver sozinha, os filhos e as suas trajetórias estreitaram-se. Soraia passou a morar com o filho mais velho que, tempos depois, construiu a casa atual em que ela reside. A filha Cláudia se separou e passou a viver com a mãe - na data da entrevista, estava construindo uma casa para viver com o parceiro atual, mas continua deixando as filhas sob responsabilidade da mãe no contraturno de creches e escolas.

A trajetória de Soraia tem elementos importantes que se repetem em contextos de vulnerabilidades. É marcada por forte presença da rede doméstica na manutenção do domicílio, representada pela figura dos filhos como suporte (financeiro, mas também emocional) da atual condição da mãe. Quando questionada se pretende se mudar nos próximos anos, a resposta de Soraia chamou a nossa atenção. Mesmo chegando em um estado de dificuldades financeiras promovidas por uma vida de mudanças de curto período, ainda mantém consigo o desejo de viver em outros lugares, sem destino específico, apenas pelo movimento, que aqui sempre significou a perspectiva de "melhorar de vida". No entanto, sem o casamento, os filhos garantem a ela uma certa estabilidade - inclusive a de moradia - que inviabiliza a perspectiva de novas mudanças em curto prazo.

Famílias, mulheres e geografia na RMGV: algumas considerações

A chefia feminina como uma marca importante e expressiva na dinâmica familiar brasileira tensiona a concepção da família nuclear patriarcal e traz em sua configuração esferas complexas que são do universo da vida das mulheres, compreendidas pela ótica das

desiguais relações de gênero, como o poder de decisão no contexto domiciliar, a desigualdade salarial, as inúmeras jornadas de trabalho, a força da maternidade e a maternagem no estabelecimento dos projetos de vida. Como um arranjo domiciliar que é concebido principalmente sobre o prisma da provisão familiar, o conjunto de aspectos mencionados possuem efeitos diversificados e heterogêneos na multiplicidade de arranjos domiciliares os quais é compreendido.

Importa saber nessa análise preliminar sobre a chefia feminina na RMGV que se trata de um processo marcado por uma heterogeneidade e complexidade que se evidencia quando tentamos compreendê-lo a partir da trajetória de vida das mulheres, onde não se negam as desiguais relações de gênero e afirmam as rupturas que se fazem nas práticas que as mulheres precisam desenvolver para responder a posição que ocupam enquanto responsáveis pelo domicílio e, especificamente, pela família.

Nesse contexto, as mulheres produzem e reproduzem lógicas espaciais que se fazem pelo espaço doméstico e pelas redes domésticas - como uma das entrevistadas, que construiu a sua casa no espaço do terreno cedido pela mãe, para ela e a irmã mais nova viverem. Apesar do não compartilhamento de despesas domésticas, ficou sugerido uma relação cotidiana muito próxima, em que trocas de favores e cuidados aproximam os três domicílios; assim como o caso de Soraia e a necessidade de estar próxima aos filhos, cuidando das netas, fortalece essa perspectiva; também Mariana e o acolhimento da mãe; ou ainda Joseane e o imóvel cedido pelo avô no momento em que o marido abandonou o lar e ela não pode mais arcar com aluguel.

Mulheres que são também esposas, mães, avós, tias e irmãs, nas mais diversas configurações domiciliares, significando a chefia

feminina a partir do provimento econômico – especialmente em casos de ser a única a deter de uma renda mensal –, do gerenciamento da casa – por meio da realização de atividades domésticas – e da dimensão do cuidado – provendo o bem-estar da família, em alguns casos, detendo de todas as responsabilidades e posicionadas como a referência da resolução "dos problemas" do arranjo domiciliar.

São complexos os arranjos e as formas do fazer-viver das mulheres nas famílias entrevistadas, a circulação de definições do que é e de quem é chefe também é fluida, pois duas principais características – e diferenças – das famílias nas periferias brasileiras são a monoparentalidade e o arranjo estendido. Tal qual em alguns relatos aqui, a avó é mãe, que também é chefe ou divide a chefia familiar com as filhas, quiçá netas.

Denota também que não é só o provimento econômico que define a chefia da família. A gestão e o cuidado são definições, e por vezes até tensionamentos, dessas tipologias.

Considerações finais: sobre a "dor e beleza" de ser mulher chefe de família no Brasil

As mulheres e seus papéis enquanto membros familiares apresentam marcas importantes na chefia feminina, principalmente as que dizem respeito à vulnerabilidade e à instabilidade, sobretudo no caso das famílias monoparentais. Esses dois aspectos se fazem por meio de dicotomias que separam o trabalho remunerado e o cuidado doméstico, as desigualdades socioeconômicas e as desigualdades de gênero, o ser mulher e o ser mãe e/ou esposa (ou ainda outras identidades firmadas na relação familiar).

Sem negar as desigualdades e desvantagens em que as mulheres são submetidas nas esferas socioeconômicas, a lente analítica do gênero amplia o processo de consolidação desse quadro e busca compreender como ele opera, para além da reprodução da condição das vulnerabilidades, a possibilidade de rupturas e respostas.

No contexto da multiplicidade das configurações familiares de chefia, a presença da monoparentalidade feminina é apontado como o mais expressivo na composição da realidade da dinâmica familiar no Brasil. Considerando ainda a perspectiva da feminização da pobreza, é principalmente sobre esse arranjo que recai a estigmatização de um imaginário da mulher enquanto sujeito "mais pobre entre os pobres" (MACEDO, 2008), uma vez que estas precisam alocar recursos no projeto de criação dos filhos sem a presença do cônjuge.

Interessa estreitar as fronteiras dessas dicotomias, sabendo que elas existem numa configuração espaço-temporal de relações complexas e fluidas. Pouco se dedicou, ainda, em saber as estratégias adotadas por essas mulheres para ultrapassar essas fronteiras, como possuem especificidades familiares que mostram que há uma heterogeneidade. Menos ainda se dedicou a compreender isto na geografia e sob a ótica espacial.

A tradição de um conhecimento geográfico calcado na universalidade e na objetividade é marcado também pelo apagamento de um interesse pelas experiências espaciais vividas pelas mulheres. A adoção da categoria de gênero sobre o espacial lança luz ao entendimento de que a reprodução da vida cotidiana das mulheres, firmada também pela reprodução de papéis sociais e dentro do contexto familiar, marca a formação de espacialidades características que não se mantém apenas na dimensão material, mas que também se faz

por meio de práticas e seus significados cotidianos. Aqui, um conjunto de categorias teóricas e analíticas ajudam a sistematizar esse pensamento: corpo, gênero, cotidiano e trajetórias. Por meio delas interessa saber como ocorrem os eventos que posicionam as mulheres enquanto lideranças coletivas, a formação de relações socioespaciais imprescindíveis (como as redes domésticas) e sob quais elementos as mulheres significam suas identidades como chefes de família.

Referências Bibliográficas

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, p. 576-590, 2010.

BILAC, Elizabeth D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003.

BONNEY, Norman; MCCLEERY, Alison; FORSTER, Emma. Migration, marriage and the life course: commitment and residential mobility. **Migration and Gender in the Developed World.** London: Routledge, p. 112-121, 1999.

BOWLBY, Sophie. Women, Work and the Family: Control and Constraints. In: **Geography**. UK : Vol. 75, No. 1. pp. 17-26, 1990.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Revista GEOgraphia**.N. 22, V. 48. Niterói, p. 75-91, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAWSON, Victoria A. Hierarchical households and gendered migration in Latin America: feminist extensions to migration re-

search. **Progress in Human Geography**. N. 22, V. 1. Manchester, p. 39-53, 1998.

MACEDO, Márcia dos Santos. M**ulheres chefes de família e a perspectiva de gênero**: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. 2008.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Geografia da família, aspectos teóricos e abordagens qualitativas: uma introdução. **Geografares**, [S. l.], v. 1, n. 34, p. 94–111, 2022.

McKIE, Linda; BOWLBY, Sophia; GREGORY, Susan. Gender, Caring and Employment in Britain. **Journal of Social Policy**. N. 30: Cambridge, p. 233-258, 2001.

MOREIRA, Marianna Fernandes. Mulheres sem-teto e a geografia da família: relações interdomésticas, gênero e reciprocidade. Espaço e Cultura, n. 38, p. 85-122, 2015.

ROSSINI, Rosa Estér. Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista. **Tese de Livre Docência** apresentada na FFLCH/USP, 1988.

SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa**: Todapalavra**, 2009.

SILVA, J. M., César, T. R. A. O. & Pinto, V. A. M. Gênero e geografa brasileira: uma análise sobre o tensionamento de um campo de saber. **Revista da ANPEGE**, 11(15), 2015, p.185-200.

VALENTINE, G. The ties that bind: towards geography of intimacy. **Geography compass**. Vol 2 (6): Leeds, p. 2097-2110, 2008.

Submetido em: 03 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 17 de março de 2023.
Aprovado em: 14 de abril de 2023.

MARQUES MARTINS, I. do M.; ANTUNES DE ASSIS, K. A GEOGRAFIA DAS MULHERES NAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS PERIFÉRICAS : GÊNERO E POLÍTICA NO ESPAÇO FAMILIAR. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2914. Acesso em:

DOS MOVIMENTOS E DO CORPO-TERRITÓRIO: GRAMÁTICAS ORIGINÁRIAS PARA PENSAR AS GEO-GRAFIAS NO/DO FEMININO

OF MOVEMENTS AND BODY-TERRITORY: NATIVE GRAMMAR TO THINK ABOUT GEO-GRAPHIES IN/OF THE FEMININE

SOBRE LOS MOVIMIENTOS Y EL CUERPO-TERRITORIO: GRAMÁTICAS ORIGINARIAS PARA PENSAR LAS GEO-GRAFÍAS EN/DESDE LO FEMENINO

Victoria Ferreira Oliva
Universidade Federal Fluminense
Mestranda em Geografia
E-mail: victoriaferreiraoliva98@gmail.com

Ginno Pérez
Universidade Federal Fluminense
Doutorando em Geografia
E-mail: driloperez84@gmail.com

Willian Silva da Rocha
Universidade Federal Fluminense
Doutorando em Geografia
E-mail: willianrocha@id.uff.br

Resumo:
Este artigo é fruto de diálogos com diferentes Movimentos Sociais latino-americanos e, além disso, de diferentes matrizes filosóficas que abordam o tema na Geografia. Seu objetivo geral é a conceitualização do que historicamente as ciências sociais trataram enquanto Movimentos Sociais, desde o surgimento do conceito no século XIX ao período de recente insurgência indígeno-camponesa-feminina no continente latino-americano. Nossa base metodológica parte do marxismo-leninismo até o chamado Giro eco-corpo-territorial, materializado no conceito de Corpo-Território. O artigo tem como base dados de campo, diálogo com lideranças político-comunitárias e discussões teóricas. Concluímos que é fundamental para a compreensão dos Movimentos Sociais a realidade espaço-temporal em que esses sujeitos se organizam. Além disso, nota-se uma fase de supressão da dimensão espacial no contexto da globalização que, no caso latino-americano, a fundamental base territorial foi resgatada.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Sociedades em Movimento, Giro eco-corpo-territorial, Pensamento De(s)colonial.

Abstract:
This article is the result of dialogues with different Latin American Social Movements and different philosophical matrices that approach this subject in Geography. Your main objective is the conceptualization of what the social sciences have historically dealt as Social Movements, from the rise of the concept in the 19th century to the recent indigenous-peasant-female insurgency on Latin America. Methodologically speaking, our base starts with Marxism-Leninism until the so-called eco-body-territorial turn, materialized in the concept of Body-Territory. The article is based on field data, dialogue with political-community leader's and theoretical discussions. We conclude that it's essential for the understanding of Social Movements the space-time reality in which these subjects are organized. Furthermore, we've noted a phase, in the context of globalization, where the spatial dimension was deleted from the Social Movements debate, but it's territorial base was recently rescued in the Latin American case.

Keywords: Social Movements, Societies in Movement, Eco-Body-Territorial turn, Decolonial thinking.

Resumen:
Este artículo es resultado de diálogos con diferentes Movimientos Sociales latinoamericanos, así como de diferentes matrices filosóficas que trabajan el tema dentro de la Geografía. Su objetivo general es la conceptualización de lo que históricamente las Ciencias Sociales trabajaron sobre los Movimientos Sociales, desde la aparición del concepto en el siglo XIX hasta tiempos actuales de la insurgencia indígena-campesina-femenina en el continente latinoamericano. Como base metodológica, partimos desde el marxismo-leninismo hasta el llamado giro eco-cuerpo-territorial, materializado en el concepto del Cuerpo-Territorio. Este artículo tiene como base: datos de campo, conversaciones con lideres y lideresas político-comunitarias y debates teóricos. Inferimos que es crucial, para la comprensión de los Movimientos Sociales, la realidad espacio-temporal en los que esos actores se organizan. Además, se observó que hay una fase de supresión de la dimensión espacial dentro del contexto de la globalización que, en el caso latinoamericano, rescató la base territorial como fundamental.

Palabras-clave: Movimientos Sociales, Sociedades en Movimiento, Giro eco-cuerpo-territorial, Pensamiento De(s)colonial.

Introdução

Este artigo, um trabalho a seis mãos, é fruto de diálogos com diferentes movimentos sociais latino-americanos e, além disso, de diferentes matrizes filosóficas que abordam o tema na Geografia. Seu fio condutor é a conceitualização do que historicamente as ciências sociais trataram enquanto Movimentos Sociais, desde o surgimento do conceito no século XIX ao período de recente insurgência indígeno-camponesa-feminina em nosso continente. Estas novas/velhas sujeitas alargaram o entendimento do conceito, fazendo com que as pesquisas em nosso campo abordassem tais experiências com e a partir de, e não sobre.

Sem embargo, os movimentos sociais tomaram em suas mãos a tarefa intelectual que, outrora, achava-se presa nas mãos pequeno-burguesas dos cientistas sociais. A partir dessa tomada de consciência, e do protagonismo na produção intelectual, surgiram novas ferramentas do pensar fundidas com estilhaços dos conceitos mais engessados da literatura clássica sobre o tema. É a partir dessa virada epistêmica que estarão ancoradas as reflexões que se seguem.

Nossa opção metodológica parte do marxismo-leninismo, acreditando ser uma corrente de importante relevância na produção sobre o tema, além de definições clássicas do conceito. Este resgate histórico tem como objetivo apontar as principais mudanças que se teve no campo das humanidades acerca dos movimentos sociais. Além disso, indica alguns limites e possibilidades do conceito, visto que as produções clássicas e suas definições não enxergavam diferentes tipos de potências revolucionárias para além das experiências europeias.

Partindo de um outro espaço-tempo, fruto do encontro colonial, os povos originários e as experiências femininas de nosso continente questionam a colonialidade do saber (LANDER, 2005), presente nas produções conceituais além-mar. Colocando-se em movimento, diferentes coletivos impuseram-se mais incisivamente contra a *violência epistêmica* (SPIVAK, 2010) de tais produções, tensionando um debate necessário para a renovação metodológica das ciências em sua totalidade, questionando, inclusive, os fundamentos que estruturam o *status quo* científico de um saber local que se quer global (MIGNOLO, 2003).

Aproximando tal debate da Geografia, diferentes autores como Porto-Gonçalves (2017a), Barthol (2018) e Haesbaert (2020a) apontam para a necessidade de em nosso campo utilizarmos as pesquisas como ferramentas das resistências, além de construir junto aos movimentos as estruturas que possibilitem uma produção de conhecimento mais ética e comprometida com os grupos sociais, deixando de pensar em *uma* Geografia e sim em Geo-grafias. A Geografia é uma ferramenta de luta (BARTHOL, 2018) e os movimentos sociais são experiências (Geo-grafias) privilegiadas de produção e aprendizado de novos conceitos (PORTO-GONÇALVES, 2020). Em diálogo com tal afirmação, entendemos que o conceito de Corpo-Território captura e exemplifica nosso posicionamento político-intelectual.

Diante de tal contextualização, o artigo está estruturado em três tópicos e, ao final, algumas considerações finais. No primeiro tópico, é feito um resgate das definições clássicas acerca dos movimentos sociais, desde as mais ligadas ao mundo da produção e das experiências nas fábricas europeias até os chamados Novos Movimentos Sociais de meados do século XX; no segundo, é debatido so-

bre o que entendemos enquanto Giro eco-corpo-territorial, alargando o debate sobre Movimentos Sociais a partir das experiências em nosso continente, tendo a matriz territorial, indígena e feminina como a tríade estruturante dos movimentos em *Abya Ayala*; o terceiro tópico trabalha o conceito de Corpo-território entendendo que este materializa os debates anteriores, dando luz a uma reflexão que parte dos movimentos e nos fornece ferramentas mais que potentes para a produção de uma ciência de luta.

A ideia limitante de Movimentos Sociais

Na literatura tradicional, a ideia de Movimentos Sociais surge a partir de um estado de tensão social, fruto de relações desiguais (e contraditórias) de poder na sociedade de classes (PASQUINO, 1998). Juntamente a este processo, pode-se entender que há um estopim que culmina em diferentes formas de ação que tem como objetivo a mudança desse quadro de tensão na sociedade. Daí, até se constituírem enquanto coletivos organizados em movimentos sociais, as manifestações de diferentes naturezas formam apenas Comportamentos Coletivos (PASQUINO, 1998). O que diferencia um Comportamento Coletivo de um Movimento Social é, justamente, o grau de mudanças que este pretende empregar na sociedade.

Surge da oposição Comportamentos Coletivos-Movimentos Sociais uma discussão amparada no caráter espontâneo das manifestações e lutas coletivas, onde se debatia a necessidade de um centralismo dirigente dos levantes das massas, ou uma tática mais voltada para o que hoje entendemos como política de base. A grande dicotomia que permeou o fim do século XIX e o início do século XX ganhou materialidade nas duas maiores potências revolucionárias

deste século, o caso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o caso da República Popular da China.

Diferente dos revolucionários russos, a experiência chinesa, representada na figura de Mao Tse Tung, apostaria nas massas e no setor agrário como motor da revolução social, enquanto os revolucionários russos, seguindo seu programa leninista, apostariam na centralização dirigente do partido e na urbano-industrialização como estratégias revolucionárias (ARRIGHI, 2008). Logo, a ideia de Movimentos Sociais que seguirá como paradigma no primeiro meado do século XX será a da institucionalização, neste caso antagônica ao grande Capital e ao Estado.

Diante desse lócus enunciativo, a produção seria o grande catalisador das ações organizadas da classe proletária contra a classe burguesa, haja visto que as grandes manifestações dos séculos XIX e XX foram originadas pelos operários nas fábricas. Cabe ressaltar que na teoria marxiana, em boa parte de sua vida, Marx defendia que o processo da acumulação primitiva do capital, o qual resultou na força de trabalho como único meio de produção dos trabalhadores, era uma etapa da revolução, chegando a entender o processo de industrialização e proletarização como algo positivo e necessário, pois assim, dialeticamente se alcançaria uma nova etapa do capitalismo, o socialismo, como na passagem que se segue:

> Ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele [o modo de produção capitalista] engendra os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção. Ele tem de ser destruído, e é destruído. (...) Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2017 [1867], p. 831-832, grifo nosso)

Além das forças produtivas da classe dominante, o Estado aparecerá como agente antagônico da sociedade civil, sendo "produto e manifestação do caráter *inconciliável* das contradições de classe" (LÊNIN, 2017 [1918], p. 29, grifo do autor). Assim, caberia à classe proletária a tomada dos meios de produção e comunicação além do próprio Estado, com o objetivo de transformá-lo em um Estado Proletário, até que as formas de opressão de uma classe sobre a outra não fossem mais possíveis. Lênin (2017 [1918]) acreditava que não haveria como findar o Estado instantaneamente, só sendo possível a partir de seu definhamento.

A estratégia leninista parte de um projeto que, levando em consideração o caráter ideológico e a força do capital, é necessário uma organização do movimento para não sucumbir à doutrina burguesa (LÊNIN, 2020 [1902]). Neste caso, verifica-se dois aspectos intrinsecamente conectados da ideia de Movimentos Sociais no período: em primeiro lugar, este caráter espontâneo das mobilizações de massa e a necessidade de um centralismo institucional (partidos, sindicatos, etc.); em segundo lugar, o papel dos intelectuais nas lutas operárias daquele tempo.

Entre aqueles que defendiam a espontaneidade das massas e o caráter consciente dos movimentos, o papel do intelectual — da *intelligentsia* — se insere na luta teórica ao lado das lutas políticas e econômicas (LÊNIN, 2020 [1902]). Um dos grandes aforismos comunistas é a frase de Lênin (2020 [1902], p. 39) "sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário". Tratando-se da Rússia na transição do século XIX para o XX, o equívoco do autor era acreditar que esta consciência de classe só poderia vir de fora dos movimentos de massa, sendo estes, em si, "forma embrionária" do movimento social consciente (LÊNIN, 2020 [1902]).

É possível verificar que tais debates e definições acerca dos movimentos sociais tem pouco a ver com o que entendemos de seu conceito atualmente, principalmente no caso de grupos e coletivos da América Latina, visto que as análises que conectavam essa definição ao movimento operário e às classes sociais reduziram-se por todo o nosso subcontinente no segundo meado do século XX (GOHN, 2008).

Apesar de entendê-la como uma conceitualização limitante para estes casos, é fundamental demarcar que na literatura clássica sobre movimentos sociais ganha luzes analíticas os fenômenos relacionados às grandes mobilizações do século XIX, imanentes ao processo produtivo e, mais especificamente, à indústria. Todos os modelos da prática política seriam capturados pela lógica tradicional dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições vinculados ao mundo do trabalho, ceifando o melhor entendimento das experiências de lutas sociais de longa duração no continente americano.

Em uma tentativa de esquadrinhar melhor o conceito de Movimentos Sociais frente a este caráter espontâneo das mobilizações sociais, pode-se recorrer a Souza (2017) que hierarquizou as práticas sociais para que tenhamos um entendimento mais assertivo do que seria um Movimento Social[1]. Segundo o autor, este seria um subconjunto da categoria Ativismo Social, que, por sua vez, seria um subconjunto da ideia mais generalizada de Ações coletivas (SOUZA, 2017).

Sendo assim, uma ação isolada ou efêmera, ou uma manifestação espontânea em decorrência de um acontecimento específico e localizado, estariam mais ligados a uma Ação Coletiva, uma agitação, próximo à ideia de Comportamento Coletivo supracitada. Por

[1] Apesar de uma proposta um pouco engessada, acreditamos que a classificação é interessante para fins didáticos.

sua vez, o Ativismo Social teria uma duração não efêmera, mas também não tão ambiciosa como um Movimento Social que, nas reflexões de Ribeiro (2013), tem uma capacidade de organização e um *projeto*. Sendo assim, diversos autores concordam que um movimento social não se preocupa apenas com a conjuntura de uma determinada situação de conflito/tensão, mas também prevê uma certa mudança estrutural da sociedade (PASQUINO, 1998, GOHN, 2008; RIBEIRO, 2013; SOUZA, 2017).

O acontecer histórico e a expansão dos meios de produção industriais para as colônias fez com que novas ferramentas de propaganda ideológicas capturassem diferentes formações socioespaciais em escala global. Além disso, no campo da Sociologia, muitos autores passam a verificar um problema na doutrina marxista ortodoxa onde a economia e os meios de produção seriam a estrutura para o mundo reprodutivo da sociedade. Max Weber (2004 [1904]), por exemplo, irá fazer uma análise do capitalismo amparado na ideia da necessidade das mudanças culturais como estruturas sociais para as novas formas de trocas de mercadorias e acúmulo no capitalismo mundial. Diante de tal esteira, o paradigma da Revolução marxista passa a ser questionado a partir da década de 1930 com as contribuições de autores como Riesman e Adorno, entendendo que a sociedade teria passado por mudanças culturais significativas, o que faria com que as individualidades sobrepujassem às ações coletivas (ALONSO, 2009).

O pós-II Guerra Mundial e as grandes insurgências de meados do século XX fazem com que estas teorias ganhem novos contornos. Apoiados em levantes populares que traziam para o debate novas pautas, autores com diferentes abordagens analíticas e teóricas passam a valorizar o caráter cultural e identitário das mobiliza-

ções sociais, alargando o entendimento acerca dos movimentos sociais para além das lutas proletárias. Os movimentos sociais insurgentes da década de 1960 trouxeram para o centro do debate epistemológico as questões étnicas, de gênero e de estilos de vida (ALONSO, 2009). É prudente enfatizar duas ideias-chaves neste novo contexto: a ideia de globalização que será desenvolvida a partir das revoluções tecnológicas do período; e a contra-cultura junto ao movimento ambientalista (LEFF, 2015).

Grosso modo passa-se a entender dois tipos de movimentos sociais na literatura clássica: I. os Velhos Movimentos Sociais, ligados essencialmente ao mundo do trabalho e ao movimento proletário. Ou ainda, ligado ao funcionalismo, no âmbito da cultura; II. os Novos Movimentos Sociais, trazendo ao centro de suas demandas questões pós-materiais, em alguns casos de ordem simbólica. (ALONSO, 2009; MEDEIROS, 2012). Neste sentido, os Novos Movimentos Sociais estariam reivindicando aspectos do mundo reprodutivo, ou propriamente do cotidiano. Segundo Medeiros (2012, p. 10), sobre a mudança essencial entre Velhos e Novos Movimentos Sociais,

> os conflitos sociais emergentes traziam questões (relações de gênero e de geração, reconhecimento de identidades étnicas, demanda por acesso amplo a direitos sociais e políticos, recusa à guerra, defesa da preservação ambiental etc.) que envolviam outras esferas da vida que não aquelas ligadas diretamente à produção e ao trabalho e não podiam ser traduzidas nem explicadas em termos estritamente classistas.

Para Alonso (2009), os principais difusores do que entende-se por Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) são: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Diferente de outras

correntes que buscavam explicações para os fenômenos do período[2], "a especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os MS" (ALONSO, 2009, p. 59). Melucci, traz uma importante questão metodológica: "Como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem *coletivamente* numa ação política?" (ALONSO, 2009, p. 65). Assim, pode-se afirmar que Melucci não parte dos movimentos sociais, mas busca entender os processos que configuram tal unidade. Segundo Medeiros (2012, p. 10), para Melucci "ela se torna ponto de chegada e não de partida para a análise".

No caso da América Latina, a centralidade de novos atores sociais fará com que haja um certo alargamento dessa dicotomia Velhos-Novos Movimentos Sociais, visto que muitos grupos tradicionais passaram a tomar as rédeas da luta pela sua própria emancipação. São exemplos as lutas das mulheres (feminismos), dos povos indígenas, dos povos tradicionais, dos povos quilombolas, dentre outros grupos que já lutavam há séculos por seus direitos, ao passo que também não se encaixavam necessariamente na classificação simplória de Novos Movimentos Sociais. Calhoun (1995 Apud ALONSO, 2009) dá luz às lutas históricas que estariam sendo mais evidenciadas neste novo momento histórico global. No caso específico da América Latina, seria necessária uma perspectiva a partir de sua própria Formação Social (LÊNIN, 2022 [1894]; SERENI, 2013).

Ao pensarmos a América como acúmulo desigual de tempos (SANTOS, 2012), ou como formações *abigarradas* (ZAVALETA MERCADO, 2013 Apud RIVERA CUSICANQUI, 2018), as teorias sobre movimentos sociais acabam se mostrando limitantes ao se

[2] Alonso (2009) aponta três grandes correntes: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

analisar experiências de luta política nesse continente. As teorias que partem de uma perspectiva unilinear da história do mundo, sem considerar as multiplicidades e as diferentes trajetórias dos sujeitos (MASSEY, 2008), fazem com que tal conceito perca densidade analítica ao se pensar diferentes formações socioespaciais. Diante do que está em tela, é necessário partir dos movimentos e não tentar encaixá-los em definições ou conceitos que foram forjados em outros *mundos*. Logo, é preciso uma abordagem a partir dos conceitos e categorias construídas em *nuestra américa*.

Movimento e horizonte de vida: a ascensão da organização camponesa-indígena comunitária e o Giro Eco-Corpo-Territorial

Partindo da ideia que a *nuestra América* / *Abya Ayala* teve como base a sua formação social *abigarrada* ou *chi'xi*, vamos tentar esboçar alguns caminhos que os movimentos sociais têm seguido nos últimos quarenta anos. Considerando, também, a ideia que os movimentos sociais têm se movimentado ou, parafraseando ao Zibechi (2020), virando sociedades "outras" em movimento. Para isso é preciso começar apontando que, se nas décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais foram se organizando a partir das lutas urbano-industrias (ancorados no método marxista-leninista de organização), o final do século XX e o início do século XXI vão ter um giro epistêmico, político e territorial na organização das lutas.

Svampa (2010) nos diz que o começo desse giro pode ser datado no ano de 1994, quando no estado de Chiapas (sul do México) o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) levantou-se:

> El **zapatismo**, como es reconocido, fue no sólo el primer movimiento de estas características en América Latina, sino también el **primer movimiento contra la globalización neoliberal**, que influyó fuertemente en los grupos y colectivos alterglobalización que se estaban gestando tanto en Europa como en Estados Unidos. Pero en rigor, **en América Latina, el nuevo ciclo de acción colectiva, que señala una progresiva acumulación de las luchas contra las reformas neoliberales**, **arranca en el año 2000**, con la Guerra del Agua, en Cochabamba, y tuvo sus momentos de inflexión tanto en Argentina, en diciembre de 2001, Ecuador, en 2005, nuevamente Bolivia en 2003 y 2006, entre otros. (SVAMPA, 2010, p. 41, grifo nosso).

Precisamente, esse ponto de inflexão se dá a partir da aplicação das "regras" que o Consenso de Washington, desde o início da década de 1990, tenta impor sobre os chamados "países em desenvolvimento", visando que as instituições financeiras vinculadas a este consenso possam ter controle sobre os territórios e permitam-se expandir e sentar as bases da globalização neoliberal.

Também se faz importante mencionar que nos anos finais da década de 1990, a implementação do Consenso das Commodities[3], o qual "conlleva la profundización de la dinámica de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios y produce nuevas y peligrosas formas de dependencia y dominación" (SVAMPA, 2013, p. 32), vai ser outro ponto de inflexão e inspiração para a reorganização teórico-política e prática dos movimentos sociais em sua luta contra o avanço do neoliberalismo.

> [...] desde o ano 2000, a disputa pelo território tem tido outras inflexões, a partir de **novas modalidades adotadas pela lógica do capital nos espaços considerados estratégicos** devido à presença de

[3] Dito consenso está "basado en la exportación de bienes primarios en gran escala" (SVAMPA, 2013, p. 30).

> recursos naturais. Nesse sentido, os mega projetos extrativos [...] podem ser pensados como um exemplo paradigmático em que se vai gerando uma "tensão de territorialidades" (Porto-Gonçalves, 2001), por meio da implantação de uma visão dominante da territorialidade que se apresenta como excludente das demais visões existentes – ou potencialmente existentes" (SVAMPA, 2019, p. 56, grifo nosso).

No combate dessas novas/velhas lógicas que o capital desenvolve na *nuestra América* / *Abya Ayala*, podem-se identificar quatro matrizes político-ideológicas no campo contestatário latino-americano (SVAMPA, 2010; 2019):

Quadro 01: Matrizes político – ideológicas segundo Svampa (2010; 2019)

Camponesa-indígena comunitária	Dentro do marco da memória longa, fundamenta-se na resistência ancestral, direitos coletivos e o poder comunal dos povos indígenas
Populista ou nacional popular	Dentro de um marco da memória mediana, fundamenta-se na ideia de afirmar a nação, ter um Estado redistributivo e conciliador e a presença de uma liderança das massas
Classista ou tradicional partidária	Instala-se também no marco da memória mediana, fundamentada nas diversas vertentes do marxismo, ancorada no antagonismo da classe trabalhadora ao capital
Narrativa autonomista	Fundamenta-se na ideia da autonomia, da horizontalidade e da democratização das organizações

Fonte: Baseado nos textos da Maristella Svampa de 2010 e 2019. Elaboração: Autores

Das quatro matrizes apresentadas no quadro de acima, tanto a matriz camponesa-indígena comunitária, como a narrativa autonomista, tem tido a maior influência nos novos modelos de militância construídos desde a lógica de composição de grupos por afini-

dades coletivas (SVAMPA, 2019), assim como, no quadruple flanco de luta dos movimentos sociais: da política, da autonomia, pelo território e pela vida. Outro fator característico que permite distinguir que os movimentos sociais na *nuestra América* / *Abya Ayala* têm evoluído a partir dos acúmulos de experiências das outras matrizes, é o fator da ancestralidade e do território como bases fundamentais para espacializar sua luta.

Distinta de outras matrizes economicistas, partidária e/ou classista, a matriz camponesa-indígena autonomista, tem no território um espaço de re-produção de vidas, epistemes, sentipensares (FALLS BORDA, 2009) e economias alternas e autônomas. Para esta matriz, o território tem passado, presente e futuro no horizonte de vida.

> Quando pensamos em território, não estamos falando de um quadrado ou de uma demarcação com determinado aspecto. Estamos falando de um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida. É o que chamamos *para além da cerca*. Então, não basta que alguém conceda terra como hoje fazem mediante a distribuição de títulos individuais, que depois serão comprados pelo agronegócio, para depois essa terra se converter em máquina de destruição de vidas. O que queremos são territórios, lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado e cuidado. (FERREIRA; FELÍCIO; 2021; p. 43 -44. grifo do autor).

Desta forma, é visível compreender que o giro além de territorial é também epistêmico, pois se aprofunda o sentido que o território tem na luta contra o avanço do capital e a sua globalização neoliberal. A luta pelo território é uma luta que vai além de um espaço de (re)produção, é uma "lucha por un determinado horizonte

de sentido para la vida con la tierra, finalmente, como territorio." (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 54). Assim, a matriz camponesa-indígena comunitária autonomista, ascende no espectro das lutas socioterritoriais no *Abya Ayala* como a saída e estratégia político-teórica de r-existência territorial.

Sobre este giro epistêmico do significado do território, geógrafos como Rogério Haesbaert (2020; 2021) vem refletindo desde a compreensão do território como um conglomerado de multiterritorialidades em convivência e disputas. O autor amplia o debate e alerta sobre a necessidade de pensar os territórios em diferentes escalas e dimensões, considerando as reivindicações que desde os povos indígenas e os movimentos sociais vem-se construindo:

> El territorio, como espacio focalizado a partir de relaciones de poder, sea de dominación o de apropiación (en los términos de Lefebvre) manifiesta hoy un sentido multiescalar y multidimensional que sólo puede ser debidamente aprehendido dentro de una concepción de multiplicidad, tanto desde la perspectiva de la convivencia de múltiples (tipos) de territorio, como de la construcción efectiva de la multiterritorialidad. Toda acción que se pretenda transformadora, hoy en día, necesita obligatoriamente, encarar esta cuestión: por más que el des-orden capitalista pretenda uniformizar nuestros espacios, si no trabajamos con la multiplicidad de nuestras territorializaciones no se promoverá ninguna transformación efectiva. **Que lo digan los movimientos contra el neoliberalismo y por una otra globalización**. (HAESBAERT, 2020, p. 92, grifo nosso)

Vale notar a distinção que o autor faz entre território como categoria de análise e como categoria de prática. O primeiro é mais focado "en las relaciones espacio-poder" (2020, p. 57), onde o território tem vínculos com as relações de poder explícito (dominação) e

implícito (simbólico) que ocorrem no espaço. Já o segundo, tem um vínculo ao uso que os atores, especialmente "movimientos sociales de grupos subalternos" (2020, p. 57) fazem disso como forma de apropriação, expressão e construção de "territorialidades alternativas, en las que la concepción de territorio es reelaborada a partir de sus propias experiencias" (2020, p. 66).

Nesta linha de raciocínio, Porto-Gonçalves analisa as lutas e resistências das populações tradicionais e dos movimentos sociais como uma potência territorializadora e reivindicadora da terra-território a partir da sua conceitualização da "r-existência" como estratégia e arma política ante a expansão do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. No capítulo do livro "Lucha por la tierra. Lucha por la *Tierra*" de 2017, o autor nos chama a aprofundar no debate da r-existência desde e com "los de abajo":

> […] los quilombos, palenques y cumbes, van a servir como bastiones de r-existencia; es decir, una resistencia que no es simplemente una reacción al invasor, sino una forma de r-existencia porque incorporan nuevos horizontes de sentidos propios reinventados en las circunstancias. **Resisten porque existen; por tanto, r-existen**. (2017, p. 63-64, grifo nosso)

Desta forma, para explorar a potência teórica-política que o território e a r-existência têm, Svampa debate sobre a necessidade de compreender, em primeiro lugar, o poder que o território ganhou como um "conceito social total" (2019, p. 55), já que a partir disso é possível ver as posições que os diferentes atores socioterritoriais assumem ao confrontar as territorialidades.

> **Território e territorialidade são conceitos controversos**, pois não apenas aparecem nas narrativas

> das organizações indígenas e dos movimentos socioambientais, mas também no discurso de corporações, de gestores de políticas públicas e do poder político de modo geral, em diferentes escalas e níveis. (SVAMPA, 2019, p. 55, grifo nosso).

Nesse sentido, e em diálogo direto com Haesbaert, Svampa (2019) entende a territorialidade como a forma de poder, controle, dominação e/ou apropriação de um território, por um agente de ocupação territorial. No entanto, e como ela própria reflete, dependerá de quem é esse "agente de ocupação" para conhecer o modelo de (re)produção que se dará num determinado território.

Desse modo, e no meio do que significou a "*marea rosa*" ou propagação de governos progressistas no início da década de 2000, as lutas socioambientais na *nuestra América* / *Abya Ayala*, lançaram "as bases de uma linguagem comum de valorização da territorialidade, que podemos denominar de **giro ecoterritorial**" (SVAMPA, 2019, p. 62, grifo nosso). Este giro ecoterritorial em direção ao meio ambiente nas lutas territoriais é fruto da matriz indígena-camponesa e autonomista, que incorpora também as lutas de mulheres indígenas, camponesas, negras e periféricas, que estabelecem uma relação estreita entre o corpo-terra-território e ações coletivas articuladas, como Svampa (2019, p.65) assinala:

> […] os diferentes movimentos e organizações elaboram diagnósticos comuns, expandem a plataforma discursiva, que ultrapassa a problemática local e nacional, e diversificam as estratégias de luta combinando a mobilização de base e articulação de redes sociais com a geração e ampliação de diferentes instrumentos técnicos e legais [...].

O giro ecoterritorial é o marco para entender como as dinâmicas territoriais e os movimentos sociais, à luz de um novo século,

começam a se diversificar e se complexificar tanto em suas ações externas quanto em suas configurações internas. Há um novo protagonista coletivo que lutará contra um capitalismo moderno/colonial que busca incessantemente expandir suas fronteiras extrativistas e de acumulação. Esta nova protagonista, ainda mais, colocará a luta para uma escala de análise e práxis mais detalhada e diária, que é o corpo, corpo das mulheres que na pele sentem e experimentam as violências do Estado capitalista que mutila territórios, ambientes e corpos.

Assim, como forma de reforçar o enfoque da potência feminista (GAGO, 2020) popular ou comunitária nas lutas socioambientais que na *nuestra América* / *Abya Ayala* vem se configurando, propomos que o conceito de giro ecoterritorial seja ampliado e incorpore o corpo como a sua escala primária, falando assim de um giro eco-corpo-territorial, que nos últimos quinze anos vem se afirmando como o "novo" caminho que os movimentos sociais vêm seguindo.

> Las **mujeres siempre** han estado en la **línea de frente** de estas defensas. Como las mayores responsables del trabajo de cuidado de los demás y de la naturaleza, y como las **principales inventoras de formas de mantener la vida**, sus apuestas políticas siempre estuvieron dirigidas hacia el mantenimiento de los territorios colectivos, de las economías de los pueblos y de otra relación con la naturaleza. (LOBO, 2021, p. 25, grifo nosso)

Corpo-Território: propondo uma gramática para os movimentos sociais

Nas últimas duas seções, realizamos um percurso em que partimos da concepção tradicional de Movimentos Sociais, essencialmente marxista e ancorada principalmente nas lutas de classe ur-

bano-industriais (os Velhos Movimentos Sociais); saltamos para leituras mais estendidas dos movimentos sociais, a partir do novo caráter cultural e identitário que as mobilizações sociais foram tomando a partir da década de 1960 (os Novos Movimentos Sociais); e alcançamos as contribuições latino-americanas para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneas, que partem de uma abordagem territorial, a partir de uma linguagem de matriz indígena-comunitária, autonômica, ambientalista e feminista (SVAMPA, 2019). Alcançamos, assim, o giro eco-corpo-territorial.

Nesta seção final, pretendemos evidenciar como a ideia do corpo-território, que surge a partir da luta de mulheres contra o extrativismo na Guatemala, tem uma forte potência prática e analítica para realizar leituras ampliadas (e feministas!) sobre os movimentos sociais. Prática, no sentido de que a articulação entre corpo, terra e território já vem sendo acionada historicamente por diversas frentes de movimentos contestatórios rurais, e o próprio enunciado surge da luta política encorpada de mulheres em seus territórios. E analítica, no sentido de que no núcleo epistêmico do corpo-território circundam elementos que possibilitam novas leituras geográficas acerca dos movimentos sociais.

A relação corpo-terra-território já é conhecida de longa data por aqueles que lutam pela defesa de seus territórios. Por exemplo, em 2019, a carta pública da I Marcha Nacional das Mulheres Indígenas afirmava que "o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. *O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito*" (MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2019, n.p.). De forma similar, em 2021, no Manifesto Mulheres na luta pela Vida, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), constava que "a democracia não é real para todas en-

quanto não pudermos decidir com autonomia sobre nossos corpos, territórios e vidas!" (MST, 2021, n.p.).

A própria gênese do conceito também surge da prática de movimentos sociais latino-americanos. Segundo Falquet (2022), o corpo-território foi mobilizado pela primeira vez na Guatemala em 2007, como um *slogan,* com forte influência do feminismo comunitário, contra as mineradoras transnacionais que exploravam o território guatemalteco. No início dos anos 2000, o feminismo comunitário ganhava muita força nas organizações indígenas da Guatemala, sendo considerado, no âmbito das novas gramáticas de luta que vêm surgindo na América Latina, "uma das expressões mais ricas e inovadoras do feminismo latino-americano, do movimento indígena e das lutas ambientais" (FALQUET, 2022, p. 157).

Trata-se de uma proposta epistemológica que surge em 2003 por indígenas xinca guatemaltecas organizadas por diferentes questões de direitos humanos, desde a "revitalização da identidade étnica de seu povo, se dedicando à defesa do território ancestral contra os grandes proprietários de terra, as culturas OGM e o extrativismo minero transnacional" (FALQUET, 2022, p. 157), até o combate contra os feminicídios e a violência sexual cometida contra mulheres em suas comunidades indígenas (FALQUET, 2022, p. 157).

Diante da dupla necessidade de defesa de seu corpo – contra a violência de gênero e a violência extrativa –, essas mulheres indígenas xincas passaram a forjar a noção do corpo-território, em que o corpo é o primeiro território, e o território é comunitário, como um corpo expandido. Sobre essa leitura, Gago (2019) afirma que o corpo-território é um conceito que "desliberaliza a noção de corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política,

produtiva e epistêmica do corpo enquanto território" (GAGO, 2019, p. 107). Além disso, a autora assume a incompletude dos corpos, ao afirmar que os corpos nunca existem isoladamente, mas sempre "com outros [corpos] e com outras formas não humanas" (GAGO, 2019, p. 107).

Existia, segundo Lorena Cabnal, uma de suas precursoras, um entendimento de que o enunciado se referia a um processo de *sanación* dos corpos das mulheres violentadas pelo extrativismo, em um ato coletivo e cuidadoso de recuperação consciente de seus corpos. Assim, a "recuperação e a defesa do território-corpo e do território-Terra" (CABNAL, 2010, p. 23) se tornaram rapidamente o lema do feminismo comunitário na região. O que o feminismo comunitário propôs, ao trazer o corpo para a escala de análise, foi evidenciar o elo existente entre as violências patriarcais, coloniais, racistas e capitalistas-neoliberais.

Trazer a escala do corpo — usualmente pouco trabalhada pela Geografia — para o debate sobre os movimentos sociais configura um grande passo no sentido de incorporar novos léxicos para o discurso contestatório da r-existência. Os registros acima, relacionando o *corpo* com a terra e o território, visibilizam os vínculos ontológicos que existem na tríade corpo-terra-território. Mais do que isso, conferem uma perspectiva comunitária ao discurso e concebem o corpo enquanto espaço geográfico.

No âmbito do giro eco-corpo-territorial, que incorpora as gramáticas do comum, o renovado pensamento ambiental latino-americano, os vínculos entre território-corpo-terra e o extrativismo ampliado (que será debatido a seguir), podemos conceber o corpo-território como um "conceito político que evidencia como a exploração de territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos,

camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação" (GAGO, 2019, p. 207).

Nesse sentido, para compreender como a relação entre corpo-território e movimentos sociais pode ser fértil para a Geografia, temos que assumir alguns princípios que permeiam o núcleo epistêmico desta categoria. Como vimos, o corpo-território é uma ideia-força que surge no intuito de, por um lado, denunciar como se estrutura a exploração de territórios e bens comuns, além dos corpos femininos, sob o neoextrativismo, e, por outro, de promover uma recuperação consciente do nosso próprio corpo. Existe, então, um compromisso do enunciado com: I) a (re)apropriação da escala do corpo; II) a visibilização do trabalho reprodutivo; III) a luta contra a mercantilização da natureza e a privatização dos bens comuns; e IV) as práticas comunitárias. Não abordaremos exaustivamente cada um dos pontos, mas passaremos rapidamente por cada um deles para compreendermos a importância desses princípios.

Sobre a (re)apropriação da escala do corpo, no âmbito dos Movimentos Sociais, pode-se pensar em um movimento de des-abstração. Isto é, que o movimento não seja concebido enquanto uma homogeneidade, uma instituição, ou um dado estatístico, mas como um conjunto de corpos que compartilham afetações, que de fato sentem dores e se organizam por uma questão em comum.

Quanto ao trabalho reprodutivo, nos referimos a um deslocamento do eixo da produção econômica para o eixo da reprodução social. Assim como a roupagem dos movimentos sociais já vem se transformando e deixando seu caráter essencialmente produtivo, ainda é fundamental que diversos setores assumam a importância do trabalho reprodutivo para a manutenção da vida dos indivíduos e, consequentemente, para a reposição da mão de obra capitalista.

Delegado às mulheres pela divisão sexual do trabalho, o conjunto de atividades e responsabilidades não-remuneradas exigidas no cotidiano, desde a alimentação, os cuidados com crianças e idosos, e até a reprodução sexual, sobrecarregam os corpos femininos.

Ou seja, por um lado muitas das frentes de movimentos sociais ainda não valorizam e visibilizam dentro de seus quadros institucionais o trabalho do cuidado que as mulheres exercem, tanto no âmbito doméstico, quanto na organização interna dos movimentos. Por outro lado, por serem sujeitas primárias do trabalho reprodutivo, as mulheres tecem relações mais profundas com a terra e com os recursos comunitários disponíveis em seus territórios, sendo mais comprometidas com a defesa dos mesmos, além de ter uma sensibilidade maior às mudanças empregadas quando estes são privatizados (FEDERICI, 2019).

Por isso, pensar a partir da reprodução social implica diretamente a proteção dos bens comunitários, em oposição à lógica privatista do sistema capitalista neoliberal. Desde os movimentos agroecológicos rurais até as hortas comunitárias urbanas, as mulheres vêm pensando *alternativas* ao nosso sistema que se baseiam no comum e na reprodução social, escanteando a produção econômica. Diante deste exemplo, é importante ressaltar que embora o corpo-território seja um forte enunciado que surgiu em territórios rurais, ele também possui forte potencial de mobilização dentro de movimentos sociais urbanos.

Segundo Gago (2019), em nossa prática social o conceito de extrativismo pode ser concebido através de uma visão ampliada, que demonstra que "o deslocamento da fronteira extrativista se efetua também em relação a outras dinâmicas sociais, políticas e econômicas que não têm apenas a terra e o subsolo como espaço privi-

legiado" (GAGO, 2019, p. 119). Sendo assim, para a autora, a dinâmica extrativa também se faz presente nas cidades, através da especulação imobiliária urbana, da extração da vitalidade das economias populares por meio do endividamento e, inclusive, por meio de projetos de desapropriação urbana.

A noção de extrativismo ampliado nos permite compreender que a violação de corpos individuais e coletivos também é sentida nas cidades, sobretudo com a intensificação da precarização da vida sob a égide do regime neoliberal. Dessa forma, movimentos como o dos Trabalhadores de Aplicativos e os movimentos relacionados com a questão da moradia, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), também podem criar alternativas a partir da proposta do corpo-território.

Logo, seja em territórios urbanos, suburbanos ou camponeses, o corpo-território associa-se com uma crítica à mercantilização da natureza e a privatização dos recursos comuns, que são reflexos da hierarquização moderna que separa o homem da natureza, a tornando submissa a ele. Sendo assim, nossa sociedade se torna cada vez mais privatizada e individualista, inclusive no âmbito dos movimentos sociais, que muitas vezes atuam em intensa desarticulação e desconsideração quanto à natureza.

Trata-se, então, de uma crítica profunda à noção de território enquanto recurso, pois nesses casos os grupos sociais fazem uso do território como abrigo, como possibilitador da reprodução social do grupo. Assim, para que essas lutas possam ser travadas, o comunitário é posto no centro do discurso, despertando novas possibilidades de relações sociais e compromissos mútuos. Nesse sentido, compreendemos que construir relações sociais comunitárias emergem a

partir do trabalho concreto e cooperativo de coletivos humanos auto-organizados, que tecem estratégias para enfrentar problemas e necessidades comuns e, assim, garantir a reprodução social e o sustento (material e espiritual) de uma comunidade (GUTIÉRREZ; TRUJILLO; LINSALATA, 2016, p. 388).

O que expomos aqui não teve como intenção trivializar a noção de corpo-território ou propor que ela possa ser acionada em qualquer contexto. Além de ser ancorada territorialmente, é uma categoria de denúncia do avanço das fronteiras extrativas sobre os territórios e corpos *femininos,* que ajuda a evocar uma *unidade* dentro da multiplicidade de experiências de mulheres na América Latina.

Porém, há uma gramática essencialmente feminina emergindo a partir deste enunciado, que traz ricas interpretações e alternativas para que possamos construir um futuro menos alinhado com o T/terricídio e com diversas outras formas de opressão. A própria ideia de T/térricídio, proposta por Haesbaert (2022) e alinhada com o corpo-território, é uma forma de denúncia que evidência, por um lado, "a forma mais brutal de desterritorialização" (HAESBAERT, 2022, p. 11) e exaustão do planeta Terra, e, por outro, a política terricída de violação contra os povos que, devido à sua ligação íntima com os seus territórios, "vivenciam o território como uma extensão do corpo individual/comunitário" (HAESBAERT, 2022, p. 12).

Conclusão

Na primeira seção, levantamos o questionamento de Melucci sobre quais são os processos que levam os indivíduos a se envolverem coletivamente em uma ação política (ALONSO, 2009, p. 65).

Uma questão metodológica fundamental para a compreensão dos Movimentos Sociais, e que evidentemente depende do contexto espaço-temporal em que esses sujeitos se organizam. Como defendemos ao longo do artigo, as mudanças sócio-culturais e sócio-espaciais que construíram a nossa sociedade até culminar no *status* atual, promoveram intensas viradas de chave no âmbito dos Movimentos Sociais, em como os concebemos e como eles são construídos internamente.

Tomando como base sua gênese, ancorada em uma perspectiva marxista que nasce no chão da fábrica, perde o seu chão e depois é ancorado territorialmente a partir da luta política de grupos latino-americanos. Isto é, movimentos que eram essencialmente vinculados a um modelo urbano-industrial, que na fase seguinte suprimem a dimensão espacial no contexto da globalização, e resgatam, no caso latino-americano, a fundamental base territorial.

Nesse sentido, buscamos evidenciar o giro ecoterritorial que os movimentos contestatórios latino-americanos estão propondo em suas práticas políticas, assim como o fértil vocabulário político que está sendo tecido em *nuestra América* / *Abya Yala*. Observando a luta organizada de mulheres em seus territórios, adicionamos a esse giro à escala do corpo, propondo que na América Latina está em curso um giro que, além de encarar o território como base reprodutiva e categoria de luta política, também passa a mobilizar o corpo (sobretudo o feminino) como ferramenta para reivindicação.

Atentos a esse movimento e a contribuição que as mulheres vêm tecendo por meio das reivindicações pela defesa do corpo-território, finalizamos o artigo propondo uma leitura histórica sobre a categoria e sobre as formas com que os movimentos sociais contemporâneos podem aprender com essa ideia-força. A reprodução social,

a lógica comunitária e a luta contra a privatização e a espoliação são pistas fundamentais que podem fortalecer o repertório de luta de muitos Movimentos.

Referências

ALONSO, Angela As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76. pp. 49-86, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARTHOL, Timo. **Por uma Geografia em Movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CABNAL, Lorena. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitário. ACSUR, p. 11-25, 2010.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176.

FALLS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: CLACSO, 2009.

FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia**: mulheres e a reorganização da violência neoliberal. São Paulo: Sobinfluência Edições, 2022.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Ephasto. **Por terra e território:** caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

GAGO, Verónica. **A potência feminista**, ou o desejo de transformar tudo; tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na américa Latina. **Caderno CNH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, SET/DEZ, 2008.

GUTIÉRREZ, Raquel; TRUJILLO, Mina Lorena Navarro; LINSALATA, Lucia. Repensar lo político, pensar lo común: Claves para la

discusión. In: INCLÁN, Daniel; LINSALATA, Lucía; MILLÁN, Márgara (cord.). **Modernidades alternativas y nuevo sentido común**: prefiguraciones de una modernidad no capitalista, 2016, p. 377-417.

HAESBAERT, Rogério. **Vivir en el límite:** territorio y multi-transterritorialidad en tiempos de in-seguridad y contención. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2020.

_____. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. In. **Geographia**, vol: 22, n. 48, 2020a.

_____. A corporificação "natural" do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. **GEOgraphia**, 2022, v. 23, n. 50.

LANDER, Edgardo. (org) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2015.

LÊNIN, Vladímir. **O Estado e a revolução**: a doutrina do marxismo sobre o Estado e a tarefa do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017 [1918]

_____. **O que fazer?**: questões cadentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020 [1902]

_____. **Quem são os amigos do povo e como lutam contra os socialdemocratas**. São Paulo: Lavrapalavra, 2022 [1894]

LOBO, Natalia. **Las nuevas formas de los viejos mecanismos de apropiación de la naturaleza**: control de cuerpos-tiempos-territorios y política feminista. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021.

MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. **Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas**: "Território: nosso corpo, nosso espírito". Brasília: CIMI, 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Leonice. (2012). Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 7, JAN-JUN, p. 7-31.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Minas Gerais: Editora UFMG, 2003.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Manifesto Mulheres na luta pela Vida**. 2021. Disponível em: https://mst.org.br/2021/03/01/manifesto-mulheres-na-luta-pela-vida/. Acesso em: 14 maio 2023.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In. BOBBIO, Norberto et al. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, p. 787-792. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Lucha por la tierra. Lucha por la *TIERRA:* ruptura metabólica y reapropiación de la naturaleza. In: ALIMONDA, Héctor et al. (Org.). **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

_____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. (Orgs). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017a.

_____. Organização do espaço: objeto de estudo, objeto de desejo. In. LIMONAD, Estes. BARBORA, Jorge Luiz. et al. **Geografias, reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

RIBEIRO, Ana Clara. **Por uma Sociologia do Presente**: ação, técnica e espaço. Vol. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Um mundo ch'ixi es posible**. Ensayos desde um presente em crisis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia Crítica**. 6. Ed., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social". **Meridiano** — Revista de Geografia. n. 2. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Por uma Geografia libertária.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SPIVAK, Gayatri. (2010) **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios en América Latina. **OneWorld Perspectives**, n. 1, 2010.

_____. "Consenso de los Commodities" y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, 2013.

_____. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo nacional-popular en Bolivia, México**: Siglo xxi Editores, 1986.

ZIBECHI, Raúl. **Movimentos sociais na América Latina**: o "mundooutro" em movimento. Rio de Janeiro: Consequências.

Submetido em: 13 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 17 de junho de 2023.
Aprovado em: 27 de junho de 2023.

FERREIRA OLIVA, V.; PÉREZ, G.; DA ROCHA, Willian S. Dos MOVIMENTOS E DO CORPO-TERRITÓRIO: GRAMÁTICAS ORIGINÁRIAS PARA PENSAR AS GEO-GRAFIAS NO/DO FEMININO. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2922. Acesso em: 22 jul. 2023.

CARTOGRAFIA SOCIAL: PERCEPÇÕES TERRITORIAIS E IDENTIDADE ÉTNICA DO POVO MUNDURUKU DO PLANALTO, EM SANTARÉM-PARÁ

SOCIAL CARTOGRAPHY: TERRITORIAL PERCEPTIONS AND ETHNIC IDENTITY OF THE MUNDURUKU PEOPLE OF THE PLATEAU IN SANTARÉM-PARÁ

CARTOGRAPHIE SOCIALE: PERCEPTIONS TERRITORIALES ET IDENTITÉ ETHNIQUE DU PEUPLE MUNDURUKU DU PLATEAU À SANTARÉM-PARÁ

Larissa de Sousa Silva
Universidade Federal de Rondônia
E-mail: larissa.system.lb@gmail.com

Laisse Andressa Nascimento dos Santos
Universidade Federal de Rondônia
E-mail: laissecristo@gmail.com

Resumo:
O objetivo deste artigo é fazer uma análise do território de reivindicação do povo Munduruku do Planalto Santareno, composto pelas aldeias Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada, localizadas em áreas de várzea à margem direita do rio Amazonas e em terra firme, às proximidades da Rodovia Santarém Curuá-Una, PA-370. Este estudo se apoia nas informações contidas no fascículo produzido pelo PNCSA, bem como, discorrer sobre a metodologia da cartografia social como uma ferramenta de apoio à luta pela demarcação do território Munduruku do Planalto Santareno que reivindicam e lutam por território desde o início do século XXI, nesse sentido, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia teve papel fundamental para a compreensão das percepções territoriais das representações e territorialidades, por meio do mapeamento, organizado e construído entre os indígenas das aldeias.

Palavras-chave:
Povo Munduruku do Planalto santareno, Território, Cartografia Social, Demarcação, Identidade étnica.

Abstract: The objective of this paper is to analyze the territory claimed by the Munduruku people of Plateau Santareno, composed of the villages Açaizal, Amparador, Ipaupixuna and São Francisco da Cavada, located in floodplain areas on the right bank of the Amazon River and on dry land, at close to the Santarém Curuá-Una Highway, PA-370. This study is based on the information contained in the booklet produced by the PNCSA, as well as discussing the methodology of social cartography as a tool to support the struggle for the demarcation of the Munduruku territory of the Santareno Plateau that have claimed and fought for territory since the beginning of the 21st century, in this sense, the New Social Cartography of the Amazon Project played a fundamental role in understanding the territorial perceptions of representations and territorialities, through mapping, organized and constructed among the indigenous people of the villages.

Keywords: Munduruku People of the Santareno Plateau, Territory, Social Cartography, Demarcation Ethnic identity.

Résumé: L'objectif de cet article est d'analyser le territoire revendiqué par le peuple Munduruku du Plateau Santareno, composé des villages Açaizal, Amparador, Ipaupixuna et São Francisco da Cavada, situés dans des zones inondables sur la rive droite du fleuve Amazone et sur des terres fermes/sèches à proximité de l'Autoroute Santarém Curuá-Una, PA-370. Cette étude est basée sur les informations contenues dans la brochure produite par le PNCSA, ainsi que sur la méthodologie de la cartographie sociale en tant qu'outil de soutien à la lutte pour la démarcation du territoire Munduruku du plateau de Santareno qui a revendiqué et lutté pour le territoire depuis le début du 21e siècle, en ce sens, le Projet Nouvelle Cartographie Sociale de l'Amazonie a joué un rôle fondamental dans la compréhension des perceptions territoriales des représentations et des territorialités, à travers la cartographie, organisée et construite parmi les peuples autochtones des villages.

Mots clés: Peuple Munduruku du Plateau de Santareno, Territoire, Cartographie sociale, Démarcation Identité ethnique.

Introdução[1]

A cartografia pode ser entendida como a ciência que produz, interpreta, estuda e analisa mapas, que incluem materiais e conceitos que podem ser registrados ou transcritos por meio de símbolos ou grafismos (JOLY, 2011). A linguagem cartográfica é fundamental na formação dos indivíduos, possibilitando a compreensão dos fenômenos geográficos e a construção da leitura de mapas para o reconhecimento do próprio espaço de vivência enquanto cultura, território e identidade, levando em consideração a estrutura e a concepção do sujeito indivíduo dentro da coletividade de grupos e povos.

Por muito tempo, ela foi utilizada como instrumento decisivo nas grandes navegações com "grande impulso na Europa, a partir das viagens de exploração de novas terras, o que fez com que os navegadores sentissem a necessidade de poder contar com mapas cada vez mais atualizados e perfeitos" (Souza, 2013 p. 16). Os usos hegemônicos da cartografia ganharam notoriedade durante muito tempo, mas os grupos humanos, desde a idade média, em suas diversificadas territorialidades, faziam registros do cotidiano.

Além disso desenhavam e faziam suas representações de mundo por meio de tintas provenientes da natureza, dos frutos, das ervas, da terra, e gravavam nas rochas, as possibilidades de mundo através de uma cartografia despretensiosa, criando assim métodos populares que, atualmente, chamamos de cartografia social e etnomapas utilizados por muitas ciências sociais, sobretudo, na geografia e antropologia.

[1] O presente artigo é vinculado ao financiamento concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do Programa de Demanda Social

Na Amazônia, nos últimos anos, tem surgido uma infinidade de trabalhos e pesquisas acadêmicas que se voltam ao debate da metodologia dos mapeamentos coletivos dos povos originários, quilombolas e comunidades tradicionais como seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, entre outras. Um dos projetos mais atuantes que tem dado base aos estudos é o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo professor antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Acreditando na legitimidade de modelos que pudessem acionar uma cartografia social, fora da hegemonia do plano cartesiano, fortalecendo os movimentos sociais, e os territórios tradicionalmente ocupados[2], elucidando territorialidades e realidades, através da participação e confecção de mapas, o Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA)[3] passou a apoiar a auto-cartografia desses grupos, sob o argumento de que "estas territorialidades específicas, construídas socialmente pelos diversos agentes sociais, é que suportam as identidades coletivas objetivadas em movimentos sociais".

Nesse sentido, a cartografia social passa a ser um instrumento, a partir do qual, os povos das terras tradicionalmente ocupadas, podem afirmar suas identidades coletivas, pertencentes a um povo ou grupo, apresentando, através do mapeamento, as singularidades e as relações complexas que envolvem o processo de territorialização, configuradas nas territorialidades, dessa forma, constituem propostas opostas à cartografia dita oficial.

[2] De acordo com Alfredo Wagner (2004), atribuímos ênfase nestes mencionados processos às denominadas "tradicionalmente ocupadas", que expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza: terras indígenas, ccomunidades remanescentes de quilombos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, faxinais, comunidades de fundo de pasto.

[3] Para mais informações, acesse: http://novacartografiasocial.com.br

Para Ascerald (2010), ela é um instrumento metodológico que possibilita a construção coletiva de mapas sociais que representam a realidade, auxiliando, efetivamente, as comunidades tradicionais, grupos quilombolas e aldeias indígenas, dando visibilidade as suas reivindicações políticas, territoriais, culturais e sociais.

É uma ferramenta de denúncia e respaldo que favorece reinvindicações e demandas junto ao Estado, no caso de violações dos direitos humanos e constitucionais. Esses grupos, durante muito tempo, ficaram excluídos de poder cartografar o seu próprio território. É nessas cartografias dos povos que eles estabelecem suas próprias linguagens, expressam suas relações afetivas com o local e estabelecem limites e propostas de acordo com sua relação com a natureza e território.

A articulação dos povos da Amazônia, sobretudo do povo Munduruku do Planalto Santareno, demanda, a partir do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia, oficinas de mapeamentos junto ao seu povo, na possibilidade do alcance de voz na luta pelo território, paralelamente, a expansão da monocultura de grãos (soja e milho) que, segundo os relatos dos moradores, está ameaçando as suas territorialidades específicas, mediante ao não reconhecimento do território indígena em atinência, pela não efetivação da demarcação da TI pelo Estado brasileiro.

Nesse sentido, teremos como principal ferramenta de análise, a produção do fascículo do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)[4], intitulado "Território Indígena

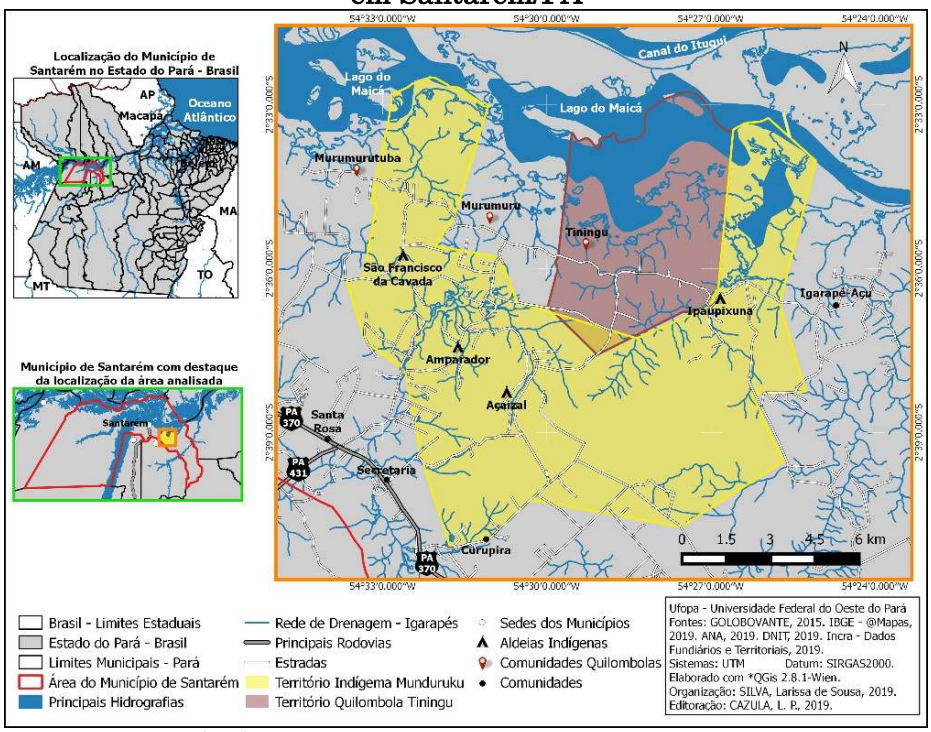
[4] O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia promove o mapeamento de povos e comunidades no bioma Amazônico, com o apoio de universidades, principalmente, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e da fundação de apoio Murak, com o valor de apoio do fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim como, o projeto é apoiado por outras instituições financiadoras. Disponíveis em: http://novacartografiasocial.-

Munduruku do Planalto", realizado em agosto de 2015. Pretende-se, a partir das configurações metodológicas dessas cartografias realizadas, desvendar os saberes locais, as percepções que eles têm de seu território, as demandas, as formas de organização coletivas e política do povo Munduruku.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é fazer uma análise sobre a área de reivindicação do povo Munduruku do Planalto Santareno que, composta pelas aldeias Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada, localizadas em áreas de várzea à margem direita do rio Amazonas e em terra firme, às proximidades da Rodovia Santarém Curuá-Una, PA-370, apoiado nas informações contidas no fascículo produzido pelo PNCSA, bem como, discorrer sobre a metodologia da cartografia social como uma ferramenta de apoio à luta pela demarcação do territórios Munduruku do Planalto Santareno.

com.br/quadro-de-projetos/

Figura 1: Mapa de localização do território indígena Munduruku em Santarém/PA



Fonte: Autoras (org), 2021.

É importante contextualizar que o movimento do povo Munduruku ganhou expressões fundamentais na busca por reconhecimento territorial no início dos anos 2000. Suas reinvindicações resultaram na autodemarcação da área (FIGURA 1), com o objetivo de defender suas áreas de convívio social e seus cultivos além das áreas de lazer, que incluem as águas, a terra e a floresta.

O mapa supracitado é a representação da autodemarcação do território dos Munduruku do Planalto Santareno. Os indígenas contaram com o apoio e acompanhamento de parceiros[5], solidários

[5] CPT (Comissão Pastoral da Terra), foi criada em junho de 1975, em Goiânia, durante o Encontro de Bispos. ... O objetivo da CPT, é servir os trabalhadores do campo, dar suporte e orientação a eles dentro dos movimentos sociais. CITA (Conselho Indígena Tapajós Arapiuns) Criação em maio no ano 2000, é uma representação política de mobilização do Baixo Tapajós que tem como objetivo a

com a luta. Esta proposta de autodemarcação representa uma importante etapa no processo de solicitação, junto ao Estado, para a criação jurídica da Terra Indígena junto à União, consonante às demandas e reivindicações, para terem os direitos coletivos atendidos e efetivados, com a demarcação oficial do seu território.

Concomitantemente ao ato de autoidentificação, ocorre a expansão da fronteira agrícola no Planalto Santareno, constituída pela produção do monocultivo da soja em diversas áreas rurais, com a formação da propriedade privada, resultando em conflitos com as populações que fazem usos diferenciados da terra/território, a exemplo dos indígenas, quilombolas e camponeses.

A expansão da fronteira agrícola foi consolidada na Amazônia, sobretudo no oeste Paraense, através da abertura de grandes rodovias no período da década de 1970, tais como, a Santarém-Cuiabá (BR-163), a Rodovia Santarém-Curua-Úna (PA-370), a Transamazônica (BR-230) e a Belém-Brasília (BR-010), chamando a atenção dos grandes produtores que chegaram à região do Baixo Amazonas no final da década de 1990, mobilizados pela oferta de terras férteis e "disponíveis" à produção de soja (GAYOSO DA COSTA, 2012).

Ainda na concepção de Gayoso da Costa (2012)

> O fortalecimento no mercado sojicultor veio após a construção do porto da Cargill no início dos anos 2000, que se instalou na região sob o prisma de ser uma região estratégica para o escoamento da produção, ter uma grande variedade de recursos naturais economicamente exploráveis impondo um novo ciclo de acumulação do capital, que se renova até os dias atuais, numa eterna reconquista pelos seus descobridores (p.72)

organização das comunidades que estão em fase de autoidentificação indígena e tem organizações jurídicas encaminhadas diante da Funai e demais órgãos públicos.

Após a chegada e ampliação dessa fronteira, as populações indígenas, quilombolas e camponeses, que viviam e faziam uso coletivo da terra e do território, já definiam a existência de suas territorialidades específicas, nesse sentido, entendemos que o termo "descobridores", utilizado por Gayoso da Costa (2012), na citação acima, é obsoleto por remeter a uma história que começou em 1500, negando a história dos povos originários dessa terra que estavam em território brasileiro, antes da chegada dos portugueses.

Para o indígena Munduruku, Daniel (2009)

> O termo "descobrimento" relaciona-se com a Europa e com todas as razões da colonização. Guarda silêncio sobre os fatores que levaram a Europa a explorar o Novo Mundo. Silencia a respeito dos conflitos entre portugueses e nativos e dos objetivos da colonização, baseados na expropriação territorial, na escravização e na destribalização (p.24).

Para Almeida (2006, p. 29), a territorialidade é definida pelo processo de territorialização e pertencimento que acionam "identificação, defesa e força" são esses fatores que delimitam o emergir coletivo, mas que podem convergir com outros sujeitos.

Nessa perspectiva, há um choque de territorialidades entre o povo Munduruku do Planalto com os sojicultores que passaram a ocupar áreas que, para os indígenas, são sagradas e significativas dentro da ancestralidade e respeito à natureza.

> O cultivo da soja na região altera significativamente a forma de apropriação do território, bem como, introduz, de maneira mais intensa, um modelo de produção mais capitalizado que se opõe aos modelos tradicionalmente vigentes na região (GAYOSO DA COSTA, 2012, p. 166).

É nesse cenário de diferentes trajetórias e imbricações dos movimentos sociais de luta por território que buscaremos analisar,

dentro do fascículo do PNCSA, produzido com o povo Munduruku do Planalto, como eles têm se mobilizado e se organizado politicamente na luta e na defesa do território para fortalecer a identidade étnica e a sua cultura, mediante as atividades da monocultura de grãos que se instalam ao redor das aldeias, ameaçando as suas territorialidades específicas que, de acordo com os relatos e entrevistas, está prejudicando a saúde dos moradores, devido ao uso de agrotóxicos nas monoculturas e que também, acaba afetando as plantações dos indígenas.

Procedimentos metodológicos

As informações contidas neste artigo fazem parte das análises do fascículo sobre os indígenas Munduruku do Planalto e da pesquisa de mestrado, em andamento, de uma das autoras, iniciada ainda na graduação, em 2019. Atualmente, eles tem convivido e construído novas provocações na perspectiva da luta por território que é pertinente analisar e elucidar por meio da cartografia social produzida por eles através do PNCSA[6].

As primeiras pesquisas de campo em 2019 resultaram em entrevistas com as principais lideranças do território, as quais estavam direcionadas a entender o contexto ameaçador que as aldeias estavam passando, em decorrência do avanço dos monocultivos de grãos. Ainda nessas entrevistas, foi necessário fazer conexões com a cartografia realizadas por eles em 2015, entender os elementos que foram dispostos no mapa representado no fascículo.

Nesse sentido, este artigo apresenta abordagem qualitativa e conta com as seguintes metodologias: *revisão bibliográfica* de livros, artigos, teses e dissertações, *pesquisa documental* (análise do

[6] Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

fascículo sobre os indígenas Munduruku do Planalto e de outros documentos institucionais) e *trabalho de campo*, caminho necessário para a realização de entrevistas com as lideranças do território, ancoradas na História Oral.

"O método da história oral é utilizado para buscar a história dos grupos, de acordo com suas respectivas memórias" (BARBOSA, 2008, p. 29). Nesse sentido, é uma metodologia que norteia o trabalho de campo, e dá possibilidade para que os colaboradores da pesquisa se organizem em coletivo e manifestem as suas experiências e vivências.

Os povos originários, comunidades quilombolas e demais populações tradicionais têm encontrado aporte na história oral para o reconhecimento de suas experiências. Para Meihy (2015), pesquisador brasileiro, a história oral é conectada à memória que possibilita o sujeito à compreensão do que foi vivido de um tempo passado, no presente.

Nessa concepção, a história oral traz narrativas e vozes dos sujeitos entrevistados importantes na perspectiva de constituição do caminho para o desvelamento da trajetória e da construção das identidades dos povos, comunidades, fundamentadas, sobretudo, na memória do grupo. "As experiências de cada um são autênticas e se relacionam com as demais por meio da construção de uma identidade comum" (MEIHY, 2015).

Há uma ligação entre história oral e memória. Segundo Bosi (1979, p. 29), a narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. Nessa perspectiva, a experiência do campo foi fundamental para compreender, através da observação, alguns fenômenos possíveis de serem visua-

lizados, e de entender, através das falas, como as práticas de defesa do território estavam alicerçadas na cartografia social.

A primeira pesquisa de campo com o povo Munduruku foi durante a graduação, por intermédio da Universidade Federal do Oeste do Pará, em maio de 2019. Nesse campo, houve os primeiros diálogos informais, para registrar possíveis pesquisas a serem realizadas.

Após os diálogos houve o momento das entrevistas com as principais lideranças, voltadas a entender o fenômeno que os assombrava, a monocultura de soja, compreender as perspectivas e mecanismos de defesas do território através das falas e símbolos utilizados nos fascículos e mapa produzido pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

Nesses diálogos, o uso do gravador foi extremamente necessário para registrar as falas. O uso do diário de campo foi utilizado para elucidar os caminhos traçados nos momentos de visita e anotar as observações durante as andanças pelos ramais das aldeias, entre falas, e cafés, fotos com a câmera do celular, protocolando sobre a paisagem expressamente modificada pela monocultura e anotando os anseios de manifestar territorialidades e os modos de vida em acordo e harmonia com a natureza.

"Território indígena Munduruku do planalto": percepções territoriais a partir do mapeamento social

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia vem sendo desenvolvido pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, especificamente a partir de julho de 2005, com objetivo de realizar mapeamento social dos povos e comunidades tradicionais na Ama-

zônia, na qual, através de projetos de pesquisas[7], obteve a expansão do projeto de mapeamentos pelo Brasil.

Entre julho de 2005 a janeiro de 2008 foram produzidos cinquenta e nove fascículos, organizados em três séries. Cada fascículo é o resultado de um conjunto de esforços e de relações sociais entre comunidades e povos tradicionais e a equipe de pesquisadores, que começa a concretizar-se com a realização da oficina de mapas e encerra essa instância de mapeamento com a publicação do fascículo. (PNCSA, 2005)

O fascículo em análise neste artigo, "intitulado *"Território Indígena Munduruku do Planalto*", é resultado de oficinas realizadas em 12 de agosto de 2015 no território Munduruku do Planalto, que contou com a presença e a participação das lideranças e moradores das quatro aldeias: Açaizal, Amparador, Ipaupixuna e São Francisco da Cavada.

As oficinas realizadas tinham os objetivos centrados e definidos no fortalecimento da luta territorial, reconhecimento identitário, identificando suas territorialidades específicas, a fim de apresentar as demandas dos moradores, mostrar as relações de poder e disputas territoriais e de enfatizar as especificidades étnicas culturais de um povo que tem um contexto histórico onde persiste a negação e o silenciamento da existência de indígenas na região do Baixo Amazonas.

Nestas oficinas e cartografia são expressas a consciência de quem entende o coletivo, as diferenças, as singularidades e particularidades de um povo. Cada povo, cada grupo tem interesses próprios, articulam e fazem combinações do que é necessário para o co-

[7] Este se articulou com o projeto de pesquisa intitulado "Processos de territorialização, conflitos e movimentos sociais na Amazônia" CNPq-FAPEAM, implementado a partir de dezembro de 2005

letivo, seguem suas narrativas, contribuem a partir das modalidades de uso dos recursos naturais, são conhecedores das geografias do território, esse conhecimento é o que delimita as suas fronteiras que são representadas em um mapeamento social.

Nesse contexto, Almeida (2013) enfatiza a importância para o melhor entendimento do que seja a metodologia de mapeamento

> A persistência do termo "social", compondo a expressão "nova cartografia social", reforça este propósito de uma cartografia crítica, desnaturalizada, capaz de se contrapor simultaneamente ao positivismo e ao papel de direção absoluta e autoritária das forças políticas hegemônicas no processo de produção cartográfica. (p.166)

Nestas geografias e mapeamentos que envolvem o coletivo, há lugares que, na cartografia dita oficial, nem se cogitava mencionar, tracejar, pontuar, mas que são expressos na nova cartografia social, pois pertencem e constituem esses territórios com grandes significações.

Na concepção de Almeida (2013, p. 158), os povos indígenas partilham de "conhecimento peculiar, geográfico e ambiental, associados a uma ação política configurada na identidade, indissociável de fatores econômicos" portanto:

> Os mapas produzidos no contexto destas mobilizações passam, a refletir não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vista e práticas, mas sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco às realidades locais, tanto agrupando, quanto distinguindo. Neste processo de distinção tem-se um ritual de passagem eminentemente político, que direciona este esforço analítico para determinações de existência diferenciadas (p.158).

Considerando a perspectiva das marcas de enfrentamento pelo povo Munduruku e os sojicultores, serão colocadas algumas fa-

las das entrevistas do fascículo e as falas das entrevistas concedidas em 2019, para melhor analisar e apresentar a realidade vivida por eles.

A metodologia das oficinas foi dividida em três eixos:

1. *Identidade e território indígena;* onde as pessoas foram estimuladas a fazer livremente a representação do território, territorialidades e enaltecer a identidade e apresentar os limites e fronteiras através dos símbolos e elementos que tinham significações para o seu povo.

2. Organização do movimento indígena: as narrativas mostram como ocorreu as organizações do conselho do planalto, momento de muita importância para as mobilizações. O conselho que representa os territórios indígenas do planalto, estruturado para entender e fazer denúncia sobre os usos dos recursos naturais; situações de conflitos e enaltecer as conquistas.

3. Nas demandas estão incluídas: a demarcação da Terra Indígena; implantação do ensino indígena e ampliação das escolas; fiscalização ambiental; posto de saúde com a implantação da saúde diferenciada para povos indígenas; entre outras que se fazem necessária mediante os direitos constitucionais. Estes três eixos foram norteadores, pois auxiliaram na construção e na produção do mapa social e do fascículo.

Nessas oficinas, estavam as lideranças, os moradores mais velhos e alguns jovens atuantes nas mobilizações sociais que, em acordo, ativaram os dispositivos da memória, o que Halbwachs (1990) chama de memória coletiva, e puderam fazer as representações que apresentam os conflitos territoriais, os lugares de pesca, caça, símbolos que representam perigo e os limites fronteiriços do território indígena com os campos de monocultura de soja.

A concordância e a percepção coletiva sobre os pontos e lugares do território foram fundamentais para a produção de um mapa social (FIGURA 2), que contém as delimitações, desenhos, traçados e símbolos que, para eles, apresentam significados pertinentes de luta.

É um mapa construído a partir das narrativas as vozes dos sujeitos que se dispuseram a estar ali; é resultado do desvelamento, da trajetória e da construção das identidades do povo Munduruku, fundamentadas, sobretudo, na memória do grupo.

Figura 2 - Mapeamento social do território Munduruku do Planalto



Fonte: Fascículo, PNCSA, 2015.

O mapa apresenta vários elementos, sobretudo, a relação dos elementos simbólicos com os elementos da natureza, água-terra-floresta, que são de uso coletivo. Nele, apresenta desenhos, representações com intensos significados para os povos indígenas, entre eles, consta delimitado o sítio arqueológico e os locais de terra preta, que para eles são lugares sagrados de uma ancestralidade

viva, de uma história que permanece naquele local, precisando, com certa urgência, ser protegida para continuar existindo.

No fascículo o tópico *"A terra preta como identidade e território"*, seu Pedro, uma das lideranças da aldeia Açaizal, relata:

> A Terra Preta pegava justamente a maior parte do nosso terreno aqui. Que justamente tinha. No tempo do meu bisavô, ele deixou seringal, deixou cacoal[8] nessa Terra Preta, que era "diz que" essa maloca dos índios que a gente trabalhava de plantar maniva, capinar. A gente achava cabeça de porco, achava aquelas panelinhas, achava tudo de caco de coisa [...]. É a terra de índio, é uma área de terra que em cada mata nasce uma parte de Terra Preta; bem aqui tem outra é a terra melhor que dizem, onde o índio morou. A gente encontra muito, foi feito teste. A gente conseguiu aí depois foi feito teste. Tem um bocado de balde, copinho, cachimbo de fumar" (Pedro Costa, oficina de Mapas, Aldeia Açaizal, em 22/10/2010).

A fala de seu Pedro carrega o sentimento de pertencimento e afirmação da identidade étnica de seu povo. Nessas terras pretas moravam seus ancestrais, fato que nos leva a afirmar que nesse lugar existe história, tradição e cultura que precisam ser visualizadas com cautela. Eles viram, na cartografia social, a possibilidade de ter voz para apresentar e pontuar o sítio arqueológico no mapa social (FIGURA 2) para deixar registrado e com a condição de proteção desse lugar.

Além de ser uma forma de contrapor o avanço dos campos de soja, assim como interferir, de alguma forma, nos discursos racistas e xenofóbicos dos sojicultores e até mesmo do Estado, que lhes nega a identidade étnica, impedindo a demarcação e reconhecimento jurídico. Seu Paulo relatou um pouco, em nossa entrevista,

[8] O cacaueiro é a árvore perenifólia que dá origem ao fruto chamado cacau, cacoal expressão de costume regional referente à plantação de cacau

em 2019, sobre as tentativas de silenciamento e preconceito seguidos de intimidação.

> Eles dizem que não somos índios, que a gente é nordestino. Tinha um antropólogo que vinha por aqui, que era contratado por eles, que rondava a gente e dizia que a gente não era índio, que a terra não era nossa, a gente fica triste com isso, desmerecem o nosso povo (Paulo Bezzera. Entrevista concedida em 20 de setembro de 2019).

A identidade étnica do povo Munduruku foi construída ao longo dos anos, eles apresentam territorialidades especificas, fazem o uso coletivo do território, sendo resultado de diferentes processos de territorialização. Importante enfatizar que a nossa compreensão do conceito de territorialidades especificas utilizado neste artigo é de Almeida (2008).

> Estas novas formas de ocupação e uso comum dos recursos naturais emergiram pelo conflito, delimitando territorialidades específicas, e não tiveram até 1988 qualquer reconhecimento legal. As territorialidades específicas podem ser entendidas aqui como resultantes dos processos de territorialização, apresentando delimitações mais definitivas ou contingenciais, dependendo da correlação de força em cada situação social de antagonismo (...) sua emergência atém-se a expressões que manifestam elementos identitários ou correspondentes à sua forma específica de territorialização (p. 51).

Eles dão sentido e significado ao território tradicional que, ao longo do tempo, estabeleceram condições para existir. É neste sentido que nos reportamos mais uma vez a Almeida (2008) para salientar que:

> O fator identitário leva as pessoas a se agruparem sob uma coletividade expressando e declarando seu pertencimento a um povo ou um grupo a fim de encaminharem demandas e reivindicações ao

> Estado para o reconhecimento de suas formas próprias de acesso à terra e a outros direitos (p. 30)

Nesse sentido, o mapa social produzido por eles abrange todos os elementos fundamentais para a sobrevivência e manutenção dos modos de vida, das manifestações culturais, das delimitações de ramais, estradas que dão acesso às aldeias, aos quilombos, às roças, aos lugares de lazer, aos lugares de sociabilidade e uso coletivo e outros que fazem parte da organização sociocultural desses povos.

Ainda no mapa, é colocado todos os pontos representados por *caveiras*, deixando explícito o conflito territorial. O símbolo dos *tratores* representa a expansão da monocultura de soja, dos campos que estão próximos das aldeias, das roças, dos igarapés; é demonstrado nitidamente que essa expansão da monocultura está "encurralando" esses moradores, os deixando cada vez mais vulneráveis.

O território para eles é de fundamental importância, enquanto condição de sua existência, eles entendem que têm direito de serem livres no território reivindicado, para que continuem reproduzindo e mantendo firmes a forma de viver com a natureza.

A ausência de reconhecimento territorial pelo Estado facilita a existência de formação de propriedade privada dentro da área, predispondo o aumento da expansão da agricultura de grãos, que está sobressaindo o território reivindicado e intimidando as territorialidades específicas.

No relato de seu Josenildo Munduruku, cacique da aldeia Açaizal, uma das lideranças, a quem tive a oportunidade de ouvir muitas histórias, é possível observar a indignação de que o território reivindicado vem passando pela privatização de lugares que para eles são de uso coletivo.

Sua indignação é compreensível quanto às questões suscitadas, por exemplo, o cacique Josenildo nos conta certo episódio ocorrido com o igarapé, espaço que tem significado para eles, e que se estabelece como um lugar de afeto e lembranças.

> Nós somos privados do meio ambiente. Com a questão, eles colocam agrotóxicos. Nós não temos mais o nosso igarapé, o que era de uso, depois que eles chegaram pra cá, isso em 2000, a partir de 2002 que chegaram as primeiras fazendas de soja nosso território, a partir daí, o igarapé começou a secar, nós perdemos o nosso igarapé. Lembro que a gente brincava, tomava banho que só, a gente pescava cada peixe grande. Era nosso lazer, nosso único igarapé aqui perto, na frente das nossas casas, a água era transparente, a gente não tinha poço, então, com essa água a gente fazia nossos afazeres, era bom demais, agora só resta mato, mataram nosso igarapé, hoje é só tristeza, ninguém mais vai lá, nossos filhos e netos não vão saber o que é tomar banho gelado no igarapé, pelo menos não nesse, espero que eles não destruam os outros (Entrevista concedida em 20 de setembro, pelo Cacique Josenildo Munduruku).

O cacique coloca em evidência os impactos ambientais que a monocultura de soja vem trazendo para o território e, principalmente, para a aldeia Açaizal. São mudanças significativas na produtividade dos bens necessários à efetivação da vida. Muitos reduziram as plantações de mandioca assim como a produção de farinha, alimento que faz parte da dieta de grande parte dos moradores das aldeias, além de ser produzido para ser comercializado em mercados e feiras da cidade, isso tem acontecido devido a privatizações e aumento de desmatamento para abertura dos campos de soja em áreas pertencentes ao território.

Nesse sentido, as observações da pesquisa revelam que as percepções territoriais e conflituosas descritas e acentuadas nos mapeamentos, é a maneira como eles enxergam a expansão agríco-

la, os elementos, os símbolos; existe aí significações de "identidade, defesa, força", que os deixam cada vez mais perspicazes para as mobilizações de luta para permanecer no território.

Nessa perspectiva, o PNCS foi fundamental para dar visibilidade e ajudar na afirmação da identidade indígena Munduruku do Planalto, pois, resgataram suas histórias e lembranças, haja vista que, é um processo de autorrepresentação. Dona Maria Júlia, em uma entrevista disponibilizada no fascículo, fala sobre a importância da realização das oficinas e da produção do mapeamento social com os moradores, assim como, sobre a importância do reconhecimento territorial.

> A gente está buscando uma coisa que a gente já foi há muito tempo, que a gente não sabia, que é a nossa tradição indígena, que são as nossas raízes. Então, é por isso que a gente acha que seja para melhorar a situação, porque a gente é muito excluído, os indígenas são muito excluídos, é muito escravizado. Tem muita gente que tem preconceito com os indígenas. Meu pai e meu avô sempre diziam – olha nós somos índio! Mas nós nunca ligamos para isso. Só fomos mesmo ligar quando começamos a perder nossa terra. E aí a gente começou a se organizar". (Maria Júlia de Sousa, Oficina de Mapas, Aldeia São Francisco da Cavada, em 25/08/2012, fascículos).

A fala de Dona Maria Júlia foi fundamental e explicativa para compreender a importância que o Projeto Nova Cartografia Social teve para o território reivindicado. A partir dele, algumas conquistas foram concretizadas, como a formação do Conselho do Planalto que está em efetivo funcionamento.

Em 2017 houve a construção do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada e de Consentimento que tem como objetivo:

> Estabelecer critérios formais criados a partir de direitos previstos legalmente para sermos consultados na hipótese de viabilidade de planos ou pro-

> jetos que possa pôr em risco a vida e a cultura das famílias que vivem nas aldeias (ISA-Instituto Socioambiental, 2017, p.3).

O que se observa é, que nessas mobilizações, eles se reinventam enquanto sujeitos políticos. Estes dispositivos são formas de defesa e de diálogo entre eles e o Estado, pois auxilia na discussão e definição de pautas fundamentais de conquistas dentro do território, como o ensino e a saúde, pontos mais relatados como precários, segundo os indígenas.

Territorialidades da memória e afirmação étnica como fator de resistência

As territorialidades da memória expostas no fascículo e no mapeamento produzido pela nova cartografia social, revelam que dentro desse contexto de percepções, é inevitável considerar o processo de emergência étnica que aconteceu no Baixo Tapajós e que marcou os povos dessa região, pois passaram a sobreviver a partir das contradições de expropriação territorial presente na região amazônica até os dias atuais.

Na Amazônia, o processo de retomada das memórias, identidades e dos territórios ancestrais, na literatura antropológica atual, tem sido denominado de "ressurgimento" da indianidade ou da identidade étnica indígena na Amazônia constitui um fenômeno denominado de emergência étnica ou etnogênese (BARTOLOMÉ, 2006, p. 02).

Os povos do Baixo Tapajós, durante longos anos, foram submetidos a políticas de silenciamentos entrelaçados pelo genocídio e etnocídio que, atualmente, têm refletido na estrutura de luta por terra e território que reivindicam. A emergência étnica desses

povos se trata de resistência e de luta pela manutenção da vida e dos territórios coletivos.

Importa ressaltar que, durante muito tempo, esses povos foram considerados inexistentes, mas saíram do silenciamento, no final do século XX, trazendo ao campo jurídico/político suas pautas, no que tange à luta pela demarcação de suas terras, buscando mecanismos que possam garantir os seus direitos enquanto povos originários da terra.

Para Tomáz; Barros; Marques (2013), a resistência dos povos indígenas da região nordeste e da Amazônia foi marcada pelo processo de apagamento, com um histórico de violência e de dominação territorial:

> Onde a invisibilidade e o quase desaparecimento das aldeias indígenas, associadas à noção de "mistura" e "integração", reforçada pela inauguração da categoria homogeneizante "caboclo", foi ideia predominante até os anos 70 do século XX, com fortes persistências até os dias atuais (p. 280).

Importante enfatizar que as políticas anti-indígenas e as perseguições da época, não foram suficientes para romper com tamanha diversidade sociocultural dos povos pelo Brasil e nem inibir as fronteiras étnicas de indígenas que passaram a se autoafirmar, sobretudo a partir da constituição de 1988. A sequela desse período assombroso, foi justamente manter invisível e trazer narrativas sobre a não existência dos povos indígenas nas regiões pelo país.

Nessa perspectiva, Silva (2022) acentua que é uma resposta estatal, ligada diretamente à tentativa de apagamento da presença étnica, tomando como base os efeitos da burocratização e da classificação que a criação de Unidades de Conservação vem impondo a essas populações. Tomamos como exemplo, a persistência do

termo *caboclo* em alguns discursos do senso comum político e até mesmo acadêmico.

Esse termo, geralmente é relacionado a pessoas que vivem no meio rural, como os ribeirinhos, os camponeses e os indígenas, associados a adjetivos pejorativos como ignorantes ou não civilizados pelo mundo moderno, desprovidos de cultura e tidos como atrasados intelectualmente (Lima, 2009). Por isso, por muito tempo os povos indígenas foram considerados inexistentes, como um reflexo naturalizado da colonização, reverberando o preconceito até os dias atuais, diante daqueles que estão se autoafirmando.

Para Silva et al (2023)

> O movimento de emergência étnica, sobretudo na Amazônia, ganhou expressão a partir da Constituição de 1988, deixando o cenário político mais favorável às relações entre os povos indígenas e o Estado brasileiro, quebrando perspectivas integracionistas de tutelação e passou a garantir o direito fundamental no exercício de uma ocupação tradicional; os direitos constitucionais foram essenciais para que o reconhecimento de terras indígenas avançasse nas décadas do último século. (p. 2)

Como afirmado anteriormente, é somente a partir da década de 1970 e 1988, com os estabelecimentos dos direitos constitucionais, sobretudo nos Artigos 231 e 232, que disciplinam os direitos das terras tradicionalmente ocupadas aos povos indígenas, é que há uma maior reverberação dos movimentos-étnicos-territoriais, trazendo configurações fundamentais e necessárias para os processos de territorialização pelo Brasil.

Para Almeida (2008):

> O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões orga-

> nizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado (p.118).

Ainda na concepção de Silva et al (2023) a região Amazônica é uma das que mais manifesta movimentos étnicos-territoriais, principalmente, o Baixo Tapajós, constituído de várias etnias[9], que têm deliberado questionamentos e lutas em busca de reconhecimento étnico. Estes povos compõem um cenário de disputas e conflitos que se configura desde o final do século passado. O povo Munduruku do Planalto Santareno, objeto de estudo desta pesquisa, vem reivindicando território no início do século XXI.

Pode-se interpretar essa mobilização indígena como um processo de construção de territorialidades específicas que se manifesta como contraponto às políticas governamentais e ao agronegócio no Baixo Amazonas (GAYOSO DA COSTA, 2012). No fascículo produzido sobre os Munduruku do Planalto, há uma fala de seu Raimundo que remete, esporadicamente, sobre as origens deles no território atual.

> Nós vivemos numa terra indígena, de índio mesmo, todos nós somos indígenas. A primeira família que era um senhor conhecido como João Grande e o outro, Benilsimo, e depois veio outra família, que foi nossa raiz, que era Munduruku. Eles eram uma mistura de Munduruku e Apiaká. [...] Esse Apiaká eu conheci ele com vida. Mas os outros parentes dele eram Munduruku. No caso nós tivemos a raiz, que hoje nós somos reconhecidos como Munduruku através deles. Eles que vieram pra cá e se criaram aqui, formaram as famílias deles aqui. Hoje nós lutemos por isso e para nosso reconhecimento, para sermos Munduruku também, para nós termos aquela raiz completa que eles tinham. Mas

[9] As etnias Munduruku, Apiaká e Kayabi (Alto e Médio Tapajós) e Arapium, Munduruku, Apiaká, Maytapu, Cumaruara, Jaraqui, Tupinambá, Borari, Cara-preta Munduruku, Tapuia, Arara-Vermelha (Arapiranga), Tapajó e Tupaiú (Baixo Tapajós/Santarém) são atendidas por essa sede e são essas que se autodeclaram indígenas as margens do Tapajós.

> eles nasceram fora daqui. Eles chegaram aqui criança com os pais deles, mas eles diziam que os pais, os avós deles, os bisavós tudo eram índio Munduruku. Que eles vieram para cá como criança e daí eles ficaram vivendo aqui todo esse tempo. E até hoje nós ainda temos o sangue deles por aqui". (Raimundo Nonato do Lago, Oficina de Mapas, Aldeia São Francisco da Cavada, em 25/08/2012).

A fala de seu Raimundo é confirmada com algumas entrevistas realizadas em campo, as quais demonstram que o processo de retomada desse território iniciou a partir de 1960, mas, é durante o processo de emergência étnica que acontecia no Baixo Tapajós, final do século XX, que eles viram a possibilidade de serem introduzidos novamente em cena, diante de reivindicações com o Estado brasileiro.

No início dos anos 2000, povo Munduruku do Planalto se ancora nos atos políticos de reivindicação étnico-territorial junto ao Estado, amparado pelo uso e ocupação de bases ancestrais de um povo que sempre existiu, mas, por questões de sobrevivência, teve que se silenciar para sobreviver. É imprescindível refletir sobre os mecanismos de violação dos direitos indígenas, num cenário em que a relação entre o Estado e esses povos oscila entre a negação e o reconhecimento de direitos (BELTRÃO, 2013).

Nessa perspectiva, o povo Munduruku se sentiu acolhido pelo movimento de emergência étnica que fez questão de lembrar que esses povos sempre existiram, e que ser indígena não é uma condição inventada, mas é reconhecer suas origens e sua identidade, principalmente em um contexto político violento e preconceituoso. Por isso, sua afirmação étnica é um fator de resistência.

Para Pacheco de Oliveira (2022):

> Os sujeitos coletivos que constituem hoje, continuam a produzir formas de organização social, cultu-

> rais, identidades e relação com o meio ambiente absolutamente distintas. Elas não podem ser compreendidas somente pelo estabelecimento de interconexões entre uma cultura e um nicho ambiental, mas exigem um mergulho na história, com a identificação de conflitos, migrações e interdependências (p.30).

Suas lutas são contemporâneas, não é um povo que congelou no tempo, pelo contrário, eles vivem em sociedade e estabelecem relações sociais e interações com várias instituições, inclusive, com a universidade. As circunstâncias de luta são necessárias pela busca de autonomia e controle do território e manutenção da vida. As territorialidades expostas através do PNCSA foram fundamentais para que eles permanecessem na luta, principalmente, por afirmar a identidade étnica como fator de resistência.

Considerações finais

Compreende-se o Território Munduruku como de um povo emergente a partir de 1990. Eles reivindicam e lutam por território desde o início do século XXI. O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia teve papel fundamental para a compreensão e representação do território e das territorialidades, através do mapeamento organizado e construído entre os indígenas das aldeias.

Esse processo de produção e representação coletiva entende-se como um ato político e estratégico na intenção de pressionar as instituições indigenistas para acelerar o reconhecimento territorial que está em andamento jurídico. Ao indicar, pontuar, tracejar e demarcar para o mapeamento social, eles objetivam aprofundar e tentar proteger áreas que estão vulnerabilizadas e que precisam ser observadas com cautela.

Nas oficinas do PNCSA, os indígenas foram estimulados a fazer livremente a representação do território. Foi o momento de concordância entre eles, em que houve o fortalecimento dos laços étnicos, os quais eles entendem que é um fator de resistência em meio a violência concreta e simbólica que eles presenciam diariamente.

Eles apresentam nitidamente, em seus desenhos, que é uma luta travada e articulada dentro das dimensões políticas, sociais, culturais e econômicas e na forma como estabelecem suas cosmologias e como esses bens podem ser utilizados de forma que não prejudique a principal fonte – a natureza.

É nesse cenário da dimensão social política, que se reitera, a partir dos conflitos da luta pela terra e território, os Munduruku buscam ser reconhecidos enquanto povo originário que sempre estiveram nos seus locais de vivência e que o movimento de emergência étnica do Baixo Tapajós foi fundamental para a afirmação da ancestralidade. O território para eles é manutenção de vida e condição de existência ancorada a partir dos direitos constitucionais.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Mapeamentos, identidades e territórios**. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate; Aurélio Vianna Jr ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. de **Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livre", "castanhais do povo", faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.ª ed, Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas processos de territorialização e movimentos sociais. In: OLIVEIRA, A.U; MARQUEZ, M.I. (org). **O campo no século XXI**: território da vida, de luta e de justiça social. São Paulo: paz e terra/casa amarela, 2004.

ALMEIDA, A, W, B. **Nova Cartografia Social**: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. Povos e comunidades tradicionais nova cartografia social. Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior.: Manaus: UEA Edições, 2013

ALMEIDA, A, W, B. (org). **Mapeamento social dos povos e comunidades tradicionais do rio Tapajós: povo munduruku e a luta pelo reconhecimento do território**, – Manaus: UEA-Edições, 2015.

ALMEIDA, L. M. de.et al. **Arranjos produtivos de grãos na região de influência do município de Santarém no estado do Pará**. 2006.40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BARBOSA. Maria Betanha, C. **Sistema de uso comum de recursos em comunidades quilombolas no vale do rio capim (PA).** 201 f. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Pará, Núcleo de altos estudos Amazônicos – . 2008

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papeis no cenário cultural e político. **Mana**,: 39-68 p, 2006. Disponível em: https://www.readcube.com/articles/10.1590/S0104-93132006000100002. Acesso em: 15 fev de 2023.

BELTRÃO, Jane Felipe. Pertenças, territórios e fronteiras entre os povos indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns versus o Estado brasileiro**. Antares: Letras e Humanidades**. 5–27, 2013. Disponível em: http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/ article/view/2544/ 1489. Acesso em: 10 fev. de 2023.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. Universidade de São Paulo. Serie 1ª Estudos Brasileiros,1979.

COSTA, Solange Maria Gayoso da. **Grãos na floresta**: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia. — 2012. 312 f. : il. ; 31 cm

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais. Tradução de: La mémoire collective, 1990.

ISA – Instituto Socioambiental. **Protocolo de Consulta dos povos indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno**. 16 p, 2017, Santarém, Pará. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/0hd00051.pdf. Acesso em: 05 fev. de 2023.

JOLY, Fernand. **A cartografia**. São Paulo: Papirus, 2011.

LIMA, Deborah Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: Sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico". **Novos Cadernos Naea** 2: 2–32. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewArticle/107. DOI : 10.5801/ncn.v2i2.107. Acesso em: 29 mar. 2020, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. – 2ª Ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015.

MUNDURUKU, Daniel. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem da cultura brasileira/ Daniel Munduruku; ilustrações Maurício negro. – 2. Ed. – São Paulo: Global, 2009

OLIVEIRA, Pacheco João. **A luta pelo território como chave analítica para a reorganização da cultura**. A reconquista do território: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Epapers, 2022. 438 p.

PNCSA, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Território indígena Munduruku do Planalto,** apresentação, fascículo, 2015. Disponível em: < http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/ >. Acesso em: 25 de fev., 2023.

SILVA, Katiane. Relações de poder e disputas territoriais: algumas reflexões sobre políticas de estado e povos indígenas no Baixo Amazonas. **Anuário Antropológico,** v.47 n.1, Dossiê, 2022.

SILVA, Larissa. FRAGA, Nilson. FREDRICH, Salomé. SILVA, Adnilson. **Emergência étnica: territorialidades das memórias e a luta do povo Munduruku do Planalto, Santarém-Pará**. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, 2023.

SOUZA, Arildo João de **Cartografia** ; Catarina Cristina Barbara de Siqueira Meurer; Débora Mabel Cristiano; Wanderlei Machado dos Santos. Indaial : Uniasselvi, 2013.

TOMÁZ, A, F; BARROS, J, N; MARQUES, J. Povos Indígenas do Nordeste, territorialidades e movimentos no projeto de transposição do Rio São Francisco. In. ACSELRAD, Henri (org.); VIÉGAS, Rodrigo Nuñes *et al.* **Cartografia social, terra e território**. – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.

Submetido em: 28 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 02 de março de 2023.
Aprovado em: 28 de abril de 2023.

DE SOUSA SILVA, L.; NASCIMENTO DOS SANTOS, L. A. CARTOGRAFIA SOCIAL: PERCEPÇÕES TERRITORIAIS E IDENTIDADE ÉTNICA DO POVO MUNDURUKU DO PLANALTO EM SANTARÉM-PARÁ. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2905. Acesso em: 22 jul. 2023.

ESSE POVO QUE NINGUÉM VÊ: COMUNIDADE DA FIBRA DO BAIRRO INDUSTRIAL ARACAJU-SE

THESE PEOPLE NOBODY SEES: THE FIBER COMMUNITY OF THE INDUSTRIAL BAIRRO ARACAJU-SE

ESTA GENTE NADIE VE: LA COMUNIDAD DE FIBRA DEL BAIRRO INDUSTRIAL ARACAJU-SE

Jorge Edson Santos
Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão/SE.
jorgeedsonsantos87@gmail.com

Lucas Zenha Antonino
Doutor em Geografia e Professor Adjunto na UNIFESSPA/IETU.
lucaszenhas@gmail.com

Resumo: São tarefas de uma ciência que analisa o espaço e de pesquisadores que buscam justiça e cidadania dar visibilidade a "esse povo que ninguém vê", reforçando seus aspectos tradicionais e as violações de direito vivenciadas. Portanto, o objetivo principal deste artigo foi refletir sobre a situação territorial da Comunidade da Fibra, localizada em meio urbano, no Bairro Industrial da capital Aracaju – SE, que resiste e reivindica melhorias frente a um crescimento urbano seletivo, desigual e contraditório. Como metodologia realizou-se um conjunto de levantamentos e verificação de dados junto a órgãos oficiais, consulta a partir de leis municipal e estadual, revisão bibliográfica, fotografias e participação em diálogos com lideranças. Assim, compreendeu-se que os interesses, os direitos e a integridade dos territórios de grupos étnicos protegidos por tratados internacionais, em especial a Convenção 169 (OIT), atraem a incidência do art. 109 (III) da Constituição Federal, dispositivo que foi esquecido ou ignorado. A restrição de direitos fundamentais das comunidades tradicionais, em Aracaju, desconsiderou as alegações no processo de implementação do PDDU.

Palavras-chave: Espaço Urbano, Pescadores Artesanais, Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs),

Abstract: These are the tasks of a science that analyzes space and of researchers who seek justice and citizenship to give visibility to

"these people that nobody sees", reinforcing their traditional aspects and the violations of rights experienced. Therefore, the main objective of this article was to reflect on the territorial situation of the Fiber Community, located in an urban environment, in the Industrial District of the capital Aracaju - SE, which resists and claims improvements in the face of selective, unequal and contradictory urban growth. As a methodology, a set of surveys and data verification was carried out with official bodies, consultation based on municipal and state laws, bibliographical review, photographs and participation in dialogues with leaders. Thus, it was understood that the interests, rights and integrity of the territories of ethnic groups protected by international treaties, in particular Convention 169 (ILO), attract the incidence of art. 109 (III) of the Federal Constitution, a device that was forgotten or ignored. The restriction of fundamental rights of traditional communities, in Aracaju, disregarded the allegations in the PDDU implementation process.

Keywords: Urban Space, Artisanal Fishermen, Traditional Peoples and Communities (PCTs), PDDU.

Resumen: Esas son las tareas de una ciencia que analiza el espacio y de investigadores que buscan justicia y ciudadanía para visibilizar a "esta gente que nadie ve", reforzando sus aspectos tradicionales y las vulneraciones de derechos vividas. Por lo tanto, el objetivo principal de este artículo fue reflexionar sobre la situación territorial de la Comunidad Fibra, ubicada en medio urbano, en el Distrito Industrial de la capital Aracajú - SE, que resiste y reclama mejoras frente a las prácticas selectivas, desiguales y crecimiento urbano contradictorio. Como metodología se realizó un conjunto de encuestas y verificación de datos con organismos oficiales, consulta con base en leyes municipales y estatales, revisión bibliográfica, fotografías y participación en diálogos con líderes. Así, se entendió que los intereses, derechos e integridad de los territorios de los grupos étnicos protegidos por los tratados internacionales, en particular el Convenio 169 (OIT), atraen la incidencia del art. 109 (III) de la Constitución Federal, dispositivo que fue olvidado o ignorado. La restricción de los derechos fundamentales de las comunidades tradicionales, en Aracaju, desconoció los alegatos en el proceso de implementación del PDDU.

Palabras-clave: Espacio Urbano, Pescadores Artesanales, Pueblos y Comunidades Tradicionales (PCTs), PDDU.

Introdução

Esse texto é resultado das reflexões, apontamentos e debates iniciados nas disciplinas de Gestão Ambiental, do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ciências Ambientais (PROF-CIAMB), e de Estado e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), ambas ofertadas na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O objetivo principal deste artigo foi refletir sobre a situação territorial da Comunidade da Fibra, localizada em meio urbano, no Bairro Industrial da capital Aracaju – SE, que resiste e reivindica melhorias frente a um crescimento urbano seletivo, desigual e contraditório. Portanto, dar visibilidade a "esse povo que ninguém vê", reforçar seus aspectos tradicionais e as violações de direito são tarefas de uma ciência que se debruça a analisar o espaço e a buscar justiça e cidadania.

O urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classe fez dele um campo de luta onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. "(...) O urbano aparece como obra histórica que se produz continuamente a partir das contradições inerentes à sociedade". (CARLOS, 2011. p. 71).

Como metodologia realizou-se em conjunto de entrevistas, bem como o levantamento e verificação de dados junto a órgãos oficiais como o Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (ADEMA), o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Assim como a revisão/consulta a estudos e bibliografias de matérias jornalísticas locais, artigos, revistas, *sites*, coleta de imagens, fotografias, bem como a consulta à fundamentação legal a partir das leis do município, do estado e da Constituição Federal.

Parte das reflexões desenvolvidas também são subsidiadas pelo trabalho realizado no Observatório Social dos Royalties (OSR)[1], com respaldo na legislação ambiental[2] e desenvolvido nos municípios sergipanos de Pirambu, Barra dos Coqueiros e Aracaju como um dos subprojetos do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC)[3].

A partir dessa trajetória de pesquisa, o texto está constituído para além desta introdução das seguintes seções: a) História da cidade de Aracaju buscando compreender o processo de formação da cidade e, em específico, do bairro Industrial; b) Um debate acerca do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

[1] Disponível em: https://osrpeac.com.br/

[2] Nota Técnica Nº 01/10- CGPEG/DILIC/IBAMA - Disponível em: https://docplayer.com.br/19579284-Nota-tecnica-cgpeg-dilic-ibama-no-01-10.html Acesso em: 30/04/2022.

[3] Disponível em: https://peac.dev3.fabtech.com.br/ O projeto cumpre exigências legais com ação mitigadora dos impactos da atividade petrolífera em alto mar exigidas pelo IBAMA.

(PDDU) de Aracaju; c) O Projeto da Unidade de Beneficiamento de Pescado da Cooperativa de Pesca e Construção Naval (NAVPESCA); d) Apresentação da Comunidade da Fibra e finalizando com as considerações.

Aracaju e o Bairro Industrial: breve histórico de formação

Inácio Barbosa transferiu em 17 de março de 1855 a capital de Sergipe, antes São Cristóvão, para Aracaju sancionada pela resolução 413[4]. À época em que a capital de Sergipe estava de mudança, o núcleo urbano da atual capital se situava ao norte, numa região mais elevada topograficamente, mais precisamente na colina do antigo e pequeno povoado de Santo Antônio do Aracaju (FOTO 1 e 2).

A construção de Aracaju foi planejada pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro[5], que elaborou um plano de alinhamento no qual o centro ficou conhecido como o "quadrado de Pirro". Fundado em 1912 por Florentino Teles de Menezes, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHG/SE) ajudou na criação da identidade sergipana, mudando inclusive a visão que se tinha de Inácio Barbosa, que passa a ser visto como um "herói".

> [...] O sergipano tem complexo de inferioridade – negatividade sobre o seu passado. O passado é grandioso para o baiano, para os pernambucanos, porém para os sergipanos é melhor riscar o passado de dependência para a Bahia. O

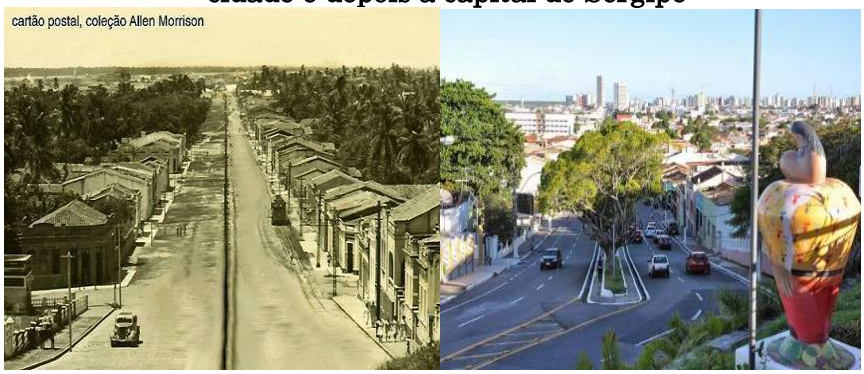
[4] Lei Estadual n. º 413, de 17-03-1855. Disponível em: http://www.saocristovao.se.io.org.br/historia. Acesso em: nov. 2022.

[5] Político brasileiro, engenheiro militar. Foi 1º vice-presidente da província do Amazonas, de 30 de abril a 9 de setembro de 1867.

> passado não forma a identidade do sergipano". (IHG/SE. 2021. p.1-81).

O plano urbanístico de Aracaju era audacioso para a época, já que a cidade foi implantada numa área de mangues, pântanos e charcos. O solo da cidade é composto, principalmente, por areia em zonas estuarinas, a exemplo dos bairros Porto Dantas e Coroa do Meio, e áreas de manguezais constantemente inundadas. O centro do poder político-administrativo, atual praça Fausto Cardoso, foi o marco zero, o ponto de partida para o crescimento da cidade.

FOTO 1 e 2: Colina do Santo Antônio, um povoado que virou cidade e depois a capital de Sergipe



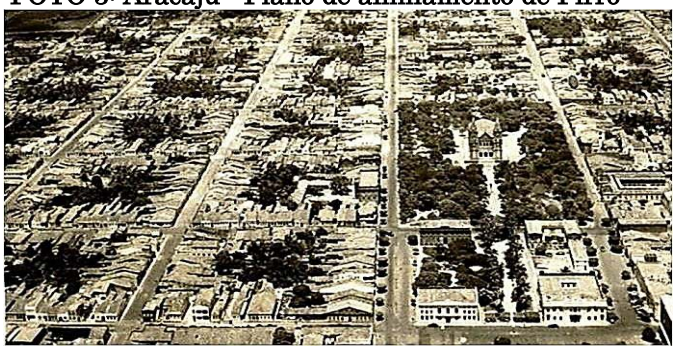
Fonte: Arquivo Público de Aracaju. Acesso em: 02.04.2022.

> [...] "Entre o sopé da colina e o rio Sergipe encontrava-se uma faixa de manguezal[6] e outra habitada por esparsas moradias e pequenas construções de pessoas ligadas, principalmente à pesca e à navegação, esta era a paisagem que prevalecia em meados do século XIX do espaço urbano hoje denominado de Bairro Industrial". (SANTOS; ANTONINO. 2021 p. 591).

[6] **Manguezais** são a base de um ecossistema biodiverso, e atuam como berçário e protetor contra as mudanças climáticas, são ecossistemas típicos de regiões tropicais e subtropicais.

Aracaju ficou conhecida como cidade jardim, considerada moderna para as primeiras décadas do século XX. As cidades brasileiras, neste período, seguiam o modelo europeu como o de Paris, na França, e o de Berlim, na Alemanha, como pode ser observado o exemplo de parte do Rio de Janeiro. Esta primeira concepção se manteve nos seus primeiros 50 anos, entre 1855 e 1905, período em que Aracaju pouco se desenvolveu. Somente quando seus limites foram extrapolados pela população menos abastada que começou a margear os limites do "quadrado de Pirro" (FOTO 3).

FOTO 3: Aracaju - Plano de alinhamento de Pirro



Fonte: Arquivo Público de Aracaju. Acesso em 18.04.2022.

Hoje, grande parte da área de manguezal está coberta ou foram quase completamente soterrados por concreto em diversos pontos da cidade. Os principais bairros construídos nos manguezais são: 13 de julho, Jardins, Coroa do Meio, Bairro Industrial, Farolândia e Atalaia.

> [...] Dentro de um quadrado de 540 braças, ou seja, 1.188 metros, com traçados de quarteirões iguais, de forma quadrada, com 55 braças de largura, separados por ruas de 60 palmos. Todas as ruas foram arrumadas geometricamente, como um tabuleiro de

> xadrez, para desembocarem no rio Sergipe. (PORTO. 1945. p. 1 - 40).

Outro revés da modernidade refere-se à utilização da coisa pública para fins pessoais, fato que fez as comarcas não funcionarem, pois os juízes não tinham liberdade já que era a elite quem os escolhiam. A elite escolhia ainda o delegado, a professora e outras funções públicas. Era comum o abuso do coronelismo, reforçado pelo poder da polícia que defendia as fazendas. A população, para se proteger, teria que ter a sua arma, assim, de modo "rebelde", construíam suas estradas, açudes, etc.

Outra contradição é oriunda de dois intelectuais, o sergipano Nobre de Lacerda e o francês radicado no Brasil, Paulo do Walle. Em seu artigo no Jornal Correio, em 24 de abril de 1913, Walle aborda o isolamento geográfico e a supremacia de certas famílias que se revezavam no poder como responsáveis pelo atraso de Sergipe, assim como referenciava Aracaju como uma "cidade de palhas".

Já Lacerda, um apologista da modernidade e com discurso modernizador, rebate as críticas de Walle, porém, errou em um aspecto o artigo, pois nos tempos coloniais não existia ainda a cidade de Aracaju. Os demais aspectos abordados eram a pura realidade para aquela população que vivia fora do "quadrado de Pirro".

A cidade sofreu várias epidemias, entre as quais a de Cólera-Morbus[7], relatada no artigo científico do professor Amâncio Cardoso.

> [...] "As condições insalubres da cidade, rodeada de mangues e charcos, permitiam a disseminação das epidemias. Aracaju estava nascendo como capital e suas obras foram paralisadas para cuidar dos enfermos e sepultar seus mortos, entre eles o presidente da Província, Inácio Joaquim Barbosa, morto em outubro de 1855, vítima da febre tifoide, conhecida na época como a "Febre de Aracaju". Inácio Barbosa morreu oito meses após ter feito a transferência da sede do governo de São Cristóvão para Aracaju. (CARDOSO. 2001. p. 1-60).

Segundo o diretor do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), Manoel Alves do Prado Neto, "(...) nos documentos do acervo do APES foram transcritos em banners, traduzindo o sentimento e o desespero que se espalhava entre a população, por falta de informação e conhecimento sobre a origem, a natureza e o tratamento da doença"[8].

No século XX, depois da I Guerra Mundial, a produção industrial brasileira foi "beneficiada pela crise" em detrimento de outros países que saíram derrotados, impulsionando nas indústrias o (re)funcionamento no turno da noite. Muitos moradores do interior do estado de Sergipe vieram para a capital em busca de trabalho, bem como para fugir da seca no sertão.

[7] A cólera é uma doença bacteriana infecciosa intestinal aguda, transmitida por contaminação fecal-oral direta ou pela ingestão de água ou alimentos contaminados.

[8] Entrevista realizada de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em julho de 2021, Aracaju – SE.

Os funcionários das fábricas têxtil “Sergipe Industrial” e “Confiança”[9], atual Santa Mônica, moravam em localidades mais afastadas, fora do perímetro urbano, que hoje são bairros como o Santo Antônio, Carro Quebrado, atual São José, Aribé, atual Siqueira Campos, no morro próximo ao Oratório de Bebé, atual bairro Cirurgia, o alto da Rua Laranjeiras. Um morro muito conhecido era o do Bomfim, que ficava à margem do “quadrado de Pirro”, localizado na atual rodoviária “velha” – Rodoviária Augusto Leite[10].

No trabalho nas fábricas não havia iluminação e circulação de ar, o que causou muitas mortes por tuberculose. As mulheres que trabalhavam eram desrespeitadas, inclusive sofriam diversos tipos de abuso, além dos baixos salários e a inexistência de direitos trabalhistas da época.

Nos primeiros anos de Aracaju, a localidade onde se encontra o atual Bairro Industrial era chamada de Maçaranduba, com o tempo passou-se a chamar Chica Chaves (SANTOS; ANTONINO, 2021)[11]. Esse acabou deixando uma característica de “colônia de pescadores” para se tornar o principal polo industrial de Aracaju por muitos anos, justificando

[9] Da fábrica ao futebol: Como o Bangu influenciou na origem do Confiança - Disponível em: Da fábrica ao futebol: Como o Bangu influenciou na origem do Confiança (globo.com) Acesso em: 19.04.2022.

[10] AUGUSTO LEITE - Biografia - Data de falecimento: 09/02/1978. Profissões: Câmara dos Deputados. Disponível em: https://www.camara.leg.br/deputados/4564/biografia Acesso em: 15.10.2022.

[11] Bairro Industrial Comemora 92 anos de existência. Publicado em:15 jan. 2012 0:00. Disponível em: https://infonet.com.br/noticias/cidade/bairro-industrial-comemora-92-anos-de-existencia/ Acesso em: 27.04.2022.

o nome que adquiriu[12]. No período do governo de Graccho Cardoso[13] evidencia-se a construção da escola Augusto Ferraz[14].

No livro "Os Corumbas", de Armando Fontes (1933), conta a vida da família Corumba quando chegaram com cinco filhos e viveram durante seis anos em Aracaju após saírem de um pequeno vilarejo no interior do Sergipe. "(...) E assim, se desenrolam com Geraldo e Sá Josefa os fatos na Estrada Nova ou nas fábricas de tecido têxtil de Sergipe" (p.100). No entanto, os infortúnios são tantos, que neste pequeno espaço de tempo, eles perdem toda a prole. O romance retrata a realidade da capital vista pela população pobre, bem diferente da imagem divulgada de cidade moderna.

Assim, a cidade moderna do "quadrado de Pirro" era bem diferente da cidade dos pobres, das vilas operárias onde a miséria era grande, com moradias de palha em ruas irregulares e tortas, repletas de abusos sexuais nas fábricas, alcoolismo, violência e epidemias. Os pobres foram expulsos do centro do quadrado de Pirro para a construção de uma cidade planejada.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju

Por oportuno se faz necessário tecer algumas considerações quanto a análise do Plano Diretor de

[12] Programa rebobinando conta a história do Bairro Industrial Disponível em: https://a8se.com/tv-atalaia/rebobinando/programa-rebobinando-conta-a-historia-do-bairro-industr Acesso em: 30.03.2022.

[13] Maurício Graccho Cardoso Senador de Sergipe por um mandato, Deputado Federal por seis mandatos, dentre outros cargos.

[14] Fundada em abril de 1925. Disponível em: https://www.seed.se.gov.br/redeestadual/escola.asp?cdestrutura=63 Acesso em: 05.05.2022.

Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju[15], regido pela Lei Complementar Municipal (LCM) n° 42, de 04 de outubro de 2000, que cria o sistema de planejamento e gestão urbana e manifesta grande preocupação do legislador com a preservação ambiental frente à expansão urbana. Conforme objetiva o Art. 1º:

> [...] A Política de Desenvolvimento Urbano do Município, conforme preconiza a Lei Orgânica tem por objetivo o direito à cidade, o cumprimento da função social da propriedade, a justa distribuição dos serviços públicos, da infra- estrutura e dos equipamentos urbanos, a ordenação do uso e ocupação do solo e da produção do espaço urbano, inclusive das áreas de expansão e a preservação do patrimônio ambiental e cultural. (PDDU – 2000. p.1 -81).

É evidente o direcionamento das ações no referido diploma no sentido de preservar o meio ambiente e dar condições de desenvolvimento adequado ao meio urbano. O Art. 3º dispõe a preocupação com o uso racional e sustentável do espaço urbano em benefício de toda a população, de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento que:

> [...]promovam transformações urbanísticas na cidade, especialmente relativas a transporte coletivo, política habitacional, abastecimento d'água, tratamento de esgotos, destinação final do lixo, sistemas de educação e saúde. (PDDU-2000. p.1-62).

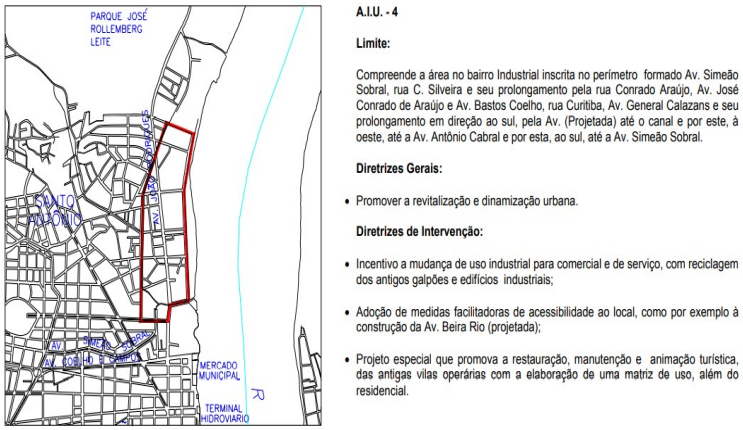
E neste sentido, estabelece no Art. 9º, com a finalidade de promover a melhoria de qualidade de vida a presentes e futuras gerações com ações necessárias à recuperação,

[15] Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-aracaju-se>. Acesso em: 13 jan. 2022.

preservação e conservação do ambiente natural, patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico.

Conforme o PDDU, o recorte espacial (FIG. 01) dos sujeitos abordados nesse artigo estão situados no Bairro Industrial, inseridos na Zona de Adensamento Básico – ZAB, cujos critérios de utilização, coeficientes máximos de aproveitamento e limites das zonas estão dispostos nos anexos I a VI desta lei. Além disso, a área encontra-se inserida como Área de Interesse Ambiental – AIA, cuja legislação específica, bem como as diretrizes de intervenção estão descritas no anexo VI e definidas como Áreas de Diretrizes Especiais (Art. 138º). Conforme parágrafo único do Art. 139º, estas áreas terão prioridade nos investimentos públicos.

FIG. 01: Plano Diretor trecho do bairro Industrial.



Fonte: PDDU - Aracaju (2000).

Entretanto, apesar dos dispositivos do PDDU, o que se observa é uma situação em que novas ocupações surgem na localidade. Neste caso, vale destacar que o Relatório de Fiscalização Ambiental Nº 640/2019, apresentado pela

Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), Ofício nº 0761/2019, responde a questionamentos do MPF.

Preleciona o que já ocorria na época: a) Há disposição irregular de resíduos sólidos às margens do rio Sergipe, em pontos isolados ao longo da Av. General Calazans; b) Os danos ambientais causados pelas construções referem-se à ocupação sem autorização em Área de Preservação Permanente (Decreto Federal 6514/2008, Art. 43); c) Há a ocorrência de espécimes isolados da espécie mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), o que possibilita inferir que a vegetação degradada é a de manguezal; d) Para promover a recuperação integral da área, a retirada dos resíduos sólidos favorece a recuperação da área degradada.

Ademais, posteriormente, em 23/08/2019, o Núcleo de Caracterização e Incorporação – (NUCISP/SPU), em complementação ao Ofício nº 8/2019, apresenta o Relatório de Fiscalização nº 110 e Nota Técnica nº 8 sobre as ocupações identificadas ao final da Avenida General Calazans[16], no Bairro Industrial.

Consta o Relatório com a caracterização das condições verificadas: A) Terreno de marinha e acrescido às margens do Rio Sergipe, a ocupação é caracterizada pela presença de construções mistas entre alvenaria, madeira e estruturas de concreto armado, edificadas em parte sobre o espelho d'água; B). As construções estão às margens do Rio Sergipe em Área de

[16] Elegeu-se duas vezes Deputado Estadual e uma vez Senador, sempre pela União Democrática Nacional (UDN), apoiador do Golpe Militar de 1964.

Proteção Permanente (APP)[17], conforme noticiado no Relatório SEMA nº 640/2019 - 3319487, ocupando parte do espelho d'água; C) A região possui algumas residências dotadas de atracadouro para canoas, indicando a possibilidade da realização de atividade pesqueira para fins de subsistência; D) A maioria dos imóveis possui numeração de porta (provavelmente do cadastro da DESO), além de medidores de energia elétrica.

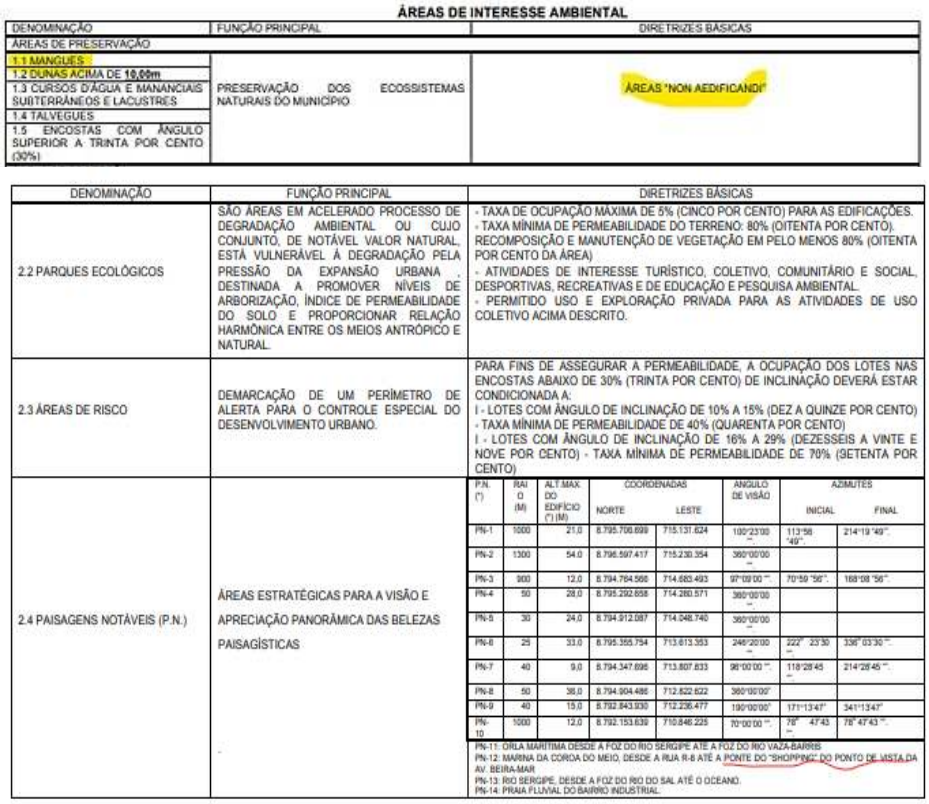
Informa, também, que neste primeiro momento não foi aplicada nenhuma sanção devido a não dispor de informações suficientes, mas diante das possibilidades de análise do caso com possível regularização, demolição compulsória, realocação dos ocupantes etc., bem como da necessidade de envolvimento de outros entes Secretaria de Meio Ambiente de Aracaju (SEMA), Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), Secretaria de Assistência Social, Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB), optou-se por sugerir ao MPF a execução de um trabalho conjunto com os outros atores da problemática apresentada.

Vale destacar que à época deste relatório, a EMURB através do ofício nº 0557/2020, em 10 de julho de 2023, informou que o município de Aracaju "(...) não tinha projeto para reurbanização a regularização fundiária". Conforme o art. 13 da Lei Federal 13.465/2017 é classificada em Regularização Fundiária de Interesse Social (REURB-S) e Interesse Específico (REURB-E) da área situada às margens do Rio Sergipe, no final

[17] II – Área de Preservação Permanente – APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem e a estabilidade geológica.

da Av. Gal Calazans – 2ª Etapa da Orlinha do Bairro Industrial – (FIG. 02).

FIG. 02: Área de Preservação – Mangues – Áreas Non Aedificandi.



ÁREAS DE INTERESSE AMBIENTAL

DENOMINAÇÃO	FUNÇÃO PRINCIPAL	DIRETRIZES BÁSICAS
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO		
1.1 MANGUES 1.2 DUNAS ACIMA DE 10,00m 1.3 CURSOS D'ÁGUA E MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS E LACUSTRES 1.4 TALVEGUES 1.5 ENCOSTAS COM ÂNGULO SUPERIOR A TRINTA POR CENTO (30%)	PRESERVAÇÃO DOS ECOSSISTEMAS NATURAIS DO MUNICÍPIO	ÁREAS "NON AEDIFICANDI"

DENOMINAÇÃO	FUNÇÃO PRINCIPAL	DIRETRIZES BÁSICAS
2.2 PARQUES ECOLÓGICOS	SÃO ÁREAS EM ACELERADO PROCESSO DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL OU CUJO CONJUNTO, DE NOTÁVEL VALOR NATURAL, ESTÁ VULNERÁVEL À DEGRADAÇÃO PELA PRESSÃO DA EXPANSÃO URBANA , DESTINADA A PROMOVER NÍVEIS DE ARBORIZAÇÃO, ÍNDICE DE PERMEABILIDADE DO SOLO E PROPORCIONAR RELAÇÃO HARMÔNICA ENTRE OS MEIOS ANTRÓPICO E NATURAL.	- TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA DE 5% (CINCO POR CENTO) PARA AS EDIFICAÇÕES. - TAXA MÍNIMA DE PERMEABILIDADE DO TERRENO: 80% (OITENTA POR CENTO). RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEGETAÇÃO EM PELO MENOS 80% (OITENTA POR CENTO DA ÁREA) - ATIVIDADES DE INTERESSE TURÍSTICO, COLETIVO, COMUNITÁRIO E SOCIAL, DESPORTIVAS, RECREATIVAS E DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL. - PERMITIDO USO E EXPLORAÇÃO PRIVADA PARA AS ATIVIDADES DE USO COLETIVO ACIMA DESCRITO.
2.3 ÁREAS DE RISCO	DEMARCAÇÃO DE UM PERÍMETRO DE ALERTA PARA O CONTROLE ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO.	PARA FINS DE ASSEGURAR A PERMEABILIDADE, A OCUPAÇÃO DOS LOTES NAS ENCOSTAS ABAIXO DE 30% (TRINTA POR CENTO) DE INCLINAÇÃO DEVERÁ ESTAR CONDICIONADA A: I - LOTES COM ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DE 10% A 15% (DEZ A QUINZE POR CENTO) - TAXA MÍNIMA DE PERMEABILIDADE DE 40% (QUARENTA POR CENTO) I - LOTES COM ÂNGULO DE INCLINAÇÃO DE 16% A 29% (DEZESSEIS A VINTE E NOVE POR CENTO) - TAXA MÍNIMA DE PERMEABILIDADE DE 70% (SETENTA POR CENTO)
2.4 PAISAGENS NOTÁVEIS (P.N.)	ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA A VISÃO E APRECIAÇÃO PANORÂMICA DAS BELEZAS PAISAGÍSTICAS	

P.N. (*)	RAIO (M)	ALT.MAX. DO EDIFÍCIO (*) (M)	COORDENADAS NORTE	COORDENADAS LESTE	ANGULO DE VISÃO	AZIMUTES INICIAL	AZIMUTES FINAL
PN-1	1000	21,0	8.795.706.699	715.131.624	100°23'00"	113°56'49"	214°19'49"
PN-2	1300	54,0	8.796.597.417	715.230.354	360°00'00"		
PN-3	900	12,0	8.794.764.566	714.683.493	97°09'00"	70°59'56"	168°08'56"
PN-4	50	28,0	8.795.292.658	714.280.571	360°00'00"		
PN-5	30	24,0	8.794.912.087	714.048.740	360°00'00"		
PN-6	25	33,0	8.795.355.754	713.613.353	246°20'00"	222° 23'30"	336° 03'30"
PN-7	40	9,0	8.794.347.696	713.807.833	98°00'00"	118°28'45"	214°28'45"
PN-8	50	36,0	8.794.904.486	712.622.622	360°00'00"		
PN-9	40	15,0	8.792.843.930	712.236.477	190°00'00"	171°13'47"	341°13'47"
PN-10	1000	12,0	8.792.153.639	710.846.225	70°00'00"	78° 47'43"	78° 47'43"

PN-11: ORLA MARÍTIMA DESDE A FOZ DO RIO SERGIPE ATÉ A FOZ DO RIO VAZA-BARRIS
PN-12: MARINA DA COROA DO MEIO, DESDE A RUA R-8 ATÉ A PONTE DO "SHOPPING" DO PONTO DE VISTA DA AV. BEIRA-MAR
PN-13: RIO SERGIPE, DESDE A FOZ DO RIO DO SAL ATÉ O OCEANO.
PN-14: PRAIA FLUVIAL DO BAIRRO INDUSTRIAL

Fonte: PDDU - Aracaju (2000).

Esta situação, aliada a novas expansões como no caso da ocupação da Fibra, pode complexificar a atuação conjunta prelecionada pelo Núcleo de Caracterização e Incorporação – (NUCIP/SPU), pois observa-se que "(...) não houve avanço processual no sentido de se apresentar e implementar o projeto de reurbanização". (p.1-10). Importa ressaltar que se encontra

em tramitação a revisão deste PDDU[18], instrumento necessário para reforçar este processo de reurbanização, sendo pertinente o acompanhamento da legislação.

A prática de urbanização requer considerar a constatação de habitação de trabalhadores compatível com a atribuição e o manejo do trabalho que ali desenvolvem. Em muitos casos, a remoção é necessária pela área de risco sujeitas a enchentes, deslizamentos ou preservação ambiental. Ressalta-se que há previsão de turismo nesta localidade, o que poderá incentivar o adensamento do uso e ocupação do solo.

Neste sentido, pode-se reestruturar em condições e subsídios, com requalificação urbana, minimizando a desigualdade social, desenvolvendo uma leitura do espaço urbano voltado para o patrimônio cultural destes pescadores, marisqueiros, desde a culinária desenvolvida com a apropriação e representação do município de uma atividade artesanal.

Conforme relatório da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social – SEMFAS, "(...) dos que informaram possuir rendimentos provenientes da sua atividade laboral, a maioria, aproximadamente 77% tem como principal fonte de renda as atividades relacionadas à extração, preparo e comercialização dos derivados da pesca" (p.1-20).

No entanto, este alinhamento de usos e ocupações com o ordenamento deve ser realizado em conjunto pelos setores responsáveis no âmbito das temáticas de meio ambiente, patrimônio cultural, ordenamento territorial e urbanização, pois

[18] Plano Diretor Aracaju: revisão avança com audiências para a população Disponível em: https://infonet.com.br/inform Acesso em: 01.11.2021.

observa-se que existem áreas ambientalmente sensíveis que são objeto de expansão irregular, ao mesmo tempo em que dão sustento para o patrimônio cultural destes pescadores e marisqueiras.

A Unidade de Beneficiamento de Pescado da Cooperativa de Pesca e Construção Naval (NAVPESCA)

O projeto da NAVPESCA foi apresentado e discutido em Brasília tendo por definição que contaria com o apoio financeiro do governo estadual[19], por meio da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN) e da Empresa de Desenvolvimento do Estado do Sergipe (PRONESE)[20], em parceria com o governo federal através da Secretária do Patrimônio da União (SPU). Em 2005, o Estado manifestou interesse na cessão do terreno da União, situado no bairro Industrial, com o objetivo de que a NAVPESCA[21] instalasse uma escola a fim de capacitar pescadores, um estaleiro para construir e recuperar barcos, uma fábrica de gelo e câmaras frigoríficas para acolher o pescado.

Com isso, a atividade pesqueira de Aracaju deveria ser revitalizada, gerando empregos, renda e uma série de benefícios sociais decorrentes da capacitação de pescadores para o trabalho com a construção naval. Na aquisição dos equipamentos para a montagem do frigorífico e da unidade de processamento de

[19] Governo de Sergipe consegue cessão do terreno de cooperativa. Disponível em: http://www.institutomarcelodeda.com.br Acesso em: 30.03.2022.

[20] A Empresa Sergipana de Desenvolvimento Sustentável (PRONESE), vinculada à SEPLAN.

[21] Função: 1. Prestador de Serviço Manutenção Industrial; 2. Construção, Manutenção e Reparo naval; 3. Estudos e Projetos; 4. Serviços Técnicos Especializados.

pescado foram utilizados os recursos oriundos da Fundação Banco do Brasil (FBB), somando um total de R$ 678.844,00.

Foram investidos mais R$ 563 mil reais da Petrobras na estrutura física do complexo que, somados aos R$ 220 mil investidos pela parceria da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA) na aquisição do terreno, perfizeram um total de R$ 1,4 milhão aplicados[22]. A construção durou dois anos e meio e informações apresentadas dão conta de que a unidade de beneficiamento tem

> "(...) 650 metros de área construída e conta com duas câmaras frigoríficas, uma área de processamento de pescados e uma fábrica de gelo produzindo 20 toneladas de gelo por dia que armazenam 60 mil toneladas de pescado e o local conta com píer, frigorífico, fábrica de beneficiamento de pescado e estaleiro, além de um centro de formação técnica cooperativista (Instituto Marcelo Déda, 2016).

Os representantes da Fundação Banco do Brasil[23], técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)[24], da equipe do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), Fundação Municipal do Trabalho de Aracaju (FUNDAT) e SEPLAN presenciaram o início do funcionamento da unidade de beneficiamento de pescado. Segundo eles:

---

[22] Cooperativa de Pesca e Fundação Banco do Brasil assinam contrato para montagem da Unidade de Pescado. Disponível em http://www.institutomarcelodeda.com.br. Acesso em: 30.03.2022.

[23] A FBB acompanhou a implantação da Navpesca - Cooperativa de Pesca e Construção Naval que funcionará no Bairro Industrial. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias Acesso em: 04.11.2022.

[24] Técnicos do BNDES conhecem projeto de implantação da Unidade de Pescado do bairro Industrial. Disponível em:https://www.aracaju.se.gov.br Acesso em: 30.03.2022.

> "(...) o banco está apoiando a iniciativa por entender que é um empreendimento que vai fomentar o trabalho e renda através do cooperativismo e associativismo, além de ser economicamente viável, socialmente justo, ambientalmente correto e respeitar a diversidade cultural das regiões". (Instituto Marcelo Déda, 2016).

A unidade iria proporcionar um incremento significativo na atividade pesqueira de Aracaju, agregando valor e gerando notáveis benefícios sociais. (...) "A estratégia de produção e comercialização do pescado visava envolver cerca de 30 cooperativas instaladas nas seis bacias hidrográficas do Estado de Sergipe, beneficiando mil cooperados ativos[25]".

Na época, o secretário-adjunto do planejamento, Guilherme Rebouças, declarou que a NAVPESCA poderá ser replicada em outros territórios. "(...) A estratégia do governo é trabalhar com inclusão, o que se adapta perfeitamente à execução de um projeto como a NAVPESCA", afirmou. Disse ainda que, (...) a cooperativa é um dos pontos de enfrentamento à desigualdade de renda, a ideia de desenvolvimento do Estado passa por uma análise vocacional dos territórios, com ênfase nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e observação de cada cadeia produtiva".

Visando o desenvolvimento dessas APLs, o Governo Federal realizou a transferência de mais de 6.2 milhões de metros quadrados em imóveis da União para governos estaduais. Áreas urbanas e rurais foram destinada para 13 municípios de

[25] - Unidade de Beneficiamento de pescado da NAVPESCA, localizada no Bairro Industrial em Aracaju, vai beneficiar mil cooperados ativos. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias Acesso em: 30.03.2022.

11 estados brasileiros, entre eles Sergipe[26]. A cessão da área e a instalação do entreposto de pesca, porém, nunca chegou a se concretizar e a cooperativa vem ocupando o local irregularmente até os dias atuais.

Sem o licenciamento ambiental necessário, a cooperativa foi implementada em APP e o fato tornou os danos ambientais mais graves devido ao despejo continuado de esgoto doméstico e resíduos sólidos no rio Sergipe. Após vistoria no local, o IBAMA constatou a existência de vários problemas ambientais, a exemplo de "(...) aterramento de manguezal, crescimento do número de palafitas, sem instalações dos serviços de fornecimento de água e luz, serviço de coleta de lixo e despejo esgoto *in natura* no rio".

O processo informou que "(...) uma parte das construções (galpões) está em APP, de acordo com a largura do Rio Sergipe, e que a área em questão se encontra de maneira irregular". "(...) Área de Proteção Ambiental do rio Sergipe, em Aracajú; a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, em Aracaju e o Parque Ecológico Municipal Tramandaí, também em Aracaju". (SRH-2003; CBHRS-2015; ADEMA, 2019).

A APA do Morro do Urubu, na zona norte da cidade que tem altitude máxima aproximada de 100m, situada na margem direita do rio Sergipe (Aracaju), conta com 750 mil m², abriga uma grande reminiscência de Mata Atlântica[27] presente na cidade. Essa APA conta com as belezas da fauna e da flora que

[26] Governo Federal doa cooperativa de pesca para Sergipe**.** Disponível em: https://www.f5news.com.br/economia/governo-Acesso em: 30.03.2022.

[27] Decreto Federal nº 750/93, que dispõe sobre o corte, a exploração, a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

restam deste bioma e com uma grande quantidade de atrativos voltados para o lazer, com destaque para o zoológico, áreas esportivas e restaurantes.

É importante destacar que "(...) o papel dos parques urbanos quase sempre aumentam o preço dos imóveis nas áreas vizinhas (desde que, claro, o espaço público do parque seja controlado e patrulhado de modo a manter a ralé e os traficantes à distância) " (HARVEY, 2014.p. 147).

Neste contexto, cumpre citar que a Lei nº 12.651/2012 inovou ao trazer para a normatização jurídica ambiental a política pública de regularização fundiária urbana em APP, ao que parece, com o objetivo de viabilizar a compatibilização da preservação do meio ambiente com as atividades antrópicas já desenvolvidas nas cidades.

Em complemento, mais recentemente, a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária, sistematizou, o procedimento da regularização fundiária urbana (REURB), com referência a dispositivos da Lei nº 12.651/2012. Para a REURB, em APP é obrigatória a elaboração de estudos técnicos que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais. Portanto, existem alternativas, previstas nas leis nº 13.465/2017 e 12.651/2012, para que o poder público promova a regularização de núcleos urbanos em APP.

No entanto, cabe ao órgão ambiental e às instâncias urbanísticas municipais desenvolver os mapeamentos e estudos necessários para a aplicação de instrumentos como o REURB,

nesse âmbito insere-se o mapeamento das APPs e de ecossistemas costeiros, o qual é uma solicitação reiterada do MPF.

A Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA)[28] confirmou que a NAVPESCA (Foto 06) iniciou as obras antes de adquirir o licenciamento, conforme exigência da resolução nº 04/1985 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e que seriam necessários estudos e Relatórios de Impactos Ambientais como condição para aquisição da licença ambiental. A constatação motivou o MPF/SE[29] a tomar medidas para impedir que o problema avance, por isso solicitou:

> [...] "As construções irregulares, a implementação indevida de uma fábrica de gelo e de moradias humanas em área de proteção, sem prévio licenciamento ambiental e sem adoção de qualquer medida ecológica para compensar os impactos ambientais, constituem infrações graves ao meio ambiente[30]". (Fonte: MPF/SE)[31].

Foto 06: Bairro Industrial: NAVPESCA

[28] ADEMA - é uma autarquia estadual criada pela Lei nº 2.181, de 12 de outubro de 1978, que veio a ser alterada pela Lei 5.057, de 07 de novembro de 2003.

[29] Número para pesquisa processual: 0801886-74.2016.4.05.8500.

[30] Código Civil – Art. 225. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15.03.2022.

[31] MPF/SE ajuíza ação para remover ocupação irregular de área de manguezal em Aracaju. Por MPF 12/07/2016. Disponível em: https://a8se.com/noticias/sergipe/mpfse-ajuiza-Acesso em: 30.03.2022.



Fonte: MPF, 2016.

A ação pede que a Justiça Federal condene o município de Aracaju a realizar o cadastramento das famílias que moram na área e sua inclusão em programas habitacionais, bem como pagamento de auxílio aluguel pelo Estado, União e Município àquelas famílias que se disponham desocupar imediatamente o terreno. Pede ainda que, no prazo de 60 dias a partir da condenação, Município, Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB), Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) e União façam a demolição de todos os imóveis vazios e das construções na APP [32].

O MPF/SE solicitou, também, que após a remoção das famílias, os réus iniciem a recuperação imediata da área de preservação degradada para restituir as funções ambientais afetadas pelas ocupações irregulares. Em caso de negativa da Justiça Federal em determinar que os requeridos façam a recuperação, a ação pede que eles sejam obrigados a pagar indenização e que o valor seja revertido para regeneração de

[32] MPF/SE Ajuíza Ação Contra Prefeitura, Estado e ADEMA. Disponível em: https://www.faxaju.com.br/index.php/. Acesso em: 30.03.2022.

manguezais no município de Aracaju. Por fim, esses órgãos deverão realizar fiscalização sistemática com objetivo de impedir novas ocupações.

Segundo relatos da vistoria realizada em setembro de 2021, pelo MPF[33], uma análise da atual situação das construções irregulares, localizados no bairro industrial, eram necessárias. Neste sentido, solicitou-se que a análise abordasse: I. o acúmulo de lixo no leito do rio Sergipe; II. Os danos ambientais causados pelas construções sobre palafitas às margens do rio Sergipe; III. O tipo de vegetação degradada e se é possível a recuperação integral da área, especificando detalhadamente quais as medidas necessárias para essa recuperação; IV. A existência de ocupações irregulares às margens do rio Sergipe, inclusive com invasão do rio em alguns casos.

Em seguida foi realizado o levantamento de imagens aéreas dos locais vistoriados, com objetivo de instruir o processo e, desta forma, resultou no parecer técnico que teve como resultado as seguintes observações no Laudo Técnico do MPF:

> "(...) a) A situação é crítica, pois além da expansão sobre área de manguezais, as condições fitossanitárias oriundas do acúmulo de resíduos sólidos e ausência de saneamento requerem uma atuação voltada para prevenir danos à saúde humana e ao meio ambiente; c) Por fim, recomenda-se que na revisão do Plano Diretor sejam consideradas premissas que possam controlar a expansão das ocupações no sentido do manguezal ainda protegido, o

[33] Por meio da Procuradoria Geral da República (PGR-00020685/2022) de acordo com o Parecer Técnico nº 056/2022 - Assessoria Nacional de Perícia em Meio Ambiente (ANPMA)/ Centro Nacional de Perícia (CNP) realizado pela Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPA).

> qual dá sustento às comunidades pesqueiras locais por sua própria relevância ambiental, (p.1-20)".

Nesta última recomendação ressalta-se que o levantamento de informações sociais de comunidades pesqueiras é essencial para o processo de reurbanização e/ou regularização das áreas vistoriadas, material que já foi produzido por Secretarias Municipais e que podem ser complementados a título de atualização e instrução para o inquérito civil em epígrafe.

Esse povo que ninguém vê: Comunidade da Fibra

A Comunidade da Fibra se localiza ao lado dos galpões da NAVPESCA, constituindo-se de casas do tipo palafitas[34], próxima ao manguezal ao longo do estuário do rio Sergipe, e conta com a falta de uma rede de serviços básicos (Foto:07)[35]. A área como um todo faz parte do Loteamento Santa Tereza, sendo que essa cresceu em conjunto com a obra de duplicação da Avenida Euclides Figueiredo[36].

[34] Palafitas - São casas nas quais os pilares, ou as simples estacas de madeira, são construídos sobre a água, em lagos, lagoas e nas margens dos mares. Podem ser feitas de: taipa, palha, isopor, plástico, etc.

[35] O uso das fibras de coco serve para: 1. Manufatura de colchões para salto, por possuir grande elasticidade; 2. Tapetes, capachos, pois têm alta durabilidade, maior retenção da sujeira, além de fungicida natural.

[36] Com investimentos de R$ 32.992.041,88, dos quais R$ 24.345.892,12 do Programa de Infraestrutura e da Mobilidade Urbana. Disponível em: https://www.se.gov.br/noticias Acesso em 13.10.2022.

Foto 07: Área da Ocupação da Fibra, destacada em vermelho, localizada ao lado do Setor de Galpões do Bairro Industrial.



Fonte: MPF, modificado do Aplicativo *Google Earth*. Rua 1 - Azul do Mar. Rua 2 - Brisa do Mar.

Contando com um total de sessenta famílias, em sua grande maioria composta por trabalhadores urbanos informais, como feirantes, autônomos, motoristas de aplicativo, catadores de material reciclável, vendedores, pedreiros, empregadas domésticas, diaristas, etc., pescadores ribeirinhos urbanos, marisqueiras sendo muitos cadastradas(os) e registradas(os) na colônia de pescadores Z-1[37].

Sobre acesso a serviços básicos de **água e energia elétrica**, a maioria das residências não possui acesso, sendo 72,2% em relação a energia e 88,9% no quesito de abastecimento de água. Além disso, 50% das residências não estão incluídas na **rede de tratamento de esgoto**, demostrando assim a negligencia do poder público com essa comunidade. Já os dados obtidos

[37] Disponível em: Colônia de Pescadores e Aquicultores Z1: História de Aracaju começa pela Colônia de Pescadores (coloniadepescadoresz1se.blogspot.com) Acesso em: 06.12.2022.

acerca da coleta de lixo na área são de 72,2% (Relatório - TRAPICHE/EMAU-UFS: Melhorias Habitacionais, 2022.).

A partir do ano de 2021 essa comunidade vem sendo acompanhada pelo Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU), que surgiu em 2007 no estado de Sergipe, realizando sua espacialização a partir da organização de famílias na capital e no interior. O Movimento fomenta a construção de uma consciência de classe onde, "(...) os sujeitos são motivados a ter uma postura de contestar o descumprimento da função social da terra e da propriedade privada no espaço urbano". (SANTOS, 2017.p. 1-170).

A ocupação de terrenos públicos e privados, empreendimentos inacabados ou abandonados há anos e com problemas na justiça são objetivos do MOTU para acessar políticas sociais de Estado. A espacialização do Movimento se expressa como sendo fruto da produção/apropriação e dominação desigual e contraditória do espaço geográfico no modo capitalista de produção, o que gera a segregação socioespacial e socioeconômica contribuindo para o empobrecimento da classe trabalhadora (Fotos 08, 09).

Resgatando o histórico dessa comunidade, estes pescadores(as)/marisqueiras vivem e fazem parte da cultura do bairro Industrial há mais de 35 anos e são dependentes da pesca ribeirinha/artesanal ou vinculados diretamente às atividades correlacionadas como o beneficiamento e tratamento de pescados. Portanto, estão diretamente vinculados à pesca e a mariscagem artesanal para sobreviver.

> (...). Estamos aqui a tanto tempo, meu filho olha! Eu não quero sair daqui não, mais morar nessas condições é muito desumano aqui ninguém nunca aparece. **Somos o povo que ninguém vê!** (só na época das eleições) Tenho fé em Deus de continuar aqui com uma condição melhor. (Entrevistas: 01 e 02 2022).

Fotos 08 e 09: Aracaju: Bairro Industrial. - Comunidade Ocupação da Fibra casas de palafitas



Fonte: Autores. 12.03.2022.

"(...) A maioria das construções considerada como sub-habitação que, de acordo com EPSTEIN, (1976), reúne pelo menos três características: 1) Construção rude, em madeira ou material de baixa resistência; 2) Instalações sanitárias precárias; 3) Teto feito de material impróprio; 4) Piso de Terra; 5) Ausência de energia elétrica; 6) Falta de água tratada ou encanada; 7) Pouco espaço infra-residencial. (GEONORESTE. Ano X, Nº 01. 1999. p.77-102).

Conforme documentação e relatos apresentados pelos moradores, há cerca de seis anos houve um cadastro com

indicação de indenizações[38] a partir dos valores das residências feito pela prefeitura municipal, via EMURB e Departamento de Estradas de Rodagem (D.E.R/SE).

> (...). Não nos disseram NADA! E nem sabemos dos nossos direitos, não estamos aqui por escolha, mas por necessidade, não temos aonde ir, veja só se alguém quer morar nessas condições! Queremos saber o que o governo e a prefeitura pretendem fazer com a gente? O que a gente quer é morar perto do rio que é o nosso sustento. (Entrevista 01. 2022).

Vale destacar que uma parte dessas famílias foram enviadas para a Terra Dura, atual bairro Santa Maria, mas retornou devido ao sustento no rio Sergipe.

> [...] O lixo de Aracaju até o ano de 1985 era depositado no bairro Soledade, localizado na zona norte da capital aracajuana, por questões ambientais, expansão, saúde e por estar muito próxima ao rio do Sal, houve a transferência para o Bairro Santa Maria, antiga Terra Dura, localizada no Município de São Cristóvão. É sabido que o lixo produzido está diretamente ligado ao crescimento populacional, ao consumo de produtos industrializados e descartáveis, caracterizando uma sociedade consumista; no ano de 1989, o destino do lixo de Aracaju tornou-se uma questão judicial, o lixão sem dúvida foi o meio indigno de sobrevivências de muitas famílias, que de forma precária e de exacerbado acúmulo de miséria encontrava no lixo a única maneira de sobreviver. (FONTES. 2008. p. 1-60).

[38] Famílias aguardam indenização para deixar área ambiental. Disponível em: https://infonet.com.br/noticias/economia/familias-aguardam-indenizacao- Acesso em: 30.03.2022.

Vale ressaltar que muitos desses pescadores ribeirinhos não foram consultados, sendo excluídos do debate e praticamente forçados a deixarem seu local de moradia/trabalho para a construção da NAVPESCA, da Orla do Bairro Industrial e posteriormente com a construção da ponte Aracaju-Barra[39], sem receber nenhum tipo de compensação ou mitigação.

Assim, o bairro foi se tornando, como dito anteriormente, um espaço na qual a utilização para o consumo é seletiva. Desta forma, a maior parcela da população não consegue acessar uma moradia e tem que conviver em barracos/palafitas (Foto 10).

É na produção favela, em terrenos públicos ou privados ocupados, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. "(...) A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência". (CORRÊA, 1981.p.30).

No tocante às observações efetuadas pela perícia do MPF, observou-se que ocorre o acúmulo de lixo em todas as localidades vistoriadas, pois além do rio Sergipe contar com boa parte de suas margens ocupadas, "(...) A gestão dos resíduos é precária na Região Metropolitana de Aracaju, o que contribui para o acúmulo em áreas em que as condições hidrodinâmicas e morfológicas favorecem a deposição dos resíduos" (SILVA, 2020; SOARES, 2016; AGUIAR & MOURA, 2011).

[39] 08 Anos de Inauguração da Ponte Aracaju- Barra. Em 24 set, 2014 0:00. Disponível em: https://infonet.com.br/noticias/cidade/08-anos-de-inauguracao-da-ponte-aracaju-barra/ Acesso em: 05.05.2022.

Foto 10: Bairro Industrial: Comunidade da Fibra acúmulo de resíduos sólidos e a degradação do manguezal



Fonte: MPF.

Estas condições são geralmente observadas em estuários, como é o caso da Fibra, cuja dinâmica de marés se alia à planície do ecossistema manguezal e propicia um favorecimento do acúmulo.

Além disso, como destacam Heber e Silva (2014), "(...) existe uma deficiência no desenvolvimento de ferramentas voltadas para implementação de políticas de resíduos sólidos na Região Metropolitana de Aracaju, o que impede elucidar um cenário de como está a gestão de resíduos sólidos nesta área". (p. 1-48).

Neste sentido, se as áreas regulares já passam por uma dificuldade de administração dos resíduos sólidos, as áreas irregulares encontram-se completamente desamparadas, o que pode ser observado nas fotos 12 e 13.

Fotos 12,13: Bairro Industrial - DESO - Estação abandonada de tratamento sanitário



Fonte: Autores. 12.03.2022.

Neste caso, atenta-se para a questão tanto do despejo irregular que se concentra nestas áreas, provindo da própria comunidade e de agentes externos, quanto das condições favoráveis para o acúmulo, aliadas ao fato da inexistência de serviços de recolhimento dos resíduos. Tais condições criam um cenário propício para o desenvolvimento de doenças fitossanitárias, aumento de vetores de doenças e de fauna sinantrópica, fenômeno ecológico fundamentado no comportamento populacional de animais associados ao ambiente em que o homem vive, isto é, adaptação de animais ao meio antrópico. Essas espécies são, geralmente, vetores de doenças, podendo ser citados os pombos domésticos, roedores, morcegos, aracnídeos e diversos insetos.

As condições de precariedade de habitação e da estrutura das ocupações, associadas ao acúmulo de resíduos, também criam condições favoráveis para o aumento da vulnerabilidade social, sobretudo pela exposição aos agentes biológicos nocivos causadores de doenças e infecções contagiosas.

Como destaca Silva (2020, p. 1-23), "(...) Esta precariedade no Bairro Industrial é um fator refletido no Índice de Qualidade Ambiental Urbano (IQAU), um indicador que associado à disponibilidade de infraestrutura urbana e consequentemente interferem no processo de saúde e bem-estar humano".

No manguezal adjacente à Fibra, que sofre para além do acúmulo de resíduos sólidos, destaca-se as condições fitossanitárias precárias causando impactos negativos referentes que são refletidos na saúde humana, em razão da potencialização de vetores de doenças nesses locais e da insalubridade relacionada ao abastecimento, moradia e serviços públicos inexistentes.

No tocante à supressão do manguezal, as características principais que as APP possuem, "(...) a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo, (p. 1-24)." . Em suma, no tocante à função ambiental, o manguezal é importante como regulador do balanço sedimentar estuarino e costeiro, além de ser um importante estabilizador da planície flúvio-sedimentar.

Já na questão da biodiversidade e do fluxo gênico, este ambiente apresenta-se como um importante berçário de espécies marinhas e costeiras, além de propiciar uma cadeia de serviços ecossistêmicos para a região onde se insere (BARROS ET. AL., 2000; SILVA, 2019). Assim, sua degradação e supressão, podem acarretar efeitos irreversíveis no estuário do rio Sergipe e em seus ecossistemas e na própria atividade pesqueira, a qual

usufrui de serviços ecossistêmicos do manguezal, tal qual a recomposição de indivíduos juvenis de espécies comerciais.

Os cenários descritos e os potenciais aqui dissertados requerem uma análise da totalidade e integrada ao planejamento urbano, a qual possa definir instrumentos que supram a ausência de serviços de coleta de resíduos e de fiscalização territorial na situação de irregularidade ou regularização que se encontra a comunidade. Esta análise é necessária para mitigar os impactos, a vulnerabilidade e o risco socioambiental em que se encontram os ocupantes desta localidade.

Neste contexto, como discutido com o Analista em infraestrutura sênior da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), áreas como a da Fibra "(...) ainda são de difícil fiscalização e controle, haja vista que possuem uma expansão acelerada e carecem de fiscalização contínua, por terem seu desenvolvimento recente e não estarem somente associadas às comunidades pesqueiras locais (p.1-31) ".

Portanto, a situação territorial da Comunidade da Fibra nos coloca uma série de desafios frente a questões urbanas/ambientais, relações trabalhistas/culturais, condições de habitação/segregação, além de projetos de especulação/ geração de emprego e renda.

Considerações

O Estado propicia condições favoráveis por meio da urbanização que, em grande parte, se dá pela pressão que os grandes construtores exercem sobre a organização espacial por

força do capital. Onde o Estado tem interesse nessa ocupação, para que a cidade seja "preenchida" por elementos de edificações estruturais, assumindo características e funções típicas dos processos de urbanização, ele vai operar.

Neste caso específico da Comunidades da Fibra observou-se, no âmbito do inquérito e nas discussões com a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União[40], que em Sergipe e no PDDU de Aracaju não houve visibilidade desta comunidade no âmbito do ordenamento municipal. Assim está destrinchado por meio do despacho processo nº 19739.126934/2022-98.

A Diretoria Regional de Direitos Humanos, da Defensoria Pública da União de Alagoas (DRDH-DPU/AL), solicitou informações de atendimento ao Ofício - N° 5165006/2022 - DPU-AL/DRDH AL (25422048), no qual a Defensoria Pública da União - DPU solicita informações sobre a Ocupação da Fibra, localizada no bairro Industrial, nesta capital, em especial:

> (...) A), Informar que de fato a ocupação está localizada em área pertencente à União, caracterizada como Acrescido de Marinha,; B), Não há destinação válida da área para nenhum fim, nem para o município de Aracaju e nem para outro ente; C) Não há procedimento administrativo para notificações, autuações ou ordens de despejo dos ocupantes no âmbito da SPU/SE, porém existe a Ação Civil Pública n° 0801886-74.2016.4.05.8500, na qual houve sentença para cadastrar as

[40] Superintendência do Patrimônio da União (SPU) Resposta ao Ofício MPF/PR SE/LNT/MC DF nº 285/2019.

> famílias que ocupam a área, transferir as mesmas para outro local e recuperar ambientalmente a área, porém o processo foi extinto sem exame do mérito pelo TRF5, ; D). Não há ordem de despejo. No mais, recomendo que as informações supracitadas sejam encaminhadas à DPU com posterior encerramento do processo. (SPU. - Processo nº 19739.126934/2022-98.)" (p.1-31).

No caso da Comunidade da Fibra, a situação é crítica, pois além da expansão sobre área de manguezais, as condições fitossanitárias oriundas do acúmulo de resíduos sólidos e ausência de saneamento requerem uma atuação voltada para prevenir danos à saúde humana e ao meio ambiente.

A questão dos alagamentos, tais quais a erosão costeira e os desastres naturais hidrológicos[41] no litoral são uma correlação entre a vulnerabilidade das ocupações e os potenciais de se desenvolver o desastre ou ameaças. Neste caso, a vulnerabilidade das ocupações no ambiente é condicionada, sobretudo, por suas estruturas de mitigação ou magnificação do desastre. Observa-se que o uso e ocupação do solo da orla favorecem os alagamentos e as estruturas de mitigação são inexistentes, portanto, o cenário atual é propício para desencadear os desastres relatados.

Neste aspecto, as inundações e alagamentos costeiros são comuns nestas áreas, pois são condicionadas pela convergência entre maré alta e acúmulo de águas fluviais e

[41] Inundações, enxurradas e alagamentos, segundo a Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE). Manual de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração de 2003.

pluviais junto às redes de drenagem urbana ou locais propícios para o acúmulo de águas e resíduos sólidos.

Quanto à vegetação e ao ecossistema degradado, a maior atenção volta-se para o manguezal adjacente à área de expansão da comunidade, onde foram identificados o acúmulo de resíduos sólidos em uma área propícia ao desenvolvimento de vetores de doenças, com a presença de animais e estruturas para disposição de esgotos e dejetos a céu aberto.

Através dos instrumentos urbanísticos é que se encontram possibilidades para garantir a permanência das comunidades e efetivar a regularização fundiária, atuando de forma macro, como na dimensão da gleba e do parcelamento do solo, para a micro, nos lotes. Uma síntese dos instrumentos elaborada pelo prof. arquiteto urbanista Patryck Carvalho para o Instituto Pólis (2021) destrincha as formas de apoio e regulação urbanística, a questão de equacionar a titularidade das glebas e o parcelamento do solo chegando até a escala do lote (MACÊDO SANTOS, 2021).

Considerando as particularidades das comunidades pesqueiras em área urbana, as discussões devem ser postas para a revisão dos PDDUs, pois é fundamental que essas comunidades sejam regulamentadas como Área Especial de Interesse Social (AEIS).

A definição de MACÊDO SANTOS (2021.p. 1-31), "(...) "área urbana consolidada", de acordo com a Lei nº 11.977/0913, também deverá constar da regulamentação das ZEIS quando o município pretender usar a disposição referente à regularização em APPs". Finalmente, a regulamentação deverá abordar as condições

para aprovação dos projetos de regularização fundiária de interesse social.

Segundo a Lei nº 11.977/09, os municípios devem possuir o conselho e órgão ambiental capacitado, poderão emitir licença integrada de aprovação urbanística e ambiental do projeto (artigo 53), mesmo nos casos em que haja intervenção em APP. Nos demais casos, as intervenções que envolvam APPs deverão ter anuência prévia do órgão estadual competente, de acordo com a Resolução CONAMA nº 369/060.

Conforme documentação devidamente comprovada pela Comissão de Direitos Humanos (OAB/SE) e da Defensoria Pública da União (DPU), que se apresentou uma recomendação de suspensão das ordens de despejo.

> (...) "Ou seja, a ocupação do terreno da marinha por estas comunidades deve cumpri a função social de promover o uso sustentável dos recursos hídricos para subsistência familiar, bem como, a função de resguardar memórias e valores culturais de um povo". (nº 4504402 – DPU AL/ GABDPC AL/DRDH AL PAJ nº 2021/032-01242)[42].

Constatada o uso sustentável de área da União para subsistência dessas comunidades, como é o caso das comunidades da Fibra e da Prainha, é de incumbência da SPU. "(...) **praticar ato administrativo para reconhecer e delimitar a ocupação desta comunidade. Ainda nos termos da lei, esta é uma medida que visa possibilitar o início do processo de regularização fundiária que**

[42] Disponível em: https://www.dpu.def.br/noticias-sergipe/154-noticias-se-slideshow/62963-dpu-recomenda-suspensao-de-despejos-em-bairro sergipano

culminará na concessão de título definitivo, quando cabível". (Parecer Técnico. 2021. p.1-81).

Portanto, os processos administrativos movidos pela SPU em desfavor dos moradores, que os enquadram como construções irregulares, estão em contradição com a Lei que dispõe sobre a administração dos bens imóveis de domínio da União (Lei 9.636/98), bem como, (...) "**os arts. 3º, 4º, 12º, 13º, 14º, 15º, 16º, 17º, 18º e 19º, todos da Convenção 169 da OIT, incorporada no direito brasileiro pelo Decreto nº 5.051/2004".** (Parecer Técnico. 2021. p.1-81).

Estão em discordância, também, os atos administrativos citados, com o entendimento sedimentado em diversos tribunais brasileiros, no tocante a proteger a ocupação de terrenos da marinha para as comunidades tradicionais ribeirinhas.

O Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) está auxiliando a comunidade no processo de formação político-jurídica e no levantamento de informações das suas principais demandas:

> "(...) 1ª. Construção de habitações adaptadas para a realidade dos pescadores/marisqueiras, que estejam em harmonia com a natureza e regularizadas do ponto de vista sanitário para os moradores que vivem nos barracos; 2ª. Coleta seletiva sendo um mecanismo de recolha dos resíduos, os quais são classificados de acordo com sua origem e depositados em contentores indicados por cores. Eles podem ser resíduos orgânicos ou materiais recicláveis como papel, plástico, vidro, dentre outros; 3ª. Acesso à água potável e de qualidade, além do conserto/manutenção em ampliação da Estação de tratamento sanitário (rede de esgoto) da DESO para poder reduzir o vazamento de água potável bem como

> iluminação pública, para nossa segurança; 4ª Dragagem, revitalização, preservação e conservação da biodiversidade do rio Sergipe, sendo esse necessário para a reprodução das nossas vidas; 5ª. Construção de uma creche e de posto de saúde - Entendendo esses serviços como um universo promotor da construção de uma rede de cuidados que abrange toda a família, desenvolve um papel significativo no acolhimento e educação das crianças, mostrando um mundo de novas experiências, o que possibilita a ampliação de seus horizontes; 6ª. Investir em educação ambiental para a população; 7ª. Construção de um Quebra-mar e rampa de acesso dos barcos com o objetivo de proteger nosso porto da ação das ondas. Além disso, essa estrutura tem como função a retenção de sedimentos desta forma, impedindo a erosão costeira e o ressurgimento da nossa praia "(...) Queremos ficar na nossa Prainha". (MOTU - Manifesto Pescadores Prainha/Fibra do Bairro Industrial - Aracaju-SE).

Por fim, durante a revisão do PDDU (2021), devem ser consideradas premissas que possam controlar a expansão das ocupações no sentido do manguezal ainda protegido, o qual dá sustento às comunidades pesqueiras locais por sua própria relevância ambiental.

Neste último caso, ressaltamos conforme o laudo que,

> "(...) O levantamento de informações sociais é essencial para o processo de reurbanização e/ou regularização das áreas vistoriadas, o que já foi feito pelas secretarias municipais e pode ser complementado a título de atualização e

> instrução do inquérito civil em epígrafe". (p.1-31)[43].

Cabe ainda destacar a decisão da 1ª Vara Federal[44] na sua sentença.

> Onde, "(...) Os interesses, direitos e a integridade dos territórios titularizados por grupos étnicos protegidos por tratados internacionais, em especial a Convenção n. º 169 da OIT, atraem a incidência do III do art. 109 da Constituição Federal, dispositivo que foi esquecido ou ignorado pela decisão. A restrição de direitos fundamentais das comunidades tradicionais presentes no território do município de Aracaju, desconsiderou as alegações no processo de implementação do PDDU". (Decisão 1ª Vara Federal - MPF. 2022. p. 1-31).

Importante ressaltar que os processos de regularização fundiária não devem restringir-se apenas à regularização jurídica dos lotes, mais integração socioespacial, socioeconômica e socioambiental dos assentamentos informais. Estes dependem de intervenções públicas que os considerem em suas diferentes dimensões da regularização fundiária: jurídica, urbanística, ambiental e social.

Referências

AGUIAR NETTO, A. O.; MOURA JÚNIOR, E. M. B. **Conflitos ambientais e processos judiciais na bacia hidrográfica do rio Sergipe.** Scientia Plena, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2011. Disponível em:

[43] Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/8/2001; Portaria MPF/PGR nº 350, de 28/4/2017, art. 18, *caput*, § 3º, I.

[44] Processo Nº: 0801588-72.2022.4.05.8500 - Ação Civil Pública. - Autor: MPF, CAU/SE e outros. Réu: Empresa Municipal de Obras e Urbanização - (EMURB). 1ª Vara Federal - (Sentença de Embargos de Declaração).

https://www.scientiaplena.org.br/sp/article/view/81 >. Acesso em: 13 jan. 2022.

ALFONSIN, Betânia. **O significado do Estatuto da Cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil.** In: ROLNIK, Raquel. et al. Regularização fundiária sustentável – conceitos e diretrizes. Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

BASTOS JÚNIOR, Edson Magalhães ; SANTANA, Julia Maria de ; SOUZA, Rosemeri Melo e . **Aracaju: crescimento urbano e destruição dos manguezais.** Caderno do Estudante, São Cristóvão, v. 1, n.1, p. 72-80, 2005.

BARROS, H. M.; ESKINAZI-LEÇA, E.; MACÊDO, S. J. & LIMA, T. **Gerenciamento participativo de Estuários e Manguezais.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. 252p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ Constituiçao.html. Acesso em: 1 de dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000** [...] Brasília, DF: Presidência da República, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14026.html Acesso em: 30 nov. 2021.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade.** 6 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia).

CARDOSO, Amâncio dos. **Sob o signo da peste: Sergipe tempo do cholera (1855-1856).** Campinas, SP: 2001.

CARVALHO, Patryck. **Regularização fundiária, projetos de urbanização e redução das precariedades. ATHIS para o direito à moradia** / organizadores Margareth Matiko Uemura, Vitor Coelho Nisida, Lara Aguiar Cavalcante. – São Paulo: Instituto Pólis, 2021. 162 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** Ática, São Paulo, 1981.

FONTES, Jirlan Costa, LIMA, Alexsandra Santana. **Bairro Santa Maria: Uma realidade em Sergipe.** Aracaju/ SE. 2008. 60 p. Disponível em: https://www.webartigos.com/artigos/bairro-santa-maria-uma-realidade-em-sergipe/49392 Acesso em: 15.11.2022.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **Vetores de expansão urbana: Estado e mercado na produção da habitação em Aracaju-SE** – São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ***Déficit* habitacional no Brasil – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro.** – Belo Horizonte: FJP, 2021.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **De maçaranduba a industrial: história e memória de um lugar.** Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju (FUNCAJU), 2005.

HARVEY; David. **17 Contradições e o fim do capitalismo/** David Harvey; tradução Rogério Bettoni. - 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

_____ **O enigma do capital: e as crises do capitalismo/** David Harvey; tradução de João Alexandre Peschanski. – São Paulo: Boitempo, 2011.

HEBER, F. & SILVA, E. M. **Institucionalização da Política Nacional de Resíduos Sólidos: dilemas e constrangimentos na Região Metropolitana de Aracaju (SE).** Rev. Adm. Pública 48. Ago 2014. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rap/a/LydszDxFJhzVWHmgqH4ppXn/?lang=pt> . Acesso em: 10 jan. 2022.

MASCARO; Alysson Leandro. **Estado e forma política/** Alysson Leandro Mascaro - São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MACEDO. Amanda Brenda Santos. **A Iminência do Despejo e Rumos para Permanência de uma Comunidade Pesqueira em uma Área de Proteção Ambiental (APA) em Aracaju, Sergipe.** – TCC, Universidade Tiradentes (UNIT); Arquitetura e Urbanismo, Aracaju 2021.

MOURA; José Alberto de. DANTAS; Márcio Sousa Silva. **RELATÓRIO DA AULA PRÁTICA REALIZADA NO BAIRRO INDUSTRIAL NA CIDADE DE ARACAJU.** Disponível em: http://cadernoestudante.blogspot.com/2011/02/relatoriobairro-industrial.html Acesso em: 18.04.2022.

NASCIMENTO, Jean Henrique Menezes. **Análise Técnica das Condições Sanitárias da Comunidade da Prainha do Bairro Industrial, Aracaju (SE).** Eixo Temático: meios da assessoria técnica popular. SANTANA JR, Hillmarques. FEITOSA, Ketlyn de Jesus. GOMES, Emilly Vitória Souza. SANTANA, Karen Emanuelle Santos. SANTOS, Larissa Araújo. PEREIRA, Raislene dos Santos. SOUZA, Dirlen

Ferreira de Souza. ANDRADE, Rayane Oliveira. Disponível em:https://forumpopularne.wixsite.com/2forum

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju (1855-1865) – ensaio da evolução urbana.** Vol. II, Aracaju: Coleção Estudos Sergipanos, 1945. Disponível em: https://ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/27250-a-cidade-do-aracaju-1855-1865-ensaio-de-evolu%C3%A7%C3%A3o-urbana-fernando-porto.html Acesso em 18.04.2022.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Aracaju. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/pddu/ .Acesso em: 13.05.2022.

ROLNIK, Raquel. et al. **Regularização fundiária sustentável – conceitos e diretrizes.** Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

SANTOS, Jorge Edson. **A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU).** 2017. 170 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

_____ et al. **Parecer Técnico: estudo de viabilidade e permanência dos pescadores/ribeirinhos e mestres barqueiros artesanais da Prainha do Bairro Industrial.** Aracaju: 2021.

_____ J.; ANTONINO, L. **De maçaranduba ao bairro industrial: a produção do espaço urbano e a luta pelo reconhecimento da comunidade tradicional da prainha do Bairro Industrial de Aracaju (SE).** Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 585–614, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2282

SEPLOG. **Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão** – Disponível em: https://transparencia.aracaju.se.gov.br/prefeitura/estrutura-administrativa/contato-seplog/ Acesso em: 18.04.2022.

SILVA, A. V. B. A. **Qualidade ambiental urbana (IQAU) de bairros localizados às margens do rio Sergipe no município de Aracaju/SE.** Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2020. Disponível em: < https://ri.ufs.br/handle/riufs/14481 >. Acesso em: 13 jan. 2022.

SILVA, H. M. L. **Manguezal em áreas costeiras e urbanizadas: diagnóstico da condição ambiental da vegetação e interações antrópicas.** Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco Recife: UFPE, 2019. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34606/1/DISSERTA

%c3%87%c3%83O%20 H%c3%a9vila%20Mendes%20de%20Lima%20Silva.pdf>
. Acesso em 12 jan. 2022.

SOARES, M. S. **Análise do Estado de Conservação do Manguezal do Rio Sergipe.** Tese de Doutorado da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCAR, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8676/TeseMSS.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em 12 de jan. 2022.

Submetido em: 26 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 30 de março de 2023.
Aprovado em: 01 de maio de 2023.

EDSON SANTOS, J.; ZENHA ANTONINO, L. ESSE POVO QUE NINGUÉM VÊ: : COMUNIDADE DA FIBRA DO BAIRRO INDUSTRIAL ARACAJU- SE. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2900. Acesso em: 22 jul. 2023.

CONTAMINAÇÃO, INJUSTIÇA AMBIENTAL E A PANDEMIA DE COVID-19: O AGRAVAMENTO DAS INJUSTIÇAS NO BAIRRO DE SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO)

CONTAMINATION, ENVIRONMENTAL INJUSTICE AND THE COVID-19 PANDEMIC: THE AGGRAVATION OF INJUSTICES IN THE SANTA CRUZ DISTRICT (RIO DE JANEIRO)

CONTAMINACIÓN, INJUSTICIA AMBIENTAL Y LA PANDEMIA DE COVID-19 : EL AGRAVAMIENTO DE LAS INJUSTICIAS EN EL BARRIO DE SANTA CRUZ (RIO DE JANEIRO)

Vinicius Rezende Carvalho
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
E-mail: carvalho.vinicius22@gmail.com

Thiago Roniere Rebouças Tavares
Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: thiagoroniere@gmail.com

Resumo:
Localizada no extremo-oeste do município do Rio de Janeiro, a siderúrgica Ternium Brasil (antiga TKCSA) vem sendo responsável pode diversas violações ambientais no bairro de Santa Cruz. Após o início do funcionamento do seu primeiro alto-forno, em 2010, os impactos ambientais foram notáveis. Dentre eles, destacam-se: 1) a contaminação crônica do ar e episódios agudos de poluição ("chuvas de prata"); 2) o impedimento da prática da pesca na Baía de Sepetiba, que impactou diretamente a principal fonte de renda dos pescadores artesanais. No presente trabalho, buscar-se-á elaborar um quadro sistemático dos processos de injustiça que conferem ao bairro de Santa Cruz ser caracterizado enquanto uma zona de sacrifício. Para isso, analisaremos a injustiça ambiental a partir dos dados de contaminação do ar, o processo de segregação residencial - com base em informações censitárias investigadas sobre o bairro – e os impactos da pandemia de Covid-19, entre outros exames que contribuem para verificar as condições de vulnerabilização da população local.

Palavras-chave: Contaminação ambiental, injustiça ambiental, siderurgia, Covid-19.

Abstract:

Located in the far west of the municipality of Rio de Janeiro, the steel mill Ternium Brasil (formerly TKCSA) has been responsible for several environmental violations in the Santa Cruz district. After the opening of the first blast furnace in 2010, the environmental impacts have been notable. Among them, we highlight: 1) the chronic air contamination and acute episodes of pollution ("silver rains"); 2) the impediment of fishing practice in Sepetiba Bay, which directly impacted the main source of income of artisanal fishermen. In this paper, an attempt will be made to elaborate a systematic picture of the processes of injustice that characterize the Santa Cruz district as a sacrifice zone. For this, we will analyze environmental injustice from air contamination data, the process of residential segregation, based on census information investigated about the neighborhood and the impacts of the Covid-19 pandemic, among other tests that contribute to verifying the conditions vulnerability of the local population.

Keywords: Environmental contamination, environmental injustice, steel industry, Covid-19.

Résumé / Resumen:

Ubicada en el extremo oeste de la ciudad de Río de Janeiro, la siderúrgica Ternium Brasil (antes TKCSA) ha sido responsable de varias violaciones ambientales en el barrio de Santa Cruz. Tras la puesta en marcha de su primer alto horno en 2010, los impactos ambientales fueron notables. Entre ellos, se destacan los siguientes: 1) contaminación atmosférica crónica y episodios agudos de contaminación ("lluvias de plata"); 2) el impedimento a la pesca en la Bahía de Sepetiba, que impactó directamente en la principal fuente de ingresos de los pescadores artesanales. En el presente trabajo se intentará elaborar un cuadro sistemático de los procesos de injusticia que caracterizan al barrio de Santa Cruz como una zona de sacrificio. Para ello, analizaremos la injusticia ambiental a partir de datos de contaminación del aire, el proceso de segregación residencial, a partir de información censal investigada sobre el barrio y los impactos de la pandemia del Covid-19, entre otras pruebas que contribuyan a verificar las condiciones de vulnerabilidad de la población local.

Mots-clés / Palabras-clave: Contaminación ambiental, injusticia ambiental, industria siderúrgica, Covid-19.

Introdução

Responsável pelo aumento de 78% da emissão de gás carbônico (CO2) na cidade do Rio de Janeiro após o início do funcionamento de seu primeiro alto-forno, em 2010, a siderúrgica Ternium Brasil (Antiga TKCSA), localizada no extremo-oeste do Rio de Janeiro, vem sendo responsável por diversas violações e impactos ambientais no bairro de Santa Cruz. A contaminação crônica do ar, os episódios agudos de poluição (popularmente chamados de "chuva de prata") e o impedimento da prática da pesca artesanal, base econômica de diversos grupos localizados ao longo das margens e ilhas da Baía de Sepetiba, se destacam dentre tais violações.

A empresa em questão, após duas décadas de operação, alcançou o patamar de ser a maior siderúrgica da América Latina, com uma produção equivalente a mais de cinco milhões de toneladas de placas de aço por ano. Como é bem sabido em parte da literatura acadêmica crítica a este tipo de empreendimento (MILANEZ et al., 2009), as siderúrgicas são empresas altamente poluidoras e seus impactos não se restringem ao local onde estão instaladas, mas em todo o conjunto que envolve seu processo produtivo, desde as jazidas de minério de ferro, passando por seu transporte, até as usinas em que aço é forjado.

Contudo, embora os efeitos nocivos estejam espraiados, neste presente trabalho, buscar-se-á elaborar um quadro sistemático dos processos de injustiça ambiental que ocorrem em Santa Cruz, em virtude deste bairro ter sido escolhido para instalação desta empresa. Entre alguns dos apontamentos

realizados neste texto, antecipa-se que este quadro de injustiças supracitado, será pintado com reflexões associadas ao exame do fenômeno pandêmico da Covid-19, e como os impactos na população deste bairro foram ainda mais notáveis, intensificando as desigualdades analisadas.

No que toca aos aspectos metodológicos, empreenderemos nessa investigação uma revisão bibliográfica sobre autores, e suas obras, em que o diálogo temático possar ser possível, vide o desafio que as "questões" ambientais demandam. Além disso, será realizada uma análise documental acompanhada de matérias jornalísticas relacionadas ao caso em questão. Isso significa que se por um lado será necessário fazer uma discussão concisa sobre os processos espaciais urbanos, como a segregação residencial, por outro, seu exame, em correspondência com fenômenos associados ao campo da Ecologia Política, nos dará a possibilidade de aprofundar a investigação sobre estes mesmos processos espaciais, a conformação de áreas sociais e suas diferentes características quando comparadas no espaço intraurbano.

Dessa forma, os aportes teóricos que lançaremos mão, permitirão que as reflexões possam assumir uma condição híbrida, já que nosso olhar buscará conectar diferentes fenômenos, sua justaposição, mas sem promover o apagamento de um sobre o outro. Ainda mais, associada aos nossos aportes teóricos, buscaremos nos fundamentar nossas discussões com o uso de dados primários e secundários acessados após o levantamento em diferentes órgãos, instituições, entre outras fontes de pesquisa.

Assim, nosso trabalho versará em sua primeira parte das elaborações teórico-empíricas presente na literatura que trata sobre os estudos urbanos e da Ecologia Política para caracterizar os

processos de segregação residencial e conformação da zona de sacrifício no bairro que é objeto de nosso exame. Na segunda parte de nosso trabalho, examinaremos como a população de Santa Cruz teve sua vulnerabilidade aumentada pelos efeitos encadeados que a usina siderúrgica promove no bairro, adicionado dos impactos da pandemia de Covid-19. Finalizaremos com nossas considerações finais.

Mais além do que a segregação residencial: o bairro de Santa Cruz e o contexto das injustiças ambientais para a constituição da zona de sacrifício no Rio de Janeiro

A despeito de que sua matriz acadêmica se encontre, inicialmente, vinculada a Escola de Chicago, a temática da segregação residencial tem sido examinada sob o escopo de diversas searas científicas. Muitas vezes, os campos científicos interessados nesse fenômeno utilizaram abordagens preocupadas em conectar suas dimensões históricas, econômicas e, sobretudo, espaciais. Especificamente, nos estudos geográficos brasileiros, importantes autores, e suas obras, dedicaram-se a investigar as diferenças espaciais urbanas manifestadas nas cidades, para compreensão deste processo e suas formas. Entre alguns, podemos citar Corrêa (2000; 2013; 2016), Santos (1990), Sposito (1994; 2013); Souza (2000).

Não é nosso objetivo, aqui, fazer uma ampla sistematização do que foi produzido e consta na literatura geográfica sobre esta temática. Contudo, por motivos de fundamentação, rigor e para reflexão analítica que este trabalho se propõe, considera-se importante apresentar apreciações que sejam coerentes para

discussão pretendida. É neste sentido que as proposições sistemáticas elaboradas por Corrêa (2000; 2013; 2016) são por nós consideradas. Assim, sob estes termos, lançamos mão dos destaques que este autor sugere ao refletir sobre a segregação residencial nas cidades brasileiras, com foco naquilo que toca seu conteúdo social e sua espacialidade. Nas palavras de Corrêa (2013):

> - "Entendemos a segregação residencial como processo espacial que se manifesta por meio de áreas sociais, relativamente homogêneas internamente e heterogêneas entre elas.
> - Reflexo, meio e condição, a segregação residencial e as áreas sociais tornam efetivas a existência diferenciada e a reprodução dessas diferenças.
> - Existente em todo os tipos de sociedade, é no capitalismo que a segregação residencial manifesta-se de modo mais intenso, gerando um complexo e mutável mosaico social […].
> - A temática em pauta desemboca em inúmeros outros temas, entre eles os diferentes movimentos sociais, a jornada para o trabalho, as diversas representações sobre as diferentes áreas sociais e as práticas dos diversos agentes sociais da produção do espaço […]" (p. 56-57).

Boa parte destas características pode ser observada na cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente em alguns de seus bairros. O espraiamento urbano desta cidade foi marcado pela

expansão de desigualdades, que pode ser ilustrado, minimamente, pela distribuição desigual de equipamentos urbanos voltados para uma melhoria na qualidade de vida de seus moradores. Em outras palavras, isso significa dizer que o solo urbano carioca manifesta uma segmentação histórica em que se pode observar, de um lado, uma Zona Sul ocupada por classes "nobres" sendo atendida, por exemplo, pelo serviço de bondes, enquanto na sua contraface, emergiu um crescente subúrbio ocupado por classes menos favorecidas, desfavorecido de vários serviços. Este é um processo que pode ser notado durante o século XIX e parte do XX (ABREU, 2013). O bairro de Santa Cruz é fruto deste contexto intraurbano.

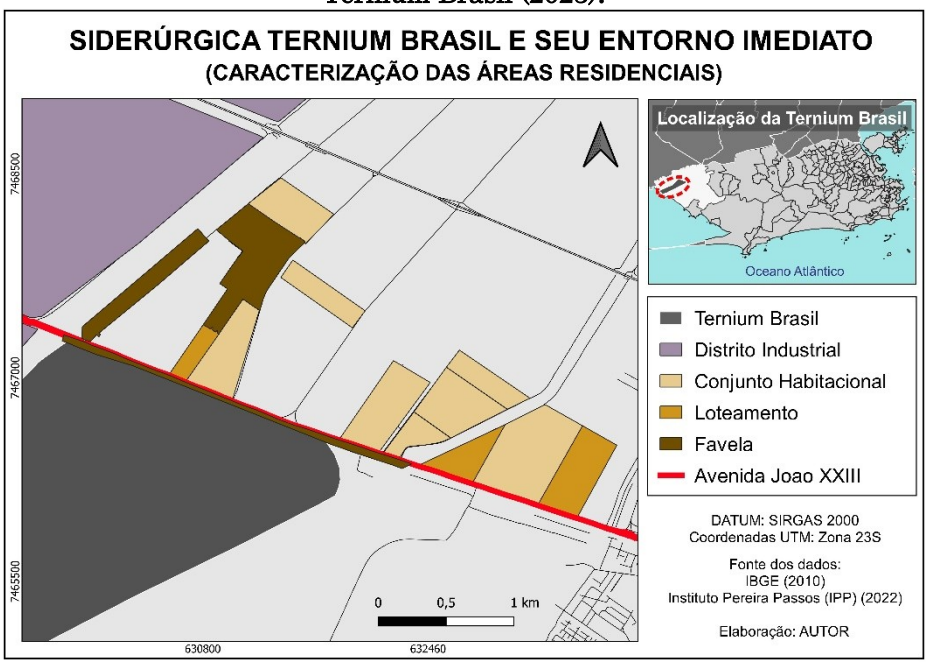
Localizado no extremo oeste da cidade, às margens da Baía de Sepetiba, Santa Cruz recebeu parte da herança que os desdobramentos da expansão urbana desigual na cidade do Rio de Janeiro produziram. Inserida no bojo do processo de metropolização da cidade carioca, Santa Cruz, após meados do século XX, vai ser inserida no planejamento urbano enquanto alvo de diversas políticas, com destaque para aquelas voltadas a atender demandas habitacionais e industriais. Transformações substanciais ocorrem já nas décadas de 1960 e 1970 após efetivação destas políticas.

No que toca a política industrial, ainda sob a administração do Estado da Guanabara, é criado o Distrito Industrial de Santa Cruz, elaborado em 1967. O projeto deste distrito é acompanhado de mais outras áreas voltadas a atender este fim, também localizados na zona oeste da cidade do Rio. São eles o Distrito Industrial de Palmares, o Distrito Industrial de Paciência, e outro localizado no quilômetro 20 da Avenida Brasil, chamado de o Distrito Industrial de Fazenda Botafogo. Para Santa Cruz, foram destinadas as empresas de grande porte (OLIVEIRA, 1976). São

exemplos de indústrias que se instalaram em Santa Cruz nesse período a Rolls-Royce Energy, Casa da Moeda do Brasil, Cosigua (Grupo Gerdau), Valesul e White Martins.

Especificamente sobre a política habitacional efetivada em Santa Cruz, o que ocorreu foi a criação de alguns conjuntos habitacionais no bairro, sobretudo a partir da década de 1970, como os conjuntos São Fernando, Alvorada, entre outros. Contudo, ao mesmo tempo em que a instalação destes conjuntos habitacionais ocorre, a ocupação de loteamentos e favelas emerge em boa parte da porção oeste do bairro (Figura 1).

Figura 1: Caracterização das áreas residenciais adjacentes à siderúrgica Ternium Brasil (2023).



Fonte: Elaboração do autor

Segundo Silva (2018), muitos moradores chegaram aos conjuntos habitacionais e outras áreas residenciais próximas da Reta João XXIII entre 1975 e 1985 buscando empregos no distrito industrial recentemente criado. Estas áreas residenciais foram

importantes para o adensamento populacional ao longo da via, sendo também tipicamente geradores de áreas sociais por aglomerarem população de status socioeconômico semelhante (CORRÊA, 2013; 2016).

Ainda mais, Corrêa, ao discorrer sobre as formas que a cidade assume no cruzamento entre segregação e áreas sociais, nos informa que "a partir da segregação e áreas sociais originam-se inúmeras atividades econômicas espacialmente diferenciadas, como centros comerciais e áreas industriais" (2013, p. 39), e completa mais a frente, afirmando que "O inverso é também verdadeiro: a partir da concentração de indústrias na cidade podem se formar bairros operários" (2013, p. 39). Quando nos debruçamos a analisar dados censitários que contribuem para caracterizar o processo segregativo em Santa Cruz, observamos como estas informações corroboram com o entendimento de Corrêa.

Em 2010, no bairro de Santa Cruz, 65% dos responsáveis pelos domicílios tinham renda entre 0 e 2 salários-mínimos (IBGE, 2010). Além disso, pretos e pardos representavam 63% do total da população local, indicando um forte componente racial nos processos segregativos. No Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que considera dez indicadores, incorporados em quatro dimensões prioritárias: "Acesso a Saneamento Básico", "Qualidade Habitacional", "Grau de Escolaridade" e "Disponibilidade de Renda", o bairro localizado na zona oeste surge como um dos últimos colocados no ano de 2008. De um total de 158 bairros listados e analisados, Santa Cruz, aparece na posição 147. No que toca às Regiões Administrativas, das 32 analisadas, sua posição foi a de 29º (CAVALLIERI; PERES, 2008). Isso significa que ela foi a

quarta pior, com condições superiores somente ao Complexo do Alemão, Rocinha e Guaratiba.

Os dados censitários supracitados contribuem para identificação de uma certa regularidade que caracteriza o processo segregativo em Santa Cruz. Contudo, a constatação de que este bairro pode ser categorizado pela ocupação social de indivíduos com certas condições aquisitivas, raciais, educacionais etc., não encerra suas problemáticas. Ao contrário disso, sob às condições segregativas sobrepõem-se outras problemáticas, sem resolver as primeiras, e que afetam, intensificada e diretamente, seus moradores. No caso de Santa Cruz, a problemática "adicionada", e a qual citamos aqui é a ambiental.

Na literatura acadêmica que versa sobre o campo da Ecologia Política, a sobreposição dos processos segregativos com problemáticas ambientais conforma o que vai ser denominada de z*ona de sacrifício*. As problemáticas ambientais que caracterizam Santa Cruz enquanto zona de sacrifício não são recentes, e de forma mais ampla, a Baía de Sepetiba que margeia o bairro já era considerada como uma notável zona de sacrifício da metrópole do Rio de janeiro (ACSELRAD, 2004), desde a década de 1970 quando inúmeras empresas se instalam nesta área, fruto de uma política industrial, como citado no início deste texto. Embora casos representativos de um intenso processo de degradação ambiental possam ser listados desde esta época[1], nos detemos aqui a analisar

[1] Um dos casos mais ilustrativos desse processo foi a contaminação da Baía de Sepetiba por metais pesados, advindos do processamento de minérios para produção de Zinco. A responsável foi a companhia INGÁ MERCANTIL que instalada desde 1962, a empresa acumulou seus rejeitos tóxicos de forma inapropriada por décadas. Até que no 1996, após fortes chuvas o dique de contenção que a empresa tinha construído se rompeu despejando milhões de toneladas de zinco e cádmio nas águas da Baía. A empresa decretou falência em 1998 acumulando dívidas e deixando um gigantesco passivo ambiental para o ambiente local.

os casos mais recentes, advindos da instalação de uma usina siderúrgica no bairro, a Ternium Brasil (inicialmente sob a Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico/TKCSA).

Esta usina siderúrgica começa a operar no ano de 2010 e provocou diversos efeitos negativos ao ambiente em Santa Cruz. Entre alguns dos impactos mais nocivos, e que foi fruto de contestação por parte da população, citam-se os casos de contaminação da água e do ar, a supressão de áreas de mangue, as inundações provenientes da interferência nos corpos hídricos pela empresa, o impedimento de atividades tradicionais em áreas agora inacessíveis para sua população, como a pesca artesanal, entre outras.

Especificamente no que toca a contaminação do ar, vale citar que a empresa foi responsável pelo que foi denominado popularmente como "chuva de prata", devido a cor de prata brilhante observada no ar pelos moradores. Estes foram três episódios agudos de poluição atmosférica, no qual as fuligens oriundas do processo produtivo de transformação do minério de ferro em aço, se dispersaram no ambiente do bairro. A fuligem que alcançou as casas e aterrissou nos cômodos dos moradores alterou o cotidiano de suas vidas deste então, pois não somente a incerteza sobre a recorrência de outros episódios como este causa angústia, como também o cotidiano de uma contaminação sútil que não é caracteriza de forma "extrema", mas, sim, que é permanente, fenômeno que também poderia ser caracterizado tal qual Swistun (2015) como "desastres em câmera lenta".

A autora expõe as consequências da constante contaminação ambiental por grandes empreendimentos com a confusão tóxica, fenômeno observado na população que recebe poluentes durante um

longo período e não sabe ao certo as consequências dos mesmos para sua vida. Além da desinformação em relação às consequências dos impactos ambientais, a naturalização do risco pode se dar por questões socioculturais e psicológicas, que contribuem para a invisibilização dos riscos por parte da população afetada, que, diante da obrigatoriedade de viver em situações de vulnerabilidade, destacam os pontos positivos de um determinado empreendimento, em detrimento dos pontos negativos (MONIZ et al., 2012).

Estes fenômenos conferem, em termos teórico-empíricos, o que vai ser chamado de injustiça ambiental, e nos ajudam a qualificar ainda mais o que vem a ser as problemáticas ambientais que se justapõem, em termos de adição e ampliação, nas áreas sociais marcadas pelos processos segregativos, e conformam as zonas de sacrifício. A injustiça ambiental está ligada ao processo de segregação desde sua origem e isso foi observado quando os movimentos que lutavam por *justiça ambiental* (BULLARD, 1994; SOUZA, 2019) notaram uma concentração espacial dos ônus ambientais advindos de processos industriais em áreas residenciais das camadas populares - e nesses casos sobre uma população majoritariamente negra.

Segundo Souza, "em tal espaço, a saúde física e mental e a qualidade de vida dos seres humanos são comprometidas em nome do 'desenvolvimento econômico' ou 'progresso' - mas, em última análise, em prol dos interesses capitalistas" (2020, p. 1). Em outras palavras, ao analisar o poder aquisitivo e as condições de infraestrutura de populações que vivem nas proximidades do Distrito Industrial de Santa Cruz e da siderúrgica Ternium Brasil, pode-se afirmar que a contaminação e os impactos ambientais adversos não atingem a todos da mesma maneira, havendo uma

desigualdade socioespacial na distribuição dos riscos e das incertezas (ACSELRAD et al., 2009). O conceito de injustiça ambiental se refere, portanto, "à desigualdade social e espacial na distribuição do fardo representado pela geração de contaminantes como subprodutos de processos industriais" (SOUZA, 2019, p. 130). Assim, este amplo conceito engloba os malefícios da exposição a determinados riscos e a desigualdade social e espacial por trás dessa exposição.

Na próxima parte de nosso texto vamos discutir como a injustiça ambiental é agravada em razão da pandemia de Covid-19, e discutir como esta afeta a população que reside na zona de sacrifício de Santa Cruz.

Pandemia de Covid-19: a postura ambígua da Ternium Brasil e o aumento da vulnerabilidade nos arredores da siderúrgica

A pandemia de Covid-19 expôs ainda mais as desigualdades sociais presentes ao redor do mundo. Onde tais desigualdades são maiores, como nos casos dos grupos vítimas de injustiça e racismo ambiental, os impactos econômicos e na saúde foram ainda mais notáveis. Esse é o caso da população que já sofria com problemas de saúde e incertezas relacionadas aos riscos proporcionados pela atuação da Ternium Brasil em Santa Cruz e se deparou com a crise sanitária provocada pela pandemia.

A administração da siderúrgica se preocupou em passar uma imagem de combate à pandemia em favor da população de Santa Cruz. Para além das propagandas, de fato foram doados 4 milhões de reais para o auxílio no combate ao vírus ainda em abril de 2020. Segundo o site da empresa, o dinheiro foi utilizado para equipar hospitais como o Hospital Municipal Pedro II, no próprio bairro, e

Unidades da Família locais, além de ter sido utilizado na compra de utensílios essenciais como máscaras, álcool em gel etc. Além disso, o hospital de campanha de Nova Iguaçu contou com a doação de dez mil toneladas de aglomerado siderúrgico para pavimentar a estrutura local (TERNIUM, 2020).

Vale ressaltar que, também em abril de 2020, o governo federal decretou a mineração e a siderurgia como essenciais, o que fez com que estas pudessem seguir suas atividades durante um período em que se aumentava a adoção de medidas restritivas de combate ao coronavírus. Após o decreto, a Ternium Brasil continuou atuando, ignorando o alto índice de casos de Covid-19 no bairro de Santa Cruz e expondo os moradores e trabalhadores da empresa ao contágio. Isso demonstra uma postura antiga do empreendimento de construção de uma imagem aprazível e de negligência à saúde da população local. Em matéria do Instituto PACS, uma moradora expõe:

> "Têm muitos relatos de contaminação, de gente aqui da minha rua mesmo e de mortes também. Uma pessoa da minha rua já morreu e outras pessoas do conjunto também já morreram. E enquanto isso, a Ternium continua funcionando normalmente. As pessoas que eu conheço e que trabalham lá estão indo ao trabalho. Tudo continua como se nada tivesse acontecendo, como se não estivéssemos vivendo uma pandemia" (PACS, 2020, *online*).

Como bem salienta Lazarini et al. (2021), o popular discurso de que a economia não podia parar acabou ocultando quem estava pagando com suas próprias vidas essa "continuidade". Isso porque, assim como a distribuição dos riscos é desigual no que se refere à produção de mercadorias, durante a pandemia, as assimetrias produzidas pela segregação sócio-espacial expuseram uma grande desi-

gualdade em relação a quem estava mais vulnerável ao coronavírus, responsável pela morte de milhões de pessoas em todo o mundo. A seguir serão comentados alguns dos fatores que contribuíram para o aumento da vulnerabilidade da população dos arredores da siderúrgica Ternium Brasil durante a pandemia.

Um primeiro fator está ligado às condições de transporte. Muitos moradores de Santa Cruz trabalham em outras zonas da cidade do Rio de Janeiro, sendo o transporte público fundamental para essas pessoas. As condições nas quais a população do Rio de Janeiro se expôs nos transportes públicos durante a pandemia foi notável e digna de reconhecimento midiático. Tanto nos trens, quanto nos BRTs (G1, 2020) a situação era precária e não houve respeito às normas de segurança estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em matéria do Jornal Nacional (2020) foram denunciadas as condições do transporte no bairro:

> "Pouco mais de seis horas da manhã e já não dá para ver o fim da fila dos passageiros do BRT na estação de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio. Centenas de pessoas tentando ir para o trabalho em uma rotina arriscada em tempos de pandemia. A maioria usa máscara, mas não há distanciamento" (JORNAL NACIONAL, 2020, *online*).

O funcionamento dos "serviços essenciais" em áreas como o centro, Zona Sul e Barra da Tijuca, dependeu da força de trabalho de sujeitos periféricos que se arriscaram em longos deslocamentos diários, dando continuidade à economia da "cidade formal" (ALVES, MIHESSEN, 2020). Vale ressaltar que o bairro de Santa Cruz é o mais distante em relação ao centro da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, pesquisas realizadas nos últimos anos demonstram que a aceleração da Covid-19 e sua letalidade são maiores em bairros periféricos. O estudo de Rolnik et al. (2020) destaca a maior in-

cidência de hospitalizações em função do coronavírus em moradores de áreas periféricas que necessitam do transporte público coletivo para se deslocar até o local de trabalho. Os autores ainda apontam que a taxa de mortalidade foi maior entre os trabalhadores que realizaram longos percursos em transportes coletivos (ROLNIK et al., 2020).

Outro fator está ligado às condições infraestruturais do bairro. Santa Cruz está entre os bairros com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e Desenvolvimento Social (IDS) da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, é notável uma desigualdade intrabairro em relação às áreas mais afastadas e o centro. A Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) referente às áreas residenciais da Reta João XXIII obteve um índice de 0,666, muito inferior ao índice obtido pelo centro do bairro (0,861). Existem, portanto, problemas históricos ligados à qualidade habitacional e ao acesso a serviços que afligem a população de Santa Cruz e, mais especificamente, dos arredores da siderúrgica Ternium Brasil.

Relacionados ao fator supracitado estão os problemas históricos ligados ao acesso e qualidade da água em Santa Cruz e à instalação de unidades de saúde públicas na Zona Oeste do Rio de Janeiro como um todo. Este último fator fez com que essa zona da cidade fosse chamada por alguns sanitaristas de "deserto sanitário" (FIOCRUZ, 2014). Ainda que nos últimos anos esse cenário apresente melhoras, a carência de serviços de especialidades médicas (como dermatologia, pneumologia e oftalmologia) em Santa Cruz tem grande impacto nos indicadores de saúde no bairro. Além disso, o tempo de espera e a qualidade do atendimento são queixas frequentes entre os moradores (PACS, 2014). O estudo de Ribeiro et al. (2020) evidencia que a acessibilidade aos serviços de saúde foi um

problema observado em grande parte da Zona Oeste do município durante a pandemia. Parte do recorte espacial do presente trabalho, especificamente, se destaca pela ausência de leitos em até 5 km e de equipamentos para Covid-19 em até 30 minutos andando.

Em relação ao acesso e qualidade da água, pode-se dizer que esse problema crônico do bairro de Santa Cruz se tornou ainda mais impactante em meio à pandemia, sendo a água um recurso fundamental para a higienização básica que o período demanda. Além disso, em um contexto de diminuição de renda provocado pela pandemia, também deve ser destacada a dificuldade de adquirir produtos que possibilitem uma efetiva higienização. Em contrapartida, a siderúrgica Ternium Brasil é responsável pelo consumo de 1 bilhão e meio de litros d'água por dia em suas atividades. Segundo Tavares (2022), tomando a média brasileira de consumo diário de água, chega-se à dedução de que somente a Ternium Brasil consome diariamente o suficiente para abastecer uma cidade de aproximadamente 670.129 mil pessoas.

Nesse ínterim, tanto o bairro de Santa Cruz como outros municípios do Rio de Janeiro abastecidos pelo sistema integrado Guando/Lajes/Acari (responsável pelo abastecimento de mais de 80% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), sofrem regularmente com problemas no acesso à água, principalmente no período de dezembro a março (TUBBS FILHO et al., 2012). Além disso, o estágio do balanço hídrico - entendido como o resultado da quantidade de água que entra e sai de um determinado espaço e intervalo de tempo - do canal de São Francisco (foz do Rio Guandu) é "muito crítico", segundo dados do Sistema de Informação Geográfica da Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim (Siga Web Guandu apud D'ANDREA e XAVIER,

2019). No tocante à qualidade da água, o estudo de Tavares (2022) identificou que a maior parte dos corpos hídricos que deságuam na Baía de Sepetiba se situa na classificação "muito ruim" segundo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). A falta de tratamento da água, o desmatamento das matas ciliares do Rio Guandu e seus afluentes e a intensa atividade industrial são fatores que explicam essa situação no caso da Região Hidrográfica II, formada pelas bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (TAVARES, 2022).

Levando em consideração a histórica presença de pescadores artesanais nos arredores da siderúrgica, o conflito pela água se torna ainda mais acirrado. Nesse cenário, moradores e pescadores que dependem da quantidade e qualidade da água disputam esse espaço com grandes empreendimentos industriais localizados às margens dos canais que cruzam a porção oeste do bairro de Santa Cruz, como a Ternium Brasil, a Gerdau, a Usina Termelétrica de Santa Cruz dentre outras que compõem a Associação do Distrito Industrial de Santa Cruz (Aedin) (D'ANDREA e XAVIER, 2019).

Um último fator a ser destacado diz respeito às características geobiofísicas do bairro de Santa Cruz e à atuação da siderúrgica Ternium Brasil. Primeiramente, é importante salientar que o bairro de Santa Cruz (RJ) se encontra na Bacia Aérea 1 da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Uma Bacia Aérea deve ser considerada como a base da atmosfera que, ao ser delimitada pelo relevo (cota mínima de 100 metros), coloca as diferentes áreas do espaço geográfico dessa bacia aérea sob a mesma condição quanto a qualidade do ar. Por esse motivo, as bacias aéreas são importantes unidades de gerenciamento da qualidade do ar. Na Bacia Aérea 1 da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a baixada litorânea rodea-

da pela Serra do Mar e alguns maciços acaba potencializando problemas relacionados à qualidade do ar devido a sua dificuldade para dispersar poluentes (FARIAS, 2018).

Cumpre destacar que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra a segunda maior concentração de veículos, indústrias e fontes de poluentes atmosféricos do Brasil e é a mais densamente povoada (FARIAS, 2018). A partir da construção Arco Metropolitano - que inicialmente ligaria o maior polo petroquímico da América do Sul, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), até o Porto de Itaguaí -, esse cenário se intensificou. Além da siderúrgica Ternium Brasil (Antiga TKCSA), outros megaempreendimentos se instalaram na região devido às vantagens locacionais, mão-de-obra barata, incentivos fiscais etc. A instalação do COMPERJ não foi concluída, mas, na outra ponta do Arco Metropolitano, o que se observou foi um aumento dos fluxos e dos poluentes atmosféricos.

Em estudo realizado por Farias (2017), as áreas residenciais dos arredores da siderúrgica Ternium Brasil foram classificadas como espaços com potencial "muito alto" e "alto" para concentrar poluentes atmosféricos. Os parâmetros utilizados foram uso do solo, rodovias, indústrias, relevo e bacias aéreas, atribuindo pesos e percentual de influência. No mesmo estudo, a maior parte das áreas residenciais adjacentes à siderúrgica foram classificadas como espaços de alto risco à saúde humana e algumas porções dessas áreas como espaços de risco "muito alto" (FARIAS, 2017).

Nessa situação geográfica, a presença de um megaempreendimento poluidor, somada ao fenômeno da inversão térmica - principalmente durante o inverno, quando há uma forte queda de temperatura durante a madrugada - e à direção dos ventos, coloca a popu-

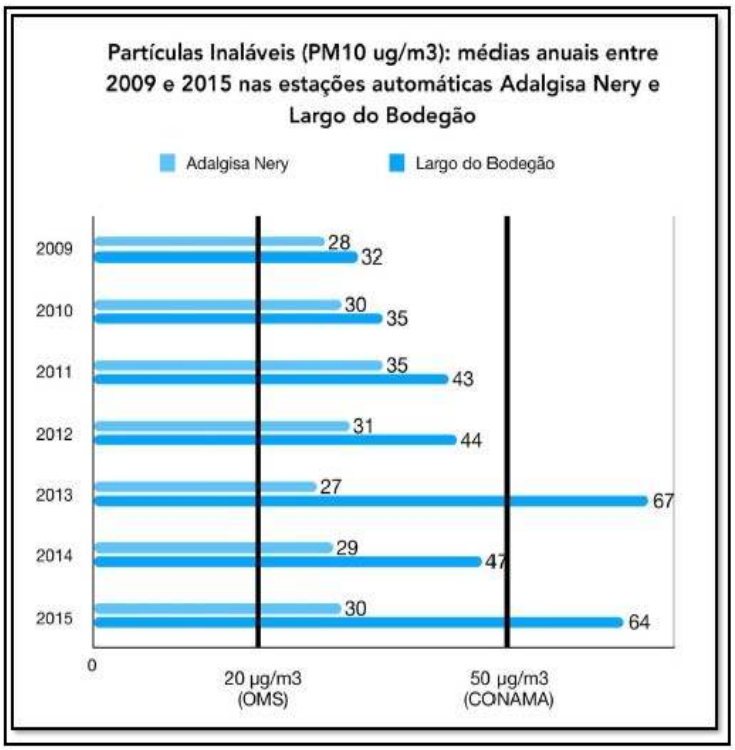
lação dos arredores da siderúrgica Ternium Brasil em condições desfavoráveis.

Segundo a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB, 2018), o Material Particulado (MP) é entendido "como uma mistura heterogênea de partículas poluentes na forma líquida e sólida em suspensão no ar, capaz transportar na atmosfera compostos químicos prejudiciais à saúde humana" (TORRES et al, 2020, pg. 4). O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) estabelece as médias anuais para as Partículas Totais em Suspensão (PTS) e para o Material Particulado 10ug/m³, chamado de Material Particulado inalável. O padrão secundário - que estabelece as concentrações de poluentes abaixo das quais são previstos efeitos adversos mínimos à saúde humana -, estabelecido para as PTS é de 60 µg/m3 (CONAMA, 1990). Já o padrão primário - concentração de poluentes que, se ultrapassada poderá afetar diretamente a saúde da população -, estabelecido para as PTS é de 80 µg/m3 (CONAMA, 1990). No caso do MP10, o padrão anual médio estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de 20 µg/m3 e do CONAMA (até 2018) era de 50 µg/m3.

Tavares (2019) analisou os dados de duas estações próximas à siderúrgica Ternium Brasil: Adalgisa Nery e Largo do Bodegão. Levando em consideração a concentração de MP10 ug/m³ nos anos de 2009 a 2015, a estação Largo do Bodegão registrou violação do valor de referência estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em todos os anos. A média estabelecida pelo CONAMA foi ultrapassada nos anos de 2013 e 2015. No caso da estação Adalgisa Nery, a concentração média anual foi menor nos anos analisados, não havendo violação no padrão estabelecido pelo CONAMA. No en-

tanto, no que se refere ao padrão estabelecido pela OMS, houve violação em todos os anos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Concentração de Partículas Inaláveis (PM10 µg/m3): médias anuais entre 2009 e 2015 nas estações automáticas Adalgisa Nery e Largo do Bodegão.



Fonte: Tavares (2019).

Os padrões de qualidade do ar estabelecidos pelo CONAMA foram alterados em 2018, tornando-se mais restritivos. No caso do MP10 µg/m3, a concentração média anual estabelecida era de 50 µg/m3 e passou para 20 µg/m3, a mesma estabelecida pela antiga norma da OMS, que em 2021 também atualizou seus padrões, tornando-se ainda mais restritivos, posto que a bibliografia médica tem chamado a atenção para os efeitos da exposição ao Material Particulado a longo prazo. No caso da OMS, a média anual estabe-

lecida saiu de 20 µg/m3 para 15 µg/m3. Ou seja, ainda que tenha havido uma atualização no CONAMA a fim de tornar a legislação brasileira mais restritiva no que tange à emissão de MP na atmosfera, as médias estabelecidas pela OMS seguem sendo inferiores (menos permissivas) aos padrões nacionais.

A contaminação aguda e crônica do ar em Santa Cruz a partir da instalação da siderúrgica se torna um fator ainda mais perigoso durante uma pandemia na qual o vírus ataca principalmente o sistema respiratório. Dentre os diversos sintomas apresentados pela população vizinha ao megaempreendimento - como doenças dermatológicas, oftalmológicas, dor de cabeça etc. -, os problemas respiratórios, historicamente ligados à indústria siderúrgica, estão entre os mais comuns. Isso faz com que pessoas com o sistema imunológico e respiratório comprometidos devido à exposição aguda e crônica à altas concentrações de Material Particulado estejam mais vulneráveis ao vírus da Covid-19. A seguir serão comentados os resultados de alguns estudos que correlacionaram o contágio e a piora em casos de Covid-19 à áreas com qualidade do ar comprometida, mais especificamente, áreas que apresentam concentrações de Material Particulado (MP) que podem vir a ser prejudiciais à saúde humana.

A exposição a altas concentrações de Material Particulado (MP) está associada ao aumento de casos de doenças respiratórias e mortes em todo o mundo. Os dois tipos de Material Particulado que mais trazem prejuízos à saúde são o MP10 e o MP2,5 por terem o tamanho menor e, consequentemente, maior facilidade de adentrar a região alveolar dos pulmões. Deve-se ressaltar que os efeitos adversos à saúde devido à exposição ao Material Particulado (MP) são conhecidos há décadas. Schwartz e Dockery (1992 apud FIOCRUZ,

2014), ainda na década de 1990, demonstraram que, mesmo em concentrações baixas - dentro dos padrões estabelecidos pelos órgãos ambientais -, os poluentes atmosféricos estão associados ao aumento da mortalidade em determinada população. Estudos mais recentes como o de Hui et al (2018) evidenciam o fato de que, mesmo em níveis baixos de exposição, o MP se mostra prejudicial à saúde em casos de exposição cotidiana (a longo prazo).

Sabe-se que a exposição prolongada a poluentes atmosféricos afeta a função pulmonar e está associada ao aumento da prevalência de doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), doenças cardiovasculares e hipertensão. Estas são algumas das doenças que acometem a população dos arredores da siderúrgica Ternium Brasil segundo os relatos dos moradores e os estudos epidemiológicos realizados até então (FIOCRUZ, 2014; PACS, 2014; MIZRAHI, 2017). De modo geral, a poluição atmosférica está associada ao aumento do risco de doenças do coração e do pulmão, ao aumento da mortalidade por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e da incidência de influenza (gripe) (CUI et al., 2003 apud FELIX-ARELLANO et al., 2020; LANDGUTH et al., 2020 apud ALI e ISLAM, 2020).

No tocante às infecções respiratórias virais (como o caso da Covid-19), a exposição ao MP pode alterar a resposta imune do indivíduo (FELIX-ARELLANO et al., 2020). Na Inglaterra, por exemplo, o estudo de Travaglio et al. (2020) demonstrou uma associação entre poluentes liberados e a vulnerabilidade à infecção viral, o que sugere que a exposição crônica a altos níveis de poluição atmosférica aumenta a vulnerabilidade a esse tipo de enfermidade. No mesmo sentido, Zheng et al. (2020) apontam para a associação existente entre a exposição a poluentes atmosféricos e a piora na função pul-

monar, o que torna o indivíduo mais vulnerável a infecções respiratórias.

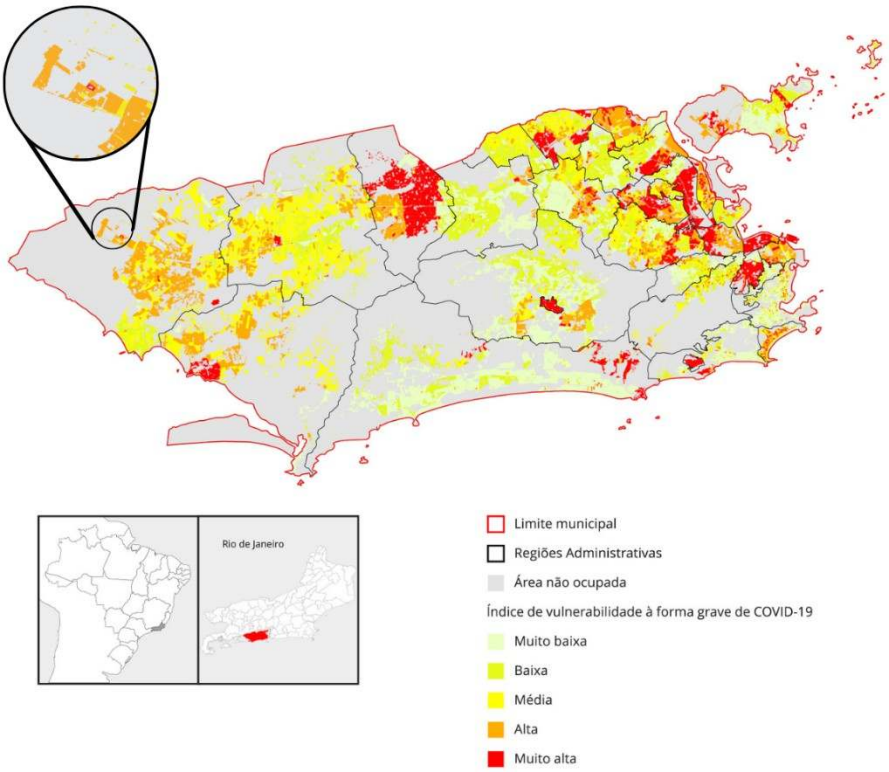
No caso específico do coronavírus, a literatura científica tem relacionado, de forma consistente, a exposição a altas concentrações de partículas inaláveis (MP10) e respiráveis (MP2,5) à sua taxa de mortalidade (TIAN, 2020; COCCIA, 2020). Wu et al. (2020), em estudo realizado levando em consideração 3.000 condados dos Estados Unidos, detectou uma associação entre o aumento na concentração de MP2,5 e o aumento na taxa de mortalidade por Covid-19. Zhu et al. (2020), em estudos levando em consideração 120 cidades chinesas, mostrou que o aumento na concentração de MP2,5 e MP10 resultou em um aumento nas contagens diárias de casos confirmados. No mesmo sentido, Fattorini e Regoli (2020) demonstraram uma associação positiva entre exposição crônica à poluentes atmosféricos e a disseminação do vírus da Covid-19, analisando dados de 71 províncias italianas.

Aceitando que a meteorologia local é um fator que influencia na propagação do vírus e, consequentemente, na sua taxa de mortalidade, Coccia (2020) alerta para a importância de políticas ambientais relacionadas à redução de poluição atmosférica, principalmente em locais com baixa dispersão de poluentes, como é o caso do recorte espacial da presente análise. Ou seja, as condições meteorológicas como a direção dos ventos e o fenômeno da inversão térmica podem levar a um aumento do contágio, sendo importante haver um planejamento diferenciado para a população que vive e trabalha em espaços de risco à saúde por conta da baixa qualidade do ar.

Levando em consideração o Rio de Janeiro, o estudo acerca da vulnerabilidade à formas graves de Covid-19 - levando em consideração três planos de informação: a média de moradores por domi-

cílio, a densidade de pessoas com mais de 60 anos e a incidência de tuberculose por 100.000 habitantes -, indicou que as áreas mais vulneráveis encontram-se espalhadas por todo o município, mas é possível observar uma concentração nas zonas Norte e Oeste e em favelas localizadas em áreas nobres da cidade (SANTOS et al., 2020). Grande parte das áreas residenciais da Região Administrativa (RA) de Santa Cruz - como, por exemplo, o entorno imediato da siderúrgica Ternium Brasil - apresentou alta vulnerabilidade (Figura 2). Cumpre destacar que a preocupação com idosos (maiores de 60 anos de idade) nos arredores da siderúrgica não foi uma novidade durante o período da pandemia. Desde o início das atividades da Ternium Brasil (antiga TKCSA), esse estrato da população é, junto às crianças, o mais vulnerável em relação à contaminação atmosférica. Segundo relatos de moradores, "as pessoas estão a toda hora recorrendo à nebulização. Têm resfriado constante, sinusite e os idosos sofrem com falta de ar, dor no pulmão, cansaço e febre" (PACS, 2014, p. 27).

Figura 2: Mapa de distribuição espacial da vulnerabilidade à formas graves de Covid-19, segundo Regiões Administrativas da cidade do Rio de Janeiro, Brasil.



Fonte: Santos et al. (2020). Adaptado pelos autores.

Considerações finais

A sobreposição de "usos sujos" na porção oeste do bairro de Santa Cruz é um fenômeno que se inicia principalmente a partir da década de 1960. A partir de então, o bairro passa a ser visto não só como um vetor de difusão de atividades industriais para as áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro, como também um vetor de crescimento urbano e expansão residencial em um processo de periferização da metrópole. Assim, foram construídos os conjuntos habi-

tacionais da Reta João XXIII, responsáveis pelo adensamento populacional nessa zona do bairro. A população que ali residia também serviu de mão-de-obra para o Distrito Industrial recém-inaugurado. Os impactos ambientais das indústrias foram sentidos desde o início, mas foi principalmente a partir da instalação da siderúrgica Ternium Brasil (Antiga TKCSA) que a população do entorno passou a sofrer consequências diretas à saúde, além de outros impactos políticos e sociais.

Dentre os impactos, no presente trabalho focamos na contaminação aguda e crônica do ar proveniente da atuação da siderúrgica. A bibliografia médica aponta que a exposição a altas concentrações de Material Particulado torna as pessoas expostas mais vulneráveis a diversos tipos de problemas de saúde. Importante frisar que, a longo prazo, mesmo concentrações baixas de MP e poluentes atmosféricos podem significar impactos relevantes à saúde. Estudos também apontam que a exposição ao MP pode alterar a imunidade frente a infecções respiratórias virais, como é o caso do coronavírus. Entende-se, portanto, que a pandemia de Covid-19 tornou a população dos arredores da siderúrgica Ternium Brasil ainda mais vulnerável.

Os agravos proporcionados pela crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 estão associados, em última análise, à imposição desigual de riscos ambientais e à saúde. No caso específico do bairro de Santa Cruz, a desigualdade na distribuição de atividades poluidoras (e suas consequências econômicas, políticas e sociais) soma-se a outras desigualdades como as condições de acesso a serviços de saúde, recursos naturais, infraestrutura básica etc. gerando uma sobreposição de riscos e aumentando a vulnerabilidade dos moradores. Isso faz com que o processo de vulnerabilização a

longo prazo da população dos arredores da siderúrgica possa ser entendido como um desastre em câmera lenta (SWISTUN, 2015).

Aportado sobre reflexões advindas da Ecologia Política, este trabalho objetivou pintar um quadro sistemático das injustiças observadas em Santa Cruz-RJ, e como estas, quando adicionadas de novos fenômenos, como o caso da pandemia de Covid-19, intensificam as desigualdades históricas presentes no bairro. Como bem previsto nas discussões associadas a Ecologia Política, a construção dos objetos analíticos preza pela complementaridade de campos investigativos. Foi sob esta abordagem que pudemos desvelar a conformação da zona de sacrifício em Santa Cruz e suas problemáticas ambientais.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Acselrad (Org.): Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará e Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 37-57.

ACSELRAD, H., MELLO, C. C. A., BEZERRA, G. D. N. O que é justiça ambiental? Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 79.

ALI, N., ISLAM, F. The Effects of Air Pollution on COVID-19 Infection and Mortality—A Review on Recent Evidence. Front. Public Health 8:580057. doi: 10.3389/fpubh.2020.580057, 2020, p. 7.

ALVES, G., MIHESSEN, V. Pandemia na metrópole: os impactos do coronavírus na mobilidade cotidiana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Observatório das metrópoles. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020. Disponível em: https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/

AUYERO, J., SWISTUN, D. Flammable: Environmental Suffering in an Argentine Shantytown. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 201.

BRASIL. Resolução CONAMA nº 03 de 28 de junho de 1990. Dispõe sobre padrões de qualidade do ar, previstos no PRONAR. Brasília – DF. 1990.

BULLARD, R. (1994) Dumping in Dixie: race, class and environmental quality. Boulder: Westview Press, 1994, p. 128.

CAVALLIERI, F.; LOPES, G. P. Índice de Desenvolvimento Social – IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos/ Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf>. Acesso em: 13 fevereiro de 2023.

COCCIA, M. Two mechanisms for accelerated diffusion of COVID-19 outbreaks in regions with high intensity of population and polluting industrialization: the air pollution-to-human and human-to-human transmission dynamics. MedRxiv, 2020, p. 55.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) Poluentes. São Paulo: CETESB. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/ar/poluentes/. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 2000, p. 31.

_____. "Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano". In: VASCONCELOS, Pedro de A., et al. (ORG's). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Editora Contexto. 2013, p. 39-60.

_____. "Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas". Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 1, , 2016, p. 10-33.

D'ANDREA P., XAVIER B. Ternium: A sede e a vontade de beber da siderurgia. Diplomatique, Disponível em: <https://diplomatique.org.br/ternium-a-sede-da-siderurgia/> Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

FARIAS, H. S. Espaços de risco à saúde em consequência da poluição atmosférica; Mercator, v. 16, 2017, p. 1-14.

_____. Análise da qualidade do ar da Bacia Aérea 1 da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Revista de Geografia, v. 8, 2018, p. 101-113.

FATTORINI, D., REGOLI, F. Role of the chronic air pollution levels in the Covid-19 outbreak risk in Italy. Environmental pollution, v. 264, 2020, p. 114732.

FELIX-ARELLANO, E. E., SCHILMANN, A., HURTADO-DIAZ, M., TEXCALAC-SANGRADOR, J. L., RIOJAS-RODRIGUEZ, H. Revisión rápida: contaminación del aire y morbimortalidad por Covid-19. Salud Publica Mex. 2020, p. 582-589.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ) (2014) Análise atualizada dos problemas socioambientais e de saúde decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA, Rio de Janeiro, 2014, p. 96.

G1 (2020) Transportes têm aglomerações de passageiros e filas nesta quarta, após flexibilização de medidas restritivas. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/10/onibus-e-brt-tem-aglomeracao-de-passageiros-e-filas-nesta-quinta-apos-flexibilizacao-de-medidas-restritivas.ghtml> Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

LIU, H., TIAN, Y., XU, Y., ZHANG, J. (2018) Ambient Particulate Matter Concentrations and Hospital Admissions in 26 of China's Largest Cities: A Case–Crossover Study. EPIDEMIOLOGY, v. 29, n. 5. Disponível em: https://doi.org/10.1097/ede.0000000000000869. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS), A chuva de prata em Santa Cruz: Um desenvolvimento que adoece a gente; 2014, p. 32.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL (PACS) (2020) Ternium Brasil e o descaso com as populações atingidas em meio à pandemia da COVID-19. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pacsinstituto.medium.com/ternium-brasil-e-o-descaso-com-popula%C3%A7%C3%B5es-atingidas-em-meio-%C3%A0-pandemia-da-covid-19-20cf8bd233cd> Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

ITURRALDE, R. S. Sufrimiento y riesgo ambiental: Un estudio de caso sobre las percepciones sociales de losvecinos de 30 de agosto enel contexto de unconflicto socioambiental. Cuad. antropol. soc., Buenos Aires, no 41, 2015, p. 79-92.

JORNAL NACIONAL (2020) Passageiros reclamam de ônibus lotados e aglomerações em terminais em várias capitais. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/12/14/passageiros-reclamam-de-onibus-lotados-e-aglomeracoes-em-terminais-em-varias-capitais.ghtml> Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

LAZARINI, K., HELENE RAMOS, D., ANDREOTTI, M. B. A Gestão dos Cuidados tem Gênero, Raça e Classe: As zonas de sacrifício do Covid-19 nas cidades brasileiras. Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, *[S. l.]*, v. 21, n. 1, 2021, p. 28–43.

MILANEZ, B., PORTO, M. F. Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). ENSP e FIOCRUZ, 2009, p. 15.

MIZRAHI, V. N. Comunidades Potencialmente Afetadas - CPA por empreendimentos de grande porte na Avaliação de Impactos à Saúde (AIS), Tese (Doutorado em Ciências) Programa de pós-

graduação em Epidemiologia em Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2017, p. 150.

MONIZ, M.A., CASTRO, H. A., PERES, F. Amianto, perigo e invisibilidade: percepção de riscos ambientais e à saúde de moradores do município de Bom Jesus da Serra/Bahia. Ciência & Saúde Coletiva, [Rio de Janeiro], v. 17, n. 2, 2012 p. 327-336.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). WHO Air quality guidelines for particulate matter, ozone, nitrogen dioxide and sulfur dioxide: Global update 2005. Geneva, Suíça. Disponível em: <http://www.who.int/phe/health_topics/outdoorair/outdoorair_aqg/en/>. Acesso em 05 de setembro de 2022.[A2]

RIBEIRO, D. A., BRAGA, A. F. D., TEIXEIRA, L. Desigualdade socioespacial e o impacto da Covid-19 na população do Rio de Janeiro: análises e reflexões. Cadernos Metrópole, v. 23, 2021, p. 949-970.

RICARDO, S., Colapso Hídrico em debate no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2019. Disponível em: https://diariodorio.com/sergio-ricardo-colapso-hidrico-em-debate-no-rio-de-janeiro/. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

ROLNIK, R., SANTORO, P., BRITO, G., MENDONÇA, P., MARINO, A., KLINTOWITZ, D.; (2020) Circulação para trabalho explica concentração de casos de Covid-19. Blog do Labcidade. Disponível em http://www.labcidade.fau.usp.br/circulacao-para-trabalho-inclusive-servicos-essenciais-explica-concentracao-de-casos-de-covid-19/. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOS, P. C. B., GIANNELLA, L. C. Metropolização, segregação socioespacial e injustiça ambiental: o caso da Baía de Sepetiba, RJ. Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografía y CienciasSociales, 2020, p. 26.

SANTOS, J. P. C., SIQUEIRA, A., PRAÇA, H. ALBUQUERQUE, H. Vulnerabilidade a formas graves de COVID-19: uma análise intramunicipal na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de SaúdePública, v. 36, 2020, p. 12.

SANTOS, M. Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990, p. 136.

SPOSITO, M. E. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. Revista de Geografia. Dourados, n.4 set./dez. 1994, p. 71-85.

_____, Segregação Socioespacial e centralidade urbana. VASCONCELOS, P. A., CORRÊA, R. L., PINTAUDI, S. M.. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 17-38.

SOUZA, M. L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000, p. 368.

_____. Ambientes e territórios: Uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019, p. 350.

_____. 'Sacrifice zone': The environment–territory–place of disposable lives, Community Development Journal 2020, p. 1–24.

SWISTUN, D. Desastres en cámara lenta: incubación de confusión tóxica y emergencia de justicia ambiental y ciudadanía biológica, O Social em Questão, ano XVIII, 33. 2015, 193–214.

TAVARES, T. R. R. Examinando a injustiça ambiental a partir da contaminação do ar e de inundações nos arredores da Companhia Siderúrgica do Atlântico/Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro), AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, 1 (2). 2019, 211–251.

_____. Sofrimento ambiental por contaminação do ar e da água nos arredores da siderúrgica Ternium, às margens da Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro): Um estudo sobre injustiça ambiental. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2022, 288 p.

Ternium doa R$ 4 milhões para combater ao coronavírus no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 27 de abril de 2020. Disponível em:

https://br.ternium.com/pt/novidades/noticias/doacao-4-milhoes--25434869020. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

TRAVAGLIO, M., YU, Y., POPOVIC, R., SELLEY, L., LEAL, N.S., MARTINS, L.M. Links between air pollution and COVID-19 in England. Environmental Pollution, Volume 268, Part A, 2021, 115859.

TIAN H, L. Y., SONG H., WU C-H, LI B., KRAEMER, M. Risk of COVID-19 is associated with long-term exposure to air pollution. medRxiv, v. 10, n. 2020.04, 2020, p. 21.20073700.

TORRES, L. M., PINHEIRO, C. D. P. S., AZEVEDO, S. D., RODRIGUES, P. R. S., SANDIM, D. P. R. Poluição atmosférica em cidades brasileiras: uma breve revisão dos impactos na saúde pública e meio ambiente. Naturae , v.2, n.1, 2020 p. 23-33.

TUBBS FILHO, D., ANTUNES, J. C. O., VETTORAZZI, J. S. Bacia Hidrográfica dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim: Experiências para a gestão dos recursos hídricos. Rio de Janeiro – RJ, INEA. 2012, p. 339.

WU, X., NETHERY, R.C., SABATH, B.M., BRAUNN, D., and DOMINICI, F. (2020b). Exposure to air pollution and COVID-19 mortality in the United States. medRxiv. Disponível em: https://doi.org/10.1101/2020.04.05.20054502. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

ZHU, Y., XIE, J., HUANG, F. CAO, L. Association between short-term exposure to air pollution and COVID-19 infection: Evidence from China. Science of the total environment, v. 727, p. 138704.

Submetido em: 17 de março de 2023.

Devolvido para revisão em: 24 de abril de 2023.

Aprovado em: 26 de abril de 2023.

REZENDE CARVALHO, V.; RONIERE REBOUÇAS TAVARES, T. Contaminação, injustiça ambiental e a Pandemia de COVID-19: O agravamento das injustiças no bairro de Santa Cruz (Rio de Janeiro). **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2943. Acesso em: 23 jul. 2023.

EXPANSÃO DA COVID-19 EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA: IMPLICAÇÕES PARA A MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO

EXPANSION OF COVID-19 IN THE AMAZON PROTECTED AREAS: IMPLICATIONS FOR SPATIAL MOBILITY OF THE POPULATION IN THE LOWER RIO NEGRO MOSAIC.

EXPANSIÓN DE LA COVID-19 EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN EN LA AMAZONÍA: IMPLICACIONES PARA LA MOVILIDAD ESPACIAL DE LA POBLACIÓN EN EL MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO.

JOSÉ DIEGO GOBBO ALVES
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/NEPAM)
E-mail: jdgobboalves@gmail.com

JULIA CORRÊA CÔRTES
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/FCA)
E-mail: jucortes@gmail.com

ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/FCA)
E-mail: alvaro.dantona@fca.unicamp.br

Resumo:

Neste artigo, analisamos a expansão da COVID-19 nas comunidades tradicionais do Mosaico de Áreas Protegidas do baixo Rio Negro (MBRN), localizado entre os estados do Amazonas e Roraima. Buscamos explicar em que medida a mobilidade espacial da população foi afetada pela doença, para além do seu papel como um vetor de difusão do vírus. Dessa forma, o artigo discute os impactos da pandemia da COVID-19 no cotidiano da população em Unidades de Conservação na Amazônia. A metodologia consistiu na aplicação de 760 *surveys* com moradores de comunidades tradicionais do MBRN, análise estatística e descritiva dos dados coletados. Os resultados indicaram que os deslocamentos para as cidades e, principalmente, a permanência nas residências de familiares são elementos que justificam o aumento de casos da doença nas comunidades. Além disso, 72% dos entrevistados relataram uma redução no número de viagens para as cidades da região. Esse artigo lança luz para os impactos da COVID-19 na mobilidade espacial da população, prática central no cotidiano das comunidades ribeirinhas com dados primários ainda pouco presente na literatura da região.

Palavras-chave: Mobilidade espacial da população, COVID-19, Amazônia, Unidades de Conservação, População e Ambiente.

Abstract:
In this article, we analyze the spread of COVID-19 in the traditional communities of the Mosaic of Lower Rio Negro Protected Areas, located in Amazonas and Roraima states. We aim to explore the extent to which the disease has affected the spatial mobility of the population, as well as its role as a vector for virus transmission. The article discusses the impact of the COVID-19 pandemic on the daily lives of the population in Protected Areas in the Amazon. The methodology consisted of applying 760 surveys with residents of traditional communities in the MBRN, statistical and descriptive analysis of the collected data. The findings indicate that moving to cities and staying in family homes are factors that contribute to the increase in cases of the disease in riverside communities. Furthermore, 72% of respondents reported a reduction in the number of trips to cities. This article sheds light on the effects of COVID-19 on the spatial mobility of the population, which is a fundamental aspect of daily life for traditional population and presents primary data that is currently scarce in the literature of the region.
Keywords: Spatial mobility of the population, COVID-19, Amazon, Protected Areas, Environment and Population.

Resumen:
En este artículo se analiza la expansión del COVID-19 en las comunidades tradicionales del Mosaico de Áreas Protegidas do bajo Río Negro (MBRN), ubicado en los estados de Amazonas y Roraima. Se busca explicar en qué medida la movilidad espacial de la población se vio afectada por la enfermedad, además de su papel como vector de difusión del virus. De esta forma, aborda los impactos de la pandemia del COVID-19 en el cotidiano de la población en las comunidades de Unidades de Conservación en la Amazonía. La metodología consistió en aplicar 760 surveys a pobladores de comunidades tradicionales de la MBRN, análisis estadístico y descriptivo de los datos recolectados. Los resultados indican que el traslado a las ciudades y, principalmente, la permanencia en viviendas parientes son elementos que justifican el aumento de casos de la enfermedad en las comunidades tradicionales. Además, el 72% de los encuestados informó una reducción en la cantidad de viajes a las ciudades. Este artículo arroja luz sobre los impactos del COVID-19 en la movilidad espacial de la población, una práctica central en la vida cotidiana de las comunidades ribereñas, con datos primarios aún escasamente presentes en la literatura de la región.
Palabras-clave: Movilidad espacial de la poblacional, COVID-19, Amazonía, Unidades de Conservación, Población y Medio Ambiente.

Introdução

O vírus da COVID-19 (SARS-CoV-2) foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. A fonte biológica da infecção e transmissão ainda é incerta e cercada por embates políticos e ideológicos (PERROTA, 2020; PORTUGAL, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) alterou o *status* da abrangência espacial de propagação do vírus no dia 11 de março de 2020, declarando estado de pandemia global, para além de uma epidemia circunscrita no território chinês. Contudo, desde janeiro do mesmo ano a OMS estabeleceu um cenário de emergência internacional a ser enfrentado (VENTURA et al, 2020).

Na Pan-Amazônia, até meados de 2021, contabilizava-se mais de 3,5 milhões de habitantes diagnosticados com COVID-19 – mais de 100 mil óbitos. O enfrentamento da pandemia na região foi marcado por problemas na distribuição de vacinas e pela falta de políticas de incentivo para a vacinação completa (REPAM-BRASIL, 2021). Em 13 de março de 2020, menos de um mês após o primeiro diagnóstico de COVID-19 confirmado no Brasil em 26 de fevereiro do mesmo ano, o estado do Amazonas confirmou o seu primeiro caso da doença. Do início da pandemia até o mês de fevereiro de 2023, foram confirmados 630 mil casos no estado do Amazonas, com um total de 14.434 óbitos (FVS, 2023).

Desde antes da pandemia ser oficialmente declarada, a rapidez da propagação da COVID-19 esteve relacionada à mobilidade espacial da população. No primeiro momento, o transporte aéreo foi o responsável pela expansão territorial da doença (RIBEIRO; REIS, 2020). Na sequência, a disseminação se deu pela capilaridade das vias terrestres nos diferentes países. No

Brasil, além do transporte aéreo, as rodovias serviram como vetores de disseminação da doença que começava a surgir nas principais metrópoles; o fluxo de pessoas nas rodovias acelerou a interiorização para as cidades e comunidades do interior dos estados (REX et al, 2020).

No estado do Amazonas, as infraestruturas da Região Metropolitana de Manaus (RMM) foram catalisadoras da difusão da doença no território. A RMM está territorialmente conectada nacional e internacionalmente devido sua importância socioeconômica na produção e circulação de mercadorias (NUNES, 2021). Para além das rodovias, a rede urbana do estado (SCHOR et al., 2016) está alicerçada na circulação de pessoas e mercadorias pelos rios da região. A expansão da doença no estado ocorreu através da mobilidade nos rios (tais como os rios Negro, Solimões, Madeira, Tefé, Juruá e Purus), interiorizando a doença pela mobilidade fluvial (ALEIXO et al., 2020; MUNIZ, 2021; NAVECA et al., 2021).

Identificada como fator a ser controlado, a mobilidade espacial da população foi objeto de medidas restritivas. Os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) demonstram que nos quatro primeiros meses de 2020, houve uma redução de 10 milhões de passageiros em voos nacionais se comparado os quatro primeiros meses dos anos de 2019 (de 32 milhões de passageiros em 2019 para 22 milhões em 2020). O mesmo ocorreu com o número de passageiros em voos internacionais, porém a diminuição foi de cerca de 3 milhões de pessoas (de 8,5 milhões em 2019 para 5,4 em 2020) (ANAC, 2020).

A origem dos voos internacionais (desembarques no Brasil) foi em sua maioria dos Estados Unidos e do continente europeu

(Espanha, Itália, Portugal e Reino Unido), justamente países que no momento apresentavam um elevado índice de transmissão e casos da COVID-19 (ANAC, 2020). Com o avanço da pandemia, os países começaram a adotar medidas mais restritivas de entrada de novos passageiros, ao ponto de alguns deles proibirem a entrada. Países mais flexíveis exigiam uma quarentena ao desembarcar no território.

No Brasil, as restrições à mobilidade ficaram a cargo dos estados, tendo em vista a omissão do ex-presidente Jair Bolsonaro em adotar medidas mais eficazes de enfrentamento da doença em sua necropolítica adotada (OLIVAR et al., 2021). Medidas de mobilidade mais restritivas impactaram diretamente na locomoção intramunicipal e intermunicipal, visando atenuar a disseminação do vírus em locais públicos ou privados de potencial aglomeração de pessoas, tais como transportes públicos, shoppings centers e centros comerciais.

Essa restrição pode ser especialmente problemática nas áreas rurais da Amazônia, pois em um quadro de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) a mobilidade espacial da população e a multilocalidade residencial são importantes meios de conexão de recursos e pessoas entre a cidade e a floresta (PADOCH et al., 2008; BECKER, 2013).

No interior de Unidades de Conservação (UC), a mobilidade é parte das estratégias das populações tradicionais para acessarem recursos, serviços e infraestruturas não disponíveis em suas comunidades. Com o aumento da interdependência das comunidades aos serviços urbanos oferecidos nas cidades, a mobilidade torna-se central como uma estratégia de atenuação da vulnerabilidade socioeconômica (CÔRTES, ALVES, D'ANTONA,

2022). Na Amazônia, a mobilidade que conecta diferentes espaços ocorre tanto por via terrestre e aérea, quanto por via fluvial, principalmente no contexto de comunidades tradicionais localizadas no interior de UCs.

Nas áreas protegidas amazonenses, a mobilidade foi também impactada por medidas públicas preventivas: com vistas a minimizar o risco de contágio no estado do Amazonas, a Portaria SEMA nº 32, de 17 de março de 2020, por exemplo, impediu o acesso às UCs, atendendo às recomendações colocados pelo Governo do Estado do Amazonas por meio do Decreto nº 42.061 de 2020 (AMAZONAS, 2020). Além da mobilidade, com a expansão espacial da doença registrou-se impactos negativos na saúde familiar, economia doméstica, no turismo, na biodiversidade e na gestão e na fiscalização de UCs (WWF, 2020).

Neste artigo, analisamos a expansão da COVID-19 nas comunidades ribeirinhas do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), localizado entre os estados do Amazonas e Roraima. Para além do papel da mobilidade como um vetor de difusão do vírus, buscamos explicar em que medida a mobilidade espacial da população foi afetada pela doença. Variáveis como a de localização da moradia (distância aos centros urbanos), vínculo familiar, frequência e motivações dos deslocamentos para as cidades da região foram utilizadas para compreensão dos efeitos negativos da doença em Unidades de Conservação. O artigo lança luz para um tema custoso na bibliografia, sobretudo na região amazônica, onde há uma série de entraves político-econômicos para a realização de pesquisas em campo com coleta de dados primários.

O estudo da disseminação socioespacial da doença e das suas implicações traz componentes relevantes para o entendimento da

centralidade da mobilidade espacial da população, seja na propagação espacial do vírus, seja nas limitações aos deslocamentos humanos. A rede territorial que compõem a região é complexa, formada desde uma metrópole regional como Manaus até centros urbanos menores, distritos, vilas e comunidades compostas por uma mesma família. Os nós dessa rede são interligados pelo transporte aéreo, territorial e sobretudo, fluvial através dos rios e igarapés da região.

COVID-19 na Amazônia: o colapso da saúde pública no estado do Amazonas

A expansão do vírus da COVID-19 no território brasileiro foi rápida, menos de dez dias após a confirmação do primeiro caso no país, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2020, foi identificada a primeira transmissão interna da doença e mais de 600 casos suspeitos mapeados. Posteriormente, foi presenciado um aumento expressivo no número de casos em todo o território e novos óbitos começaram a surgir – o primeiro foi anunciado em 17 de março do mesmo ano (MACHADO; FREITAS, 2021).

Desde então, o Brasil soma 37 milhões de casos da doença e quase 700 mil óbitos em todo o país (Tabela 1). Das regiões brasileiras, a região Norte é a que apresenta o menor número de casos (2, 8 milhões) e óbitos (51,5 mil). A incidência de casos e óbitos por 100 mil habitantes também é uma das menores, maior apenas da região Nordeste (BRASIL, 2023).

Tabela 1: Síntese dos casos e óbitos de COVID-19 na região Norte do país.

	Casos	Óbitos	Casos (por 100 mil hab.)	Mortalidade (por 100 mil hab.)
Brasil	37.085.520	699.310	17.647,4	332,8
Norte	2.881.122	51.522	15.632,0	279,5
Acre	160.452	2.043	18.193,2	231,6
Amapá	185.673	2.167	21.954,1	256,2
Amazonas	631.976	14.443	15.248,2	348,5
Pará	872.068	19.025	10.136,9	221,1
Rondônia	482.910	7.432	27.172,1	418,2
Roraima	182.505	2.180	30.128,2	359,9
Tocantins	365.538	4.232	23.240,3	269,1

Fonte: BRASIL, 2023. Elaborado pelos autores, 2023.

Nota: em cada coluna, as cores representam: a) marrom escuro: maior valor de dados do tema; b) vermelho claro: menor valor de dados do tema

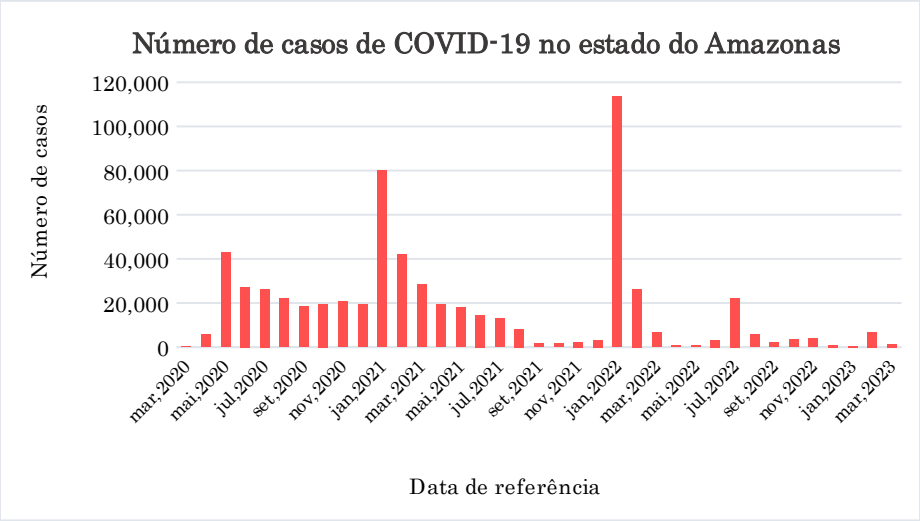
Dos estados que compõem a região Norte, o Acre foi o que apresentou os menores números de casos e óbitos e o estado do Pará o que apresentou os maiores números. Contudo, em termos relativos, o estado do Pará foi o que apresentou as menores taxas de casos e mortalidade por 100 mil habitantes. Roraima foi o estado com maior incidência (30,1 mil casos para cada 100 mil/hab.) e Rondônia foi o que apresentou maior taxa de mortalidade (418 óbitos para cada 100 mil/hab.).

Como colocado por Mesquita e Cavalcante (2022), a expansão da COVID-19 no território amazônico também é resultado do modelo histórico de planejamento e gestão territorial da região. Esse modelo acarretou na segregação socioespacial da população, o que aumentou suas vulnerabilidades. Adicionalmente, a menor densidade populacional da região não influenciou na incidência da doença e de óbitos.

Como mencionado anteriormente, o estado do Amazonas confirmou o primeiro caso de COVID-19 cerca de 20 dias após o primeiro caso da doença ser registrado no país, desde então o

número aumentou vertiginosamente. O gráfico 1 apresenta o avanço no número de infecções no estado.

Gráfico 1: Número de casos de COVID-19 no estado do Amazonas (2020 - 2023)



Fonte: FVS, 2023. Elaborado pelos autores, 2023.

Os dados sobre o número de casos de COVID-19 demonstram a dinâmica de (re) infecção nos meses que seguem a confirmação do primeiro caso no estado. Observa-se três principais momentos de pico de infecções da população amazonense: um primeiro no mês de maio de 2020 logo no início da pandemia, onde a população estava aprendendo sobre o vírus, suas formas de transmissão e as estratégias de prevenção; um segundo no mês de Janeiro de 2021 após um período de relativa estabilidade no número de novos casos,

o que culminou na crise da falta de oxigênio em todo estado e, por fim, no mês de Janeiro de 2022, após um período de significativa redução no número de casos no estado, com cerca de 96 mil casos registrados em um mês.

O aumento expressivo ocorrido nos meses de janeiro de cada ano ocorre por dois principais fatores que se complementam: o relaxamento nas práticas cotidianas de proteção contra a COVID-19, após um período de redução no número de casos e, sobretudo, as festas de final de ano quando há um aumento nas reuniões entre familiares e amigos, potencializando a transmissão da doença.

Os óbitos em decorrência da infecção pela COVID-19 estão concentrados na faixa da população com idade de sessenta anos ou mais, sendo justamente um dos grupos de maior risco sinalizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Há uma tendência de aumento no número de mortos de acordo com a faixa etária. Não há uma diferença expressiva entre os gêneros, havendo pouca variação entre e nas faixas etárias.

Em um dos piores momentos da pandemia no estado, em janeiro de 2021, foram vividos dias de terror pela população com o sistema de saúde pública colapsando e a falta de cilindros mecânicos de oxigênio nos hospitais. Com o surgimento de novas variantes, presenciou-se uma onda de aumento de casos da doença e de óbitos, o que desestruturou progressivamente os sistemas público e privado de saúde, causando um aumento da demanda por leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI) que já apresentavam um quadro de superlotação (LAVOR, 2021). Contudo, a falta de cilindros de oxigênio foi o ápice para o desespero de familiares e as equipes médicas, causando comoção nacional e internacional.

Sem a disponibilidade de cilindros de oxigênio, responsáveis pela manutenção da sobrevivência dos internados pela doença, ocorreram diversos óbitos por asfixia nos hospitais. Com a escassa oferta de oxigênio mecânico, as equipes médicas adotaram um protocolo de escolha de pacientes que usariam os cilindros, utilizando como critério quais dos pacientes teriam mais chances de sobreviver com o uso do oxigênio mecânico (BARRETO, 2021; LAVOR, 2021). Até o momento, ninguém foi oficialmente responsabilizado, apesar da existência de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 2021.

No estado, os primeiros casos confirmados da doença ocorreram na cidade de Manaus, tendo em vista a sua demografia, o seu papel na hierarquia urbana da região e alto fluxo de pessoas que transitam pela cidade. No estado, diferente de outras regiões do país, o transporte fluvial tem papel central na dinâmica da mobilidade da população e, em muitos casos, é a única possibilidade de transporte para se chegar em algumas áreas, como em comunidades ribeirinhas e indígenas.

Como detalhado a seguir, o Mosaico do Baixo Rio Negro está inserido neste contexto de colapso dos sistemas de saúde, onde a mobilidade espacial da população ocorre principalmente pelo transporte fluvial. Mobilidade que é responsável pela expansão territorial da COVID-19 e, concomitantemente, uma das estratégias para atenuar as vulnerabilidades das populações tradicionais.

Materiais e Métodos

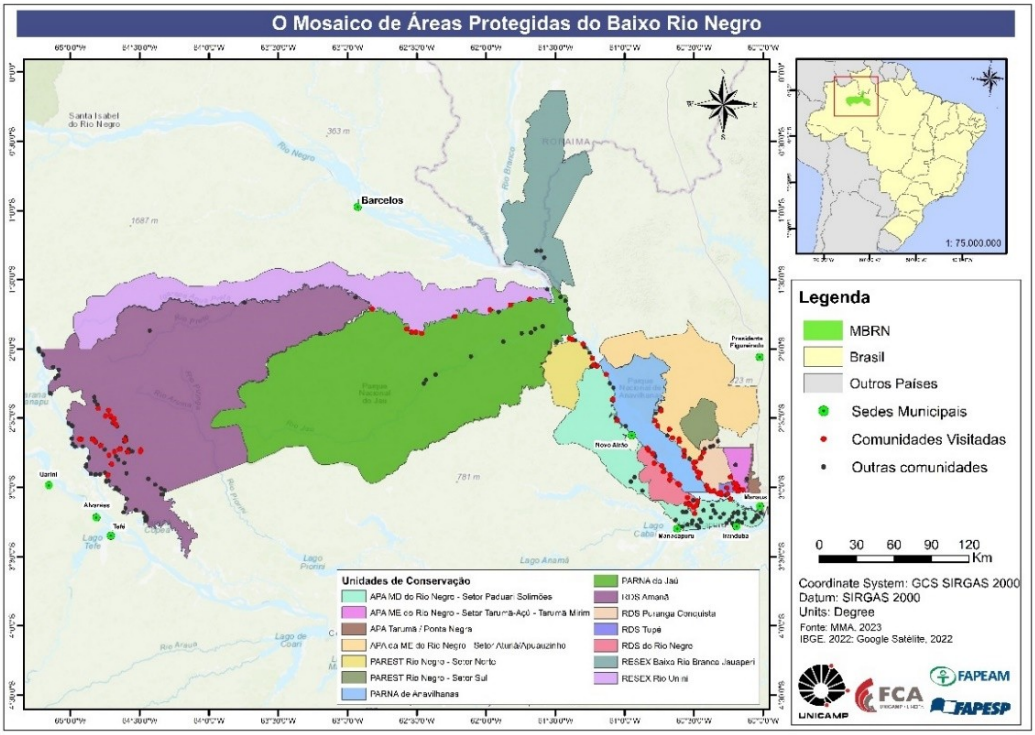
O Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN) foi criado em 2010 por meio da portaria n°483 (BRASIL, 2010).

Atualmente, conta com 15 UCs (14 no estado do Amazonas e uma no estado de Roraima) de diferentes categorias de manejo dos recursos naturais. Somando mais de oito milhões de hectares, o MBRN é composto por dois Parques Nacionais (PARNA), duas Reservas Extrativistas (RESEX), quatro Áreas Protegidas (APA), dois Parques Estaduais (PAREST), um Parque Municipal e quatro Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Está localizado entre dois centros importantes na rede urbana da região, sendo Manaus no extremo Leste e Tefé no extremo Oeste, cidades que polarizam grande parte dos fluxos entre as comunidades e as áreas urbanas, principalmente, pela oferta de serviços de saúde, bancário, comércio e educação. Outras cidades como Novo Airão, Iranduba, Manacapuru e Barcelos também possuem relevância no cotidiano das populações (Figura 1).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, a população residente no MBRN é da ordem de 100 mil habitantes. Desse total, cerca de 76% localizam-se nos eixos urbanos da região de Manaus, no extremo Leste do Mosaico, sobretudo nas APAs urbanas que são ocupadas por bairros e distritos que possuem uma morfologia semelhante ao encontrado nas cidades (IBGE, 2016).

Figura 1: Localização das áreas de estudo (o MBRN e a calha do rio Negro)



Fonte: Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas Elaborado pelos autores, 2023

Para além dessa ocupação urbana, a população do MBRN está distribuída ao longo de mais de 250 comunidades geralmente localizadas às margens dos principais rios da região (Negro, Solimões, Jaú, Unini, Cuieiras, entre outros) (ALVES; PEREIRA, 2023). Tais comunidades são dispersas, pouco adensadas em população e infraestruturas, como a Figura 2 e a Figura 3 exemplificam.

Figura 2: Comunidade Pagodão às margens do rio Negro (RDS Puranga Conquista).



Fonte: Acervo dos autores, 2022. (Imagem capturada por drone)

Figura 3: Comunidade São Sebastião do Repartimento às margens do rio Coraci (RDS Amanã)



Fonte: Acervo dos autores, 2022. (Imagem capturada por drone).

O trabalho de campo consistiu na aplicação de surveys nas comunidades do MBRN. Foram aplicados três modelos de questionários, sendo um com as lideranças comunitárias sobre aspectos mais gerais como infraestruturas, mobilidade, saúde e gestão da comunidade. Outros dois modelos foram aplicados com os (as) chefes de cerca de 30% do total de residências de uma comunidade. Esses questionários tinham como foco captar dados sobre migração e deslocamentos para a cidade, economia doméstica, ciclo familiar, produção e atividades geradoras de renda. Os questionários foram baseados no Sistema de Monitoramento Demográfico e Econômico (SIMDE) realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), parceira institucional do projeto de pesquisa.

O saldo do trabalho de campo foi um montante de 105 questionários aplicados com as lideranças comunitárias e 581 questionários aplicados com moradores distribuídos entre 326 residências. Adicionalmente, foram captadas imagens e vídeos de drone de parte das comunidades visitadas[1].

Para o estudo da mobilidade espacial da população em relação à incidência de COVID-19, utilizamos dados de campo coletados entre fevereiro e maio de 2022 nas 105 comunidades tradicionais do MBRN para as quais dispomos de dados sobre Covid-19: 60 comunidades na calha do rio Negro; 45, na área de influência de Tefé. A análise está organizada em dois níveis: em um primeiro momento, trabalhamos no recorte das comunidades para uma análise contextual da mobilidade espacial da população e dos

[1] As informações do material de divulgação das imagens pode ser acessado em: https://figshare.com/account/projects/160376/articles/22179338

casos da doença no Mosaico, a partir dos questionários aplicados às lideranças comunitárias.

Na sequência, nos voltamos para a perspectiva dos indivíduos, 581 homens e mulheres chefes entrevistados de forma amostral (amostra aleatória de 30% dos domicílios) em 22 comunidades na calha do rio Negro. O recorte individual se aplica aqui pois é uma região com intensa mobilidade da população devido sua aproximação com Manaus e outros centros urbanos, tendo uma mobilidade cotidiana mais expressiva. Nossa amostra de comunidades cobre as principais extensões ocupadas no Mosaico, permitindo perceber eventuais as particularidades de cada uma de suas porções.

Para a análise por comunidades, utilizamos as variáveis levantadas em campo: número de casos de COVID-19 na comunidade, número de residências, número de migrantes, presença de posto de saúde, tratamentos de saúde recebidos e cuidados tomados na prevenção e tratamento da doença. Procedemos teste estatístico descritivo, calculando o coeficiente de correlação de Pearson com intervalo de confiança de 95%. Correlações iguais ou superiores a 0,70 foram consideradas fortes; entre 0,50 e 0,69, moderadas; entre 0,30 e 0,49, fracas (CHEN; POPOVICH, 2002).

Para a análise por chefes (as) das residências, utilizamos as variáveis: número de casos de COVID-19 nos chefes (as), número de residências, distância aos centros urbanos, vínculo familiar, frequência do deslocamento para a cidade, migração e motivos de mobilidade. Partindo de análises descritivas, foram selecionadas as variáveis distância de Manaus, razão do número de casos de COVID-19 por número de casas na comunidade e o número de

famílias que retornaram à comunidade nos últimos cinco anos para análise. Dado a limitação pelo tamanho amostral e os baixos valores de correlação, optou-se pela análise de dispersão dafunção *stat_ellipse* do pacote *ggplot* do R (WICKHAM, 2016). A função gera uma visualização dos dados para avaliar a relação entre duas variáveis bidimensionais por meio de uma elipse de confiança de 95%. A orientação, tamanho e forma da elipse fornecem informações sobre a dispersão, correlação e variabilidade dos dados. Uma elipse circular indica uma distribuição simétrica e sem correlação, enquanto uma alongada sugere correlação. O tamanho da elipse indica a variabilidade dos dados, sendo maior quando há mais variação em torno da média.

A expansão territorial da COVID-19 no MBRN

Considerando o contexto socioespacial em que o MBRN está localizado e a crise de saúde pública no estado do Amazonas surgida com o agravamento da pandemia de COVID-19, entender suas consequências em Unidades de Conservação se torna fundamental.

Estratégias de proibição da mobilidade em UCs foram adotadas visando conter o avanço da doença no território (SIMONETTI, NASSAR, JESUS, 2022). O MBRN possui UCs federais, estaduais e municipal estando cada uma condicionada às portarias estabelecidas por cada um desses entes. No nível Federal, a primeira portaria que proibia a visitação nas UCs foi divulgada em março de 2020 (nº227), contudo, ela foi revogada apenas cinco meses depois pela portaria de nº890 no final do mês de agosto do mesmo ano (BRASIL, 2020ª; 2020b).

Já no nível estadual, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) do Amazonas, também publicou uma portaria em março de 2020 que limitava o acesso às Unidades de Conservação da região, estratégia que visava diminuir a expansão da COVID-19 no território, sobretudo, para as comunidades rurais. A medida suspendia por um prazo indeterminado a realização de pesquisas, filmagens, visitas e eventos de qualquer natureza, além da realização presencial de reuniões comunitárias, encontros com os gestores das Ucs e reuniões de conselhos (AMAZONAS, 2020). Em 2021, a portaria foi atualizada de modo a permitir a operações sanitárias de controle e combate da COVID-19 (AMAZONAS, 2021).

As portarias consistiram em importantes instrumentos para a redução e contenção dos fluxos de visitantes nas UCs, já que são áreas em que o turismo está em franca expansão e, consequentemente, atrai um crescente contingente populacional (SIMONETTI, NASSAR, JESUS, 2022). Entretanto, dado o contexto socioespacial da região e o papel da mobilidade espacial no cotidiano das populações tradicionais, os moradores das comunidades continuaram indo aos centros urbanos no período da pandemia para realização das atividades bancárias, comércio e questões referentes à saúde familiar. Como apresentado a seguir, essa dinâmica intrínseca ao cotidiano influenciou no aumento de casos de COVID-19 no território.

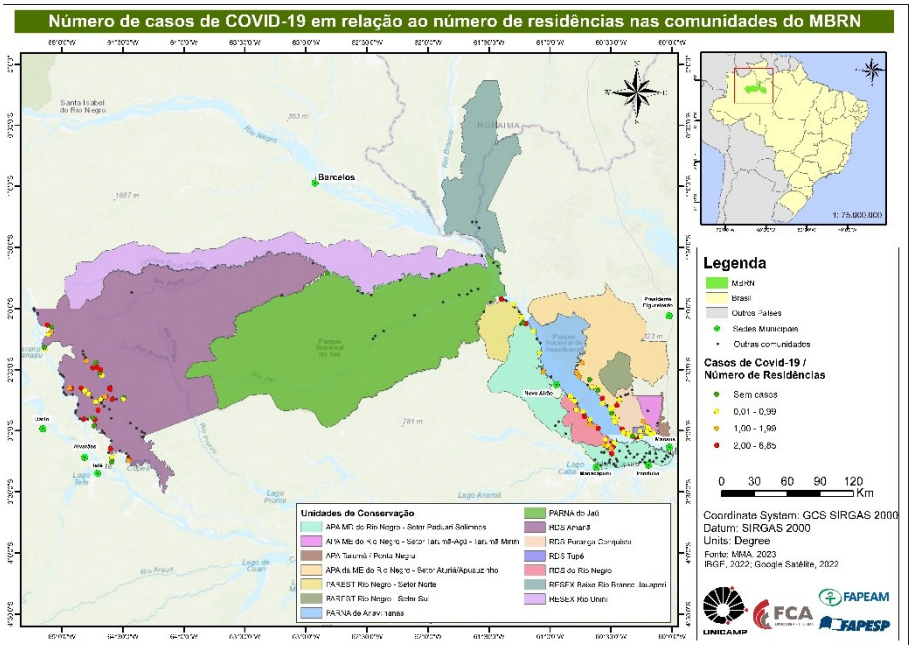
> Os governos estadual e municipal [e federal], por meio de decretos e ações, com o intuito de impedir o alastramento da doença e, em consequência disso, as mortes causadas pela COVID-19, estabeleceram diversas estratégias de enfrentamento. Dentre elas, destacam-se a suspensão de serviços não essenciais, das atividades escolares e do transporte de passageiros; uso obrigatório de máscaras; toque de recolher; barreiras nas entradas e saídas

> municipais; suspensão de eventos públicos e outras. Todas essas ações tentaram reduzir a circulação da população e manter o isolamento social, sem muito sucesso no Amazonas. (SIMONETTI, NASSAR, JESUS, 2022, p.58).

Levando em conta os questionários aplicados em 105 comunidades, sendo 60 na calha do Rio Negro e 45 na área de influência de Tefé constatamos que houve dispersão de casos por toda a área de estudo, sendo que em 88 comunidades as lideranças entrevistadas relataram a ocorrência de casos – contra 17 comunidades em que casos não foram relatados (Figura 4). O número declarado de pessoas com COVID-19 foi de 4.043 e o de óbito, 25. Destacamos que esses números são estimados pelos entrevistados, não correspondendo a estatísticas oficiais dado que a testagem não estava necessariamente disponível a todos e não há dados desagregados na escala na qual estamos analisamos.

Buscando identificar os elementos que possam ter afetado a distribuição dos casos, verificamos que é fraca a correlação entre número de casos da doença e o número de residências permanentes em uma comunidade (0,43), contrariando a expectativa de que em comunidades maiores – as quais se concentram no entorno de Manaus – a incidência fosse proporcionalmente maior. Não há correlação entre número de migrantes (entradas e saídas) e o número de casos de COVID-19 nas comunidades – correlações próximas a zero – o que sugere que a mobilidade de famílias, com mudança de endereço, não contribuiu para a disseminação da doença

Figura 4 – Mapa com a distribuição da covid por comunidade.



Fonte: Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas Elaborado pelos autores, 2023.

É pertinente notar, no entanto, que uma parte daqueles que chegaram às comunidades vindos das cidades nos últimos anos tem por justificativa "fugir da Covid". Por fim, separando as comunidades entre aquelas que possuem posto de saúde ou similar (23 comunidades) e as que não possuem posto de saúde (82), computamos que a incidência de casos foi muito próxima nos dois grupos.

As constatações anteriores reforçam a impressão de que a disseminação da doença foi generalizada. Há, no entanto, algumas diferenças entre os dois extremos da ocupação territorial. Na área de Influência de Tefé (RDS Amanã) menos comunidades foram afetadas, contudo há uma maior incidência da doença. Já na região

do baixo rio Negro mais comunidades foram afetadas, mas com uma menor incidência da doença.

Considerando apenas as comunidades da RDS Amanã, encontramos forte correlação positiva (0,79) entre o número de casos de COVID-19 e o número de residências na comunidade. Ou seja, na área de influência de Tefé, as comunidades maiores são aquelas com maior número de casos, ainda que o percentual de pessoas contaminadas em uma comunidade não dependa do número total de residentes. Isso não se verifica com os dados das comunidades na calha do Rio Negro, região em que o tamanho de uma comunidade não está correlacionado nem com a quantidade de casos e nem com a proporção da população contaminada.

É possível que tal diferença decorra de problemas com o dado coletado em associação com características particulares desses dois extremos do Mosaico. Em relação à qualidade do dado, pode ter havido grande sub-enumeração no relato dos casos de COVID-19 uma vez que algumas comunidades reúnem centenas de casas e, num contexto bastante precário de testagem, se torna difícil ao líder comunitário ter um controle mais preciso.

Tal fato se associa às especificidades de cada sub-região. As comunidades na área de influência de Tefé são menores e ocupadas por poucas famílias - há comunidades em que só uma família reside. Adicionalmente, as comunidades estão mais distantes dos centros urbanos da região em comparação com as comunidades na calha do rio Negro.

Outro diferencial diz respeito à conexão das comunidades à rede urbana e a centralidade das cidades no entorno. Enquanto no extremo Oeste o principal centro de referência é Tefé, uma cidade de influência microrregional; na porção Leste, a cidade de Manaus

exerce grande poder de influência, o qual se combina às atratividades de centros menores como Iranduba, Manacapuru e Novo Airão. A proximidade das comunidades do setor Leste do MBRN com esses outros centros de referência pode estar impactando diferentemente no acesso a serviços e condições de saúde da população já que, comparado com o setor Oeste do Mosaico, as comunidades estão mais próximas desses centros, parte delas contendo acesso fluvial e terrestre.

Em estudo realizado por Da Silva e colaboradores (2020) com moradores da RDS Amanã, foi observado que a pandemia causou impactos negativos nas cadeias produtivas locais, nos hábitos alimentares da população, na mobilidade espacial e na economia familiar. Os impactos foram impulsionados pela ausência do poder público na região para dar subsídio às populações que já apresentavam vulnerabilidades socioeconômicas. Apesar desse cenário, estratégias de auto-organização nas comunidades foram adotadas pelas comunidades para atenuar a transmissão do vírus e os impactos negativos da doença: redução no número de viagens para os centros urbanos; não recebimento de pessoas externas à comunidade; redução no número de pessoas que viajavam para os centros urbanos. Adicionalmente, o morador que fosse para a cidade, comprava itens e produtos necessários a pedido de outros moradores. As estratégias foram adotadas para tentar conter a disseminação do vírus no interior das comunidades, haja vista que as atividades rotineiras das comunidades continuaram a acontecer, o que dificultava a manutenção do isolamento social.

Quando perguntados sobre os cuidados em relação à COVID-19, a tônica dos relatos dos líderes comunitários entrevistados na RDS Amanã foi a inexistência de apoio do Estado. Apenas sete

entrevistados espontaneamente manifestaram o recebimento de algum tipo de apoio/serviço público (incluindo vacinas, apoio de UBS e visitas de agentes de saúde); 17 manifestaram que ONGs e organizações comunitárias forneceram materiais e insumos para cuidados preventivos (tais como álcool em gel, máscaras, produtos de limpeza); outros 7 informaram terem tomado medidas preventivas como o isolamento, mas não mencionaram qualquer apoio externo. Em relação ao uso de medicamentos, 27 lideranças informaram o uso dos mais variados tipos de remédios caseiros e chás – tais como chá de alho, limão, jambu, mel, mangarataia – sendo que em 16 casos houve algum tipo de associação com remédios prescritos por médicos ou consumidos por conta própria (amoxilina, ivermectina, azitromicina, cloroquina, predinizona, dexametasona, paracetamol).

Já nas 60 comunidades consideradas na calha do Rio Negro, verificamos um padrão distinto nas respostas das lideranças comunitárias. Alguma forma de apoio/serviço público de saúde foi manifestada por 21 deles, incluindo 15 referências à vacinação/imunização – aspecto pouco mencionado no Amanã. Medidas preventivas, incluindo o uso de máscaras e de álcool gel fornecidos também por organizações não-governamentais foram mencionadas 26 vezes (43%), número mais expressivo que o verificado no Amanã. Em contrapartida, em uma menor parcela de comunidades houve menção aos remédios naturais (10) e a medicamentos industrializados (8). Em sete comunidades, medidas de isolamento e o fechamento da reserva foram mencionados. Apesar do número de comunidades que mencionaram o isolamento ser idêntico ao registrado no Amanã, ele representa uma proporção menor de comunidades no conjunto das visitadas por nós (12% no

Rio Negro; 27% no Amanã). Nove lideranças explicitamente mencionaram que nada foi feito, destacando a inexistência de apoio governamental na gestão da crise, principalmente em sua primeira fase.

Buscando entender melhor a dinâmica sócioterritorial imposta pela COVID-19, sobretudo em relação aos efeitos da organização espacial e da mobilidade espacial da população, aprofundamos nosso estudo na região do baixo rio Negro onde possuímos dados na escala do domicílio, trazendo outros elementos para a discussão, os quais ajudam a entender melhor as especificidades espaciais.

COVID-19 e a mobilidade espacial da população no baixo rio Negro

Tendo como recorte espacial de análise a região do baixo rio Negro, os resultados demonstram que a pandemia da COVID-19 afetou significativamente a mobilidade, a saúde e a economia doméstica. Como já apontado, em todas as 64 comunidades visitadas na região foram mencionados tanto pelas lideranças locais, quanto pelos moradores, a ocorrência de casos de contágio pelo vírus. Foi relatado que, comumente, um morador do domicílio ou da comunidade apresentava os sintomas da doença e após alguns dias outros membros apresentavam sintomas semelhantes. A Tabela 2 indica o número de pessoas que contraíram COVID-19 dentre os (as) chefes (as) entrevistados (n=581).

Tabela 2: Número de entrevistados (as) que contraíram COVID-19

Nome da Comunidade	Número de casas entrevistadas	Contraiu COVID-19?			
		Sim	Não	Sem Informação	Incidência
Aracari	10	12	7		1,20
Bela Vista (Jaraqui)	36	30	29	1	0,83
Bom Jesus do Paduari	17	30	1		1,76
Castanho	6	2	10		0,33
Lindo Amanhecer (Lago Mipindiau)	11	8	11		0,73
Mirapinima	5	2	5		0,40
Nossa Senhora de Fátima	9	12	4	1	1,33
Nossa Senhora do Livramento	34	37	22	3	1,09
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	18	21	11		1,17
N. Sra. Perpetuo Socorro do Tumbira	8	13	2		1,63
Nova Canaã (Lago Aruaú)	16	15	11		0,94
Nova Esperança (Rio Apuaú)	12	16	7		1,33
Nova Esperança (Rio Cuieras)	12	20	3		1,67
Pagodão	10	9	8		0,90
Paricatuba	29	22	24	3	0,76
Santa Maria	19	23	10		1,21
São Francisco do Bujaru	19	16	18	1	0,84
São Francisco do Igarapé do Chiita	10	9	9		0,90
São Sebastião do Saracá	9	11	5		1,22
Sobrado	7	5	8		0,71
Três Unidos (Rio Cuieras)	7	13		1	1,86
XV de Setembro	22	11	29		0,50
Total	**326**	**337**	**234**	**10**	1,03

Fonte: Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas Elaborado pelos autores, 2023.

A maioria dos entrevistados afirmaram que contraíram COVID-19 até a data da entrevista (fevereiro e março de 2022), o que representa 58% do total, enquanto 234 entrevistados indicaram que não se contaminaram (40,2% do total). Contudo, embora os resultados demonstrem a transmissão do vírus entre os residentes

das comunidades, nem todos os moradores foram oficialmente diagnosticados, pois não havia testes suficientes disponíveis para atender a demanda. A temporalidade da coleta pelo poder público não possibilitou o diagnóstico completo da expansão do vírus no território.

Portanto, mesmo que mais de 50% da população entrevistada tenha indicado que foi contaminada pelo vírus, há uma subnotificação dos casos de COVID-19 nas comunidades, semelhante ao que foi relatado em diversas cidades do país, como já mencionado anteriormente. Estima-se que no auge da pandemia a subnotificação de mortalidade em Manaus foi de três vezes maior do que foi notificado (ORELLANA, 2022).

Nos domicílios entrevistados, em média mais de um morador foi contaminado por pelo menos uma vez, além de ter sido relatado óbitos derivados da evolução do quadro clínico da doença. Ressalta-se que antigas lideranças comunitárias da região foram à óbito, o que gerou uma comoção na população em toda a região.

Vale reforçar que as comunidades do baixo rio Negro estão inseridas em uma rede urbana complexa, estando próximas de diversas cidades como Manaus, Manacapuru, Novo Airão e Iranduba. Essa proximidade influencia diretamente no adensamento populacional (comunidades mais próximas a esses centros são mais adensadas e tendem a ter mais infraestruturas) e na mobilidade espacial da população, já que essa proximidade pode permitir um deslocamento mais facilitado, inclusive por vias terrestres.

Já em relação às cidades nas quais a população se desloca, destacam-se respectivamente Manaus, Novo Airão, Manacapuru e

Iranduba, conforme pode ser observado na Tabela 3 que apresenta os deslocamentos de chefes (as) dos domicílios.

Tabela 3: Mobilidade espacial dos chefes (as) dos domicílios entrevistados

Nome da Comunidade	Para qual cidade se desloca?							
	Iranduba	Manacapuru	Manaus	Novo Airão	Outros	Missing	Total Geral	Não vão à cidade
Aracari		4	11	3	1		19	
Bela Vista (Jaraqui)	2	10	27	11	1	2	53	7
Bom Jesus do Paduari		5	19	2	0	1	27	4
Castanho		3	6	1	1		11	1
Lindo Amanhecer (Lago Mipindiau)		4	10	1	1	1	17	2
Mirapinima	1		5		0		6	1
Nossa Senhora de Fátima			12	4	0		16	1
Nossa Senhora do Livramento	5	15	29	10	0	1	60	7
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro		4	21	7	0		32	1
Nossa Senhora do Perpetuo Socorro do Tumbira		1	9	1	2	2	15	
Nova Canaã (Lago Aruaú)		4	11	7	0		22	4
Nova Esperança (Rio Apuaú)	1	3	12	5	0	1	22	2
Nova Esperança (Rio Cuieras)		2	13	7	1		23	
Pagodão		2	9	2	0		13	4
Paricatuba	1	3	25	14	0	2	45	4
Santa Maria	3	3	16	7	0	3	32	2
São Francisco do Bujaru	2	5	16	5	2	2	32	3
São Francisco do Igarapé do Chiita		3	9	4	0	1	17	1
São Sebastião do Saracá		4	3	5	1		13	3
Sobrado		3	7	2	1		13	
Três Unidos (Rio Cuieras)		4	5	2	1		12	2
XV de Setembro	1	8	16	9	2		36	4
Total	16	90	291	109	14	16	536	53

Fonte: Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas Elaborado pelos autores, 2023

Por concentrar um maior número de serviços especializados, equipamentos públicos e privados diversos e expressividade econômica no estado, Manaus concentra parte expressiva dos deslocamentos mensais da população.

Em relação à mobilidade espacial da população, foi constatado que a pandemia impactou na mobilidade dos comunitários, sobretudo no que se refere aos deslocamentos às principais cidades da região. Houve uma redução no número e na frequência de viagens para a cidade durante a pandemia. Dos 581 comunitários entrevistados, 72% afirmaram que diminuíram o número de viagens, 12% mantiveram o padrão anterior à COVID-19 e 10% permaneceram indo pouco para a cidade. De modo geral, as viagens continuaram a ocorrer impulsionadas pela necessidade de comércio, principalmente pela compra de produtos, serviços bancários e pela busca por tratamentos médicos, atividades que são parte do cotidiano dos comunitários, cada vez mais dependente dos centros urbanos para acesso a bens e serviços.

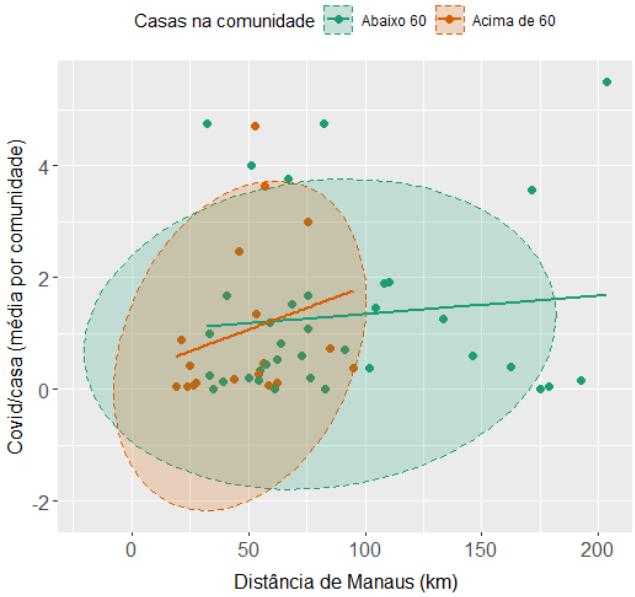
O número de visitas à cidade que mais frequentou no ano indica que a frequência de deslocamento urbano impacta o contágio da COVID-19 somente quando passa a ocorrer muito ocasionalmente. Dos 46 moradores que realizam o deslocamento semestralmente ou anualmente, a proporção de moradores com COVID-19 foi de 43%. A maioria, no entanto, realiza deslocamentos urbanos mais frequentemente - dos 508 moradores, 67% realiza mensalmente e 14% quinzenalmente. O contágio da doença neste grupo foi de 61%, independentemente do padrão de mobilidade – diário, semanal, quinzenal ou mensal. Por um lado, estes dados evidenciam a mobilidade urbana como um elemento central no contágio da doença, na medida em que sua ausência ou quase, a

chance de contágio se reduz. Por outro lado, não é suficiente para complementar o retrato sobre o universo da transmissão do vírus.

A acessibilidade à cidade incorpora outros elementos para a compreensão, explicitando como a distância entre a comunidade e os centros urbanos amplia o entendimento dos processos envolvidos no contágio da COVID-19. Os moradores que contraíram a COVID-19 estão a 5,4 horas da cidade, em média, enquanto quem não contraiu está a 4,4 horas, supostamente com melhor acesso aos centros urbanos. A distribuição dos dados sugere que a chance de contágio seja menor em comunidades mais próximas ou de maior acessibilidade. Para melhor compreender essa possível associação, comparamos como esta correlação varia entre comunidades as comunidades mais populosas e menos. A partir do gráfico de dispersão considerando a distância linear[2] a capital Manaus, o principal centro urbano na região, e a razão de casos de COVID-19, reforça-se que o tamanho das comunidades e seu papel na rede urbana local são componentes relevantes na exposição à doença (Gráfico 2).

Gráfico 2: Razão entre casos de Covid-19 e distância da cidade de Manaus.

[2] A distância linear utilizada é uma opção metodológica adotada pelos autores para fins comparativos. A mobilidade da população ocorre sobretudo nos rios que não se expressam de forma retilínea em relação à Manaus.



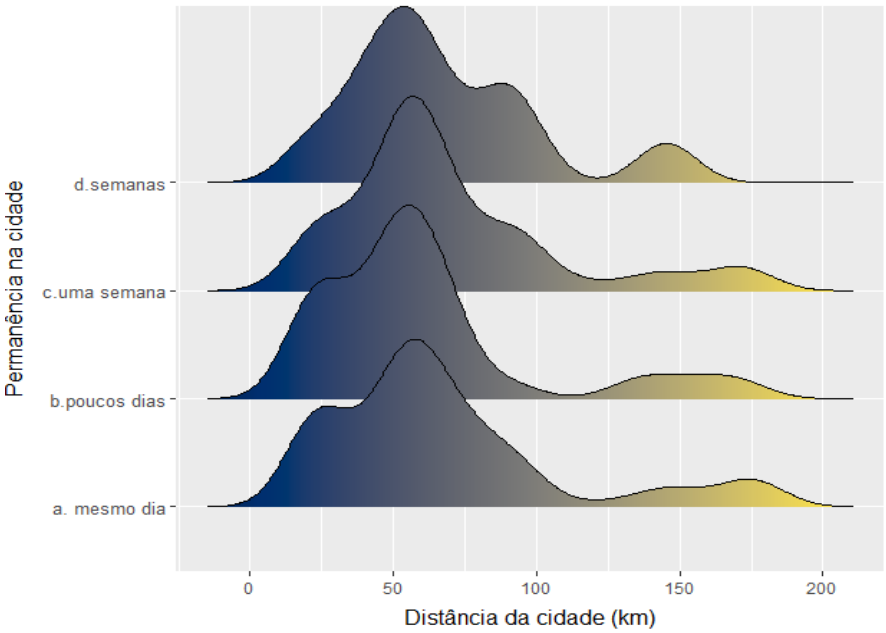
Fonte: Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas Elaborado pelos autores, 2023.

As elipses de correlação representam o agrupamento das comunidades por tamanho, calculado com base no número de casas. O gráfico aponta para uma ausência de correlação entre a distância e a COVID-19 naquelas comunidades com menos de 60 casas, apresentando uma elipse circular e grande. Nas comunidades mais populosas, o gráfico sugere haver uma correlação com uma elipse mais alongada e estreita, prevalecendo a relação de maneira linear em um raio de até 100 km de Manaus.

O Gráfico 3 representa a associação entre a distância da cidade e o tempo de permanência no centro urbano de destino. Os gráficos de densidade ilustram a distribuição espacial em cada grupo de tempo de permanência na cidade. Os resultados mostram que quem permanece pouco ou retorna no mesmo dia tende a estar a uma distância menor entre sua comunidade e a cidade. Aqueles que prolongam sua estadia em uma ou mais semanas possuem

curvas de densidade se aproximando de uma simetria à esquerda, incorporando as maiores distâncias. Sugere-se, portanto, que quem reside mais distante dos centros urbanos tende a ter um tempo de deslocamento maior, permanecendo mais tempo na cidade antes de seu retorno, logo tendo mais tempo de exposição ao vírus.

Gráfico 3: Tempo de permanência na cidade e distância da cidade que mais frequenta.



Fonte: Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas Elaborado pelos autores, 2023.

Adicionalmente, os resultados indicaram que as redes afetivas possuem um papel importante na dinâmica da mobilidade da população. Quando necessitam ficar mais de um dia na cidade, a casa de familiar (filhos, tios e primos) é a referência principal, seguida da casa de amigos. Alguns comunitários possuem uma segunda residência na cidade, apesar de morar grande parte do tempo na comunidade, configurando situações de multilocalidade.

Por fim, ao permanecerem na cidade para a realização de afazeres (saúde, compras, vendas e atividades bancárias), o tempo contínuo de exposição aumenta, e os resultados indicam que o tempo de permanência na cidade parece ter maior efeito nos casos de COVID-19 do que a frequência das viagens.

Considerações Finais

Neste artigo, analisamos o papel da mobilidade espacial da população na propagação da COVID-19 no território e, concomitantemente, o seu papel quanto resposta à vulnerabilidade das populações tradicionais. Utilizamos o Mosaico do Baixo Rio Negro, localizado na região norte do país, como estudo de caso por estar inserido em um contexto ímpar na história recente, principalmente, pelo momento caótico vivido pelos amazonenses na crise dos sistemas de saúde no estado.

Utilizando uma metodologia multiescalar, os resultados apontaram para especificidades regionais no MBRN, dada a sua grande extensão territorial e sua localização geográfica entre dois principais rios da Amazônia (Negro e Solimões) e centros urbanos importantes na rede urbana regional (Manaus e Tefé). Essas especificidades dizem respeito ao número de casos de COVID-19, métodos de tratamento e prevenção da doença, presença do poder público nas comunidades e a densidade demográfica.

As políticas governamentais de fechamento das Unidades de Conservação para visitantes externos (não residentes) para salvaguardar a saúde da população, mostram-se insuficiente para conter o contágio pela doença. Isto ocorre, pois na formulação da política, não foi considerada a dinâmica de mobilidade interna e

externa dos próprios residentes, um dos elementos que justificam os casos da doença nas comunidades, independente da distância geográfica. Portanto, a proibição de entrada nas UCs do MBRN para a contenção da expansão do vírus no território, não foi acompanhada de política de assistência para atender as demandas da população das comunidades, fazendo com que a mobilidade para a cidade ainda fosse necessária, mesmo que esta tenha sido reduzida se comparado com o período pré-pandêmico.

O artigo lançou luz para um tema ainda pouco explorado na literatura pela falta de dados desagregados tanto no nível das comunidades tradicionais, quanto no de residências. Os dados agregados por municípios, apesar de serem úteis para a formulação de políticas de combate à COVID-19 e atenuação das vulnerabilidades, não são capazes de entender os impactos da doença para as populações tradicionais historicamente mais vulneráveis e, portanto, acabam sendo (mais) invisibilizadas e não atendidas. Espera-se com esse texto contribuir para a discussão sobre a organização do cotidiano nas comunidades ribeirinhas da Amazônia e os impactos causados pela pandemia para pensarmos caminhos possíveis para um melhor bem viver.

Agradecimentos

Projeto Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas Processo nº 2020/08242-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº 01.02.016301.00266/2021, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVÍL (ANAC). **Dados estatísticos: número de voos e passageiros nacionais e internacionais**. 2020. Disponível em: https://www.anac.gov.br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos. Acessado em: 22 maio 2023.

ALEIXO, N. C. R; et al. Au long des voies navigables : mobilité et évolution du COVID-19 dans l'État d'Amazonas. **CONFINS (PARIS)**, p. 1-27, 2020

ALVES, J.D.G.; PEREIRA, H.C. **Populações Tradicionais e os efeitos das Mudanças Climáticas no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN)**. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, 2023.

AMAZONAS. Secretária de Estado do Meio Ambiente**. Portaria SEMA nº 32, de 17 de março de 2020.** Proíbe o acesso e a promoção de eventos, encontros, filmagens etc. às unidades de conservação de caráter estadual. Manaus, 2020. Disponível em: http://meioambiente.am.gov.br/wpcontent/uploads/2020/03/Portaria-N.-32.2020-Emergencial-Covid-19-4.pdf Acessado em: 01/05/2022

AMAZONAS. Secretária de Estado do Meio Ambiente**. Portaria SEMA n° 12, de 10 de fevereiro de 2021**. Reforça os decretos anteriores, permitindo a visitação sanitária. Disponível em: https://www.transparencia.am.gov.br/wpcontent/uploads/2021/02/PORTARIA-n.-012-2021-SEMA.pdf. Acessado em: 13 out.2022.

BARRETO, I. C. H. C. et al. Colapso na saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 1126-1137, 2021.

BECKER, B. **A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013

BRASIL. **Covid-19: Painel Coronavírus.** 2023. Atualizado em 13/03/2023. Disponível em: https://covid.saude.gov.br. Acessado em: 13/03/2023

BRASIL. **Portaria Nº 227, de 22 de março de 2020**. 2020a. MMA & ICMBio: Suspende por tempo indeterminado a visitação pública em UCs federais. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-227-de-22-de-marco-de-2020-249490867. Acessado em: 13 mar.2023.

BRASIL. **Portaria Nº 890, de 25 de agosto de 2020**. 2020b.MMA & ICMBio: Permite a reabertura da visitação pública nas Unidades de Conservação Federais. Disponível em: https://biblioteca.mpsp.mp.br//phl_img/portal/blegis/blegis_16ago2020.html. Acessado em: 13/03/2023

CHEN P.Y.;, POPOVICH P.M. *Correlation: Parametric and nonparametric measures* **Sage Publications (No. 139),** 2002

CÔRTES, JC.; ALVES, JDG.; CORRÊA, HP. D'ANTONA, AO. **Rede urbana na Amazônia e vulnerabilidades de populações tradicionais: desigualdades no contexto da gestão de áreas protegida**. In X Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población , Valparaíso, Chile. 2022

CRODA, J. H. R; GARCIA, L. P. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. **EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE**, v. 29, 2020.

DA SILVA, R. J., et al. Impactos da COVID-19 nas cadeias produtivas e no cotidiano de comunidades tradicionais na Amazônia Central. **Mundo Amazónico**, 75-92, 2020. http://dx.doi.org/10.15446/ma.v11n2.88436.

DIDIER, K. et al. O mosaico do baixo Rio Negro e o seu Plano de Monitoramento. In: DIDIER K, ESTUPIÑÁN G.M.B. (editores). 2017. **Plano de Monitoramento do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil**. Wildlife Conservation Society (WCS Brasil) e o Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro, Manaus, Amazonas, Brasil.

FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO AMAZONAS (FVS). **Painel COVID-19 do Amazonas: Atualizado em 09/09/2022**. Disponível em: http://www.saude.am.gov.br/painel/corona/. Acesso em 22 fev. 2023.

LAVOR, A. Amazônia Sem Respirar: Falta de oxigênio causa morte e revela colapso em Manaus. **FioCruz: RADIS**, fev 2021. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/46768/AmazôniaSemRespirar.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acessado em: 23/08/2022

MACHADO, M.L.; FREITAS, R. O primeiro ano de pandemia no Brasil em 43 eventos. **Nexo Jornal**. 2021 Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2021/O-primeiro-ano-de-pandemia-no-Brasil-em-43-eventos. Acessado em: 13/03/2023

MESQUITA, A. A.; CAVALCANTE, M. M. A. Gestão e ordenamento territorial na Amazônia brasileira: repercussões e correlações com o cenário da pandemia de COVID-19. **Terra Livre,** [S. l.], v. 2, n. 57, p. 656–684, 2022. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2287. Acesso em: 22 abr. 2023.

MONTE-MÓR, R. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M., SILVEIRA, M.

Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec-Anpur; 1994. p. 169-181.

MUNIZ, E. S. A interiorização da covid-19 na Amazônia: reflexões sobre o passado e o presente da saúde pública. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** 28 (3) • Jul-Sep 2021 • https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000007.

NAVECA, F. G. et al. COVID-19 in Amazonas, Brazil, was driven by the persistence of endemic lineages and P.1 emergence. **NATURE MEDICINE**, v. 25, p. s41591, 2021.

NUNES, M. **O PAPEL DAS ESTRUTURAS TERRITORIAIS NA PROPAGAÇÃO DA COVID-19 NA FRONTEIRA AMAZÔNICA**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Nota Técnica nº25. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ntdirur25.

OLIVAR, J. M. N et al. 'Rio Negro, We care'. Indigenous women, cosmopolitics and public health in the COVID-19 pandemic. **Global Public Health**, 2022, DOI: 10.1080/17441692.2021.1959941

ORELLANA, J. A tripla tragédia epidêmica por covid-19 e a subnotificação de mortes em Manaus. **Reportagem: Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/02/07/analise-a-tripla-tragedia-epidemica-por-covid-19-e-a-subnotificacao-de-mortes-em-manaus. Acesso em: 28 fev.2023.

PADOCH, C., et al. *A. Urban forest and rural cities: Multi-sited households, consumption patterns, and forest resources in Amazonia*. **Ecology and Society**. 200.

PARDINI, R.; et al. COVID-19 pandemic as a learning path for grounding conservation policies in science. **Perspectives in Ecology and Conservation,** v. 19, p. 109-114, 2021.

PORTUGAL. Direção Geral de Saúde. Portugal, 2020. Disponível em: https://covid19.min-saude.pt/

PERROTA, A. P. Serpentes, morcegos, pangolins e 'mercados úmidos' chineses: Uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia,** 2020

REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM-Brasil). **Pan-Amazônia chega à marca de 100 mil mortes por Covid-19.** Disponível em: https://repam.org.br/pan-amazonia-marca-100-mil-covid/. Acesso em: 26 set.2022.

REX, F. E. e al. Spatial analysis of the COVID-19 distribution pattern in São Paulo State, Brazil. **Ciênc. saúde coletiva**, 2020. https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.170820203.

RIBEIRO, S. P.; REIS, A. B. Worldwide COVID-19 spreading explained: traveling numbers as a primary driver for the pandemic. **BIOLOGICAL SCIENCES • An. Acad. Bras. Ciênc,** 2020 https://doi.org/10.1590/0001-3765202020201139 .

SCHOR, T. et al. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de idades e de rede urbana no estado do Amazonas, Brasil.**Revista Eletrônica de Humanidades do curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 9, n. 1, p. 09-35, 2016.

SIMONETTI, S. R.; NASSAR, P. M.; JESUS, J. S. "O turismo parou": a pandemia e as comunidades do Mosaico do Baixo Rio Negro (AM). In: BRASILEIRO, I.; BOUÇAS, D.; COSTA, H.; ALVARES, D. (ORG.). Turismo, Sustentabilidade e Covid-19: entre incertezas e esperanças. 1ed.Brasília: LETS/UnB, 2022, p. 50-71.

VENTURA, D. et al. *Challenges of the COVID-19 pandemic: for a Brazilian research agenda in global health and sustainability*. **Cadernos de Saúde Pública**, 2020.

WICKHAM, H. **ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis.** Springer-Verlag New York, 2016.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). **COVID-19 e áreas protegidas e conservadas**. 2020. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/final_covid_e_areas_protegidas_e_conservadas_logoiucn.pdf. Acessso em: 26 abril.2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **A World at Risk. Annual report on global preparedness for health emergencies Global Preparedness Monitoring Board**. September 2019. Disponível em: https://apps.who.int/gpmb/assets/annual_report/GPMB_annualreport_2019.pdf. Acessso em: 26 abril.2022.

ZORZETTO, R. **Epidemiologia. Novo coronavírus começou a se espalhar no Brasil entre janeiro e fevereiro.** Pesquisa Fapesp, 12 maio 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/novo-coronavirus-comecou-a-se-espalhar-no-brasil-entre-janeiro-efevereiro/>. Acesso em: 26 abril.2022.

Submetido em: 15 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 29 de abril de 2023.
Aprovado em: 01 de maio de 2023.

ALVES, J. D. G.; CÔRTES, J. C.; D'ANTONA, Álvaro de O. Expansão da COVID-19 em Unidades de Conservação na Amazônia: implicações para a mobilidade espacial da população no Mosaico do Baixo Rio Negro. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2933. Acesso em: 22 jul. 2023.

A GEOGRAFIA DA SAÚDE E OS GRANDES ENCONTROS GEOGRÁFICOS NA PANDEMIA

THE GEOGRAPHY OF HEALTH AND THE MAJOR GEOGRAPHIC ENCOUNTERS IN THE PANDEMIC

LA GEOGRAFÍA DE LA SALUD Y LOS PRINCIPALES ENCUENTROS GEOGRÁFICOS DURANTE LA PANDEMIA

João Pedro Pereira Caetano de Lima

Mestrando em Geografia (FCT/Unesp)
E-mail: joao.caetano@unesp.br

Pedro Henrique Rocha

Mestrando em Geografia (FCT/Unesp)
E-mail: pehenrique@id.uff.br

Karolina Cardozo Dias

Estudante de Graduação em Geografia (UFSCar)
E-mail: karolinacardozo@estudante.ufscar.br

Resumo:
Há tempos que a Geografia brasileira vem construindo inúmeras pesquisas em vias de enfrentamento das iniquidades em Saúde, visando promover a Saúde através de diferentes perspectivas. Neste texto, objetivamos expor um pouco da trajetória da Geografia da Saúde durante a pandemia, enfocando em ações em rede de solidariedade, publicações acadêmicas, e muitas outras conquistas. Destarte, analisamos os três grandes encontros para a Geografia da Saúde brasileira: o XX Encontro de Geógrafas e Geógrafos, o XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia e o X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde. Com estas análises buscamos evidenciar quais os temas trabalhados pelas geógrafas e geógrafos que se dedicam à Saúde durante estes dois últimos anos de pandemia, contribuindo para o enfrentamento da doença. Para isso, analisamos todos os trabalhos publicados nos três eventos, sintetizamos os temas-chave trabalhados em figuras contendo uma nuvem de palavras. e observamos, dentre diversas realizações, o teor político que os trabalhos exprimem, buscando trazer soluções para demandas que emanam do mundo real.

Palavras-chave: Geografia da Saúde, COVID-19, Produção Acadêmica, Revisão Bibliográfica, Resistência.

Abstract:
For a long time, Brazilian Geography has been building numerous researches in the way of confronting the Health inequities, aiming to promote Health through different perspectives. In this text, we aim to expose some of the trajectory of Health Geography during the pandemic, focusing on solidarity network actions, academic publications, and many other achievements. Thus, we analyzed the three major meetings for the Brazilian Health Geography: the XX Meeting of Geographers, XIV National Meeting of Graduate Studies and Research in Geography and the X National Symposium on Health Geography. With these analyses, we seek to evidence which themes were worked on by geographers and geographers dedicated to Health during these last two years of the pandemic, contributing to the confrontation of the disease. For this, we have analyzed all the papers published in the three events and observed, among several achievements, the political content that the works express, seeking to bring solutions to demands that emanate from the real world.

Keywords: Health Geography, COVID-19, Academic Production, Literature Review, Resistance.

Resumen:
Hace tiempo que la geografía brasileña viene construyendo numerosas investigaciones sobre formas de enfrentar las inequidades en Salud, buscando promover la Salud a partir de diferentes perspectivas. En este texto, nos proponemos exponer parte de la trayectoria de la Geografía de la Salud durante la pandemia. Además de tejer consideraciones sobre la Geografía de la Salud en la pandemia, analizamos los tres principales encuentros para la Geografía de la Salud brasileña: el XX Encuentro de Geógrafos, el XIV Encuentro Nacional de Posgrado e Investigación en Geografía y el X Simposio Nacional de Geografía de la Salud. Con estos análisis buscamos evidenciar qué temas fueron trabajados por las geógrafas y geógrafos dedicados a la Salud durante estos dos últimos años de la pandemia, contribuyendo al enfrentamiento de la enfermedad. Para ello, analizamos todos los trabajos publicados en los tres eventos y observamos, entre varios logros, el contenido político que los trabajos expresan, buscando aportar soluciones a demandas que emanan del mundo real.

Palabras-clave: Geografía de la Salud, COVID-19, Producción Académica, Revisión Bibliográfica, Resistencia.

Introdução

É nítido que com a emergência em saúde pública posta pela pandemia da COVID-19 diversas áreas do conhecimento buscaram se unir para construir respostas para o avanço e crescimento do vírus no país. Este cenário que se desenhava, era, até então, passível de ser imaginado apenas como uma obra de ficção científica ou de fantasia, pois não parecia algo tangível. Ao menos era o que o senso comum imaginava.

Com a eclosão da pandemia, e consequentemente, mais uma crise na estrutura do sistema capitalista, diversas/os estudiosas/os passaram a tentar compreender o atual contexto e dar luz a trabalhos que apontavam que os cenários "apocalípticos", sobretudo os ligados a questões sanitárias, se faziam mais presentes na história humana do que se imaginavam (MÉNDEZ, 2020; ROCHA et al., 2020).

Como indica o geógrafo espanhol Ricardo Méndez (2020), essa construção de senso coletivo de que crises, catástrofes e tragédias não acontece[ria]m no nosso tempo por conta dos avanços científicos, tecnológicos e/ou sociais que estamos vivenciando e provocando, reforça a ideia de que ocasiões como essa - se e quando acontecessem - parecem ser eventos improváveis e imprevisíveis, quando na verdade não são. A pandemia ainda vivenciada foi pauta de debates e encontros de diferentes órgãos internacionais, inclusive na

Organização Mundial da Saúde (OMS), e foi notificada nos últimos anos, mas ignorada por aquelas/es que estão em posição de mando (PORTO-GONÇALVES; ROCHA; TRINDADE, 2022 – no prelo). O que nos faz crer que essa construção narrativa e subjetiva das "benesses" dos sistema capitalista, ligadas aos avanços tecnológicos, e reforçadas pela cultura, alcançou um nível de profundidade considerável ao ponto de possibilitar que as ações em prol da acumulação de capital se sobressaiam até em questões onde o mínimo da dignidade humana é debatido - e é claro que isto não soa como nenhuma surpresa, afinal este sistema se mantém com base na exploração, na expropriação, na dominação e na opressão de corpos e territórios.

É importante reforçar, também, que essa conjuntura pandêmica não é a primeira do século XXI. Na virada para a década de 2010 enfrentamos a pandemia de gripe suína, provocada pelo vírus H1N1. Se analisarmos temporalmente, só no século XXI estamos alcançando uma média de uma pandemia por década, o que derruba o argumento de "evento inesperado". Ainda que a COVID-19, por sua alta velocidade de transmissão e letalidade, ocupe um patamar diferenciado na história sanitária e geográfica mundial - compreendendo também que nos últimos dez anos o processo de globalização continuou avançando e impondo novas formas de aceleração do tempo e compressão do espaço.

Isto posto, salientamos que o objetivo deste trabalho não é explicar a COVID-19. Muito já se produziu e ainda se produz sobre essa doença, seus impactos e suas formas de prevenção. Aqui propomos uma reflexão sobre os últimos anos (2020-2022) sob a ótica da produção intelectual da Geografia da Saúde, focando na atuação das Geógrafas e Geógrafos. Entendemos que essa reflexão abre espaço para um debate sobre o olhar geográfico e para onde queremos caminhar com ele.

Por conta disso, estruturamos esse trabalho da seguinte maneira: uma primeira parte destinada a fazer uma breve contextualização da pandemia de COVID-19, cuja discussão já foi iniciada; uma segunda parte destinada a um olhar sobre a atuação das Geógrafas e dos Geógrafos da Saúde ao longo desses dois últimos anos através de ações de coletividade que pautam a união e a força política da Geografia; uma terceira parte destinada a identificar e evidenciar os trabalhos realizados e apresentados no grandes eventos da Geografia brasileira (e da Geografia da Saúde, setorialmente) acontecidos durante os anos da pandemia, sendo estes: o *Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (ENG/AGB);* o *Simpósio Nacional de Geografia da Saúde; e o Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia*. Por fim, destinamos uma última seção para refletirmos sobre o papel desempenhado pela Geografia da Saúde, evidenciando sua

importância para a Geografia brasileira. Também buscamos realçar temáticas de estudo que necessitarão maior aprofundamento daqui para frente, pensando até em momentos pós-pandemia.

Breve contextualização da pandemia da COVID-19

É inegável que a forma como a COVID-19 se difundiu pelo mundo assustou a comunidade acadêmica e a população mundial, mesmo que previsões já tivessem sido elaboradas, e uma primária noção dos acontecimentos figurasse no imaginário da comunidade científica.

A partir da chegada da COVID-19 no Ocidente, sobretudo nos Estados Unidos e nos países europeus, passamos a ver uma maior movimentação da comunidade científica (ROCHA et al., 2020), que passou a produzir diversos estudos a fim de criar previsões sobre os possíveis caminhos que o coronavírus iria percorrer como uma medida primária de combate ao vírus. Dessa forma, estudos sobre a hierarquia urbana e difusão espacial passaram a ser fundamentais para a compreensão dos caminhos que o vírus traçaria nas cidades, como fizeram Fortaleza et al. (2020a; 2020b) no Brasil. Com esse conhecimento acumulado dentro da ciência geográfica, e todo seu arcabouço teórico-metodológico construído há longas décadas, foi possível

evidenciar a capacidade da Geografia de dar respostas em tempos de crises sanitárias.

Como o primeiro registro de COVID-19 aconteceu no dia 17 de novembro de 2019 na província de Hubei, China e foi chegar ao Brasil em 25 de fevereiro de 2020 (RODRIGUEZ-MORALES, 2020), poderíamos dizer que o Brasil teve certo "tempo" para planejar e efetivar medidas de proteção e combate ao vírus, visto que ocupamos uma posição periférica nos circuitos globais de transporte, comunicação, energia e afins, que a todo momento tentam comprimir e padronizar o tempo e o espaço, mas, ao mesmo tempo provoca desigualdades (SANTOS, [1996] 2014). Com isso e ao contrário da lógica de aceleração capitalista, o país passou a ter ao seu lado "o benefício do tempo", o que se mostrava valioso para podermos aprender com as experiências vividas nos outros países onde a COVID-19 já demonstrava severidade (CRODA; GARCIA, 2020), e, assim, poder montar um plano de combate efetivo à proliferação do vírus, pois via-se quais rotas transmissíveis eram tomadas, quais formas de combate eram mais efetivas e menos efetivas com semanas de diferença. Contudo, na prática não foi isso que aconteceu, e caminhamos para o lado oposto, com políticas descentralizadas de um governo desordenado e desgovernado, que intensificou o processo de adoecimento da população brasileira (BARCELLOS; PEITER, 2022).

Hoje está nítido que a COVID-19 apoiou-se nas lógicas de produção das infraestruturas urbanas para se proliferar no espaço, o que nos atesta que a todo momento estamos falando de uma questão que não é um simples problema de saúde pública, mas uma problemática complexa e de diferentes níveis (GUIMARÃES et al., 2020; ROCHA et al., 2020; PORTO-GONÇALVES; ROCHA; TRINDADE, 2022 – no prelo).

Em uma busca pela compreensão do fenômeno no território brasileiro, ainda nos primeiros meses da pandemia, Guimarães et al. (2020) fizeram um esforço teórico e metodológico para ler o espaço geográfico brasileiro e apontar quais estruturas urbanas, e suas relações hierárquicas, indicavam maiores probabilidades de serem usadas na difusão da COVID-19 pelo país. Todo esse esforço acabou resultando no apontamento de algumas chaves de leituras da COVID-19 no território brasileiro, sendo uma das principais:

> "as estruturas espaciais representadas pelos espaços luminosos e opacos, que remetem a uma análise da densidade de informação, tecnologia e conhecimento no território brasileiro, que tem como consequência uma seletividade espacial por parte do capital" (GUIMARÃES et al., 2020, p. 124).

Por meio dessa chave, os autores e a autora indicam a possibilidade de criação de um modelo interpretativo que

> [...] ao representar essas estruturas, não está preocupado com simplificação ou centrado na comunicação, mas objetiva captar um sistema de relações para fins de investigação e interpretação. Ao representar as estruturas fortes, que Brunet chamou de 'coremas', o modelo ajuda a dar sentido a eventos geográficos, como é o caso da Covid-19, e fornecer condições para pensar e agir sobre o território (GUIMARÃES et al., 2020, p. 124).

A partir dessa proposta interpretativa, e com as experiências acumuladas destes últimos dois anos pandêmicos, observamos o modo como a infraestrutura urbana foi utilizada em uma velocidade maior do que a que tinha sido planejada para ela. Ou seja, a intencionalidade empregada a esses objetos geográficos (SANTOS, [1996] 2014) permitia a noção de que seus usos possibilitariam o transporte de capital, mercadorias, pessoas e afins em um período de tempo *x*, e que a partir desse período de tempo, os processos, sobretudo de acumulação do capital, se desenrolariam. Como indicado por Guimarães et al. (2020) em sua visão sobre o Brasil, a COVID-19 utilizou a mesma estrutura para acelerar o período de tempo em *x* - em todos os lugares do globo -, mas a partir dela, acelerou o seu tempo para a contaminação em uma velocidade maior do que a da acumulação do capital, que já é acelerada.

Além disso, também observamos que o processo de reprodução, transmissão e contaminação aprofundou as desigualdades sociais. Com destaque para o maior número de

contaminação e morte das populações periféricas[1] e a não possibilidade destas populações usufruírem do trabalho de casa (*home-office*), sendo (praticamente) obrigadas/os a se deslocarem e se exporem aos riscos sanitários por diversas questões, entre elas:

I) Serem enquadrados como parte do "serviço essencial", que foi além do verdadeiro essencial, já que o hábito da criadagem se mantém em nossas relações sociais e possibilitam que pessoas de maior poder aquisitivo permaneçam sendo servidas por pessoas de menor poder aquisitivo;

II) Não possuírem infraestrutura adequada para suportar a demanda do home-office, como acesso à internet, energia a preço justo e a equipamentos multimídia, já que muitos vivem em condições precárias de moradia e em áreas desassistidas pelas políticas públicas;

III) Não possuírem acesso ao saneamento básico, e consequentemente, serem impedidos de realizar medidas de combate "simples" ao vírus como lavar as mãos com água e sabão;

IV) Não terem acesso aos kits de testagem, impossibilitando o conhecimento de infecção do vírus, o que

[1] Quando mencionamos "populações periféricas" nos referimos àquelas que não são homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais e detentores do capital.

por um lado negou-lhes o direito de realização do tratamento em caso de resultado positivo e, por outro a possibilidade dos agentes de saúde e dos órgãos administrativos controlarem o estágio de contaminação da população frente ao avanço do vírus;

V) A não existência de uma política pública unificada que incentive a permanência dos cidadãos em suas residências, já que houve um evidente desalinhamento entre as esferas administrativas federal, estadual e municipal. Mesmo com a disponibilização de um auxílio financeiro, a demora em sua concretização, o valor disponibilizado e as incertezas de pagamento acabaram contribuindo para que a população buscasse outras formas de sustento. Soma-se isto a descentralização das medidas de restrição à circulação no espaço público - o lockdown.

Em meio a toda essa conjuntura, entre outras que não abordamos, as/os trabalhadoras/es foram jogadas/os a um cruel destino: *"ou morrer de fome ou morrer de COVID-19"*. E, no mesmo ritmo, outras problemáticas foram sendo aprofundadas como o ocultamento de outras doenças (OLIVEIRA; FERNANDES; SILVA, 2022), o aumento da violência doméstica (SIMON, 2021), o aumento da fome (JUNIOR et al., 2021); a (re)emergência de doenças como sarampo; o aumento da mortalidade materna (SIMON; LIMA; GUIMARÃES, 2022, no prelo); a dificuldade de continuação

de tratamentos de doenças crônicas não-transmissíveis; a ascensão da varíola do macaco; entre outras. Enfim, fomos compreendendo que a definição de pandemia não contemplava mais o que estava acontecendo, mas sim tratando esse movimento da COVID-19 enquanto uma Sindemia[2] (HORTON, 2020; BISPO-JÚNIOR; SANTOS, 2021).

Dessa forma, em consonância com Gonzaga *et al.* (2020, p. 118), compreendemos que "durante um período de pandemia, as pessoas deixam de estar em risco, ou seja, encontram-se em situação de vulnerabilidade, pois a doença avança para um cenário onde está presente nos lugares, em escala global" e, por isso, é mais do que necessário debater estratégias de saúde, não apenas da doença COVID-19, pensando uma aproximação do que a OMS definiu em 1948, que saúde é "um completo estado de bem-estar físico, mental e social". Até porque, "quando se pensa em saúde pública, é preciso pensar em uma saúde única, que relaciona a humana, a animal e a ambiental. Quando há um desequilíbrio, a saúde como um todo estará ameaçada" (GONZAGA *et al.*, 2020, p. 119). Esta definição da OMS evoca numerosos esforços para a compreensão das Determinantes Sociais da Saúde (BUSS;

[2] Ainda que pouco explorado, este conceito de Sindemia evoca a junção de duas palavras: *"social"* e *"endemics/pandemic"*, ou seja, endemia/pandemia social. Desta forma, destaca-se, para nós da Geografia, a necessidade de lermos o espaço geográfico transformado por estas doenças não apenas como desdobramentos dos próprios processos de adoecer-morrer, mas enquanto estrutura social que produz e reproduz iniquidades em saúde e/ou vidas saudáveis, evocando a necessidade do par biológico-social caminhar junto para análises em saúde.

PELLEGRINI-FILHO, 2007) e também os debates da Determinação Social da Saúde (BREIHL, 2013). Entretanto, não nos alongaremos nestas correntes teóricas neste excerto.

Espaços de fortalecimento da Geografia da Saúde na pandemia

Há décadas a Geografia da Saúde se constrói com base nas inquietudes e no enfrentamento das iniquidades sociais em Saúde (GONDIM et. al., 2008), que são frutos das injustiças das tramas da sociedade capitalista. Tais inquietações surgem, tanto na construção do pensamento geográfico preocupado com a vida das pessoas (GUIMARÃES, 2015), quanto nos desdobramentos que visam ultrapassar os muros da universidade, colocando-se à serviço da sociedade. Deste modo, compreendendo que, produzir ciência em universidades e faculdades públicas evoca uma necessidade de retorno para a sociedade, as Geógrafas e Geógrafos da Saúde trabalharam arduamente para buscar compreender as diversas faces da pandemia no Brasil.

Gostaríamos de destacar, neste primeiro momento, ações que corroboram com o fortalecimento da Geografia brasileira a partir da Saúde. Aqui, entendemos e pensamos essas ações como pontos de resistência geográfica frente à COVID-19 e seus desdobramentos, já que os exemplos a

seguir podem ser lidos pela sua capacidade de produção de narrativas capazes de influenciar decisões de poderes públicos em prol de uma intervenção vinda da esfera 'dos de cima', mas também oferece chaves de leitura para o entendimento da conjuntura socioespacial vivida e, assim, possibilitam a formulação de estratégias para uma resposta às formas de dominação, opressão, subalternização e exploração que a esfera 'dos de baixo' sofre diariamente. Ou seja, estamos tratando de exemplos que criam Geografias em defesa da vida.

Dentre as ações que corroboram para o fortalecimento da Geografia, devemos citar a criação da Rede de Geógrafas e Geógrafos da Saúde, no início da pandemia. Inicialmente denominada "Força Tarefa", esta rede foi formada por diversas/os professoras/es e pesquisadoras/es de diferentes regiões do Brasil e de diferentes países (tais como Argentina, Chile, Cuba, México e Portugal), sendo responsável por unir diversos grupos de pesquisa, associações, institutos e entidades nacionais e latino-americanas a fim de promover debates acerca do enfrentamento da pandemia, do planejamento territorial, bem como o intercâmbio de metodologias para a compreensão da difusão espacial da doença. Compõe a Rede diversas universidades brasileiras, tais como a Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade

Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Tocantins (UFTO), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL), dentre outras espalhadas por todos os Estados brasileiros. Ademais das universidades, diversas instituições compõe esta Rede, sendo elas: a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Instituto Adolfo Lutz (IAL), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), dentre muitos outros que não estenderemos aqui[3].

Um segundo exemplo de ação de resistência é a criação do *Observatório geográfico sobre os impactos da COVID-19* da Associação de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros (AGB). Seu surgimento se vincula à proposta de congregar diversos trabalhos de geógrafas/os sobre a temática da COVID-19 em um único espaço, tanto para divulgar a produção intelectual da Geografia em foco da pandemia, quanto para servir como uma grande biblioteca que carregará a memória das ações e do trabalho da Geografia durante este momento. Pode-se ler este observatório como um grande memorial da Geografia brasileira nos anos da pandemia, apesar de não conter todos

[3] É sempre importante salientar que são as pessoas que fazem parte destes grupos de pesquisa, institutos e órgãos governamentais, mas que suas opiniões individuais não refletem o pensamento de seu respectivo coletivo, tampouco que seu coletivo como um todo firmou estas parcerias. Aqui, lê-se a capilaridade das pesquisadoras e pesquisadores da Geografia da Saúde no Brasil e América Latina.

os trabalhos feitos na Geografia, tampouco da Geografia da Saúde. Ainda assim, está em funcionamento e mantendo-se aberto para o envio de trabalhos, mapas, *podcasts*, vídeos, notícias e o que mais representar uma memória da produção geográfica nos tempos de pandemia. A existência de um espaço como esse, advindo da maior representação geográfica no Brasil, a AGB, é um ato de fortalecimento da Geografia, não apenas os estudos da Geografia da Saúde[4], visto que além da COVID-19 enfrentamos diversos ataques à produção científica, cortes de verba, patrulha ideológica, entre muitas outras problemáticas que foram intensificadas pelas ações do (des)governo bolsonarista.

É interessante evidenciar, também, o lugar que a comunicação ocupou nesse período de isolamento social. Com a reclusão da população mundial, os canais virtuais acabaram se tornando verdadeiras potências para a divulgação do que estava sendo produzido academicamente e pelas ações sociais locais. Foram diversas as fontes de divulgação, tais como as transmissões ao-vivo pela internet (as *lives*), matérias em veículos de imprensa (jornais de abrangência local, estadual e federal), notas técnicas, *podcasts*, publicações em redes

[4] Destaca-se que este observatório é um espaço de memória das produções intelectuais da Geografia durante a pandemia, não se restringindo apenas para artigos científicos, mas também para notícias em jornais, textos comentados, mapas, entre outros. Para conhecer mais, acesse o link: <https://agb.org.br/covid-19/>.

sociais, cursos e minicursos, palestras, artigos de opinião, entre outras.

O último exemplo que gostaríamos de destacar é a (re)articulação do Grupo de Trabalho de Saúde (GT de Saúde), da AGB da seção local de Presidente Prudente (SP) em março de 2020. Ainda que, num primeiro momento, o grupo tenha começado seu movimento de forma presencial, com a eclosão da pandemia e a imposição das novas realidades socioespaciais, passou a operar de maneira remota. Entretanto, essa virtualidade possibilitou o aumento de sua capilaridade para além da seção local de Presidente Prudente, congregando diversas/os estudantes e pesquisadoras/es de vários municípios do país[5]. Ao longo da pandemia, o que se viu, foi um grupo de pesquisadoras/es[6] jovens, de diferentes regiões do Brasil, se reunindo para pensar as diversas questões que a crise sanitária impunha, fazendo do grupo de trabalho um espaço de oxigenação da Geografia da Saúde na AGB, um lugar de união para novas/os pesquisadoras/es que passaram a ver a Saúde como um tema relevante para as suas trajetórias.

Sobre as ações do GT de Saúde, em particular, podemos dizer que o grupo pautou diversas questões durante estes dois

[5] A saber: Presidente Prudente (SP), Niterói (RJ), Vitória (ES), Campina Grande (PB), São Paulo (SP), Sorocaba (SP), Uberlândia (MG), Belo Horizonte (MG), entre outras/os.

[6] Composto por estudantes de diversos níveis (graduandas/os e pós-graduandas/os), mestras/es, doutoras/es e professoras/es.

últimos anos, com destaque para sua inserção na XII Semana de Estudos de Geografia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/Sorocaba); participação ativa na organização do X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde; diversas transmissões ao vivo que relacionaram a memória dos estudos de Saúde na AGB; a participação no XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (ENG) em 2022. Estes foram apenas alguns eventos de maior notoriedade que o GT de Saúde alcançou, ainda havendo diversas outras atividades que poderiam ser citadas[7].

Portanto, tudo que se produziu, seja na Geografia da Saúde pré-pandemia, seja no período pandêmico – objeto de análise para nós neste momento –, acaba reforçando o nosso entendimento sobre o campo como uma forma de pensar a Geografia de maneira inquieta que constantemente é provocada a compreender o espaço e a sociedade, bem como intervir sobre eles. É o que Guimarães (2015) enfoca ao dizer que esta é uma abordagem da Geografia preocupada com a vida das pessoas e que veste lentes críticas para compreender os problemas que emanam do mundo real.

Apesar de podermos dissertar longas páginas sobre estes movimentos supracitados, gostaríamos de evidenciar

[7] Para àquelas/es que desejam conhecer mais o trabalho deste grupo, recomendamos a leitura da nota *"Resistir para Re-Existir: GT de Saúde Presidente Prudente"*, disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7768>.

agora algumas das produções científicas realizadas nesse período pandêmico a fim de valorizar algumas das temáticas abordadas por estas/es pesquisadoras/es no enfrentamento da COVID-19, e suas questões relacionadas, a partir dos maiores encontros nacionais de Geografia e Geografia da Saúde - o Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (ENG/AGB); o Simpósio Nacional de Geografia da Saúde; e o Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE/ANPEGE).

Os grandes encontros

Durante estes dois anos que remontam a pandemia da COVID-19, Geógrafas e Geógrafos propuseram, em diversas frentes, estudar as vertentes que perpassam não somente o estudo da COVID-19 em si, mas seus desdobramentos na economia, educação, política, ou das desigualdades sociais e estruturais que permeiam a situação de Saúde das/os brasileiras/os. Ao longo desta seção buscamos evidenciar algumas das produções acadêmicas realizadas por nós da Geografia da Saúde no que chamamos de "Grandes Encontros", ou seja, os maiores encontros para a Geografia (e da Geografia da Saúde, setorialmente) – o Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos (ENG) em sua vigésima edição; o maior evento setorial da área da Geografia da Saúde no Brasil, o Simpósio Nacional de Geografia da Saúde em sua

décima edição; e o maior encontro de pesquisa de pós-graduação e pesquisa, o Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, em sua décima quarta edição.

A escolha dos Grandes Encontros pertence a uma postura política de evidenciar os espaços de diálogo e de formação política dentro da Geografia brasileira, pois é a partir destes eventos que torna-se possível o intercâmbio de pensamentos, metodologias, abordagens, práticas, métodos de pesquisa, e construção política da Geografia.

Seguindo a linha cronológica de acontecimento desses eventos, começamos pelo XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, que ocorreu de forma virtual entre os dias 10 e 15 de outubro de 2021 (uma semana antes do Simpósio Nacional de Geografia da Saúde), sob o tema *"A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal"*. Este encontro acontece bianualmente e é organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) – a maior associação à nível de Pós-Graduação da Geografia brasileira. Sua fundação foi no ano de 1993, após décadas de organização estudantil a nível de pós-graduação (GERARDI, 2003). Essa edição de 2021 contou com 1451 artigos em seus Anais, com 73 Grupos de Trabalho para discussão das diversas temáticas geográficas. A temática da Geografia da Saúde constou com

apenas um grupo de trabalho (GT 72: Geografia e Saúde), com 19 trabalhos submetidos.

O X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, por sua vez, ocorreu sob o tema *"Dimensões Geográficas dos Impactos e Desafios das Pandemias"*, sendo realizado entre os dias 18 e 21 de outubro de 2021. Reforçamos que este é o maior evento setorial da Geografia da Saúde brasileira, cuja primeira edição ocorreu no ano de 2003[8], em de Presidente Prudente – São Paulo. Desde então, os encontros são realizados bianualmente em sede escolhida no final de cada evento. Este simpósio nacional conta com grande capilaridade no Brasil e na América Latina. Somam-se parceiras/os latino-americanas/os da Argentina, Chile, Cuba, México, Venezuela, bem como instituições de pesquisa como FIOCRUZ, INPE, IBGE, OPAS, IAL, Ministério da Saúde (MS), entre outras.

Para a décima edição, o evento foi organizado remotamente, contendo cinco grandes eixos para submissão de trabalhos, sendo eles: *i) Dimensões históricas, teóricas e metodológicas da Geografia da Saúde* (13 trabalhos submetidos); *ii) Desafios e análises: uso das geotecnologias em Saúde* (14 trabalhos submetidos); *iii) Políticas públicas voltadas à Saúde* (22 trabalhos submetidos); *iv) Território, ambiente e saúde* (39 trabalhos submetidos); *v) Redes de*

[8] Desde sua primeira edição, o Simpósio Nacional de Geografia da Saúde é incentivado e apoiado pela Associação de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros (AGB).

solidariedade diante de crises (1 trabalho submetido). No total, foram 90 trabalhos submetidos.

Por último, o XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos, sob o tema *"Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir"*, foi realizado entre os dias 20 a 24 de julho de 2022, sediado em São Paulo (SP). Este é o maior encontro da Geografia brasileira, da maior entidade da Geografia brasileira, remontando sua história no ano de 1994 quando a AGB passou a ser uma entidade que congregava sócios, estudantes e profissionais da Geografia brasileira. Não pretendemos aprofundar a história dos encontros nacionais da AGB, tampouco sua extensa história na Geografia. Para isso, recomendamos a leitura de Antunes (2008); AGB (2022); Iumatti, Seabra e Heidemann (2008). Sob à luz da Geografia da Saúde, o encontro contou com apenas um eixo – e ainda não exclusivo sobre a temática - para submissão de trabalho, contidos no que é denominado *Espaços de Diálogos e Práticas (EDP)*, a saber "*Geografia da Fome, Alimentar e da Saúde*" (Eixo 5). Assim sendo, tivemos um total de 8 trabalhos submetidos – fato que tem avançado durante os anos dentro da AGB (SIMON; REGALA, 2020).

É importante destacar que ambos os eventos foram realizados integralmente de forma *online* devido à pandemia da COVID-19 – apesar das sedes mencionadas. Ademais, metodologicamente os trabalhos foram analisados quanto ao

resumo e as palavras-chave – quando ainda havia dúvidas, recorremos à leitura completa dos trabalhos. Referente a sistematização das palavras-chave, realizou-se uma categorização conforme as explicitas no texto e qualificamos estas de acordo com a leitura dos trabalhos publicados. Desta forma, somamos a quantidade de vezes que estas palavras-chaves foram citadas e realizamos uma nuvem de palavras. Então, se a palavra-chave "COVID-19" repetiu-se em 10 trabalhos, o peso dela é atribuído a esta quantidade e assim sucessivamente.

Figura 1: Os grandes encontros geográficos dos anos de 2021 e 2022.



*Nota: as imagens utilizadas para referenciar os encontros foram retiradas das páginas oficiais dos encontros e deixamos os créditos para as/os autoras/es das artes.

Organização: Os autores, 2022.

Através da figura é possível perceber o óbvio: a Geografia da Saúde ainda ocupa um espaço tímido dentro dos maiores encontros nacionais de Geografia (ENG e ENANPEGE) – mas também se torna equivocado pensar que haveria mais trabalhos enviados para algum encontro que não o maior encontro setorial da Geografia da Saúde. Afinal, os debates fluem de um evento para o outro. O ponto é: há debates de Geografia e Saúde nestes encontros nacionais da Geografia brasileira – fato que, em outras edições, encontrava-se com menor expressividade tanto no ENG,

quanto no ENANPEGE. Essa maior representatividade pode ser evidenciada no trabalho de Simon e Regala (2020) sobre a história da Saúde na AGB.

Sobre os encontros da ANPEGE, gostaríamos de destacar que, pela primeira vez, organizou-se a conferência de abertura com a temática da Geografia da Saúde, sob comando do Professor Dr. Raul Borges Guimarães[9], que estuda Geografia da Saúde há 35 anos. A realização desta conferência magna demonstra o interesse da comunidade geográfica brasileira em se aproximar dos estudos da Geografia e da Saúde, e, acima disso, demonstra a necessidade de se pensar o espaço geográfico tendo como *lócus* da discussão a temática da Saúde das populações.

Adentrando nos temas trabalhados dentro do Grupo de Trabalho (GT 72) *Geografia e Saúde* do XIV ENANPEGE, é possível observar que a maioria dos trabalhos inter-relacionam a COVID-19 com outras temáticas, a exemplo da disponibilidade de Leitos de Internação (SOUZA; SOUZA-FILHO, 2021); Rede Urbana e Centralidade (SCHUMANN et. al., 2021); Saúde Indígena (SANTOS; MATOS; ARAUJO, 2021; ARAGÃO; BERGAMIN, 2021); entre outros. Também destacamos trabalhos que evidenciam o Autocuidado de Travestis e Mulheres Transexuais (BRAGA; ORNAT, 2021); o

[9] Professor titular da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e coordenador do grupo de pesquisa intitulado como Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde (BioGeoS).

Suicídio (FREITAS, 2021); a Justiça Espacial (CARVALHO, 2021), entre outras análises de doenças emergentes e (re)emergentes que não caberão neste trabalho[10], mas evidenciadas na reunião dos temas-chave em uma nuvem de palavras a seguir:

Figura 2: Temas-chave dos Trabalhos do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021.



**Nota: foram 34 temas separados e analisados dentre os 19 trabalhos de todos os eixos de trabalho – ao incluir repetição, o somatório estaria em 47.

Organização: Os autores, 2022.

Conforme mencionado anteriormente, logo em seguida do XIV ENANPEGE, ocorreu o evento setorial da Geografia da Saúde. Após uma análise, observamos que dentro do X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, os eixos que

[10] Convidamos a todas/os leitoras/es a acessar os Anais eletrônicos do XIV ENANPEGE, disponibilizados pela *Editora Realize* no endereço eletrônico: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-xiv-enanpege>.

visavam a discussão de *Políticas Públicas* e *Território, Ambiente e Saúde* foram os que mais cativaram as/os pesquisadoras/es para enviarem trabalhos, deixando o eixo 5, *Redes de Solidariedade Diante de Crises*, com a menor expressão no evento.

Dentre todos os trabalhos submetidos nos diversos eixos, a temática da COVID-19 é a que mais apareceu nos trabalhos acadêmicos, isto é dado pelo fato de estarmos vivendo, naquela época, um dos momentos mais severos da COVID-19, com altas taxas de prevalência e letalidade, mesmo que houvesse a disponibilidade da vacina. Os temas mais trabalhados para além de análises referentes à COVID-19 foram: *Geotecnologias, Políticas Públicas, Epistemologia, Serviços de Saúde, Regionalização da Saúde, Promoção da Saúde*. Ademais, outros temas de grande relevância apareceram no décimo Simpósio, mas com menor expressividade (lê-se quantidade de trabalhos), tais como: *Alimentação, Saneamento Básico, Solidariedade, Normatividades, Feminismo, Povos Indígenas, Saúde Mental, Acessibilidade, Vacinação, Homicídios*, entre outros.

Cabe uma ressalva quanto à exposição destes temas centrais. Selecionamos alguns para enunciar que, independentemente dos eixos de trabalho, foi possível perceber através das leituras dos trabalhos que as pessoas incorporaram ao seu tema de pesquisa vigente a situação de

emergência em Saúde provocada pela COVID-19. À exemplo de alguns, temos temáticas de Feminismo e a Promoção da Saúde (SIMON; BORSOI, 2021), Violência Doméstica (JESUS; SANTOS, 2021), Gênero (BESERRA; FERREIRA; DUARTE, 2021), entre outros. Isto evidencia que a Geografia da Saúde se pauta em buscar soluções para as demandas do mundo real - no caso, a COVID-19, mas não somente. É por isso que encontramos trabalhos que relacionam a pandemia e seus desdobramentos na acentuação de situações de vulnerabilidade, no adensamento de problemas de ordem estrutural galgada pelo patriarcado, nas desigualdades de gênero, entre outras temáticas.

Sobre as temáticas das Geotecnologias, encontram-se trabalhos múltiplos, cuja ordem transita entre a crítica de bases de dados em saúde (BECEYRO, 2021); Planejamento Urbano e implantação de Unidades Básicas de Saúde (OLIVEIRA; SILVA; OLIVEIRA-BORGES, 2021); análises espaciais da COVID-19 (LIMA; GUIMARÃES, 2021; MIRANDA et. al., 2021; FRANCISCO et. al., 2021; entre outros); debates sobre o tema da Centralidade, Rede Urbana e Políticas Públicas (PIRES; RAMIRES, 2021; BENTO, 2021; DUARTE; SCHUMANN, 2021), entre diversas outras temáticas abordadas com enfoque no uso das Geotecnologias à serviço da Saúde.

Destaca-se também trabalhos que buscam analisar o ensino de Geografia através da Saúde, como visto em Vieira, Ribeiro e Heidmann (2021), Brunet, Santos e Anunciação (2021) e Garcia e Kaercher (2021). Quanto ao Planejamento em Saúde, Políticas Públicas de Acesso a Serviços de Saúde, houve trabalhos com temáticas LGBT (SANTANA; DUTRA, 2021); Acessibilidade (BRITO; PEDREIRA JUNIOR; VIANA, 2021); Análise de Conselho Municipal de Saúde e de Agentes Comunitários de Saúde (VAICHULONIS; ULLIRSCH; BRILINGER, 2021; MIRANDA; BRITTO, 2021); Prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em Travestis e Mulheres Transexuais (BRAGA; ORNAT, 2021), entre muitas outras temáticas que podem ser evidenciadas na figura a seguir:

Figura 3: Temas-chave dos Trabalhos do X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, 2021



***Nota: foram 99 temas separados e analisados dentre os 90 trabalhos de todos os eixos de trabalho – ao incluir repetição de temas, o somatório estaria em 192.

Organização: Os autores, 2022.

Para nós, e esperamos que para as/os leitoras/es também, fica nítido que os trabalhos do X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde possuem vasta extensão de temas, diversidade de debates, proposições teórico-metodológicas, e demonstram grande avanço nesta temática de uma Geografia preocupada para com a vida das pessoas (GUIMARÃES, 2015), fortalecendo estudos que relacionam as diferentes pautas sociais e as lutas para a diminuição das iniquidades em saúde. Gostaríamos de expor diversos outros trabalhos interessantes que encontramos ao longo de nossa pesquisa,

mas no total de 90 trabalhos debatidos no evento, ficaria muito extenso nosso debate sobre o Simpósio[11].

Agora, para o XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos, foi possível observar, do mesmo modo que no Simpósio, a preocupação em estudar a COVID-19 e seus desdobramentos na vacinação (HEIMANN, 2022), taxas de incidência da COVID-19 (MACEDO; MARQUES, 2022) e aspectos de Regionalização em Saúde (MUNIZ, 2022).

Outros temas para além da COVID-19 analisam aspectos referentes à depressão e saúde mental (CARVALHO, 2022), análise da produção acadêmica de dissertações e teses da Geografia da Saúde no portal CAPES (SCHUMANN; DUARTE, 2022), Vulnerabilidade Ambiental e o risco à Leishmaniose Tegumentar (SILVA, 2022), entre outros.

Destaca-se que são 8 trabalhos relacionados à temática da Geografia e da Saúde, no EDP *"Geografia da Fome, Alimentar e da Saúde"*[12] e foram elencados um total de 14 temas dentre estes trabalhos – incluindo temas que repetem, o somatório seria de 35. Isto posto, não caberia aqui

[11] Convidamos todas e todos a acessarem os anais do X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde para conhecer estes, e outros trabalhos, através do endereço eletrônico: <https://www.anaisgeosaude.com/x-simposio>. Também é possível encontrar os anais dos encontros anteriores.

[12] Importante salientar que os autores do presente texto foram responsáveis por fazer a avaliação e sistematização dos trabalhos para o referido EDP do XX ENG, e, até o momento da apresentação oral, o eixo continha 17 trabalhos, sendo retirados alguns que não se interessaram em publicação nos Anais, portanto, esta diferença não pôde ser contabilizada.

evidenciar cada trabalho do encontro nacional, mas algumas temáticas de interesse das publicações são: *Leishmaniose, Oncologia, Vulnerabilidade Ambiental, Depressão, Saúde Mental, Infecção Sexualmente Transmissível (HPV/IST), Epistemologia, Análise de Risco, COVID-19, Vacinação, entre outras*.

Figura 4: Temas-chave dos Trabalhos do XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos, 2022.



Organização: Os autores, 2022.

Igualmente às análises do X Simpósio Nacional de Geografia da Saúde, não buscaremos aqui esgotar os trabalhos e as análises dos temas trabalhados no XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos, mas gostaríamos de suscitar à leitora e ao leitor que acessem os trabalhos do

Encontro na íntegra[13]. Durante este Encontro Nacional, vale destacar também, a ocorrência dos espaços destinados aos Grupos de Trabalho da entidade, onde o GT de Saúde apresentou suas atividades e, juntamente com todas/os presentes, membros e não membros do grupo, elaborou uma carta aberta para a comunidade geográfica brasileira sobre os estudos de Geografia e Saúde, que pode ser encontrada no site da Associação de Geógrafas e Geógrafos Brasileiros (AGB)[14].

Por fim, gostaríamos de exceder esse espaço, para evidenciar os esforços realizados para além de eventos científicos. Ao longo desse período também identificamos um movimento oriundo dos periódicos da Geografia ao publicarem edições especiais sobre a temática da COVID-19. Em razão disso, deixamos aqui uma menção especial para a *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde* - a maior revista científica da área que realiza a interface entre Geografia e Saúde. Esta revista conta com edições desde 2012 em seu site[15], e em 2020 lançou uma edição especial com a temática da COVID-19, evidenciando, novamente, o desempenho da Geografia da Saúde frente à emergência em saúde pública vivida pela COVID-19. Este número especial conta com 45 artigos advindos de pesquisadoras/es de quatro

[13] Disponível em: <https://www.eng2022.agb.org.br/simposio/anais>.

[14] A Carta pode ser lida através do endereço eletrônico: <https://agb.org.br/carta-aberta-a-comunidade-geografica-brasileira/>.

[15] O site pode ser acessado através do endereço eletrônico: < https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/index>.

países (Cuba, México, Portugal e Brasil), evidenciando temáticas sobre a Difusão Espacial da COVID-19, seus impactos nas cidades, o isolamento social, populações vulneráveis, entre outras (GUIMARÃES; CATÃO; NOSSA, 2021).

E agora, o que fazer?

Trouxemos aqui, uma síntese dos diversos esforços para enunciar a importância dos estudos da Geografia da Saúde durante os quase três anos de trabalho para compreender a COVID-19 e seus desdobramentos em diversas escalas e temas distintos. Sempre esteve óbvio para nós que não encerraremos estas discussões durante este texto, mas abordá-las, mesmo que rapidamente, é uma forma de (re)afirmar a importância que a Geografia tem para a sociedade, para além dos incessantes esforços que foram desempenhados durante os anos aqui mencionados de pandemia da COVID-19. Necessitamos, cada vez mais, evidenciar o papel da Geografia nas mídias, redes sociais, movimentos sociais, poder público e também na academia como um todo, mostrando a capacidade que nós, Geógrafas e Geógrafos, professoras e professores de Geografia, possuímos em buscar respostas para os problemas que surgem na sociedade.

As análises feitas compreendem algumas das ações recentes que se tornaram importantes para a história da

Geografia da Saúde brasileira, sejam elas no sentido da reunião de pesquisadoras/es do campo para uma ação em conjunto, como foi visto na *Rede de Geógrafas e Geógrafos da Saúde* e no *GT de Saúde da AGB*, sejam elas no sentido da divulgação da produção acadêmica (e social) como resposta às questões impostas, como foi visto no *Observatório Geográfico sobre os impactos da COVID-19*, nas edições especiais (e regulares) de periódicos geográficos e nos diversos livros publicados sobre a temática.

Os trabalhos específicos da Geografia da Saúde mencionados no que denominamos de *"Grandes Encontros"* nos mostram a importância e o reconhecimento que este campo dedicado a estudar os processos de saúde-doença tem recebido ao longo dos últimos anos. É óbvio que ainda há muito o que caminhar, por exemplo, um eixo de trabalho específico nos Encontros Nacionais de Geógrafas e Geógrafos (ENGs), eixos mais amplos nos Encontros Nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, não restringindo o debate da Saúde apenas para quem já o estuda.

Uma análise mais atenta dos trabalhos demonstra importantes eixos de pesquisa e ação da Geografia (da Saúde) para os anos que seguirão em uma fase de pós-pandemia. Os debates sobre *Suicídio, Feminismo, Doenças Negligenciadas, Racismo, Políticas Públicas e Acesso à Saúde, Promoção da Saúde, Educação, Fome, Pobreza, Vulnerabilidade e Risco, Saúde Ambiental, Povos Indígenas*, entre muitos outros,

necessitam, cada vez mais, de aprofundamento, pois observamos conjunturalmente um grande retrocesso político-social provocado pelo avanço da onda (neo)liberal que afeta o Brasil desde 2013 e parece ter no (des)governo bolsonarista seu ápice.

Futuramente, a COVID-19 será tomada como um período fúnebre em nossa história, mas seus impactos ainda serão sentidos por nós, e por isso, que continuemos a trabalhar incessantemente, afinal, antes de qualquer coisa, a Geografia da Saúde deve vestir lentes críticas (GUIMARÃES, 2015) e buscar "alicerçar as condições pelas quais a vida se tornaria não apenas mais longa, mas também mais digna de viver" (SANTOS, 2003, p. 310).

Isto posto, gostaríamos de dizer que não podemos perder **a nossa capacidade de nos indignar com a realidade e de buscar meios para intervir em prol daquelas/es que mais necessitam**. A história da Geografia da Saúde que Guimarães (2015) aponta, deixa nítido que quem produz esse tipo de conhecimento, em algum grau, está implicado com as questões de exploração, subalternização, opressão e dominação que as populações sofrem. Esse posicionamento das Geógrafas e dos Geógrafos que pensam Saúde exprime um movimento na Geografia. Indica uma Geografia, que ao contrário do que originalmente foi pensada - aliada ao Rei e àqueles que estão no andar de cima utilizando da visão de sobrevoo para analisar e explorar a sociedade (SOUZA, 2007; PORTO-

GONÇALVES, s/d) -, é uma Geografia que caminha junto com aqueles que buscam promover mudanças nas estruturas da sociedade como um movimento em favor da vida.

Esses últimos anos nos deixaram de luto por todas as vidas ceifadas pela COVID-19 e seus desdobramentos, mas reforçaram nossa posição político-acadêmica-militante perante os ocorridos no último biênio. A COVID-19 pode passar, ou melhor, estar sob controle, mas o trabalho só está começando. Afinal, seus impactos serão sentidos por muitos anos, mas estamos aqui para contribuir com estas compreensões.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer a todas e todos que compõem o Grupo de Trabalho de Saúde que, direta ou indiretamente, contribuíram para o nosso pensar e ser em Geografia (da Saúde) através dos afetos e trocas durante os dois últimos anos e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa de Mestrado, processo nº 2022/07025-8.

Referências

ANTUNES, Charlles da França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações**: notas de

uma história. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói. UFF, 2008.

ARAGÃO, Naara Siqueira de; BERAMIN, Alexandre. Da desterritorialização a territorialização precária da Reserva Indígena de Dourados e os impactos nos indicadores de saúde. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraneoliberal. XIV., 2021, Online. **Anais [...]**. [S.I.]: Plataforma Espaço Digital, 2021. Disponível em https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78296. Acesso em 12 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS/AGB. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**: Nossa História. [S.I.]. Disponível em: https://agb.org.br/agb/. Acesso em: 09 ago. 2022.

BARCELLOS, Christovam; PEITER, Paulo Cesar. A pandemia de Covid-19: possíveis ensinamentos sobre a saúde e segurança internacional. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Ameaças sem fronteiras**: somos capazes de lidar com os desafios? Rio de Janeiro: Editora Cruzado, 2022.

BECEYRO, Ana Carolina. La calidad de las bases de datos para el uso de geotecnologias en salud. El caso de las intoxicaciones por plaguicidas en Mendoza. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 168-182. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

BENTO, Victor Régio da Silva. O bosque como uma centralidade dos serviços de saúde em Rio Branco, Acre. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021,

p. 331-342. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

BESERRA, Milka Lopes; FERREIRA, Franciele Maria Costa; DUARTE, Cristiana Coutinho. Entre a historiografia local e as problemáticas de gênero: o município de Jaboatão dos Guararapes – PE e a contaminação da população feminina (COVID-19). In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 886-895. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

BISPO JÚNIOR, José Patrício; SANTOS, Djanilson Barbosa dos. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para a abordagem abrangente em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 10, p. 1-14, 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00119021.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; ORNAT, Marcio José. Corpo como escala e a automedicação como prática do cuidado de si realizado por travestis e mulheres transexuais, em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraneoliberal. XIV., 2021, Online. **Anais [...]**. [S.I.]: Plataforma Espaço Digital, 2021. Disponível em https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78848. Acesso em 12 ago. 2022.

BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco; ORNAT, Márcio José. Práticas do cuidado de si na prevenção de IST realizadas por travestis e mulheres transexuais, em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 571-582. Disponível em:

https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

BREILH, Jaime. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, v. 31, p. 13-27, 2013.

BRITO, Patrícia Lustosa; PEDREIRA JUNIOR, Jorge Ubirajara; VIANA, Marcella Sgura. Acessibilidade física a equipamentos de Atenção Básica à Saúde durante a pandemia da COVID-19: uma análise sobre Península de Itapagipe em Salvador-BA. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 558-570. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

BRUNET, Ana Fábia Damasceno Silva; SANTOS, Flávio Cabreira dos; ANUNCIAÇÃO, Vicentina Socorro da. Educação pública, o fazer docente e os impactos da pandemia no pantanal de Aquidauana. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 636-649. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007.

CARVALHO, Caê Garcia. Perspectivas humanistas na Geografia da Saúde: análise da depressão e da dor crônica às possibilidades de ser. In: Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos: Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir. XX., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo,

2022. Disponível em https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=10. Acesso em 09 nov. 2022.

CARVALHO, Marlison dos Anjos. Do localismo ao regionalismo na saúde: contribuições da justiça espacial na territorialização do SUS – na região de saúde de Salvador. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraneoliberal. XIV., 2021, Online. **Anais [...]**. [S.I.]: Plataforma Espaço Digital, 2021. Disponível em https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78335. Acesso em 12 ago. 2022.

CRODA, Julio Henrique Rosa; GARCIA, Leila Posenato. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, [S.L.], v. 29, n. 1, mar. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742020000100021.

DUARTE, Tiaraju Salini; SCHUMANN, Eduardo. As redes urbanas e a difusão do SARS-CoV-2: uma análise da região de saúde sul do Rio Grande do Sul. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 1076-1086. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

FORTALEZA, Carlos Magno Castelo Branco et al. Elementary spatial structures and dispersion of COVID-19: health geography directing responses to public health emergency in Sao Paulo State, Brazil. **medRxiv**, p. 1-10, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1101/2020.04.26.20080895>.

FORTALEZA, Carlos Magno Castelo Branco et al. Taking the inner route: spatial and demographic factors affecting

vulnerability to COVID-19 among 604 cities from inner São Paulo State, Brazil. **Epidemiology & Infection**, v. 148, p. 1-5. 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S095026882000134X>.

FRANCISCO, Ícaro da Costa; GAZOLA, Bianca Diana; AUGUSTO, Ingrid Januário; MARTINUCI, Oséias da Silva. Análise intraurbana da incidência e mortalidade por COVID-19 na cidade de Maringá-PR. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 229-242. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

FREITAS, Marcone Henrique de. Perfil epidemiológico da mortalidade por suicídio no estado do Espírito Santo, entre 2001 a 2019. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraneoliberal. XIV., 2021, Online. **Anais [...]**. [S.I.]: Plataforma Espaço Digital, 2021. Disponível em https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77563. Acesso em 12 ago. 2022.

GARCIA, Miguel Pocharski; KAERCHER, Nestor André. Potencialidades do ensino de Geografia da Saúde na educação básica: uma alternativa para promover a saúde nas escolas. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 548-557. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. ANPEGE - O RESGATE DE UMA HISTÓRIA. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 1, n. 01, p. 9–16, 2017. DOI: 10.5418/RA2003.0101.0001.

Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6620. Acesso em: 9 nov. 2022.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda et al. O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. **Território, ambiente e saúde**, v. 1, p. 237-256, 2008.

GONZAGA, Eunir Augusto Reis; LACERDA, Isabella do Carmo; JESUS, Tuila Tachikawa de; LIMA, Samuel do Carmo. Equidade, justiça social e cultura de paz em tempos de pandemia: um olhar sobre a vulnerabilidade municipal e a covid-19 . **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S. l.], p. 111–121, 2020. DOI: 10.14393/Hygeia0054569.

GUIMARÃES, Raul Borges. **Saúde**: fundamentos de Geografia humana. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

GUIMARÃES, Raul Borges; CATÃO, Rafael de Castro; MARTINUCI, Oséias da Silva; PUGLIESI, Edmur Azevedo; MATSUMOTO, Patricia Sayuri Silvestre. O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 34, n. 99, p. 119-140, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.008.

GUIMARÃES, Raul Borges; CATÃO, Rafael de Castro; NOSSA, Paulo Nuno. Geografia A Serviço Da Emergência Em Saúde Pública. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, [S. l.], 2020. DOI: 10.14393/Hygeia0056356. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/56356>.

HEIMANN, Moacir Roberto. A pandemia e a desigualdade na imunização vacinal anti-SARS-CoV-2 – vacinas contra o coronavírus (COVID-19). In: Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos: Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir. XX., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São

Paulo, 2022. Disponível em https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=10. Acesso em 09 nov. 2022.

HORTON, Richard. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **The lancet**, v. 396, n. 10255, p. 874, 2020.

IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs.). **Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: EdUSP, 2008.

JESUS, Vitória de; SANTOS, Eva Teixeira dos. Violência doméstica no contexto de pandemia no estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2020 na perspectiva da mídia online. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 1087-1095. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

JUNIOR, José Raimundo Sousa Ribeiro; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; BANDONI, Daniel Henrique; CARLI, Luiza Lima Silva de. **Atlas das situações alimentares no Brasil**: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

LIMA, João Pedro Pereira Caetano de; GUIMARÃES, Raul Borges. Análise espacial da COVID-19 em Presidente Prudente e Botucatu – SP. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 243-254. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

LOPES DE SOUZA, Marcelo. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": A "visão (apenas) de sobrevôo" como tradição epistemológica e metodológica limitante. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 101-114, 2007.

MACEDO, Jhony Frota; MARQUES, Matheus Andrade. Incidência de casos de COVID-19 na Ilha do Maranhão: visão geral da evolução do número de casos confirmados e índices relacionados. In: Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos: Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir. XX., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2022. Disponível em https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=10. Acesso em 09 nov. 2022.

MÉNDEZ, Ricardo. **Sitiados por la pandemia**. Del colapso a la reconstrucción: apuntes geográficos. Madrid: Revives, 2020.

MIRANDA, Marília Viana. BRITTO, Saimo Lima de. Fatores estressantes relacionados ao trabalho do agente comunitário de saúde no município de Porto Franco-MA e seus agravantes no contexto da pandemia de COVID-19. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 527-535. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

MIRANDA, Marina Jorge de; BEZERRA, Aramilis Bahia; MATOS, Karina Flávia Ribeiro; SILVA, Eliane Lima e; GURGEL, Helen. Análise geográfica da COVID-19 e os desafios no manejo da emergência na região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e entorno (RIDE-DF). In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 536-547. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

MUNIZ, Miller Ferreira. Regionalização e saúde: distribuição territorial dos Unacon e Cacon no Maranhão em período pandêmico. In: Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos: Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir. XX., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2022. Disponível em https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=10. Acesso em 09 nov. 2022.

OLIVEIRA, João Carlos de; FERNANDES, Paulo; SILVA, Arcênio. As contribuições da Geografia da Saúde no monitoramento de vetores: possibilidades e desafios em tempos de pandemia - covid-19. **Metodologias e Aprendizado**, [S.L.], v. 5, p. 116-128, 13 jan. 2022. Instituto Federal Catarinense. http://dx.doi.org/10.21166/metapre.v5i.2477.

OLIVEIRA, Nikson Dias de; SILVA, Adriano Lucena da; OLIVEIRA-BORGES, Elton Carlos de. Geotecnologias como ferramenta a serviço do planejamento urbano: uma análise para implantação de UBS's em Boa Vista (RR, 2019). In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 301-317. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/WORLD HEALTH ORGANIZATION. Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). 1948. Disponível em http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html. Acesso em: 29 ago. 2022.

PIRES, Cyntia Miguel; RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. O plano diretor de regionalização da saúde em Goiás / PDR-GO. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021,

p. 650-660. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Organização do espaço: objeto de estudo, objeto de desejo. [S.I.]. p. 1-4, s/d.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena. Uma geografia decolonial da pandemia: um olhar sobre o ano de 2020. **Ensaios de Geografia** - No prelo.

ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena; NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; ROMÃO, Elinton Fábio; LIMA, Laíza. COVID-19: uma reflexão geográfica sobre as diferenciações patológicas. **Ensaios de Geografia**, v. 6, n. 12, p. 133-160, 22 dez. 2020.

RODRIGUEZ-MORALES, Alfonso et. al. COVID-19 in Latin America: The implications of the first confirmed case in Brazil. **Travel Medicine and Infectious Disease**, v. 35, 101613. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/J.TMAID.2020.101613>.

SANTANA, Gabriel Augusto Coêlho de; DUTRA, Rodrigo. Entre o estigma e o reconhecimento: a territorialização da Política Nacional De Saúde Integral LGBT na Região Metropolitana do Recife. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 392-404. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª edição. 8ª reimpressão. São Paulo:EdUSP, 2014.

SANTOS, Milton. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 309-314, 2003.

SANTOS, Vera Lopes; MATOS, Karina Flávia Ribeiro; ARAÚJO, Ruan Italo. COVID-19 nos territórios indígenas no início da pandemia: o caso do DSEI Alto Solimões – AM. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraneoliberal. XIV., 2021, Online. **Anais [...]**. [S.I.]: Plataforma Espaço Digital, 2021. Disponível em https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77841. Acesso em 12 ago. 2022.

SCHUMANN, Eduardo; DUARTE, Tiaraju Salini. A Geografia da Saúde no Brasil: uma revisão das abordagens e dos eixos temáticos no período entre os anos 2000 e 2021 no catálogo de teses e dissertações da CAPES. In: Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos: Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir. XX., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2022. Disponível em https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=10. Acesso em 09 nov. 2022.

SCHUMANN, Eduardo; DUARTE, Tiaraju Salini; CABREIRA, Guilherme Augusto; QUEIROZ, Antonio Lourence Kila de. A COVID-19 na região de saúde sul do Rio Grande do Sul: um estudo da difusão espacial da doença no ano de 2020 e os impactos no sistema técnico hospitalar. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraneoliberal. XIV., 2021, Online. **Anais [...]**. [S.I.]: Plataforma Espaço Digital, 2021. Disponível em https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78700. Acesso em 12 ago. 2022.

SILVA, Fernanda Karla Bezerra da. Risco à Leishmaniose Tegumentar na Baixada Verde: a vulnerabilidade ambiental no município de Seropédica, RJ. In: Encontro Nacional de

Geógrafas e Geógrafos: Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir. XX., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2022. Disponível em https://www.eng2022.agb.org.br/site/anais?AREA=10. Acesso em 09 nov. 2022.

SIMON, Carolina Russo. A epidemia invisibilizada é a mais violenta. In: BENINI, Sandra Medina et al (org.). **Pandemia do Coronavírus**: abordagem multidisciplinar. Tupã: Anap, 2021.

SIMON, Carolina Russo; BORSOI, Bruna Fernandez Guimarães. Por uma Geografia para todas as saúdes: feminismo como direção para a promoção da saúde. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 33-44. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

SIMON, Carolina Russo; LIMA, João Pedro Pereira Caetano de; GUIMARÃES, Raul Borges. A Mortalidade Materna e a COVID-19 no Estado de São Paulo (2019 a 2021). **Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia**, 2022, no prelo.

SIMON, Carolina Russo; REGALA, Raisa Maria. Saúde – o debate com 29 anos de (re)existência na AGB. **AGB em debate – COVID-19.** 18 maio 2020. Disponível em: https://agb.org.br/agb-em-debate-covid-19/. Acesso em 10 ago. 2022.

SOUZA, Maycon Moraes; SOUZA FILHO, Osmar Fabiano de. A carência de leitos complementares nas regionais de saúde do Paraná. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraneoliberal. XIV., 2021, Online. **Anais [...]**. [S.I.]: Plataforma Espaço Digital, 2021. Disponível em

https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77752. Acesso em 12 ago. 2022.

VAICHULONIS, Iara dos Reis; ULLIRSCH, Fernando de Oliveira; BRILINGER, Caroline Orlandi. Perfil dos conselheiros locais de saúde do município de Joinville. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 434-447. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

VIEIRA, Isabel Cristina Bohn; RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck; HEIDMANN, Terezinha Shülter. Educação em saúde: ponderações de um itinerário freiriano. In: Simpósio Nacional de Geografia da Saúde: dimensões geográficas dos impactos e desafios das pandemias. X., 2021, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2021, p. 739-750. Disponível em: https://www.anaisgeosaude.com/_files/ugd/38a258_5510509ef811433a814eaa9d6c919b90.pdf. Acesso em 14 ago. 2022.

Submetido em: 01 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 30 de maio de 2023.
Aprovado em: 23 de junho de 2023.

PEREIRA CAETANO DE LIMA, J. P.; HENRIQUE ROCHA, P.; CARDOZO DIAS, K. A Geografia da Saúde e os Grandes Encontros Geográficos na Pandemia. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2873. Acesso em: 22 jul. 2023.

TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE RESIDENCIAL NA PERIFERIA METROPOLITANA DA RM DE VITÓRIA: ESTRATÉGIAS E CONJUNTURAS[1]

RESIDENTIAL MOBILITY TRAJECTORIES IN THE METROPOLITAN PERIPHERY OF METROPOLITAN REGION OF VITÓRIA: STRATEGIES AND SITUATIONS

TRAYECTORIAS DE LA MOVILIDAD RESIDENCIAL EN LA PERIFERIA METROPOLITANA DE LA RM DE VITÓRIA: ESTRATEGIAS Y SITUACIONES

Ednelson Mariano Dota
Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
ednelson.dota@ufes.br

[1] Este artigo é resultado parcial da pesquisa "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990", financiada pela CAPES-SNF.

Resumo:
O presente artigo analisa a trajetória de mobilidade residencial da população residente em bairros socialmente periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito, Brasil. Para realizar a análise, são usados dados primários da mobilidade residencial das famílias avaliando a origem, o destino, o momento da vida em que o movimento ocorre, além dos fatores apontados como motivadores o movimento. Os dados foram coletados em 2022, por amostragem sistemática de setores censitários sorteados. Os resultados confirmam a importância dos fatores habitacionais como motivação principal para os deslocamentos, com destaque à aquisição da casa própria, reforçando o papel da mobilidade residencial como movimento estratégico de segurança econômica das famílias. Também apontam para diferenças segundo lugar de moradia, revelando como a mobilidade se diferencia entre lugares e grupos populacionais. Reforça também a necessidade de um olhar atento para os movimentos intramunicipais, que responderam por mais da metade dos deslocamentos da população analisada e desempenha, portanto, papel relevante nas modificações do espaço urbano metropolitano periférico.

Palavras-chave: Mobilidade residencial, Migração intrametropolitana, Desigualdades, Geografia da população.

Abstract:

This paper analyzes the trajectory of residential mobility of the population living in socially peripheral neighborhoods of Metropolitan Region of Grande Vitória, Espírito Santo, Brazil. To carry out the analysis, primary data on the residential mobility of the families are used, evaluating the origin, destination, the moment in life in which the movement occurs and to the factors identified as motivating the movement. Data were collected in 2022 by systematic sampling of census sectors sorted. The results confirm the importance of housing factors as the main motivation for displacements, with emphasis on the acquisition of a home, reinforcing the role of residential mobility as a strategic move towards economic security for families. They also point to differences according to place of residence, revealing how mobility differs between places and population groups. It also reinforces the need for a careful look at intra-municipal movements, which accounted for more than half of the displacements of the analyzed population and therefore plays an important role in the modifications of the peripheral metropolitan urban space.
Keywords: Residential mobility, Intrametropolitan migration, Inequalities, Population geography

Résumé / Resumen:
Este artículo analiza la trayectoria de movilidad residencial de la población residente en barrios socialmente periféricos de la Región Metropolitana de la Grande Vitória, Espírito Santo, Brasil. Para realizar el análisis se utilizan datos primarios sobre la movilidad residencial de las familias, evaluando el origen, el destino, el momento de la vida en que se produce el movimiento, así como los factores identificados como motivadores del movimiento. Los datos se recopilaron en 2022 mediante un muestreo sistemático de distritos censales. Los resultados confirman la importancia de los factores habitacionales como principal motivador de los desplazamientos, con énfasis en la adquisición de una vivienda, reforzando el papel de la movilidad residencial como paso estratégico hacia la seguridad económica de las familias. También señalan diferencias según el lugar de residencia, revelando cómo la movilidad difiere entre lugares y grupos de población. También refuerza la necesidad de una mirada atenta a los movimientos intramunicipales, que supusieron más de la mitad de los desplazamientos de la población analizada y, por tanto, juegan un

papel importante en las modificaciones del espacio urbano periférico metropolitano.

Mots-clés / Palabras-clave: Movilidad residencial, Migración intrametropolitana, Desigualdades, Geografía de la población

Introdução

A mobilidade residencial aparece como importante fenômeno no processo de redistribuição espacial da população nas grandes aglomerações urbanas, fortemente relacionada com a dinâmica de expansão urbana, com as segregações socioespaciais que se conformam ao longo do tempo, e com a própria geografia da população metropolitana.

A dinâmica de redistribuição espacial da população nas grandes aglomerações urbanas mostra-se como fenômeno central para analisar e compreender outros processos e fenômenos, como as desigualdades intraurbanas e as modificações na dinâmica demográfica do espaço intraurbano ao longo do tempo.

O acompanhamento dessa dinâmica, entretanto, encontra limitações nos dados secundários, inclusive nas principais fontes de informação em nível nacional. No caso brasileiro, a única fonte com informações para essa análise é o Censo Demográfico, que permite mensurar as trocas entre municípios, conhecida como migração intrametropolitana, a partir dos quesitos "data-fixa" e "última etapa", considerando as informações disponíveis no Censo Demográfico de 2010. Não obstante a reconhecida qualidade dos dados e a abrangência da pesquisa, a ausência de informações sobre a migração intramunicipal representa uma importante limitação,

sobretudo para municípios com mercado habitacional aquecido e com território e área de ocupação extensa.

Essas limitações permitem-nos questionar: qual a importância da migração intramunicipal frente ao conjunto de movimentos migratórios intrametropolitanos? Até que ponto há pertinência em tratarmos como sinônimo a mobilidade residencial e a migração intrametropolitana, considerando o papel decisivo desses fenômenos para o processo de produção do espaço e das áreas de habitação?

O objetivo deste artigo é o de refletir sobre a mobilidade residencial no contexto das grandes aglomerações urbanas, analisando a importância da migração intramunicipal na trajetória domiciliar das famílias na periferia metropolitana. Nossa hipótese é a de que os dados do censo, ao se restringir a levantar as trocas entre diferentes municípios, limitam o acompanhamento de uma parcela da mobilidade residencial, presente na base da produção da cidade, sobretudo para a população residente nas periferias urbanas pobres e nas áreas recentes de expansão metropolitana.

Como forma de atingir os resultados, a trajetória de mobilidade residencial das famílias residentes em bairros socialmente periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória será analisada, e utilizada para compreender os movimentos dentro ou entre diferentes municípios, suscitando o debate sobre as abordagens, seus limites e potenciais. Para tal foram utilizados dados primários de pesquisa, captados por amostragem domiciliar sistemática em 2022 de setores censitários, previamente selecionados a partir dos microdados do Censo Demográfico de

2010, assim como imagens de satélite, que permitiram identificar áreas de expansão urbana em nível regional.

Os resultados reforçam que a mobilidade residencial e a migração intrametropolitana são fenômenos distintos, e que a abordagem de ambos como se fossem sinônimos limita o potencial analítico e explicativo dos dois conceitos, restringindo os resultados encontrados na sua relação com a produção do espaço urbano.

Migração intrametropolitana e mobilidade residencial: sinônimos?

No Brasil e na América Latina, migração intrametropolitana e mobilidade residencial muitas vezes são tratadas como fenômenos tão próximos, que possibilitam usar os termos como sinônimos (Cf. CUNHA, 1994, 2018; 2022; JARDIM, 2005; SOBRINO, 2010 dentre outros), assim como mobilidade residencial intrametropolitana (DUHAU, 2003; DOTA, 2015). Importante ressaltar que não é pelo fato de não se compreender as diferenças existentes entre as definições e os limites dessa opção, mas principalmente pela falta de dados específicos, sobretudo secundários, que permitam objetivamente separar esses dois fenômenos.

Os dados amplamente empregados nesses estudos são os do Censo Demográfico, que só consideram migrantes pessoas que trocam de residência entre municípios distintos. Essa definição, fundamentalmente operacional, atende às orientações da ONU para os recenseamentos e vem sendo aplicadas no censo brasileiro e de vários outros países. Não obstante avanços e modificações ao longo

do tempo em termos de quesitos captados pela pesquisa nacional (RIGOTTI, 1999; 2011).

Cabe destacar que, para o país como um todo essa definição é coerente e permitiu análises robustas da dinâmica migratória associadas às grandes transformações estruturais vivenciadas durante o processos de industrialização, urbanização (SINGER, 1976; PACHECO; PATARRA, 1998) e mais recentemente a reestruturação produtiva, a abertura da economia (CUNHA; BAENINGER, 2007; BAENINGER, 2012) e as políticas econômicas e sociais implementadas pelos diferentes governos (LIMA; BRAGA, 2013; LIMA; SIMÕES, HERMETO, 2016; DOTA; QUEIROZ, 2019).

Para as grandes aglomerações urbanas em contexto de conurbação, forte integração e interdependência, os limites municipais passam a ser mais político-administrativos que representarem de fato uma "fronteira" à vida cotidiana e às formas de habitar e consumir a cidade. É nesse contexto, de "uma só cidade" composta por múltiplos municípios (MATOS, 2005), que a captação da migração a partir da troca de município de residência passa a apresentar limites, tanto pelos múltiplos movimentos intramunicipais não considerados, como pelos fronteiriços entre os municípios que ganham um caráter diferenciado em relação a outros idênticos, que por quadras, ruas ou metros, não foram considerados por não terem cruzado um limite político-administrativo.

Diante disso, esse "consenso" em se considerar como sinônimos migração intrametropolitana e mobilidade residencial está relacionado, de um lado, aos limites dos dados disponíveis e, de outro, do entendimento de que é possível considerá-los assim, já que

grande parte da migração intrametropolitana seria classificada como mobilidade residencial, caso os dados permitissem essa diferenciação.

Não obstante estar de acordo com esse entendimento, é primordial aprofundar a investigação das diferenciações por três aspectos fundamentais: (1) nem toda a migração intrametropolitana tem as mesmas características da mobilidade residencial, o que limita o alcance e a profundidade das análises; (2) a não captação dos movimentos intramunicipais reduzem drasticamente os volumes dos intrametropolitanos, cerceando a possibilidade de se analisar o real peso da redistribuição espacial da população na dinâmica urbana e de seus resultados nas grandes aglomerações e (3) dos riscos de seletividade nas "fronteiras" municipais, considerando as intensas desigualdades, de se estar captando mais alguns grupos populacionais em detrimentos de outros, nas diferentes porções das regiões metropolitanas.

Diferenciando a migração intrametropolitana, a mobilidade residencial e a migração intramunicipal

A diferenciação dos fluxos segundo as modalidades migratórias tem sido uma estratégia interessante para compreender os condicionantes e as relações existentes entre estes e os processos de transformação da sociedade em cada momento histórico.

Por migração intrametropolitana entendemos o conjunto de movimentos migratórios que ocorrem dentro do recorte territorial metropolitano, inclusive a mobilidade residencial, que é fenômeno

distinto deste e da própria migração intramunicipal. Destaca-se, portanto, que a migração intramunicipal e a intrametropolitana se referem a movimentos ligados diretamente a recortes político-administrativos formais, como os municípios que compõem uma região metropolitana.

Por outro lado, a mobilidade residencial não se restringe ou está limitada especificamente aos recortes formais, dependendo mais da territorialidade[1] dos indivíduos na cidade, ou seja, da circulação para a realização da vida cotidiana.

Na definição de Módenes (2008), a mobilidade residencial se diferencia de outras modalidades migratórias justamente pelo destino se restringir a uma área próxima da de origem, em geral também de frequentação costumeira. Ou seja, movimento de curta distância motivado majoritariamente pela dimensão habitacional.

Essa definição evidencia a diferença da migração intrametropolitana. Nesta, parcela dos movimentos não representam unicamente a mudança do domicílio, mas também impactam decisivamente as formas e a dinâmica cotidiana de vida do migrante. No conjunto de movimentos dentro da migração intrametropolitana há aqueles que podem ser classificados como mobilidade residencial, de um lado, e uma parte que guarda mais proximidade com movimentos migratórios de média distância do que propriamente com a primeira, justamente por gerar rupturas com a vida cotidiana.

[1] Conforme Hasbaert (2010), territorialidade é o conjunto de ações de controle do território através de práticas políticas, econômicas e culturais exercidas por grupos ou indivíduos. Está ligado, portanto, a como as pessoas se organizam no espaço e dão significado ao lugar.

Na Figura 1, correndo o risco de simplificar demasiadamente um rico e complexo debate, apresentamos o que se capta através da definição de migração no Censo Demográfico e o que deixamos de observar[2]. Nesta vemos que todos os movimentos intramunicipais são "ignorados" pela definição de migração como movimento entre diferentes municípios.

Na figura, diferencia-se:

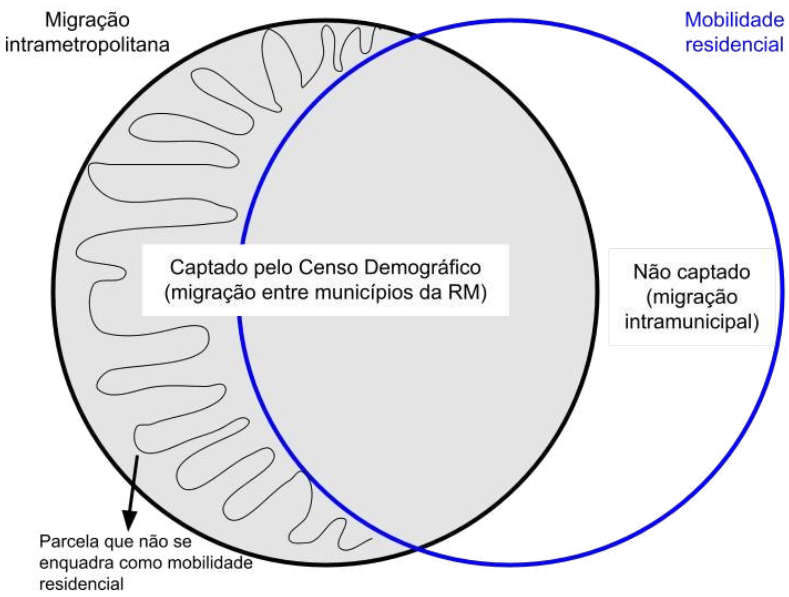
- a mobilidade residencial, que inclui os movimentos intramunicipais e parte dos intrametropolitanos, sobretudo os de curta distância;

- a migração intrametropolitana, que inclui movimentos de média distância entre municípios da região metropolitana até aqueles de curta distância, mas ignora, pela definição, os movimentos intramunicipais.

Diante disso, uma das possibilidades vislumbradas é a de utilizar dados primários de maneira complementar ao Censo Demográfico, de modo que se possa inferir a intensidade dos movimentos intramunicipais frente ao conjunto de movimentos intrametropolitanos, permitindo, portanto, uma aproximação mais acurada à mobilidade residencial.

Figura 1. População captada e não captada nos dados do Censo Demográfico considerando definição clássica de migração.

[2] As proporções nos círculos não fazem menção à realidade em termos de volume dos movimentos, pois não temos condições de fazer essa mensuração pela ausência de dados, e que podem variar conforme a característica dos recortes analisados.



Elaborado pelo autor.

A importância dessa estratégia, considerando os limites - principalmente orçamentários - para coleta de dados primários é verificar em que medida determinado grupo populacional tem sua mobilidade residencial devidamente captada. Como bem pontua Haesbaert (2010), a partir dos conceitos de territorialização e desterritorialização, as mobilidades e permanências *per se* não representam boa ou má situação: no mundo fluído contemporâneo, há desterritorializados na imobilidade, ao mesmo tempo em que os grupos privilegiados se encontram territorializados no movimento.

O contexto absoluto e relativo, em termos sociais, territoriais, estruturais e de agência compõem uma gama de elementos a se considerar para compreender corretamente a situação de cada grupo populacional.

Materiais e métodos

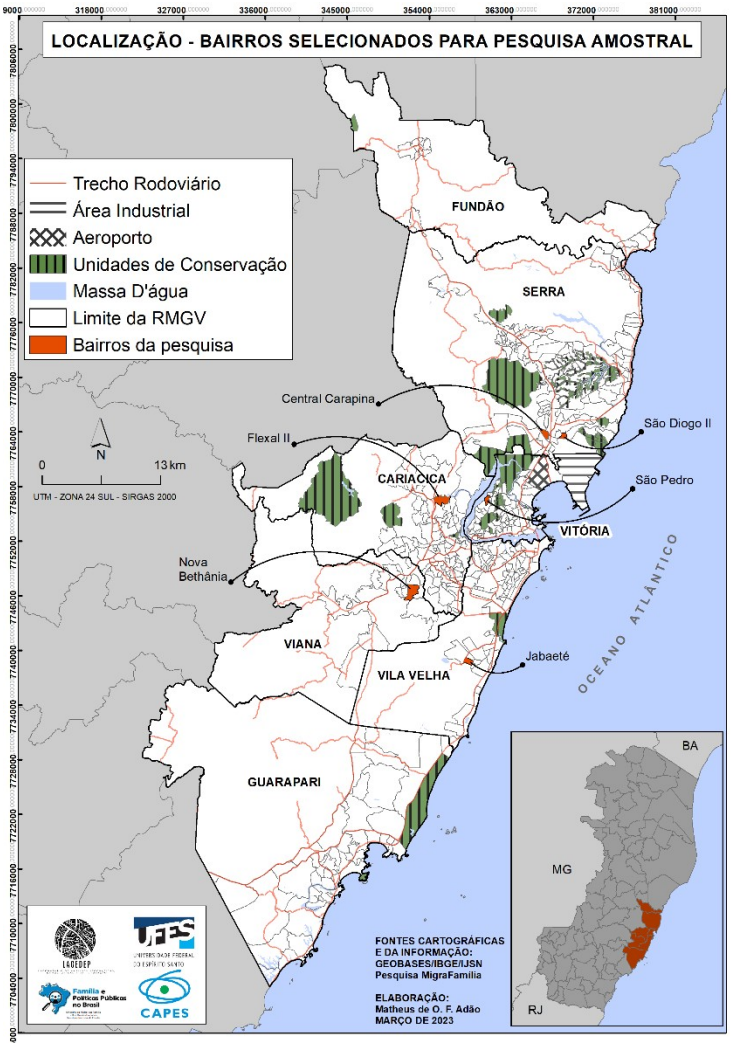
Para atingir os objetivos utilizamos dados primários produzidos no âmbito da pesquisa "Dinâmica demográfica familiar e padrão migratório no Brasil: transformações desde os anos 1990" (CAPES-SNF). O questionário dessa pesquisa contempla a caracterização familiar, com informações sobre a ocupação, a renda, o arranjo domiciliar e o local de trabalho. Há informações também sobre o compartilhamento de despesas domésticas para os casos em que há mais de um domicílio no mesmo terreno.

Sobre a trajetória domiciliar, a observa a partir de duas perspectivas: na primeira, pergunta sobre a aspiração por migração futura e busca captar os motivos para a existência da aspiração ou para a sua não-existência, considerando o contexto de vida das famílias. Na segunda, reconstitui a trajetória migratória da família, captando os motivos dos deslocamentos, as origens e os destinos de cada etapa migratória, desde a formação da atual família do responsável pelo domicílio ou sua entrada na região metropolitana. Por fim, coletou-se também informações sociodemográficas do responsável, como escolaridade, tempo de união e forma de ocupação do domicílio.

A pesquisa de campo foi realizada em de setores censitários de seis bairros socialmente periféricos da Região Metropolitana da Grande Vitória (Figura 2), selecionados a partir da análise espacial dos microdados do Censo Demográfico de 2010 considerando: (1) a intensidade de migrantes intrametropolitanos segundo a área de ponderação e (2) o rendimento domiciliar médio segundo o setor

censitário, priorizando aqueles de menor rendimento. Ademais, incluiu-se a proximidade com áreas de expansão urbana em nível regional, esta última analisada a partir de imagens de satélite entre os anos 2010 e 2020.

Figura 2. Municípios que compõem a RM da Grande Vitória e bairros com setores censitários sorteados para amostragem.



Esses critérios permitiram uma aproximação com as áreas de concentração dos migrantes intrametropolitanos de baixa renda, ao mesmo tempo em que possibilitou identificar as áreas de expansão urbana que, por essência, concentra fluxos de mobilidade residencial.

O plano amostral foi realizado em duas fases: após a identificação dos setores censitários e sorteio dos mesmos com as características específicas citadas (conglomerados), procedeu-se com o sorteio dos domicílios localizados nesses setores, por meio de uma amostragem sistemática. Em cada um deles, o domicílio foi a unidade de amostragem para a coleta de dados e o entrevistado foi o responsável por ele ou uma pessoa adulta com conhecimento da dinâmica familiar. A coleta abrangeu 300 domicílios, cujos dados serão analisados na sequência.

Mobilidade residencial na periferia metropolitana

A análise da trajetória de mobilidade residencial, considerando origem, destino, momento do movimento e as motivações, é uma das formas para se analisar a importância da mesma para as famílias. É um meio de se compreender, portanto, como se desenvolveram as estratégias de localização residencial diante do contexto vivido ao longo do tempo.

Estudos anteriores (SINGER, 1976; CUNHA, 1994, 2018; 2022; DUHAU, 2003; JARDIM, 2005; SILVA; RODRIGUES, 2010; DOTA, APARÍCIO, 2021; BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021) reforçam que não há aleatoriedade na localização espacial das famílias no espaço metropolitano, mas sim um conjunto de

elementos, estruturais e conjunturais, que conformam as possibilidade dessa localização.

Singer (1976) já apontava, para os fluxos campo-cidade, que eram as classes sociais que se moviam pelas mudanças estruturais em curso, e que o lugar desse migrante na estrutura social já estava direcionado pelo relacionamento social, a partir da sua situação de classe.

Na trocas intrametropolitanas, as origens e destinos dos movimentos segundo a condição socioeconômica dos indivíduos e famílias se diferenciam de maneira relevante.

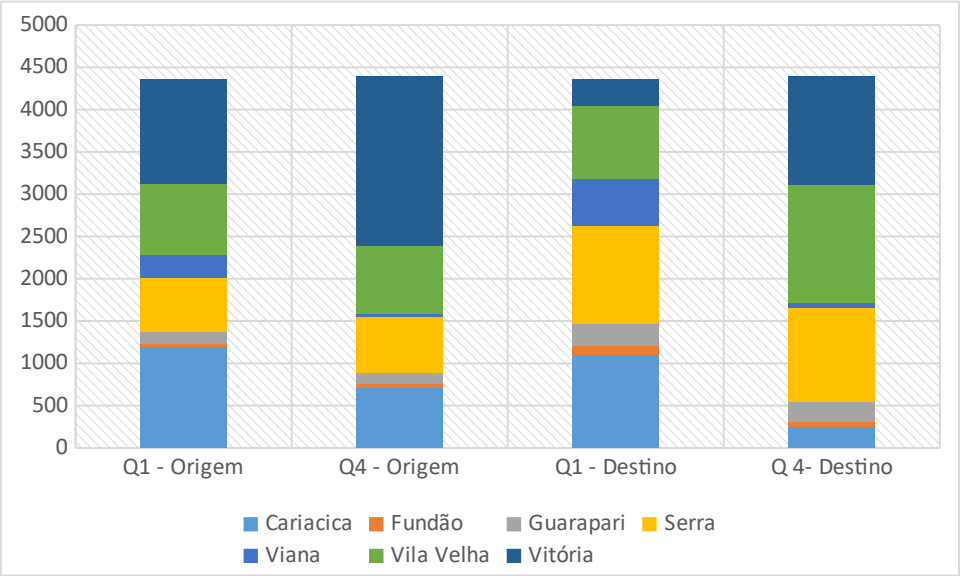
Cunha (1994) mostrou essa relação para a RM de São Paulo quanto às áreas de expansão urbana da década de 1970. Silva e Rodrigues (2010), em uma análise comparativa das principais regiões metropolitanas brasileiras, destacou semelhanças nos processos em construção quanto às relações entre o núcleo metropolitano e os municípios do entorno.

Já Dota (2015) mostrou como os eixos de expansão urbana da população pobre se diferenciava substancialmente do direcionamento da parcela mais abastada na década de 2000 na RM de Campinas. As similitudes gerais nas trocas evidenciadas por Silva e Rodrigues (2010), portanto, se diferenciam internamente a partir das características territoriais, econômicas e sociais próprias de cada uma das aglomerações urbanas (CUNHA, 2018).

Dota e Aparício (2021) mostraram, para a RM da Grande Vitória, nosso recorte espacial de análise, que as trocas entre os municípios também se diferenciavam de maneira relevante. Conforme o Gráfico 1, que apresenta os municípios de origem e destino dos migrantes intrametropolitanos no primeiro (Q1) e

quarto (Q4) quartil da renda regional, é possível verificar a heterogeneidade na distribuição dessas migrantes.

Gráfico 1. Origem e destino dos migrantes intrametropolitanos segundo município, do primeiro (Q1) e quarto (Q4) quartil da renda domiciliar regional. Municípios da RMGV, 2010.



Fonte: Censo Demográfico de 2010. Adaptado de Dota e Aparício (2021).

Enquanto Cariacica aparece como principal município de origem dos migrantes intrametropolitanos mais pobres (Q1), perde espaço enquanto origem dos mais abastados (Q4), que tem Vitória com quase 50% do volume. Quanto ao destino, os migrantes mais abastados se distribuem, quase que igualitariamente em volume, entre Vitória, Vila Velha e Serra. Para os migrantes no primeiro quartil da renda (Q1), Vitória é um município pouco atrativo, sendo

Cariacica e Serra os principais destinos, seguido por Vila Velha e Viana.

Essa diferenciação ressalta as desigualdades regionais do mercado habitacional e de terras que vão, a partir das trocas promovidas pela migração, conformando as desigualdades socioeconômicas em nível regional.

Considerando as trezentas famílias entrevistas, 88,0% (265) afirmaram ter feito algum movimento residencial, sendo que 85 (32,1%) destas apontaram os últimos 5 anos como período de realização de ao menos um movimento.

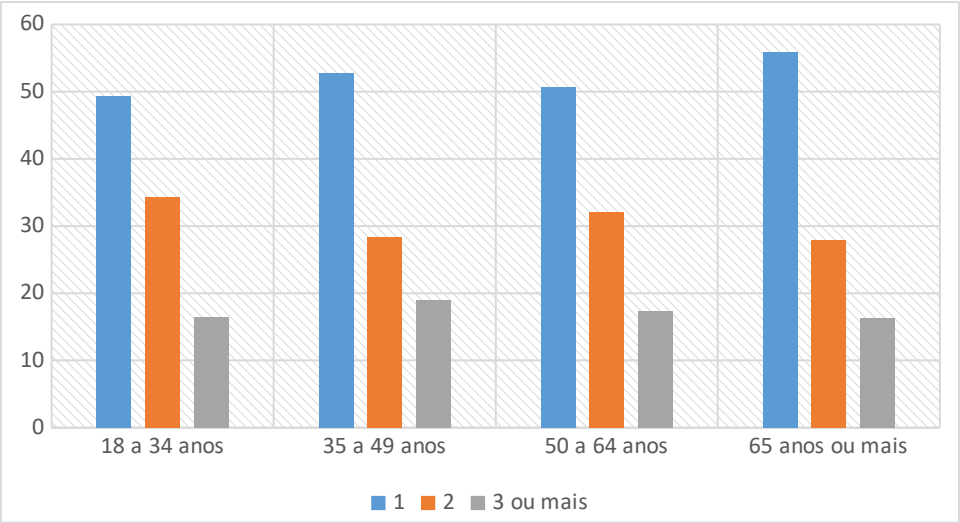
Em relação ao número de movimentos realizados, a maior parte das famílias (51,7%) fizeram apenas um movimento, e outras 30,9% fizeram dois. Há registro, contudo, de famílias com até 7 trocas de residência. Interessante notar que, ao observar o número de movimentos segundo a idade do responsável, conforme Gráfico 2, o mesmo padrão é observado: independentemente da idade do responsável, ter realizado apenas um movimento é predominante, com as mesmas intensidades para dois e três ou mais movimentos em todas as faixas consideradas.

É importante salientar que, considerando o tempo de exposição a novos movimentos pelas famílias com responsáveis mais velhos, a semelhança nos padrões entre as idades chama a atenção. Há que se considerar, nesse sentido, que os condicionantes da mobilidade residencial podem ser fatores explicativos para o padrão no número de deslocamentos observados em todas as idades.

A aquisição da casa própria como resultado do movimento, por exemplo, é apontado como importante fator de imobilização espacial (ROSEMAN, 1983). O contexto de vida das famílias

também precisa ser considerado: em se tratando de um grupo populacional vulnerável à pobreza, a perspectiva de um novo movimento levar à ascensão social pode não se apresentar no horizonte, fortalecendo a permanência, sobretudo após o estabelecimento de redes e vínculos.

Gráfico 2. Número de movimentos domiciliares (%) segundo a idade do responsável pelo domicílio. Bairros selecionados da RMGV, 2022.

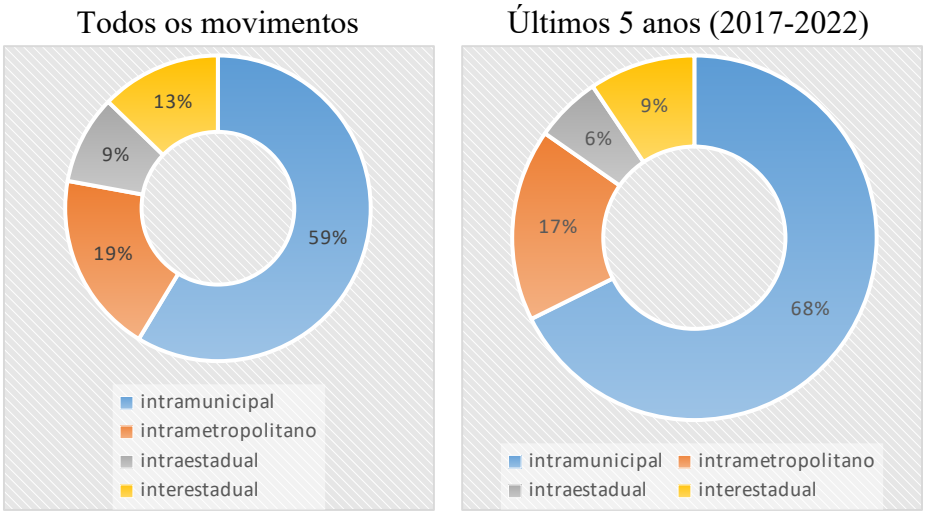


Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Em relação ao tipo de movimento realizado pelas famílias, percebe-se a primazia das trocas intramunicipais, que representaram 59% quando se considera todos os movimentos captados e 68% daqueles realizados no período 2017-2022, ou seja, os últimos 5 anos considerando a data de referência da pesquisa (Gráficos 3 e 4).

Esses resultados ressaltam o papel das trocas intramunicipais no contexto dos deslocamentos, ou seja, se as trocas entre os municípios têm papel decisivo, ao menos para o grupo populacional pesquisado, visto que as trocas intramunicipais representaram 2/3 das ocorridas nos últimos 5 anos, sendo basilar a sua consideração para a compreensão do papel da mobilidade residencial enquanto estratégia familiar e para os processos de produção do espaço e modificação da geografia da população.

Gráficos 3 e 4. Proporção das trocas de residência segundo a modalidade migratória. Bairros selecionados da RMGV, 2022.



Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Portanto destaca-se a necessidade de aprofundamento nas reflexões sobre a mobilidade residencial, mais especificamente lançando mão de estratégias que permitam avançar para análises além das trocas entre fronteiras político-administrativas.

Assim, se grande parte dos movimentos ocorrem dentro dos limites municipais, podemos supor que estes contribuem decisivamente com a dinâmica local do mercado de terras que, por sua vez, impacta os movimentos em outras escalas. Desta forma, são movimentos complementares, de influência mútua, que precisam ser devidamente considerados para uma leitura completa da contribuição da mobilidade espacial da população para a modificação do espaço urbano local e regional.

Motivações para a mobilidade residencial

Os condicionantes para a mobilidade residencial são diversos, mas justamente pelas suas especificidades em relação a outras modalidades migratórias, as questões habitacionais aparecem como elemento decisivo para a tomada de decisão e, portanto, como principal elemento motivador para o deslocamento (MÓDENES, 2008; CUNHA, 2018).

Courgeau e Lelievrë (2006) citam que essa diferenciação nas principais motivações apresenta forte relação com a distância do movimento: movimentos de curta distância têm os fatores habitacionais como principais, enquanto nos movimentos mais longos o trabalho possui maior importância.

A mobilidade pode ser voluntária, em busca de melhor localização no tecido urbano, como estar mais próximo do trabalho, num bairro com amenidades para a família, para aquisição da casa própria, para residir em uma casa mais adequada à necessidade da família, em termos de tamanho, custo ou outro elemento, por exemplo. Essa mobilidade voluntária, contudo, é acessível

principalmente para a população de alto poder aquisitivo, como resultado da mobilização de seus recursos.

A mobilidade também pode ser involuntária, derivada de desastres ambientais, remoções e desocupações, fuga de problemas como a violência e outros conflitos familiares ou sociais, busca por suprir as necessidades básicas para reprodução social, etc. Desse modo, a análise das motivações que colocam as pessoas e famílias em movimento pode derivar de inúmeras situações, em grande medida correlacionadas com o grau de vulnerabilidade em que se encontram.

No caso aqui analisado, processos históricos de produção do espaço que resultam em intensas desigualdades em nível regional aparecem como principal condicionante dos movimentos da população ao longo do tempo. Nesse sentido, mesmo nos casos em que a mobilidade residencial tem forte caráter de voluntarismo e de liberdade na decisão individual, os condicionantes históricos das desigualdades intraurbanas limitam as opções e direcionam as escolhas a seguirem o mesmo padrão histórico de desenvolvimento das cidades.

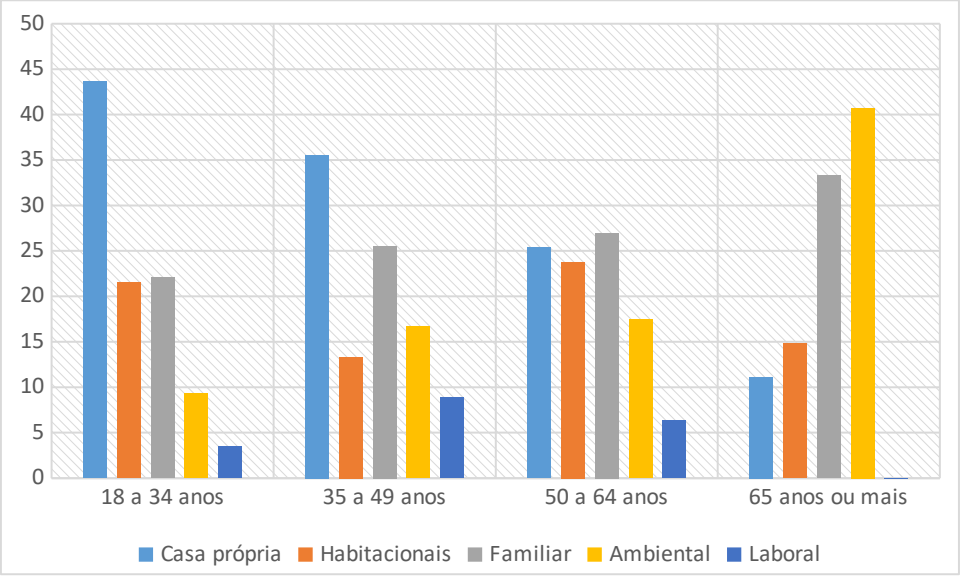
Tal contexto revela que mesmo a mobilidade voluntária se dá num contexto de direcionamento, continuando os processos de produção do espaço ora observados e, em muitos casos, intensificando as desigualdades e diferenças pré-existentes.

Como mostra o Gráfico 5, os motivos habitacionais (deslocamento para aquisição da casa própria e outros motivos habitacionais) foram predominantes para os deslocamentos realizados pelos grupos mais jovens, principalmente a aquisição da

casa própria, que respondeu por 44% para o primeiro grupo (18 a 34 anos) e 36% para o segundo (35 a 49 anos).

Para os outros grupos, diferenças significativas foram observadas: no grupo cujo último deslocamento ocorreu quando tinham entre 50 e 64 anos, os motivos familiares se destacaram com 27%, enquanto para os movimentos realizados após os 65 anos de idade foram os motivos ambientais e familiares os mais importantes, representando juntos 74% das indicações.

Gráfico 5. Motivo principal e secundário do último deslocamento (%) segundo a idade do responsável no momento do deslocamento. Bairros selecionados da RMGV, 2022.



Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Essa discrepância nos motivos apresentados é de extrema relevância, pois aponta para processos distintos na base dos movimentos, que afetam famílias de maneira diferenciada conforme

o período do ciclo de vida. O ciclo de vida, nesse contexto, tem papel central nas decisões e na dinâmica da mobilidade espacial da população, já que a composição da família ao longo do tempo não é neutra (SHAPIRA; GAYLE; GRAHAN, 2019; BECCENERI; BRUSSE; APARICIO, 2021), impactando decisivamente a vulnerabilidade à pobreza, sobretudo nas famílias com crianças, que dependem do cuidado integral dos seus responsáveis, e nem sempre contam com políticas públicas de apoio para tal.

Ao mesmo tempo há que se destacar os efeitos de período, ou seja, as conjunturas vivenciadas pelas famílias em cada momento histórico. Nesse caso, especificamente, se houve alteração na importância das motivações ao longo do tempo, considerando que as transformações estruturais vivenciadas pelo Brasil nas últimas décadas impactaram decisivamente a migração nas suas mais diversas modalidades e escalas (CUNHA, 2015; LIMA; BRAGA, 2013).

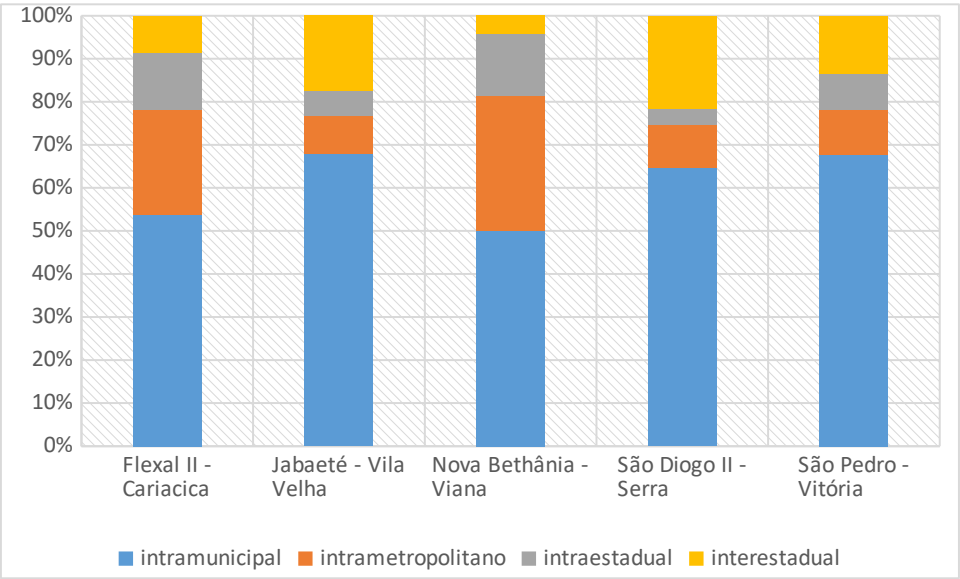
Nesse contexto, ao longo da década de 2010, sobretudo em sua primeira metade, as grandes e médias cidades brasileiras receberam fortes investimentos derivados do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que modificaram não apenas o território metropolitano, mas criaram fluxos de mobilidade residencial (CASSAB; SOUZA, 2019) modificando a geografia da população.

No contexto da RM de Vitória, como mostram Dota e Ferreira (2019), a concentração desses investimentos se deu em eixos de expansão na periferia metropolitana pouco considerados pelo mercado até então. No caso dos resultados aqui apresentados, não houve influência direta, visto que os setores visitados não compuseram área de investimentos do MCMV.

Nessas grandes aglomerações urbanas deve-se considerar as áreas de expansão e as taxas de crescimento populacional como elementos definidores dos condicionantes da mobilidade residencial em cada período histórico. Nesse ínterim, a análise da caracterização da mobilidade residencial nas diferentes porções da região metropolitana é a forma como se pode compreender se há discrepâncias relevantes segundo a localização das áreas e, havendo, quais indicativos essas distinções geram para a presente reflexão.

O Gráfico 6 revela uma diferenciação na composição dos fluxos, que se direcionaram para os bairros selecionados e ajudam a compreender processos e a dinâmica em curso nas diferentes áreas de habitação da metrópole.

Gráfico 6. Modalidade migratória (%) segundo o destino do deslocamento. Bairros selecionados da RMGV, 2022*.



Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor. *A amostra do setor de Central Carapina, em Serra, não permite análise exclusiva.

Para todos os bairros, ao menos metade dos deslocamentos tiveram origem no próprio município. Tal constatação reforça, novamente, que a importância da migração intramunicipal é decisiva em termos de ocupação das áreas habitáveis para a população analisada. Da mesma forma, a proporção de migração intrametropolitana varia, e isso está ligado à forma como o bairro se insere no contexto urbano-regional.

No caso de Nova Bethânia, em Viana, em que 30% dos migrantes era de outro município da RMGV, 68% destes residiam anteriormente em Cariacica ou Vila Velha, municípios com limites próximos do bairro e cujo espraiamento da urbanização tem se direcionado para Viana.

No caso do bairro Flexal II, em Cariacica, 75% residiam anteriormente em Vitória e Vila Velha. O bairro, com fácil acesso a partir da Rodovia do Contorno, trecho da BR-101 que contorna a Baía de Vitória, tem localização estratégica para acessar os principais municípios da RMGV.

Das pessoas ocupadas, 78,3% declararam trabalhar em outro município da RMGV, valores intensos corroborados pela alta proporção de pessoas ocupadas do município que trabalham fora de Cariacica, cujo volume em 2010 chegou a mais de 60 mil pessoas, principalmente em Vitória (53%) e Vila Velha (27%) (DOTA; FERREIRA, 2019).

No caso dos bairros Jabaeté, em Vila Velha, e São Diogo II, em Serra, a alta proporção de migrantes interestaduais é que se

destaca, percebendo-se nestes casos, como mostra Silva (2016) para o bairro Jesus de Nazareth, que há uma intensa atuação das redes migratórias, perfazendo a concentração de migrantes com origens e destinos coincidentes. Importante citar que os dois bairros são de formação mais recente em comparação aos outros, o que também aparece como elemento explicativo para a maior intensidade de migrantes interestaduais.

Os dados da Tabela 1 permitem aprofundar esse entendimento, ao mostrar os motivos principais do último deslocamento familiar, assim como a existência ou não de aspiração para futura mobilidade residencial.

Apesar de uma certa padronização nos motivos, com destaque para os habitacionais devido ao efeito "casa própria", alguns dados se destacam. São Diogo II apresenta maior proporção dos motivos habitacionais (64,0%) e menor em familiares e redes (12,0%) e ciclo de vida e ambientais (4,0%) na comparação com o restante. Essa diferença possivelmente esteja associada com a formação recente do bairro e a precarização evidente nas condições dos moradores.

Tabela 1. Motivo principal do último deslocamento e aspiração por mobilidade residencial (%) o local de residência. Bairros selecionados da RMGV, 2022.

	Flexal II - Cariacica	Jabaeté - Vila Velha	Nova Bethânia - Viana	São Diogo II - Serra	São Pedro - Vitória
Habitacionais	48,8	58,7	54,1	64,0	53,5
Casa própria	39,0	34,8	37,8	48,0	41,9
Familiares e redes	26,8	23,9	27,0	12,0	22,1
Ciclo de vida e	14,6	10,9	10,8	4,0	7,0

motivos ambientais					
Trabalho	9,8	6,5	8,1	20,0	17,4
Aspiração por mobilidade residencial					
1 ano	12,0	14,3	10,6	3,2	13,9
5 anos	36,0	18,4	19,1	9,7	16,8
Motivos da não aspiração					
Imóvel próprio	38,5	42,6	34,1	26,7	37,3
Apreço pelo lugar/vizinhança	38,5	34,0	41,5	33,3	45,8
Rede de apoio	17,9	8,5	22,0	6,7	10,8
Falta de condições econômicas	5,1	14,9	2,4	33,3	6,0

Fonte: Pesquisa MigraFamília. Tabulações especiais do autor.

Os dados de aspiração por mobilidade residencial futura – que usamos aqui como indicador do momento atual da família em relação ao conjunto de variáveis que podem motivar o movimento – ajudam a compreender essa especificidade. São Diogo é justamente o bairro em que 33,3% das pessoas citaram que não possuem aspiração por mobilidade por falta de condições econômicas, ao mesmo tempo em que apresentou o menor volume de aspiração por mobilidade em 1 ou 5 anos.

Bairros mais consolidados, como São Pedro, Nova Bethânia e Flexal II, apresentam dados mais parecidos entre si, enquanto Jabaeté aparece numa posição intermediária, com níveis de aspiração por mobilidade residencial próximos entre 1 e 5 anos e com (14,9%) das famílias apontando a falta de condições econômicas para não aspirarem a mobilidade residencial.

Destaca-se, ademais, o apreço pelo lugar de moradia e vizinhança, motivo apontado por pelo menos um terço das famílias que não tinham aspiração por mobilidade residencial, alcançando 45,8% em São Pedro. Quanto à rede de apoio, a categoria variou de 22,0% em Nova Bethânia e 6,7% em São Diogo II, dados que também indicam relação com o momento de vida das famílias.

A análise conjunta da categorização dessas três dimensões (motivo do último deslocamento, aspiração por mobilidade residencial e motivos para não aspiração) possuem potencial indicativo importante, pois permitem o entrelaçamento de eventos, como a mobilidade residencial, com momentos, perspectivas, expectativas que, direta ou indiretamente, representam a vida cotidiana das famílias e, portanto, fazem parte dos fatores que influenciam as tomadas de decisão.

A heterogeneidade da periferia metropolitana aparece como elemento determinante na avaliação dos motivos da mobilidade residencial pregressa, assim como nas aspirações e perspectivas de mobilidade futura.

Considerando a importância estratégica econômica e social da mobilidade residencial para as famílias e também como evento estressante de diversas ordens, inclusive para a estabilidade conjugal (SHAPIRA; GAYLE; GRAHAM, 2019), os resultados apresentados possuem forte apelo às políticas públicas no espaço metropolitano, sejam elas habitacionais, de infraestrutura, de atendimento educacional, de saúde e bem estar etc., visto que a vida familiar é abrangente e necessidade de um olhar coerente com essa amplitude.

Considerações finais

A problematização da mobilidade residencial a partir das trajetórias, não analisados através de dados secundários disponíveis no Brasil, reforçam a necessidade de se avançar em lógicas e estratégias metodológicas de confluência entre dados secundários e primários nos estudos dos deslocamentos intrametropolitanos.

Não obstante à dificuldade em se levantar dados primários em quantidade e qualidade suficiente para tal análise, como bem pontuado por Cunha (2022), é na busca pelo que não é captado nas pesquisas tradicionais, como o Censo, que mora a oportunidade de identificar novos elementos ou de revelar processos e dinâmicas que, eventualmente, possamos estar interpretando de maneira incompleta ou até equivocada.

Os resultados aqui apresentados apontam para uma perspectiva de complementação entre as diferentes modalidades migratórias. Especificamente no caso da população amostrada, é evidente como os fluxos de mobilidade residencial são de curtíssima distância, conforme oportunidades e necessidades são vislumbradas a partir da vida cotidiana, que se modifica intensamente ao longo do tempo.

Nesse caso, é possível afirmar que, se estamos observando o papel da redistribuição espacial da população para os eixos de expansão urbana e demográfica em nível regional, os dados secundários são pertinentes e suficientes. Contudo, se queremos compreender a mobilidade residencial enquanto estratégia de vida frente às estruturas e conjunturas.

Ou seja, se e como esses movimentos impactam a vida individual e familiar, mas também transforma o território em escalas locais, devemos ampliar o leque metodológico para incluir movimentos, modalidades e pessoas não captadas nas pesquisas secundárias, mas que exercem papel relevante nessas dimensões.

No caso das grandes aglomerações urbanas, esse movimento metodológico reflete justamente a sua complexidade e abrangência, sendo coerente com a dinâmica urbana e regional específica dessas áreas de concentração de população, riquezas e desigualdades.

O debate aqui desenvolvido abre agendas a fim de compreender como se constrói o processo de valorização do lugar de residência, tão relevante mesmo em localidades cujas condições de habitabilidade não são as ideias. Seriam as aspirações por mobilidade residencial um fator determinante da forma como as pessoas avaliam o lugar em que moram?

Não obstante à necessidade de buscar essas respostas, é evidente que a população possui apreço pelo lugar em que vive, em que constrói seus laços e cria seus filhos. Portanto, isso evidencia a necessidade de se considerar esses elementos para a proposição de políticas públicas, que precisa levar em consideração o domicílio para além das paredes e dos muros. Assim, se faz necessário também incluir o processo de sociabilidade comunitária que aparece com tamanha intensidade nas falas.

Referências bibliográficas

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. REMHU: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012.

BECCENERI, L. B., BRUSSE, G. P. DE L., APARICIO, C. A. P. Uma análise espacial dos arranjos domiciliares da Região Metropolitana de São Paulo (1991-2010). *Revista brasileira de estudos de população*, n.38, 2021.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: *Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações*. Campinas: ABEP, 2009.

CASSAB, C.; SOUZA, L. A. Por onde os caminhos nos levam: localização, mobilidade e uso da cidade por moradores de um conjunto habitacional do MCMV em Juiz de Fora-MG. *Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB*, v. 1, p. 1217-1236, 2019.

COURGEAU, D.; LELIËVE, E. Individual and Social motivations for migration. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, G. *Demography: analysis and synthesis*: Elsevier, 2006.

CUNHA, J. M. P. *Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp, 1994.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Lãs migraciones internas em el Brasil Comtemporáneo. *Notas de Población*, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

CUNHA, J. M. P. (Ed.). *Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. In: CUNHA, M. F.; MARCONDES, G. S. (org.) *Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

DOTA, E. M. Mobilidade *Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes*. Tese de doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2015 (pp 221).

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da

Grande Vitória (RMGV). In: LYRA, A. P. R.; FERREIRA, G. L.; FERREIRA, G. A. C.; LIRA, P. S. (orgs.) *Cidade e Metrópole: Coleção Arquitetura e Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, p. 415-430, 2019.

DOTA, E. M.; APARICIO, C. A. P. Mobilidade residencial e as novas dinâmicas familiares no Brasil. *Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*, 2021.

DUHAU, Emilio. División social del espacio metropolitano y movilidad residencial. *Papeles de población*, v. 9, n. 36, p. 161-210, 2003.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2010.

JARDIM, A. P. Mobilidade intrametropolitana no Rio de Janeiro. *Revista Tamoios*, v. 1, n. 1, 2005.

LIMA, E. E. C.; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 30, p. 57-75, 2013.

LIMA, A. C. C.; SIMOES, R.; HERMETO, A. M. *Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010*. EURE (Santiago), Santiago , v. 42, n. 127, p. 29-54, sept. 2016.

MARTINE, G.; NEIVA, I. C.; MACEDO, M. Migração, crise e outras agruras. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos populacionais*, v. 1, n. 4, p. 1449-1476, 1984.

MATOS, R. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. *Cadernos da metrópole*, n.13, 2005.

MÓDENES, J. A. Movilidad espacial, habitantes y lugares: retos conceptuales y metodológicos para la geodemografía. *Estudios Geográficos*, LXIX, n.264, 2008.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. "Movimentos migratórios anos 80: novos padrões?". In: *Anais do Encontro nacional de migrações*. Curitiba: Abep/Ipardes, 1998.

RIGOTTI, J. I. R. *Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo*. Tese de doutorado, CEDEPLAR/UFMG, 1999.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). *Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2011.

ROSEMAN, C. C. A framework for the study of migration destination select. *Population and Environment*, 1983.

SHAPIRA, M.; GAYLE, V.; GRAHAM, E. Moving on and moving out: The implications of socio-spatial mobility for union stability. *Population, Space and Place*, v. 25, n. 2, p. e2180, 2019.

SINGER, P.I. Economia política e urbanização. 3ed. *CEBRAP*, Brasiliense, 1976

SILVA, D. B. *Um estudo de caso da migração baiana na RMGV - O fluxo migratório entre o distrito de Pimenta (Mascote-BA) e o bairro Jesus de Nazareth (Vitória-ES) a partir da década de 1980*. Dissertação de mestrado em Geografia. Vitória, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2016.

SILVA, É. T.; RODRIGUES, J. M. Mobilidade espacial nas Metrópoles Brasileiras: complexidade do espaço urbano. *Territórios*, 22, pp. 11-32, 2010.

SOBRINO, L. J. "Migración urbana". La situación demográfica en México, *CONAPO*, México, 2010.

Submetido em: 15 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 20 de março de 2023.
Aprovado em: 03 de Abril de 2023.

MARIANO DOTA , E. Trajetórias de mobilidade residencial na periferia metropolitana: estratégias e conjunturas. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2893. Acesso em: 22 jul. 2023.

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS CHINESES NO CEARÁ

AN ANALYSIS OF SINO-BRAZILIAN RELATIONS IN THE 21 ST CENTURY: CHARACTERISTICS AND CHALLENGES FACED BY THE CHINESE IN CEARÁ

UNE ANALYSE DES RELATIONS SINO-BRÉSILIENNES AU 21 ÈME SIÈCLE : CARACTÉRISTIQUES ET DÉFIS RENCONTRÉS PAR LES CHINOIS AU CEARÁ

ELIDIANE SILVIA FERREIRA

Doutoranda em Geografia – Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza/CE
E-mail: elidiane.ferreira@aluno.uece.br

Resumo:
O presente artigo tem por objetivo uma reflexão sobre as características e os desafios que os imigrantes de nacionalidade chinesa vivenciam em sua chegada ao estado do Ceará no Século XXI. Para tanto, foi necessário a realização de duas etapas metodológicas, entre elas: um levantamento bibliográfico e de dados secundários realizado junto aos órgãos públicos e privados e a utilização de dados coletados em visitas aos locais de habitação e moradia dos chineses dentro do estado que nos trazem as questões simbólicas relacionadas ao lugar que deixaram para trás. Acreditamos que a migração chinesa no Brasil bem como no Ceará, acompanharam as relações sino-brasileiras no campo político, econômico, social e cultural e confluem para que novas rotas migratórias se estabeleçam entre esses dois países.

Palavras-chave: Migração internacional, relações sino-brasileiras, chineses, Ceará.

Terra Livre	São Paulo	ISSN: 2674-8355	Jul-Dez./2022	37, v. 2, n.59	ISSN: 2674-8355

Abstract:
This article aims to reflect on the characteristics and challenges those Chinese immigrants experience on their arrival in the state of Ceará in the 21st century. To do so, it was necessary to carry out two methodological steps, among them: a bibliographic survey and secondary data carried out with public and private agencies and the use of data collected in visits to places where Chinese living in the state that bring us the symbolic issues related to the place they left behind. We believe that Chinese migration in Brazil as well as in Ceará accompanied Sino-Brazilian relations in the political, economic, social and cultural fields and converge so that new migratory routes are established between these two countries.

Keywords: International migration, Sino-Brazilian relations, Chinese, Ceará.

Résumé :
Cet article a pour objectif de réfléchir aux caractéristiques et aux défis que les immigrants de nationalité chinoise rencontrent à leur arrivée à l'État du Ceará au XXIème siècle. Pour cela, il a fallu réaliser deux étapes méthodologiques, entre elles: une enquête bibliographique et de données secondaires auprès des organisations publics et privés et l'utilisation de données recueillies lors de visites dans les lieux de logement des Chinois au sein de l'État qui nous amènent aux questions symboliques liées au lieu qu'ils ont laissé derrière. Nous croyons que la migration chinoise au Brésil ainsi qu'au Ceará, a accompagné les relations sino-brésiliennes dans les domaines politique, économique, social et culturel et confluent pour que de nouvelles routes migratoires s'établissent entre ces deux pays.

Mots-clés : Migration internationale, relations sino-brésiliennes, chinoises, Ceará.

Introdução

Recentemente, no cotidiano das cidades brasileiras, não tem sido difícil encontrar imigrantes asiáticos, sobretudo os de nacionalidade chinesa, que podem ser notados nos mais diferentes espaços do país.

Com mais intensidade, eles estão inseridos em atividades comerciais que estão ligadas aos circuitos da economia urbana e que estão localizadas nos centros de maior atividade comercial do estado. Eles se espacializam enquanto proprietários de lojas e restaurantes, trabalhadores e consumidores.

No presente século, a migração foi acelerada por uma série de transformações que vêm acontecendo em nível mundial, como o constante progresso dos meios de transportes e dos meios técnicos, além de mudanças estruturais, como problemas econômicos, políticos, civis, religiosos, ideológicos e humanitários que ao longo dos anos intensificaram o deslocamento de populações pelo mundo (BAENINGER, 2017).

Como frutos do processo de globalização surgem alterações e reflexos nas sociedades contemporâneas que imprimem marcas nos mais diversos territórios.

Nesse período, cingido por políticas internacionais, que tendem a facilitar as relações entre os países, a migração de pessoas é auxiliada por tratados, leis, declarações e acordos, mas esse auxílio não chega de forma homogênea para todos e muitas vezes um acordo que beneficia um grupo acaba por dificultar ou até imobilizar outros.

Essa é a realidade do século XXI, que nos apresenta deslocamentos espaciais da população que envolve e transforma a vida daqueles que migram, daqueles que recebem o migrante e

daqueles que veem o migrante partir. São espaços múltiplos que são transformados pela mobilidade de pessoas que buscam melhores condições de trabalho, estudo, crescimento econômico ou pela necessidade de sobrevivência.

Nesse sentido, através de uma leitura geográfica, pretendemos fazer uma análise das relações sino-brasileiras no Ceará, apontando os desafios enfrentados pelos imigrantes de nacionalidade chinesa neste estado.

Os chineses no Brasil

Os primeiros chineses adentraram no país em 1810 e foram conduzidos para o trabalho agrícola. Eles vieram, principalmente, para o cultivo de chá no Rio de Janeiro e se direcionaram para a Fazenda Imperial de Santa Cruz (CHEN, 2010).

Outro fator que culminou com a entrada de imigrantes chineses no Brasil no século XIX, foi a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava, pois o país estava sofrendo pressões para que se abolisse a escravidão e necessitava de trabalhadores.

Ressaltamos, entretanto, que o grande *boom* da imigração chinesa para o país aconteceu no final do século XX e início do século XXI, momento em que as relações entre Brasil e China se estreitaram.

Essa imigração se consolidou no país por muitos motivos, no entanto, dois deles tiveram um caráter impulsionador: a política de abertura econômica da China e as políticas implementadas pelos Governos petistas anteriores, representados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), e a ex-presidente Dilma Rousseff (2011 a 2016), que tinham enquanto proposta de governo, uma política externa de relacionamento, universalização ou

diversificação de parcerias, que consequentemente privilegiou a China por possuir um mercado com alta capacidade de consumo e ao mesmo tempo ser uma grande investidora.

Esses fatores junto a outros acontecimentos como, a abertura econômica e o rápido processo de urbanização da China, fizeram com que esse país asiático se transformasse, em 2009, no principal parceiro comercial do Brasil e, em 2012, o maior fornecedor de produtos importados para o mercado brasileiro. Somado a isso, a China passou a ser um dos maiores mercados compradores das exportações brasileiras e um dos principais parceiros comerciais do Brasil pelo critério de fluxo de comércio (CEBC[1], 2012 - 2013).

Vale ressaltar que, embora tenha demorado muito tempo para que as relações entre Brasil e China se fortalecessem, no governo presidido por Jair Bolsonaro (2019 a 2022), essas relações foram estremecidas devido a conflitos vivenciados entre os dois países. Dentre eles, o desentendimento entre o ex-ministro das relações exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, e o embaixador chinês, Yang Wanming, além de postagens de cunho negativo direcionadas para a China por parte do ex-presidente do Brasil e seus filhos que, mesmo sendo de maneira informal, por se tratar de redes sociais, acabaram por estremecer as relações que há muito tempo vinham sendo construídas.

Atualmente, a situação da imigração chinesa no Brasil é tratada com cautela, pois além de possui um leque de relações

[1] O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) é uma instituição bilateral sem fins lucrativas formada por duas seções independentes e dedicada à promoção do diálogo entre empresas dos dois países. Disponível em: https://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_no_brasil.pdf. Acessado em 22/06/2023.

comerciais, tem um grande contingente de trabalhadores e investidores à disposição do Brasil.

Em séculos anteriores, ao chegarem ao Brasil, os trabalhadores chineses eram direcionados, principalmente, para o estado de São Paulo, mas atualmente, além deste estado, podemos verificar sua presença em inúmeras cidades, grande e média, da rede urbana brasileira onde desenvolvem atividades comerciais em suas áreas centrais (VILELA, 2008). Dentre essas cidades, destacam-se: Vitória da Conquista (BA), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Foz do Iguaçu (PR), Cascavel (PR), João Pessoa (PB), Recife (PE), Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral (CE).

No momento atual, o estado do Ceará, não abriga somente migrantes fugidos das constantes secas que ainda assolam o seu território, mas também, migrantes de várias regiões do Brasil e de outros países, que adentram o estado com o propósito de desempenhar atividades qualificadas ligadas a setores da economia urbana. Na escala internacional, entre os vários grupos que migram para o território cearense, os chineses recebem um lugar de destaque. Eles estão presentes na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como, nas pequenas e médias cidades do Ceará e se inserem enquanto proprietários de lojas e restaurantes, trabalhadores, estudantes, investidores e consumidores.

Esses fluxos migratórios acompanham de alguma forma o crescimento das relações socioeconômicas que se estabelecem entre o país de origem e de destino, e ainda são orientados por políticas migratórias que favorecem a sua mobilidade, eles são, de acordo com Santos (2009), característicos do período atual, em que se

constitui o meio técnico-científico-informacional, cuja a lógica é pautada na produção e no consumo (SANTOS, 2009).

De acordo com Santos (2008) e Montenegro (2013), é a partir da divisão que existe na sociedade urbana dos países subdesenvolvidos que nascem diferentes circuitos de produção, distribuição e consumo, frutos de uma nova divisão internacional do trabalho. Nessa perspectiva se sobressaem dois circuitos, o superior, que faz uso de um alto nível de tecnologia, e o inferior, que emprega técnicas menos modernas.

Os migrantes chineses que chegam ao Ceará, compõem o grupo que se vincula a esses circuitos, sendo que a grande maioria está associado ao circuito inferior da economia urbana[2], e sua principal atividade de ocupação é o comércio.

As relações sino-brasileira(s)

Atualmente, as políticas internacionais tendem a definir as relações entre os países. A participação em blocos políticos ou econômicos, as leis, as declarações e os acordos que são assinados, facilitam os deslocamentos de pessoas e fortalecem suas relações.

Ao longo do século XX e, principalmente, a partir da década de 1990, a presença de chineses na economia urbana passou a ser destaque. Eles migraram não só para o Brasil, mas para muitas cidades vinculadas diretamente à economia mundo[3], como por

[2]Gostaríamos de ressaltar que esta afirmação está pautada na dissertação defendida pela autora, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, em outubro de 2016.

[3]Perspectiva que nasceu com o historiador Fernand Braudel (1988), e foi sendo aperfeiçoada por outros ilustres pensadores, como Immanuel Wallerstein e Giovani Arrighi. "A economia-Mundo envolve um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica".

exemplo: Nova York, Paris, Milão, Londres, Amsterdã, Cidade do México, Buenos Aires, São Paulo, entre outras cidades.

De acordo com Cunha e Mello (2006), a atual migração de chineses para o Brasil ganhou características diferentes em comparação ao final do século XIX e início do século XX.

Do ponto de vista da diplomacia, de acordo com Paulino e Pires (2011), embora as relações internacionais tivessem se iniciado ainda no século XX, os primeiros 25 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China não foram muito expressivos, devido a uma série de crises que a economia brasileira vivenciou entre o período de 1974 a 2002, como a crise energética, a da dívida externa e a fiscal.

Na contemporaneidade, para se entender as migrações internacionais é preciso considerar o contexto de luta e dos compromissos assumidos em prol da ampliação e efetivação dos Direitos Humanos dos migrantes (PATARRA, 2005). Ainda de acordo com a autora,

> os movimentos migratórios internacionais de e para o Brasil foram percebidos como inseridos na reestruturação produtiva em nível internacional. Assim, a crise financeira, o estancamento do processo de desenvolvimento, o excedente de mão-de-obra crescente, a pobreza, a ausência de perspectiva de mobilidade social, entre outras causas, estariam na raiz da nova questão social (PATARRA, 2005, p.25).

Desde 2004, com a visita do presidente Lula à China e reforçada pela visita da ex-presidente Dilma Rousseff em 2011, as relações entre esses dois países se intensificaram e se estreitaram

por meio da consolidação de laços diplomáticos que culminaram com a participação de ambos no BRICS[4].

Os dois países ainda têm atuado de forma conjunta em diversos mecanismos internacionais, como o G20, foro de cooperação internacional em temas econômicos e financeiros, congregando países desenvolvidos e em desenvolvimento com projeção sistêmica na economia mundial para diálogo e cooperação, e o BASIC, grupo informal de diálogo sobre as negociações no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC[5]). Esses grupos representam um espaço de aproximação e discussão sobre diversos tópicos da agenda internacional, como economia, desenvolvimento e mudança do clima.

Em 2010, Brasil e China assinaram o Plano de Ação Conjunta 2010-2014 (PAC), que definiu objetivos, metas e orientações para as relações bilaterais, tendo sido, em maio de 2015, ampliado pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang, com vigência de 2015 a 2021.

Em 2012, por ocasião da visita ao Brasil do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, as relações foram elevadas ao nível de "Parceria Estratégica Global", estabeleceu-se o Diálogo Estratégico Global entre Ministros das Relações Exteriores, e firmou-se o Plano Decenal de Cooperação (2012-2021).

Em 2015, Brasil e China reafirmaram assuntos consulares e de imigração bilaterais em visita realizada pelo Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang. É possível notar com

[4] Agrupamento político criado em 2006 e atualmente composto por cinco países: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

[5] Tratado internacional resultante da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

base na declaração conjunta assinada em Brasília em maio de 2015 que eles se preocuparam e reservaram um espaço para tratar de assuntos pertinentes a migração.

> Os dois Chefes de Governo congratularam-se pela entrada em vigor em ambos os países do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial e do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China e destacaram os esforços conjuntos para ampliar a rede de acordos e medidas de cooperação jurídica bilateral, nas áreas migratória e de documentos de viagem. Reiteraram o compromisso de facilitar, em base de reciprocidade, a concessão de vistos a nacionais do outro país. **(Declaração conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China alusiva à visita do Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang)[6].**

No mesmo período eles também assinaram uma declaração convencionando algumas questões referentes à imigração.

> Trocar informações sobre as respectivas práticas em matéria de vistos, taxas para documentos consulares, proteção de nacionais no exterior, e imigração; continuar a monitorar a implementação do acordo para a simplificação dos procedimentos de solicitação de vistos para empresários; discutir a possibilidade de que sejam adotadas medidas para simplificar os procedimentos para a solicitação de vistos para turistas; promover coordenação entre as autoridades competentes dos dois países para facilitar a circulação de pessoas nos dois sentidos; e tomar medidas concretas para proteger a segurança, os direitos legítimos e interesses dos cidadãos da outra Parte no seu próprio território, em conformidade com suas respectivas legislações

[6] Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2015.

> nacionais **(Declaração conjunta entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China alusiva à visita do Primeiro-Ministro do conselho de Estado, Li Keqiang, 19 de maio de 2015)[7].**

Somado aos muitos acordos, também havia políticas internas que o Brasil vinha implementando para buscar investimentos do exterior e que atraiu com intensidade muitos empreendedores, dentre eles, os chineses que já ensaiavam sua abertura econômica em seu país.

Entre essas políticas estavam a resolução normativa nº 118, de 21 de outubro de 2015, na qual ficou acordado que o Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS poderia autorizar a concessão de visto permanente ao estrangeiro que pretendesse fixar-se no Brasil com a finalidade de investir recursos próprios de origem externa em atividades produtivas, e ainda, a autorização para concessão de visto permanente ao estrangeiro ficaria condicionada à comprovação de investimento, em moeda estrangeira, em montante igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mediante apresentação de Plano de Investimento. Essa resolução só foi revogada em 12/12/2017, período que coincidiu com o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Percebe-se que estas resoluções foram criadas no Brasil com o intuito de incentivar os investimentos de estrangeiros no país, concedendo-lhes inclusive autorização permanente. Outra política que o país implementou foi a criação do Supersimples e o MEI - Microeemprendedor Individual, como regime de tributação

[7] Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2015.

destinado às empresas de médio e pequeno portes que dinamizou a economia brasileira e atraiu investidores e investimentos do exterior.

Características e desafios enfrentados pelos imigrantes de nacionalidade chinesa no Ceará

No Século XXI, as dinâmicas migratórias têm apresentado inúmeras mudanças. As leituras que foram feitas sobre esse processo por diversos autores, como podemos identificar nos trabalhos de Becker (1997), Patarra (2005), Almeida (2009) e Baeninger (2017), e por diversas ciências como a Antropologia, Sociologia, Filosofia e Geografia, apesar de serem de grande importância para o entendimento da Geografia das migrações não dão conta de explicar o que tem acontecido atualmente devido aos inúmeros e novos problemas que surgem a cada dia.

Parafraseando Santos (2010) "os novos estrangeiros" se apresentam em um novo panorama das migrações contemporâneas bem diferente daqueles conhecidos em séculos anteriores.

O processo de globalização acrescentou mudanças e acelerou a circulação de mercadorias, informações e pessoas pelo globo fazendo com que o espaço e o tempo sejam reduzidos, mas de acordo com Bauman (1999), a globalização tanto divide como une. Os usos do tempo e do espaço são acentuadamente diferenciados e diferenciadores.

Atualmente, as pessoas que imigram para o país têm seus direitos garantidos pela Constituição Federal do Brasil, pela Lei da Migração, (Lei nº 13.445/2017), sancionada em 24 de maio de 2017 depois de um longo processo de construção.

A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece em seu artigo 1º, que **"todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos"** e em seu artigo 2º, que "a Declaração protege todas as pessoas sem distinção alguma, inclusive de origem nacional ou qualquer outra situação, incluindo, portanto, a situação migratória".

Embora as pessoas migrantes tenham seus direitos garantidos elas enfrentam muitos desafios, desde a trajetória de migração até o processo de permanência no território em que se encontram.

As pessoas migrantes encaram desde problemas simples até aqueles que são mais complicados, dentre eles: obstáculos ao tentar se registrar ou obter documentos no país de destino; a falta de proteção, principalmente, para aqueles que migraram para proteger a vida; em sua trajetória, muitos utilizam formas perigosas de transportes; por estarem em um lugar estranho não conseguem usufruir de direitos básicos como o acesso à educação e à saúde; por falta de conhecimento sobre as leis no país de destino, podem sofrer exploração laboral; além de sofrerem com a xenofobia e o racismo.

Embora a Lei da Migração resguarde os direitos do migrante no Brasil, muitos se sentem intimidados ou desconhecem os seus direitos, além disso, ela não acolhe as particularidades do migrante, ao acessar um posto médico ou hospital por exemplo, muitos não conseguem se comunicar com aqueles que estão em serviço.

O acesso à moradia e à alimentação se apresenta como um dos problemas mais graves que enfrentam, uma vez que a necessidade deles é condição *sine qua non* para a vida.

É possível perceber em meio aos diversos problemas enfrentados na crise migratória que o olhar sobre aqueles que migram pode muitas vezes equipará-los a uma anomalia ou a um problema. Por vezes, os imigrantes são colocados numa mesma categoria, "o refugiado", que quase sempre é visto como aquele que passa por um processo de emergência ou catástrofe, como afirmou INGLÊS (2015).

Na verdade, acreditamos que o migrante, muito contribui com sua força de trabalho, com sua cultura e, em muitos casos, como os chineses, contribuem também investindo no país.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (2011), houve um crescimento nos investimentos chineses na América Latina e no Brasil. Somente em 2010, o índice de crescimento foi de 62,7%, sendo que no período de 1990 a 2009 eles representavam apenas 3,5%.

Outra forma, que pode ter facilitado o estabelecimento de chineses no Brasil, foi a cultura de negócios chinesa, o *guanxi*[8]. Esse mecanismo é uma alternativa aos contratos e à lei. Nele o que realmente vale é a relação pessoal, de confiança e de lealdade entre as partes. Através do *guanxi* é possível a obtenção de crédito comercial e de preço e condições de pagamentos mais favoráveis.

De acordo com Bongardt e Neves (2005),

[8] Expressão que designa a complexa rede de relações pessoais indispensáveis ao funcionamento social e político na China. O *guanxi* - que possui o sentido de reciprocidade e confiança – é fortalecido com interações sociais, como visitas, presentes e convites para ocasiões especiais

> Existem três níveis diferentes de *guanxi:* (I) o primeiro e prioritário envolve a família incluindo a família alargada e os amigos próximos; (II) o segundo envolve pessoas com partilha de experiências comuns em fases cruciais da vida como antigos colegas de escola ou companheiros no serviço militar; (III) o terceiro envolve estranhos com os quais sejam estabelecidas relações de confiança na sequência de um processo de contatos longo e exigente. (BONGARDT; NEVES, p.9, 2005)

Embora esses imigrantes tragam consigo novas práticas comerciais de financiamento, eles também chegam ao país com uma cultura que contrasta com os valores já estabelecidos no território brasileiro.

Notoriamente fechados e com dificuldades até mesmo no domínio do idioma português, eles apresentavam dificuldades em se adaptar e se relacionar com outras etnias. No entanto, isso não impediu que eles continuassem a migrar e se tornassem um dos fluxos mais característicos do país.

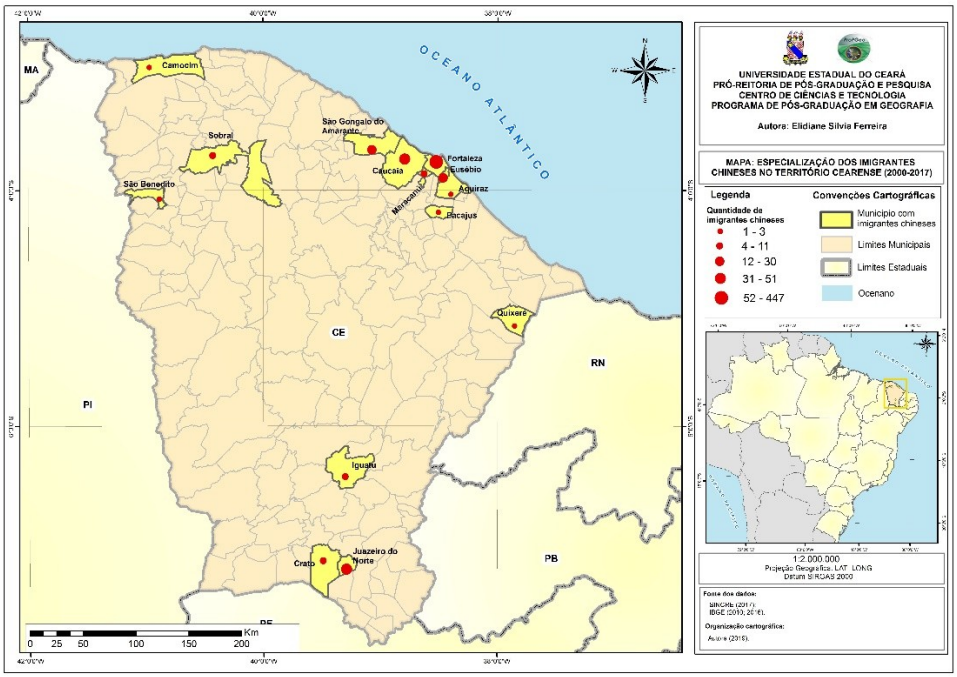
Exímios na arte do comércio, os chineses logo se destacaram pela forma de fazer negócios, no centro das cidades brasileiras. Eles trouxeram para o país, mercadorias, como cópias e réplicas de produtos de luxo, principalmente, de bolsas de grifes, e fizeram desses produtos, uma alternativa mais barata e acessível para aqueles com rendas mais baixas. No ramo alimentício, comercializavam alimentos da culinária que simbolizavam o seu país.

No Ceará de acordo com o Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE), fruto da compilação de registros administrativos realizados pela Polícia Federal, quando se trata da quantidade de registro de imigrantes chineses nos primeiros 17 anos do presente século dentro do estado, além de For-

taleza, encontram-se em Sobral e Juazeiro do Norte e desenvolvem atividades econômicas ligadas ao comércio em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), tais como: Aquiraz, Caucaia, Pacajus, Eusébio, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante e pequenas cidades que, na rede urbana cearense, apresentam papel polarizador, tais como: Crato, Iguatu, Quixeré, Camocim e São Benedito.

É possível constatar que, enquanto o número de estabelecimentos nas demais cidades do Ceará cresce num ritmo um pouco mais lento, em Fortaleza, esse crescimento é mais acelerado, e se atrela principalmente aos setores da economia urbana, sobretudo aqueles ligados ao circuito inferior, conforme aponta o Mapa 01.

Mapa 01: Espacialização dos imigrantes chineses no território cearense.



Fonte: SINCRE (2017); Org: autora (2019).

O crescimento da imigração chinesa no Estado (tanto do ponto de vista do número de pessoas, como das atividades econômicas desenvolvidas) é também comprovado empiricamente ao percorrer o centro das cidades.

O comércio é uma das principais atividades de ocupação dos chineses que chegam ao Ceará, e se constitui como um importante ramo do setor de serviço.

Dentro do Estado ainda é em seus centros comerciais antigos que concentram a maior parte de seus comércios varejistas e é a maior área escolhida pelos chineses para realizar seus negócios. Eles ainda procuram se estabelecer nas principais ruas e galerias comerciais dessas áreas que elegeram.

Os migrantes de nacionalidade chinesa em Fortaleza podem ser percebidos pelos signos e elementos simbólicos que eles dispõem no lugar onde habitam ou trabalham. Sua identidade, de acordo com Castells (2018), pode ser entendida como um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados.

Os signos e elementos simbólicos atribuídos à cultura chinesa podem ser percebidos, entre os produtos, *Made in China,* comercializados por eles, como: artigos para presentes, cintos, acessórios de bijuterias, enfeites para casa e escritório, guarda-chuvas, chapéus, eletrônicos, roupas e principalmente, bolsas femininas. Os alimentos também são comercializados e evidenciam em seus restaurantes e suas pastelarias a culinária de seu país.

A presença da família chinesa em seus estabelecimentos é uma constante, desde o integrante mais novo, como crianças de

colo, adolescentes, até o patriarca da família, e na maioria das lojas, se encontram dentro dos estabelecimentos, principalmente, na área dos caixas.

A placa dos estabelecimentos revela muito sobre a espacialização deles no comércio cearense, ao ressaltarem símbolos e nomes que reportam à sua cultura e ao seu país, tais como: China bolsas, Hong Kong Variedades, Lanchonete Dragão do Leste, Made in China Variedades, Taiwan importados, entre outros, conforme pode ser verificado na Figura 01.

Figura 01: fachada de loja e produtos comercializados pelos chineses



Fonte: Autora (2012).

Além da placa dos estabelecimentos, a presença chinesa está evidenciada através de produtos comercializados nas lojas e em seus artigos de decoração como aponta a Figura 02.

Figura 02: Produtos comercializados pelos imigrantes chineses vinculados à cultura oriental



Fonte: Autora (2012).

De acordo com Ferreira (2016), em seu percurso migratório os imigrantes levam consigo parte do que deixaram em seu lugar de origem, como hábitos, costumes e parte de sua cultura e, durante sua permanência no país de imigração, eles acabam refletindo essas lembranças através de seu trabalho, de sua moradia e de seus hábitos.

Os símbolos da cultura chinesa que os imigrantes imprimem no lugar em que trabalham e habitam acaba se tornando relevante para que os identifiquemos no espaço cearense.

Procedimentos metodológicos

Para um melhor entendimento da Geografia das migrações e das relações sino-brasileiras, e as características e desafios enfrentados no século XXI pelos imigrantes chineses no lugar de destino, no caso deste artigo, no Ceará, desenvolvemos uma metodologia realizada em duas etapas e fundamentada em um referencial teóri-

co e com arquivos em banco de dados e em pesquisas já realizadas por esta autora.

Como primeira etapa realizamos um levantamento bibliográfico sobre palavras chaves que articuladas deram suporte a este artigo. Entre elas, estão: migração internacional, relações sino-brasileiras, chineses e Ceará.

Essa busca foi realizada em diversas Universidades do Brasil, principalmente as do Ceará [Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Federal do Ceará (UFC)]; São Paulo [Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)]; e Rio de Janeiro [Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)]. Esse levantamento foi baseado em teses, dissertações, livros, periódicos, mapas e relatórios, realizados em Universidades, em órgãos estaduais ou federais, tais como: Organização Internacional do Trabalho (OIT); Observatório do Migrante; Centro de Estudos Migratórios; Banco de teses da Capes; Plataforma Scielo e CNPq; e revistas eletrônicas.

Ainda nesta primeira etapa, realizamos um amplo levantamento de dados secundários que também serviram de base para redação deste artigo. Dentre esses dados estão: o local de origem; as políticas migratórias no Brasil (leis e normas); e os símbolos da cultura chinesa apresentados no local de trabalho e habitação.

O levantamento secundário foi realizado junto aos órgãos públicos e privados que possuem documentos oficiais relacionados a

este trabalho, e em Instituições como: a Polícia Federal (PF), através do Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), que nos permitiu coletar informações referentes à naturalidade, município de chegada, município de morada, profissão, escolaridade, idade e gênero dos migrantes; o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), também conhecido como Itamaraty, onde pudemos entender as relações que o Brasil estabelece com a China, como as políticas e as negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais entre esses dois países; a Constituição Federal do Brasil (CF), lei fundamental e suprema do Brasil que nos forneceu informações sobre as políticas relacionadas aos imigrantes no Brasil; e a Lei da Migração (Lei 13.445/17), que dispõe dos direitos e deveres dos migrantes e dos visitantes, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas voltadas para os imigrantes.

Na segunda e última etapa, utilizamos os dados coletados em trabalhos anteriores e em trabalhos que estamos realizando atualmente. As questões simbólicas apresentadas neste artigo estão entre esses dados. Nessa etapa visitamos alguns estabelecimentos cujo proprietário é de nacionalidade chinesa.

Utilizamos técnicas de observação e descrição para a obtenção de dados, como o uso de equipamentos (máquina fotográfica, celular, gravador e material para anotação).

E por fim, com o levantamento bibliográfico, de dados e de campo, redigimos este artigo.

Considerações finais

A China é um dos principais países a prover migrantes para o mundo e no Brasil essa migração também está em evidência. Apesar de nossa história com o povo chinês, no que se refere a migração ter mais de 200 anos, foi no presente século que o país apresentou um crescimento migratório desse grupo.

Essa migração se consolidou no país por muitos motivos, mas dois deles tiveram um caráter impulsionador: a política de abertura econômica da China e as políticas implementadas pelos Governos do PT e representadas pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ex-presidente Dilma Rousseff em gestões anteriores.

No Ceará os chineses chegaram no mesmo período em que a migração se firmou no Brasil, sendo o século XXI, o de fluxos mais intensos. Eles se inseriram principalmente em atividades ligadas ao comércio e instalaram-se em centros urbanos de cidades cearenses com destaque para Sobral, Juazeiro do Norte e Fortaleza, mas também em cidades de médio e pequeno porte que possuem papéis de importância na rede urbana cearense.

De um modo geral as pessoas migrantes, assim como os imigrantes chineses, enfrentam muitos problemas em sua trajetória ou ao tentar se estabelecer no lugar de destino, desde complicações para obtenção de documentos ou registros, acesso ao ensino e à saúde, mas também, sofrem com ações xenofóbicas.

No Ceará, eles imprimem marcas que nos remetem à sua cultura e que podem ser visualizadas através de signos e elementos simbólicos dispostos no local de trabalho.

Entre os principais produtos vendidos por chineses estão: eletrônicos, vestuários, brinquedos, alimentos, artigos para presentes, além de bolsas e acessórios. Os alimentos também estão entre os produtos comercializados por eles nos restaurantes e pastelarias.

A cultura chinesa encontra-se evidenciada na estrutura das lojas, através da fachada, da decoração e do nome fantasia. A presença da cor vermelha e de símbolos como o leque e o dragão são muito frequentes, assim como frases no idioma chinês.

E findamos com a importância de leis e acordos internacionais realizados entre China e Brasil no século XXI. Eles acabam se tornando facilitadores para o movimento de imigrantes chineses no Brasil e consequentemente no Ceará

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.175-195.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução, PENCHEL, Marcus. Rio de janeiro: Zahar, 1999.

BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. **Migrações internacionais. Abordagens de direitos humanos.** Organização: Carmem Lussi. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. 384 p.; 16 X 23cm. Série Migrações, 20.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs).

Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.319-367.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **La Inversión Extranjera Directa em América Latina y el Caribe. Relatório de pesquisa**. 2011. Disponível em http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/43289/P43289.xml&xsl=/ddpe/tpl/p9f.xsl&base=/ddpe/tpl/top-bottom.xsl

Conselho Empresarial. Brasil-China (CEBC). Boletim de Investimentos Chineses no Brasil 2012 – 2013. Realizado em 12 de julho de 2014. Disponível em https://www.cebc.org.br/categoria/investimentos-chineses-no-brasil/

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Os Sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado - SP.** 2003. 188 f. Dissertação (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

BONGARDT, Annette; NEVES, Miguel Santos. **A comunidade empresarial chinesa em Portugal: estratégia de negócio e internacionalização.** Campus Universitário de Santiago. Aveiro. Portugal: Área Científica de Gestão G. n.11, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação. Volume 2. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. - 9ª ed. rev. ampl. - São Paulo/Rio de. Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CHEN, Miao Shen. **Cultura e Educação dos Imigrantes Chineses na Cidade de Cascavel/PR: dois mundos, um mesmo objetivo.** Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História da Educação Brasileira para obtenção do título de especialista em História da Educação Brasileira da Univ. Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus Cascavel, 2010.

CUNHA, Neiva Vieira da; MELLO, Pedro Paulo Thiago de. **Libaneses e Chineses: sucessão, conflito e disputa numa rua de comércio do Rio de Janeiro.** Anuário Antropológico/2005 Rio de

Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006, p. 155-169. (Caminhos da Geografia), 9ª edição.

FERREIRA, E. S. **Migração internacional e economia urbana:** os chineses no território cearense. 2016.198 f. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Cento de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia

INGLÊS, Paulo. **Globalização, mobilidade humana e criatividade: desafiando categorias a partir de três casos de migração forçada em Angola**. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales Vasconcelos, BOTEGA, Tuíla Botega (Org..). Política migratória e o paradoxo da globalização. Porto Alegre: EDIPUCRS, Brasília: CSEM, 2015, p. 169-188.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras.** Boletim Campineiro de Geografia. [S.l.], v.3, n.1, p.37- 54, 2013.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo volumes, fluxos, significados e políticas**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v.19, n. 3, p.23-33, jul./set. 2005.

PAULINO, Antonio Luís; PIRES, Cordeiro Marcos. **As Relações Brasil e China: possibilidade e limitações**. In: PAULINO, Antonio Luís; PIRES, Cordeiro Marcos (Org.). As Relações Brasil e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Pulo: LCTE Editora, 2011.p.19-43.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Os "novos estrangeiros"**. In: FERREIRA, Ademir Pacelli; VAINER, Carlos; PÓVOA NETO, Helion; SANTOS, Miriam de Oliveira. (Org.). A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 207-208.

Sistema Nacional de Cadastramento de Registro de Estrangeiros (SINCRE). Sismigra 2000 – 2017. Acessado em 01/06/2023. Disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra

VILELA, Elaine Meire. **Imigração Internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro.** Tese de Doutorado em Ciências Humanas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

WANG, Zhaowei. **Os determinantes de investimentos chineses e brasileiros no exterior'** 15/08/2014 68 f. Mestrado em RELAÇÕES INTERNACIONAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: IRI-USP.

Submetido em: 28 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 30 de junho de 2023.
Aprovado em: 10 de julho de 2023.

FERREIRA, E. S. UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS NO SÉCULO XXI: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS CHINESES NO CEARÁ . **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2902. Acesso em: 22 jul. 2023.

ESTIGMA TERRITORIAL E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA/NA PERIFERIA: O CASO DO PIMENTAS (GUARULHOS-SP)

TERRITORIAL STIGMATE AND SOCIO-SPATIAL DIFFERENTIATIONS OF/IN THE PERIPHERY: O CASO DO PIMENTAS (GUARULHOS-SP)

STIGMATE TERRITORIAL ET DIFFÉRENCIATIONS SOCIO-SPATIALES DE/DANS LA PÉRIPHÉRIE: LE CAS DE PIMENTAS (GUARULHOS-SP)

TAÍS SOUZA DA CRUZ

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Email: tais.souza@unesp.com

JEAN LEGROUX

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Email: legrouxjean3@gmail.com

Resumo:
No urbano, as periferias passam por processos de estigma territorial, associados a outros mecanismos de diferenciação socioespacial. Nesse artigo, trata-se, por um lado, de analisar a construção do estigma territorial do distrito do Pimentas em Guarulhos, através de matérias de jornais e de memes nas redes sociais. Por outro lado, a reflexão consiste em analisar diversos discursos e representações de habitantes de Guarulhos, primeiramente de habitantes que não moram e não conhecem o Pimentas, e que perpetuam o estigma territorial através de uma imagem negativa. No entanto, os habitantes do bairro entrevistados fornecem uma outra visão e desmentem em parte os adjetivos associados ao estigma dos Pimentas: violento, inseguro, pobre. No mesmo sentido, apresentamos os resultados de um Grupo Focal realizado com mulheres moradoras de um conjunto Minha Casa Minha Vida (MCMV) situado no Pimentas, com o objetivo de enfatizar que a diferenciação socioespacial se exerce em todas as escalas.

Palavras-chave: Estigma territorial, Diferenciação socioespacial, Periferia, Distrito do Pimentas, Guarulhos

Abstract:
In the urban world, the peripheries are subject to a process of territorial stigmatization accompanied by other mechanisms of socio-spatial differentiation. In this context, the first objective of this work is to analyze the construction of a territorial stigma in the district of Pimentas, in the municipality of Guarulhos, through newspaper articles and memes on social networks. The second objective is to analyze different discourses and representations through speeches of non-residents, that convey the territorial stigma through a negative image. However, the residents interviewed disagree and partially deny the adjectives associated with this stigma: violent, unsafe and poor. Similarly, we present the results of a focus group conducted with women living in a popular housing estate of the federal program Minha Casa Minha Vida in the center of Pimentas to show different levels of socio-spatial differentiation.

Keywords: Territorial Stigmate, socio-spatial differentiation, Periphery, Pimentas district, Guarulhos.

Résumé:
Dans l'urbain contemporain, les périphéries subissent des processus de stigmatisation territoriale, associés à d'autres mécanismes de différenciation socio-spatiale. Dans cet article, il s'agit d'un côté, d'analyser la construction du stigmate territorial du district de Pimentas, au travers d'articles de journaux et de memes tirés des réseaux sociaux. De l'autre, la réflexion se base sur l'analyse de plusieurs discours et représentations d'habitants de Guarulhos, d'abord d'habitants qui n'habitent pas et ne connaissent pas Pimentas, et qui perpétuent le stigmate territorial par le biais d'une image négative. Cependant, les habitants du quartier interviewés apportent une autre vision et démentent en partie les adjectifs associés au stigmate de Pimentas: violent, non sécurisé et pauvre. Dans le même sens, nous présentons les résultats d'un Focus Groupe réalisé avec des femmes qui vivent dans un ensemble résidentiel d'immeubles, c'est-à-dire des logements sociaux du programme fédéral Minha Casa Minha Vida, situé dans la centralité de Pimentas, avec l'objectif de mettre en exergue le fait que la différenciation socio-spatiale s'exerce à toutes les échelles.

Mots-clés / Palabras-clave: Stigmate territorial, différenciation socio-spatiale, périphérie, district de Pimentas, Guarulhos.

Introdução[1]

O Pimentas é simultaneamente um bairro (de 150.000 habitantes) e uma Unidade de Planejamento Territorial (UPR)[2] de Guarulhos, que, por sua vez, é o segundo município da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a décima terceira cidade brasileira em termos populacionais, com 1,4 milhões de habitantes.

Do ponto de vista dos elementos que o caracterizam, em um sentido clássico, como uma periferia, Pimentas é um território: i) distante tanto do centro de Guarulhos quanto do centro de São Paulo; ii) caracterizado por uma ocupação de populações de baixa renda, e pela insuficiência de oferta de moradias adequadas e legais, explicando a grande quantidade de ocupações e favelas; iii) por infraestruturas e serviços urbanos inferiores aos do centro em termos quali e quantitativo (redes de esgoto, infraestruturas de mobilidade, eletricidade, água etc.); iv) considerado como violento e inseguro.

No entanto, para além da sua condição periférica, o distrito do Pimentas passou, nas duas últimas décadas, por inúmeras mudanças em termos da implantação de diversos serviços e infraestruturas públicas, da construção de numerosos conjuntos habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mas também da proliferação de comércios e serviços, do Shopping Center Bonsucesso às franquias de marca espalhadas (como

[1] Este artigo é oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso "Pimentas na periferia metropolitana: reflexões acerca do estigma territorial e de suas contradições" sob orientação da Prof. Maria Encarnação Beltrão Sposito e coorientação do Dr. Jean Legroux. Agradecemos a Mariana Novaes e ao Pablo Oliveira pela revisão do artigo, e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa através das bolsas: Processo nº 2019/09852-6 e Processo nº 2019/04664.

[2] A UPR do Pimentas é composta dos bairros seguintes: Pimentas, Água Clara, Aracília, Itaim, e algumas partes dos bairros Presidente Dutra e Bonsucesso.

McDonald, por exemplo) pela área, passando pelos comércios de proximidade de todo tipo (cabeleireiros, salão de beleza, padarias, borracharias) e pelo comércio ambulante. No nível do habitar, nota-se um mosaico de tipos espaços de moradia: ocupações, favelas, conjuntos habitacionais populares mais antigos, como os da CDHU[3] , aos mais recentes, como os do Minha Casa Minha Vida, casas de bairros abertos, com condições diferentes em termos de infraestrutura urbana.

Assim, o distrito do Pimentas não é apenas uma "periferia da periferia", mas também, possui no seu território, um subcentro de nível regional e municipal (CRUZ; LEGROUX, 2021). Em outras palavras, trata-se de uma periferia em mutação, cada vez mais complexa, e longe de ser caracterizada apenas como lugar do "sem" ou do "menos" (emprego, infraestruturas, serviços, segurança etc.). Existe também uma heterogeneidade em termos de práticas e representações de seus habitantes.

No entanto, o Pimentas segue sendo definido, desde fora, como um lugar violento, inseguro, e "onde não tem nada", ou seja, uma visão negativa, diferenciadora e unívoca. Em um trabalho anterior (CRUZ, 2022), foram evidenciados os mecanismos da estigmatização territorial do Pimentas. Deste modo, este artigo visa, assim, compreender o impacto do discurso midiático (mais tradicional) para o fortalecimento da estigmatização territorial e as representações contemporâneas a partir das redes sociais, que também reforçam o estigma. Ademais, ao relacionar o conceito de estigma territorial com o conceito de diferenciação espacial, pretende-se um escopo maior em termos de escalas geográficas e analíticas. Por essa razão, adicionamos aqui a análise de discursos

[3] Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano.

e relatos de habitantes dos Pimentas, ou de outros bairros da cidade de Guarulhos, coletados em uma série de entrevistas e trabalhos de campo, para aportar outras visões de dentro e de fora sobre os processos de diferenciação e de estigmatização do e no Pimentas.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos principais deste artigo são de duas ordens principais. Em primeiro lugar, foi realizado um levantamento de conteúdos midiáticos de duas formas. Por um lado, foi efetuado um levantamento digital de artigos e matérias de jornais no acervo de "O Estado de S. Paulo", de 1950, década em que se inicia o processo de periferização de Guarulhos em direção à zona leste, até os dias atuais. A compreensão das representações e narrativas nas matérias encontradas permite concluir a existência e disseminação de um estigma territorial do distrito. Por outro lado, foram aplicadas técnicas da metodologia da Netnografia[4], utilizadas para o estudo das relações dos sujeitos nas redes e mídias sociais. Dessa forma, analisamos memes retirados do Facebook, GRU MIL GRAU e GuaruTrolls, que são páginas humorísticas e de caráter regional

Em segundo lugar, mobilizamos entrevistas semi-dirigidas[5] com habitantes dos Pimentas e/ou de Guarulhos, de um total de 40 realizadas entre 2020 e 2022, com um roteiro elaborado em torno das práticas espaciais principais da vida cotidiana: o habitar, o trabalho, o lazer, a mobilidade, o consumo, as relações sociais e de vizinhança. Essas entrevistas foram aplicadas com moradores de diversas áreas de Guarulhos e do distrito do Pimentas, que são

[4] [...] submersão do pesquisador em um grupo, segmento ou movimento social em que as relações, também, são estabelecidas virtualmente para que seja realizada a observação e investigação de práticas sociais de comunicação que podem fornecer "pistas evidentes da conexão da antropologia com a cibercultura" (MONTARDO; ROCHA, 2005, p. 08 apud FRAGURB, 2018, p. 34)

[5] Os nomes de todos os moradores que participaram das entrevistas, por motivos de sigilo e seguindo regras de ética, foram substituídos por nomes fictícios.

diferentes em termos de idade, de gênero, de renda e de tipo de habitar e de localização. Por fim, mobilizamos um Grupo Focal realizado com nove mulheres habitantes de um conjunto residencial do programa Minha Casa Minha Vida[6], para analisar outras escalas dos processos de diferenciação e estigmatização.

Após alguns esclarecimentos sobre a dupla condição do Pimentas (periferia e subcentro), abordaremos elementos de definição dos dois conceitos chaves aqui utilizados. Em uma terceira parte, analisaremos a construção do estigma territorial de forma multiescalar, mas sempre a partir do olhar de fora do Pimentas. Em uma quarta parte, outras visões são aportadas, a partir de entrevistas com moradores do distrito em questão. Enfim, mobilizamos o Grupo Focal para aprofundar a relevância do conceito de diferenciação espacial em diversas escalas.

Periferia da periferia e subcentro: uma análise multiescalar do Pimentas

A história mais remota de Guarulhos e do Pimentas pode ser encontrada em outros trabalhos, com o detalhamento da formação de Guarulhos a partir da Capela N. Sra. da Conceição dos Guarulhos e do aldeamento São Miguel entre os séculos 16 e 17. Ainda, em novembro de 1906, a Vila N. Sra. da Conceição de Guarulhos, passa a ser denominada de Guarulhos, bem como, um mês depois, passa à condição de cidade, por meio de uma Lei estadual (CRUZ, 2022; CRUZ; LEGROUX, 2021). Outras referências exploram também a história de Guarulhos (SANTOS, 2006; ROMÃO; NORONHA, 1980; GAMA, 2009; CRUZ;

[6] As entrevistas e o grupo focal foram realizados no âmbito do projeto temático "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: Escalas, Vetores, Ritmos, Formas e Conteúdos" processo nº 2018/07701-8.

LEGROUX, 2021), identificando, assim, diversas dinâmicas ao longo do século 20: Guarulhos como fornecedor de produtos agrícolas (frutas, legumes e verduras) e de matérias primas (cerâmicas, cal, madeira, lenha, tijolos etc.) - nas primeiras décadas do século -; o desenvolvimento industrial a partir do Estado Novo (1937-1947); a inauguração de grandes obras viárias, que também são eixos estratégicos, como a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), em 1951, ligando São Paulo e Rio de Janeiro, e a Rodovia Fernão Dias (BR-381), em 1959, ligando São Paulo a Minas Gerais.

Nos anos 1959 e 1960, as indústrias se instalaram ao longo dessas rodovias, em áreas mais distantes do centro, isto é, especialmente na zona leste (onde se localizam Pimentas, Cumbica e Bonsucesso). Esse período dá lugar a uma fase de loteamentos periféricos, povoados inicialmente por trabalhadores das indústrias. Nas décadas de 1960 e 1970, o crescimento e a consolidação da indústria participa do crescimento demográfico e da expansão da mancha urbana e das periferias. A construção de vilas operárias não foi suficiente para suprir a demanda crescente por moradia, nos anos 1970 e nem nos 1980.

Em 1985, é inaugurado o Aeroporto Internacional de Guarulhos, que confirma o destino Guarulhense de ser um município de conexão territorial, doravante internacional. Também provoca o maior isolamento de certos bairros, como Cumbica e Pimentas, que ficam sem vias rápidas de acesso para o centro da cidade de Guarulhos.

Nessa década, o município desenvolveu suas atividades comerciais e, também, nos setores da logística e da hotelaria. A falta de moradia continua e se reflete na autoconstrução em territórios caracterizados pela falta de infraestruturas básicas

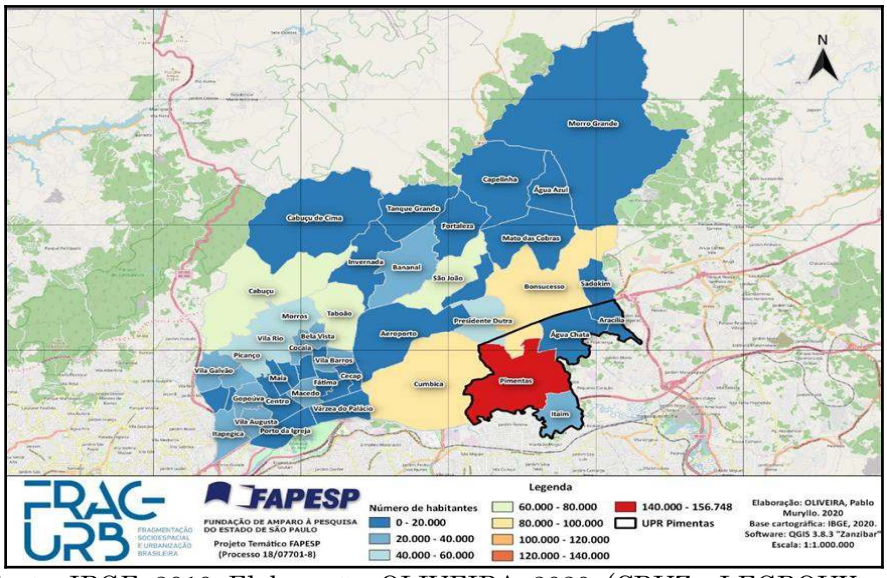
(pavimentação, redes de esgoto e saneamento, transporte público) e pela ausência do poder público através da não regularização dos loteamentos. A implantação do Aeroporto Internacional, junto com o processo de desconcentração industrial favoreceu a formação de novos espaços periféricos na zona Leste de Guarulhos, em especial no Pimentas, onde se observou a:

> [...] transformação do uso e ocupação do solo de glebas antes predestinadas ao uso industrial, gravadas como zonas industriais, e que foram sendo paulatinamente ocupadas por galpões de logísticas e principalmente pelos condomínios residenciais para população de baixa renda. (SANTOS, 2017, p.99).

Dessa forma, os anos 1980 e 1990, também, se caracterizam pela ocupação de áreas públicas e privadas, em razão da escassez dos loteamentos. No entanto, reivindicações pelo acesso à moradia digna, sua regularização e à infraestrutura e serviços urbanos básicos, começaram a obter alguma atenção por parte do poder público. Por exemplo, em 1987, por meio do projeto de Lei municipal 3283/87, houve o início de alguma regularização fundiária no Pimentas e algumas áreas do distrito foram qualificadas de zonas de interesse social, recebendo assim algumas infraestruturas (SANTOS, 2017).

Tudo isso levou à conformação de um território populoso, seja ele olhado do ponto de vista do bairro dos Pimentas, que conta com 150.000 habitantes, a da Unidade de Planejamento Regional do Pimentas, que conta com 28,57% do total da população de Guarulhos, município de 1.4 milhões de habitantes (IBGE, 2019).

Figura 1: Guarulhos. Número de habitantes por bairro (2010)



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: OLIVEIRA, 2020. (CRUZ e LEGROUX, 2021, p.715)

Atualmente, o distrito do Pimentas assume uma dupla condição periférica, isto é, se constitui como uma "periferia da periferia", ao mesmo tempo, que desponta como um subcentro, como argumentado em um primeiro trabalho (CRUZ; LEGROUX, 2021).

Em primeiro lugar, a condição de dupla periferia pauta-se em uma definição mais convencional da periferia, isto é, como território distante dos centros dos quais em parte depende. Há uma distância de aproximadamente 18 km entre o terminal de ônibus dos Pimentas e o centro do município de Guarulhos, enquanto há uma distância de 32 km até o centro de São Paulo (foi tomada a praça da Sé como referência). Além da distância que evidentemente, junto com as insuficiências quanti e qualitativa do transporte coletivo, dificultam o acesso dos moradores do Pimentas a outras áreas da cidade, diversos outros elementos caracterizam Pimentas como uma periferia. Dentre eles, podemos citar as

populações de baixa renda[7] , a existência e o crescimento até hoje de favelas e ocupações, delineando, de alguma forma uma paisagem tipicamente periférica[8] , a existência de índices altos de violência e de criminalidade[9], e, como foi ressaltado acima, uma precariedade em termos de infraestruturas e serviços urbanos.

Em segundo lugar, o bairro e a UPR dos Pimentas se constituem enquanto subcentralidade nas escalas regional e do município de Guarulhos. Uma certa concentração dos equipamentos, infraestruturas e serviços públicos e privados, criou uma "heterogeneidade funcional" (SANTOS, 2017) que participa da conformação de uma subcentralidade no Pimentas. Na parte do público, contamos por exemplo com:

> [...] Centro Educacional Unificado (CEU) dos Pimentas, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) de Guarulhos, o Teatro Adamastor Pimentas, o Terminal Rodoviário Municipal, além da Central de Abastecimento de Guarulhos (CEAG) e do Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso (HMPB), os quais têm como principal característica serem de abrangência regional. (CRUZ; LEGROUX, 2021, p. 720).

Em vista disso, todos esses elementos nos revelam toda a complexidade presente na formação e na dinâmica socioespacial no Pimentas, expressando o potencial empírico e analítico desse território (CRUZ; LEGROUX, 2021). A seguir, apresentamos elementos conceituais sobre o estigma territorial e a diferenciação

[7] Nenhum dos bairros dos Pimentas apresenta mais de 2.5% de responsáveis de família com mais de 20 salários-mínimos, enquanto 45% da população dos Pimentas se encontraria entre as classes D e E (Prefeitura de Guarulhos, 2021, p.81 apud MATOS, 2019, p.35).

[8] Em trabalhos de campo, apesar de não ter censo, sempre ouvimos e percebemos o crescimento das favelas e ocupações.

[9] Em 2021, o Observatório de Direito Humanos de Guarulhos divulgou que o bairro dos Pimentas é responsável por 20% do total de todo o município, isto é, ocupando o primeiro lugar.

socioespacial, como base para a análise do material qualitativo coletado.

Elementos conceituais sobre o estigma territorial e a diferenciação socioespacial.

Trata-se, aqui, de voltar sucintamente sobre a origem da utilização do termo estigma e como esse adquiriu outros conteúdos e interpretações, a partir de Goffman (1988). Além de diferenciar o termo "estigma" do termo "estereótipo", este último sendo utilizado indiscriminadamente como sinônimo do primeiro. Porém, ambos implicam em efeitos completamente diferentes, por isso a importância de distingui-los. Por fim, neste tópico, abordamos também o estigma territorial formalizado por Wacquant (2006; 2014) nos seus estudos sobre a marginalidade avançada no gueto do centro da cidade de Chicago e em conjuntos habitacionais nos arredores de Paris (WACQUANT, 2006; 2014), destacando as múltiplas dimensões do termo, como a violência simbólica, no campo subjetivo do processo de segregação socioespacial e como instrumento da diferenciação entre os grupos. Tudo isso relacionado com a nossa área de estudo, o distrito dos Pimentas.

O estigma é um termo utilizado desde a Grécia Antiga para designar sinais corporais, que eram causados por cortes e fogos para "evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava" (GOFFMAN, 2008, p. 11). Já na Era Cristã, os sinais corporais detinham dois sentidos: i) representação religiosa, isto é, as marcas eram tidas como graça divina. ii) representação médica, apontadas como distúrbios físicos. Porém, o termo estigma só foi formalmente conceituado e disseminado por Erving Goffman, sobretudo, com a publicação do

seu livro “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, em 1963, na qual apresenta novas perspectivas e concepções que permeiam o termo.

Para o autor (2008), o estigma representa uma “situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”, situação determinada por meio de preconcepções estabelecidas a partir da categorização de aspectos que podem ser considerados normais (ou não), sendo elas definidas e subjugadas, sobretudo, nos ambientes e nas relações sociais. Dessa forma, o estigma manifesta-se quando “há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real” (GOFFMAN, 2008, p. 12), isto é, aquilo que se espera do sujeito e o que ele é de fato:

> A estigmatização possui, essencialmente, uma natureza de desqualificação social do estigmatizado por parte dos “normais”, na medida em que a identidade real do indivíduo aponta atributos físicos, morais ou grupais que são negativos àquela expectativa que antes se tinha sobre sua identidade social virtual. (OJIMA; MARANDOLA JR; MORAES PEREIRA E SILVA, 2010, p. 404).

Para Goffman (2008, p. 13), o estigma é apontado como uma linguagem contraditória entre os atributos e estereótipos, isso significa que “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem [...]”. Os estereótipos - que podem ser constituídos por características positivas quanto negativas - se apresentam como uma fase que antecede e que podem resultar em estigmas, quando a atribuição de aspectos negativos geram formas de discriminação, diferenciação e de segregação social, assim "[...] o estigma é entendido como um estereótipo definido a partir da percepção de qualidades negativas em relação a uma pessoa ou grupo social." (ELORZA, 2019, p. 95 tradução nossa).

O estigma também é associado ao local de residência, no qual se constitui representações simbólicas negativas e depreciativas sobre determinados espaços da cidade, tendo repercussão sobre seus moradores. Esse processo se evidenciou durante os estudos e investigações comparativas realizados por Wacquant (2006; 2014) em territórios como hipergueto de Chicago e de conjuntos habitacionais deteriorados dos subúrbios franceses nos anos 1990, observando que:

> Em ambos os lugares, seus moradores expressaram a opinião forte e categórica de vizinhos, funcionários do Estado e da mídia comercial sobre a valorização negativa de seus bairros como ninhos de veneno social, vicioso e violento. Nesse sentido, esses moradores espalham o estigma de morar em uma área julgada como purgatório sociomoral para outros indivíduos, validando e disseminando os efeitos desse problema. (WACQUANT; SLATER; BORGES PEREIRA, 2014, p. 223 tradução nossa).

Nesse sentido, com base nos estudos de Goffman (2008) sobre estigma, Wacquant (2006; 2014) cunhou o termo "estigma territorial" para explicar esses conjuntos de conteúdos e discursos de descréditos atribuídos a esses territórios. O estigma territorial assemelha-se aos estigmas relacionados a conteúdos atribuídos a raça, religião e tribo[10] pois "pode ser transmitido por via da linhagem e (que ele) contamina de igual modo todos os membros da família." (GOFFMAN, 2008, p.14).

Esse aspecto reafirma que o estigma territorial não é uma condição estática (WACQUANT; SLATER; BORGES PEREIRA, 2014 apud ELORZA, 2019, p. 104), isso significa que, o local que

[10] Goffman (2008, p.14) identificou três formas de estigma: i) abominações do corpo ligadas às deformidades físicas; ii) culpas de caráter individuais e iii) estigmas tribais de raça, nação e religião.

reside ou onde residia, passa a constituir marcas eternas e a acompanhar os sujeitos em suas relações sociais e nos espaços que frequenta, visto que "[...] está registrado, não só nos documentos oficiais, mas também na vida, na história vivida que se encontra dentro de cada pessoa." (GONÇALVES, 2016, p. 74).

No Brasil, também, as periferias foram e são objeto de estigmatização territorial, por serem identificadas como lugares de "realização de práticas violentas, principalmente da criminalidade violenta, tanto em sua forma difusa como organizada." (PAIVA, 2007, p.3). Esses conteúdos se articulam com a formação socioespacial dessas áreas e são frutos do processo de segregação imposta (CORRÊA, 1989), em que os sujeitos com menor poder aquisitivo são concentrados em áreas distantes do centro da cidade.

Nesse caso, o distrito do Pimentas tem a sua origem marcada pela ocupação de loteamentos irregulares, devido à oportunidade de trabalho - pelas indústrias instaladas ao longo da Via Dutra - e pelos altos preços dos aluguéis, o que ocasionou a ocupação desordenada e precária daquela população. Mais tarde, com a instalação do aeroporto internacional de Guarulhos, influenciando no crescimento populacional do distrito, que devido a escassez da oferta de loteamentos, culminando em ocupações de áreas públicas e privadas, dando origem às favelas. Anos mais tarde, o Pimentas também passou a ser alvo de políticas habitacionais, como CDHU e, recentemente, PMCMV.

Toda essa complexidade presente no distrito do Pimentas, traduz a expressão do estigma territorial sobre essa área, em várias escalas, seja na escala municipal de Guarulhos e naquela da RMSP - pela sua dupla condição periférica - mas também, dentro do próprio território, por exemplo: uma favela pode ser estigmatizada

por parte de moradores de um conjunto habitacional situado nas proximidades.

Diante disso, o estigma territorial refere-se a uma imposição de representações e conteúdos que estigmatizam um determinado local, sobretudo áreas socialmente e espacialmente periféricas, culminando em uma forma de violência, nesse caso a simbólica, pois "quem sofre tem pouca capacidade de constituir uma identidade social diferente daquela imposta" (CORNEJO, 2012, p.185), contribuindo para que "o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente [...]." (BOURDIEU, 2008, p.166). Além disso, Elorza (2019 apud Wacquant, 2014) salienta que, o estigma territorial não apenas consiste como uma expressão da violência simbólica (BOURDIEU, 2003), mas também, se estabelece como uma forma de desvantagem e, principalmente, o de diferenciação social, nesse caso, no âmbito espacial também.

O conceito de diferenciação (social e espacial) é complementar ao de estigma territorial, dentre outras razões, porque permite afinar as escalas geográficas e analíticas das desigualdades que são perpassadas por processos de diferenciação negativa, cuja dimensão espacial e/ou territorial é fundamental. Emprestado à sociologia, o conceito de diferenciação (social) foi ganhando ênfase na Geografia como diferenciação socioespacial ou como diferenciação espacial, dois conceitos que já foram amplamente definidos (ALEXANDER e COLOMY, 1990; JUTEAU, 2003; CARLOS, 2017; CORRÊA, 2022), conjuntamente com àquele de diferenciação territorial (JÚNIOR, 2010). Trata-se aqui, a partir de elementos chaves desta bibliografia, de compreender como o

conceito de diferenciação espacial oferece uma ferramenta analítica complementar àquela do estigma territorial.

O conceito de diferenciação, oriundo da sociologia, foi "utilizado nas análises não marxistas da mudança social, por Spencer e Durkheim, e logo por Parsons e, mais recentemente, por neofuncionalistas como Luhmann e Alexander" (JUTEAU, 2003). A diferenciação social pode ser compreendida como um processo pelo qual um indivíduo ou um grupo social se distingue de(dos) outro(s) indivíduo(s) ou grupo(s) social(ais). Esse processo está associado a outros como a exclusão, a discriminação, o racismo, a violência (simbólica ou não), dos quais pode ser o motor ou a consequência. Para Alexander e Colomy (1990), uma das causas da rejeição e da exclusão são as diferenças entre indivíduos. Assim, a diferenciação pode se basear em diferenças "naturais", como a idade, o sexo, a etnicidade, ou em diferenças de situação, como a renda, a religião, os valores, a língua, os comportamentos, os modos de vestir, os modos de vida. A diferenciação socioespacial incorpora o adjetivo espacial, para ressaltar indissociabilidade entre espaço e sociedade:

> Brunet (1986, p.300) afirma que o objeto particular do geógrafo é analisar o processo de funcionamento, de organização e diferenciação dos espaços; nesse sentido, 'produzir o espaço é ao mesmo tempo diferenciar e organizar'. Diferenciação e organização do espaço, para o autor, serviriam a reprodução social. (CARLOS, 2017, p.46).

Ressalta-se a dimensão dialética ao usar o termo "socioespacial", ou seja, não se trata de ver as diferenciações sociais no espaço, mas também de ver como o espaço (e sua produção) produz diferenciações. Como mencionado pela autora:

> Na cidade [a prática social] revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na

> sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços de vida, através do uso) (CARLOS, 2017, p.49).

A dimensão espacial, voltando ao urbano que aqui nos interessa, coloca o foco em outras diferenças: a localização residencial de determinado indivíduo ou grupo social no conjunto urbano, ou ainda, o tipo de habitar e de práticas de um grupo social específico, associados a determinado território.

Em outros termos, a produção e a apropriação do espaço e da vida trazem intrinsecamente os processos de diferenciação socioespacial, sendo esta compreendida como uma maneira de apreender as desigualdades e os conflitos de classe contemporâneos. Tomando o exemplo da fotografia 1, a diferenciação socioespacial é simultaneamente territorial (a favela versus o condomínio de luxo), material (a falta de infraestruturas versus as piscinas e as quadras de tênis), socioeconômica (a pobreza versus a riqueza sem complexo), habitacional (o barraco versus apartamentos de luxo com piscina privativa e arborização). Esses dois espaços são separados por muros e outras medidas de segurança adotadas por parte dos prédios de luxo. Nesta fotografia, a dimensão social e espacial das desigualdades, que se expressam através da diferenciação socioespacial, é notória.

O que a foto não mostra são outras dimensões, como a cor da pele, as atividades profissionais, os tipos de práticas que ambos os grupos sociais desenvolvem para fora do seu lugar de moradia, isto é, por exemplo, as atividades de lazer, as relações sociais, a circulação na cidade. Essas práticas também revelam desigualdades e diferenciações sutis e embutidas nas representações e construções identitárias de grupos e indivíduos.

Figura 2: Fotografia aérea da favela Paraisópolis, ao lado do Morumbi, em São Paulo



Fonte: Fotografia de Tuca Vieira, 2017.

A diferenciação espacial, embora seja potencialmente um elemento positivo de construção identitária (CORRÊA, 2022), é muito mais frequentemente um instrumento ou um reflexo das desigualdades urbanas. Como argumenta Lefebvre em seu Manifeste Différentialiste (1970), o direito à diferença é a base do direito à cidade, mas a diferenciação socioespacial, quando associada ao estigma e às desigualdades, é vivida de forma negativa. Enquanto o estigma pode ser baseado em uma produção desde fora, como é o caso da mídia, os mecanismos de diferenciação socioespacial podem também ser capturados através das falas de moradores, tanto daqueles que moram fora, quanto daqueles que moram dentro de determinado espaço estigmatizado. É por essa razão que são analisados discursos e representações a partir de entrevistas semiestruturadas e de um Grupo Focal com moradores e não-moradores do Pimentas.

Narrativas vindas de fora: O estigma no Pimentas sob o olhar das matérias de jornais, memes e dos não moradores.

Partindo da perspectiva que o estigma territorial é uma construção social de discursos e representações de cunho negativo, que tem rebatimentos sobre determinadas áreas da cidade, as narrativas consolidadas, na maior parte das vezes, partem dos olhares de fora. Esses discursos são facilmente construídos, disseminados e incorporados nas matérias de jornais, nos memes e pelos não moradores, estes desempenham um papel fundamental e crucial para a consolidação de discursos vindos de fora que estigmatizam o distrito do Pimentas.

Antigas e novas formas de disseminação do estigma territorial sobre o Pimentas: das reportagens aos memes

As reportagens sobre o distrito do Pimentas foram retiradas no acervo online do jornal "O Estado de S. Paulo". As buscas foram feitas utilizando-se palavras-chaves relacionadas às variações na qual o Pimentas é reconhecido popularmente (bairro dos Pimentas, região do Pimentas, Pimentas etc.), com a intenção de encontrarmos uma série histórica de reportagens desde do início da consolidação do bairro - 1950 - até os dias atuais que mencionam de forma estigmatizada a área. Porém, foram encontradas apenas 19 reportagens que tratavam, de modo geral, sobre o Pimentas dentro do período de 1984 a 2015. Desse modo (ver quadro 1), das 19 reportagens 11 delas reproduzem e têm em suas narrativas elementos que estigmatizam o Pimentas.

Quadro 1: Reportagens que estigmatizam o distrito do Pimentos

Ano	Manchete	temática	Sobre o distrito do Pimentas
1986	Um grupo Legal, no nome e no programa		(...) no distante bairro dos Pimentas, pra lá de Guarulhos, região classificada como **"terra de ninguém**. O grupo só pôde mostrar o seu trabalho no período da tarde: **de noite, ninguém podia garantir a vida dos atores.**
15/10/1988	Suplemento"Guarulhos" volta a circular amanhã	Tráfego	Haverá também, netre outros assuntos, uma abordagem sobre a **perigosa região do Bairro dos Pimentas**, local de chacinas (...) Crianças e adultos são obrigados a ficar em casa, enquanto **criminosos comandam as ruas do bairro**.
16/10/1988	Do trânsito à lavoura, os contrastes da cidade	Violência	De acordo com dados da Delegacia Seccional de Policia Civil de Guarulhos, **a área mais perigosoa é a dos Pimentas** (...) No local, **a população vive uma rotina de medo e silêncio**.
16/10/1988	Região dos Pimentas é a mais perigosa	Violência	**Drogas e chacinas fazem parte do dia-a-dia da área mais pobre do municipio**. Quando amanhece, os moradores de Nova Normandia, na região dos Pimentas, saem de casa curiosos para conferir o saldo da madrugada. (...) A delegacia não possui estatísticas dos bairros, **mas a região dos Pimentas destaca-se como uma das mais violentas**
12/11/1999	Último morador ao sul diz viver no "fim do mundo"	Limites	À beira do rio tietê, **Pimentas sobrevive com gambiarras e sofre exclusão social**. (...)Chega-se ao sítio do Zinho por uma estrada de terra localizado **entre a "Boca quente" dos Pimentas e a Chácara Três Meninas.**
10/12/2000	8 regiões determinam perfil da cidade	Administração	**Já a falta de insfraestrutura e de segurança** fazem **parte da rotina** dos 152.160 guarulhenses que vivem na **área do CA Pimenta**s
14/01/2001	Pimentas e Porto da Igreja revelam contrastes	População	No bairro mais populoso de Guarulhos, os moradores **sofrem com a falta d'água e com a violência**. (...) Para conter a onda de crimes, a Policia Militar estuda a criação da 1ª Companhia de polícia na região, "**Vamos cerca Guarulhos pela periferia**, onde há muita carência social e pessoas desempregadas"
20/06/2002	Índice na grande São Paulo continua alto, apesar da redução	Cidades	Para ir até o ponto de ônibus, na avenida principal do bairro dos Pimentas, um dos mais carentes de Guarulhos, a filha do cozinheiro precisaa da companhia do pai (...) A preocupação não é à toa, **Pimentas também é um dos bairros mais violentos da cidad**e (...)
13/08/2012	Prioridades Equivocadas		O conselho Estudantis da instituição aprovou moção favorável à permanência da unidade no local onde está instalada - **O bairro dos Pimentas, uma região pobre, violenta** e com problemas de acesso por transporte público.
04/11/2012	Unifesp Guarulhos não terá calouros	Saída dos Pimentas	(...) um dossiê, produzido por professores, pediu à reitoria a saída da Unifesp da região. O documento argumenta que a **escola é isolada geografica e culturalmente**
12/12/2015	Giz, sucata e arduíno: Apesar de estimular interesse dos alunos, cultura maker ainda é coadjuvante nas escolas		As crianças do segundo ano da escola Municipal Jeanete Beauchamp, **no bairro dos Pimentas, um dos mais violentos de Guarulhos (SP)**, reforçam o conteúdo das aulas em oficinas de cultura maker (...)

Fonte: Estado de S. Paulo. Elaboração: Os autores, 2023

De modo geral, as reportagens analisadas têm como aspecto comum o modo como descrevem o distrito do Pimentas ao tê-lo como assunto da matéria, como terra de ninguém; área perigosa; região e bairro mais violentos, que sofre com falta de segurança; região pobre e violenta, isolada geograficamente e culturalmente, entre outros aspectos que podem ser observados no quadro. São utilizados instrumentos narrativos que legitimam aquilo que está sendo exposto, com presença, em sua maioria, de depoimentos de diferentes sujeitos e de próprios moradores, que reafirmam os atributos incorporados ao Pimentas nas reportagens. Além disso, algumas notícias usam de comparações com outras áreas, ressaltando apenas características negativas e que reforçam a estigmatização sobre o Pimentas, e com isso, justificar falas e medidas mais severas e rígidas no combate à violência - principal temática relacionado ao Pimentas - contidas na reportagem de 2001, com a frase "Vamos cercar Guarulhos pela periferia"

Muitos desses conteúdos não estão apenas de modo explícito - nas manchetes e temáticas que tratam sobre violência, por exemplo, como aparece nas reportagens dos anos 1988 - mas também estão presentes de modo implícito, sejam vinculadas a notícias que tratam sobre cultura - como descrevendo a trajetória e apresentação do grupo de teatro no Pimentas, em 1986 - ou assuntos ligados à educação - tal como sobre o movimento *maker*, em 2015, e permanência ou não do campus da UNIFESP, em 2012.

Além do mais, outro elemento importante presente na maioria das reportagens, que de algum modo depreciam e, por isso, estigmatizam o distrito do Pimentas, é a presença de frases do tipo: "criminosos comandam as ruas do bairro", "a população vive uma rotina de medo e silêncio" ; "Drogas e chacinas fazem parte do dia-

a-dia", "falta de segurança faz parte da rotina", reproduzem afirmações e contestações de que os moradores do Pimentas, vivem uma rotina e um cotidiano apenas interligados ao perigoso e a violência, suprimindo qualquer forma de manifestação contrária a essa condição noticiada nas reportagens. Esses conteúdos passam a ser assimilados com frequência pelos meios de comunicação, influenciando, assim, na percepção daqueles que não conhecem o Pimentas.

Como observado no quadro 1, a quantidade de notícias atuais disponíveis pelo jornal sobre a área é um fator limitante. Os memes se apresentaram, no entanto, como uma forma e um instrumento fundamental nos estudos sobre vinculação de conteúdos e representações depreciativas relacionadas ao distrito do Pimentas no momento atual.

Os memes são considerados uma forma de comunicação, contendo informações resumidas que são representadas por imagens ou vídeos, de maneira satírica e humorística, que lembram acontecimentos e episódios ocorridos no cotidiano das pessoas ou, como nesse caso, sobre características marcantes de um determinado grupo e/ou de um local, que partem de concepções identificadas e que contém uma verossimilhança entre aqueles que acessam, visualizaram, estes conteúdos, ocasionando curtidas, comentários e compartilhamentos, facilitando a disseminação destes discursos. Desse modo, a reprodução e o reforço de representações negativas que estigmatizam grupos e/ou áreas, passam despercebidos e são mascarados por meio da utilização de linguagem menos séria, e de um tom de diversão

Nesse sentido, foi realizado o levantamento dos memes que foram retirados das páginas de Facebook "GRU MIL GRAU" e

"GuaruTrolls", que dispõem, respectivamente, de 24.701 e de 112.460 mil seguidores. Ambas as páginas apresentam um fator em comum nos memes que tratam sobre o Pimentas, representações relacionadas a violência, alguém sendo roubado no bairro, local perigoso, onde só residem criminosos e entre outros, que de forma "cômica e humorística", conseguem grande número de curtidas e compartilhamentos. Descrevemos aqui dois memes - um de cada página - para ilustrar o conteúdo geral analisado.

O meme indicado na figura 3 foi retirado da página "GuaruTrolls", publicado no dia 2 de novembro de 2021, e, até o momento do levantamento, esse meme tinha obtido 581 curtidas, 50 comentários e 267 compartilhamentos. O meme inicia com uma frase em destaque "Como foi o halloween no Pimentas", e logo abaixo da frase uma imagem de uma bruxa voando na sua vassoura - que aparenta ser diferente das vassouras comuns - e sorrindo. Logo em seguida, temos a imagem de dois adolescentes negros com uma vassoura simples, de capacete atrás da bruxa dizendo: "Perdeu bruxa vacilona passa a vassoura". Observamos que esse meme teve bastante repercussão por se tratar de uma celebração recente, o halloween, no dia 31 de outubro, conjuntamente, com a representação de como essa data é comemorada no Pimentas, demonstrando que tudo é roubado nesse local até mesmo uma vassoura. E que nem a bruxa, uns dos símbolos que causam medo, sobretudo em crianças, que estava voando conseguiu evitar de ser roubada, pois os adolescentes foram atrás e voaram para poder roubar a vassoura. Nesse sentido, observamos uma verossimilhança nos conteúdos expostos, o halloween e o Pimentas como uma área perigosa, simbolizada por dois adolescentes moradores dessa área.

Figura 3: Meme "Como foi o Halloween no Pimentas



Fonte: GuaruTrolls

Já a figura 4 é um meme retirado da página GRU MIL GRAU, no dia 31 de agosto, que obteve 117 curtidas, 4 comentários e 27 compartilhamentos. O meme tem uma frase em destaque: "Eita poha aqui é o Pimentas?" e um policial observando a área que tem características - padrão da construção das casas, conjuntos habitacionais, entre outros - que se faz presente numa paisagem de um bairro periférico, como o Pimentas. Diante disso, o policial afirma: "É só fazer um muro em volta que a cadeia está pronta". Nesse meme, o conteúdo da mensagem mostra-se muito mais direto, pois fica evidente o imaginário negativo e depreciativo que as pessoas, como também, as instituições públicas, têm em relação ao Pimentas, como um bairro que só tem criminosos, ladrões. A única maneira de contê-los, seria transformar o distrito inteiro em uma cadeia. Assim, automaticamente, esse meme generaliza

percepções construídas por olhares de fora sobre os moradores desse bairro, excluindo outros aspectos e particularidades de cada sujeito que mora no Pimentas.

Figura 4 - Meme "Eita poha aqui é o Pimentas?



Fonte: Gru Mil Grau

Todo esse conjunto de narrativas, falas e imagens presentes nas reportagens e nos memes revelam-nos a intencionalidade de direcionar o imaginário do leitor - que não conhece toda a complexidade da área- sobre o que representa o Pimentas perante a cidade de Guarulhos. Essas narrativas não só contribuem para estigmatizar espacialmente o Pimentas, mas também, marginaliza ainda mais os sujeitos que ali habitam, além de inibir e anular a possibilidade de mudança daquela realidade imposta pela sociedade. Contribuindo, também, para um efeito de naturalização dos discursos e conteúdos associados ao distrito, pois, quanto mais recebem a mesma mensagem e informação, mais natural passa a ser as ideias depreciativas e negativas sobre determinada coisa (RECUERO; SOARES, 2013).

A opinião sobre o Pimentas dos não-moradores

As reportagens e os memes constituem duas ferramentas relevantes na construção e disseminação de um imaginário apenas negativo que estigmatiza o distrito do Pimentas. A reprodução desses conteúdos reflete-se, também, na opinião daqueles que residem em outras áreas de Guarulhos, inclusive daqueles que moram na área central. Obtivemos esses relatos a partir das entrevistas efetuadas no âmbito do projeto temático FragUrb, com um roteiro semiestruturado, que permitiram uma análise e a sistematização das entrevistas, em que percebemos a presença constante de falas que, de alguma forma, estigmatizam o distrito do Pimentas, corroborando com as nossas análises. Nesse sentido, exporemos alguns relatos e falas que chamaram a nossa atenção, pelo modo como fazem referência à área, como por exemplo, o André e Adriano, dois jovens que moram no centro de Guarulhos.

André ao responder o questionamento feito sobre algum bairro da cidade que não moraria, cita diversos bairros entre eles o Pimentas, enfatizando que são considerados perigosos. Porém, apesar de explicar que essa visão é compartilhada apenas pelos seus pais e que ele enxerga de uma outra maneira, reafirma sua representação ruim desses bairros e por isso não moraria neles.

> (...) **tem bairros que são conhecidos como bairros perigosos**, enfim, **os meus pais falam que são bairros mais perigosos**. **Eu enxergo que são simplesmente bairros de menor renda, de uma população mais carente**. Mas, por exemplo, **Bom Clima**, **Bonsucesso**, qual era o nome do outro? Me fugiu o nome agora...o próprio **Bairro dos Pimentas**, **Cocaia**, são alguns outros bairros que **não tenho uma imagem boa** desses bairros, eu não moraria lá. (André, 19 anos, morador do bairro Maia, centro de Guarulhos, entrevista do 17/06/ 2020, grifo dos autores)

Já o Adriano, ao falar sobre o Pimentas, confirma que muitas pessoas têm um olhar negativo e destaca, em sua fala, aspectos sobre o distrito como: "mais debilitado", "com menos condições", "menos seguro" e "bairro que tem menos oportunidades", comparando-o com um bairro considerado mais nobre. Além disso, utiliza-se desses aspectos como uma justificativa para dizer que não moraria nele, contrapondo, novamente, com um outro bairro, vila Rio - zona norte de Guarulhos -, local que havia salientado, em falas anteriores, que não moraria. Nesse sentido, o Adriano aponta que preferiria morar na vila Rio do que no Pimentas. Ademais, o entrevistado declara que não tem uma imagem boa sobre o Pimentas e que frequentou o bairro poucas vezes:

> Hoje em dia a grande parte das pessoas têm uma **visão negativa do Pimentas**. Como um bairro tipo, não diria inferior, mas um **bairro mais debilitado** eu diria, **com menos condições, menos seguro, assim é um bairro que tem menos oportunidades** do que alguém que mora no bairro mais nobre. Também é um **bairro que eu não moraria**, que a gente falou no começo. **Se for comparar Vila Rio com Pimentas, prefiro ir morar no Vila Rio (...) eu não vejo o Pimentas hoje como um bom bairro, sabe eu mesmo se você falasse quantas vezes você foi para o Pimentas, dá para contar nos dedos [...]** (Adriano, 20 anos, morador de vila Fátima, centro de Guarulhos, entrevista do 22/06/2020, grifo dos autores).

Como o André, o Adriano tem uma representação negativa do Pimentas com base na perspectiva de outros, isto é, concepções construídas pelas notícias de jornais e memes que, consequentemente, que ficam no imaginário e são espalhadas por outras pessoas. Essas ideias perpassam gerações, e o não conhecimento, também, está presente na fala de Dona Yoko de 57 anos, moradora do bairro Macedo, na parte central de Guarulhos:

> Nossa, um bairro que eu não moraria (risos) tem vários ... eu **não sei se Pimentas acho que faz parte né?** aqueles lados l**á mais para o fundo**, **que o pessoal fala. Eu não conheço né? mas as pessoas falam né? que é muito mais difícil. Taboão**, mesmo **Bela Vista**, **acho que não moraria também.** (Yoko, 57 anos, moradora de bairro Macedo, centro de Guarulhos, entrevista do 03/07/2020, grifo dos autores).

Nessa fala, observamos que ela não só desconhece o distrito no sentido de frequentá-lo, mas, também, no aspecto de pertencer a Guarulhos ou não. Mesmo não obtendo uma resposta, refere-se ao Pimentas como bairro "do fundo", pois é considerado como "mais difícil". Nesse sentido, ser um "bairro difícil" significa o que? Difícil de viver? Por ser perigoso ou violento? Por que razões? Pela distância em que se situa a área? Pela falta de oportunidade? Dona Yoko, também, deixa claro que não conhece o distrito e que essa percepção não parte dela, mas sim, do que ela escuta das outras pessoas que comentam sobre o Pimentas. Mesmo assim, ao responder o questionamento sobre o bairro que não moraria, menciona o Pimentas, com isso, discretamente e por influência, também, compartilha dessas concepções que permeiam a área.

O estigma sobre o Pimentas não só é repercutido e reconhecido apenas por aqueles que não moraram e que não tem conhecimento sobre a realidade dos que convivem no distrito. As narrativas de ser uma área perigosa e violenta, também são expressadas entre os ex-moradores, como no caso da Bianca, que sempre morou no Pimentas, mas há 6 anos se mudou para Bauru - interior do estado de São Paulo- por motivos de estudos.

Ao traçar um paralelo entre as duas realidades - a atual em Bauru e a de antes no Pimentas -, Bianca revela-nos que gosta do movimento e do senso de comunidade presentes no Pimentas, algo

que em Bauru sente falta. Porém, aponta-nos que, apesar disso, o Pimentas apresenta desvantagens, e uma delas é ser perigoso. Ao destacar esse aspecto, que também existe nos discursos jornalísticos, nos memes e, sobretudo, entre os não moradores, Bianca menciona que foi adquirindo algumas mudanças em seu comportamento e sensações, no momento que se mudou para Bauru e passou a visitar seus pais no Pimentas. Um dos motivos para essa transformação é a falta de iluminação do bairro e na rua que moram seus pais, o que causa nela um medo que antes não sentia:

> **Em Pimentas** t**em bastante favela, então tem lugar que não tem saneamento básico**, **iluminação é bem péssima, na minha rua mesmo fica muito escuro**, e **quando eu vou visitar a minha mãe eu fico com medo, e antes, quando a gente mora lá, a gente não tem esse medo, mas depois que sai do lugar que a gente estava,** é bem escura as ruas às vezes quebra e demora mil anos para consertar [...]. (Bianca, 18 anos, ex-moradora do bairro Jardim Alice, Pimentas, entrevista do 18/06/2020, grifo dos autores).

Bianca tenta de alguma maneira encontrar outras justificativas para essa sensação de medo, como ser mulher ou naturalmente medrosa. Explica que sente esse medo em Bauru também, mas nada se compara com o que sente quando está no Pimentas e que, após três dias de convivência no distrito começa a perder um pouco dessa sensação, mesmo assim, não o perde totalmente, pois ainda fica receosa por passar em locais que antes passava.

> [...] acho que hoje muito mais que antes, mas essa questão de adotar, **não sei se é porque eu sou mulher ou porque eu sou medrosa,** mas até aqui em Bauru eu tenho bastante medo de andar na rua. **Mas lá, em alguns lugares, eu não sinto tanto medo,** é mais na hora que eu chego se esta noite, e eu tenho que subir a rua, **mas eu fico...por exemplo, na minhas férias eu fiquei 15 dias,**

> **passou 3 dias já meio que perdi o medo**, claro que eu não vou entrar em vielas que antes eu entrava, brincava com todo mundo. **Aqui eu ainda tenho medo, só que lá, eu acho que muito mais, não sei falar isso** [...]. (Bianca, 18 anos, ex-moradora do bairro Jardim Alice, Pimentas, entrevista do 18/06/2020, grifo dos autores).

Segundo Fernandes (2009), o sentimento de angústia e a sensação de insegurança estão relacionados, diretamente, com a presença do medo, sendo um fenômeno produzido socialmente. A disseminação do medo - via boatos, comentários, meios de comunicação - podem tomar grandes proporções, espalhando a cultura do medo que atinge todas as escalas interferindo, principalmente, no cotidiano dos sujeitos. Em vista disso, nas falas de Bianca fica evidente que, ao retornar ao local em que conviveu por 16/17 anos, a sensação de medo, insegurança, começou a prevalecer nas suas práticas e no seu cotidiano no distrito, pois foi perdendo o contato com a realidade da área, a partir do momento em que mudou de cidade e passou a ser por meio de outras fontes - conversas, boatos, mídias entre outros.

Dessa forma, o Pimentas ser reconhecido como perigoso ou não ser lembrado como parte da cidade de Guarulhos, são alguns dos elementos que conseguimos apreender nas falas sobre a representação que esses entrevistados têm sobre a área, pois os estigmas territoriais podem e se manifestam de diversas formas e intensidades, que perpassa por múltiplas escalas e, assim, tornam-se mais complexas as apreensões de discursos e relatos que estigmatizam territorialmente um local.

O estigma territorial a partir de representações e olhares do próprio distrito dos Pimentas

O estigma estabelecido sobre o distrito dos Pimentas - como um local perigoso, violento - são constituídos pelos meios de comunicação - jornais e redes sociais - e são compartilhados por aqueles que não conhecem com propriedade a realidade da área, como vimos anteriormente. Esses conteúdos desqualificam e marginalizam simbolicamente o território, e, também, seus moradores. No entanto, como esses discursos, sobretudo negativos, repercutem nos moradores do Pimentas? Como eles identificam a presença de um estigma? Diante desses questionamentos, este tópico apresenta e analisa falas, opiniões e representações, coletadas por meio de entrevistas efetuadas com os moradores de diversos bairros que compõem, administrativamente, o distrito dos Pimentas, constituindo o que nomeamos de o olhar de dentro. O foco da análise foi direcionado para os discursos sobre a violência, a segurança e o medo, a fim de verificar se o estigma construído desde fora, corresponde às representações de quem vive no Pimentas, mas também de identificar as opiniões sobre esse estigma.

Em primeiro lugar, em um total de mais de 40 entrevistas realizadas no Pimentas, foi identificada opiniões convergentes em dizer, no geral, que era mais violento no passado, como Edilene, que comenta que a mãe dela dizia que era muito perigoso na época. A própria entrevistada comenta acerca da imagem que as pessoas de fora têm sobre o Pimentas:

> [...] **as pessoas ainda acham que é um bairro muito perigoso e muito desordenado**. Elas até falam 'mas você mora lá mesmo?', porque as pessoas normalmente julgam, o fato de que eu trabalho em um lugar legal, falar bem, ter estudado, é como se eu tivesse que estar morando no Jardins. **Ainda tem essa ideia de um bairro muito pobre, muito perigoso**. (Edilene, 41 anos, moradora de Jardim Centenário, Pimentas, entrevista do 26/03/2022, grifo dos autores).

Se era mais violento, como dizem a maioria dos moradores, também tinha mais preconceito, segundo outra entrevistada, para quem o preconceito desapareceu:

> Agora já não tem mais preconceito, mas antigamente, há uns 20, 30 anos atrás, vocês falar que morava em Guarulhos e especificamente no bairro dos Pimentas, **as pessoas olhavam com a cara feia, com preconceito** (Márcia, 61 anos, moradora de Jardim Normandia, Pimentas, entrevista do 09/04/2022, grifo dos autores).

Percebemos a associação de representações múltiplas, associadas ao estigma, e base de um discurso diferenciador: a perigosidade é associada à pobreza, e o fato de uma pessoa estudada e ter um bom trabalho morar no Pimentas é algo que parece não combinar, segundo olhares de fora. Edilene sente medo com relação a um lugar específico, que não frequenta: *"*Eu morro de medo daquele parque, os moradores contam que é um lugar que as pessoas entram para fumar crack, que é perigoso*"*, da mesma forma que um morador de uma área central pode sentir medo de alguns lugares, em determinados períodos. Mas, ao ser perguntada sobre se acha o bairro inseguro, responde:

> Não, **eu tenho mais medo de São Paulo**. No começo eu tinha, quando eu vim para cá eu morria de medo, mas depois, [...] as pessoas vão te conhecendo, você vai conhecendo a dinâmica do bairro, quando acontece alguma coisa, por exemplo, "Tem um carro estranho rondando por aqui, mexendo com as meninas", aconteceu isso há um tempo atrás, o próprio pessoal do bairro já dá um jeito de resolver isso. Então eu não tenho medo, nesse ponto eu não tenho medo, **eu sei que as pessoas sabem que eu moro aqui, que eu trabalho aqui, eu tenho mais medo de São Paulo**. Eu tenho mais medo de parar no semáforo em São Paulo, eu não tenho carro, mas quando eu estou de Uber ou uma amiga, alguma coisa assim, eu tenho mais medo de ser assaltada em São Paulo.

> **Eu acho São Paulo muito mais violento do que aqui, por incrível que pareça.** (Edilene, 41 anos, moradora de Jardim Centenário, Pimentas, entrevista do 26/03/2022, grifo dos autores).

As relações sociais e os outros tipos de organização social que estão presentes no Pimentas parecem fornecer uma certa segurança, sendo que discursos semelhantes são frequentemente notados nas entrevistas: "conhecer todo mundo" ou "morar aqui há tempo" são assim fatores determinantes. Ao achar São Paulo muito mais violento do que o Pimentas, notamos uma inversão do estigma, ao nível das representações. Não que haja vontade de estigmatizar São Paulo, mas essas falas mostram que a experiência local de insegurança e medo no Pimentas não condiz com o estigma produzido desde fora. Isso é confirmado por outra entrevistada, ainda à pergunta se acha o bairro inseguro: "Olha, vou te dizer que eu tenho 30 anos e a única vez na vida que eu fui roubada foi na Avenida Paulista" (Nice, 30 anos, moradora do Sítio São Francisco, Pimentas). Interessante que essa interlocutora está consciente da construção do estigma:

> **Nunca teve situação de roubo**, é que é uma região periférica, tem ali as questões de tráfico, no passado já tiveram algumas intervenções, será que eu posso chamar assim? **Coisas que atraíram Datena, jornais, casos bem complicados, mas no todo, não é uma região violenta**. Eu me sinto mais segura lá do que andando por alguns lugares de São Paulo. (Nice, 30 anos, moradora do Sítio São Francisco, Pimentas, entrevista do 26/03/2022, grifo dos autores)

Os olhares de dentro desconstroem à sua maneira o estigma territorial dos Pimentas, ao trazer outros elementos de análise e ao estabelecer matizes. Nice afirma que "no todo, não é uma região violenta" e que foi roubada no centro de São Paulo. Longe de negar a existência de problemas e violências no Pimentas,

parecem argumentar que, finalmente, a violência e a insegurança estão em todas as partes. No mesmo sentido, outro entrevistado diz:

> Eu acho o **bairro super seguro, lógico, eu acho que toda localidade tem suas violências, suas negatividades**, mas eu acho que **por conhecer** o bairro, acho que por conhecer as pessoas, eu acho que saber por onde também eu estou andando, tal rua, eu acho que eu me sinto tranquilo por aqui [...] Eu acho que por morar aqui tanto tempo, eu tenho essa confiança, né? (Flaviano, 35 anos, morador do Jardim Ferrão, Pimentas, entrevista do 31/03/2022, grifo dos autores).

Novamente, a apropriação do bairro, a partir da circulação e das relações sociais vem amenizar as experiências negativas em termos de insegurança. À mesma pergunta "se sente insegura no bairro dos Pimentas?" Márcia responde que sim, mas que é um medo geral, e não territorialmente associado especificamente ao Pimentas:

> A gente tem medo, como eu tenho medo de ir lá para o centro, para a capital. **Para qualquer lugar que a gente vá,** a gente vai sempre apreensiva, com medo. (Márcia, 61 anos, moradora de Jardim Normandia, Pimentas, entrevista do 09/04/2022, grifo dos autores).

Micro-diferenciações socioespaciais e o estigma territorial que se desloca nas identidades

Diferentemente de uma entrevista individual, em um Grupo Focal, o "participante tem maior dificuldade de omitir um fato, ou de narrá-lo de modo pouco compatível com o ocorrido" (NETO; SPOSITO; MAGRINI; BERNARDES, 2022, p.17). Trata-se de fazer emergir os consensos e os dissensos. O nosso Grupo Focal reuniu 9 mulheres de um bloco do mesmo conjunto habitacional (chamado "Esplanada"), do programa MCMV-faixa 1. Um ponto comum dessas mulheres é a história de vida passada, porque todas

elas vieram de favelas e de áreas de risco, e todas elas foram desapropriadas. Identificam claramente um "nós", que vieram de favela e que foram agrupadas no mesmo bloco, e um "eles" que não sabem o que é morar em favela. Uma colaboradora afirma, por exemplo, no que diz respeito ao outro bloco: "tem muita gente do bloco 2 que nunca pisou em uma favela. Então nunca vai estar bom o Esplanada". E complementa: "ali no Esplanada, subiu para o segundo andar, colocou um piso, já acha que é rico".

Através dos relatos das mulheres, notamos que o estigma e a discriminação sofrida por elas, por parte de moradores de outros blocos, é ligada a dois fatores principais: i) a condição socioeconômica precária dessas mulheres e, ii) o estigma territorial do antigo local de moradia, que elas parecem carregá-lo, no tempo e no espaço; e como diz o ditado "eu sai da favela, mas a favela não saiu de mim".

Por um lado, parece ocorrer um processo de diferenciação social, baseado nas dificuldades das mulheres do nosso grupo focal, que têm inclusive incapacidade financeira de pagar o condomínio: "eu já expliquei para o pessoal que trabalha na portaria que vou fazer um gato na minha luz", diz uma colaboradora. E completa: "Aí muitas mulheres estão desempregadas, marido desempregado, não tem condições agora e não vai ter". Outra mulher pergunta: "*V*ai ficar sem água e sem luz para pagar condomínio?".Em contrapartida, relatam um menosprezo e uma discriminação por elas virem de favelas. Isto significa que o estigma territorial não é uma condição estática, mas, que segue as pessoas nas suas histórias de vida e nas suas identidades, como foi postulado acima, na secção teórica.

Essa micro-diferenciação, isto é, ao nível de um conjunto residencial, *a priori* acolhendo a mesma classe socioeconômica (a faixa-1 do MCMC), de pessoas que não eram proprietárias inicialmente, mostra até que ponto as escalas da diferenciação espacial e do estigma territorial existem em múltiplas escalas e configurações.

Considerações finais

Através de um trabalho, que reuniu diversas metodologias qualitativas, foi possível vislumbrar a relevância dos conceitos de estigma territorial e de diferenciação socioespacial, para analisar o urbano e as desigualdades contemporâneas. Ao mudar as escalas geográficas, diversas conclusões aparecem com relação ao estigma territorial: i) construído desde fora, não corresponde às representações e experiências das pessoas que vivem cotidianamente no Pimentas, ii) dentro do Pimentas, encobre uma multitude de camadas e nuances porque os entrevistados classificam de certa forma o distrito entre menos e mais perigosas, iii) não é fixo em um território, já que as pessoas podem carregar o estigma mesmo ao mudar de local de moradia.

No que diz respeito aos processos de diferenciação, eles permitem colocar em evidência alguns conteúdos que se escondem na expressão, por vezes caricatural, do estigma. Por exemplo, observamos a conjunção de diversos campos lexicais: a distância, a perigosidade, a insegurança, o medo, em uma escala maior ou de fora. Na escala de dentro, percebemos, por meio de falas de moradores que apontam e qualificam bairros que são mais ou menos perigosos e, por isso, devem ser evitados, mesmo fazendo parte, administrativamente, do mesmo distrito. Além do mais, a

diferenciação parece inevitável em qualquer escala: na escala do condomínio, as mulheres sofrem de um estigma territorial baseado no seu antigo local de moradia, que é combinado com a sua condição socioeconômica atual precária. Na escala do bairro, essas mulheres sofrem também o preconceito de moradores antigos do distrito, conjuntamente daqueles que não fazem parte do PMCMV, além de preconceito, como aquela da cor da pele, ou seja, o racismo, como quando uma delas reclama ter sido seguida pela segurança no Shopping Center, e pergunta "só porque eu sou preta?". Talvez os métodos qualitativos que buscam analisar falas de pessoas que vivem nos lugares pesquisados permitem justamente mostrar que a insegurança (e o medo) não deixa de ser profundamente subjetiva e que nem sempre se encontra onde se esperaria o senso comum.

Ainda, há de se atentar para a multiescalaridade dos processos de diferenciação socioespacial e de estigmatização territorial, pois como as desigualdades, eles se acumulam e se sobrepõem. Em outras palavras, a análise dos diversos processos diferenciadores e estigmatizantes que marcam as periferias contemporâneas não podem ignorar que a diferenciação socioespacial encobre desigualdades complexas e deve, portanto, ser capturada levando em conta as interseccionalidades e as múltiplas escalas envolvidas no processo (BILGE, 2010).

Bibliografias

ACERVO ESTADO DE S. PAULO. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/> Acesso em: 19 nov. 2021.

ALEXANDER, J., COLOMY, P. *Differentiation Theory and Social Change*: Comparative and Historical Perspectives. 510 p, **Columbia University Press**, 1990.

BILGE, S. De l'analogie à l'articulation: théoriser la différentiation sociale et l'inégalité complexe. **L'homme et la société**, n.176-177, avril-septembre, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6 ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BORDIEU, Pierre. (org.) **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: VOZES, 2008.

CARLOS, Ana Fani. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v.4, n.6, p.45-60, 2007.

CORNEJO, Catalina Andrea. Estigma Territorial como forma de violencia barrial. El caso del sector El Castillo**. Revista Invi**, Santiago-Chile, v. 27, n. 76, 2012.

CORRÊA, R. Notas sobre a diferenciação espacial. **Geousp**, vol. 26, n.1, 2002.

CORRÊA, R. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, Taís Souza da. **Pimentas na periferia metropolitana: reflexões acerca do estigma territorial e de suas contradições**. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/234643>.

CRUZ, Tais Souza da; LEGROUX, Jean José. Caracterização socioespacial dos Pimentas (Guarulhos –SP): Entre periferia metropolitana e subcentro municipal. In: **Semana de Geografia**, 2021 - Presidente Prudente/ SP. ANAIS XXI Semana de Geografia: outras Geografias e (A) diversidades, 2021. p.706- 727.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. O**s estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELORZA, Ana. Segregação residencial e estigma territorial. Representações e práticas dos habitantes de territórios segregados. **Eure**, vol. 45, n.135, mayo 2019, p. 91-109.

FERNANDES, Fernando Lannes. **Violência, medo e estigma: efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio**

de Janeiro. Tese (doutorado em Geografia). Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

GAMA, Nilton César de Oliveira. **O processo de conformação da periferia da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re) produção de novas espacialidades e lugar de reprodução de força de trabalho**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: nota sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, Valdir José. **A segregação e o estigma socioespacial presentes na formação histórica do Bairro Teotônio Vilela em Ilhéus/BA**. 2016. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdade EST, São Leopoldo, 2016.

GUARUTROLLS. Disponível em: <https://www.facebook.com/GUARUTROLLS> Acesso em: 12 nov. 2021.

GRU MIL GRAU. Disponível em:< https://www.facebook.com/grumilgrau> Acesso em: 12 nov. 2021.

JÚNIOR, S.-C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, v.7, n.12, 2010.

JUTEAU, D. Introduction à la différenciation sociale. In: Danielle Juteau (dir.) **La différenciation sociale: modèles et processus. Montréal:** Presses de l'Université de Montréal. 298 p, 2003.

OJIMA, Ricardo.; MARANDOLA JR, Eduardo.; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes.; SILVA, Robson Bonifácio. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as "cidades-dormitórios" no Brasil. **Cad. Metrop.** São Paulo, v.12, n.24, p.395 - 415, 2010

PAIVA, Luiz Fábio S. Contingências da violência em um território estigmatizado. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia.** Fortaleza. 2007.

RECUERO, Raquel.; SOARES, Priscilla. Violência simbólica e redes sociais no facebook: O caso da fanpage "Diva Depressão". **Galaxia** (São Paulo, online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013.

RIZZON, Renata Cristina. CRUZ, Taís Souza. OLIVEIRA, Pablo Muryllo. Fragmentação socioespacial e Estigma territorial: Reflexões sobre a produção do espaço urbano na atualidade. In: **SIMPURB, 2022** - Curitiba/PR. ANAIS XVII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2022.

ROMÃO, Gasparino José.; NORONHA, Adolfo de V. **Guarulhos 1880 - 1980**. Guarulhos: PMG, 1980.

SANTOS, Carlos José F. **Identidade Urbana e Globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP.** 1. ed. São Paulo: Annablume/SINPRO-Guarulhos, 2008.

SANTOS, Plínio Soares dos. **A transformação da estrutura urbana na cidade de Guarulhos e a constituição de uma nova centralidade no Bairro de Pimentas**. Dissertação (Mestrado em projeto, produção e gestão do espaço) – FIAM FAAM, São Paulo, 2017.

SILVA, Bruna Alves.; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso.; OLIVEIRA, Maria de Fátima. Os memes como retórica depreciativa nas relações entre Barra do Garça (MT) e Aragarças (GO). **Mídia e Cotidiano**, vol. 14, n. 1, p. 179 – 203, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos (FragUrb)**. São Paulo, Fapesp, 2018 [projeto de pesquisa temático]

WACQUANT, Löic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. Sociologia. **Departamento de Sociologia** – Faculdade de Letras/UP, v..XI, Porto, 2006.

WACQUANT, L., SLATER, T., BORGES PEREIRA, V. (2014) Estigmatización territorial en acción. Revista invi, 29 (82), 219-240.

Submetido em: 15 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 29 de março de 2023.
Aprovado em: 30 de março de 2023.

SOUZA DA CRUZ, T.; LEGROUX, J. ESTIGMA TERRITORIAL E DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS DA/NA PERIFERIA: O CASO DO PIMENTAS (GUARULHOS-SP). **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em:

CONTRADIÇÃO DO CAPITAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO COMO PERIFERIA: DA CRISE DA FORMA-VALOR À EMERGÊNCIA DA FORMA-PERIFERIA

CONTRADICTION OF CAPITAL AND THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AS PERIPHERY: FROM THE CRISIS OF VALUE-FORM TO THE EMERGENCE OF PERIPHERY-FORM

CONTRADICCIÓN DEL CAPITAL Y PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO COMO PERIFERIA: DE LA CRISIS DE LA FORMA-VALOR A LA EMERGENCIA DE LA FORMA-PERIFERIA

THIAGO CANETTIERI

Professor do Departamento de Urbanismo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte, MG
e-mail: thiago.canettieri@gmail.com

Resumo:
O presente artigo busca sugerir uma interpretação para a realidade contemporânea a partir da ideia de *condição periférica*. O autor argumenta no sentido de sugerir que ocorre no mundo hoje uma expansão da forma-periferia que se desdobra das contradições interna do capital. Essa situação implica uma mudança na forma da produção do espaço e na experiência do tempo que passa a ser marcada pelo signo da periferia e, assim, esta passa a indicar o futuro do mundo.

Palavras-chave: devir-periferia do mundo; condição periférica; crise da modernidade; trabalho

Abstract:
This article seeks to suggest an interpretation of contemporary reality based on the idea of the peripheral condition. The author argues in the sense of proposing that in the world today there is an expansion of the periphery-form which unfolds from the internal contradictions of capital. This situation implies a change in the form of the production of space and in the experience of time which becomes marked by the sign of the periphery and, thus, this begins to indicate the future of the world.
Keywords: becoming-periphery of the world; peripheral condition; crisis of modernity; labour

Resumen:
Este artículo pretende sugerir una interpretación de la realidad contemporánea basada en la idea de la condición periférica. El autor argumenta en el sentido de proponer que en el mundo actual hay una expansión de la forma-periferia que se despliega a partir de las contradicciones internas del capital. Esta situación implica un cambio en la forma de producción del espacio y en la experiencia del tiempo que pasa a estar marcada por el signo de la periferia y, por lo tanto, esta comienza a indicar el futuro del mundo.
Palabras-clave: devenir-periferia del mundo; condición periférica; crise de la modernidad; trabajo

Introdução[1]

Em 2001 o arquiteto Rem Koolhaas (2001), olhando para a capital da Nigéria, Lagos, e um tanto quanto intrigado pela sobrevivência dos pobres naquela situação ficou fascinado pela inventividade que era mobilizada por aquelas pessoas que viviam numa cidade-favela. O arquiteto disse: *Lagos é o paradigma do futuro para as cidades de todo o mundo*.

No já conhecido artigo *Slumdog cities*, de Ananya Roy ([2011] 2017, pp.10-11), aparece uma crítica à Koolhaas, já que ele se apaixona pela "inventividade de seus moradores enquanto eles sobrevivem à labuta da megacidade. Ele vê tais respostas experimentais como criadoras de sistemas alternativos críticos engenhosos, um tipo de auto-organização criando intensas zonas emancipatórias".

Koolhaas está certo em sugerir que o futuro de todo o mundo é a cidade de Lagos. Entretanto, não pelos motivos que ele esperava se tratar.

Irei argumentar neste texto que há uma tendência de que a produção do espaço nas cidades assuma a *forma-periferia*: como áreas degradadas, com construções precárias, pouco acesso aos serviços públicos, com a constante presença do desemprego e, por consequência, das formas, também precárias de viração, com altos índices de violência. A essa nova condição danificada e supérflua, a sua institucionalização enquanto padrão de produção do espaço e a

[1] Este texto é uma versão reformulada de um trabalho apresentado no *XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana,* em 2019, e foi publicado em seus anais. O texto foi revisito e ampliado pelo autor, incorporando formulações cujo desenvolvimento ulterior só foram possíveis a partir da discussão no *GT Produção do espaço urbano numa perspectiva crítica*. O autor agradece enormemente a contribuição dos presentes e, em especial, dos coordenadores da sessão. Agradeço também a leitura, comentários, críticas e sugestões dos pareceristas anônimos.

sua generalização para todas as cidades do mundo, chamo de *devir-periferia do mundo*[2].

Entendo a forma-periferia como uma forma social histórica e espacialmente determinada que organiza a totalidade concreta do capital. Se a forma-valor foi o que "enformou" a sociabilidade propriamente capitalista, ela não se consolidou da mesma maneira em todos os lugares. Nos países periféricos a forma-valor nunca se realizou plenamente, mas, nessa condição truncada, produziu o que chamo aqui de forma-periferia.

O texto segue da seguinte maneira: primeiro apresentarei, de maneira breve, diferentes diagnósticos sobre essa tendência à periferização que vem sendo produzidos desde o começo da segunda década do século XXI. Em seguida, apresento, algumas interpretações desenvolvidas desde o pensamento crítico brasileiro sobre as periferias que, como penso, ajudam a entender as transformações recentes que se passa na sociedade. Este ponto leva a um terceiro: tal forma de produção do espaço implica, também, uma alteração na perspectiva de experiência do tempo. Na sequência, sugiro uma interpretação deste fenômeno a partir da crítica da economia de Marx e da forma como Henri Lefebvre ([1972] 2016) leu as transformações na segunda metade do século XX. Por fim, apresento como esse quadro geral pode ser explicado por um fenômeno de crise e dissolução de uma forma social historicamente determinada, a forma-valor, e como a forma-periferia ajuda a compreender essa transformação.

O devir-periferia do mundo: a periferia como critério universal

[2] Aqui, a referência é o trabalho de Achille Mbembe ([2013] 2019, p.20): "A essa nova condição fungível e solúvel, à sua institucionalização enquanto padrão de vida e à sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o *devir-negro do mundo"*.

Houve um tempo em que se esperava que o sentido da difusão do critério do que seria o universal partisse dos assim chamados centros em direção às periferias. Foi nessa perspectiva que se assentou a justificativa ideológica para a história da colonização, que atribuiu aos países centrais, as metrópoles, a *missão civilizatória*. Esse foi parte do movimento da modernidade.

Entretanto, parece ter acontecido, em um determinado momento, uma mudança dessa *geografia histórica da modernidade*. O sinal deste impulso civilizatório parece ter trocado de sinal. Não são as periferias que estão *atrasadas*, sempre correndo atrás da história. Ao contrário: são as periferias que não só primeiro experimentam o colapso da modernização, como indicam o futuro de todo o mundo nesse caminho. Como escreveu Roberto Schwarz (1993, p.10), no prefácio a edição brasileira de *O colapso da modernização*, de Robert Kurz (1993): "A crise procede da periferia para o centro".

É, portanto, nas periferias que estão expostas com maior evidência as raízes da contradição da reprodução do capital – mais do que no próprio centro. Com o desenrolar de suas contradições, o capital – que durante muito tempo aparecia como ondas irradiando dos centros – apresenta hoje uma inflexão de sua planetarização e a consolidação do mercado mundial, não podendo a imagem do futuro ser outra, senão a da periferia que aperta o mundo como um cerco cada vez mais avançado.

Há um romance, pouco conhecido no Brasil, que é indicativo deste processo. *The good life elsewhere*, do moldávio Vladimir Lorchenkov (2003), conta a história ficcional de um grupo de conterrâneos do autor tentando emigrar para a Europa ocidental. A situação em que moravam, de precariedade, ausência

de serviços públicos, desemprego, característica deste pequeno país da periferia imediata da Europa, forçou a este grupo a emigrar. Mas as situações do grupo são muito adversas: Lorchenkov narra várias maneiras improvisadas que seus personagens tentam fazer para fugir para o centro. A história se segue com a persistência destes personagens para alcançar seu objetivo. Entretanto, o grupo se divide em um determinado momento. Uma das partes consegue chegar à Itália, onde esperava encontrar, neste *outro lugar*, uma *boa vida*, enquanto a outra parte do grupo acaba retornando a Moldávia. Há, no final desta desventura, uma inversão: aqueles que chegam à Itália pensam que ainda estão na Moldávia. Os que voltaram para a terra natal acreditam que chegaram na Itália. O que o livro de Lorchenkov demonstra não é exatamente um processo em que parece estar produzindo uma *indistinção* entre centro e periferia? Claro, não no sentido, da superação da forma-periferia, mas de sua generalização.

É isso que está em questão quando Hans Magnus Enzensberger (2003) faz um recorte de manchetes de jornais que descrevem situações catastróficas de países do terceiro mundo, reportagens que, como se sabe, se lê todos os dias. Entretanto, o ensaísta alemão arma uma arapuca para seu leitor: "Só os nomes dos lugares é que estão alterados. Na verdade, os cenários onde ocorrem não são Luanda e Colômbia, Monróvia e Sri Lanka, e sim, Roma, Frankfurt, Berlim e Atenas.

Mas este processo não é apenas invenção da criativa mente de Vladimir Lorchenkov (2003) ou resultado de um pessimismo catastrofista de Enzensberger (2003). A situação que se enfrenta já não pode ser evitada nem pela mídia tradicional que dá os nomes verdadeiros das cidades: já se vê o aumento gritante da pobreza nos

Estados Unidos resultando na explosão daqueles *homeless*[3], o retorno imprevisto de cortiços com padrão de habitabilidade da época vitoriana no coração de Londres[4], o surgimento de acampamentos precários ao longo do rio Sena, em Paris[5], na Noruega o número de crianças em situação de pobreza não para de crescer[6], quase a metade dos trabalhadores no Canadá estão em trabalhos precarizados (as mulheres em condição de trabalho precário já alcança 60%)[7], na Alemanha, sobretudo em Berlin, aumenta o número de despejos por conta da impossibilidade dos inquilinos de pagar os alugueis[8]. Não é nenhuma surpresa, como já discuti em outra oportunidade (CANETTIERI, 2021), que nessa tentativa de apreensão de uma realidade desmoronada no Norte Global, se utilize como referência as cidades do Sul.

Vários diagnósticos de diferentes correntes teóricas parecem indicar uma tendência de periferização do mundo, mesmo que não utilizem explicitamente este termo. Por exemplo, Slavoj Žižek ([2017] 2019) argumenta que a principal contradição do capitalismo globalizado não é entre a classe dos detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora, mas entre aqueles protegidos por uma redoma de civilização e aqueles que estão excluídos dela, reduzidos a uma vida nua (AGAMBEN, [1995] 1999). Žižek observa que quando os excluídos entram na diminuta

[3] Cf. Reportagem no jornal The Guardian, do dia 31 de Maio de 2017: Human tragedy: homelessness jumps to record-breaking level.

[4] Cf. Reportagem no jornal The Guardian, do dia 16 de Janeiro de 2018: The victorian slums are back.

[5] Cf. Reportagem no jornal Le Monde, de 19 de Outubro de 2017: Ces 570 bidonvilles que la France ne veut pas voir.

[6] Cf. Reportagem no jornal Norway in English, de 26 de Junho de 2017: Child Poverty on the rise in Norway.

[7] Cf. Reportagem no jornal Huffpost, de 27 de Fevereiro de 2019: More than 1 in 4 Canadian professions are in precarious jobs

[8] Cf. Reportagem no jornal The Local, de 20 de Setembro de 2018: Rising rents and evictions: Germany's housing crisis.

redoma civilizacional, ela entra em colapso. Herbert Böttcher (2018) e Achilles Mbembe ([2013] 2019) também observam a expansão da pobreza e da insegurança social no chamado Norte Global, com Böttcher enfatizando a crise dos refugiados e Mbembe destacando a descartabilidade institucionalizada. Comaroff e Comaroff (2012) descrevem como a Europa e a América estão evoluindo em direção à África, enquanto Paulo Arantes (2003) propõe a hipótese de uma "brasilianização" da sociedade capitalista, caracterizada pelo aumento das polaridades sociais e desigualdades.

A periferia se torna o critério para o universal decadente da modernidade. A precariedade avança, a violência avança, o desemprego avança. Em suma, a condição periférica avança: "tal estado de urgência se estendeu da periferia em direção ao centro"[9] (ARANTES, 2019, s.p.). O autor continua: "o centro orgânico do sistema que também começou a se periferizar com a implosão contínua da sociedade do trabalho"[10]. Aumento do desemprego e da população sem teto, serviços públicos privatizados, uma reprodução da vida cotidiana precarizada com salários deprimidos (quando há) e outras estratégias de sobrevivência, além da violência sempre presente. Estas condições de vida estiveram sempre presentes na vida periférica.

A fratura brasileira do mundo: o que nossas cidades informam sobre o futuro

[9] cet état d'urgence s'étendait de la périphérie vers le centre (tradução nossa).

[10] le centre organique du système, qui a également commencé à se périphériser avec l'implosion continue de la société de travail (tradução nossa).

Entre os dias 15 de Julho de 1955 e 1 de Janeiro de 1960, a favelada Carolina Maria de Jesus ([1960] 2006) escreveu um diário. Neste diário estão registradas as dificuldades da mãe solteira, favelada, desempregada para sustentar sua família num ambiente de degradação. Ali já está registrado a viração que Carolina Maria tinha que se submeter, catar papelão, catar metal, trabalhar de lavadeira, de doméstica. Mesmo assim, são frequentes os relatos da fome perversa que abatia sobre sua humilde residência e seus vizinhos. Os sonhos eram, sistematicamente, frustrados:

> Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar (JESUS, [1960] 2006, p.84).

A dura realidade dos meandros da vida cotidiana dessa trabalhadora foram registrados em toda sua crueza nas páginas dos seus diários. Mas mesmo depois de mais de 60 anos dessas palavras, essa situação ainda insiste em se repetir. A melhora da qualidade de vida que boa parte da classe trabalhadora alcançou parece não ter sido definitiva e corre o risco de retornar as condições de mais de meio século atrás.

Seria necessário, então, fazer referência a uma tradição de estudos urbanos críticos que se originou no Brasil. Um grupo de intelectuais, principalmente sediado em São Paulo, baseando-se nas obras de Marx, preocupou-se em entender e explicar a forma como o processo de acumulação se manifestava nas cidades. Dentre os vários intelectuais brasileiros, três em particular - Francisco de Oliveira ([1972] 2003), Lúcio Kowarick (1979) e Ermínia Maricato (1996) - são fundamentais em minha opinião. Para lidar com os problemas que enfrentavam, esses intelectuais periféricos tiveram

que abordar a produção do espaço, mesmo quando não se referiam diretamente a Henri Lefebvre ([1974] 1991).

Os autores reconhecem que a produção do espaço em uma situação periférica é precária. Eles descobriram que a exploração da força de trabalho nos países periféricos é um fator crucial na pavimentação do caminho para a globalização capitalista. Essa superexploração resultou em estratégias de produção do espaço que foram determinadas pelo poder do capital e pela sobrevivência dos trabalhadores. Esses autores seguiram pistas que levaram a uma teoria crítica do urbano, reconhecendo que a cidade e sua produção são partes decisivas da produção e reprodução do capital. Pedro Fiori Arantes (2009, p.104) destaca esse aspecto:

> Como a reprodução da força de trabalho é um fenômeno que se dá no espaço, sua condição precarizada gerava reciprocamente uma urbanização *sui generis*. As definições de "periferia, "espoliação urbana" e da "autoconstrução da moradia" foram fundamentais para aclimatar os conceitos da sociologia francesa a essa situação particular.

O processo de urbanização no Brasil se dá pela expansão das periferias. De acordo com Francisco de Oliveira ([1972] 2003), a industrialização e a entrada do Brasil no mercado mundial do capital só foram possíveis graças à interdependência entre o moderno e o atrasado. Segundo o autor, a expressão do capitalismo no capitalismo periférico se manifestava a partir da funcionalização do arcaico pelo e para o desenvolvimento econômico do país. Assim, essa dinâmica de "industrialização dos baixos salários" (OLIVEIRA, [1972] 2003) produziu uma paisagem urbana análoga: a urbanização dos baixos salários, marcada pela autoconstrução das casas e pela ocupação irregular da terra (MARICATO, 1996). Neste sentido, Lúcio Kowarick (1979) via um processo de dilapidação da força de trabalho, tanto causa como efeito, do processo de

desenvolvimento econômico, nomeado pelo autor como "espoliação urbana".

A população que vive nas periferias enfrenta uma série de desafios e extorsões, incluindo trabalhos informais e precários (ABÍLIO, 2018). Aqueles que são empregados formalmente lidam com baixa remuneração e uma alta carga de trabalho (ANTUNES, 2018). Além disso, convivem com penosos deslocamentos entre trabalho e moradia (LAGO, 2009). A precariedade se manifesta em diferentes dimensões da vida cotidiana: situações de insegurança alimentar (PEREIRA; SANTOS, 2008); aumento de drogas ilícitas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002); uso de medicalização psicotrópica em excesso (MENDONÇA, 2009) e o aumento do endividamento dos indivíduos e famílias (SANTOS, 2014). Frequentemente, as periferias são alvos de operações de pacificação pelas forças do Estado (PEREIRA BARROS, et. al. 2018), alvo da gestão punitiva-carcerária (WACQUANT, 2007) e das guerras entre tráfico, milícias e forças de segurança (MENEGAT, 2019). Para sobreviver na adversidade (HIRATA, 2017) é necessário lançar mão de várias estratégias[11]: ocupar terrenos para fugir dos aluguéis, selecionar os gastos meticulosamente entre remédio, reparo na habitação ou carne na alimentação, fazer uma verdadeira *via sacra* pelos supermercados para aproveitar diferentes promoções[12]. Se Christophe Dejours (1998) estava convencido de ter descoberto a intensificação do sofrimento social *no* e *pelo* trabalho, na periferia do capitalismo a dimensão do sofrimento guarda relação com a

[11] Aqui, seria impossível deixar de remeter, sobre este assunto, o trabalho de peso organizado por Cabanes, Georges, Rizek e Telles (2011).

[12] Todos os exemplos foram retirados da reportagem de Felipe Souza para a BBC Brasil. Cf. Reportagem no jornal BBC Brasil, de 08 de agosto de 2017: "Você compra remédio ou comida: as escolhas das famílias que vivem com um salário mínimo em SP".

própria reprodução da vida. Trata-se de uma forma histórica e espacialmente específica de reprodução social.

Dessa maneira, é possível considerar que se desenrola uma forma própria de reprodução social na periferia e, assim, a forma-periferia descreveria uma complexa rede de mediações, tanto materiais, como subjetivas e simbólicas, que sustentam e reproduzem a vida cotidiana de territórios específicos no interior das determinações do capital em um sentido negativo.

Periferias e o fechamento do horizonte de expectativas

Em um determinado momento do clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões*, o sertanejo observa atentamente, depois de meses de expectativa ansiosa, o horizonte neste dia de São José. Este dia traz consigo o último augúrio. Este dia era, depois da espera paciente dos meses anteriores, o índice dos meses subsequentes:

> Retrata-lhe, abreviadas em doze horas, todas as alternativas climáticas vindouras. Se durante este dia chove, será chuvoso o inverno. Se, ao contrário, o Sol atravessa abrasadoramente o firmamento claro, estão por terra todas as suas esperanças (CUNHA, [1902] 1982, p.60)

Pode-se imaginar a mente do sertanejo, ansioso com este dia. Ele iria definir a sua vida nos próximos meses. Mas, como a vida do sertanejo é dura como o solo da caatinga, Euclides retrata a aridez dessa quebra de expectativa. Sem qualquer mediação, o parágrafo seguinte é mínimo: "a seca é inevitável". Não havia mais nada para ser feito, a fatalidade já era incoercível e independe da vontade do sertanejo.

Há algo nessa passagem d'*Os Sertões* que serve para esclarecer algo sobre uma nova *experiência do tempo histórico*. No

momento que o sertanejo percebe, com o avançar das horas no dia de São João, que não há chuva à vista, suas expectativas em relação ao futuro são jogadas na terra empoeirada e rachada. Expressão *avant la lettre* do que Mark Fisher (2009) percebeu com o nome de *impotência reflexiva*. Em sua percepção, as gerações depois da década de 1970 estavam sujeitas a uma economia libidinal específica: os indivíduos sabem que as coisas estão indo mal, mas sabem muito bem que não podem fazer nada a respeito disso. Assim, essa reflexividade opera como uma espécie de "profecia autorrealizadora" entrando em um círculo vicioso de frustração e desilusão.

Talvez quem melhor desenvolveu uma *filosofia da história* para captar esse momento tenha sido Paulo Arantes (2014) em seu livro *O novo tempo do mundo*. Se valendo da nomenclatura mobilizada por Reinhart Koselleck ([1979] 2013) para entender a experiência do tempo na modernidade, Paulo Arantes identifica uma *nova era*. Koselleck utiliza a ideia de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas* para estabelecer como se percebe o passado e o futuro. Essa relação propriamente pré-moderna, diz o historiador, era estabelecida por uma conexão direta: o espaço de experiência informa diretamente o horizonte de expectativas. A experiência da modernidade, que nasce com o Iluminismo, muda radicalmente essa relação, pois incorpora profundamente a ideia de *progresso*. Com o progresso, o espaço de experiência não coincide com o horizonte de expectativas, este será sempre maior do que aquele. A curva da história seria ascendente, a humanidade teria altas expectativas pela frente. Entretanto, o alarme de incêndio não passou despercebido de Walter Benjamin ([1922-1933] 1986) que, na Primeira Guerra Mundial, a guerra que o *mainstream* dizia ser

a “guerra para acabar com todas as guerras”, já via danos causados na experiência. E em menos de duas décadas já se viu nas garras do fascismo. Mas ainda assim, os ideólogos do progresso viam apenas desvios e que, inexoravelmente, o futuro era de otimismo. Essa versão legitimadora do progresso teve que se haver com um fato que, segundo Paulo Arantes (2014, p. 66) se tornou incontornável: “aviso aos navegantes: *end of dreams*, portanto. Ora, fazia algum tempo, [...], que o horizonte do mundo vinha encolhendo”. As promessas de desenvolvimento e progresso colocados pela ordem hegemônica do capital foi estrangulada por uma economia sitiada e deixa o mundo a ruir sobre a cabeça dos indivíduos que tentam sobreviver neste mundo transtornado. Assim, entra-se, com toda pompa e circunstância, numa *era das expectativas decrescentes*. O horizonte de expectativas agora está apenas alguns milímetros acima do mar de lama de um capitalismo em crise.

Vale notar que essa experiência de *expectativas decrescentes*, de certa forma, já estava inscrita nos corpos periféricos. Por exemplo, o trabalho da Lorena Freitas (2011, p.298) analisa o “fracasso em massa da educação da ralé brasileira” e descobre que entre os estudantes da periferia, em geral, há uma série de dificuldades, provenientes do tipo de socialização que experimentam cotidianamente, que os leva a uma descrença profunda com sua capacidade de aprendizado e, por consequência, com as expectativas de ascensão social. A destruição da sociedade do emprego em sua forma tradicional fez explodir uma diversidade de formas de reprodução. Na era que o emprego não é mais a forma privilegiada de reprodução social, como escreve Verónica Gago ([2017] 2018), ocorre um reordenamento das práticas sociais. O emprego formal e estável, tal qual existiu na época fordista

(HARVEY, [1992] 2012), oferecia também uma certa perspectiva de temporalidade alargada. A destruição dessa forma de emprego é, também, a destruição de uma forma de experiência do tempo. Essa nova temporalidade é sintetizada por François Hartog ([2003] 2013, p. 148):

> Para o desempregado, um tempo cotidiano, sem projetos possíveis, é um tempo sem futuro. Para esses homens sem futuro, o tempo parece se aniquilar, pois o trabalho assalariado é o suporte, se não o princípio, da maior parte dos interesses, das expectativas, das exigências, das esperanças e dos investimentos no presente, assim como no futuro ou no passado que ele envolve. O desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado.

O emprego transformado em viração (ABÍLIO, 2018) resulta no fechamento das expectativas. A forma de sobrevivência passa, portanto, pela capacidade de mobilizar dinheiro sem uma identidade estável no emprego, mas por diferentes atividades, em geral, informais. Se a chamada economia de plataformas e o trabalho digital amplificaram essa precarização (ANTUNES, 2020), vale ressaltar que essa realidade sempre esteve presente nas sociedades periféricas. O emprego formal e estável sempre foi escasso nessas localidades precárias e já informava a experiência de tempo com horizontes declinantes desde muito tempo. Com o aprofundamento da crise, essa faceta da condição periférica ilumina o futuro de todo o mundo.

Da crise da forma-valor à emergência da forma-periferia[13]

[13] Essa seção foi construída a partir de textos que o autor publicou no blog *Passa Palavra* em 2022.

Com o desenvolvido até aqui, espero ter deixado suficientemente claro todo o desdobramento que a afirmação de Rem Koolhaas citada na introdução deste artigo assume: as periferias são o futuro do mundo. Por mais que as formas sociais especificamente capitalistas se colocassem de maneira imperiosa como critério de sociabilidade, elas nunca se colaram por completo na prática cotidiana da periferia.

Por que forma periferia? Aqui devemos lembrar que a condição periférica "normal" já era o anúncio da condição de crise – um estado fungível, uma existência supérflua, uma vida danificada. Segundo Roberto Schwarz (1999, p.194), "Boa parte da degradação social em curso no mundo hoje não é decorrente da provada exploração capitalista, sim, ao contrário, da ausência dessa exploração".

O resultado do desabamento irreversível do mundo do trabalho, reduzido a escombros, não se restringe apenas à esfera propriamente econômica. A posição que o trabalho ocupou, como uma categoria determinante da sociabilidade moderna, o fez ser a forma básica de mediação social, o meio pelo qual se garante a reprodução material dos indivíduos e a formação e consolidação do reconhecimento intersubjetivo e que, dessa maneira, regulou durante muito tempo a sociedade capitalista.

Contudo, essa nova identidade de crise — que, na verdade, sempre esteve presente na periferia — implica rupturas estruturais com as formas pelas quais os membros da sociedade produtora de mercadoria foram socializados. A forma-valor que garantiu a aderência dessa sociabilidade, ao entrar em crise, coloca uma parcela gigantesca da humanidade em uma condição de superfluidade ao mesmo tempo em que, mesmo em crise, vale

destacar, o surgimento de novas relações sociais está bloqueado. "Passamos do 'horror civilizado do sobretrabalho' que Marx se referiu à sua época para o horror barbarizado dessa forma de mediação social em crise" (CANETTIERI, 2020, p.29).

Nesse contexto, os indivíduos assumem sua própria existência como "capital humano", ainda que este seja simplesmente seu corpo nu. Assim, se veem coagidos a se lançarem nas águas turbulentas da concorrência asselvajada como uma horda de Ulisses precários enfrentando cada qual a sua própria odisseia particular. Essa experiência de decadência social deve ser lida de maneira dialética: produz uma massa de humanidade indesejada, porém necessária; supérflua para os fins da acumulação, mas, ao mesmo tempo, integrada às tramas da dominação social.

O que importa ressaltar aqui é uma tensão produzida pela sociedade contraditória do capital em colapso. A crise absoluta do capital decorrente da eliminação dos postos de trabalho implica a dissolução da forma social especificamente capitalista, a saber, o trabalho. Esses sujeitos expelidos das esferas produtivas podem até participar da circulação, mas já não integram mais a valorização do valor e se tornam supérfluos à acumulação. Vale notar, esse grupo não para de crescer com a descontemporalização do trabalho diante do próprio desenvolvimento do capital (KURZ, [2012] 2014). O colapso da modernização não é o desmantelamento do capitalismo, mas o aprofundamento das contradições que dissolvem os fundamentos da forma historicamente determinada de sociabilidade.

> A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem na pré-capitalista,

> nem na capitalista, e muito menos na pós-capitalista (KURZ, [1991] 1993, p.112).

Essa ausência de organização social é a condição periférica já há muito tempo. O que se tem nas periferias dos países periféricos são formas de existência social que estiveram nesse entremeio: incluídas na acumulação capitalista, mas mantidas no círculo mais externo dessa sociabilidade, com tramas tão finas que a própria reprodução da vida periférica é complementada com práticas "atrasadas" — entretanto, como já visto, essa é a pré-condição para sustentar, mesmo que com escoras, o processo de modernização e seu colapso. Por isso, parece-me que estratégias familiares de reprodução da vida periférica podem informar sobre os rumos da vida cotidiana depois do colapso da desativação do progresso, da destruição do desenvolvimento e da dissolução das formas-sociais modernas. No lugar das formas-sociais próprias da modernidade, é a forma-periferia que oferece a unidade sintética do processo de colapso. Enfatizar a forma-periferia significa dar ênfase ao derretimento das formas sociais anteriormente erigidas no sistema produtor de mercadorias.

Assim, podemos designar a forma-periferia como um princípio de organização da sociabilidade capitalista na medida em que a forma-valor entra em crise, mas não se destitui como critério definidor da prática social. Essa condição liminar coloca uma parcela gigantesca da humanidade em um regime de superfluidade — que foi mais ou menos generalizada desde muito tempo nos países colonizados. As expectativas declinantes da modernização inauguram um novo regime histórico no qual a forma-periferia torna-se o índice de todo o mundo. Neste momento interessa colocar em relevo o decaimento que as categorias da modernização sofrem ao longo do colapso. Dentre essas, estão as categorias de centro e

periferia, categorias próprias da modernização que estabelecem a diferenciação relativa entre os diferentes lugares (e em variadas escalas) permitindo organizar a experiência da modernidade. Mais ainda, esse par de categorias é entendido como uma unidade relacional: de certa forma um termo pressupõe o outro.

O interesse de definir a forma-periferia como o elemento que oferece a unidade sintética do processo de colapso permite colocar em destaque o derretimento das formas sociais anteriormente erigidas no sistema produtor de mercadorias e, assim, tentar compreender a reprodução ampliada de uma forma social decadente. No momento em que essa nova forma se desenvolve, a forma-periferia, que nasce e progride da dissolução da forma-valor, obriga a um rearranjo do capital e de suas formas de dominação. Como visto anteriormente, se o trabalho foi durante muito tempo o terreno em que se efetivava a dominação social do capital através do tempo, conforme argumenta Postone ([1993] 2014), à medida que esse princípio social sai de cena por conta dos rearranjos técnicos na esfera da produção, outra forma de dominação é colocada como princípio de mediação social: uma dominação pela precariedade da vida na forma-periferia.

O espaço periférico é caracterizado por uma precariedade constitutiva que, como lembra Isadora Guerreiro (2022, s.p.), "perpassa o modo de reprodução do capital" nos países de economia dependente, e determina, portanto, as relações de trabalho, de reprodução social, normas jurídicas e, também, de produção do espaço.

A particularidade dessa forma específica foi captada, por exemplo, em Lúcio Kowarick (1980), como resultado de uma dinâmica de "espoliação urbana". Em adição, o espaço periférico

também é identificado por uma mediação jurídica: espaços irregulares, ilegais ou informais (MARICATO, 1996). Contudo, esses aspectos, embora condicionantes da vida cotidiana periférica, ainda não chegam à dimensão da produção do espaço. Nesse sentido, Guerreiro (2022, s.p.) sugere pensar a produção do espaço periférico a partir da noção de precariedade, partindo das formas que os valores de uso do espaço e suas formas imediatas de produção assumem:

> a falta de infraestrutura, a falta de acesso aos equipamentos e serviços públicos, a falta de recursos para compra de materiais e contratação de força de trabalho. Uma incompletude permeada de violência direta, como zonas de fronteira, que negociam continuamente a relação com a lei – conformadora das relações de troca das mercadorias (GUERREIRO, 2022, s.p.).

Dessa maneira, assumir a tese da produção do espaço como periferia significa reconhecer que o processo de universalização da condição periférica implica na produção dessas formas espaciais precárias. O aprofundamento e desenvolvimento da crise do capital implica na convergência das formas sociais propriamente capitalistas com a forma-periferia, isto é, a forma-periferia (que antes esteve restrita a um determinado espaço) se difunde sobre as outras.

Assim como a forma-valor governou a produção do espaço a partir da industrialização (LEFEBVRE, [1974] 1991), argumento aqui que a forma-periferia assume hoje a determinação da produção do espaço, como um desdobramento negativo interno da contradição da totalidade concreta do capital.

Procurei demonstrar na seção anterior que a forma-valor é movimentada por um espírito de contradição. Em seu próprio processo de efetivação ocorre sua desubstancialização. Esse processo se objetiva socialmente produzindo, em um só golpe, a

obsolescência da sociabilidade baseada na forma do valor e a generalização das precariedades constitutivas da periferia, ou seja, a universalização da forma-periferia.

Tentando esclarecer melhor esse argumento, poderia dizer que a forma-periferia é uma espécie de "sombra" da forma-valor (CANETTIERI, 2020). A primeira se estende à medida que a segunda é eclipsada pela crise. Podemos, no entanto, entender a periferia como uma espécie de negativo do valor que se dissemina com o aprofundamento da crise. Essa contraposição não significa substituição. Afinal, a forma-valor é ainda o "critério definidor da prática social"; mas, ao se tornar dessubstancializada, essa prática social se assemelha cada vez mais àquela que se desenvolve nas periferias dos países periféricos. A forma-valor é mantida como um critério morto, anacrônico com a realidade, mas que se perpetua. Essa perpetuação negativa, se é que podemos dizer assim, é a própria forma-periferia. A dessubstancialização do valor por conta da contradição interna do capital abre espaço para a generalização de uma nova forma social de mediação inter-pessoal constituída pela precariedade e reconfigura as maneiras que a dominação social se efetiva.

Ou seja, outro terreno para o exercício da dominação se revela, estendido para a vida inteira, na medida em que o tempo de trabalho – que foi o alvo das baterias da crítica de Marx – sai de cena. A condição periférica, como expressão das contradições do capital, e sua expansão para todo o mundo, tem a ver com o próprio desenrolar contraditório do capitalismo, já que coloca em evidência a precariedade como o grau zero da sociedade da modernidade tardia.

Este momento de automação da produção e de crescente desemprego que se atravessa deixa entrever a dissolução das formas sociais. O trabalho, a partir do qual funcionou durante muito tempo a pedra angular do reconhecimento intersubjetivo no capitalismo, desocupa esse lugar. A dominação social abstrata do capital não se enfraquece com isso, ela ganha uma nova forma que, a meu ver, deve ser entendida pela lente da condição periférica. Isso obrigaria a entender uma anamorfose do valor. Não é mais no emprego que se identifica a dominação social do capital, agora ela é estendida para toda a vida atravessada pela condição periférica (CANETTIERI, 2020). Ou seja, a condição periférica constitui uma transformação do meio de exercício da dominação social que já não se realiza somente no tempo de trabalho, que se torna cada vez mais escasso. O exercício da dominação abstrata do capital agora depende da imposição da precariedade e sua extensão para todas as esferas da vida.

A precariedade constitutiva da forma-periferia agora se torna a regra e descobrimos que a elaboração de periferias já não depende apenas do crescimento do capitalismo, mas que seu colapso também ocorre pela elaboração de periferias. Trata-se, assim, de encontrar as tensas relações que existem entre valor, periferia e crise. Se antes a periferia era uma espécie de *conditio sine qua non* para a forma-valor, o desenvolvimento contraditório do capital que esbarra agora em seus limites lógicos reconfigura essa relação: a periferia é agora também o resultado do desdobramento dessa forma social decadente.

Considerações finais

Neste texto, busquei desenvolver um aparato conceitual capaz de descrever e analisar a situação que vivemos. O contexto de crise do capital produz, de um lado, a dissolução de uma forma historicamente determinada de mediação social e, de outro, faz generalizar a precariedade própria da forma-periferia.

Para compreender esse fenômeno parece ser mais vantajoso olhar para a periferia. Como já escreveu Roberto Schwarz (1999), a periferia guarda uma certa "vantagem epistêmica" na análise do colapso da modernização, que avança da periferia em direção ao centro. A periferia se torna um prisma capaz de refletir o mundo, pois se tornou "[...] o sintoma privilegiado, se é que podemos dizer assim, da crise aguda pela qual o sistema capitalista está passando em todas as suas dimensões"[14] (ARANTES, 2019, s.p.). Cada vez mais estes sintomas aparecem de maneira generalizada por todo o corpo social porque há um devir-periferia do mundo (CANETTIERI, 2020).

A modernização entrou em debacle junto com a crise do capital e a dissolução das formas sociais. O interessante a se notar é que este colapso, o da modernidade, já estava inscrito na vida periférica desde sempre. Na verdade, a impossibilidade de entrada da periferia a totalidade da modernidade foi condição para o desenvolvimento das formas sociais do capital.

Contudo, com o desenvolvimento da contradição do capital, esse modo de vida que se desenrola sob escombros já não é mais exclusividade da periferia. Agora se estende também sobre o centro. Essa *condição periférica que se alastra* é, então, resultado do desdobramento das contradições do capital[15].

[14] "[...] symptôme privilégié, si nous pouvons parler ainsi, de la crise aiguë que traverse le système capitaliste dans toutes ses dimensions" (tradução nossa).

À medida que a forma-periferia se desenvolve, resultante da dissolução das formas anteriores, ocorre uma reorganização do capital e de suas formas de dominação. Conforme já discutido anteriormente, se o trabalho foi por muito tempo o campo onde a dominação social do capital se efetivava por meio do tempo, com o desaparecimento desse princípio social devido às mudanças técnicas na esfera da produção, outra forma de dominação surge como princípio de mediação social: a dominação por meio da precariedade da vida na forma-periferia.

A dominação social abstrata na crise do capital é exercida no sentido de garantir a manutenção fetichista da sociedade e seus princípios de mediação, mesmo que este se encontrem dessubstancializado. Uma tentativa de estabilizar um movimento crítico autodestrutivo. A acumulação efetiva de capital, por conta dos desdobramentos de sua contradição interna, é substituída por uma acumulação fictícia que garante uma aparência de continuidade. Por isso, olhar para o terreno social e suas transformações no sentido da generalização da forma-periferia, pode oferecer pistas para compreender o momento presente.

Referências

[15] *Condição periférica* e *forma-periférica* são termos relacionados, contudo, não são sinônimos. Utilizo a noção *forma-periferia* aqui como uma forma social, isto é, uma espécie de enquadramento da mediação social própria de territórios periféricos que, como argumentei, se generaliza com a crise. Por *condição periférica* designo o conjunto dos elementos que formam a dimensão concreta da experiência da periferia (para citar alguns, poderia mencionar a precariedade, o fechamento do horizonte de expectativas, a viração, a violência, entre outros). Vale ressaltar que ambas definições não se pretendem unidimensionais. Utilizo ambas para designar, como dito, uma expressão da sociabilidade capitalista em crise que, a meu ver, oferece uma unidade sintética capaz de compreender a realidade contemporânea.

ABÍLIO, L. C. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. **Margem Esquerda**, n.31, p.54-59, 2018.

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1995] 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São PAulo: Boitempo, 2020.

ARANTES, P. A fratura brasileira do mundo. In: ARANTES, P. (Org.). **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2003.

ARANTES, P. F. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **Novos Estudos**, n.83, p.103-128, 2009.

ARANTES, P. L'autre sens: une théorie critique à la périphérie du capitalisme. (Entrevista). **Revenue Variations**, n.22, 2019.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BACKHAUS, H.-G. On the dialectics of the value-form. **Thesis Eleven**, v.1, n.1, p.99-147, 1980.

BENJAMIN, W. **Documento de cultura, documento de barbárie**. São Paulo: Edusp, [1922-1933] 1986.

BOTTCHER, H. Capacidade de acção – e em concreto. **Exit!**. 2018. Disponível em: http://www.obeco-online.org/herbert_bottcher2.htm Acessado em: 14 mar. 2019.

CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CANETTIERI, T. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CANETTIERI, T. As cidades do Sul Global como referências globais do colapso. **V!RUS**, v.1, n.23, 2021.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Caderno de Pesquisas**, n.116, p.143-176, 2002.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Theory from the south: or how Euro-America is evolving toward Africa. **Anthropological Forum**, v.22, n.2, p.113-131, 2012.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1902] 1982.

DEJOURS, C. **Souffrance en France: la banalization de l'injustice sociale**. Paris: Seuil, 1998.

ENZENSBERGER, H. M. **Ziguezague**: ensaios. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

FISHER, M. **Realism capitalism: is there no alternative?** New York: Zero Books, 2009.

FREITAS, L. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, J. (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GAGO, V. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, [2017] 2018.

GUERREIRO, I. A elaboração de periferias pelo capitalismo. **Passa Palavra**, 06 de junho de 2022. Disponível em: https://passapalavra.info/2022/06/144337/ Acesso em: 14 jun. 2023.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, [2003] 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, [1992] 2012.

HIRATA, D. **Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida**. São Carlos: Editora UFScar, 2017.

JAMESON, F. **Representing Capital: a reading of volume one**. Nova York: Verso Books, 2011.

JESUS, M. C. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, [1960] 2006.

KOOLHAAS, R. **Lagos: How it works**, Nova York: Lars Müller Publishers, 2001.

KOSELLECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1979] 2013.

KOWARICK, L. **Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

KURZ, R. **A crise do valor de troca**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, [1986] 2018.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política.** Lisboa: Antígona, [2012] 2014.

KURZ, R. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1991] 1993.

LAGO, L. Trabalho e moradia na periferia: para uma política urbana economicamente orientada. **Revista em Pauta**, v.6, n.24, p.31-47, 2009.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2016.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, [1974] 1991.

LORCHENKOV, V. **The good life elsewhere**. Nova York: New Vessel Press, 2003.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Série Estudos Urbanos, 1996.

MARX, K. **Grundrisses**. São Paulo: Boitempo, [1858] 2011.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1, [2013] 2019.

MENDONÇA, R. **A medicalização de conflitos: consume de ansiolíticos e antidepressivos em grupos populares**. Tese. (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2009.

MENEGAT, M. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

OLIVEIRA, F. **Crítica da Razão Dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, [1972] 2003.

PEREIRA BARROS, J. P.; PAIVA, L. F.; RODRIGUES, J.; SILVA, D.; LEONARDO, C. Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.9, n.1, 2018, p. 117-128.

PEREIRA, R.; SANTOS, L. A dimensão da insegurança alimentar. **Revista de Nutrição**, v.21, p.7-13, 2008.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social.** São Paulo: Boitempo, [1993] 2014.

ROY, A. Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno. **e-metropolis**, n.31, ano 8, [2011] 2017, p. 6-21.

SANTOS, K. Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.16, n.1, p.153-167, 2014.

SCHWARZ, R. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, R. Um livro audacioso (prefácio). In: KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1991] 1993.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZIZEK, S. **A coragem da desesperança**. São Paulo: Zahar, [2017] 2019.

Submetido em: 22 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 12 de maio de 2023.
Aprovado em: 14 de junho de 2023.

CANETTIERI, T. CONTRADIÇÃO DO CAPITAL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO COMO PERIFERIA: DA CRISE DA FORMA-VALOR À EMERGÊNCIA DA FORMA-PERIFERIA. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2897. Acesso em: 22 jul. 2023.

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELO GOVERNO BOLSONARO

THE DISMANTLING OF PUBLIC POLICY FOR COEXISTENCE WITH THE SEMIARID BY BOLSONARO'S GOVERNMENT

EL DESMONTAJE DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVENCIA CON EL SEMIÁRIDO POR PARTE DEL GOBIERNO BOLSONARO

Leandro Vieira Cavalcante
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
leandro.cavalcante@ufrn.br

Jackson Araujo de Sousa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
pesq.jackson.sousa@gmail.com

Resumo:
A implementação de políticas públicas constitui-se num importante instrumento de promoção do acesso à água no Semiárido. O Programa Cisternas, por exemplo, viabilizou a construção de milhares de cisternas com vistas a garantir segurança hídrica na região. Todavia, apesar dos ganhos sociais acumulados, registra-se uma descontinuidade dessas políticas públicas durante o governo Bolsonaro (2019-2022), que podem ser observadas pelo decréscimo considerável da quantidade de novas cisternas construídas. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho é analisar o desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido pelo governo Bolsonaro, com ênfase no Programa Cisternas, recorrendo à revisão bibliográfica e documental, análise descritiva de dados oficiais e sistematização de informações noticiadas pela imprensa. Através da pesquisa realizada, comprova-se efetivamente o desmonte do Programa Cisternas pelo governo Bolsonaro, o que trouxe impactos diretos no que se refere ao acesso à água pelas famílias do Semiárido.

Palavras-chave: Semiárido, Políticas Públicas, Programa Cisternas, Governo Bolsonaro.

Abstract:
The implementation of public policies is an instrument important for promoting access to water in the Semiarid. The Cisterns Program, for example, enabled the construction of thousands of cisterns to guarantee water security in the region. However, despite the accumulated social gains, there is a discontinuity of these public policies by Bolsonaro's government (2019-2022), which can be observed by the considerable decrease in the number of new cisterns built. The main objective of this paper is to analyze the dismantling of public policies for Coexistence with the Semiarid by Bolsonaro's government, with emphasis on the Cisterns Program, using bibliographical and document review, descriptive analysis of official data and systematization of the information reported by the press. With the research, the dismantling of the Cisterns Program by Bolsonaro's government was proven, which impacts access to water for families in the Semiarid.

Keywords: Semiarid, Public Policy, Cisterns Program, Bolsonaro's Government.

Resumen:
La implementación de políticas públicas es un instrumento importante para promover el acceso al agua en el Semiárido. El Programa Cisternas, por ejemplo, permitió la construcción de miles de cisternas para garantizar la seguridad hídrica en la región. A pesar de las conquistas sociales acumuladas, hay una discontinuidad de estas políticas públicas durante el gobierno Bolsonaro (2019-2022), que se puede observar en la disminución del número de nuevas cisternas construidas. En ese sentido, el objetivo principal de este trabajo es analizar el desmantelamiento de las políticas públicas de Convivencia con el Semiárido por parte del gobierno Bolsonaro, con énfasis en el Programa Cisternas, utilizando revisión bibliográfica y documental, análisis descriptivo de datos oficiales y sistematización de la información difundida por la prensa. A través de la investigación, se comprueba el desmantelamiento del Programa Cisternas por parte del gobierno Bolsonaro, lo que trajo impactos directos en cuanto al acceso al agua de las familias del Semiárido.

Palabras-clave: Semiárido, Políticas Públicas, Programa Cisternas, Gobierno Bolsonaro.

Introdução

A chamada "Convivência com o Semiárido" pressupõe um conjunto de práticas alicerçadas na perspectiva de dotar a região semiárida brasileira dos instrumentos necessários para possibilitar melhores condições de vida para sua população. Isso vem sendo possível mediante uma intrínseca relação com as potencialidades naturalmente dispostas no ambiente e a partir da implementação de políticas públicas específicas que cumprem a função de garantir o acesso a direitos historicamente negados e/ou negligenciados.

Estudiosos(as) da temática, como Malvezzi (2007), Silva (2008), Kuster e Marti (2009), Carvalho (2012), Maciel e Pontes (2015), Esmeraldo *et al.* (2017), Mata, Freitas e Resende (2019) e Lima (2020), discutem o papel que as políticas públicas desempenham nos mais diversos aspectos que permeiam o universo da Convivência com o Semiárido, ao abarcar as esferas da educação, saúde, produção, gênero, assistência social, comunicação, cultura, entre outros. Muitas dessas políticas trazem um recorte específico para a situação de injustiça hídrica instaurada na região, que perdura por séculos e limita as possibilidades de desenvolvimento do Semiárido, com garantias de pleno acesso à água.

Tais políticas públicas de Convivência com o Semiárido ganharam força na cena política a partir da redemocratização brasileira, em 1985, mas conquistaram maior protagonismo social através da instituição da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) no final da década de 1990. Esta articulação congrega uma quantidade significativa de organizações da sociedade civil que atuam sob os princípios do paradigma da Convivência com o Semiárido, discutido por Silva (2008). O conjunto de organizações que compõe a ASA passou a incidir diretamente na disputa pela formulação e

implementação de políticas públicas para a região, algumas delas centradas na inslatação de tecnologias sociais hídricas.

Essas tecnologias sociais hídricas se constituíram como uma conquista das populações camponesas do Semiárido, buscando democratizar o acesso à água e se contrapor ao modelo ainda vigente de controle dos recursos hídricos representado pela chamada "indústria da seca". Constituíram-se, assim, como uma resposta da sociedade civil organizada aos padrões de tomada de decisão relativos às políticas direcionadas à seca, que consideram as grandes obras hídricas como panaceia para resolução dos principais problemas do Semiárido.

Como resultado da importante mobilização realizada ao longo da década de 1990, em 2001 é idealizado, pela ASA, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas, tornando-se uma política pública federal em 2003, o qual em 2013 foi incorporado ao Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), instituído pela Lei Nº 12.873/2013. Com isso, viabilizou-se, já a partir do primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), a construção de cisternas de modo a impulsionar a descentralização do acesso à água no Semiárido, contando com recursos do Governo Federal e ampla participação social na execução, gestão e fiscalização das ações.

Apesar de lançado em 2003, é a partir de 2004 que o Governo Federal reserva orçamento específico para a construção de estruturas de captação e armazenamento de água da chuva, popularmente chamadas de "cisternas de placas". Conforme Santana e Rahal (2020), o Programa Cisternas tem sido implementado a partir de uma estrutura de colaboração entre o

"[...] governo federal, os estaduais, municipais, consórcios públicos de municípios e organizações da sociedade civil, utilizando o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal — CadÚnico para sua focalização" (p. 158).

Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social[1], atual responsável por executar o Programa Cisternas, essa política pública "tem como principal objetivo a promoção do acesso à água para o consumo humano e para a produção de alimentos por meio da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo". O público do programa são famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, cuja área prioritária de atuação é a região do Semiárido.

O programa promove a construção de cisternas familiares com capacidade para armazenar 16 mil litros de água, bem como cisternas escolares e cisternas para produção, ambas com capacidade para armazenar 52 mil litros. A construção de cisternas familiares de água para consumo é viabilizada pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), as de produção pelo Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e as escolares pelo Programa Cisternas nas Escolas (PCE), que juntos compõem o Programa Cisternas.

Todavia, apesar dos ganhos sociais acumulados advindos da garantia do acesso à água na região, observa-se uma significativa descontinuidade das políticas públicas de Convivência com o Semiárido no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), por meio de um desmonte progressivo do Programa Cisternas, o qual pode ser observado pelo decréscimo considerável da quantidade de

[1] Disponível para consulta em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/acesso-a-agua-1/programa-cisternas Acesso em: 08 fev. 2023.

novas cisternas construídas durante sua gestão e pela redução de aportes financeiros para manter as tecnologias já instaladas.

Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho[2] é discutir o desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido pelo governo Bolsonaro, com ênfase no Programa Cisternas, face à redução da quantidade de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água construídas com recursos do Governo Federal. Espera-se demonstrar as evidências que comprovam o desmonte do Programa Cisternas durante a gestão Bolsonaro, o qual impactou diretamente as condições de vida da população rural do Semiárido, já que se restringiu os meios para armazenar água.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo subdivide-se em mais cinco tópicos. Inicialmente, expõe-se o percurso metodológico de obtenção e análise dos dados. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico atinente a desmonte de políticas públicas. Posteriormente, discorre-se sobre as políticas públicas de Convivência com o Semiárido, com foco no Programa Cisternas. No tópico seguinte, insere-se os dados que evidenciam o desmonte do Programa Cisternas pelo governo Bolsonaro. Por fim, discute-se os impactos desse desmonte para o Semiárido.

Metodologia

A metodologia comportou quatro atividades principais que permitiram evidenciar o cenário de desmonte do Programa Cisternas pelo governo Bolsonaro. Trata-se de um trabalho de

[2] Trata-se de uma versão ampliada, revisada e atualizada de artigo apresentado inicialmente junto ao V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas, realizado em 2022.

natureza quali-quantitativa, recorrendo à revisão bibliográfica e documental, sistematização de informações noticiadas pela imprensa e análise descritiva de dados oficiais sobre a implantação de cisternas.

O levantamento bibliográfico foi realizado mediante consulta a trabalhos acadêmicos que discorrem sobre desmonte de políticas públicas, Convivência com o Semiárido, Programa Cisternas e governo Bolsonaro. Já a revisão documental concentrou-se no levantamento e análise de materiais de divulgação e comunicação popular produzidos pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a considerar diagnósticos, notas técnicas, cartas abertas e entrevistas, que evidenciam o progressivo desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido no decorrer dos quatro anos de governo Bolsonaro.

Recorreu-se também à organização e análise de uma hemeroteca temática que permitiu reunir reportagens veiculadas pela imprensa nos últimos quatro anos, as quais discorrem especificamente sobre o desmonte do Programa Cisternas, onde são apresentados dados e entrevistas relevantes para a compreensão da problemática. Essas reportagens foram noticiadas principalmente por periódicos e portais de notícias como Brasil de Fato, Carta Capital, Portal UOL, Folha de São Paulo, O Globo, Diário do Nordeste, IHU e Outras Palavras.

Por fim, sistematizou-se e analisou-se os dados oficiais do Programa Cisternas disponibilizados para livre acesso através da Plataforma VIS DATA 3 Beta[3], gerenciada pelo então Ministério da Cidadania do governo Bolsonaro, por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Os dados versam sobre o total

[3] Disponível para consulta em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php Acesso em: 08 fev. 2023.

acumulado de cisternas entregues, a considerar as três diferentes tipologias de cisternas (consumo, produção e escolar, referentes aos programas P1MC, P1+2 e PCE, respectivamente). Os dados cobrem um intervalo temporal de janeiro de 2004 a dezembro de 2022.

Desmonte de políticas públicas e/no governo Bolsonaro

De modo geral, desmonte de políticas públicas (*policy dismantling)* refere-se a uma descontinuidade ou desmantelamento de políticas públicas. Bauer e Knill (2012, p. 35) definem esse processo como "uma mudança de natureza direta, indireta, oculta ou simbólica que diminui o número de políticas numa determinada área", de modo a reduzir os instrumentos de política utilizados e/ou diminuir a sua intensidade, bem como a capacidade de implementação e acompanhamento da política.

Para os referidos autores, o desmonte de políticas públicas decorre impreterivelmente de mudanças políticas, podendo envolver cortes, reduções ou até mesmo a eliminação completa das políticas existentes, onde gestores do executivo e do legislativo exercem um papel central na continuidade ou não de políticas públicas herdadas de governos anteriores. Tais gestores são descritos em Bauer e Knill (2012) como "decisores políticos", os quais definem os rumos das políticas - no caso do Programa Cisternas, considera-se o próprio presidente Jair Bolsonaro e seus assessores, além dos ministros que assumiram o Ministério da Cidadania[4] e seu conjunto de técnicos.

Nesse sentido, Mello (2022) assegura que as políticas públicas não estão imunes a mudanças sociais, políticas e econômicas, visto que questões vinculadas ao ambiente

[4] Quatro homens assumiram o Ministério da Cidadania durante o governo Bolsonaro. Foram eles: Osmar Terra, Onyx Lorenzoni, João Roma e Ronaldo Vieira, cada um com aproximadamente um ano de gestão.

institucional, à mudanças na correlação de forças entre as diferentes esferas de poder, à emergência de crises (políticas, econômicas, sanitárias etc.) ou mesmo às relações de conflito entre os atores que participam da arena de produção e execução de políticas públicas possuem impacto direto sobre as condições de estabilidade da ação governamental, guiando os rumos da continuidade das políticas públicas e de suas formas de gestão.

Nicolás e Zimmermann (2021), com base em Bauer *et al.* (2012), consideram o desmonte como um "tipo particular de mudança" de políticas públicas, o qual incide diretamente no ciclo de políticas públicas com alterações nos âmbitos de seus instrumentos e dinâmicas. Para Nicolás e Zimmermann (2021, p. 166), em distintos contextos, "os políticos usam diferentes estratégias de desmonte, que podem ser adotadas de forma isolada ou combinadas", mas que reverberam na tomada de decisões que cabem às políticas públicas.

De acordo com Bauer e Knill (2012), há quatro tipos principais de modalidades de desmonte. São eles: i) padrão/omissão, que ocorre devido a arranjos institucionais ou técnicos, com pouca redução dos níveis de serviço prestados; ii) mudança de arena, representado pela manutenção parcial da institucionalidade da política e por pouca percepção pública das alterações; iii) ação simbólica, que consiste no anúncio público de desmonte por parte dos políticos, mas sem necessariamente ações práticas tomadas nesse sentido; iv) desmantelamento ativo, no qual ocorre a abolição de políticas e instrumentos, com implicações diretas na execução da política pública, significativa redução dos serviços prestados e ampla percepção pública do desmonte.

Referindo-se ao contexto brasileiro, Nicolás e Zimmermann (2021) asseguram que no decorrer dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), embora com divergências em vários aspectos e estratégias, não houve mudanças radicais no desenho das políticas públicas adotadas, apesar da maior incidência de políticas sociais observadas nos governos Lula e Dilma. Porém, as autoras afirmam que esse cenário foi profundamente alterado a partir dos governos de Michel Temer (2016-2018) e, principalmente, de Jair Bolsonaro (2019-2022), quando a "série histórica de construção e institucionalidade das políticas públicas entrou em colapso" (p. 171).

No que se refere especificamente ao desmonte de políticas públicas durante o governo Bolsonaro, autores(as) como Zimmermann e Cruz (2022), Papi *et al.* (2022) e Cruz (2022) discutem algumas das várias nuances que perpassam pela quantidade e intensidade do desmonte; e igualmente concordam com a gravidade do desmonte não apenas das políticas, mas do próprio Estado em si. De modo geral, avalia-se que o governo Bolsonaro foi palco de um conjunto de ações coordenadas e responsáveis pelos mais diversos tipos de desmontes de políticas, resultando até mesmo na extinção de algumas e na substituição de outras, a exemplo dos programas Bolsa Família (PBF) e Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Analisando as políticas sociais e a agenda conservadora do governo Bolsonaro, Cruz (2022) faz referência aos processos de "desdemocratização" e "degradação da política" como práticas de fragmentação social, as quais reverberam no desmonte de políticas públicas e na negação de direitos socialmente adquiridos nas

últimas décadas. O autor defende que a deslegitimação e desregulamentação das políticas sociais pelo governo Bolsonaro é o "vértice crucial da necropolítica" que orientou seus quatro anos como chefe do executivo.

Ao sintetizar o que representou o governo Bolsonaro, Zimmermann e Cruz (2022, p. 29) fazem menção aos "enormes retrocessos, descasos, desmontes, descompromissos e falta de iniciativas desse governo em relação às políticas sociais", caracterizados por seus "aspectos destrutivos, descompromissados e negligentes em relação à necessidades da maioria da população". Papi *et al.* (2022, p. 29) partilham da mesma opinião, acrescentando que tais desmontes estiveram entre as principais estratégias adotadas por Bolsonaro para "efetivamente aniquilar, de toda e qualquer maneira" as políticas herdadas dos governos anteriores.

No âmbito do conjunto de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural, no qual se pode inserir o Programa Cisternas, estudos preliminares realizados por Sauer, Leite e Tubino (2021), Leite (2021), Leite e Sabourin (2021), Sabourin (2022), Grisa *et al.* (2022), Jorge (2022) e Lourenço, Grisa e Schmitt (2022) mapearam distintas políticas que, na leitura de tais pesquisadores(as), também se configuram num contexto de desmonte. Como exemplo, pode-se citar: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), dentre outras, além do próprio Programa Cisternas (incluídos o P1MC, P1+2 e PCE).

Apesar de seguirem distintos ritos de desmonte, alguns aspectos em comum são ressaltados pelos(as) autores(as), a exemplo : da perda de recursos orçamentários e austeridade fiscal ; de questões meramente ideológicas ; da vinculação estrita do governo Bolsonaro com o agronegócio ; de rearranjos políticos e institucionais ; do desmonte do próprio Estado ; da limitação da participação popular na tomada de decisões ; da reformulação na composição dos Ministérios ; entre outros. Isso tudo associado a "uma visão muito mais conservadora da dimensão rural brasileira e ambientalmente bastante questionável" (LEITE, 2021, p. 261) por parte do governo.

Diante do cenário de desmonte observado durante o governo Bolsonaro e da gravidade da situação face aos agravos sociais gerados, Lourenço, Grisa e Schmitt (2022, p. 11) advertem que:

> o desmonte de políticas públicas é muito mais profundo do que a desconstrução de políticas ou instrumentos específicos. Envolve também uma série de mudanças nas formas de funcionamento do Estado, afetando sua capacidade de regulação, a conformação do orçamento público, seus dispositivos de participação social e controle social, entre outros aspectos.

É nesse contexto mais amplo que se insere o desmonte do Programa Cisternas, que não foi a única política pública sob ataque durante o governo Bolsonaro, o qual, na avaliação de Leite (2021), Jorge (2022) e Lourenço, Grisa e Schmitt (2022), deu continuidade e agravou o processo de disrupção das políticas em curso desde o golpe de 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma. No entanto, para compreender esse processo, é preciso primeiro aprofundar o entendimento acerca do Programa Cisternas para, posteriormente, apresentar evidências do seu desmonte.

A Convivência com o Semiárido e o Programa Cisternas

O conjunto de políticas públicas implementadas no Semiárido com foco no chamado "combate à seca" tiveram historicamente como objetivo principal "enfrentar" os seus efeitos, e não, de fato, suas causas. As ações tomadas pelos governos federal e estaduais com vistas a "combater a seca" concentram-se em políticas paliativas e assistencialistas, que além de não resolverem os problemas estruturais da região, aprofundaram as desigualdades e conservaram as relações de poder claramente desiguais (BAPTISTA; PIRES; BARBOSA, 2021).

Considerando uma série de políticas já executadas no Semiárido e que não solucionaram as problemáticas identificadas, como a política de açudagem, ganha destaque na cena política no final do século XX o debate acerca da Convivência com o Semiárido. Sob a coordenação política da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que passou a aglutinar um conjunto de organizações da sociedade civil empenhadas em alcançar objetivos comuns, pautou-se a necessidade de implementação de novas políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida e a democratização do acesso à água e à terra, entre outras demandas recorrentes.

O debate acerca da multidimensionalidade centrada nas diferentes esferas da Convivência com o Semiárido demarcou a proposição de políticas públicas contextualizadas e que atendessem diretamente os objetivos comuns defendidos pelos sujeitos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil da região, reunidos em fóruns de debates e de articulação política. As discussões em torno das garantias de acesso à água para a população rural do Semiárido foram elencadas como prioritárias,

diante da emergência relacionada à injustiça hídrica observada nas comunidades.

No entanto, ressalta-se que a Convivência com o Semiárido não se limita apenas à melhoria das condições de acesso à água. Ela abarca um conjunto mais amplo de necessidades, pois conviver com a natureza semiárida significa ter um ambiente ecologicamente equilibrado, acesso à água potável (livre de contaminantes), acesso à terra para produzir agroecologicamente, com autonomia e participação nos espaços de poder, entre outros aspectos. Sem esses e demais requisitos, certamente a convivência torna-se precária e muito dificultosa.

É nesse cenário que se inserem as chamadas "tecnologias sociais", entendidas como soluções econômicas e de fácil implementação, mas com grande apelo e impacto social, as quais diminuem progressivamente a dependência frente a políticas paliativas e assistencialistas e promovem ganhos em termos de autonomia. Essas tecnologias sociais são, conforme Lassance Júnior e Pereira (2004, p. 66), "um conjunto de técnicas e procedimentos associados a formas de organização coletiva, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida".

De acordo com Santana e Rahal (2020), ao reconhecer a cisterna, por exemplo, não como um instrumento técnico proveniente de uma obra de engenharia, mas como uma tecnologia social, põe-se em evidência seus ganhos sociais e a participação social que permeia todo o processo de instalação da tecnologia. Maciel e Pontes (2015) utilizam o termo "tecnologias sociais localmente apropriadas" para evidenciar que estas tecnologias devem ser contextualizadas ao ambiente em que são instaladas,

beneficiando de maneira mais efetiva as famílias que as conquistam.

Por certo, dentre as tecnologias sociais mais disseminadas no Semiárido estão aquelas que recebem o qualificativo "hídricas", tais como a bomba d'água popular, o barreiro trincheira, a cisterna calçadão, a cisterna enxurrada, o tanque de pedra e, a mais difundida e que ganhou mais visibilidade, a cisterna de placas de 16 mil litros, destinada ao consumo familiar. As tecnologias sociais de captação e armazenamento de água se constituem como importantes instrumentos de promoção do acesso à água para as populações rurais do Semiárido, a exemplo das cisternas de placa, cuja instalação foi possibilitada por meio de políticas públicas implementadas com vistas a garantir, sobretudo, segurança hídrica para as famílias da região.

No contexto de forte mobilização social no Semiárido, diante da atuação em rede de coletivos e organizações da sociedade civil, a pauta das tecnologias sociais hídricas assumiu maior protagonismo e passou a ser politicamente defendida enquanto uma política pública de importante relevância para a região. É nesse preâmbulo que se dá a criação do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), financiado desde 2003, mas instituído apenas em 2013, que contribuiu com a difusão da construção de tecnologias sociais hídricas por todo o Semiárido, possível por meio de recursos federais destinados aos programas P1MC, P1+2 e PCE, que compõem o Programa Cisternas (Quadro 1).

Quadro 1. Composição do Programa Cisternas.

Programa	Tipologia de cisterna construída por cada programa	Ano de lançamento do programa

Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)	Cisterna familiar de água para consumo, instalada ao lado das casas e com capacidade de armazenar 16 mil litros de água potável	2003
Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)	Cisterna de água para produção, com capacidade de 52 mil litros de água, de uso individual ou coletivo das famílias.	2007
Programa Cisternas nas Escolas (PCE)	Cisterna escolar de água para consumo, instalada em escolas do meio rural e com capacidade de armazenar 52 mil litros de água potável.	2012

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Elaborado pelos autores.

De acordo com Macêdo (2022, p. 236), a política de construção de cisternas apresentou-se como a principal ação do Governo Federal desde 2003 voltada para a questão da Convivência com o Semiárido, além de que foi incorporada como elemento principal dos programas de segurança alimentar e nutricional e faz parte da estratégia das políticas de combate à pobreza junto às famílias beneficiadas. É tanto que, no primeiro ano do governo Lula, a construção de cisternas no Semiárido fazia parte do conjunto de ações previstas pelo Programa Fome Zero.

Segundo evidenciado por autores(as) como Pereira (2016), Santana e Rahal (2020), Arsky (2020), Castro (2021) e Diniz, Santos e Rozendo (2022), os impactos sociais do Programa Cisternas já são amplamente conhecidos. Tais estudos demonstram que a instalação das tecnologias sociais hídricas proporcionou de maneira significativa a melhoria da qualidade da água consumida pelas famílias, associada à diminuição da ocorrência de doenças de veiculação hídrica, redução do tempo e do esforço despendido para buscar água diariamente (atividade desempenhada principalmente por mulheres e crianças), realização de pequenos cultivos nos

arredores das casas, ampliação do associativismo e da mobilização política, entre outros.

Todavia, a importância do programa vai além das famílias beneficiadas, pois na implantação das cisternas a economia local é também dinamizada, com impactos nas comunidades e no próprio município. Conforme asseguram Santana e Rahal (2020, p. 162):

> Na dimensão econômica, um aspecto importante da implementação do Programa é que todo recurso repassado pelo governo federal é aplicado no município atendido, gerando demanda crescente por produtos e serviços em nível local. Com isso, o resultado indireto decorre da própria execução, que está orientada a causar efeitos de otimização das potencialidades locais, seja na compra dos materiais, que representa 70% do valor total, ou na contratação da mão-de-obra para a construção.

Mesmo diante da importância social evidenciada com a efetivação dessa política pública, entendida enquanto indispensável para garantir acesso à água para as populações rurais do Semiárido, o quantitativo de tecnologias sociais hídricas implementadas pelo Governo Federal tem caído drasticamente nos últimos anos. Isso permite observar um cenário de progressivo desmonte do Programa Cisternas, como será discutido na sequência.

O desmonte do Programa Cisternas pelo governo Bolsonaro

Apesar da importante incidência das organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas de Convivência com o Semiárido, mediante financiamento do Estado sob os dois primeiros mandatos do governo de Lula da Silva (2003-2010), foi a partir do governo de Dilma Rousseff (2011-2016) que tais políticas sofreram a primeira iniciativa de desarticulação, como discorrem

Vale (2020), Nogueira, Milhorance e Mendes (2020) e Diniz, Santos e Rozendo (2022). Isso se deu com a criação do Programa Água Para Todos (PAPT), em 2011, que objetivou distribuir cisternas de polietileno, gerando inúmeras críticas face à redução dos investimentos destinados ao Programa Cisternas, que adotava outras metodologias.

Mas é sobretudo com o início do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) que as políticas de Convivência com o Semiárido sofrem uma nova e dura tentativa de desmonte, particularmente aquelas destinadas à construção de tecnologias sociais hídricas, como o Programa Cisternas. Estudos prévios já realizados por Andrade (2020), Vale (2020), Nogueira, Milhorance e Mendes (2020), Castro (2021), Macêdo (2022), Gomes (2022) e Diniz, Santos e Rozendo (2022) discorrem sobre algumas das nuances relacionadas a esse desmonte em específico, de modo a evidenciar que o programa "foi praticamente paralisado na gestão Bolsonaro", conforme constatado por Lourenço, Grisa e Schmitt (2022, p. 40).

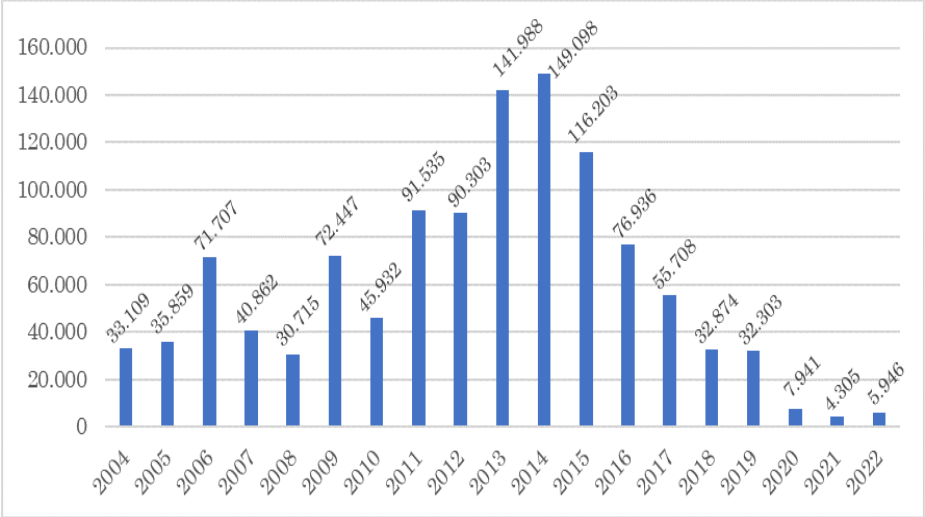
Esse processo, é importante mencionar, não foge à regra do que foi observado na chamada "agenda política da terra" do governo Bolsonaro, nos termos de Sauer, Leite e Tubino (2020), responsável pelo desmantelamento e desinstitucionalização de uma série de políticas públicas para o campo, em âmbitos produtivos, alimentares, hídricos, fundiários, sociais e ambientais. Para os referidos autores (p. 286), o governo Bolsonaro procurou "aplicar uma agenda econômica ultra-neoliberal, que inclui o sucateamento, desmonte e descaracterização do aparelho estatal", com consequências para as políticas públicas voltadas para o campo, em que se insere o Programa Cisternas e um conjunto de demais políticas sociais.

Isso reflete, entre outros, uma tentativa de "reforçar a hegemonia do modelo de produção de monocultivos em larga escala para exportação de commodities", associado a uma política genocida direcionada aos povos indígenas, quilombolas e camponeses, como afirmam Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 300). Paralelo a esse processo, notabiliza-se o desmonte recente de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural praticado de modo orquestrado pelo governo Bolsonaro, conforme já mencionado.

De acordo com Andrade (2020, p. 237), a nova coalizão governamental da gestão Bolsonaro atuou de três formas distintas, embora interligadas, de modo a promover incertezas quanto à sobrevivência do Programa Cisternas. São elas: i) manutenção da política de contingenciamento de gastos; ii) forte oposição ideológica; iii) restrição do relacionamento entre a sociedade civil e o governo federal. Na avaliação da autora, a paralisação do Programa Cisternas deu-se por "motivos políticos-ideológicos", particularmente porque muitas das políticas sociais foram vistas pelo governo Bolsonaro como "políticas de esquerda", as quais necessitariam ser cortadas, a despeito de seus significativos impactos sociais.

Nesse sentido, a análise dos dados fornecidos pelo então Ministério da Cidadania evidencia uma diminuição significativa no quantitativo de cisternas construídas pelo Governo Federal, de modo notável a partir do início da gestão Bolsonaro (Gráfico 1). Se compararmos a soma de cisternas implantadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 (50.495 unidades), esse montante corresponde a aproximadamente 33,8% do quantitativo de cisternas implantadas somente no ano de 2014 (149.098 unidades), quando houve um recorde de novas tecnologias sociais hídricas entregues.

Gráfico 1: Quantidade total de cisternas entregues pelo Programa Cisternas, por ano



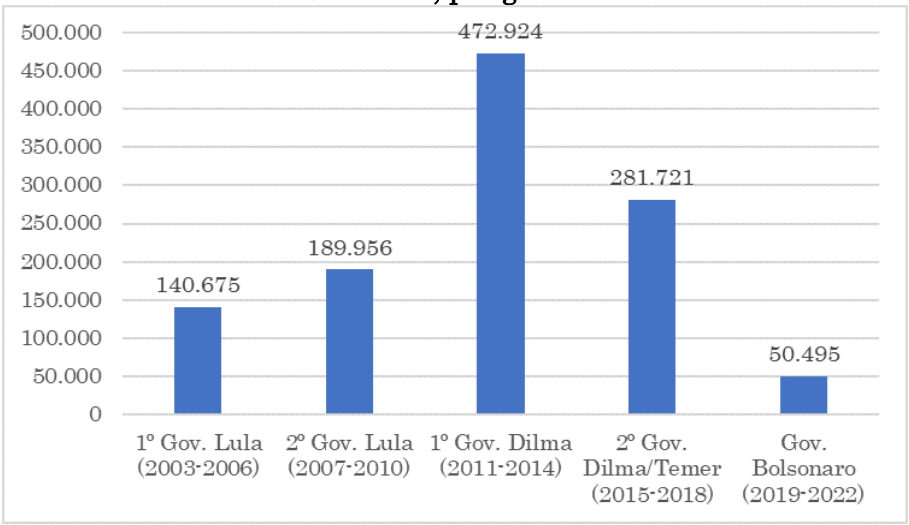
Fonte: Ministério da Cidadania, 2023. Elaborado pelos autores.

Fica evidente que os piores anos referentes à construção de cisternas foram durante o governo Bolsonaro, registrando-se aproximadamente 50,5 mil cisternas entregues, das quais mais de 32 mil, ou quase 64%, foram construídas em 2019, com recursos liberados por governos anteriores. 2021 foi o pior ano registrado pela série histórica, quando foram implantadas apenas 4.305 cisternas, o que representa a menor quantidade anual desde o início do programa, em 2003. Nos deparamos, portanto, com o pior cenário desde o surgimento do Programa Cisternas, caracterizando o processo de "desmantelamento ativo" da política diante da quase completa paralisação na construção e entrega de novas cisternas.

Com a análise do Gráfico 2, na sequência, fica ainda mais evidente a avaliação acima realizada. O ápice dos investimentos nos projetos de convivência foi registrado, como mostram os números, no primeiro mandato de Dilma, quando foram implantadas pouco menos de 473 mil cisternas, seguido do mandato Dilma/Temer,

segundo e primeiro mandato de Lula, respectivamente. O governo de Bolsonaro apresentou os piores números em termos de cisternas implantadas, comprometendo significativamente a execução e expansão das políticas de Convivência com o Semiárido.

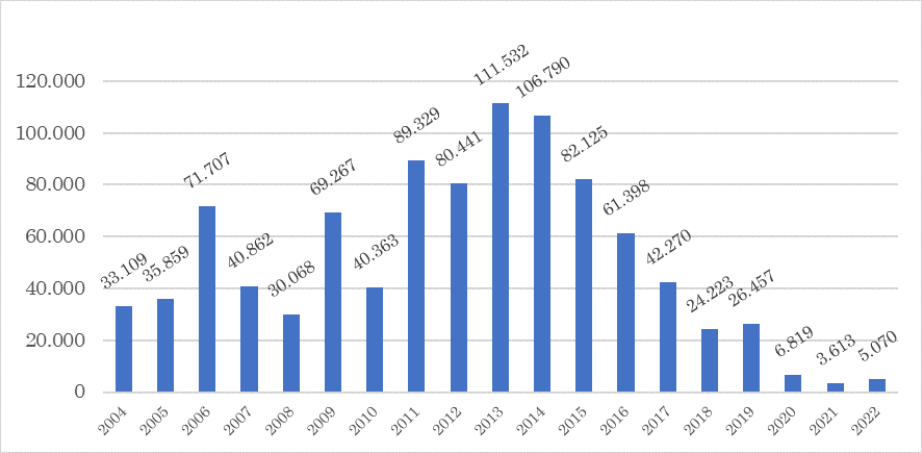
Gráfico 2: Quantidade total de cisternas entregues pelo Programa Cisternas, por governo



Fonte: Ministério da Cidadania, 2023. Elaborado pelos autores.

No Gráfico 3, abaixo, evidencia-se o quantitativo de cisternas de 16 mil litros entregues através do Programa Cisternas a cada ano. Infere-se que as cisternas entregues em 2019 advêm de recursos liberados em anos anteriores. Já nos anos seguintes, pode-se perceber a significativa redução do número de cisternas de consumo construídas pelo governo Bolsonaro, sobretudo em 2021, havendo um tímido aumento na quantidade de cisternas implantadas em 2022. Nos últimos três anos foram entregues apenas 15 mil cisternas de consumo. Essa expressiva redução recente constitui-se como resultado da diminuição intensa de investimentos que seriam utilizados para viabilizar a continuidade da política.

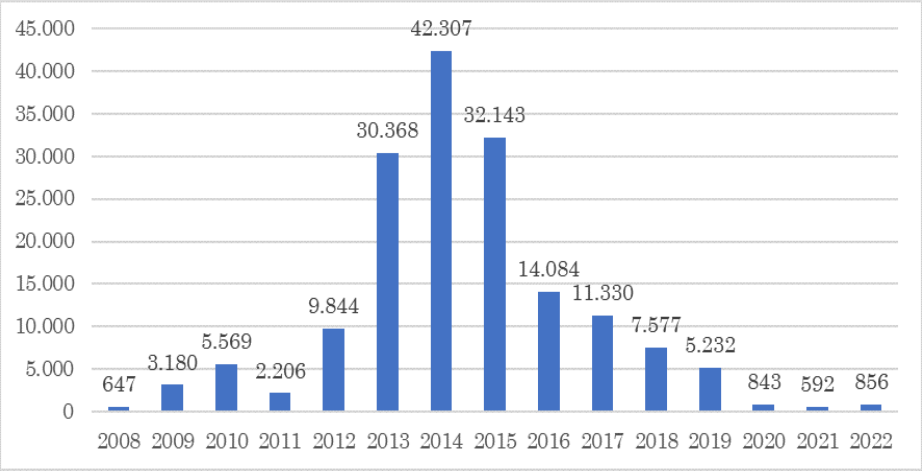
Gráfico 3: Quantidade de cisternas de consumo (16 mil litros) entregues pelo Programa Cisternas, por ano



Fonte: Ministério da Cidadania, 2023. Elaborado pelos autores.

O mesmo padrão de diminuição na quantidade de cisternas de consumo é registrado quando nos referimos às cisternas de produção e às cisternas escolares. No Gráfico 4, identifica-se que a quantidade de cisternas de 52 mil litros implantadas nos quatro anos de governo Bolsonaro representou apenas 17,7% (7.523 unidades) do observado em 2014, ano em que foram instaladas a maior quantidade desse tipo de cisterna (42.307 unidades). A redução fica mais evidente a partir de 2020, visto que, como já mencionado, as cisternas implantadas em 2019 foram financiadas com recursos liberados no ano anterior. Em 2021, por exemplo, entregou-se a menor quantidade de cisternas de produção de toda a série histórica.

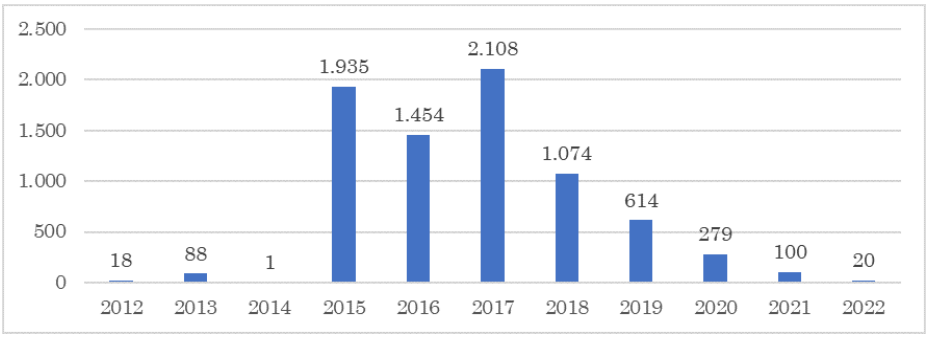
Gráfico 4: Quantidade de cisternas de produção (52 mil litros) entregues pelo Programa Cisternas, por ano



Fonte: Ministério da Cidadania, 2023. Elaborado pelos autores.

Através dos dados indicados no Gráfico 5, percebe-se que a partir de 2015 o Programa Cisterna nas Escolas ganhou mais importância em termos de quantidade de cisternas implantadas, mas diminuindo significativamente a partir de 2018 e nos quatro anos do governo Bolsonaro, quando pouquíssimas escolas foram contempladas com essa importante tecnologia voltada a garantir segurança hídrica aos ambientes de ensino e aprendizagem. A soma de cisternas escolares implantadas pelo governo Bolsonaro representa pouco mais de 48% do quantitativo de cisternas instaladas somente no ano de 2017. Em 2022, por exemplo, apenas 20 escolas foram contempladas com cisternas.

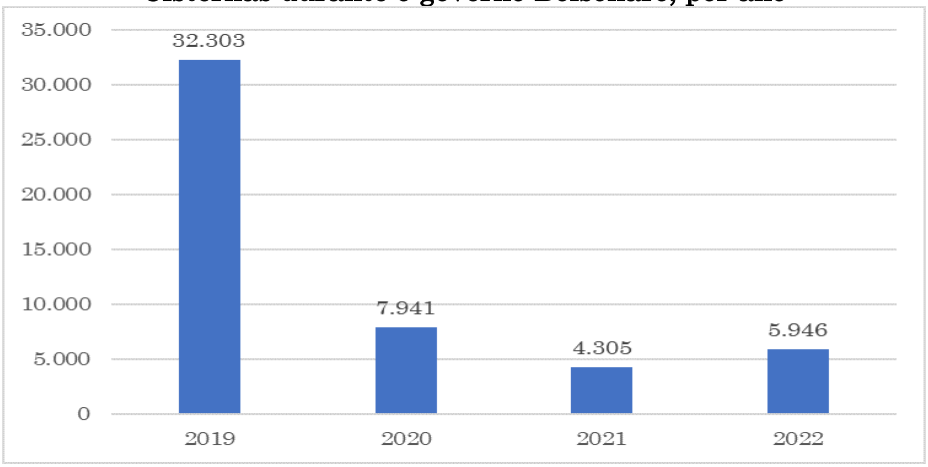
Gráfico 5: Quantidade de cisternas escolares entregues pelo Programa Cisternas, por ano.



Fonte: Ministério da Cidadania, 2023. Elaborado pelos autores.

Considerando especificamente o governo Bolsonaro, no Gráfico 6 insere-se a quantidade total de cisternas implantadas entre 2019 e 2022. Durante sua gestão, percebe-se que o ano em que teve o maior quantitativo de cisternas instaladas foi em 2019, mas os recursos utilizados para a sua construção foram provenientes de dotação orçamentária definida pela gestão anterior. Após 2019, a quantidade de cisternas instaladas foi drasticamente reduzida se comparada ao primeiro ano do governo - e ainda mais irrisória quando observada a série histórica do programa.

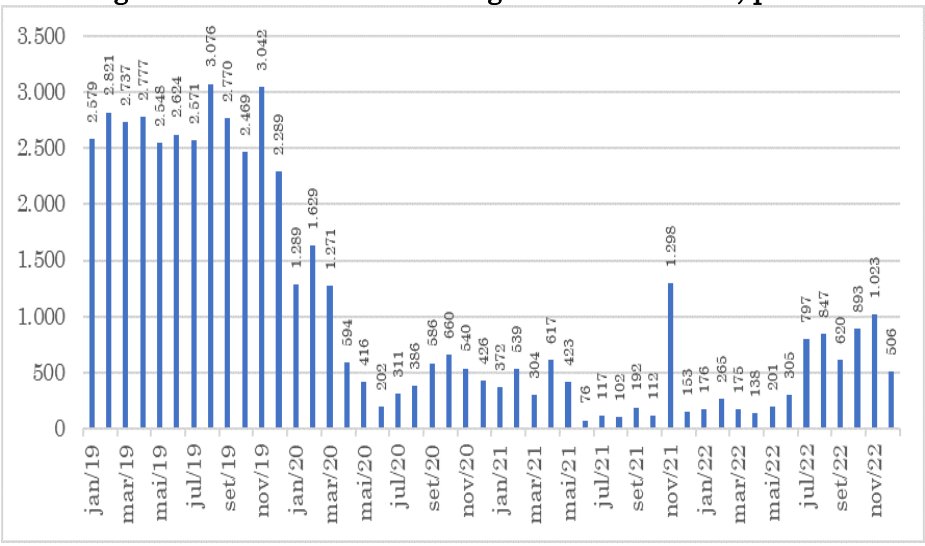
Gráfico 6: Quantidade total de cisternas entregues pelo Programa Cisternas durante o governo Bolsonaro, por ano



Fonte: Ministério da Cidadania, 2023. Elaborado pelos autores.

No Gráfico 7, por fim, insere-se a quantidade total de cisternas (produção, consumo e escolar) implantadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022. Diante da redução registrada entre março de 2020 e junho de 2022, com exceção de novembro de 2021, percebe-se que a entrega de novas cisternas foi impulsionada nos seis últimos meses do governo Bolsonaro, sobretudo em outubro e novembro. Não por acaso, isso ocorreu no período de campanha eleitoral, temporalidade muito oportuna, haja vista que era na região Nordeste onde Bolsonaro necessitava ampliar sua margem de votos.

Gráfico 7: Quantidade total de cisternas implantadas pelo Programa Cisternas durante o governo Bolsonaro, por mês



Fonte: Ministério da Cidadania, 2023. Elaborado pelos autores.

O desmonte ativo do Programa Cisternas pelo governo Bolsonaro segue o rito observado em demais políticas públicas, refletindo, de acordo com Cardoso Júnior (2019), um desmonte do próprio Estado em termos das dimensões republicana, democrática e do desenvolvimento nacional, que culmina num processo de

"inclinação autoritária crescente por parte das frações de classe no poder no governo Bolsonaro" (p. 168). Isso resulta em profundos rebatimentos do ponto de vista das capacidades estatais e da provisão de serviços públicos que implicam diretamente no agravamento do cenário recente de aumento da situação de extrema pobreza no país, mais grave ainda nas áreas rurais do Semiárido.

Castro (2021) defende os sucessivos cortes orçamentários como o principal responsável pelo desmonte do Programa Cisternas, os quais ocorreram com a intencionalidade de minar os recursos para a continuidade das políticas sociais. Isso também reflete, segundo o autor, a redefinição das prioridades por parte do Governo Federal, que não considerou a necessidade da continuidade dos recursos destinados ao programa. Na mesma direção, Gomes (2022) observou que os cortes substanciais de orçamento comprometeram severamente a construção de novas cisternas. Para ele, "o desmonte desta intervenção estatal é explícito, tanto em termos orçamentários, quanto em termos de implementação da intervenção" (p. 5).

Já em 2020, Gomes (2022) e Macêdo (2022), mediante acesso ao Painel do Orçamento Federal, evidenciaram que o orçamento para o Programa Cisternas tinha sido reduzido a zero, registrando-se, pela primeira vez, um contingente nulo de recursos para a construção de novas cisternas. O mesmo foi registrado em 2021. Ferreira (2021) demonstra que no referido ano, a União possuía 63 milhões de reais orçados para essa finalidade, que foi posteriormente reduzido para 32 milhões para, enfim, não ocorrer a liberação do montante previsto.

Em contrapartida, o governo Bolsonaro culpou a pandemia de Covid-19 pela não destinação orçamentária para o Programa

Cisternas, o qual não foi elencado como prioritário. Em 2021, o Ministério da Cidadania informou, em nota divulgada à imprensa, "que a retração econômica causada pela pandemia" impactou nos custos de materiais utilizados na construção das cisternas, ocasionando prejuízos financeiros. Todavia, segundo Altino (2021, *on-line*), "os dados mostram que antes mesmo da Covid-19 os empenhos para as ações no semiárido já haviam sido reduzidos".

Madeiro (2021) e Barbosa (2021) noticiaram que em 2020 a pandemia de Covid-19 também havia sido apontada como a responsável pela escassez de recursos públicos do Governo Federal para ações previstas pelo Programa Cisternas. Em nota, o Ministério da Cidadania argumentou que "foi necessário instituir medidas de segurança em decorrência da pandemia do covid-19, o que impactou no volume de entregas no ano". Além de culpar a pandemia, em nenhum outro momento o governo Bolsonaro se pronunciou oficialmente sobre o desmonte do programa.

Ao passo do desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido, nota-se um significativo alinhamento do governo Bolsonaro com o paradigma do "combate à seca" mediante destinação de vastos aportes financeiros para a construção e/ou conclusão de grandes infraestruturas hídricas, as quais seguem princípios demarcadamente opostos à Convivência com o Semiárido. Toma-se como exemplo a Transposição do Rio São Francisco, que teve trechos inaugurados com grande apelo midiático, cuja obra foi elencada como a principal ação do governo Bolsonaro no Nordeste.

Houve, ainda, como noticiado por Ferreira (2021), um favorecimento político do Governo Federal por meio de emendas parlamentares, incluindo o famigerado "orçamento secreto", utilizadas por deputados aliados e direcionadas ao investimento na

construção de cisternas em seus redutos políticos, capturando e desvirtuando uma política pública caracterizada pela participação social, mas que passa a ser aparelhada com vistas a assegurar a continuidade da indústria da seca e da dependência política.

Impactos sociais para as famílias do Semiárido

Dentre alguns dos impactos sociais já passíveis de serem observados com o desmonte das políticas de Convivência com o Semiárido, mormente o Programa Cisternas, noticiadas entre 2021 e 2022 por veículos de comunicação como Brasil de Fato, Carta Capital, Portal UOL, Folha de São Paulo, O Globo, Diário do Nordeste, IHU e Outras Palavras, destacamos: agravamento dos quadros de fome e subnutrição; injustiça hídrica e negação do direito à água; desabastecimento das comunidades; suspensão das atividades nos quintais produtivos; migração e êxodo rural; mortandade de animais; disseminação de doenças associadas à qualidade da água; intensificação do uso político da seca e da estiagem; continuidade da indústria da seca; entre outros.

Na avaliação de Fontenele, Oliveira e Cavalcante (2019, p. 368), esse "desmonte institucional das políticas públicas" voltadas ao Semiárido significa particularmente "o caminho para a desconstrução da redução da desigualdade e promoção da igualdade de oportunidades", observável também com a desarticulação e descontinuidade de demais políticas públicas com grande impacto na região, a exemplo dos programas Bolsa Família, PAA e PNAE, entre outros, fundamentais para a garantia de soberania e segurança alimentar no Semiárido, como analisado por Esmeraldo *et al.* (2017).

Para Ferreira (2021), o desmonte do Programa Cisternas impactou não apenas na quantidade de unidades entregues, mas também no abandono de regras e critérios previamente estabelecidos para sua execução, o qual contava com ampla participação e fiscalização popular, segundo demonstrado por Küster e Marti (2009) e Aguiar *et al.* (2019). Após analisar os rumos do programa e as manobras políticas do governo Bolsonaro, Ferreira (2021, *on-line*) argumenta que:

> Na prática, o vácuo com a perda de participação e controle social por conselhos municipais e ONGs favorece o uso político da distribuição de cisternas. O caminho então se abre para o emprego de verba de emendas parlamentares para municípios escolhidos a dedo pelos congressistas. Em seguida, com critérios para a entrega das cisternas sob responsabilidade das administrações locais, amplia-se o risco de interesses paroquiais ficarem acima das reais necessidades das famílias.

Na opinião do coordenador executivo da ASA, Alexandre Pires, em entrevista concedida à Folha de São Paulo (FERREIRA, 2021), o desmonte do Programa Cisternas é "[...] um crime, na verdade, o que está acontecendo, com o desmonte de uma política pública que sempre primou pelo cuidado com a ética na gestão do recurso público". Situações relatadas por Fachin (2021), Madeiro (2022) e Pereira (2022) também refletem o mesmo cenário.

Já em entrevista reproduzida por Altino (2021), o representante da ASA afirmou que esteve em curso uma "desconstrução quase que completa dos investimentos e das estruturas de gestão de política pública para o setor", ameaçando, na sua avaliação, o direito à água e à segurança alimentar no Semiárido. O coordenador da ASA alega que o desmonte do Programa Cisternas foi realizado pelo governo Bolsonaro "por falta

de interesse", como observado no trecho abaixo, reproduzido em matéria de O Globo:

> Os espaços de contestação de interlocução foram extintos. A ASA tentou dialogar com o governo nos primeiros anos, solicitou audiências com ministros, secretários, mas não tivemos retorno. Então nossa compreensão é de que o Programa de Cisternas foi destruído pelo governo por falta de interesse. Chegamos a ouvir um integrante do governo dizer para que nós fôssemos atrás de emendas com a bancada parlamentar do Nordeste, o que demonstrava que o governo não ia priorizar o programa (fala do coordenador executivo da ASA reproduzida em Altino, 2021, *on-line*).

Reportagens acerca do desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido, assinadas pelos(as) jornalistas Melito (2020), Bezerra (2021), Carvalho (2021) e Lima (2022), todos(as) do periódico Brasil de Fato, também associam o desmonte do Programa Cisternas às ações prioritárias definidas pelo governo Bolsonaro, que não incluem a construção de novas cisternas para abastecimento e armazenamento hídrico na região, trazendo graves impactos sociais para a população que depende das cisternas. Essa problemática já vinha sendo anunciada desde o primeiro ano do governo Bolsonaro, em 2019, mas agravou-se de maneira considerável a partir de 2021, se estendendo para 2022.

Uma das representantes da ASA, Valquíria Lima, assegura que, com o desmonte do Programa Cisternas, a problemática da fome tende a se agravar no Semiárido, uma vez que não há água suficiente para a produção de alimentos e para a dessedentação animal, repercutindo de maneira direta na produtividade agrícola e na disponibilidade de gêneros alimentícios a serem consumidos pela população. Para ela, em entrevista reproduzida por Melito (2020, *on-line*):

> [...] com a diminuição dos recursos pra essa região, a gente vê progressivamente uma realidade muito grave voltar para o semiárido: a realidade da fome. São políticas de desenvolvimento que garantem uma estabilidade, uma segurança hídrica e alimentar para essas famílias. No momento em que retira isso, a gente começa a perceber que a fome volta, principalmente para as comunidades mais vulneráveis, que estão dispersas.

Por sua vez, o coordenador executivo da ASA, Alexandre Pires, também indica que a não continuidade, pelo Governo Federal, do Programa Cisternas tende a aprofundar a injustiça hídrica vivenciada pela população do Semiárido, já que as cisternas são tecnologias sociais que, mesmo com limitações, garantem um mínimo de segurança hídrica ao armazenar as águas das chuvas e aquelas distribuídas por carros-pipa. Com a baixa incidência das chuvas, sobretudo no segundo semestre do ano, as famílias que não possuem cisternas instaladas em suas residências têm uma maior possibilidade de não ter a garantia de acesso à água de qualidade para consumo e atividades domésticas e produtivas, agravando ainda mais os quadros de vulnerabilidade e de fome.

Refletindo sobre esse processo, o coordenador da ASA, em entrevista concedida a Melito (2020, *on-line*), afirma que:

> Reduzir recursos significa colocar a população mais afetada dessa região em risco frente aos impactos ambientais que pode sofrer com as secas. Você tem uma redução do regime de chuvas nos últimos anos e essa redução pode ocasionar um aprofundamento da crise hídrica. É fundamental que a gente amplie investimentos para que cada vez mais a população tenha condição de armazenar mais água, mais sementes e alimentos pra conseguir enfrentar esses contextos climáticos mais severos.

Esse contexto aponta para um processo de "vulnerabilidade induzida" no Semiárido, conforme discutido por Lemos (2020). Tal vulnerabilidade foi induzida pelo próprio governo Bolsonaro, ao suspender os recursos que garantiriam a continuidade dos projetos e das políticas públicas. Percebe-se que a atuação do Estado, via omissão quanto aos investimentos destinados à manutenção e ao fortalecimento da Convivência com o Semiárido, reflete um processo mais profundo de negação de direitos às populações que habitam a região, de modo que revela um cenário de forte agravamento das injustiças sociais e ambientais que acometem a população.

Em decorrência disso, a ASA se posicionou criticamente em carta aberta ao afirmar que o desmonte do Programa Cisternas pelo Governo Federal e Ministério da Cidadania incidiu diretamente nas condições de vida da população do Semiárido (ASA, 2021), uma vez que a política pública "teve o menor investimento desde sua criação oficial no ano de 2003". Ainda conforme a nota da ASA (2021), "enraizado em posturas burocráticas - que, antes de tudo, destroem a Política Pública - e desumanas, pois impactam na vida de milhares de pessoas necessitadas, o Ministério da Cidadania continua silencioso e inoperante", não se registrando a retomada do programa.

Ainda em 2019, no início do governo Bolsonaro, a ASA elaborou um diagnóstico em que apresenta a demanda referente à construção de novas cisternas, no qual se verificou a necessidade de construir 343.035 novas cisternas de consumo e mais 797.519 novas cisternas de produção, totalizando 1.140.554 cisternas que dariam para suprir a carência observada naquele ano (ASA, 2019). A construção dessas cisternas demandaria aproximadamente 13 bilhões de reais para sua execução (valores referentes a 2019).

A nota da ASA (2021) denuncia que o desmonte do Programa Cisternas "condena a população do Semiárido brasileiro à fome e à morte". A entidade assegura que "ainda existem milhares de famílias com sede e com capacidade produtiva, precisando apenas de água", que poderia ser viabilizada com a construção de novas cisternas de modo a universalizar o acesso à água no Semiárido. Além disso, seria necessário incidir na manutenção das cisternas já construídas e na retomada de outros projetos e políticas de Convivência com o Semiárido, que não se limitam às tecnologias sociais hídricas.

Infere-se, todavia, que o desmonte do Programa Cisternas pelo governo Bolsonaro não implicou na suspensão completa da construção de cisternas no Semiárido, haja vista a continuidade de programas a cargo de governos estaduais e de organizações da sociedade civil voltados para a execução de projetos centrados na instalação de tecnologias sociais, mas sem recursos do Governo Federal. Uma dessas iniciativas foi mobilizada pela própria ASA por meio da campanha "Tenho Sede", que visa a captação de recursos para construção de cisternas por meio de doações e financiamentos coletivos, representando uma estratégia que assegura a não suspensão completa da implementação de novas cisternas.

Isto demonstra que as organizações sociais não aderem, necessariamente, a uma postura passiva frente às tentativas de desmonte por parte do Governo Federal, demarcando a resistência em tempos de ameaças e incertezas. Iniciativas registradas por todo o Semiárido, voltadas à captação de recursos para a continuidade da construção de cisternas, bem como a incidência política sobre a

importância do Programa Cisternas, evidenciam horizontes possíveis de superação do quadro instalado pelo governo Bolsonaro.

Considerações finais

Percebe-se, diante dos dados apresentados, a situação de "vulnerabilidade induzida" à população do Semiárido mediante desmonte de programas fundamentais para a garantia do abastecimento hídrico, responsáveis por assegurar melhores condições de vida para as famílias da zona rural e possibilitar uma cidadania plena de direitos. Nesse sentido, o desmonte das políticas públicas de Convivência com o Semiárido pelo governo Bolsonaro, em especial o Programa Cisternas, implica em inúmeros desafios para a região, afetando diretamente a continuidade das ações e dos projetos implementados nas duas últimas décadas e limitando o fortalecimento da autonomia política e financeira da população, trazendo impactos diretos no que se refere ao acesso à água.

Baseando-se no referencial teórico do *policy dismantling,* defende-se que o desmonte do Programa Cisternas se insere no que Sabourin (2022, p. 149) chama de "desmantelamento ativo", que se dá enquanto "os governantes estão convictos de que as ações de desmantelamento são a decisão mais apropriada e vantajosa para eles e os interesses que defendem, quer por razões políticas e eleitorais, quer por razões ideológicas". A partir desse entendimento, pode-se afirmar que o Programa Cisternas ainda existe no papel, mas na prática sem ações que garantam a sua continuidade.

O futuro do Semiárido, a que se refere Malvezzi (2007), passa também pela retomada dos investimentos para a construção de novas cisternas, bem como pela defesa política da continuidade

do Programa Cisternas e de todas as ações realizadas no âmbito das políticas públicas de Convivência com o Semiárido, já validadas pela população da região e apontadas como importantes instrumentos de autonomia e mobilização social, mas que padecem diante do desmantelamento empreendido pelo governo Bolsonaro. Sem novos investimentos para o Programa Cisternas, adiam-se as expectativas para a afirmação de uma plena soberania hídrica, alimentar, produtiva, financeira e política do Semiárido e para a superação da pobreza, da miséria e da fome na região.

Fica evidente nas ações do governo Bolsonaro, com o desmonte do Programa Cisternas, entre vários outros, sua tentativa de "acabar com os pobres, não com a pobreza", segundo afirmam Fleury e Temporão (2021), em que se observa a continuidade e o agravamento da histórica negação de direitos à qual a população do Semiárido está acometida, principalmente no que se refere à garantia de acesso à água. Isso tudo vinculado a sucessivos episódios de xenofobia proferidos pelo próprio Presidente da República, de modo a evidenciar que o ódio e o desprezo ao povo do Semiárido, em especial, e do Nordeste, de modo geral, pareceram falar mais alto do que as obrigações dignas do cargo que Bolsonaro ocupava.

Referências

AGUIAR, Luane da Conceição *et al.* As políticas públicas no semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9-22, 2019.

ALTINO, Lucas. Principal programa de armazenamento de água no Nordeste sofre cortes do governo federal e atinge seu pior resultado em 2021. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/principal-programa-de-armazenamento-de-agua-no-nordeste-sofre-cortes-do-governo-

federal-atinge-seu-pior-resultado-em-2021-25307374. Acesso em: 10 mar. 2022.

ANDRADE, Marina Lazarotto de. **Cisternas de água para beber**: um estudo sobre mudança política e institucional através do Advocacy Coalition Framework. 2020. 271 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ARSKY, Igor da Costa. Os efeitos do Programa Cisternas no acesso à água no Semiárido. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, p. 408-432, 2020.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. Em carta aberta, ASA esclarece que governo tem condenado a população do Semiárido à fome e morte. **ASA**, Recife, 21 dez. 2021. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11236. Acesso em: 10 mar. 2022.

ASA, Articulação Semiárido Brasileiro. **Propostas da sociedade civil para a garantia do acesso à água às populações rurais do Semiárido.** Recife: ASA, 2019. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Acesso_a_agua_para_populacoes_do_Semiarido_brasileiro.pdf Acesso em: 10 mar. 2022.

BAPTISTA, Naidison de Quintela; PIRES, Alexandre; BARBOSA, Antonio Gomes. Convivência com o Semiárido. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (Org.). **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 265-271.

BARBOSA, Honório. Programa de cisterna registra redução de 94% em seis anos. **Diário do Nordeste**, Iguatu, 09 fev. 2021. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/programa-de-cisterna-registra-reducao-de-94-em-seis-anos-1.3044689. Acesso em: 10 mar. 2022.

BAUER, Michael *et al.* (Org.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies, and effects. Oxford: OUP, 2012.

BAUER, Michael; KNILL, Christoph. Understanding policy dismantling: an analytical framework. *In:* BAUER, Michael *et al.* (Org.). **Dismantling public policy**: preferences, strategies, and effects. Oxford: OUP, 2012. p. 30-51.

BEZERRA, Lucila. Sob Bolsonaro, programa de construção de cisternas sofre maior redução da história. **Brasil de Fato**, Recife, 11 mar. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/03/11/sob-bolsonaro-programa-de-construcao-de-cisternas-sofre-maior-reducao-da-historia. Acesso em: 10 mar. 2022.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Desmonte do Estado no governo Bolsonaro: menos república, menos democracia e menos desenvolvimento. In: POCHMANN, Marcio; OLIVEIRA, José Sergio Gabrielli (Org.). **Brasil**: incertezas e submissão? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 151-170.

CARVALHO, Igor. Governo descumpre contrato e trava instalação de 4 mil unidades de captação de água no Nordeste. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 dez. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/12/23/governo-descumpre-contrato-e-trava-instalacao-de-4-mil-unidades-de-captacao-de-agua-no-nordeste. Acesso em: 10 mar. 2022.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, território e convivência**: novas territorialidades no semiárido brasileiro. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CASTRO, César Nunes de. Avaliação do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas), à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Texto para Discussão**, IPEA, Rio de Janeiro, v. 2722, p. 1-42, 2021.

CRUZ, Danilo Uzêda da. Políticas sociais e agenda conservadora do governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. *In:* ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da (Org.). **Políticas sociais no governo Bolsonaro**: entre descasos, retrocessos e desmontes. Buenos Aires: Clasco, 2022. p. 53-72.

DINIZ, Paulo Cesar Oliveira; SANTOS, Christiane Fernandes dos; ROZENDO, Cimone. Acesso à água para consumo humano no semiárido brasileiro: desafios, tensões e perspectivas do programa "Um Milhão de Cisternas". **Contemporânea**, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 95-119, 2022.

ESMERALDO, Gema Galgani *et al.* **Políticas públicas para os povos do Semiárido**: avanços e desafios. Fortaleza: SDA, 2017.

FACHIN, Patricia. Programa Um Milhão de Cisternas tirou a lata d'água da cabeça das mulheres. Hoje, está paralisado. **Portal IHU**, São Leopoldo, 17 dez. 2021. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/615357-programa-um-milhao-de-cisternas-tirou-a-lata-d-agua-da-cabeca-das-mulheres-hoje-esta-paralisado-entrevista-especial-com-marcos-jacinto-de-sousa. Acesso em: 10 fev. 2023.

FERREIRA, Flávio. Bolsonaro desmonta programa de cisternas e favorece uso político de emendas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/12/bolsonaro-desmonta-programa-de-cisternas-e-favorece-uso-politico-de-emendas.shtml. Acesso em: 10 mar. 2022.

FLEURY, Sonia; TEMPORÃO José Gomes. Acabar com os pobres, não com a pobreza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/04/acabar-com-os-pobres-nao-com-a-pobreza.shtml. Acesso em: 10 mar. 2022.

FONTENELE, Ana Maria; CAVALCANTE, Jacqueline Franco; OLIVEIRA, Alfredo José Pessoa de. Dos avanços advindos das políticas de combate à pobreza à perspectiva da captura populista de seu povo: algumas perspectivas para o Nordeste de um Brasil governado por conservadores. In: POCHMANN, Marcio; OLIVEIRA, José Sergio Gabrielli (Org.). **Brasil**: incertezas e submissão? São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 357-380.

GOMES, Antonio Manoel. Estudo sobre os avanços e retrocessos do orçamento federal na política de tecnologia social de convivência com o semiárido – o Programa Cisternas. In : ENCONTRO DE RECURSOS HÍDRICOS EM SERGIPE, XIV, **Anais...** Aracaju, 2022.

GRISA, Catia *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar**: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022.

JORGE, Aline Albuquerque. Território, paradigmas e as políticas públicas para o campo no governo Bolsonaro. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 25, n. 64, p. 128-153 , 2022.

KÜSTER, Angela; MARTI, Jaime Ferré (Org.). **Políticas públicas para o Semiárido**: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2009.

LASSANCE JÚNIOR, Antonio; PEDREIRA, Juçara Santiago. Tecnologias sociais e políticas públicas. In: BRASIL, Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 2004. p. 65-82.

LEITE, Sérgio Pereira. Desmonte de políticas de desenvolvimento rural no Brasil. *In:* NICOLÁS, Maria Alejandra; GAITÁN, Flávio. (Org.). **Desmonte do Estado e retração da cidadania**: pensando alternativas de proteção social. Rio de Janeiro: INCT/PPED, 2021. p. 252-276.

LEITE, Sérgio Pereira; SABOURIN, Eric. Entre continuidades e descontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 509-516, 2021.

LEITE, Sérgio Pereira; SABOURIN, Eric. Introdução à seção temática: entre continuidades e descontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 509-516, 2021.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Vulnerabilidades induzidas no Semiárido**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

LIMA, Camilla. Programa Um Milhão de Cisternas sofre com cortes do governo federal. **Brasil de Fato**, Fortaleza, 25 fev. 2022. Disponível em: https://www.brasildefatoce.com.br/2022/02/25/programa-um-milhao-de-cisternas-sofre-com-cortes-do-governo-federal. Acesso em: 10 mar. 2022.

LIMA, Marcelino. **Convivência com o Semiárido**: mobilizações sociais, políticas públicas e agricultura familiar. Curitiba: Appris, 2020.

LOURENÇO, Andréia Vigolo; GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job. Políticas públicas voltadas às/aos trabalhadoras/es do campo, das florestas e das águas: precedentes e desmontes. *In:* LOURENÇO, Andréia Vigolo *et al.* (Org.). **Brasil, do flagelo da fome**

ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2022. p. 9-47.

MACÊDO, Ramon Novaes de. Governo Bolsonaro e o desmonte do programa cisternas no semiárido brasileiro. *In:* ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da (Org.). **Políticas sociais no governo Bolsonaro**: entre descasos, retrocessos e desmontes. Buenos Aires: Clasco, 2022. p. 227-252.

MACIEL, Caio; PONTES, Emilio Tarlis Mendes. **Seca e convivência com o semiárido**: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

MADEIRO, Carlos. Governo Bolsonaro corta e para maior programa de acesso à água do Nordeste. **Portal UOL**, Maceió, 25 set. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/09/25/governo-bolsonaro-corta-e-para-maior-programa-de-acesso-a-agua-do-nordeste.htm. Acesso em: 10 fev. 2023.

MADEIRO, Carlos. Maior programa para armazenar água no sertão tem queda de 94% em seis anos. **Portal UOL**, Maceió, 04 fev. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/04/cisternas-sertao-nordeste-queda.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

MATA, Daniel da; FREITAS, Rogério Edivaldo; RESENDE, Guilherme Mendes. **Avaliação de políticas públicas no Brasil**: uma análise do Semiárido. Brasília: IPEA, 2019.

MELITO, Leandro. Programa de cisternas enfrenta "seca" de recursos e fome bate à porta do semiárido. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 jan. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/programa-de-cisternas-enfrenta-seca-de-recursos-e-fome-bate-a-porta-do-semiarido. Acesso em: 10 mar. 2022.

MELLO, Janine. **Caminhos do desmonte de políticas no Brasil**: condicionantes e hipóteses. Rio de Janeiro: IPEA, 2022.

NICOLÁS, Maria Alejandra; ZIMMERMANN, Silvia. O desmonte (policy dismantling) no campo da análise das políticas públicas. *In:* NICOLÁS, Maria Alejandra; GAITÁN, Flávio. (Org.). **Desmonte do Estado e retração da cidadania**: pensando alternativas de proteção social. Rio de Janeiro: INCT/PPED, 2021. p. 152-188.

NOGUEIRA, Daniela; MILHORANCE, Carolina; MENDES, Priscylla. Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro. **IdeAs** - Idées d'Amériques, Paris, v. 15, p. 1-22, 2020.

PAPI, Luciana Pazini *et al.* Mudança ou desmonte em políticas sociais? Efeitos do governo Bolsonaro nas áreas de Direitos Humanos e Assistência Social. *In:* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46, **Anais...** Campinas, 2022.

PEREIRA, Manuela Rached. No sertão, a fome não vem da seca. **Outras Palavras**, São Paulo, 20 mai. 2022. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/no-sertao-a-fome-nao-vem-da-seca/. Acesso em: 10 fev. 2023.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Água e convivência com o semiárido**: múltiplas águas, distribuições e realidades. 2016. 234 f. Tese (Doutorado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Programa Cisternas** - Água para Consumo, Produção e Escolar. Plataforma Vis Data 3 Beta. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php Acesso em: 08 fev. 2023.

SABOURIN, Eric. Desmonte de políticas públicas de agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil e no Mercosul. In: PERAFÁN, Mireya Valencia *et al.* (Org.). **Desenvolvimento territorial, sistemas agroalimentares e agricultura familiar**. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 147-164.

SANTANA, Vitor Leal; RAHAL, Lilian dos Santos. Tecnologias sociais como impulso para o acesso à água e o desenvolvimento sustentável no meio rural brasileiro: a experiência do Programa Cisternas. In: GRAMKOW, Camila (Org.). **Investimentos transformadores para um estilo de desenvolvimento sustentável**:

estudos de casos de grande impulso (*Big Push*) para a sustentabilidade no Brasil. Santiago: CEPAL, 2020. p. 155-169.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga; TUBINO, Nilton Luís. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da Anpege**, Dourados, v. 16, n. 29, p. 285-318, 2020.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

VALE, Eliane Pereira de Almeida. **O "desmonte" das políticas públicas de convivência com o semiárido**: o Estado e a Articulação do Semiárido Brasileiro entre 2014-2019. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da (Org.). **Políticas sociais no governo Bolsonaro**: entre descasos, retrocessos e desmontes. Buenos Aires: Clasco, 2022.

Submetido em: 13 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 29 de abril de 2023.
Aprovado em: 09 de maio de 2023.

CAVALCANTE, L. V.; ARAUJO DE SOUSA, J. O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PELO GOVERNO BOLSONARO. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2891. Acesso em: 22 jul. 2023.

AS MÚLTIPLAS FACES DA DIFERENÇA: DIFUSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO BAIRRO PRESIDENTE KENNEDY, FORTALEZA/CEARÁ

THE MULTIPLE FACES OF DIFFERENCE: DIFFUSION OF SOCIO-SPACE INEQUALITIES IN THE PRESIDENT KENNEDY NEIGHBORHOOD, FORTALEZA / CEARÁ

LAS MÚLTIPLES FACETAS DE LA DIFERENCIA: DIFUSIÓN DE LAS DESIGUALDADES SOCIO-ESPACIALES EN EL BARRIO PRESIDENTE KENNEDY, FORTALEZA/CEARÁ

INGRID GOMES DA SILVA
Universidade Estadual do Ceará – UECE
E-mail: ingrid22.gomes@uece.br

CAMILA DUTRA DOS SANTOS
Universidade Estadual do Ceará
E-mail: camila.dutra@uece.br

Resumo:
O espaço urbano se apresenta em um contexto de multidimensões, em uma tessitura desigual, que denotam diversas assimetrias. Nesse sentido, o artigo busca analisar as bases de transformações que corroboraram a expansão urbana e que efetivaram a difusão das desigualdades socioespaciais no bairro Presidente Kennedy, situado a oeste da cidade de Fortaleza-CE. O percurso metodológico utilizado se ateve à união de literaturas, trabalhos de campo e à aplicação de 100 questionários, com base no nível de amostragem que permitiu, por sua vez, a observação de índices para avaliação das desigualdades da porção interna do bairro, bem como a composição de mapas que fomentaram a percepção das diferenciações endógenas do perímetro. Assim, sob tais desigualdades, pode ser evidenciado o nível de renda, a má distribuição de infraestruturas e a discrepância socioespacial do zoneamento do bairro. Com base nisso, propõe-se uma subdivisão do bairro em três áreas, a fim de auxiliar na compreensão das desigualdades socioespaciais.

Palavras-chave: Desigualdades, espaço urbano, shopping center, zoneamento.

Abstract:
The urban space is presented in a context of multidimensions, through an unequal process, which denote several asymmetries. In this sense, the article seeks to analyze the bases of transformations that corroborated the urban expansion and that effected the diffusion of socio-spatial inequalities in the Presidente Kennedy neighborhood, located west of the city of Fortaleza-CE. The methodological path used was based on the union of literature, field work and the application of 100 questionnaires, based on the sampling level that allowed, in turn, the observation of indices for evaluating the inequalities of the inner portion of the neighborhood, as well as the composition of maps that fostered the perception of endogenous differentiations of the perimeter. Thus, under such inequalities, the level of income, the poor distribution of infrastructure and the socio-spatial discrepancy of the neighborhood's zoning can be evidenced. Based on this, a subdivision of the neighborhood into three areas is proposed, in order to help understand socio-spatial inequalities.

Keywords: Inequalities, urban space, shopping center, zoning.

Resumen:
El espacio urbano se presenta en un contexto de multidimensiones, en una textura desigual, que denotan varias asimetrías. En ese sentido, el artículo busca analizar las bases de las transformaciones que corroboraron la expansión urbana y que efectuaron la difusión de las desigualdades socioespaciales en el barrio Presidente Kennedy, ubicado al oeste de la ciudad de Fortaleza-CE. El camino metodológico utilizado se basó en la unión de la literatura, el trabajo de campo y la aplicación de 100 cuestionarios, basados en el nivel muestral que permitieron, a su vez, la observación de índices para evaluar las desigualdades del interior del barrio, así como como la composición de mapas que favorecieran la percepción de diferenciaciones endógenas del perímetro. Así, bajo tales desigualdades se puede evidenciar el nivel de ingresos, la mala distribución de la infraestructura y la discrepancia socioespacial de la zonificación del barrio. A partir de esto, se propone una subdivisión del barrio en tres áreas, con el fin de ayudar a comprender las desigualdades socioespaciales.

Palabras-clave: Desigualdades, espacio urbano, centro comercial, zonificación.

Introdução

Refletir sobre a cidade analisando seus diferentes processos de estruturação e reestruturação que, ao longo dos tempos, desaguaram em díspares nuances permite compreender as várias assimetrias, tanto no campo morfológico, a partir dos processos e formas socioespaciais, quanto no atributo da sua semântica, a partir dos significados e das funções que atém em seus agentes formas conflituosas de viver a cidade.

No contexto disso, Lefebvre (1973) afirma que o espaço produzido vai se consolidando no processo de reprodução da sociedade, que advém do momento crucial do ciclo de acumulação. Atualmente, na era da mercantilização e da transformação até das práticas sociais em mercadoria, a cidade soma-se como lócus que, ao mesmo tempo que apreende capital, também se permuta em capital.

Esse momento de reprodução que é revertida em mercadoria realiza-se pelo cooptação dos níveis da realidade e das ações humanas, que se generalizam na troca e regem desigualdades no espaço (CARLOS, 2017). Nesse contexto, o urbano e a cidade, par de complementação, são viabilizados pela venda do espaço, através do gerenciamento e de sua gestão, apoiados por agentes imobiliários, fundiários, meios de produção, em parceria com o Estado.

Assim, na articulação desses agentes, a cidade dissolve-se em processos desiguais e diferenciadores que a transformam através de ações intencionadas pelo capital, que, por sua vez, permite a reestruturação do seu tecido e das práticas sociais.

Nesse sentido, a presente discussão objetiva a análise da expansão urbana e das desigualdades socioespaciais, através da especulação imobiliária, na escala do bairro Presidente Kennedy, situado na porção noroeste da cidade de Fortaleza-Ceará. Para isso, as discussões partem, sobretudo, de Carlos (2016; 2017), de Lefebvre (1973; 2000), de Gottdiener (2000), de Lojkine (1981), além de outras bibliografias que embasam nossas análises.

Para isso, este artigo se organiza a partir da seguinte estrutura: inicialmente são trabalhadas discussões conceituais sobre a produção do espaço urbano e sobre a reprodução de desigualdade. Posteriormente, são tecidos debates sobre as desigualdades e suas expressões no estudo das cidades. Depois, são apresentadas discussões sobre a expansão urbana do bairro Presidente Kennedy. Por fim, são discorridos e avaliados os indicadores socioespaciais que denotam as desigualdades presentes.

A DIMENSÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO: BASES REFLEXIVAS-DISCURSIVAS

Pensar o espaço geográfico e como ele foi produzido e reproduzido nos leva à concepção de que os processos que comporam o espaço foram se remodelando, fragmentando e se articulando, de forma combinada, para sua materialização. Ao trazermos isso para o urbano, percebemos que sua produção não é linear e muito menos homogênea, o que reflete inúmeras contradições que se constituem nas cidades.

Martins (2000, p. 122) afirma que há uma abastança de "modos, mundos, concepções" ao investigar as metrópoles brasileiras, que, por estarem diferenciadas, tanto no espaço quanto no tempo, são heterogêneas. Contudo, a tendência da

homogeneização dos espaços, por processos ligados à perspectiva macro escalar e ao modelo de produção e de mercado, fundamenta a padronização das cidades.

Percebe-se, nesse sentido, uma contradição processual em tal reflexão. A homogeneização, marca da acumulação capitalista, prega uma certa equidade e equiparação das práticas econômicas, ao mesmo tempo que diferencia e heterogeneiza as relações espaciais e sociais. Ao passo que revela um discurso de equidade, corrobora desigualdades em diversos sentidos. Logo, é fato que temos um discurso teórico creditado por interesses econômicos e políticos de acumulação e ascensão.

Nesse cabedal, o processo de desigualdade socioespacial se acresce e se dinamiza, apontando a própria espacialidade como uma das maiores faces da diferença. A produção do espaço se insere, assim, na lógica de produção capitalista que transforma todo produto de sua produção em mercadoria (CARLOS, 2016). Com essa efetiva transformação de todas as coisas e entes em mercadoria, o espaço geográfico também adentra nessa perspectiva.

Nesse âmago, a crescente transformação avassaladora da mercadoria penetra profundamente a vida cotidiana. As estruturas sólidas da cidade dão lugar às reestruturações para a dinamização do poder produtivo, momento este em que a apropriação é definida por esse mundo-mercadoria da propriedade privada em todos os espaços submetidos ao império da troca.

É nessa perspectiva que inúmeras formas de desigualdades podem ser vislumbradas, enquanto resultado de processos antagônicos de uma produção social do espaço que concerne à valorização capitalista, em diversos níveis escalares e que

pressupõe logo, a produção da cidade a partir de seus meios de poderio e reprodução ampliada do capital.

Nesse contexto, Alvarez (2013) afirma que a propriedade da terra não é em si o capital, mas seu monopólio que, de forma jurídica, possibilita a capitalização de parte de mais valia como renda[1] e que gera, por sua vez, aos seus detentores, não apenas a possibilidade do uso, mas a conversão em troca, que libera capital para sua acumulação.

Araújo (2010) aponta que, nesse sentido, o ser humano, em sua "evolução" social, submete-se à condição histórica e geográfica, significando progressiva e desigual acumulação sobre a superfície terrestre, o que reflete na desnaturalização e na complexidade do espaço, a ponto de comprometer as relações sociais e a base natural que, sob ameaça, fazem-se mais contraditórias. O espaço urbano, então, é consumido produtivamente (como meio de produção) e improdutivamente (como condição de produção e reprodução capitalista).

Nesse cabedal, "o espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio ou então, como os produtos, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer" (LEFEBVRE, 2000, p. 5). Embora seja utilizado como meio de acumulação pelo capital, o espaço é, ao mesmo tempo, um produto desse processo, tornando-se mercadoria. Gottdiener (1993), sob essa lente, aborda que

> O espaço é produzido como nenhuma outra mercadoria. Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita

[1] Renda, nesse contexto, equivale a atribuição de Alvarez (2013) a partir da inexistência da renda da terra urbana e sim da renda como produto de uma atividade ou fluxo de acumulação.

> a encerrar a realidade material de outras mercadorias e suas relações sociais. [...] Ao contrário de outras mercadorias, ele recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las (GOTTDIENER 1993, p. 133).

Entendemos essa dimensão desigual do espaço que abraça diversas conflitualidades e que, por isso, disseminam desigualdades em diversos níveis, em que a reprodução do capital é plena em contradições. A cidade se resulta assim, da destruição das suas formas e conteúdos anteriores e da concentração, da espoliação e da acumulação primitiva do capital, tendendo a separar e diluir-se em suas próprias condições contraditórias.

A CIDADE, A DESIGUALDADE E SUAS EXPRESSÕES

A dualidade do par - fragmentado e articulado - na concepção de cidade, remete-nos a uma inquietação evidente, ao pensar-se na produção do espaço. Essa ideia de fragmentado aponta, a priori, uma imagem de distinção de áreas tanto no que concerne à sua gênese, quanto à semântica e à morfologia. Aliada a isso, a articulação do espaço rege uma combinação de fatores e de processos congruentes para dinamização espacial. Assim, é possível perceber que a soma desses dois atributos reflete embates no cenário espacial que, concomitantemente, define e redefine a componente espacial.

Ao produzir o espaço, a sociedade reproduz a si mesma, projetando sobre esse espaço um complexo conjunto de relações e de estratégias próprias do seu modo de vida (FERREIRA, 2013), sendo, como na perspectiva de Lefebvre (1973; 2000), complementada por Carlos (2016), além de substrato físico, meio é condição da reprodução da vida. Esse espaço produzido e apropriado

socialmente é constituído pelo fluxo contínuo e contraditório do capital. Assim, nuances contraditórias se refletem, gerando um padrão de desenvolvimento geograficamente desigual necessário à sobrevivência e à reprodução do capitalismo.

Numa análise histórico-geográfica, Garcia (2003, p. 9) relembra que

> O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão: capitanias hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais.

Nesse invólucro histórico, ainda tão perceptível no presente, as desigualdades socioespaciais estão diretamente alicerçadas na produção capitalista do espaço, uma vez que o capital está sempre em busca de novos espaços para a geração de lucros incessantes. Esse mecanismo gera, portanto, o consumo do espaço em favor dos interesses hegemônicos que comandam o processo de produção espacial, causando profundos conflitos e conflitualidades, que agregam contradições de diversas magnitudes (FERREIRA, 2013).

O espaço urbano, sob o regime do sistema capitalista, age com uma política de diferenciação socioespacial através de uma ambiguidade em sua política, à luz da monopolização e da proletarização (LOJKINE, 1981). A essa divisão rege o processo de segregação como expressão espacial das classes e da desigualdade como fundamento socioespacial.

Isso se perfaz no processo de mundialização, o qual, por sua vez, prepondera a expansão do capitalismo contemporâneo. Essa expansão, e com ela a evolução dos meios de produção e obtenção de lucro, carrega consigo um processo de transformação das relações de produção, ou seja, alteram as formas de trabalho para adequá-las a sua expansão.

As desigualdades socioespaciais são multifacetadas, configurando-se através da conjugação de fatores materiais e subjetivos, envolvendo o indivíduo e as suas relações com a sociedade. A análise geográfica proposta, ao longo deste artigo, se atém na necessidade de discutir o atributo socioespacial de organização espacial do modo desigual que corrobora assimetrias socioespaciais, hierarquicamente entre si.

Avaliar a história que configura cada espaço é entender suas bases de ocupação bem como as memórias que efetivaram a conquista e a luta da sociedade que se situa além de sobreviver à cidade, mas vivê-la. As memórias, os retratos, as subjetividades representam, muitas vezes, a realidade que fortalece a construção de um território e que está se perdendo pela consolidação das bases mercadológicas de determinado lócus.

Tendo em vista isso, é de suma relevância entender o quadro das desigualdades em nossa escala de observação – o bairro Presidente Kennedy. O bairro possui 1,76 km² de e situa-se, na porção oeste da Cidade de Fortaleza Ceará.

Destarte, se faz importante unir tais reflexões conceituais supracitadas, em união a uma base metodológica que respalde os resultados de pesquisa encontrados, para então compreender como a expansão urbana nesse referido bairro ocorre, e logo, como as consequências atingem a sociedade que o abriga.

Souza (2013) infere que bairro advém de uma escala intraurbana da cidade, associada a organização interna do espaço urbano que se remete tanto a escala de bairros quanto a de setores geográficos. Gonçalves (1988, p. 17) abordava que um bairro contém características sociais comuns e interação social, sem que haja consenso exato sobre a dimensão do espaço, ao conteúdo e a extensão e à densidade da interação.

Nesse sentido, Soares (1959) aponta que o bairro é noção mais popular, mais geográfica, mais rica e concreta do que diversas definições, uma vez que, no sentimento coletivo, no conhecimento global, na percepção que configuram o seu caráter ímpar.

Além disso, Teixeira e Machado (1986) apontam que o bairro pode ser identificado e dividido por três componentes: paisagem urbana, conteúdo social e função. A paisagem urbana advém no tipo, estilo, traçado das ruas e idade da construção de um bairro, o conteúdo social é abordado no estilo de vida da população podendo ser de diferentes conteúdos e a função designa a propriedade que o bairro tem no seu organismo social, podendo ser, residencial, industrial, comercial, dentre outros.

Os bairros então subdividem e organizam a cidade através de uma infinidade de atributos que atravessam a concretude e se associam por seu caráter unificador que ronda o espaço vivido. Entretanto, a cidade na era contemporânea, foi remodelando sua configuração e com isso os bairros foram sendo reconfigurados e reificados através de uma lógica maior que move a consolidação do urbano - a promoção de atributos mercantilizadores.

Nesse invólucro a discussão centra-se no bairro Presidente Kennedy – Fortaleza/CE sendo uma escala de exemplo empírico disso que recebe, por sua vez, uma alteração em seu perfil funcional

que foi consolidada anteriormente apenas em base e que conflui em processos diferenciadores que compõe sua malha intraurbana.

METODOLOGIA

Na tentativa de responder aos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva. Quanto à natureza das abordagens e dos dados referidos, a pesquisa se configura como quali-quantitativa. Minayo (2001) assinala que a pesquisa quali-quantitativa trabalha com o universo de significados, de aspirações, de atributos e de valores que não podem ser reduzidos a uma mera operacionalização, mas que, na verdade, evidenciam a unificação entre elementos de análise e a composição de variáveis.

Nesse preâmbulo, entendendo que, para compreender o espaço urbano e precisamente o bairro Presidente Kennedy, a união dos dois tipos de natureza de abordagem (qualitativo e quantitativo) melhor evidencia nossa intenção. Para isso, foi utilizada uma escala de análise temporal de oito anos (2010 - 2017).

Para compor nossa metodologia, utilizamos procedimentos metodológicos que se deram sob quatro etapas: a) levantamento teórico que respaldou qualitativamente o embasamento conceitual da pesquisa; b) trabalhos de campo que efetivaram a coleta de dados empíricos do objeto investigado; c) aplicação de questionários que compuseram a natureza quali-quantitativa, uma vez que possibilitaram, estatisticamente, a composição de gráficos e de tabelas, além de permitirem a compreensão unificada entre teoria e

empiria; d) uso de geotecnologias para composição de mapas, a fim de espacializar o objeto em análise.

No que tange aos procedimentos técnicos de levantamento e coleta de dados, a pesquisa utilizou-se da metodologia de *survey*, possuindo como instrumento de coleta de dados o uso de questionários. A escolha pelo uso do *survey* advém da indicação dos resultados da pesquisa, uma vez que esse procedimento se foca em representações dos processos e dos fenômenos por amostragens, por coleta de dados e por informações a partir de um público-alvo, com auxílio de instrumentos de pesquisa, como o uso de questionários (MARTINS; FERREIRA, 2011).

Nesse contexto, optou-se pelo instrumento de aplicação de questionários como ferramenta que obtém informações diretamente dos envolvidos. Os questionários foram aplicados ao longo dos 1,76 km² de área do bairro. Como o bairro Presidente Kennedy possui universo populacional de 23.004 pessoas (IBGE, 2010), utilizamos um cálculo estatístico a fim de colher uma amostragem da população do bairro, que pudesse dar confiabilidade aos resultados obtidos.

Nesse sentido, foram aplicados 100 questionários divididos em diferentes áreas do perímetro do bairro. Como se trata de uma escala pequena e, logo, de alto nível de detalhamento, abordamos o grau de confiança com cerca de 90% e margem de erro de 10%, a fim de que os resultados sejam mais fiéis.

Através desse percurso metodológico, construímos mapas que localizam e interpretam o padrão socioespacial da área e espacializam resultados obtidos no decorrer da pesquisa. Utilizamos as geotecnologias para integração e compilação de

dados, a fim da sistematização de bancos de dados, onde foi traçado um perfil socioeconômico do bairro.

Nessa perspectiva, com a análise dos mapas em uma escala de diferentes bases temporais, observou-se uma diferenciação no quesito espacial da área, visto que há contrastes sociais muitos fortes, marcados pela presença concentrada de equipamentos urbanos em determinada porção em detrimento de outras áreas do bairro.

Dessa forma, através dos dados e das respostas obtidas, foi feita a análise baseada na reunião de quatro procedimentos utilizados, os quais repercutem na união entre teoria e empiria. A análise e a discussão dos resultados colhidos são expostas na seção seguinte.

RECONFIGURAÇÃO URBANA E ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO BAIRRO PRESIDENTE KENNEDY

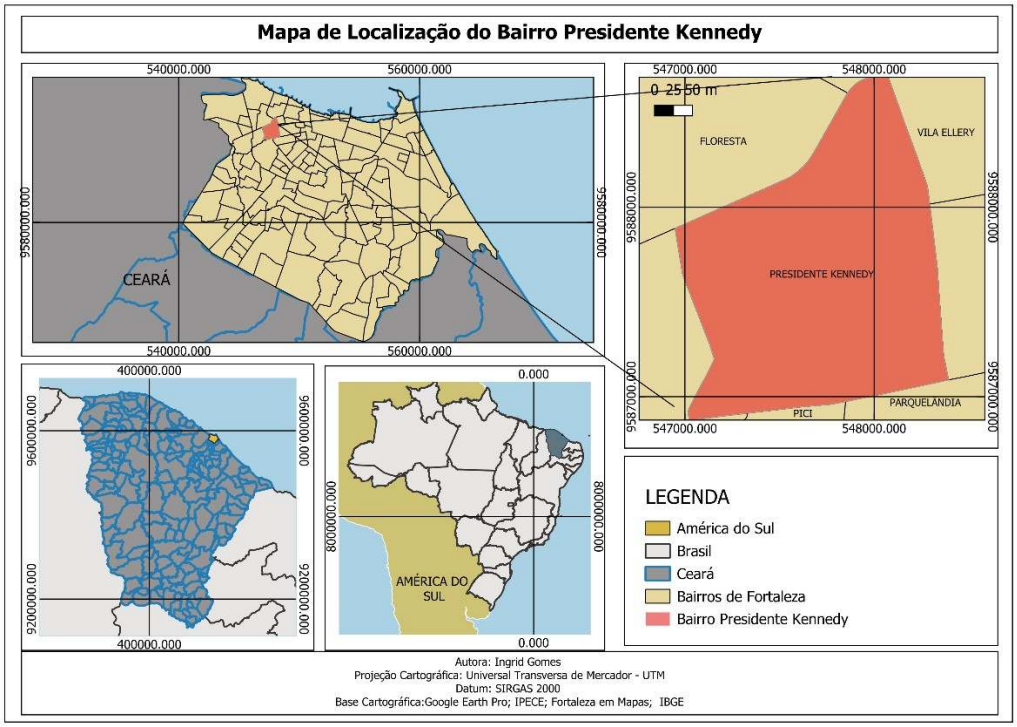
Compreender a história de cada polis, dos setores e dos bairros é uma tarefa difícil, que demanda uma ampla análise temporal e auxilia na compreensão de que as escalas geográficas ajudam a articular processos e formas socioespaciais, que são, muitas vezes, similares, portanto, possibilitam uma análise geográfica que envolve o espaço em si e as relações que nele se constroem.

Entendemos que a integração teórico-metodológica é de suma importância para elucidar a interpretação do perfil socioespacial do bairro. A expansão urbana do bairro Presidente Kennedy, pela qual nos interessamos neste artigo, situa-se com vistas à crescente produção imobiliária que o bairro foi experienciando. No âmago do processo de constituição das cidades,

a urbanização se difunde em sentido contrário de um projeto igualitário.

O bairro Presidente Kennedy situa-se na porção noroeste da cidade de Fortaleza, capital do Ceará (Figura 1). A área em estudo é investigada com base na alteração de seu perfil funcional, a qual confluiu, por sua vez, em processos diferenciadores que comporam sua malha intraurbana.

Figura I – Mapa de Localização do Bairro Presidente Kennedy



Fonte: Organização das autoras (2022).

O bairro possui 1,76 km² de extensão, com uma área territorial de aproximadamente 27.777 km², e situa-se na Regional III, juntamente com os bairros Padre Andrade, Pici, Parquelândia, Antônio Bezerra, Bela Vista, Parque Araxá, Amadeu Furtado,

Rodolfo Teófilo, Quintino Cunha, Autran Nunes, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Bonsucesso e Jóquei Clube (IPECE, 2015).

Conforme o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR, 2009), os limites do bairro se encontram sob duas zonas: Zona Preferencial de Ocupação 1 (ZOP 1) e Zona de Requalificação Urbana 1 (ZRU 1). Na área da ZOP 1, há uma acentuada base de serviços e comércios e boas condições de infraestruturas. Em contraste, na ZRU 1 do bairro, o perfil de infraestruturas não é tão favorável, possuindo poucos serviços e comércios.

Gonçalves (2011) afirma que a cidade de Fortaleza, a partir dos anos de 1970, passou por grandes transformações, com o deslocamento e o surgimento de diversas atividades administrativas, comerciais e de serviços do centro tradicional para diversos bairros da cidade. Os equipamentos que iam se implantando atraíam investimentos, moradores e outras atividades que, por sua vez, provocaram a reestruturação da cidade, dinamizando bairros e dando origem a novas centralidades.

À medida que a cidade ia sofrendo essas mudanças, consequentemente, os bairros que a formam também se transformavam. Logo, o bairro Presidente Kennedy sofreu esse conjunto de mudanças, possuindo, assim, essas marcas de uma reestruturação disseminadora da sua base histórico-geográfica e que perfaz um padrão arquitetônico. Nesse contexto, o bairro foi inicialmente se comportando como possibilidade de uma nova centralidade, uma vez que foi se expandindo e se firmando na atração de comércios e serviços.

Segundo o IBGE (2010), o bairro possui densidade demográfica de 13.531,8 habitantes por quilômetros quadrados

(Km²) e apresenta um quadro de elevação demográfica entre 15 e 64 anos (Tabela 1).

Tabela 1 - População do bairro Presidente Kennedy

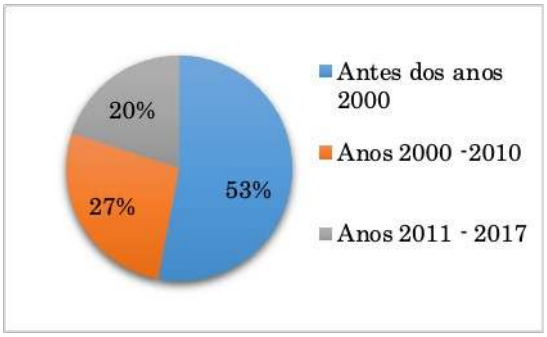
ANO	POPULAÇÃO
2000	23.094
2010	23.004
2013	27.020
2017	25.360

Fonte: Adaptada do *site* do IBGE (2000; 2010); Plano Municipal de Fortaleza (2013). Fortaleza em mapas
Organização das autoras, 2020.

De acordo com os dados anterior, é possível ver o crescimento populacional na escala temporal em análise (2010 – 2017). É perceptível o decréscimo, ainda que mínimo, do censo de 2010 em relação ao censo de 2000, mas isso ocorre inversamente quando a prefeitura de Fortaleza faz o levantamento do ano de 2013 e em 2017 mais uma baixa populacional.

Conforme os questionários aplicados no bairro, a partir da base amostral de 100 pessoas, 47 destas passaram a residir no bairro depois dos anos 2010 (Figura 2). Isso foi ao encontro dos dados obtidos pela prefeitura de Fortaleza e evidencia a expansão urbana do bairro, que demanda, por sua vez, um aumento de infraestruturas. Podemos observar isso através do gráfico a seguir:

Figura 2 - Gráfico em % da demanda de moradores para o bairro Presidente Kennedy entre 2000 a 2017.



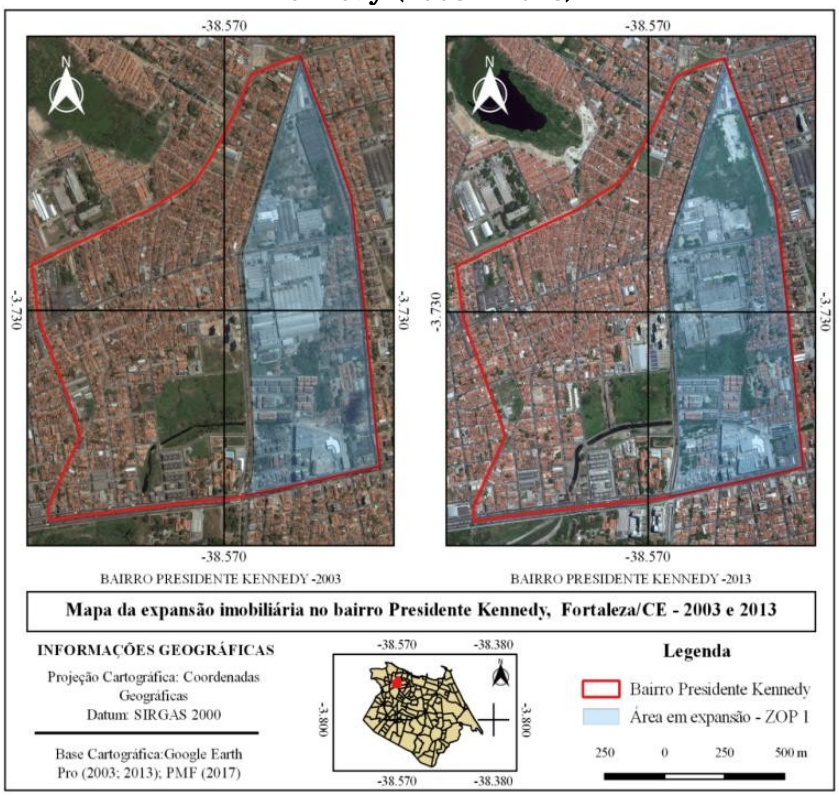
Fonte: Questionários aplicados. Elaborada pelas autoras, 2020.

Como consta no gráfico disposto, a partir dos questionários colhidos, 27% da população residiu no bairro entre os anos de 2000 a 2010, momento em que o bairro estava se alterando morfologicamente. A partir dos anos 2000, a Prefeitura Municipal de Fortaleza deu início ao processo de enlarguecimento das avenidas Doutor Themberge, Olavo Bilac e Sargento Hermínio, principais vias de acesso ao bairro, o que possibilitou a atração de residentes.

Posteriormente, a partir do ano de 2010, surgiu a intencionalidade de projetos, combinados e articulados, que fomentou as mudanças imobiliárias no bairro. É possível ver isso a partir da construção de 160 mil metros quadrados, que contam com um *shopping center* (Shopping Riomar Kennedy) e um Complexo Residencial (65 mil m²). A implementação desse empreendimento adveio da justificativa do discurso de redimensionar a área em benefício do progresso do bairro.

Isso assinala, diretamente, uma expansão imobiliária aliada à anexação do capital imobiliário e financeiro, que reconfiguram a malha urbana. A fim de melhor espacializar tais mudanças, observemos o mapa (Figura 3).

Figura 3 - Mapa da expansão imobiliária do bairro Presidente Kennedy (2003 – 2013)

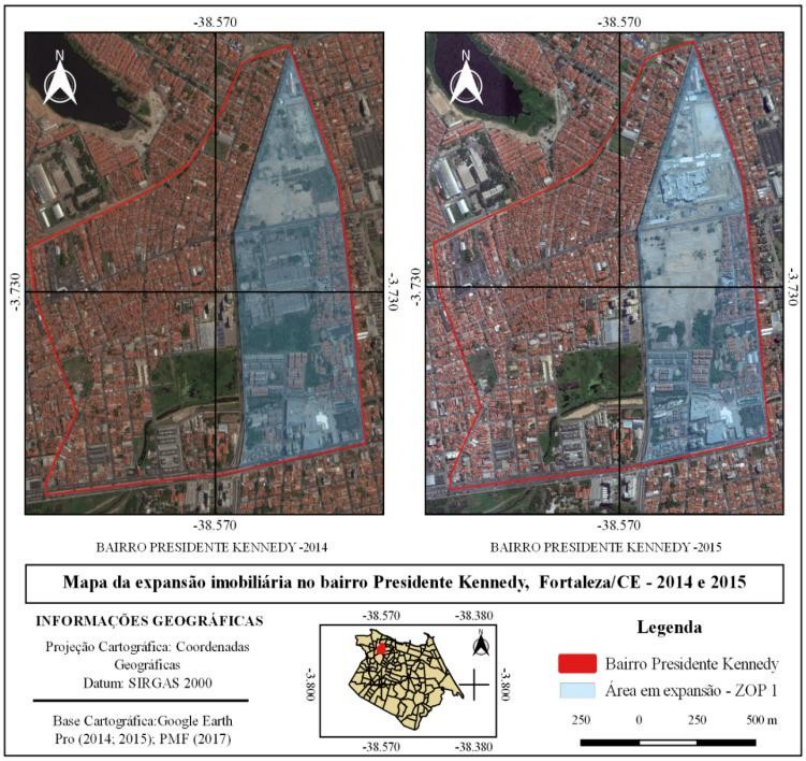


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

No mapa comparativo disposto, é possível perceber que, mesmo com 10 anos de diferença temporal na área da ZOP 1, as mudanças não apresentam grande expressividade. Além disso, ainda no mesmo ano, as pequenas construções, começam a diminuir e se transformar em área de interesse para grandes empreiteiras.

Atrelado a isso, em 2013, iniciam-se discursos voltados a alargamento de vias, o que começa a forçar, por sua vez, o desaparecimento de pequenos comércios, a diminuição de terrenos residenciais, em detrimento do crescimento de infraestruturas. Nos anos seguintes, tais mudanças ficam mais evidentes. Podemos verificar isso na Figura 4, a seguir:

Figura 4 - Mapa da expansão imobiliária do bairro Presidente Kennedy (2014 – 2015)



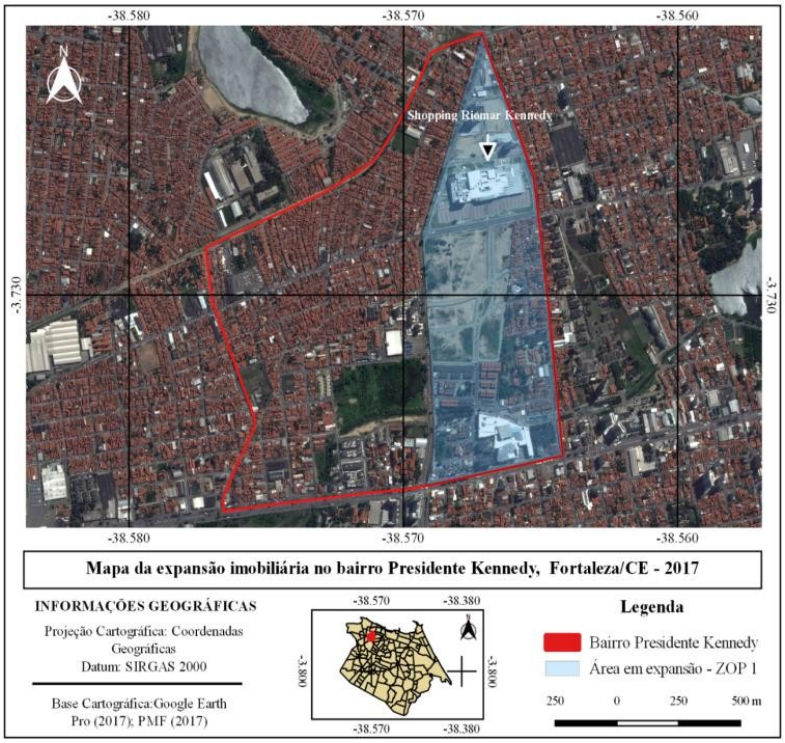
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

No mapa supracitado, que observa uma comparação entre os anos de 2014 e 2015, é nítida a transformação espacial nas imagens. Em 2014, na porção central da ZOP 1, é perceptível que alguns terrenos que continham construções, como visto na figura anterior, começam a sinalizar uma diminuição de área construída. Isso decorre da expansão urbana supracitada, em relação ao alargamento e de possibilidades de outras construções.

Contrariamente, no ano de 2015, visto na segunda imagem da figura 4, essa mesma porção está toda descampada, portanto suscetível à especulação. Isso fica nítido se observamos a porção norte e centro, em que é possível pontuar, além disso, a diminuição

das áreas verdes presentes. Ainda nessa observação espacio-temporal, observemos a figura 5:

Figura 5 - Mapa da expansão imobiliária no bairro Presidente Kennedy (2017)



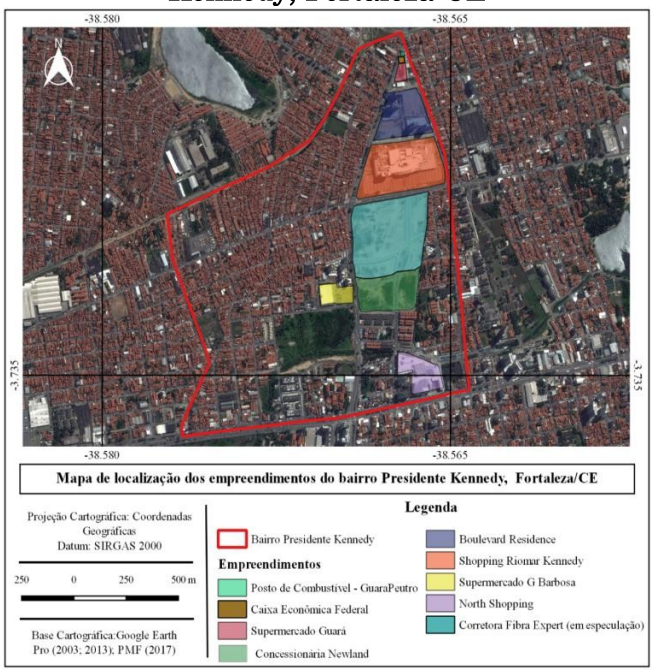
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

A partir do mapa, é possível perceber que, em 2017, a área da ZOP 1 encontra-se mais consolidada, possuindo prédios construídos, *shoppings centers* e áreas livre à especulação. É nítida a reestruturação espacial dessa área, o que nos permite pensar como se firmam reestruturações socioespaciais.

A comparação dessas cinco imagens de satélite já demostra as transformações no bairro concernentes ao crescimento imobiliário. Essa produção imobiliária no espaço urbano em análise aponta a característica contemporânea da cidade, sustentada pelo capital financeiro e imobiliário, que se estabelece na atração dos

investimentos imobiliários, alicerçados na busca de novos espaços construídos, promovendo uma expansão da área. Em meio a isso, com o crescimento imobiliário no bairro em discussão, o número de empreendimentos (Figura 6) se alavancou.

Figura 6 - Mapa dos empreendimentos do bairro Presidente Kennedy, Fortaleza-CE



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

A perceptível reconfiguração imobiliária, vinda da união de diferentes naturezas de capital (imobiliário e financeiro) apropria-se do urbano, gerando valor na expansão dos empreendimentos que constituem a configuração da cidade e ascende a hegemonia da forma de produção da cidade para o mercado (PEREIRA, 2011).

Assim, essa expansão vista no bairro traz características positivas, mas também sugere estratégias empresariais, a partir de planejamentos estratégicos que formulam no espaço, processos e formas espaciais aliados a desigualdade socioespacial, a segregação, a exclusão/inclusão, dentre outros. Assim, é necessário entender as

formas das transformações, mas, sobretudo, os processos e as estruturas que se modificam. É na conjuntura disso que acreditamos na necessidade de pontuar os indicadores que denotam tais desigualdades e suas espacializações no bairro, visto a crescente expansão.

A produção do espaço urbano foi, como já apontava Santos (2013), se efetivando por essa reprodução desigual. Enxergamos o bairro Presidente Kennedy como essa possibilidade futura de novas centralidades que foram se expandindo e se firmando na atração de comércios e serviços, garantindo para a cidade mais uma área de acumulação do capital. Nas intensas transformações do bairro, sucessivas diferenciações socioespaciais foram difundidas sobre seu tecido.

ANÁLISE DAS DESIGUALDADES ATRAVÉS DE INDICADORES SOCIOESPACIAIS NO BAIRRO PRESIDENTE KENNEDY

No contexto de reconfiguração pela qual o bairro Presidente Kennedy foi passando a partir da escala temporal de análise, diversas formas e processos socioespaciais se delinearam de modo diferenciador e desigual. A desigualdade que se faz eminente, na discussão em pauta, refere-se à necessidade de entender um conjunto de acepções distintas que se perfazem sobre o espaço.

Benach (2017) afirma que a desigualdade social e espacial, como está presente em todos os lugares, seja nos discursos acadêmicos, nos programas do Estado ou na imprensa, parece diluir-se, sem definição e justificativa. A autora afirma que a desigualdade se transformou em um termo sem conteúdo social e político, é uma palavra apenas no uso discursivo que a banaliza e

transforma-se em algo comum, ações indissociáveis à sociedade, ao sistema econômico e, por isso justificáveis.

No intuito de compreender as desigualdades no bairro em investigação, analisamos indicadores socioeconômicos, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, taxa de alfabetização, renda média e dos dados colhidos nos questionários aplicados em relação à quantidade de moradores/renda por domicílios.

É importante frisar também que utilizamos uma abordagem integrativa em dados e técnicas de campo, apoiados na concepção de Benach (2017, p. 18) que afirma que atualmente há uma exacerbação de estatísticas e "proliferação de índices, indicadores e conceitos" sem união da realidade dos residentes, que aponta, assim, concepções adversas e contraditórias da realidade local.

O bairro Presidente Kennedy apresenta diversos problemas que se somam tanto pelo quesito espacial, quanto pelo atributo social, como problemáticas associadas à educação, saúde, segurança, mobilidade, dentre outros. Isso fica compreendido se observamos o IDH do bairro a partir dos últimos censos realizados pelo IBGE (2000; 2010), em que há um decréscimo de 0,53 para 0,42. Podemos visualizar isso também ao comparamos o bairro Presidente Kennedy (Tabela 2) aos demais bairros da cidade de Fortaleza, o que reflete a discussão da tessitura desigual do bairro:

Tabela 2 - Comparação de IDH entre alguns bairros da cidade de Fortaleza

POSIÇÃO	BAIRROS	IDH
1º	Meireles	0,95
2º	Aldeota	0,86
3º	Dionísio Torres	0,85
4º	Mucuripe	0,79

5º	Guararapes	0,76
6º	Cocó	0,76
7º	Praia de Iracema	0,72
8º	Varjota	0,71
39º	**Presidente Kennedy**	**0,4**
119º	Conjunto Palmeiras	0,1

Fonte: Adaptada do IBGE (2010). Elaborada pelas autoras, 2022.

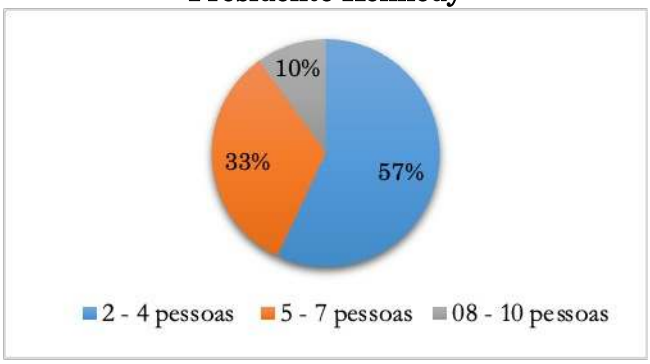
Diante do quadro anterior é possível perceber que o bairro Presidente Kennedy ocupa posição 39º no ranking, o que evidencia a fragilidade socioeconômica do bairro e reflete, por sua vez, as diferenciações sofridas no bairro em relação a outros bairros da cidade de Fortaleza, o que aponta a necessidade de um debate sobre essa temática.

Assim, na tentativa de somar para a investigação do bairro, como abordou-se anteriormente, utilizamos a concepção de Benach (2017), a partir da compreensão da soma de dados relacionados às médias feitas por orgãos, como o IBGE, além de aplicações de questionários que auxiliaram a compor a discussão. Essa metodologia foi essencial para entender a dinâmica do bairro através da escala temporal utilizada e, assim, compor a empiricização da realidade observada.

Para essa compreensão, a partir dos dados colhidos nos questionários de pesquisa, foram observadas três variáveis que se inter-relacionam diretamente e conjugam a análise da desigualdade no bairro: **quantidade de moradores por domicílio, renda média e proposição de zoneamento do bairro.** As três variáveis conduzem à conclusão dos resultados da pesquisa, uma vez que permitem compreender a composição intraurbana do bairro e a repercussão nas desigualdades socioespaciais endógenas ao perímetro em investigação.

Nesse sentido, a partir dos questionários aplicados, com relação à média de moradores por domicílios (Figura 7), foi apontado que, em 57% dos domicílios do bairro, moram de 2 a 4 pessoas por residência. Segundo o IBGE (2010), a média é de 3,4 moradores por domicílio, o que constata os resultados ditos pelos questionários.

Figura 7 - Gráfico (%) de moradores por domicílio no bairro Presidente Kennedy

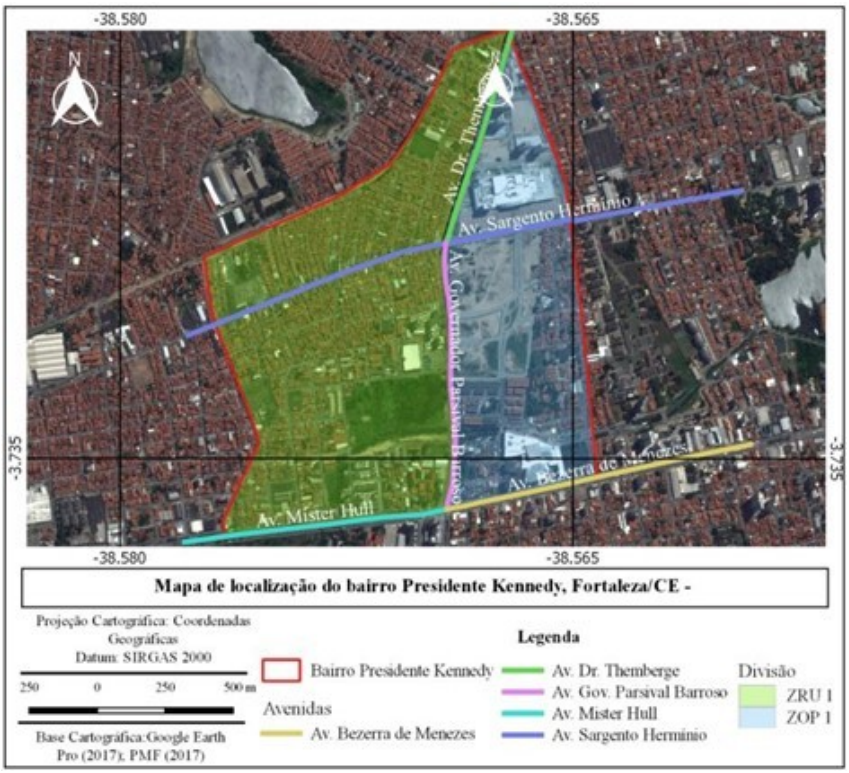


Fonte: Questionários aplicados. Elaborada pelas autoras, 2020.

Entretanto, foi observada uma característica peculiar nessa estatística levantada: a homogeneidade de respostas em áreas específicas do bairro. O que se intenciona em apontar isso é que, a partir desse universo estatístico de 100 pessoas de aplicação de questionários espalhados por todo o perímetro do bairro, foi perceptível que as respostas refletiam um grau de homogeneidade em determinadas áreas, em comparação às heterogeneidades de áreas circunvizinhas, ou seja, o percentual de moradores com maior número (entre 8 a 10 pessoas) estava nas áreas periféricas do bairro, em contraposição ao de menor número de moradores, verificado na área mais qualificada em princípios urbanísticos, denotando uma certa diferenciação socioespacial.

Nesse contexto, a aplicação dos questionários foi dividida em três áreas em torno das principais avenidas do bairro, visto o grau de similaridade das respostas: área leste da ZOP 1, área noroeste e sudeste da ZRU 1 (Figura 8). Através dessa divisão, ficou nítido o objetivo de perceber as desigualdades internas no bairro Presidente Kennedy.

Figura 8 - Mapa de localização das vias do bairro



Fonte: Organização das autoras (2022)

Através dessa metodologia, em relação ao número de moradores por domicílio, foram encontrados três perfis quantitativos diferentes. Vejamos isso na tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Percentual correspondente de moradores por área do bairro

PORÇÃO DO BAIRRO	ZONEAMENTO (PDPFOR, 2009)	MORADORES / %		
		2 - 4	5 - 7	8 - 10

Noroeste	ZRU 1	10%	67%	23%
Sudoeste	ZRU 1	92%	5%	3%
Leste	ZOP 1	82%	18%	0%

Fonte: Questionários aplicados. Elaborada pelas autoras, 2022.

A partir da tabela 3, é possível concluir o padrão diferenciador quando analisamos a densidade de moradores por domicílio, em diferentes porções do bairro. A noroeste, na área entre as Avenidas Sargento Hermínio e Doutor Themberge, onde foram aplicados 40 dos 100 questionários, a densidade de habitantes por domicílio é maior. As habitações abrigam um grande contingente de moradores, chegando a representar a soma de 90% em residências que abrigam de 5 a 10 pessoas.

Em contrapartida, na área sudoeste, entre as avenidas Governador Parsival Barroso e Avenida Sargento Hermínio, em que foram aplicados 38 questionários, o quadro se inverte. A maioria da população dessa área reside com média de 2 – 4 pessoas por habitação. Acredita-se que isso se deve ao padrão de renda e imobiliário, uma vez que, nessa área, se situa a maior quantidade de condomínios residenciais e casas de porte médio. Supõe-se que haja uma facilidade de renda que fomenta a divisão da família em diferentes casas.

Já na porção leste do bairro, na área da ZOP 1, onde foram aplicados 22 questionários, há uma similaridade com a porção sudoeste, uma vez que também essa porção do bairro reúne condomínios e empreendimentos, entretanto, a partir dos questionários aplicados, não foi possível constatar residências acima de 7 moradores, o que pode evidenciar melhores condições econômicas.

Acerca da segunda variável - o nível de renda -, que, para muitas literaturas, é um dos maiores indicadores de desigualdade, ao lado do IDH, a diferenciação e a desigualdade saltam aos olhos. Observe a tabela abaixo (Tabela 4) acerca da renda média (em reais), segundo os dois últimos censos do IBGE:

Tabela 4 - Renda média (em R$) do bairro Presidente Kennedy

ANO	RENDA MÉDIA
2000	800,79
2010	778,1

Fonte: adaptada do IBGE (2010). Elaborada pelas autoras, 2022.

Através dos dados visualizados, foi possível perceber que há uma queda de 2,75% da renda média do bairro, entre o censo de 2000 e o de 2010. Assim, para entender a realidade local, e aproximá-la da realidade temporal atual, a partir dos questionários de pesquisa, a variável da renda foi analisada na tentativa de entender o fator desigual no perímetro. Para isso, através da mesma metodologia de subdivisão empregada no quesito populacional, obtiveram-se respostas, de forma bastante díspar no bairro investigado, mas concordante com a primeira variável desta investigação. Nesse sentido, observemos a figura 8 abaixo:

Figura 9 - Gráfico (%) da renda média no bairro Presidente Kennedy, 2017



Fonte: questionários aplicados. Elaborada pelas autoras, 2022.

Por meio do gráfico da amostragem acima, observa-se a concepção de que apenas 47%, ou seja, menos da metade dos moradores do bairro, possuem renda média maior que um salário mínimo. Quando observamos essa análise nas três porções do bairro, esse quadro (Tabela 5) diferenciador se torna mais visível e desigual.

Tabela 5 - Percentual correspondente a renda média por área do bairro

PORÇÃO DO BAIRRO	RENDA MÉDIA / %			
	Menos que 1 salário	1 – 3 salários	4 – 5 salários	5 – 10 salários
Noroeste	80%	12%	5%	3%
Sudoeste	37%	39%	11%	13%
Leste	32%	18%	14%	36%

Fonte: questionários aplicados. Elaborada pelas autoras, 2022.

A partir da tabela supracitada, é possível perceber, mais uma vez, o grau de discrepância entre as porções ao analisar a renda. Nota-se que, na porção noroeste do bairro, apenas 20% das pessoas possuem renda acima de 1 salário mínimo, anunciando, assim, a fragilidade econômica dos habitantes que residem nessa porção do bairro.

Isso reflete na ocupação e na composição edílica do bairro, onde há residências com padrões precários. Nessa porção, as casas são pequenas (Figura 9), algumas com cerca de dois a três cômodos, muitas vezes, com mais de uma família morando. Além disso, no quesito estrutural das ruas dessa área do bairro, há uma existência grande de vilas pequenas, ruas sem saída ou apertadas (com largura de 3 a 5 metros).

Figura 10 - Casas na porção noroeste do bairro Presidente Kennedy.



Fonte: autoras, 2020.

Em contrapartida, na porção sudoeste do bairro – onde, na tabela 5, podemos ver o percentual da renda média em maior número, mas um considerável percentual com renda superior entre 4 e 10 salários, correspondendo a soma de 24% -, demostra-se uma configuração completamente oposta se compararmos com a área noroeste.

Com essa diferença de renda, os padrões das ruas e das residências também são bastante distintos. É possível ver nessa área as residências com maior porte, condomínios residenciais, serviços e comércios de médio e grande porte, a exemplo de supermercados. É interessante como a desigualdade se firma nas questões físicas, mas congregadas às diferenciações humanas. Além disso, percebemos como a variável renda auxilia na conjugação de diversos atributos de uma análise socioespacial.

Por fim, ao analisarmos a área leste, temos um percentual de renda completamente diferente, sobretudo na porção noroeste. Nessa porção, temos o menor percentual de renda de até 1 salário mínimo, apresentando apenas 32% do total observado. Em contraposição a isso, a renda de 4 – 10 representa cerca de 50%. Isso assinala que metade do bairro apresenta condição financeira satisfatória. É importante dizer que nessa área situam-se casas de grande porte (Figura 11), serviços, além de dois *shoppings centers*.

Figura 11 - Residências na porção leste do bairro Presidente Kennedy.



Fonte: autoras, 2020.

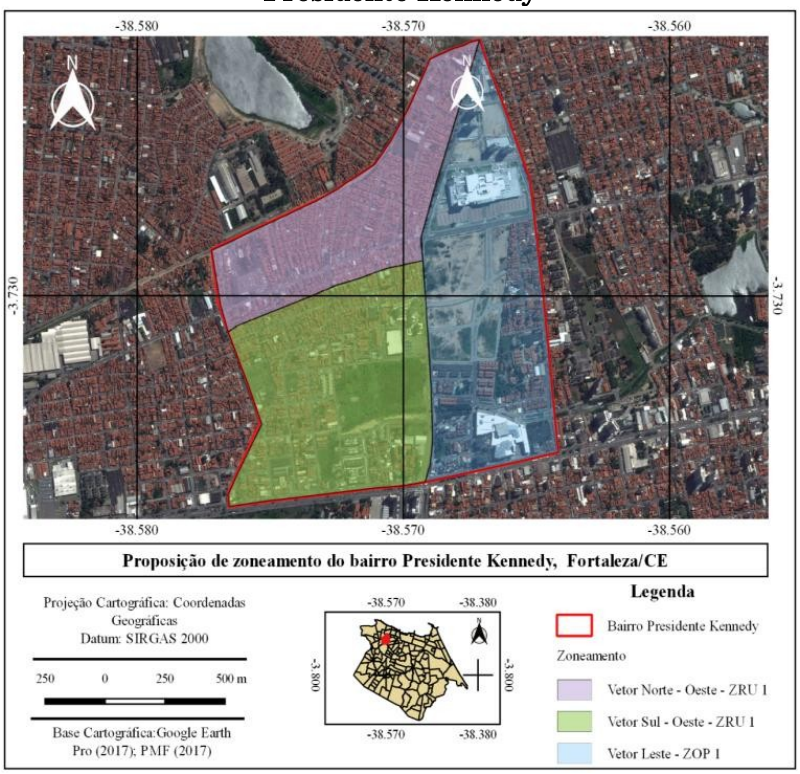
Essas análises nos permitem inferir que a variável renda auxilia bastante quando se tenta compreender a análise interna das desigualdades no bairro. Fica claro que a área da ZOP 1 (porção leste), através da perspectiva da reestruturação imobiliária que está alterando a configuração do bairro, consegue salvaguardar renda alta em um bairro de porte médio, suscetível a essa especulação.

A partir da compilação dos indicadores e variáveis analisados, é possível perceber que o bairro Presidente Kennedy apresenta uma composição espacial que vai além de um

zoneamento pontual que homogeneíza as partes e heterogeneíza a aferição das diferenças.

Diante disso, através da metodologia utilizada, supõe-se como resultado a proposição de uma divisão do bairro em três áreas (Figura 12) distintas entre si, o que evidencia a diferenciação e a segregação socioespacial.

Figura 12 - Mapa de proposição de três zonas internas no bairro Presidente Kennedy



Fonte: questionários aplicados. Elaborado pelas autoras, 2022.

Essa divisão proposta foi elaborada através das áreas de aplicação dos questionários, que apresentaram, por sua vez, padrões homogêneos e heterogêneos no atributo de renda, quantidade de moradores. Através das respostas dos moradores, percebemos que a área vetorizada em azul, que se integra a ZOP 1,

detém maiores rendas e apoio de infraestruturas urbanas, como os *shoppings centers*, promovido pelo planejamento estratégico e o marketing urbano, nessa determinada área.

Em contrapartida, as demais partes, em verde e roxo, situadas na ZRU 1, são díspares. No vetor sul-oeste (verde), as casas possuem melhor padrão espacial (infraestruturas), o que equivale ao perfil socioeconômico dessa área. Na área do vetor norte-leste (roxo), foi possível perceber, a partir das tabelas 3 e 4, o padrão perverso no que concerne à renda média e às condições habitacionais que pontuam um alto grau de desigualdade de renda e da inexistência de equipamentos básicos.

Assim, é nítido perceber a diferenciação socioespacial dentro do próprio bairro. Essas contradições apresentadas pelo bairro Presidente Kennedy são visualizadas claramente por um fenômeno de desigualdade, em que as cidades se consolidaram ao longo dos tempos. A base sócio-histórica que molda as diferenciações socioespaciais remete em contradições que estão vivas no presente e se extrapolam para o futuro.

Em meio a essa desigualdade, a luta entra em ascensão. Os conflitos vividos pelos moradores, associados à batalha da resistência na área, revelam o que Ribeiro (2017) aponta como duelo do espaço orientado pela ação coletiva, que afasta os níveis de expropriação na cidade, legitimando a união para construir o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivamos o debate da expansão urbana e das desigualdades socioespaciais no bairro Presidente Kennedy, em decorrência da crescente produção imobiliária que o bairro foi

vivendo. Para isso, utilizamos uma escala temporal de oito anos, a fim de observar e discutir o perfil de transformações da área investigada.

Nos indicadores quali-quantitativos levantados, foi possível constatar que as contradições e as desigualdades internas do bairro reforçam a necessidade de estudos pontuais sobre cada realidade, a fim de entender as especificidades de cada área.

As evidências encontradas apontam que há uma crescente expansão no bairro em análise, tanto no quesito populacional quanto no que se refere às infraestruturas urbanas, como *shoppings centers*, supermercados, concessionárias. No entanto, em contrapartida, evidencia também a crescente desigualdade socioespacial, não somente comparada a outros bairros da cidade de Fortaleza, mas sobretudo no próprio perímetro do bairro.

A partir dos nossos resultados, é possível perceber que o bairro não se divide apenas na ZRU 1 e na ZOP 1, como visto no zoneamento proposto pela Prefeitura de Municipal de Fortaleza, mas carrega características díspares, que apontam uma divisão no bairro em três áreas, como explanado no decorrer da análise. A proposição dessa divisão revela a compreensão da realidade empírica dos sujeitos residentes do bairro, em que entender a realidade local possibilita construir caminhos para pensar políticas pontuais para determinadas áreas, afim de atenuar as desigualdades e, por conseguinte, as dissipações de processos contraditórios que acometem a sociedade.

No contexto desse debate, as contradições se efetivam e remetem lógicas que remodelam o urbano. Tal remodelamento suscita a segregação e a exclusão dos sujeitos no processo de produção do espaço urbano, incluindo-os perversamente no jogo de

monopólios, de acumulações e de ascensões, a fim de transfigurar a cidade como essência de mercado.

Presumimos que é pertinente tal discussão para a Geografia, visto que é no espaço geográfico em que se (re)produzem as relações sociais que se conflitam no espaço e no tempo, de maneira integrada. Nesse âmago, é preciso a contínua reflexão, a luta e o entendimento dos processos e das formas socioespaciais. É necessário suplantar, então, as práticas compulsórias dessa história desigual e resistir às bases capitalistas que se esforçam na disseminação do espaço e da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, P. de A; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 111-126.

ARAÚJO, A. M. M. **Fortaleza, metrópole regional:** trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: EDUECE, 2010.

BENACH, N. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G., PÁDUA, R. F. de (Org.). **Justiça espacial e direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017. p. 15-32.

CARLOS, A. F. A. **A Condição espacial.** São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G, PÁDUA, R. F. de (Org.) **Justiça espacial e direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017. p. 33–62.

CLAVAL, P. Le rôle du terrain en géographie: des épistémologies de la curiosité à celles du désir. **Confins**, Paris, n. 17, 2013.

FERREIRA, M. C. P. de P. **Desigualdades socioespaciais:** produção do espaço e política habitacional de interesse social em Parnamirim/RN. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia,

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/18963>. Acesso em: 02 set. 2020.

FORTALEZA (Cidade). Prefeitura Municipal de Fortaleza. Lei complementar nº 062 de 02 de fevereiro de 2009. **Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências.** Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.sepla.fortaleza.ce.gov.br/planodiretor>. Acesso em: 15 maio 2020.

FORTALEZA (Cidade). Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Prefeitura de Fortaleza apresenta Lei de uso e ocupação do solo para Ministério Público.** Fortaleza, 2013. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-apresenta-lei-de-uso-e-ocupacao-do-solo-para-ministerio-publico>. Acesso em: 20 ago. 2020

GARCIA, R. C. **Iniquidade social no Brasil: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento.** Brasília: IPEA, 2003.

GONÇALVES, T. E. Produção do espaço urbano: North shopping na dinâmica de novas centralidades em Fortaleza- CE. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37. p. 162–170, 2011.

GOTTDIENER, M. **A Produção social do espaço**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção.** São Paulo: Publicações Escorpiões, 1973.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Editions Anthropos, 2000.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/87/cd_2000_familias_domicilios_amostra.pdf: Acesso em: 12 ago. 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Base de informações por setor censitário:** censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/base_de_informacoess_por_setor_censitario_universo_censo_2010.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA – IPECE. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras.** Brasília: FJP. p. 10 – 41, 2014.

MARTINS, C. G.; FERREIRA, M. L. R. O survey como tipo de pesquisa aplicado na descrição do conhecimento do processo de gerenciamento de riscos em projetos no segmento da construção. CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7, 2011, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2011.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OCHOA, C. Qual é o tamanho da amostra que eu preciso? **Netquest,** São Paulo, 13 dez. 2013. Disponível em: <https://www.netquest.com/blog/br/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso?>. Acesso em: 09 de ago. de 2020.

PEREIRA, P. C. X. Agentes imobiliários e reestruturação: interesses e conflitos na construção da cidade contemporânea. In: PERREIRA, P. C. X.; HIDALGO, R.; KOPPMANN-VIDAL, S.; LENCIONI, S. **Negócios imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina.** São Paulo: FAUUSP, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, F. V. Das ações de resistência urbana à consciência da expropriação. In: CARLOS, A.F. A., ALVES, G, PÁDUA R. F. de (Org.). **Justiça espacial e direito à cidade.** São Paulo: Contexto, 2017. p. 149–168.

SANTOS, M. **Pobreza urbana.** São Paulo: EDUSP, 2013.

Submetido em: 15 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 24 de abril de 2023.
Aprovado em: 17 de maio de 2023.

DA SILVA, I. G.; DUTRA DOS SANTOS, C. AS MÚLTIPLAS FACES DA DIFERENÇA: EXPANSÃO URBANA E DIFUSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO BAIRRO PRESIDENTE KENNEDY, FORTALEZA/CEARÁ. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2939. Acesso em: 22 jul. 2023.

ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES E CATADORAS: UMA ESTRATÉGIA PARA "SEGUIR EM FRENTE" E SEUS EFEITOS SEGUNDO A PERCEPÇÃO DE LÍDERES CATADORES NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PARANÁ

WASTE PICKER ASSOCIATIONS AND COOPERATIVES: A STRATEGY TO "MOVE FORWARD" AND ITS EFFECTS ACCORDING TO THE PERCEPTION OF WASTE PICKER LEADERS IN THE MICROREGION OF TOLEDO, PARANÁ

ASSOCIATIONS ET COOPÉRATIVES DES RÉCUPÉRATEURS ET DES RÉCUPÉRATRICES : UNE STRATÉGIE POUR "AVANCER" ET SES EFFETS SELON LA PERCEPTION DES LEADERS DES RÉCUPÉRATEURS DANS LA MICRORÉGION DE TOLEDO, PARANÁ

Tainara Ianka Maas
Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso
e-mail: tainaramaas@hotmail.com

Fábio de Oliveira Neves
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
e-mail: fabio.neves@unioeste.br

Resumo:
O catador é um trabalhador do lixo, um proletário que busca, na estratégia de organização coletiva (em associações e cooperativas), uma forma de "seguir em frente" e superar as precárias condições de trabalho e vida. Nesse contexto, pergunta-se: quais são os efeitos da participação nessas organizações e das atividades de capacitação? Esses efeitos ultrapassam o ambiente de trabalho? Esta pesquisa analisou entrevistas realizadas com líderes catadores e catadoras da microrregião de Toledo, Paraná, buscando informações sobre as organizações coletivas, as capacitações e seus efeitos entre os catadores. Observou-se que os efeitos são amplamente positivos: resultam em melhores condições de trabalho e renda, além de transformações individuais que ultrapassam o ambiente de trabalho, chegam ao lar e transformam a imagem social dos catadores.

Palavras-chave: catadores de materiais recicláveis, resíduos sólidos urbanos, reciclagem de resíduos, desenvolvimento pessoal, trabalho informal.

Abstract:
The waste picker is a garbage worker, a proletarian who seeks, through the strategy of collective organization (in associations and cooperatives), a way to move on and overcome precarious working and living conditions. In this context, the question is: what are the effects of participation in these organizations and training activities? Do these effects extend beyond the work environment? This research analyzed interviews carried out with waste picker leaders from the micro-region of Toledo, Paraná, seeking information about collective organizations, training, and their effects on waste pickers. It was observed that the effects are largely positive; they result in better working conditions and income, in addition to individual transformations that go beyond the work environment, reach the home, and transform the social image of the waste pickers.

Keywords: Waste pickers, urban solid waste, waste recycling, personal development, informal work.

Résumé :
Le récupérateur est un travailleur du déchet, un prolétaire qui cherche, dans la stratégie d'organisation collective (en associations et coopératives), un moyen de « passer à autre chose » et de dépasser la précarité des conditions de travail et de vie. Dans ce contexte, la question est : quels sont les effets de la participation à ces organisations et activités de formation ? Ces effets s'étendent-ils au-delà de l'environnement de travail ? Cette recherche a analysé des entretiens réalisés avec des responsables de récupérateurs de la microrégion de Toledo, Paraná, afin de recueillir des informations sur les organisations collectives, la formation et leurs effets sur les récupérateurs. Il a été observé que les effets sont largement positifs : ils se traduisent par de meilleures conditions de travail et de revenus, en plus de transformations individuelles qui vont au-delà de l'environnement de travail, atteignent le domicile et transforment l'image sociale des récupérateurs.

Mots-clés : récupérateurs de matériaux recyclables, déchets solides urbains, recyclage des déchets, développement personnel, travail informel.

Introdução[1]

Embora se estime que apenas 10% dos catadores brasileiros pertençam a alguma associação ou cooperativa (IPEA, 2012), não é possível afirmar que a estratégia coletiva de organização dos catadores tenha fracassado, muito pelo contrário. As 651 organizações (entre associações e cooperativas) que responderam ao Anuário da Reciclagem do ano de 2021 cobrem um território que engloba 62% da população brasileira; estas comercializaram 326,7 mil toneladas de materiais recicláveis, o que resultou em um faturamento total de R$ 159 milhões (ANCAT; PRAGMA, 2021).

Considerando tais resultados que reforçam a importância do trabalho coletivo, da adesão às cooperativas e associações e a necessidade de formar lideranças, pergunta-se: quais são os efeitos da participação dos catadores nas organizações coletivas e nas atividades de capacitação? Esses efeitos ultrapassam o ambiente de trabalho? Para responder a essas perguntas, é necessário recorrer diretamente aos catadores e catadoras, a partir de entrevistas que possam desvelar sua experiência, vivência e atividades no contexto das organizações coletivas.

Este artigo analisou a percepção dos líderes catadores e catadoras das associações e cooperativas da Microrregião de Toledo, Paraná (composta por 21 municípios), em relação a sua adesão à estratégia coletiva de organização e os efeitos que esta teve, não só em âmbito profissional, como pessoal.

[1] "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Bolsa de Mestrado.

A metodologia de cunho qualitativo adotada utilizou-se de entrevistas em duas etapas. A etapa 1 envolveu líderes das associações ou cooperativas em busca de informações sobre a criação das organizações que integram e as parcerias que a viabilizaram. A etapa 2 voltou-se aos benefícios obtidos no trabalho e na vida no geral a partir de sua adesão à organização e aos treinamentos.

Supõe-se que a estratégia coletiva de trabalho do(a) catador(a) pode levar não só a melhorias nas condições de trabalho e renda, mas também pode resultar em transformações individuais que ultrapassam o ambiente de trabalho. Assim, compreender a figura do catador, homem e mulher, que está em constante transformação é um desafio que começa por ouvi-los (como se propõe nesta pesquisa).

Procedimentos metodológicos

Neste estudo, o foco é a percepção dos líderes catadores e catadoras em relação a sua adesão à estratégia coletiva de organização e aos efeitos que esta teve no ambiente de trabalho e para além deste.

A primeira pergunta a se responder é: por que não entrevistar todos os catadores de cada associação/cooperativa? A investigação restringe-se a líderes, pois somente aqueles que ocupam cargos de representação e coordenação destas organizações é que: (1) participam mais frequente e diretamente de capacitações, cursos, oficinas e demais atividades realizadas em parceria com agentes externos (Prefeituras, ONGs, empresas privadas, entre

outros); e (2) têm informações mais completas sobre o histórico, a estrutura e o funcionamento das organizações que representam.

Na primeira etapa, o objetivo foi o de conhecer o histórico da associação/cooperativa, além dos processos e percalços enfrentados por tais organizações. Na segunda etapa, analisou-se as entrevistas a fim de identificar as percepções dos líderes decorrentes da adesão às estratégias coletivas de organização e seus efeitos para além do ambiente de trabalho.

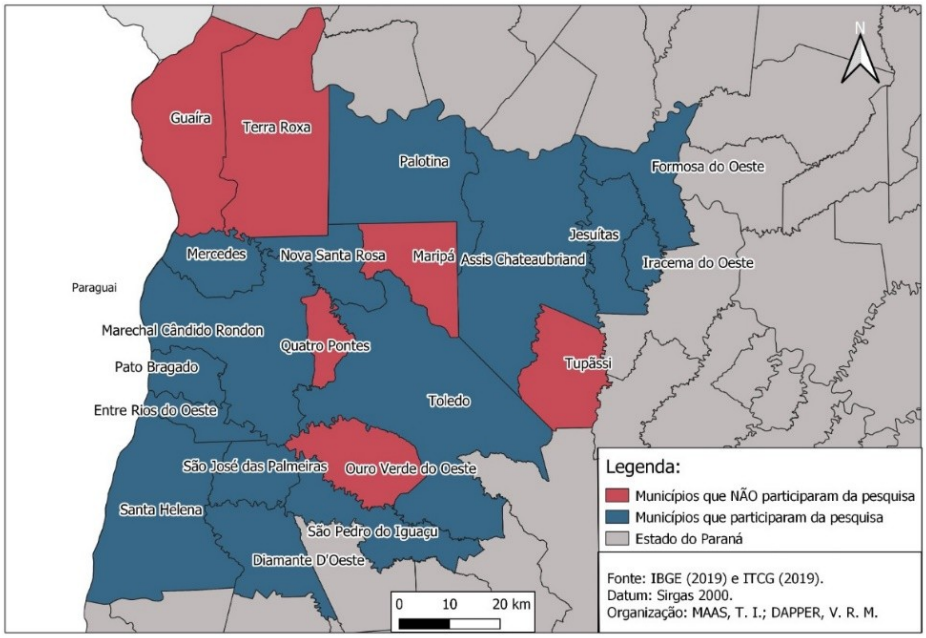
A área de estudo selecionada para a pesquisa é composta pelos municípios da microrregião de Toledo, no estado do Paraná (Figura 1). A razão para a escolha desta microrregião é a inserção profissional dos autores – a primeira autora já atuou como catadora na Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena – e o segundo autor tem na microrregião a sua área de pesquisa mais frequente.

As entrevistas foram realizadas nas seguintes organizações: Associação de Catadores de Toledo (ACATOU), Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA), Cooperativa dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR, Marechal Cândido Rondon), Associação Mercedense de Agentes Recicladores (AMAR), Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR, Assis Chateaubriand), Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH), Associação Bragadense de Catadores (ABC), Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO), Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ) Associação de Catadores de Terra Roxa (ACARTERRA), Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste

(ACAMARIO), Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA), Associação dos Catadores Brilha Diamante, Associação Entrerriense de Catadores (ASEC), Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu (ACARESPI) e Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas (AAAJ). O uso do primeiro nome dos entrevistados foi uma opção dos autores, tendo em vista a ênfase que se propõe nos indivíduos e seu cotidiano.

Alguns municípios não participaram da pesquisa pelas seguintes razões: Ouro Verde do Oeste não contava com associação de catadores na data da pesquisa (a coleta de lixo é realizada por empresa privada); Maripá estava em processo de formação de associação de catadores; Guaira, Quatro Pontes e Tupãssi não responderam aos contatos dos autores; em Terra Roxa, a organização dos catadores, durante a época de realização das entrevistas, estava sem presidente.

Figura 1 – Área de estudo: microrregião de Toledo e respectivos municípios



Fonte – IBGE (2019); ITCG (2019). Organização: MAAS, T. I.; DAPPER, V. R. M.

A seguir, se propõe uma breve revisão sobre a figura do trabalhador catador e das estratégias coletivas que este vem adotando.

Catadores: trabalhadores do lixo, proletários explorados pelo capital

Em "A história dos catadores no Brasil", Antônio de Pádua Bosi (2016) enfatiza o trabalho do catador e sua funcionalidade para o capitalismo. Seu principal esforço é o de contrapor a visão acadêmica hegemônica: o catador como "trabalhador autônomo", "agente ambiental" ou "trabalhador por conta própria" - para

enquadrá-lo como proletário explorado pelo capital. Nesse sentido, ressalta-se o *leitmotiv* dessa ocupação: antes de ambiental, é o caráter econômico que o fundamenta. A pobreza e a necessidade de renda são as razões para que se colete e revenda restos para a reciclagem, viabilizando-a como atividade comercial a partir do século XVIII. Quanto mais se aproxima do tempo presente, mais a reciclagem se vincula ao sistema capitalista (BOSI, 2016).

Antes de prosseguir na identificação do catador, é necessário diferenciá-lo de outro "trabalhador do lixo": o lixeiro (aquele que faz a coleta ou remoção do lixo urbano). Entre ambos, há diferenças e semelhanças. Entre as diferenças, está o tipo de trabalho exercido por um e por outro. O lixeiro é o trabalhador contratado pela municipalidade ou por empresa prestadora de serviço responsável pela etapa de coleta de lixo comum (ou misturado) – resíduos que são direcionados à destinação final (o aterro sanitário). Os catadores geralmente são pessoas que vivem e trabalham, individual e coletivamente, na atividade de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis (BERNARDES, 2018). Entre as semelhanças, estão os estigmas, preconceitos e a ideia de uma profissão de segunda classe. Conforme Bosi (2016), a profissão de lixeiro era exercida por homens e mulheres desclassificados, como prisioneiros e pessoas em situação de miséria. A profissão do catador também sofre tais estigmas, até em um grau superior. Para Bernardes (2018, p. 52): "talvez nenhum outro grupo ocupe posição tão desfavorável no interior da sociedade brasileira quanto os catadores de recicláveis".

A prática da catação denota sua situação de penúria que muitas vezes acompanha ou é confundida com a situação de mendicância. De acordo com Bosi (2016, p.29):

> de todo modo que se olhe para esses catadores se enxerga uma ocupação destituída de prestígio e associada à sujeira. Tal ponto de vista geralmente costumava ser partilhado por patrões e empregados.

Em publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012), os catadores são identificados como uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social ou baixa escolaridade, não mais encontram lugar no mercado de trabalho formal. Bosi (2016) ainda acrescenta duas outras condições que acompanham a exclusão dos catadores em relação ao mercado formal de trabalho: a incapacidade física ou envelhecimento. Muitas vezes, a catação surge como única possibilidade de subsistência.

Segundo Costa (2017), os catadores transitam pelos centros urbanos de maneira quase invisível, mesmo desenvolvendo importante papel no processo de coleta de resíduos sólidos urbanos. Para a autora, os catadores estão marcados por certa "invisibilidade" não só perante a sociedade, mas também ao sistema capitalista. Nesse sentido, identifica-se uma divergência entre a autora e Bosi (2016). O que este defende é o enquadramento dos catadores enquanto proletários do sistema capitalista. É, portanto, funcional para este sistema, consequentemente, para a indústria da reciclagem. Bosi (2016) evidencia os catadores não enquanto exclusos do sistema capitalista ou "invisíveis" a este sistema, mas uma peça fundamental. Seria a partir do trabalho intensivo e mal

remunerado dos catadores que a indústria da reciclagem garantiria a mais-valia e tornar-se-ia economicamente viável.

De modo geral, até as décadas de 1840 e 1850,

> a reciclagem era uma prática exercitada com frequência por pobretões de todo tipo, uma ferramenta importante em seu repertório de sobrevivência (BOSI, 2016, p. 33).

Nessas mesmas décadas, surgiram as primeiras fábricas de papel, que utilizavam restos de panos na confecção do papel, assim como a utilização de ferro descartado na usinagem e confecção de novas mercadorias. Iniciou-se, então, uma alteração no modo de ver e tratar o lixo (BOSI, 2016).

Com a ascensão do capitalismo, o lixo passou a ter outro sentido. Deixou de ser algo inútil e sem valor, para algo com valor industrial. Passou a ser associado à produção industrial e, consequentemente, a um trabalho naturalizado, visto ser algo ainda mais necessário e rentável que a coleta de rejeitos orgânicos e de panos (BOSI, 2016).

A "invisibilidade" dos catadores/trapeiros não seria em relação ao sistema capitalista, mas em relação à história dos trabalhadores urbanos no Brasil. Segundo Bosi (2016), não há sinais visíveis destes trabalhadores em jornais e documentos municipais. O começo do século XIX, que marca o início do mercado de recicláveis – embora ainda bastante incipiente no país – também não acusava a presença dos catadores. "Provavelmente foram vistos diluídos em meio aos mendigos e aos vagabundos nas grandes

cidades da época" (BOSI, 2016, p.30). A primeira referência aos trapeiros foi no século XX, quando

> Paulo Barreto, conhecido por João do Rio, autor de crônicas sobre o povo mais simples e humilde do Rio de Janeiro, passou a abordar pequenas profissões em suas crônicas, apresentando as profissões invisíveis e extremamente necessárias (BOSI, 2016, p.30).

Nozoe *et al.* (2003) indicam que profundas mudanças no mercado de trabalho brasileiro resultaram em diminuição do nível de emprego e de postos formais de trabalho no século XX. Como consequência, ocorreram profundas alterações no sistema ocupacional, tendo, como efeito colateral, o desaparecimento de diversas profissões, bem como a redefinição e o surgimento de outras. Desta maneira, muitos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal encontraram, na catação, uma saída para o desemprego. Finalmente, em 2002, os catadores de materiais recicláveis tiveram sua atividade profissional reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (NOZOE *et al.*, 2003).

Bosi (2016, p. 16) destaca que "toda a cadeia de recicláveis no Brasil é movimentada por trabalho precário e informal, e todo material descartado e recolhido é processado por multinacionais". De modo geral, os catadores são explorados pelos comerciantes intermediários para quem entregam seus materiais a preços inferiores aos praticados no mercado (IPEA, 2012).

Uma das características marcantes dos catadores é o baixo poder aquisitivo, que lhes acarreta uma urgência na venda de materiais, algo exemplificado na obra "Quarto de despejo: o diário

de uma favelada" (JESUS, 2014), em que a autora e catadora de material reciclável Carolina Maria de Jesus retrata o seu cotidiano, expondo que a renda obtida na coleta era utilizada no mesmo dia, com comida e demais necessidades.

Estratégias econômicas coletivas: uma alternativa para o catador seguir em frente

Com a intenção de buscar melhores condições de trabalho e dignificação de suas atividades, os catadores de materiais recicláveis passaram a se organizar coletivamente em associações e cooperativas de trabalho. A diferença fundamental entre elas é a finalidade. A associação não tem fins lucrativos (BRASIL, 2002), busca realizar objetivos comuns, superar dificuldades e gerar benefícios (não necessariamente econômicos) para um determinado grupo (COSTA; NEVES, 2021). A cooperativa é uma entidade essencialmente econômica, que nasce para viabilizar o negócio dos cooperados junto ao mercado (CARDOSO, 2014).

Rodríguez (2012) afirma que os catadores encontraram, nas estratégias econômicas coletivas, uma alternativa para "seguir em frente". Para Calderoni (2011), a organização dos catadores em associações/cooperativas permite a melhoria da renda em comparação ao trabalho tradicional de catação de rua e fortalece as negociações com indústrias/intermediários que compram o material reciclável. Ao se associarem, os catadores passam a trabalhar em galpões estruturados para a separação dos resíduos e em tarefas de pré-beneficiamento dos materiais.

Outra característica marcante das associações é a presença majoritária de mulheres entre os trabalhadores nos galpões de triagem. O Anuário da Reciclagem 2021 indica que 54% dos integrantes das associações/cooperativas são mulheres (ANCAT; PRAGMA, 2021). De acordo com Martins (2003) e Bernardes (2018), a forte presença de catadoras está relacionado ao aspecto de maior taxa de desemprego entre a População Economicamente Ativa (PEA) do sexo feminino em regiões metropolitanas.

Os catadores e catadoras que trabalham individualmente são, com frequência, expostos a diversas situações indignas, seja nas ruas, como já citado, seja nos lixões. Essas condições precárias de trabalho estão aliadas à informalidade que as torna ainda mais vulneráveis, sem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários (COSTA, 2017).

Até então, esses indivíduos (homens e mulheres) eram impelidos a atuar informal e isoladamente. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010, fortaleceu a atividade dos catadores por estimular a organização em associações e cooperativas. Em algumas cidades, esses trabalhadores vêm experimentando, por parte do poder público e da sociedade, certo reconhecimento (relativo) por seus serviços.

De acordo com Martins (*apud* NEVES, 2013, p. 125)

> [...] as municipalidades contribuem na formação e funcionamento das associações de catadores de alguns modos: com a cedência de espaços para instalação de galpões de triagem, e com equipamentos básicos para realização das atividades; com o fornecimento de resíduos recicláveis; com a isenção de pagamento de taxas, como água e luz, com capacitação e assessoria aos catadores.

Outro auxílio oferecido pelo poder municipal e por empresas é em relação a cursos de capacitação, otimização de serviços e da própria organização dos trabalhadores. Tais parcerias objetivam a qualificação do funcionamento das atividades desenvolvidas pelas organizações de catadores (NEVES, 2013). Assim,

> percebe-se, efetivamente, que a consciência de pertencer a um grupo, isto é, a determinação de sua identidade com uma nova categoria ocupacional ou "profissional" leva em consideração não apenas os ganhos materiais relativos às atividades de reciclagem, mas, também, os aspectos de "resgate" social dos trabalhadores e/ou de vínculo com o tipo de trabalho que estão executando, pela importância que representa como um serviço de cuidado com o meio ambiente (BERNARDES, 2018, p. 65).

É necessário, assim, compreender os impactos da estratégia coletiva e da preparação para o trabalho coletivo. É preciso compreender quais as forças que contribuem para a criação e manutenção destas organizações, assim como as mudanças que a estratégia coletiva imprime no cotidiano destas pessoas. É o que se propõe refletir a partir do estudo das organizações de catadores e seus líderes no Oeste paranaense.

Organizações coletivas de catadores no Oeste paranaense: a importância de agentes externos na criação de associações e/ou cooperativas

Na literatura sobre catadores, é comum notar a ação de agentes externos no impulso inicial de formação das organizações coletivas. Em muitos casos, o poder público local é o principal fomentador da formação de tais organizações, mas igrejas e ONGs também participam da criação destas no Brasil (NEVES, 2013).

No caso desta pesquisa, a microrregião de Toledo teve dois agentes centrais no impulso inicial de criação das 21 organizações pesquisadas: as prefeituras e a empresa Itaipu Binacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Informações sobre as associações/cooperativas pesquisadas

MUNICIPÍO	ORGANIZAÇÃO	PARCERIAS	CRIAÇÃO	Nº. ASSOCIADOS
Assis Chateaubriand	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR)	Prefeitura/ Itaipu	2011	22
Diamante do Oeste	Associação dos Catadores Brilha Diamante	Itaipu	2018	11
Entre Rios do Oeste	Associação Entrerriense se Catadores (ASEC)	Prefeitura/ Itaipu	2011	6
Formosa do Oeste	Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO)	Prefeitura/ Itaipu	2020	8
Guaíra	Local da associação não encontrado.			
Iracema do Oeste	Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste	Prefeitura/ Itaipu	2020	5

	(ACAMARIO)			
Jesuítas	Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas (AAAJ)	Prefeitura/ Itaipu	-	-
Marechal Cândido Rondon	Cooperativa dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR)	Prefeitura/ Itaipu	2004	33
Maripá	Associação em processo de formação.			
Mercedes	Associação Mercedense de Agente Recicladores (AMAR)	Prefeitura/ Itaipu	2018	12
Nova Santa Rosa	Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA)	Prefeitura/ Itaipu	2014	-
Ouro Verde do Oeste	Não tem associação de catadores.			
Palotina	Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA)	Prefeitura/ Itaipu	-	22
Pato Bragado	Associação Bragadense de Catadores (ABC)	Itaipu	2020	9
Quatro Pontes	Sem resposta aos contatos dos autores.			
Santa Helena	Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH)	Prefeitura/ Itaipu	2003	67
São josé das Palmeiras	Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ)	Itaipu	2019	5
São Pedro do Iguaçu	Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu (ACARESPI)	Itaipu	-	9

Terra Roxa	Associação de Catadores de Terra Roxa (ACARTERRA)	Associação sem presidente no momento das entrevistas.		
Toledo	Associação de Catadores de Toledo (ACATOU)	Prefeitura/ Itaipu	2005	-
Tupãssi	Sem resposta aos contatos dos autores.			

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A empresa de economia mista (público-privada) que dirige a Usina Hidrelétrica de Itaipu desenvolve diversas ações regionais sob diferentes temáticas em parceria com os municípios e demais instituições públicas e privadas. Por intermédio do subprograma denominado *Coleta Solidária*, que integra o macro programa Cultivando Água Boa (criado em 2003)[2], a Itaipu Binacional apoiou a criação de todas as associações/cooperativas de catadores entrevistadas. Em alguns casos, foi parceira única dos catadores para a organização e criação da associação/cooperativa. Sua presença é, portanto, mais frequente do que a das próprias prefeituras.

Este tipo de atuação da Itaipu, junto ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), no apoio à fundação das associações/cooperativas, instrução dos catadores, com cursos e palestras, e no fomento à organização destes foi citado recorrentemente na literatura sobre os catadores no Oeste do Paraná (NEVES, 2016).

O município de Foz do Iguaçu foi o local de implantação inicial do Coleta Solidária, através do qual a empresa doou

[2] Este macro programa compõe-se de 20 subprogramas, dentre eles, o de sustentabilidade de segmentos vulneráveis, cujo objetivo é garantir o desenvolvimento de setores à margem da sociedade (ITAIPU, 2021).

equipamentos (carrinhos e uniformes) aos catadores e ofereceu oficinas de capacitação (ITAIPU, 2019). Após a experiência pioneira, o subprograma foi expandido para outros municípios da Bacia do Rio Paraná.

A partir das entrevistas nota-se uma boa aceitação de sua atuação entre as organizações dos catadores. Em geral, quando se institui parceria entre a Itaipu Binacional e as prefeituras para auxílio aos catadores, a primeira encarrega-se da capacitação dos trabalhadores, assim como pela oferta de materiais e equipamentos; a segunda, ocupa-se com a infraestrutura de operação, como o galpão de triagem, as taxas de energia e de água (NEVES, 2012).

Em relação às parcerias com as prefeituras, pode-se identificar nas entrevistas um problema enfrentado por associações mais antigas e que, mesmo as novas já vivenciam: a troca de prefeitos. Os contratos das associações/cooperativas com as prefeituras são flexíveis e não obrigatórios, o que resulta em constante ameaça. As mudanças de prioridades e da figura do(a) chefe do executivo municipal não raro é citado como um problema para a continuidade das parcerias (NEVES, 2013).

Outro aspecto citado nas entrevistas refere-se ao pagamento por serviços ambientais prestados, isto é, ao pagamento referente à quantidade de material que os catadores evitam que seja direcionada ao aterramento (seja em lixões ou aterros sanitários). Um dos líderes entrevistados ressalta que deveria haver uma lei que obrigasse as prefeituras a pagar às associações o valor referente ao material "desviado" do aterro; mas, "como não é lei a gente fica na mão do prefeito". O pagamento por serviços ambientais prestados – especificamente sobre os resíduos

"desviados" do aterramento - é uma antiga reivindicação do movimento dos catadores, ainda não instituído de modo amplo no Brasil, embora já esteja estabelecido em outros vizinhos latino-americanos (como na Colômbia, que aprovou uma remuneração *pro rata* para resíduos sólidos desviados do aterramento como destinação final) (DURAND; NEVES, 2021).

Com relação aos anos de criação, as associações/cooperativas pertencentes à microrregião de Toledo tiveram sua formação a partir de 2003. Três foram criadas ainda na década de 2000: a de Santa Helena, a de Toledo e a de Marechal Cândido Rondon. As demais foram criadas na década seguinte. Entre 2015 e 2020, foram criadas as seis organizações mais recentes (em municípios pequenos, com menos de 5 mil habitantes): Diamante d'Oeste, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e São José das Palmeiras.

Perfil do novo catador: de "intruso" à liderança e ao protagonismo feminino

Na microrregião de Toledo, a quantidade de catadores associados/cooperados é variável. As duas organizações mais antigas apresentam maior número de associados: a de Santa Helena, com 67 associados, e a de Marechal Cândido Rondon, com 33. Algo a destacar é que os trabalhadores que integram as associações/cooperativas, anteriormente, não eram catadores. É fato já explorado na literatura que o reconhecimento da profissão e algumas mudanças positivas nas suas condições de trabalho (proveniente das organizações coletivas) acabaram atraindo uma

força de trabalho diferenciada, que não atuava na atividade da catação, ou seja, na recuperação dos materiais recicláveis nas ruas (DURAND; NEVES, 2021). Este perfil de novo catador também gera novos efeitos no cotidiano de trabalho das organizações.

De acordo com a presidente da Associação Bragadense de Catadores,

> ocorre o seguinte, chega alguém aqui e fala que tá sem dinheiro pra comer, cheio de filho, aí gente se reúne e arrumamos vaga pra ele, passa um tempo eles arrumam um trabalho que acha que é mió e sai, às vezes não fica 30 dias.

As entrevistadas queixam-se das dificuldades deste perfil de novo catador que necessita de aprender a atividade, mas que, normalmente, deixa o posto assim que encontra outra ocupação. O presidente da Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu acrescenta: "Esse entra e sai é complicado, porque você ensina a pessoa o trabalho, aí ela sai, tem que ensinar outra e assim segue, de todos que criaram só sobrou eu". Contudo, o perfil do novo catador se torna incontestável e estes já assumiram postos de liderança. Os presidentes das associações que não eram catadores e trabalhavam em outros serviços informais já são majoritários (Tabela 2).

Das 15 lideranças entrevistadas, apenas 3 eram catadores não-organizados que praticavam a catação. Do restante, um trabalhava com a coleta de lixo comum (lixeiro) e 11 vieram de outras ocupações. Todos relatam acréscimo de renda. O maior acréscimo declarado é o da presidente da Associação dos Catadores Brilha Diamante, que trabalhava como babá e tinha renda mensal

aproximada de R$ 300,00 contra R$ 1.500,00 mensais da ocupação atual. Os três líderes que já eram catadores anteriormente estão entre os que ganhavam menos (entre 500 e 800 reais mensais). Quatro líderes declararam médias salariais atuais superiores a dois salários-mínimos[3].

Tabela 2 – Ocupação dos líderes catadores anterior à associação

ASSOCIAÇÃO	Ocupação anterior	Renda anterior	Renda atual
Associação Bragadense de Catadores (ABC)	Catador	R$ 800,00	R$ 1.500,00
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA)	Catador	R$ 500,00	*
Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu (ACARESPI)	Serviços gerais	R$ 600,00	R$ 1.000,00
Associação de Catadores de Toledo (ACATOU)	Empresa terceirizada de coleta	*	R$ 1.800,00
Associação dos Agentes Ambientais de Jesuítas (AAAJ)	Agricultura	R$ 800,00	R$ 2.600,00
Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA)	Serviços gerais	R$ 900,00	R$ 2.000,00
Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH)	Serviços gerais	R$ 1.100,00	R$ 2.500,00
Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO)	Entregador	R$ 900,00	R$ 3.000,00
Associação dos Catadores Brilha Diamante	Babá	R$ 300,00	R$ 1.500,00
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR)	Catador	R$ 600,00	R$ 1.800,00
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste (ACAMARIO)	Doméstica	R$ 1.100,00	R$ 1.500,00

[3] Utiliza-se o salário mínimo vigente no Brasil no ano de 2021, R$ 1.100,00.

Associação Entrerriense se Catadores (ASEC)	Não trabalhava	*	R$ 1.600,00
Associação Mercedense de Agente Recicladores (AMAR)	Costureiro	R$ 1.100,00	R$ 2.400,00
Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ)	Serviços gerais	R$ 900,00	R$ 1.500,00
Cooperativa dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR) (de Marechal Cândido Rondon)	Agricultura	R$ 1.100,00	R$ 2.100,00
* não informado ou sem renda			

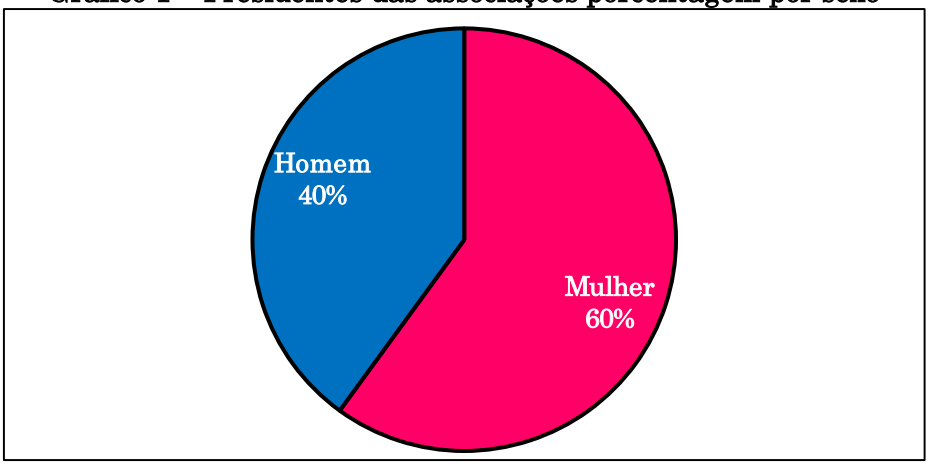
Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

A média salarial é de R$ 1.914,28; é superior ao salário-mínimo nacional. A renda mensal dos associados/cooperados é proveniente da quantidade de material vendido no mês (mais o valor pago por tonelada pelo município, quando este remunera o catador por serviços ambientais prestados). Deste total, são subtraídas as despesas para o funcionamento da associação e para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) dos trabalhadores. Este cálculo é semelhante em todas as associações/cooperativas, diferenciando-se em custos e despesas particulares. Quatro associações - Pato Bragado, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras e São Pedro do Iguaçu - estavam em processo de estabelecimento de contrato com as prefeituras, por isso não recebem um valor extra por tonelada.

Ressalta-se que o pagamento por serviços ambientais é fundamental na composição da renda do catador. O município com o líder que ganha mais é o de Formosa do Oeste (com parceria para pagamento por serviços prestados). O valor mensal médio é de R$ 3.000,00. Já aquele com o menor salário (R$ 1.000,00) foi o de São Pedro do Iguaçu, que não possui remuneração extra pela prefeitura.

60% das associações entrevistadas são lideradas por mulheres (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Presidentes das associações porcentagem por sexo



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Tal dado está diretamente ligado à dificuldade das mulheres em voltar ao mercado de trabalho formal após a gestação (MARTINS, 2003; BERNARDES, 2018). Desta maneira, elas se sentem mais seguras trabalhando de maneira coletiva e, caso seja necessário, podem levar os filhos à associação.

Um "agente externo": auxílio ou ameaça à autonomia dos catadores?

A tabela 3 dedica-se a informações específicas sobre os líderes catadores. Diferente das demais, esta tabela não foi organizada por informações provenientes das entrevistas com os líderes catadores, mas obtidas junto a técnicos, funcionários da

prefeitura que trabalham na assistência das organizações de catadores, tendo a função de dar suporte ao funcionamento do galpão de triagem e auxiliar na administração da organização. Das 15 associações entrevistadas, em seis o técnico acompanhou a entrevista; em determinados momentos, respondia as questões que eram destinadas aos presidentes.

A idade média dos presidentes entrevistados é de 40 anos. O mais novo deles é a presidente Luana, da Associação de Catadores Brilha Diamante, com 21 anos. Com idade mais avançada, tem-se o presidente José, da Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu, com 58 anos.

Tabela 3 - Informações sobre as associações/cooperativas pesquisadas

Associação	Idade	Função do presidente	Pretende mudar de emprego	Aperfeiçoamento
Associação Bragadense de Catadores (ABC)	54	Somente representação	Não	Não
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Nova Santa Rosa (ASCAROSA)	50	Múltiplas	Não	Sim
Associação de Catadores de Recicláveis de São Pedro do Iguaçu (ACARESPI)	58	Somente representação	Não	Não
Associação de Catadores de Toledo (ACATOU)	**	Múltiplas	Não	Sim
Associação dos Agentes Ambientais	37	Múltiplas	Não	Não

de Jesuítas (AAAJ)				
Associação dos Agentes Ambientais de Recicláveis de Palotina Preserva (APAVA)	44	Somente representação	Não	Não
Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena (AAASH)	*	Múltiplas	Não	Sim
Associação dos Agentes Recicladores de Formosa do Oeste (ARFO)	38	Somente representação	Não	Não
Associação dos Catadores Brilha Diamante	21	Múltiplas	Sim	Não
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMAR)	35	Múltiplas	Sim	Sim
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Iracema do Oeste (ACAMARIO)	44	Somente representação	Não	Não
Associação Entrerriense se Catadores (ASEC)	30	Múltiplas	Não	Sim
Associação Mercedense de Agente Recicladores (AMAR)	47	Somente representação	Não	Não
Associação São Josiliense de Materiais Recicláveis (ASJ)	23	Somente representação	Sim	Não
Cooperativa dos Agentes Ambientais (COOPERAGIR)	51	Múltiplas	Não	Não

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A terceira coluna diz respeito ao cargo de presidente e suas funções. Nas associações/cooperativas marcadas como "Múltiplas", o presidente atua diretamente na administração, negociando com compradores de materiais, resolvendo atritos entre associados, representando a associação, entre outras funções. A divisão marcada como "Somente representação" indica que a função de presidente é reduzida mais à representação da organização junto a parceiros externos do que a outras atividades do funcionamento do galpão (que são realizadas pelo técnico). 53% dos presidentes das associações/cooperativas possuem funções múltiplas, enquanto 47% apenas funções de representação. Pode-se supor que este resultado esteja parcialmente ligado a falta de capacitação dos catadores para executar as funções necessárias ao trabalho associativo ou às cooperativas. Nesse sentido, reforça-se duas possíveis asserções contraditórias sobre a relação do profissional técnico com os catadores e como este afeta o exercício da liderança nas organizações sob análise: (1) é possível ver o profissional técnico e suas funções como um entrave à autonomia dos catadores, um *líder não-eleito*; (2) é possível ver o profissional técnico como uma condição fundamental para a existência e o funcionamento da organização de catadores.

Na primeira assertiva, o técnico tem caráter negativo em relação à autonomia dos catadores. É alguém externo às associações/cooperativas que acumula funções-chave e, portanto, influencia na tomada de decisões dos catadores. Embora imbuído de certo poder, o líder catador (presidente) tem, muitas vezes, função restrita de representação, sem controlar processos fundamentais, como a negociação de material a ser vendido e o rateio da renda e

dos recursos obtidos. Um sinal de transferência de liderança, por vezes não consentida ao técnico, é quando as entrevistas foram interrompidas ou o técnico acabou respondendo a questões no lugar do catador. O agente externo representa, nesse caso, um limite ao exercício da autonomia e mesmo da livre expressão dos catadores organizados.

Entretanto, há outro prisma, expresso na segunda assertiva. A falta de capacitação do(a) líder catador(a) pode comprometer o exercício desta liderança, tanto como porta-voz do grupo, quanto como gestor do ambiente de trabalho. Nesse sentido, o técnico aparece como um "recurso" fundamental para o funcionamento do galpão e do trabalho dos catadores. Ele acaba assumindo funções nas quais o(a) líder não está capacitado a executar. Logicamente, este recurso teria caráter temporário até que o(a) líder pudesse ser capacitado através de treinamentos e cursos. Nesse caso, a própria Itaipu e o MNCR são promotores reconhecidos pelos líderes catadores e catadoras de tais treinamentos. A ameaça ou não à liderança e autonomia destes também depende de um posicionamento e uma vigilância do próprio técnico, cuidando para não interferir em assuntos que devem ser decididos pelos catadores e catadoras.

Ao perguntar aos líderes sobre a vontade de trocar de emprego, apenas três responderam que sim; os outros quinze ou 80% desejam continuar o trabalho de catador até se aposentarem. Cursos profissionalizantes e de operação de máquinas foram citados como trunfos tanto para aprimorar o trabalho, como para assumir outro emprego, com outra função.

Dentre as associações pesquisadas, cinco presidentes(as) informaram a participação em cursos e aperfeiçoamentos; se referindo aos cursos com temas gerais, tais como: "Curso de formação da associação"; "Curso para trabalhar em equipe"; "Curso para triagem"; "Cursos da Itaipu", entre outros. Essas capacitações são realizadas com o financiamento da Itaipu e do próprio MNCR, que oferta cursos e custeia o deslocamento para reuniões e para a visitação a outras associações. Estes cursos e treinamentos, no geral, são fundamentais para o sucesso de uma boa liderança (BARRETO; PAULA, 2013; KLEBA; WENDAUSEN, 2009; MARINHO; GONÇALVES, 2016). Todos que declararam ter participado desses treinamentos exercem funções múltiplas e não apenas de representação. Este dado indica a relevância das capacitações para o efetivo exercício de liderança.

"Percursos íntimos": testemunhos sobre o ambiente de trabalho e o familiar

Dentre os(as) líderes catadores(as), apenas três trabalhavam anteriormente na catação. Uma destas é Rosângela, 35 anos, presidente da ACAMAR de Assis Chateaubriand. Foi moradora de rua: "Nasci na rua, meus pais moravam na rua". Não lembra com quem, nem quando aprendeu a catar: "Acho que nasci catando".

O testemunho da catadora retrata uma condição recorrente dos moradores de rua no Brasil, que se dedicam à catação como forma de subsistência. Além disso, outro traço característico da

"família catadora" está no discurso da entrevistada: o trabalho infantil vinculado à atividade informal.

Rosângela, parou de catar nas ruas quando se casou:

> Desde que casei tinha parado de trabalhar, ele que bancava a casa, porque eu tive uma filha atrás da outra [três]. Mas começou a faltar as coisas em casa, aí comecei a trabalhar aqui. A minha mais nova era bebê ainda [...] quando entrei na associação. Ele [ex-marido] não queria que eu entrasse, queria que eu fosse trabalhar de doméstica ou outra coisa. Ele tem vergonha disso aqui, fala que fede.

Neste testemunho é possível ressaltar alguns elementos: a subsistência como motivo principal da catação; o problema da conciliação entre trabalho e o cuidado com os filhos; e os estigmas sociais ligados aos catadores.

Apesar de ter deixado o trabalho individual de catadora nas ruas, Rosângela passa a exercer novamente a função em busca de garantir a subsistência da família. Desta vez, torna-se uma catadora associada a uma organização coletiva: integra-se, no ano de 2011, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis Chateaubriand. Participa de cursos, eventos e aperfeiçoamentos ofertados pela prefeitura, pela Itaipu, pelo MNCR e pelo Serviço Social do Comércio Paraná (SESC PR):

> Era voltado a tudo, tinha de beleza, de como se organizar para trabalhar em associação, de valorização pessoal. Esses cursos me ajudaram a largar o meu marido, ele me colocava para baixo, falava que [eu] cheirava mal.

Os treinamentos ofertados abordam diversos temas, ultrapassando o saber mais técnico envolvido com o ambiente de trabalho e alguns são voltados especificamente às mulheres catadoras. Assim, o impacto dos treinamentos passa a extrapolar o quadro específico do trabalho e envolve o desenvolvimento pessoal, tendo impacto em outros ambientes, como no próprio domicílio, no contexto familiar.

Rosângela ressalta que, após ingressar na associação, ficou interessada em apreender coisas diferentes: "Meu marido não me deixava fazer nada, pra ele eu tinha que ficar em casa cuidando das meninas, não precisava aprender a ler, escrever, essas coisas". Os treinamentos e cursos a auxiliaram a superar o sexismo que a vitimava em casa. Então, alfabetizou-se junto com a filha mais velha, que, conforme aprendia conteúdos na escola, os repassava para ela em casa. Por meio do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Rosângela conseguiu concluir os Ensinos Fundamental e Médio. Ressalta que: "desde que entrei aqui [na associação dos catadores], eu consegui terminar até o Ensino Médio, comprei cota [terreno/lote]". A associação e os cursos contribuíram para o seu desenvolvimento pessoal e para sua afirmação em casa, contra o machismo do ex-marido.

Ela pretende exercer outra função futuramente:

> Quero estar trabalhando em algum escritório, até pode ser aqui, mas eu já estou cansada, fazer a separação do material cansa. Estou fazendo um curso de escritório, aprendi a mexer em tudo aqui, eu que faço as planilhas de vendas e de rateio, a técnica ainda me ajuda, mas eu vou para casa e fico estudando, quero aprender tudo.

O esforço físico que a separação dos recicláveis requer, leva, portanto, a entrevistada a almejar outra função.

Embora tenha "se livrado" do preconceito do marido, Rosângela relata o estigma que ainda marca o catador na sociedade local:

> (...) eles falam que a gente cheira mal. Teve uma vez que eu estava no caminhão e vi um sapato que eu queria, pedi para o motorista esperar e fui ver o sapato. A moça não me deixou entrar, falou que não tinha mais material reciclável, falei que eu queria o sapato, ela falou que eu não ia conseguir comprar e pediu pra eu sair da loja novamente.

Rosângela diz que essa situação ocorreu há muitos anos, logo que ela tinha entrado na associação. Destaca, contudo, que, aos poucos, esse preconceito está se reduzindo.

Desde a entrada na referida organização, Rosângela conseguiu sair de uma relação matrimonial nociva; realizar estudos formais, concluindo a Educação Básica, Fundamental I e II e o Ensino Médio; voltar a ter renda e aumentá-la, propiciando a compra de uma moto e um terreno/lote. A líder catadora saiu de uma situação de extrema pobreza e, atualmente, está em uma situação financeira melhor, embora ainda seja alvo de preconceitos.

Outra líder, a ex-agricultora, hoje presidente da Associação Bragadense de Catadores de Pato Bragado, 54 anos, trabalhou por anos no campo, posteriormente exerceu o trabalho de doméstica. Depois, tornou-se catadora e está nessa ocupação há 10 anos. Ela relata que começou a catar por necessidade: "No início, eu morria de vergonha, ia com o meu irmão, mas não gostava não. Com o tempo, eu perdi a vergonha, vi que é um trabalho normal como qualquer

outro e com isso eu consegui criar meus filhos". De fato, o longo e lento processo de reconhecimento da profissão do catador e de seu trabalho vem mudando tanto o perfil de quem trabalha nas organizações, quanto as representações sobre os catadores (DURAND; NEVES, 2021).

Outro "percurso" a ser acompanhado é o de Valdevino, presidente da Associação dos Agentes Ambientais de Santa Helena. O líder catador integra a associação desde sua criação em 2003. Anteriormente, ele não tinha um "serviço fixo", trabalhava em serviços gerais (pedreiro, motorista, limpeza). "Trabalhava quando tinha serviço, né?! Fazia uns bicos aqui e ali". A renda não era mensal, pois havia meses em que ficava sem trabalho e, consequentemente, sem renda. A esposa, Dona Maria, trabalhava com catação de materiais recicláveis, os quais armazenava em casa até o momento de vendê-los, por preço baixo, a atravessadores.

Quando os representantes da Secretaria Municipal de Saneamento e da Secretaria Municipal de Agricultura entraram em contato com os catadores do município, propondo a criação da associação, Valdevino e Maria, o irmão e a esposa, e outros cincos catadores começaram a participar de cursos sobre "Associações de Catadores", "Trabalho em Equipe", "Triagem de Materiais", entre outros. Com base esses cursos, criaram a associação:

> Curso e curso e curso, vish, desde antes de eu entrar já tinha curso, e era pago pra nois fazer, ganhava tudo pago, ía pra Santa Tereza algumas vezes pra conhecer e entender como funcionava, pra Foz também, perdi as contas de quantas vezes fui pra Foz.

Valdevino destaca que logo após a inauguração da Associação de Agentes Ambientais de Santa Helena foram a um evento em Foz do Iguaçu, onde ele conheceu o ex-presidente Lula e outros artistas nacionais. Outro evento de que o presidente da associação fala com orgulho de ter participado foi uma manifestação em São Paulo, em que ele e outros associados protestaram contra a criação de usinas incineradoras de resíduos sólidos.

Valdevino comenta sobre cursos profissionais e de desenvolvimento pessoal:

> Esses curso aí, eu tinha um certo preconceito, assim, né?! Achava baboseira. Aí fui, mas fui obrigado e porque tinha comida de graça e acabei até gostando, aprendi muita coisa, até meu casamento melhorou.

Ele comenta que, por meio dos cursos, ele e a equipe conseguiram entender o papel do presidente, que não o torna o dono da associação, mas sim uma pessoa que representa os interesses do grupo todo:

> A gente teve que aprender que não tem como ir todos os associados na prefeitura pedir algo, pra gente ser ouvido tem que fazer as coisas certas, aí faço uma reunião com todos, onde todos podem falam e pedir coisas, aí anoto, né? Vejo se a maioria tá a favor, porque aqui a gente faz assim, só faz se tem a maioria, e levo lá na prefeitura, as vezes eu consigo o que o pessoal quer as vezes não.

Ao perguntar sobre mudanças na vida pessoal desde a criação da associação, ele destaca que a relação familiar melhorou

com o passar dos anos. Mencionou também a libertação do vício em cigarro e álcool:

> Assim, os curso que a gente faz pra aprender trabalhar em equipe aqui, não fica só aqui, minha múie e meus três filhos mais velhos trabalham aqui, meu irmão e minha cunhada também, também tenho sobrinhos aqui, então esses cursos melhorou nossa vida em família também, outra coisa que começou nessas cursos, que mostrava que fazia mal, mas quem decidiu parar foi eu, com o cigarro e com o álcool, hoje eu não bebo e nem fumo, pra tú vê como eu to mió.

Em relação ao preconceito, Valdevino comenta que, no início da associação, quando eles iam coletar materiais, os lojistas olhavam de modo estranho para eles, achando que eles iam roubar ou pedir esmola. Atualmente, a população, no geral, conhece os trabalhadores da associação por conta do uniforme. Os tratam bem e com respeito. O líder catador reclama do fim de determinados cursos e da descontinuação das visitas às centrais de triagem. Para ele, "essa troca de experiência que tinha nas visitas, nos eventos dá até uma esperança, porque a gente vê coisa nova, vê as coisas funcionado". Também relata o sentimento de admiração dos amigos e conhecidos, que não trabalham com a reciclagem: "Quando a gente voltava dos cursos que eram em outros cidades, o povo ficava falando que a gente tava ficando importante, conhecendo Lula e tudo".

Em suma, Valdevino, profissionalmente, saiu de um trabalho que não tinha renda fixa mensal, sem contribuição à previdência social, com horários irregulares, para um trabalho mensalmente remunerado. Em âmbito pessoal, melhorou a relação

familiar, além de se libertar dos vícios aludidos, prejudiciais à saúde. No geral, destaca-se o sentimento de valorização, o aumento da autoestima vivenciado pelo catador.

O testemunho seguinte é de Sirlei, presidente da Associação de Catadores de Toledo. Passou a integrar a associação desde a fundação desta, no ano de 2005. Trabalha no ramo de reciclagem há 33 anos. Anteriormente, foi funcionária de uma empresa terceirizada de coleta de materiais recicláveis, na mesma cidade.

Durante a entrevista, ela destacou a valorização que os catadores vivenciam com os cursos e treinamentos realizados; comenta que já participou de muitos cursos, já deu muitas entrevistas e que, às vezes, se sente cansada, mas pretende trabalhar na associação mesmo depois de se aposentar. Valoriza o trabalho coletivo na associação e as oportunidades de aprendizagem que acompanham a sua função:

> Aprendi muito aqui, aprendi coisas que eu achava que sabia e agora sei que tenho muito ainda a aprender, eu amo ir nos eventos, sempre encontro pessoas novas, ideias novas, que renovam minha energia.

Karina, da Associação Entrerriense de Catadores, de Entre Rios do Oeste, tem 30 anos. Não trabalhava antes da entrada na associação. Ela e o marido estavam passando por dificuldades financeiras no Rio Grande do Sul.

Em 2015, sua mãe, que era presidente da associação, convidou-a para que viesse, com o esposo, trabalhar na associação:

"lá não tava bão, a gente tava passando dificuldade e já tinha três filho, aí a mãe ligou e falo que tinha vaga aqui, aí nois viemos".

Assim que chegou à associação, ela assumiu o cargo de secretária e, no mesmo ano, foi eleita à presidência. Ela realizou um curso oferecido pela Itaipu, voltado ao trabalho em equipe e à formação de associações. Karina explica que o curso foi muito bom para ela e para todos os associados, pois, dentre estes, cinco são da mesma família,

> Aqui é tudo parente né? Só a dona Maria que não é da família, o resto tudo é, aí fica muito complicado, porque a mãe, a tia, até o marido acha que a gente quer mandar neles, mas eu como presidente tenho que falar as coisa, mas eles não entendia. Teve um tempo que ninguém conversa com ninguém, aí a técnica pediu p Itaipu um curso sobre equipe. Aí foi feito o curso e melhorou muito, agora ainda tem umas confusão, mas eles entendem que eu preciso falar, eles que me colocaram aqui, eu não tô aqui pra mandar, eu tô aqui pra representar eles.

Participou também de um projeto do CATAFORTE, com o objetivo de aquisição de materiais. Este projeto foi uma iniciativa federal para promover a formação de redes de cooperativas de catadores (NEVES, 2016).

Karina comenta que está gostando de trabalhar na associação, mas demorou para se habituar à rotina de trabalho: "Antes eu não trabalhava, né? Aí não tinha rotina de levantar cedo e tal e aqui também não é um trabalho fácil". Ao ser questionada se pretende trocar de emprego, respondeu que ainda não pensou a respeito.

Assim, pode-se concluir que ocorreu uma melhoria na relação de trabalho e, consequentemente, familiar, visto que são colegas de trabalho.

Sobre a relação com a sociedade local, ela não soube diferenciar se aconteceu alguma mudança no tratamento com os vizinhos após a entrada na associação: "Assim que chegamos do Rio Grande, começamos trabalha aqui e como a família é daqui a gente convive com a família só, aí nem presta atenção nos outros".

Dos termos à identidade dos catadores

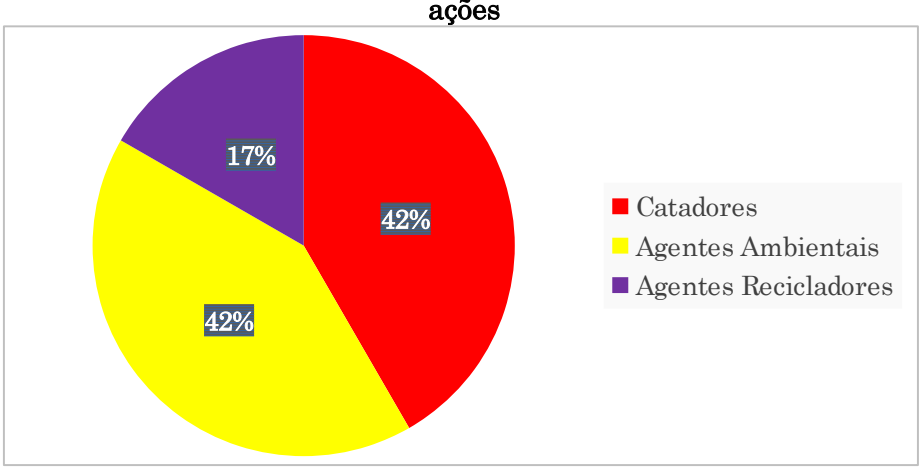
Perguntou-se aos líderes catadores a opinião destes em relação às distintas maneiras pelas quais eles são denominados dentro e fora das associações e cooperativas. Em geral, são três termos utilizados: catadores, agentes ambientais e agentes recicladores[4].

Os termos mais utilizados são: catadores e agentes ambientais (Gráfico 2). Ao serem questionados sobre o porquê do uso recorrente do termo agente ambiental, os líderes catadores responderam que é uma tentativa de fazer a população entender que eles não apenas "catam o lixo", mas realizam uma ação ambiental. Os presidentes também comentaram que a admissão do

[4] As associações que apresentam o termo "catadores" no nome são: Nova Santa Rosa, Assis Chateaubriand, Pato Bragado, Diamante do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Toledo, Entre Rios do Oeste e Iracema do Oeste. Nas cidades de Formosa do Oeste e Mercedes, as associações utilizam "agentes recicladores". Os demais municípios – Palotina, Santa Helena, São José das Palmeiras, Jesuítas e Marechal Cândido Rondon – adotam a expressão "agentes ambientais".

referido termo está sendo usada para "separar catadores, como quem cata na rua, e agente ambiental, que trabalha na central de triagem".

Gráfico 2 – Porcentagem dos diferentes nomes utilizados nas associações



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Programa Coleta Solidária também caracteriza os catadores de materiais recicláveis como "agentes ambientais", valendo-se, neste caso, de propagandas, logotipos, uniformes etc. Dessa forma, é enaltecido a função ambiental do catador. De acordo com documento extraído do site da Itaipu, "os catadores prestam relevante serviço à sociedade e ao meio ambiente, constituindo-se em autênticos agentes ambientais".

O termo agentes ambientais está relacionado à busca pela criação de uma identidade de trabalho, diferenciando-os dos catadores que atuam individualmente na rua (também chamados de autônomos ou informais). Essa diferenciação auxilia na reconstrução da identidade do catador integrante de organizações

coletivas, porquanto, se constrói a partir da diferença. Parte-se de uma identidade negativa, carregada de termos desfavoráveis, como "trabalho na rua", "baixa renda", "discriminação" etc., para uma identidade positiva, com trabalho em local fixo e sendo reconhecidos como possíveis parceiros pela municipalidade. Essa reconstrução da identidade profissional afeta diretamente a autoestima do catador, contribuindo para que a população passe a vê-los de forma diferente.

Conclusões

É preciso ressaltar duas considerações iniciais sobre a figura do(a) catador(a): (1) é o fator econômico, mais do que o cunho ambiental, que impulsiona sua atividade; (2) a "invisibilidade" dos catadores é fundamentalmente social e não funcional, pois, enquanto trabalhadores do sistema capitalista, economicamente, eles mostram-se deveras relevantes. É a partir destes proletários "funcionais", explorados pelo capital, que o sistema de reciclagem brasileiro se viabiliza. Trata-se de uma imensa força de trabalho, mal remunerada e carente de direitos que faz o "barato" trabalho de base de catação nas ruas e lixões.

As organizações coletivas são uma estratégia de sobrevivência, de luta contra o trabalho individualizado e precarizado e, sobretudo, um "caminho" para o reconhecimento do trabalhador(a) catador(a).

A transição entre o trabalho individualizado e coletivo, entre a invisibilidade e o reconhecimento é um processo pleno de contradições. Depende, por exemplo, não só dos catadores em si,

como de mecanismos políticos e apoiadores externos. A criação das organizações coletivas de catadores dependem, geralmente, de parcerias com agentes externos: governos locais, ONGs, igrejas etc. Particularmente na microrregião de Toledo, há uma especificidade em relação às parcerias: a atuação regional de uma empresa mista, a Itaipu Binacional. Longe de pretender fazer propaganda das ações da empresa, o programa Coleta Solidária colaborou tanto materialmente, quanto no treinamento dos catadores organizados. Os cursos e demais capacitações para o trabalho coletivo é um imperativo para que se passe do trabalho individual para o trabalho coletivo organizado nas associações de catadores.

A parceria com o poder público é fator revelador/afirmador do reconhecimento do trabalhador catador e catadora. É incomum, na microrregião em estudo, encontrar municípios que não tenham integrado as associações de catadores na gestão pública dos resíduos sólidos (especificamente na etapa de triagem de materiais recicláveis). No entanto, duas fragilidades foram ressaltadas: (1) a sujeição às mudanças políticas - os contratos com as associações estão fortemente sujeitos à vontade dos prefeitos em exercício; (2) a sujeição do pagamento por serviços ambientais prestados à "vontade" do chefe do executivo local.

Outro ponto a ser enfatizado, e que aparece nos testemunhos obtidos com os catadores nesta pesquisa, é o novo perfil destes. A partir das organizações coletivas, do reconhecimento da profissão e da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, as condições de trabalho e renda deste vêm se alterando positivamente. A profissão tornou-se uma alternativa de subsistência para trabalhadores com dificuldades de inserção ou

reinserção no mercado de trabalho. A maioria dos líderes catadores e catadoras entrevistados não são ex-catadores de rua, mas provêm de outras ocupações.

Ressalta-se, ainda, o protagonismo das mulheres na função. O trabalho organizado é uma alternativa importante para mulheres trabalhadoras com filhos e que sofrem após a gravidez para se reinserir no mercado de trabalho. As mulheres são líderes em 60% das associações.

A participação em cursos e capacitações também reverbera no ambiente familiar: emancipação em relação ao cônjuge machista; catadoras assumindo para si a subsistência do lar; melhorias nas relações interpessoais (é comum a participação de vários membros de uma mesma família nas associações e, portanto, nos cursos); superação de patologias como o alcoolismo e o tabagismo como efeitos indiretos de todas essas mudanças; alfabetização e prosseguimento do estudo formal (através do Programa de Educação de Jovens e Adultos) também como efeito indireto.

O trabalho coletivo nas associações auxiliou a reconstruir a imagem do catador tanto a sua própria identidade, com o aumento da autoestima (anteriormente muito combalida) quanto em relação aos demais habitantes da cidade que não demonstram tanto preconceito e reconhecem a profissão, segundo os entrevistados.

Entre os demais efeitos da estratégia de organização coletiva dos catadores e das capacitações estão: a continuidade e a regularidade da renda que garante a subsistência; integração no movimento de catadores com defesa de pautas de interesse próprio; aquisição de preceitos do trabalho associativo e das funções de liderança.

Em relação à identidade do(a) catador(a) organizado(a), revela-se que esta dependeria da diferenciação em relação aos outros catadores, que continuam trabalhando nas ruas, individualmente. A denominação de agente ambiental ressalta a ação ambiental realizada pelo catador e vai ao encontro da demanda do movimento dos catadores pelo pagamento por serviços ambientais.

Conclui-se, portanto, que os efeitos para quem adequou-se ao trabalho associativo/cooperativo (e, por isso, se tornaram líderes) são amplamente positivos. Refletem, por um lado, em melhores condições de trabalho, renda e reconhecimento da profissão; por outro, em transformações individuais e familiares que auxiliam na emancipação do indivíduo em busca de uma cidadania efetiva.

Certamente existem limites para os resultados desta pesquisa (o que não invalida estas conclusões), entre os quais é possível ressaltar: (1) o contexto particular da microrregião, com um agente externo atuante (Itaipu) que propiciou apoio, equipamentos e capacitações para a criação e manutenção das associações. Nesse contexto, as experiências vivenciadas na microrregião diferenciam-se de várias outras no interior do território brasileiro, onde a organização coletiva dos catadores se dá sem maior suporte. (2) A restrição das entrevistas aos líderes, que foram aqueles que se adequaram melhor ao trabalho associativo, portanto, tornaram-se líderes. Essa restrição deveu-se tanto a questões da grande área de estudo coberta pelos autores (o que demandaria mais recursos e pessoal), quanto a delimitação daqueles catadores e catadoras que conhecem efetivamente os pormenores das associações e que participaram das capacitações.

Espera-se que novas pesquisas possam ser desenvolvidas futuramente e que englobem os demais catadores (fora de posição de liderança), se concentrem mais diretamente no papel das catadoras e líderes catadoras, assim como abranjam outras microrregiões do interior do Brasil.

Referências

ANCAT, Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Reicláveis; PRAGMA, Instituto. **Anuário da Reciclagem 2021.** Intituto Pragma; ANCAT, 2021.

BARRETO, R. DE O.; PAULA, A. P. P. "Rio da Vida Coletivo": Empoderamento, emancipação e práxis. **Revista de Administracao Publica**, v. 48, n. 1, p. 111–130, 2013.

BERNARDES, V. S. **Experiência do cooperativismo e o empoderamento dos associados da Cooperativa Ambiente – Vila Estrutural (Brasília, Distrito Federal).** 2018. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018.

BOSI, A. de P. **História dos catadores no Brasil.** São Paulo: Verona, 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Ofcial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. 6. ed. São Paulo: Humanitas, 2011.

CARDOSO, U. C. **Associação**. Brasília, DF: Sebrae, 2014.

COSTA, A.G. **Gestão de resíduos sólidos e a integração de catadores em cidades pequenas:** os casos de Assis Chateaubriand e Palotina, PR. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Geografia (Marechal Cândido Rondon), Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2017.

COSTA, A. G.; NEVES, F. O. A inclusão de catadores na gestão de resíduos sólidos nos municípios paranaenses de Assis Chateaubriand e Palotina. **Revista de Geografia**, Recife, v. 38, n. 2, p. 378 – 395, 2021.

DURAND, M.; NEVES, F. O. A integração dos catadores latino-americanos na gestão pública de resíduos sólidos: solução ou criação de uma nova margem? **Geografia em questão,** Marechal Cândido Rondon, v. 14, n. 2, p. 165-184, 2021.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: Processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saude e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 733–743, 2009.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Diagnóstico Sobre Catadores de Resíduos Sólidos:** Relatório de pesquisa 2012. Disponível em: http://www.silvaporto.com.br/admin/downloads/CATADORES_BRASIL_IPEA_2012.p df. Acesso em: 05 de maio de 2021.

ITAIPU. **Cultivando Água Boa.** Página da Web, 2021**.** Disponivel em: <https://www.itaipu.gov.br/54>. Acesso em 29 de julho de 2021.

_____. **Coleta Solidária.** Página da Web, 2019. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/respo/balan_2004/colet.htm>. Acesso em 29 de julho de 2021.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 10ª Ed. São Paulo: Ática, 2014.

MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudios Sociales**, n. 56, p. 80–90, abr./jun. 2016.

MARTINS, C. H. B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

NEVES, F. O. Valorização dos resíduos sólidos urbanos e a participação de catadores em Toledo/PR. **Perspectiva Geográfica,** Marechal Cândido Rondon, v. 7, n.8, s.p., 2012. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/issue/view/553. Acesso em 30 de junho de 2021.

_____. **Gestão pública de resíduos sólidos urbanos:** problemática e práticas de gestão no Oeste Paranaense. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, 2013.

_____. Gestão dos resíduos sólidos urbanos na Bacia do Paraná III: elementos para uma agenda de pesquisas. **Revista RAE'GA**, Curitiba, v. 38, p. 169-194, Dez/2016.

NOZOE, N. H.; BIANCHI, A. M.; RONDET, A. C. A. A nova classificação brasileira de ocupações: anotações de uma pesquisa empírica. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol. 17, n. 3-4, p. 234-246, Jul-Dez/2003.

RODRÍGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B, de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 329-367.

Submetido em: 31 de janeiro de 2023.

Devolvido para revisão em: 02 de março de 2023.

Aprovado em: 20 de março de 2023.

MAAS, T. I.; DE OLIVEIRA NEVES, F. ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE CATADORES E CATADORAS:: UMA ESTRATÉGIA PARA "SEGUIR EM FRENTE" E SEUS EFEITOS SEGUNDO A PERCEPÇÃO DE LÍDERES CATADORES NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO, PARANÁ. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2868. Acesso em: 22 jul. 2023..

SUBVERTER O PATRIMÔNIO CULTURAL: PERIFERIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

SUBVERTING CULTURAL HERITAGE: URBAN PERIPHERY AND SOCIAL PARTICIPATION

PATRIMONIO CULTURAL SUBVERTIDO: PERIFERIA Y PARTICIPACIÓN SOCIAL

SIMONE SCIFONI
Professora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Email: simone.geo@usp.br

Resumo:
O artigo busca apresentar e debater os resultados de um processo participativo de identificação e mapeamento do patrimônio cultural da periferia do município de São Paulo. Realizado a partir da metodologia dos Inventários Participativos e em parceria com organizações do movimento social, universidade pública e coletivos culturais, o levantamento mostra a diversidade e riqueza de um patrimônio cultural cujos fundamentos se encontram na história da luta e resistência das classes trabalhadoras da periferia. Considerando que as políticas de preservação historicamente programaram a ausência da classe trabalhadora e da periferia no conjunto da memória nacional a ser valorizada, o presente trabalho caminha em sentido contrário, buscando subverter a forma hegemônica de pensar e fazer o patrimônio cultural.

Palavras-chave: periferia; patrimônio cultural; inventários participativos; participação social.

Abstract:
This paper aims to present and discuss the results of a participatory process of identification and mapping of cultural heritage assets in the urban periphery in the city of São Paulo. Conducted using the Participatory Inventories methodology in partnership with social movement organizations, public universities and cultural collectives, the study reveals the diversity and richness of a cultural heritage founded upon a history of struggle and resistance of the working classes of the urban periphery. Considering that preservation policies have historically planned to exclude the working class and urban peripheries from the positively valued collective national memory, this paper takes an opposite approach, seeking to subvert the hegemonic way of thinking and doing cultural heritage.

Keywords: urban periphery; cultural heritage; participatory inventories; social participation.

Résumé / Resumen:
El artículo pretende presentar y discutir los resultados de un proceso participativo de identificación y mapeo del patrimonio cultural de la periferia del municipio de São Paulo. Realizada sobre la base de la metodología de los Inventarios Participativos y en asociación con organizaciones del movimiento social, universidades públicas y colectivos culturales, la investigación muestra la diversidad y riqueza de un patrimonio cultural cuyos cimientos se encuentran en la historia de lucha y resistencia de las clases trabajadoras de la periferia. Considerando que las políticas de preservación han programado históricamente la ausencia de la clase trabajadora y de la periferia en el conjunto de la memoria nacional a valorar, el presente trabajo va en sentido opuesto, buscando subvertir la forma hegemónica de pensar y hacer el patrimonio cultural.

Mots-clés / Palabras-clave: periferia; patrimonio cultural; inventarios participativos; participación social.

Introdução: a problemática e os desafios[1]

A trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil evidencia a constituição de políticas públicas desiguais que valorizaram determinados objetos do passado, enquanto deliberadamente se omitiram sobre outros. Esse caráter desigual das políticas se dá na representação dos grupos sociais e de suas memórias; ele é expressão concreta da desigualdade social, contribuindo também para sua reprodução.

As políticas concentraram-se na valorização de bens representativos das classes dominantes. Assim, casas de câmara e cadeia, alfândegas, fortalezas militares, conventos, igrejas católicas, casarões e palacetes urbanos, assim como sedes de fazendas são exemplos dos bens que se encontram à exaustão no conjunto patrimonial. Esses bens testemunham a história vista a partir da colonização, entendida na perspectiva do mito fundador, conforme explicou Chauí (2013). Assim sendo, a história do poder político, econômico e religioso é fartamente representada na memória do nacional, segundo destacou Rubino (1996).

Construída nos anos 1930, a partir da edição da primeira legislação de preservação do país, o Decreto-Lei 25 de 1937 (BRASIL 1937), essa política se reproduziu também nas instâncias municipais e estaduais ao longo do tempo. Além disso, mesmo com as possibilidades abertas pela Constituição Federal de 1988, que resultou na ampliação conceitual, a chamada democratização do patrimônio não se realizou plenamente ainda hoje.

[1] O artigo vincula-se ao Projeto de Pesquisa "Gestão do patrimônio cultural na cidade de São Paulo: o caso do TICP Jaraguá-Perus (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem)", com bolsa do Programa Unificado de Bolsas PUB/USP.

Verifica-se, portanto, no interior do conjunto patrimonial escolhido, a ausência de bens culturais que são suportes físicos da memória da classe trabalhadora. Aliás, a própria periferia como lugar de moradia e de experiência de vida desta classe social tem seu passado silenciado nas políticas públicas, o que revela um mapa do patrimônio continuamente desigual.

Historicamente, a periferia é conhecida pelas suas inúmeras carências e privações, que vão da oferta de moradia aos bens de consumo coletivo, fruto do processo que Kowarick (2000) chamou de espoliação urbana. O autor define-a como uma somatória de extorsões que opera pela inexistência ou precariedade de serviços e bens necessários para a reprodução da vida da classe trabalhadora.

Tomando emprestado a noção do autor e considerando que este mesmo traço de privação se repete em relação às políticas públicas de memória e de patrimônio cultural, pode-se afirmar que se configura também na periferia, uma espoliação de memórias, já que o direito ao patrimônio cultural não se realiza para os grupos sociais periféricos. Quais as razões para isso?

O reconhecimento do patrimônio por meio de seus instrumentos, como é o caso do tombamento, é ato político ou ato autorizado, para usar a expressão cunhada por Bourdieu (2014). Segundo o autor, ato autorizado é aquele proveniente do Estado e, por isso mesmo, dotado de autoridade simbólica e de legitimidade, criador de consensos e, portanto, ordenador do mundo social. Como ato autorizado, o patrimônio atribui valor e, assim, classifica e separa o que deve permanecer no tempo e o que pode ser esquecido ou destruído. Neste sentido, o patrimônio cria o consenso de que apenas alguns bens podem fazer parte do conjunto que constitui a memória "de todos". Neste seleto grupo não há espaço para os bens das clas-

ses trabalhadoras. O patrimônio dito "de todos" é, na verdade, excludente, pois nem todos estão ali representados.

O silenciamento sobre a periferia e sobre a classe trabalhadora e suas histórias de luta que configuram a memória da rebeldia, tem uma razão de ser nas políticas públicas: o patrimônio como ato autorizado tem servido à manutenção do *status quo* e à reprodução das relações desiguais no mundo social. Por meio dele, a classificação que hierarquiza as classes sociais é legitimada e naturalizada. As políticas de patrimônio cultural no país contribuem, assim, para a manutenção das relações de dominação e de exploração das classes subalternas e para reprodução de desigualdades sociais.

Esta é a problemática central que contextualiza o trabalho que se busca apresentar e debater aqui, fruto de uma experiência que procura subverter estes termos. Trata-se de um processo participativo de identificação e mapeamento do patrimônio cultural de bairros periféricos do município de São Paulo, um inventário elaborado pelos próprios moradores da periferia, com assessoria e envolvimento de pesquisadores da universidade e de coletivos culturais. Sua área de abrangência diz respeito aos distritos da zona noroeste da cidade, entre eles, Perus, Jaraguá e Anhanguera. Esse levantamento mostra a riqueza e diversidade do patrimônio cultural da periferia, cujo fundamento explicativo se dá pela história das lutas e resistências da classe trabalhadora.

O objetivo do artigo é assim, apresentar essa experiência de pesquisa, colocando em evidência a sua metodologia e os resultados obtidos. Como todo inventário de patrimônio cultural, a finalidade é promover a identificação e o conhecimento sobre os bens culturais que constituem suporte das memórias coletivas dos diferentes grupos sociais. O diferencial desse inventário é, entretanto, o seu cará-

ter participativo, uma vez que a compreensão se dá a partir da perspectiva dos moradores que vivem e convivem com estes bens culturais.

O artigo caminha mostrando as razões que justificaram a realização deste levantamento, bem como a metodologia participativa empregada em seus detalhes, além dos resultados até o momento obtidos.

Procura-se, desta maneira, colocar em destaque a importância de novas abordagens que possam subverter o tratamento convencional que predomina, ainda hoje, no campo do patrimônio cultural, construindo outras narrativas que sejam capazes de disputar o discurso hegemônico, aquele que Smith (2006; 2011) denominou de discurso autorizado sobre o patrimônio. De acordo com a autora, o discurso autorizado foi construído e mundializado a partir de experiências europeias de instituições como a Unesco e o Icomos[2]. Assim, ele exerce um poder simbólico ao se impor e se legitimar como única forma de pensar o patrimônio, ou seja, como se critérios definidos a partir de um olhar europeu pudessem funcionar como parâmetros universais. Este discurso fundou as práticas institucionais e uma mentalidade autorizada, ou seja, uma determinada forma de pensar em relação ao patrimônio, afirma a autora. Desta maneira, o discurso hegemônico acaba por minar ideias alternativas de herança e possibilidades de pensá-la a partir dos grupos subalternos, diz a autora.

O inventário do patrimônio cultural na periferia

[2] Icomos é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, uma organização não governamental global associada à UNESCO.

Por meio do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2014), foi criado um instrumento inovador de proteção do patrimônio cultural chamado de Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP). Produto da demanda encaminhada na ocasião da elaboração do plano diretor, conforme explicam Sandeville Junior e Manfré (2014), que mobilizou entidades do movimento social e ativistas das áreas de cultura e educação[3], reconhecia-se, assim, que era preciso ampliar os instrumentos de proteção do patrimônio cultural para além de iniciativas pontuais como o tombamento de bens materiais e o registro de bens imateriais. Naquele momento de discussão do plano diretor, havia a constatação dos limites das políticas públicas, ou seja, de que os instrumentos existentes não davam conta da preservação efetiva do patrimônio.

Resultado disso, é que o plano diretor instituiu, de antemão, dois TICPs, discriminados no artigo 314 (SÃO PAULO, 2014). O primeiro deles engloba o chamado "centro histórico da cidade e eixo cultural"; é o TICP Paulista/Luz, cujos limites incluem ainda bairros como o Bexiga, Santa Cecília e parte de Campos Elíseos. O segundo criado é o TICP Jaraguá/Perus, que incide sobre os distritos homônimos, incluindo ainda, o de Anhanguera. Embora não conste no plano diretor a sua delimitação oficial, o artigo 314 faz menção a uma lei anterior, dando a entender que os limites correspondem aos três distritos indicados aqui.

Esse novo instrumento propõe a proteção do patrimônio compreendido a partir de uma base socioespacial, o território. Ou seja, isso implica em considerar a necessidade de múltiplas e articuladas ações, que envolvem tanto o poder público como a sociedade, no sen-

[3] Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus, a Universidade Livre e Colaborativa e o Movimento Cine Belas Artes (MBA).

tido de pensar cultura, memória, educação e natureza de uma forma integrada neste recorte de espaço geográfico.

O território passa a ser visto, a partir deste instrumento, como a base espacial na qual a cultura, a identidade e memória são construídas cotidianamente na passagem do tempo e se tornam enraizadas. Neste sentido, ele foi definido como aquele que concentra atividades e equipamentos culturais, elementos materiais e imateriais e paisagens significativas, conforme define o *caput* do artigo 314:

> Fica instituído o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público (SÃO PAULO, 2014).

A inovação contida no instrumento indica um momento de inflexão na política pública urbana, na medida em que a concepção de território deixa de ser apenas geopolítica, administrativa e institucional. Ele passa a ser compreendido em sua dimensão simbólica e antropológica.

O TICP foi pensado como um instrumento de gestão coletiva e compartilhada entre poder público e sociedade, dando protagonismo aos grupos sociais. Segundo a lei, eles devem ser criados a partir de processos participativos. Dentre alguns dos objetivos do instrumento conforme o artigo do Plano Diretor estão: estímulo às iniciativas locais, por meio de processos colaborativos e solidários e desenvolvimento de coletivos culturais autônomos, sobretudo em regiões da cidade de maior vulnerabilidade social. Prevalece, assim, a

compreensão de que o patrimônio cultural, ou seja, edificações, lugares, bens e práticas culturais, devem ser valorizados, protegidos e geridos de forma participativa no território e juntamente com os seus detentores, o que pressupõe assumir os moradores destas localidades como sujeitos de patrimônio, de memória e de cultura.

De acordo com o artigo 313 do Plano Diretor, o instrumento de proteção deve promover a identificação de bens, lugares e práticas culturais, ou seja, ele demanda a realização de inventários. Constatada esta necessidade legal e, no intuito de fortalecer o instrumento, bem como oferecer condições para a sua efetivação e regulamentação, procedeu-se a elaboração de um inventário do patrimônio cultural que se apoiou na metodologia proposta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) denominada Inventários Participativos.

Elaborado por integrantes do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus[4], do coletivo REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial) e com assessoria e apoio de pesquisadores/as-geógrafos/as da Universidade de São Paulo, por meio de um projeto de pesquisa, o levantamento iniciou-se em 2019 e encontra-se em fase de finalização, com a realização de oficinas devolutivas nos diversos distritos. As oficinas são momentos em que a equipe apresenta a leitura das coletas de campo com base no repertório proposto no inventário participativo. Além disso, são momentos para fomentar a reflexão das expectativas dos moradores em relação à preservação deste patrimônio cultural indicado.

No Brasil ainda é restrita a bibliografia sobre o tema dos inventários participativos. Destacam-se os estudos elaborados por

[4] Esse movimento foi formado em 2013, reunindo diversos grupos locais atuantes em defesa da transformação daquele espaço fabril desativado, em um equipamento público, voltado à cultura.

SCIFONI (2019; 2018), por NITO e SCIFONI (2018; 2017) e por BORTOTO (2022), os quais apresentam e debatem as experiências realizadas em diversos bairros da cidade de São Paulo. Nesses trabalhos fica evidente o potencial do instrumento que rompe com o sentido tradicional e conservador das ações educativas que tomam as pessoas como receptáculo de informações sobre o patrimônio cultural escolhido pelo Estado. No inventário participativo, tal como colocam as autoras acima indicadas, as pessoas tornam-se sujeitos do ato de conhecer, identificando um patrimônio cultural que está no cotidiano e no vivido. Pesquisa e ação educativa costuram-se mutuamente nos inventários participativos como processos que se mostram articulados em torno da produção de conhecimento.

A metodologia participativa

A elaboração do inventário do TICP Perus/Jaraguá fundamentou-se na metodologia constante da publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos/Manual de Aplicação (IPHAN, 2016). Trata-se de uma ferramenta de ação educativa na área de patrimônio e de museologia social, que pressupõe a autonomia dos sujeitos na identificação, seleção e enunciação do que é patrimônio cultural. Neste sentido, ela opera uma transformação do olhar, superando os objetos mais consagrados da memória oficial, para colocar em posição central aquilo que está enraizado no cotidiano, na habitualidade da passagem do tempo.

Para que isso se dê, os inventários participativos concebem o patrimônio a partir da noção de referência cultural.

> Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sen-

> tido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

Constata-se, a partir da citação acima, que as referências culturais são como um espelho no qual os grupos sociais podem se enxergar como sujeitos coletivos produtores de cultura e enraizados em um território. Não se trata, porém, de uma mera relação mecânica de reflexo, mas uma forma de se entender no mundo. Assim, o processo de identificação do inventário só tem sentido se feito a partir da escuta e em diálogo estreito com esses grupos sociais.

Segundo Meneses (2012), é preciso compreender que o patrimônio é vetor e suporte de valores, os quais emanam dos grupos sociais. O autor enfatiza que os bens culturais não são coisas ou práticas para os quais basta identificar valores intrínsecos, reconhecidos por meio do saber técnico-científico. Para ele, os valores são mobilizados pelos grupos sociais para socializar, operar e fazer agir ideias e crenças.

Nesta perspectiva, os grupos sociais não são meros informantes no processo de identificação, mas sim, intérpretes das práticas culturais (FONSECA, 2000). São eles que tem a capacidade de anunciar e enunciar os valores e significados das referências culturais porque, antes de tudo, são sujeitos de cultura e de memória. Apreender as referências culturais pressupõe, portanto, compreender um conjunto de representações simbólicas elaboradas pelos grupos sociais em torno destes bens culturais.

A partir destes pressupostos conceituais, o trabalho de identificação do inventário do TICP priorizou ouvir os moradores e suas narrativas sobre memória e identidade. Foram 3 momentos principais de participação popular. No primeiro momento foram recuperadas as indicações dos moradores, resultado de um projeto anterior, sendo esse o ponto de partida para o que se fez depois. O segundo momento foi composto de Oficinas Participativas nos 3 distritos. O terceiro, ainda em execução, é composto de Oficinas Devolutivas, momento em que se chancela o trabalho anterior e são planejadas ações futuras. Serão descritas aqui, detalhadamente, cada etapa. Entende-se que, por se tratar de um trabalho pioneiro e de uma metodologia inovadora, cabe explicitar as ações encaminhadas, no sentido de estimular novas experiências.

O primeiro momento de escuta de narrativas se deu recuperando os levantamentos realizados anteriormente, pela Universidade Livre e Colaborativa, projeto coordenado pelo Prof. Dr. Euler Sandeville, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. A Universidade Livre e Colaborativa teve início em 2011, envolvendo o Núcleo de Estudos da Paisagem do LabCidade (FAU USP), lideranças sociais ligadas ao Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus, artistas, professores do bairro de Perus e grupos como a Comunidade Cultural Quilombaque e o coletivo de educação Coruja[5], segundo informam Bortoto e Bezerra (2019). Desenvolveu-se, assim, uma série de atividades experimentais didático-pedagógicas, por meio de oficinas, rodas de conversa, exercícios de deriva no território e debates coletivos. Desta maneira, foi levantada e mapeada uma série de bens representa-

[5] Trata-se de movimentos sociais, coletivos e associações que atuam no distrito de Perus nas áreas de educação e cultura.

tivos da memória e identidade coletiva a partir da indicação de seus moradores.

O passo seguinte foi organizar essas indicações segundo as categorias previstas no Manual de Aplicação dos Inventários Participativos. A classificação em categorias auxilia na compreensão das especificidades de cada bem indicado, assim como ela é fundamental, na etapa seguinte, para elaborar sugestões de ações de proteção para cada uma.

As categorias do inventário são 5, a saber:

- celebrações, são festas, rituais de trabalho e devoção religiosa, que constituem momentos diferenciados da vida social;
- formas de expressão, são modos de ser, maneiras pelas quais os grupos sociais comunicam a sua experiência, em diferentes formas de linguagem, como a oral, corporal, gráfica, sonora, artística;
- saberes, são modos de fazer, conhecimentos, técnicas ou ofícios, que dizem respeito a produção material ou ao exercício de alguma atividade social, de serviço;
- lugares, espaços apropriados para a execução de práticas e manifestações, constituindo a base material para a realização da cultura ou aqueles espaços de importante significado simbólico atribuído pelo grupo social;
- objetos, instrumentos de trabalho ou de devoção religiosa, utensílios ligados ao cotidiano, às formas de lazer e brincadeiras, entendidos como parte da memória do grupo social (IPHAN, 2016).

Mais 3 outras categorias foram incluídas na classificação, a partir da análise dos diferentes tipos de bens que foram indicados

pelos moradores nas atividades da Universidade Livre e Colaborativa. São as seguintes:

- edificações, construções de valor simbólico, independente de qualidade arquitetônica ou estética-artística;
- sítios arqueológicos, locais onde foram encontrados vestígios materiais de uma ocupação humana pretérita e que constituem fonte de conhecimento sobre a história do território;
- natureza, expressa em elementos como rios, nascentes, morros, serras, árvores ou matas, que, independentemente de seu estado de conservação, estão enraizados nas memórias dos grupos sociais (MOVIMENTO DE REAPROPRIAÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS; REPEP, 2023).

Esse conjunto de bens levantados e classificados nas 8 categorias constituíram o material-base utilizado para a organização do segundo momento de escuta, com a realização de Oficinas Participativas nos 3 distritos. Foram 6 oficinas que ocorreram em escolas públicas e comunidades religiosas como CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

A dinâmica das oficinas partia da apresentação da noção de referência cultural, evidenciando o seu papel como elemento enraizador da experiência de vida dos grupos sociais. Em seguida eram apresentadas e explicitadas as categorias e os respectivos bens indicados anteriormente, na forma de tarjetas coloridas. Ao discutir cada indicação e propor outras, o grupo constituía narrativas que se baseavam tanto na sua própria vivência, ou seja, na memória vivida, como também acionavam elementos daquilo que Pollak (1992) chamou de "memória vivida por tabela", ou seja, fatos e aconteci-

mentos que são continuamente transmitidos para cada nova geração como se fossem eles próprios vividos pelo grupo.

As oficinas foram organizadas ao longo dos meses de abril até outubro de 2019 e foram seguidas por atividades de sistematização de conteúdos levantados para o preenchimento das Fichas do Inventário Participativo. Seguindo a metodologia, as fichas têm a função de apresentar cada referência, a partir das informações coletadas, indicar a sua localização que será a base para o mapeamento e, também, incluir registros fotográficos que possam ilustrar cada uma delas. As fichas são o produto final de sistematização de ações e não devem, em hipótese alguma, serem usadas como ponto de partida do trabalho, como se fosse um questionário a ser respondido.

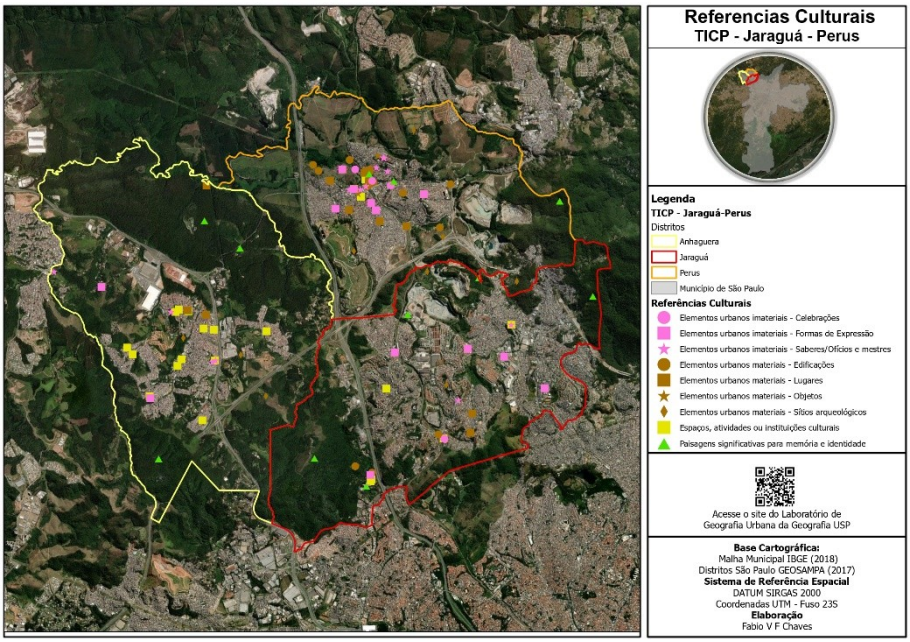
Na etapa final de organização das referências culturais foi compatibilizada a classificação do Iphan com os 4 eixos estabelecidos no artigo 314 do Plano Diretor, a saber:

- espaços, atividades ou instituições culturais: incluiu estabelecimentos indicados, tais como escolas, bibliotecas e outras instituições representativas para a cultura, memória e educação;
- elementos urbanos materiais: reuniu indicações das categorias do Iphan como edificações, lugares, objetos e sítios arqueológicos;
- elementos urbanos imateriais: incluiu as categorias do Iphan como celebrações, formas de expressão e saberes/ofícios;
- paisagens significativas para a memória e identidade: englobou as indicações da categoria natureza (SÃO PAULO, 2014).

Ao longo de dois anos, em 2020 e 2021, em função da pandemia de COVID-19 e da necessidade de distanciamento físico, as atividades do projeto circunscreveram-se a montagem das fichas, dos mapas e discussão sobre formas de representação cartográficas mais acessíveis ao público, inclusive questões relacionadas à legenda. Foram produzidos mapas individualizados por distrito e um mapa geral, com os limites do TICP Jaraguá/Perus. Como são mapas de tamanho grande (versões A3 e A0), fica prejudicada a sua inserção neste artigo, em função da dificuldade de visualização dos detalhes de informação. Assim, optamos por inserir, à título de ilustração, o mapa geral.

No total foram identificadas 106 referências culturais nos 3 distritos e na impossibilidade de apresentar este rico universo, o item relativo aos resultados colocará em evidência alguns exemplos bastante significativos.

Mapa 1: Referências Culturais do TICP Jaraguá/Perus, 2022.



Fonte: Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus e Repep, 2023.

O trabalho está em fase final o que contempla o terceiro momento de escuta que vem sendo realizado desde final de 2022 e início de 2023, e diz respeito as oficinas devolutivas nos distritos. Essas oficinas, além de apresentar o quadro de referências culturais organizado e sistematizado, bem como as fichas de todas as indicações e os mapas finalizados, são ocasião também para a discussão de recomendações para a preservação dos bens indicados, sendo, portanto, a etapa de planejamento participativo.

Finalizadas as oficinas e elaborado o texto do dossiê, o passo seguinte será o encaminhamento ao órgão municipal de patrimônio, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), para deliberação do pedido de registro do inventário, conforme determina do Plano Diretor. Isso significará mais um passo importante para a formalização deste instrumento e a primeira iniciativa do gênero na cidade de São Paulo. Importante ressaltar que apesar dos esforços populares pela regularização deste instrumento, o poder público não tem demonstrado interesse na sua efetivação. Passados 9 anos, desde a aprovação da lei, até o momento não foi elaborado, discutido ou encaminhado qualquer projeto de legislação específica para regularizar o instrumento, conforme determina a lei.

Assim sendo, o que se constata é que o TICP Jaraguá/Perus existe na prática, a partir das ações desenvolvidas cotidianamente pelos seus moradores no território. Do ponto de vista institucional, entretanto, ele se encontra em uma espécie de limbo jurídico pois, apesar de ter sido instituído pelo Plano Diretor, ainda se aguarda a regulamentação do instrumento por legislação específica, o que dificulta a sua efetivação.

Resultados: o patrimônio das lutas

O inventário participativo das referências culturais demonstra que o TICP Jaraguá/Perus se apresenta como um território singular dentro do município, marcado historicamente por processos de luta e resistência popular que se dão no cotidiano da periferia.

Por resistência se entende todo ato de insubordinação em relação àquilo que se apresenta como força opressiva hegemônica; trata-se de um ato que se orienta pela necessidade de sobrevivência e contra aquilo que lhe ameaça (BENSAID, 2011). Por resistência entende-se aquilo que é capaz de mobilizar, de provocar a ação consciente sobre a realidade, compreendida como prática que se contrapõe à lógica dominante. A resistência é movida pelo atendimento de necessidades básicas, seja do trabalho, sobrevivência ou de moradia, mas também necessidades sociais mais amplas tais como o lazer, a fruição do espaço ou valores identitários e de memória que ligam os grupos sociais aos lugares da vida. Como será visto adiante, o inventário participativo captura as referências culturais que expressam a luta popular constante destes grupos sociais da periferia em suas diferentes estratégias de resistência contra a exploração no trabalho e contra as opressões diárias resultado dos privilégios da propriedade privada sobre o uso do espaço.

Trata-se, assim, da possibilidade de pensar as referências culturais como o patrimônio da vida cotidiana, concepção que subverte o discurso hegemônico ou discurso autorizado, termo cunhado por Smith (2006, 2011), que diz respeito àquilo que se fundamenta na excepcionalidade, na monumentalidade e no caráter estético-estilístico dos bens.

O conceito de cotidiano tem um papel central na compreensão deste patrimônio cultural. Segundo Lefebvre (1991), o cotidiano pode ser entendido em seu duplo e contraditório aspecto: ele é, ao mesmo tempo, constituído por um conjunto de coerções diárias composto pela opressão no trabalho e o controle do tempo da vida, em que o econômico que se impõe sobre o social, o sensível e a necessidade de criação. A esses aspectos, que o autor chamou de miséria do cotidiano, se opõe a grandeza do cotidiano: a vida que se perpetua, a apropriação do corpo, do tempo e do espaço, o desejo de viver a existência de forma livre, as obras, a festa e a criação de um mundo prático-sensível. A grandeza do cotidiano é composta pela possibilidade do irredutível, daquilo que foge à regra, que não se deixa submeter, que se opõe e subverte, os *resíduos*.

O patrimônio da vida cotidiana no território inventariado é composto de inúmeros *resíduos*, como se verá adiante na apresentação dos resultados. Eles formam um tecido único, costurado pelas diferentes formas de enfrentamento diário contra as opressões e coerções do econômico e do político.

Destaca-se, dentre os resíduos identificados, as mobilizações organizadas pelo movimento operário da Fábrica de Cimento de Perus que foi responsável pela mais longa greve do país que durou 7 anos (1962-1969), liderada pelo Sindicato dos Queixadas, nome que marcou a classe trabalhadora de cimento e cal da região.

Esse movimento histórico de trabalhadores inspirou importantes e inovadores espaços culturais que assumiram o termo queixadas, tais como o Centro de Memória Queixadas, que coleta, trata e guarda documentos sobre a história das lutas em Perus, e a Agência Queixadas, que desenvolve um turismo de resistência, com ro-

teiros que buscam apresentar narrativas periféricas e contra hegemônicas (FERREIRA, 2022).

Tais exemplos mostram que a identidade queixada é recriada em novas gerações de jovens que, apesar de não serem mais operários, herdaram modos de viver, de ser e de pensar, ou seja, formas de expressão fundadas na luta e na resistência dos trabalhadores da fábrica. Eles se autodenominam os novos queixadas. De acordo com Bortoto e Bezerra (2019), os trabalhadores grevistas ficaram conhecidos como queixadas devido a sua forma de agir nas lutas, semelhante aos porcos-do-mato queixadas, que se juntam para a defesa quando são atacados. Assumir-se queixada traz, assim, o sentido de união e de solidariedade de classe, mas também de estratégia de luta e resistência no cotidiano.

A identidade queixada tem sua raiz no que os moradores chamam de Firmeza-Permanente. Palavra de ordem do movimento operário da Fábrica de Cimento Perus, durante a greve dos 7 anos, a firmeza permanente é um modo de ser no mundo, uma forma de expressão caracterizada pelos princípios de persistência na luta, de não desistir ou abandonar os companheiros e de não sucumbir às opressões.

Além da luta operária, o território, ao longo da sua história, foi *lócus* de muitas reivindicações que tomaram as ruas em passeatas e atos públicos que chamaram atenção dos meios de comunicação, tais como:

- a mobilização contra a poluição da fábrica de cimento, que ganhou nome como Campanha Pó de Cimento Esmaga a Vida, de 1979, que ocorreu no âmbito da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica;
- a mobilização contra a instalação de lixão e aterro sanitário;

- as muitas lutas pela melhoria da infraestrutura e de serviços urbanos e, também, pela ampliação da rede pública escolar;
- o protagonismo histórico das mulheres-mães, nos bairros como Morro Doce, no distrito de Anhanguera, que incluiu demandas como saneamento básico e melhoria do transporte coletivo. Este último ficou famoso pelo episódio do "sequestro do ônibus";
- as lutas por moradia, que construíram saberes relacionados à ocupação de terra;
- o movimento dos sem-terra e as mobilizações pelo direito à Reforma Agrária.

Também marca o território os processos históricos de resistência dos povos originários guarani mbya, que vem lutando pelo direito à terra ancestral no distrito do Jaraguá. A terra, concebida como tekoa, é para os indígenas o lugar sagrado fundamental para manter a cultura, preservar os conhecimentos e o modo de vida (FARIA, 2016). Em 2015, uma portaria do Ministério da Justiça declarou a Terra Indígena do Jaraguá, em um total de 532 hectares, como de posse permanente dos guarani. Entretanto, com a sobreposição das terras ao perímetro do Parque Estadual do Jaraguá, o processo de demarcação foi contestado judicialmente pelo governo do estado de São Paulo. A insegurança jurídica da posse tem sido combatida pelos indígenas com atos e protestos recorrentes, que ocupam as ruas da cidade. Assim sendo, foram indicados nas oficinas, na categoria formas de expressão, os Atos pela Demarcação de terras Guarani.

O TICP Jaraguá/Perus é o território onde a luta cotidiana da população periférica por direitos não cumpridos configura um conjunto de saberes próprios, a sevirologia. Trata-se de um saber popular, uma habilidade muito comum nas periferias, a "arte de se virar", um modo de fazer a coisa acontecer. O TICP é, também, o território das práticas da cultura popular, dos saberes das benzedeiras e parteiras, da capoeira (Grupo Raízes), do grafitti (Coletivo Loucos pelas Artes), do hip hop (Lado Sujo da Frequência e Batalha do Rubi), do maracatu (Baque das Manas) e do samba (Bloco Carnavalesco Só Vou Se Você For). Há, ainda, um conjunto de festas populares enraizadas no cotidiano e na memória coletiva que marcam os tempos do calendário e da vida, tais como quermesses juninas, bailes, desfiles e procissões.

Nesse território inventariado, terrenos e edificações públicas sem uso e abandonados foram transformados em espaços para produção cultural (Ocupação Canhoba/Cine Teatro Pandora e Casa do Hip Hop). São lugares conquistados por movimentos de ocupação que se realizam como lugares da criação artística.

Além de ser suporte físico para uma memória operária fortemente militante constituída nas lutas dos trabalhadores do Sindicato dos Queixadas, a singularidade deste território se relaciona, também, com a presença da Fábrica de Cimento de Perus, a primeira implantada no país, e que foi responsável por alimentar o crescimento da construção civil e urbanização da cidade. Trata-se de um patrimônio operário-industrial fortemente enraizado na vida social da periferia paulistana, razão para o seu tombamento municipal em 1991, subsidiado por ampla pesquisa de história oral.

Articulados à fábrica, também se encontram remanescentes de um importante patrimônio ferroviário, a Estrada de Ferro Perus-

Pirapora. Implantada nas primeiras décadas do século passado, a ferrovia tem um inquestionável valor histórico em função de seu acervo único no mundo, sendo o último exemplar de bitola 60 cm. A ferrovia constitui, juntamente com a fábrica, um mesmo sistema industrial de produção de cimento, que se completa com as minas de calcário situadas no município vizinho, Cajamar. Além da linha férrea de bitola 60 cm, o patrimônio ferroviário completa-se com as estações ferroviárias de Perus e Jaraguá, remanescentes da primeira ferrovia no estado, a São Paulo *Railway*. Ambas as estações já estão reconhecidas e tombadas pelos órgãos estadual e municipal.

Completa esse conjunto patrimonial de inegável importância a presença de paisagens de exceção, como definiu Ab'Saber (1977), que constituem marcos referenciais históricos na ocupação da cidade. Trata-se do Pico do Jaraguá e da Serra da Cantareira, que desempenharam historicamente papel de baliza para os viajantes, orientando quem chegasse do sertão. São também, como definiu o autor, áreas críticas e ecologicamente estratégicas, reservas naturais de preservação obrigatória, que se destacam pela ocorrência de grandes massas arbóreas responsáveis por cumprir função ambiental importante, quer sejam os remanescentes do cinturão verde da mata atlântica, pontuado por diversos mananciais, mas também o grande conjunto arborizado do Parque Anhanguera.

Quadro 1: Referências culturais do TICP Jaraguá/Perus.

Referências culturais		**No.**
Espaços, atividades e instituições culturais		21
Elementos urbanos materiais	Edificações	18
	Lugares	07
	Objetos	05
	Sítios arqueológicos	08
Elementos urbanos imateriais	Celebrações	04

	Formas de expressão	14
	Saberes	17
Paisagens significativas para memória e identidade		12
Total		106

Fonte: Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus; Repep (2023).

Soma-se, ainda, um conjunto de modos de ser e fazer, formas de expressão de uma cultura de resistência, responsável pela criação de repertório próprio, entre os quais se destaca a palavra de ordem "ferve território". Esse conjunto inclui desde formas de expressão relacionadas às lutas antirracistas e feministas, como também reúne saberes populares historicamente enraizados e transmitidos pela oralidade e na ação direta, relacionados a mobilização social e as lutas no cotidiano periférico, ou seja, aquilo que anteriormente se definiu como resistência.

Destaca-se, por fim, a presença de vários sítios arqueológicos, quer aqueles remanescentes das primeiras lavras de ouro em São Paulo, como também a Vala Comum de Perus, onde o regime militar enterrou clandestinamente os corpos de militantes opositores que foram assassinados pela ditadura.

No quadro 1, anteriormente apresentado, são indicados alguns dados gerais que demonstram a extensão quantitativa do levantamento realizado. Mais de uma centena de referências culturais foram identificadas, mapeadas e pesquisadas. O levantamento contribui para o conhecimento de um território periférico que tem sido pouco estudado pelos órgãos de preservação.

Os números colocam em evidência a riqueza e diversidade do patrimônio cultural periférico e a importância dos espaços e equipamentos que desenvolvem atividades culturais e educacionais. Mostram também um conjunto de patrimônio material que poderia e

deveria receber ações de preservação, como o tombamento, além de uma diversidade de bens culturais que podem ser registrados como patrimônio imaterial.

Considerações finais

O inventário participativo constituiu-se em um esforço para colocar em evidência o patrimônio da vida cotidiana e as narrativas da memória da rebeldia da periferia, buscando subverter o campo do patrimônio cultural e, com isso causar rachaduras nas muralhas, expressão tomada de empréstimo de Lefebvre (1991).

A metodologia proposta pelo Iphan, em seu manual de aplicação, foi de fundamental importância pois, ao mesmo tempo que ela permitiu mostrar outra possibilidade de compreender o patrimônio, dando visibilidade aos grupos subalternos e valorizando suas memórias, ela conferiu legitimidade a essa nova forma de pensar, que subverte as concepções mais conservadoras. A contradição é que, ao mesmo tempo em que o manual do Iphan compõe o discurso autorizado pois ele é uma proposta que partiu dessa instituição, ele é, no interior deste discurso, uma subversão que tensiona o campo do patrimônio.

O inventário colocou os moradores na condição de sujeitos do patrimônio e da memória, ou seja, capazes de anunciar àquilo que deve ser protegido e valorizado. Neste sentido ele é um instrumento para fortalecer a cidadania. Do ponto de vista educativo, ele é uma ferramenta de formação que contribui para a luta por direito à cultura e à memória.

A experiência desta pesquisa foi a oportunidade de fazer submergir *memórias subterrâneas*, expressão cunhada por Pollak

(1989), ou seja, aquelas dos grupos subalternos, para as quais não há política pública nem ações de proteção. Muito embora elas sejam valorizadas pelos próprios grupos sociais em seu cotidiano, como mostraram Bortoto e Bezerra (2019), com as diversas ações educativas desenvolvidas no território, elas são subterrâneas em relação ao processo de memorialização oficial. Neste sentido, o inventário é um caminho que contribui para difundi-las, promovê-las e valorizá-las.

Ao final, é importante evidenciar que não se trata de um processo de memorialização fechado em si mesmo, como se fosse um exercício nostálgico e passadista. As memórias da luta no território são alimento para a resistência diária na periferia, para fortalecer a grandeza do cotidiano por meio da firmeza-permanente. Sendo assim, elas atendem ao chamado proposto por Gramsci (2021, p.46): "Reforcemos nossa consciência com memórias, com a imersão de nosso espírito no rio de nossa tradição, de nossa história."

Referências

AB'SABER, A. N. *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977. 26p.

BENSAID, Daniel. *Resistências*. Ensayo de topologia general. Espanha: El viejo Topo, 2002.

BORTOTO, Regina C.S.; BEZERRA, Maria Helena B. Fábrica de Cimento Portland Perus: articulação pedagógica entre movimentos populares e escolas no bairro de Perus. *Revista CPC*, São Paulo, n.27 especial, p.185-210, jan./jul. 2019, p. 185-210.

BORTOTO, Regina Célia S. Inventário Participativo: uma experiência em educação patrimonial na escola e no território de Interesse da Cultura e da Paisagem Perus, Anhanguera e Jaraguá. In: BEZERRA, Maria Helena; SAMPAIO, Maria das Mercês F.; SANTOS, Silmar Leila (org.). *Corajosas transgressões*. Reflexões e relatos de

experiência de educadores. São Paulo: Livraria da Física, 2022. p.227-244.

BRASIL. Decreto-Lei 25 de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 573p.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 102p.

FERREIRA, Paulo Tácio A. *"Nós vamos hackear o turismo!" Entre roteiros, "quebradas" e resistências na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH) – Programa de Turismo, 2022, 263p.

FONSECA, Maria Cecilia L. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.* Brasília: Iphan, 2000. p. 11-21.

GRAMSCI, Antônio. *Homens ou máquinas?* Escritos de 1916 a 1920. São Paulo: Boitempo, 2021. 298p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.* Brasília: Iphan, 2000. 156p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação*. Brasília: Iphan, 2016. 132p.

KOVARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000. 143p.

LEFEBVRE, Henri. *Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. 216p.

MENEZES, Ulpiano T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2012. Anais Volume 1... Brasília, DF, Iphan, 2012.

MOVIMENTO DE REAPROPRIAÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS; REPEP (REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL). *Dossiê Inventário Participativo do TICP Jaraguá/Perus*. São Paulo, 2023.

NITO, M. K.; SCIFONI, S. Ativismo urbano e patrimônio cultural. ARQ.URB, v.1, 2018.

NITO, M. K. S.; SCIFONI, SIMONE. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, v.5, p.38 - 49, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 24, p. 97-105, fev.1996.

SALES, Camila. *A luta guarani pela terra na metrópole paulistana*: contradições entre a propriedade privada da terra e a apropriação indígena. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Geografia, 2015. 319p.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Plano Diretor estratégico do Município de São Paulo*. Lei Municipal nº. 16.050 de 31 de julho de 2014.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler.; MANFRÉ, Eliane. *Cultura e paisagem: uma nova perspectiva no tecido urbano*. 2014. Disponível em: https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/#more-625. Acessado em 09/02/2023.

SCIFONI, S. INTERPRETAR QUAL PATRIMÔNIO? A experiência do Inventário Participativo do Minhocão, São Paulo. ANAIS DO 3º SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL. Belo Horizonte: Even3, 2019. v.1. p.1 – 14.

SCIFONI, S. Inventários Participativos como direito à memória e ao patrimônio cultural. ANAIS DO V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA - Políticas de acervo -

coleta, preservação, descarte. São Paulo: Universidade de São Paulo/Museu de Arte Contemporânea, 2018. v.1. p.25 – 41.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. New York: Routledge, 2006. 351p.

SMITH, Laurajanne. El "espejo7 patrimonial"¿ Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antipoda *Revista de Antropologia y Arqueología* nº. 12, Bogotá, Enero-Junio 2011, 262 pp. 39-63. Disponível em: https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/antipoda12.2011.04 Acessado em 07 de maio de 2018.

Submetido em: 12 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 28 de fevereiro de 2023.
Aprovado em: 29 de maço de 2023.

SCIFONI, simone. SUBVERTER O PATRIMÔNIO CULTURAL: PERIFERIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2890. Acesso em: 22 jul. 2023.

RUAS E GALERIAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESPAÇO, ARTE PÚBLICA E ARTE URBANA

STREETS AND GALLERIES: A DISCUSSION ABOUT SPACE, PUBLIC ART AND URBAN ART

RUES ET GALERIES : UNE DISCUSSION SUR L'ESPACE, L'ART PUBLIC ET L'ART URBAIN

Dennys Henrique Miranda Nunes

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ)

E-mail: dennyshenriquemirandanunes@gmail.com

Resumo:
O artigo apresenta as relações e os distanciamentos entre os geossímbolos urbanos, bem como grafite e xarpi, com a arte urbana e a arte pública. A pesquisa identifica esses fenômenos na Zona Portuária do Rio de Janeiro e está dividida em duas partes, sendo na primeira relacionada à arte das ruas e das galerias, onde nos questionamos a espacialidade do que é considerado arte e do que não é. Na segunda parte, abordamos sobre a paisagem grafitada como fruto da cultura não-hegemônica e a influência que os espaços centrais ou de visibilidade, possuem na produção de determinadas paisagens urbanas. Também abordamos sobre a função estética que os grafites estão desempenhando atualmente na questão urbana e de como podemos pensar a cidade a partir deles. Por meio de levantamento bibliográfico, trabalho de campo e análise de fotografias, temos como apontamentos a relação intrínseca entre espaço, paisagem e representação simbólica. Por fim, destacamos a função que a arte urbana e a arte pública têm no contexto urbano atual.

Palavras-chave: Espaço, Ruas, Galerias, Arte Pública, Arte Urbana.

Abstract:
The article presents the relationships and distances between urban geosymbols, as well as graffiti and xarpi, with urban art and public art. The research identifies these phenomena in the Port Zone of Rio de Janeiro and is divided into two parts, the first being related to the art of the streets and galleries, where we question the spatiality of what is considered art and what is not. In the second part, we discuss the graffiti landscape as a result of non-hegemonic culture and the influence that the central spaces or visibility have on the production of certain urban landscapes. We also address the aesthetic function that graffiti is currently playing in the urban issue and how we can think of the city from them. Through bibliographic survey, fieldwork and analysis of photographs, we have as notes the intrinsic relationship between space, landscape and symbolic representation. Finally, we highlight the role that urban art and public art have in the current urban context.
Keywords: Space, Streets, Galleries, Public Art, Urban Art.

Résumé:
L'article présente les relations et les distances entre les géosymboles urbains, ainsi que le graffiti et le xarpi, avec l'art urbain et l'art public. La recherche identifie ces phénomènes dans la zone portuaire de Rio de Janeiro et est divisée en deux parties, la première étant liée à l'art des rues et des galeries, où nous interrogeons la spatialité de ce qui est considéré comme art et de ce qui ne l'est pas. Dans la deuxième partie, nous discutons du paysage graffiti résultant de la culture non hégémonique et de l'influence que les espaces centraux ou la visibilité ont sur la production de certains paysages urbains. Nous abordons également la fonction esthétique que le graffiti joue actuellement dans la problématique urbaine et comment nous pouvons penser la ville à partir d'eux. À travers l'enquête bibliographique, le travail de terrain et l'analyse des photographies, nous avons comme notes la relation intrinsèque entre l'espace, le paysage et la représentation symbolique. Enfin, nous soulignons le rôle que jouent l'art urbain et l'art public dans le contexte urbain actuel.
Mots-clés: Espace, Rues, Galeries, Art Public, Art Urbain.

Introdução[1]

Há paralelismo entre estudar a complexidade do Movimento Hip Hop e a nova dinâmica urbana observada na última década na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro (2011-2023), em especial por tudo aquilo decorrente da realização de megaeventos na cidade como um todo, que replicou na reestruturação de segmento importante da área central da urbe carioca.

Uma intervenção estatal e privada que ganhou destaque foi o Projeto Porto Maravilha, que modificou a funcionalidade de porções do território em bairros como a Saúde, a Gamboa e o Santo Cristo, além de produzir novas paisagens urbanas. Um dos marcos da ressignificação da paisagem urbana local foi a instalação do mural do artista plástico Eduardo Kobra, denominado Etnias, que ganhou notoriedade ao apresentar uma ideia de identidade brasileira.

Como objetivo geral se analisará a produção da paisagem na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, em destaque para o Boulevard Olímpico, Pedra do Sal e Avenida Rodrigues Alves, por meio dos geossímbolos que identificamos como grafites e xarpis[2].

Canalizamos as nossas atenções para desenvolvermos uma análise sobre as relações da Arte Urbana e da Arte Pública, relacionando com a Geografia, com o objetivo de diferenciarmos a produção da arte das ruas, como os grafites e xarpis marginais e a arte

[1] Essa pesquisa teve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ).

[2] A opção por utilizar grafites e xarpis, ao invés de graffiti e pichação, é uma opção política, buscando identificação com a comunidade de grafiteiros e pixadores do Rio de Janeiro.

das galerias, como os grafites e xarpis vitrines. A percepção da relação entre elas, é entendida como uma questão geográfica por meio do espaço em que se encontram e pelo objetivo que elas buscam.

Destacamos a relevância de trabalharmos com as fotografias como uma fonte metodológica e histórica-geográfica. Assim, passamos a entender que a leitura das fotografias utilizadas possui narrativas hegemônicas e contra hegemônicas na produção da paisagem. O trabalho de campo foi fundamental na obtenção de informações e na análise do espaço e da paisagem da Zona Portuária/RJ.

A partir disso, podemos destacar três abordagens diferentes nas idas aos campos: a primeira foi o convite que fizemos ao Professor Me. Rafael Cordeiro para nos ajudar com o seu olhar sensível sobre a paisagem do Boulevard Olímpico e da Pedra do Sal. A segunda, é sobre as idas que fizemos à Avenida Rodrigues Alves, muitas das vezes de transporte coletivo ou particular, por se tratar de uma via de trânsito rápido. E por último, as nossas idas aos museus, em especial o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), para analisarmos as diferenças entre arte de galeria, arte urbana e arte pública.

Abordamos as questões relacionadas a arte e a geografia, na busca de estabelecermos relações diferenciais entre as produções da rua e das galerias. Partimos do entendimento de que o mesmo grafite possui diferentes interpretações dependendo da sua espacialidade. Essa análise é possível ser feita a partir do momento em que os grafites e xarpis chegam até as galerias de arte, rompendo e ressignificando as o que entendemos por arte urbana e arte pública.

Ruas e Galerias

Partimos da compreensão de que os grandes centros urbanos estão embebidos de contradições na vida cotidiana que podem ser percebidos por meio de diferentes espaços produzidos, paisagens, culturas e histórias vivenciadas. A partir do que foi colocado, a pesquisa tem como uma das justificativas incrementar os estudos de geossímbolos na paisagem, como a arte urbana, os xarpis, grafites e colagens nos espaços urbanos, reiterando a necessidade de entendermos as contradições que esse fenômeno produz na paisagem e no espaço brasileiro.

Identificamos os geossímbolos, a partir dos constructos do geógrafo francês Jöel Bonnemaison, como um conceito basilar nas pesquisas sobre o espaço urbano. Segundo o autor:

> um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão, que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos, assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade (BONNEMAISON, 2012, p.292).

Dessa forma, partimos da ideia de que os grafites e xarpis fazem parte de um conjunto de signos e valores do Movimento Hip Hop, que pode ser analisado em diferentes esferas do cotidiano. Para essa abordagem, temos privilegiado os estudos da paisagem e do espaço urbano.

Nas cidades brasileiras como o Rio de Janeiro, podemos perceber a organização de artistas, grafiteiros, pixadores, movimentos sociais e populares em torno da (re)criação dos espaços públicos. Esse fenômeno social, que passa por olhar as relações urbanas e cotidianas por outra lógica, é expresso nas paisagens centrais e vão criando imagens e narrativas desses lugares.

Temos acordo com a perspectiva de Paulo Cesar da Costa Gomes, ao abordar sobre a cartografia do olhar, com a intenção de entender a posição ou o posicionamento das coisas. Em especial, estamos abordando sobre arte urbana e a sua disposição espacial nas cidades. Algumas partes da cidade podem ser vistas como uma obra de arte ou um espaço vitrine de contemplação ou visibilidade.

Um grafite na rua ou na fachada de um determinado lugar, dependendo do contexto espacial que ele está inserido, é visto como arte urbana. Um grafite na rua ou fachada deslocado de um ambiente artístico, pode ser considerado vandalismo. Dessa forma, analisamos que:

> quando entramos em uma sala de um museu ou de uma galeria de arte, sabemos previamente que os objetos que ali estão expostos são considerados detentores de um valor, seja ele artístico, cultural ou histórico. Muitas vezes, pouco sabemos sobre o que está exposto. De fato, pouco importa o que veremos, eles já estão classificados pela posição que ocupam nessa rede de posições espaciais como elementos de valor. É a sua situação espacial que nos informa. Cabe ao olhar observá-los e identificar o que, naqueles objetos, existe de interessante e de valor. A posição dos objetos os torna visíveis. Eles estão em situação de exposição (GOMES, 2013, p. 53).

A visibilidade espacial vai além de uma questão de percepção, a localidade que cada obra ou ação política está, tem como embasamento a potencialidade de mobilização de pessoas, ideias e grupos. Essas visibilidades, além das colocadas pelo autor, tem embasamento pelo viés econômico e político dos espaços. É possível dizer que existe uma intenção nas formações diferenciais dos espaços, fazendo deles lugares privilegiados para a reprodução do capital e das relações sociais.

Existe uma noção de neutralidade da produção espacial no imaginário social, difundida pelos atores hegemônicos. Se eu não me questiono por que tal rua se encontra posicionada dessa forma, ou por que em determinadas localidades eu tenho "tudo" acessível, como meios de transportes, equipamentos culturais, educacionais ou hospitalares, estou sendo alienado do meio fundamental para o desenvolvimento social e humano: o espaço.

As coisas objetivas como ruas, praças, parques, escolas ou centros recreativos, por exemplo, possuem intencionalidades. Milton Santos irá denominar essas "coisas" que acabamos de abordar como fixos, pare ele os fixos são produzidos para seguir uma lógica de reprodução hegemônica, a do capital.

As ruas da cidade urbana são espaços de destaque para a arte urbana, são vetores de encontros e desencontros, de trocas, de convívio, de eventos simultâneos, compondo o concreto e o imaginário dos grandes centros urbanos. De acordo com o filósofo Armando Silva, podemos entender que:

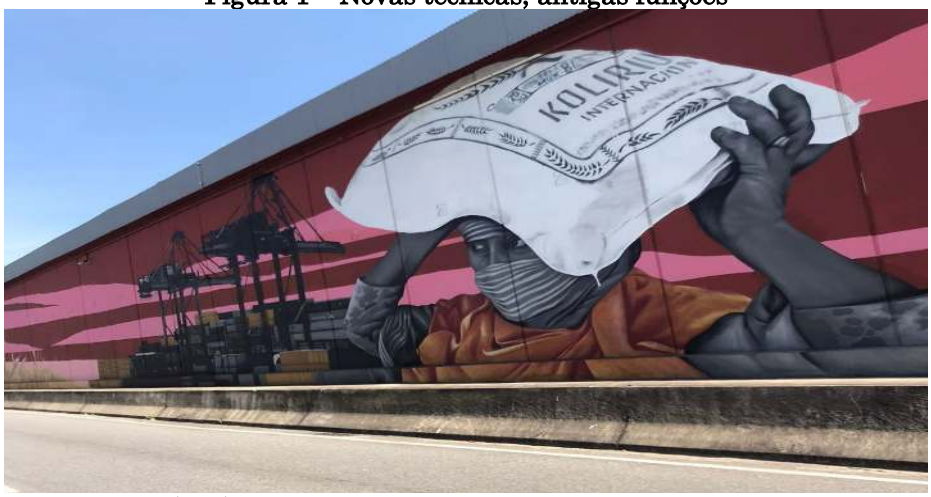
> as inscrições de rua, de qualquer modo, são parte integrantes da paisagem urbana, constroem espécies de túneis por onde deslizam fermentos sociais que vão ganhando forma e fazendo imagem, tema próprio à produção emblemática (SILVA, 2014, p. 96).

Temos nomeado como geossímbolos essas inscrições nas ruas, que primeiramente classificamos como xarpis e grafites urbanos. Existe um imaginário social que a arte urbana é democrática. No entanto, pensar nesses dois conceitos de arte e de urbano na sua singularidade, é pensar que a sua produção historicamente serviu a interesses de atores hegemônicos. Assim, não é porque uma arte se

encontra na rua, é que ela é democrática na sua essência. Existe uma contradição na sua origem que é a produção do espaço.

Destacamos por meio da Figura 1 o muralismo encontrado na Avenida Rodrigues Alves, com o objetivo de exemplificar os imaginários que vão sendo criados por meio de narrativas imaginárias:

Figura 1 – Novas técnicas, antigas funções



Fonte: Autor (org.), 2022.

Na referida Figura 1, podemos perceber a função pretérita e atual que a Zona Portuária do Rio de Janeiro possui: exportação e importação de bens de consumo e matéria-prima. Além de ter sido uma zona crucial para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, foi crucial para a chegada de diversos produtos e comerciantes ao longo dos anos em que a cidade foi a capital do Brasil (1763-1960).

Podemos fazer essa interpretação a partir da análise dos *containers* e dos *guindastes de containers* que estão representados ao lado esquerdo da imagem supracitada. Também identificamos a associação com o Moinho Fluminense, que está localizado no Bairro da Gamboa. A representação do trabalhador carregando uma saca

de trigo identifica essa relação de importação e exportação dessa *commodity*.

Essas representações em uma mesma composição, representam a dinâmica de parte do espaço urbano. De acordo com Milton Santos, podemos entender essa dinâmica da seguinte forma:

> o espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos. A exemplo da biodiversidade, podemos, aqui, falar de uma diversidade socioespacial, encaixada em ecologias sociotécnicas recriadas ao longo da história urbana e ampliada no momento atual. É isso que assegura às cidades – sobretudo as grandes – a possibilidade de acolher as mais diversas atividades, realizadas segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização. Desse modo, tais cidades abrigam todos os tipos de capital e todos os tipos de trabalho. É esta, aliás, sua riqueza (SANTOS, 2017, p. 308).

O espaço da Zona Portuária/RJ é diverso em atividades comerciais. A representação dessas duas atividades laborais, são parte do que o artista quis exaltar e destacar. Entretanto, ela não representa a totalidade das ações que estão e foram elaboradas nesse espaço. Por isso, quando analisamos uma obra de arte ou pintura em exposição à céu aberto, precisamos analisar a sua intencionalidade e a sua espacialidade. Dentro das galerias também é preciso estar vigilante. Sabemos que as exposições, no caso a maioria delas, são de caráter itinerante.

Diante disso, é preciso pensar que para além do confinamento da arte em locais específicos, o seu acesso ou contemplação estão para além de quatro paredes. Se a questão central fosse, por exemplo, o valor do ingresso ou ticket para apreciar uma obra de arte, parte desse problema já teria sido resolvido com a gratuidade em

dias específicos. Por isso, quando pensamos sobre a arte urbana, estamos pensando na produção do espaço em que essa arte urbana se encontra.

Entendemos a cidade urbana como um espaço em constante (re)construção, é um texto que se escreve não apenas pelos grafites ou xarpis, mas pela vida cotidiana que acontece todos os dias, como apontou Henri Lefebvre:

> a cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas. Mas essa escrita nunca acaba. O livro não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas. E trata-se apenas de um borrador, mais rabiscado que escrito" (LEFEBVRE, 2008, p. 111-112).

Podemos entender a expressão inicial "a cidade se escreve" de algumas formas. Analisando o verbo escrever no seu sentido denotativo, damos o significado como sendo aquilo que alguém escreve em algum lugar, como um livro ou uma fachada. Porém, percebemos que Henri Lefebvre ao escrever isso, busca ir além, fazendo uma metáfora do espaço da cidade.

Quando o autor complementa que "a cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas", ele não está abordando sobre grafites, xarpis, poemas, arte urbana ou narrativas, o autor está fazendo outro tipo de provocação: a que o espaço urbano, em especial a cidade, tem influência de diferentes atores no seu cotidiano que está em constante disputa.

Temos dado destaque para a produção do espaço pela perspectiva dos ativistas urbanos, das famílias de pixadores, dos grafiteiros, dos ordinários. Optamos por essa escolha por uma questão política, por um pensamento que rompa com a ordem hegemônica do *status quo*, contribuindo assim, com as ideias de Milton Santos

em “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” (2015): o espaço como uma possibilidade, como ele pode ser e não como ele está sendo.

O espaço urbano é um sistema indissociável de fixos e fluxos, como aponta Milton Santos no livro “A natureza do espaço” (2017). Essa afirmação possibilita algumas análises da produção do espaço, que tentaremos dar a nossa contribuição por meio da crítica aos espaços de visibilidade. Temos pesquisado e analisado alguns espaços centrais no Brasil e a sua ligação com o Movimento Hip Hop, em particular o grafite e o xarpi, como é o caso da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ.

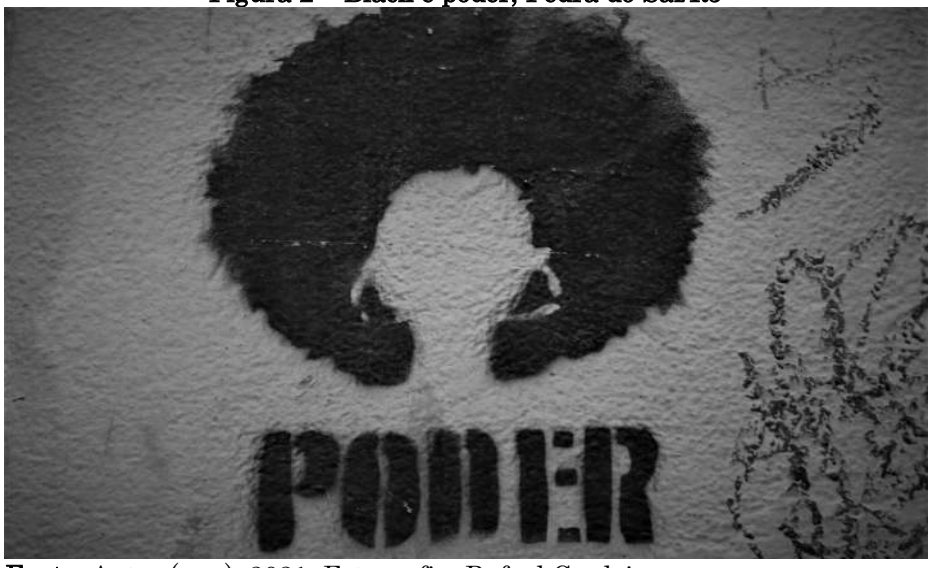
É partindo dessa análise, que identificamos a arte urbana como um objeto de estudo do espaço urbano, na relação intrínseca que existe entre espaços de visibilidade e espaços de apagamentos. Os espaços de visibilidades (ou espaços vitrines) são aqueles que identificamos processos e atores hegemônicos de atuação na sua formação. Dito isso, olhamos para o espaço urbano na rua relação diferencial, onde por motivos históricos, econômicos, geográficos ou culturais, canalizam os desejos e ambições de setores hegemônicos, privados e estatais.

A partir de uma leitura dos espaços de visibilidade e os processos de (r)existência que ocorrem neles, identificamos que os geossímbolos que analisamos humaniza e diversifica esses espaços. Podemos entender esse fenômeno da seguinte forma:

> o espaço, impregnado de signos e polos, é portador de sentido; a mensagem que aí se escreve em termos geossimbólicos reflete o peso do sonho, das crenças dos homens e de sua busca de significados (BONNEMAISON, 2012, p. 302).

Os significados podem ser diversos, nos atentemos aos relacionados ao movimento negro, ao enfatizar a figura e o papel da mulher negra. Assim, quando observamos a Figura 2 a seguir, na Pedra do Sal/RJ, podemos perceber outra lógica de atuação nos espaços centrais, que rompem com a ordem do belo, do formal, do aceitável. A técnica utilizada nessa intervenção foi o estêncil:

Figura 2 – Black é poder, Pedra do Sal/RJ



Fonte: Autor (org.), 2021. Fotografia: Rafael Cordeiro.

A imagem foi realizada utilizando uma técnica conhecida como estêncil (ou *stencil* em inglês) e tem como um dos significados a exaltação do cabelo *black power*, que pode ser traduzido de maneira livre, como "poder preto". O corte de cabelo *black power* é uma identidade, um movimento de resistência e exaltação da cultura preta. A técnica do estêncil que, comparada com o grafite, por exemplo, é simples, foi utilizada de forma bastante significativa ao retratar a força da mulher e da cultura preta.

Destacamos esses espaços, levando em consideração a necessidade de analisar o fenômeno da arte urbana na modernidade. As-

sim como os grafites e xarpis, a arte urbana na sua variedade, produz diversas estéticas, espaços e narrativas visuais contra hegemônicos. Como elucida Armando Silva:

> [...] não é estranho localizar a inscrição sobre o cimento fresco de uma rua ou sobre um cartaz que anuncie qualquer evento. Esta mania "grafitográfica" – que pode ser perturbadora na aparência e na integridade das coisas – é por um lado, uma resposta à necessidade de expressão individual ou grupal que, ao mesmo tempo, revela um desejo de participar e, muitas vezes, mostra a engenhosidade e a criatividade de uma população que está à margem das decisões da cidade, bem como pode manifestar a expressão de ódio, raiva ou vingança (SILVA, 2014, p. 60).

A percepção primária de que estamos partindo, por uma questão lógica de pensamento, de que se o espaço é desigual na sua essência, logo o que se produz a partir disso também tende a ser desigual, não pode ser irredutível na análise das relações sociais. Se aceitamos essa condição de forma pura e restrita, descartamos todas as contradições presentes nessa produção hegemônica, colocando em segundo ou terceiro plano as relações sociais de resistência de artistas, ativistas urbanos e intelectuais literários.

Por outro lado, como elucida o geógrafo Milton Santos:

> na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e equipamentos) e imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como ímã (SANTOS, 2017, p. 269).

Destacamos a ideia de recursos imateriais atrelada aos serviços, como aquilo que serve à alguma coisa ou algo, na produção simbólica da produção desigual espacial. Partindo dessa premissa, de que a produção do espaço hegemônico está sob a égide do capital

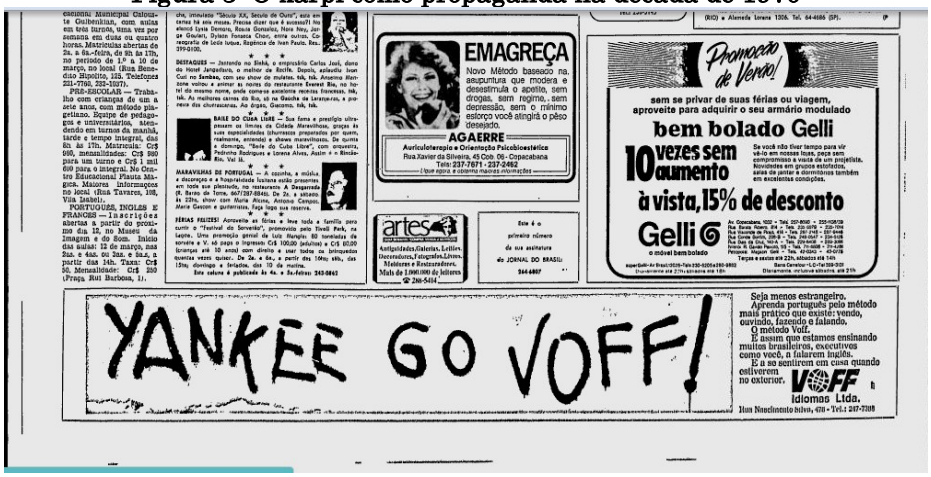
financeiro, especulativo e imobiliário que estimulam e promovem a disputa entre espaços, a construção de espaços de visibilidades, nos ajudam no entendimento dessa questão, como é o caso do Boulevard Olímpico/RJ.

A produção de espaços desiguais e diferenciados é feita por meio de diversos subterfúgios estratégicos. O estímulo à venda de uma localidade, uma rua, uma praça ou mesmo um bairro podem utilizar de elementos artísticos dos mais variados, como a propaganda destinada a um público específico.

Um dos exemplos possíveis de se fazer essa análise, é quando um circuito de rua ou uma exposição permanente valorizam determinado espaço, aumentando o preço dos aluguéis, a compra de imóveis e os preços dos serviços de uma forma geral; ou quando utilizam de uma imagem como forma de propaganda, como podemos ver na Figura 3, que se segue.

A produção de imagens, sejam elas pictóricas ou na mudança do espaço físico, produzem significados distintos, mas geralmente com intencionalidades demarcadas, como foi abordado acima.

Figura 3: O xarpi como propaganda na década de 1970



Fonte: Jornal do Brasil, 1º fev. 1979.

O recorte de jornal que destacamos, com a expressão "Yankee go Voff!", é uma propaganda que foi noticiada no Jornal do Brasil em 1º de fevereiro de 1979. Podemos dizer que foi uma das primeiras propagandas em um jornal brasileiro a utilizar um xarpi como estética. Ela foi paga por um curso de idiomas, ainda durante a Ditadura Militar (1964-1985), com o objetivo de dizer que o "Yankee", que seria um termo para se referir a uma pessoa que mora nos Estados Unidos da América, faz o curso Voff. Atualmente utilizamos a grafia "Ianque" para nos referirmos a esse grupo. Podemos traduzir a expressão, de forma livre, como "Ianques fazem Voff!".

Essa propaganda permite que façamos algumas interpretações, como a utilização do xarpi para fins de propaganda desde o final da década de 1970. Uma outra análise possível, quando relacionamos grafite e xarpi, é a aceitação de uma estética subversiva, que estava em pleno surgimento desse fenômeno, ao invés de uma figura, desenho ou personagens que remetessem aos símbolos estadunidenses, ainda em um contexto de Guerra Fria (1947-1991) no mundo ocidental.

Trazemos novamente para o questionamento, a tríade de Henri Lefebvre para pensarmos a produção do espaço na sua contradição, como abordou o filósofo em *"La producción del espacio"* ou como podemos traduzir para o português "A produção do espaço"; além disso, abordamos a ideia de verticalidade e horizontalidade proposta por Milton Santos em "A natureza do espaço".

O espaço pensado como meio e produto das relações sociais, é ao mesmo tempo heterogêneo e homogêneo na sua (re)produção. De

acordo com Henri Lefebvre, esse espaço é produzido e pensado por atores hegemônicos, mas sofre influência de atores contra hegemônicos; estamos falando dos espaços concebidos, percebidos e vivenciados.

Segundo os construtos de Milton Santos sobre as verticalidades e as horizontalidades no espaço, podemos pensar que:

> as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da confraternidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2017, p. 286).

As verticalidades propostas aqui por Milton Santos sobre as racionalidades no pensamento dos atores hegemônicos no espaço, tem relação com o raciocínio de Henri Lefebvre sobre os espaços concebidos. Trazemos essa relação entres os dois autores, com o intuito de abordarmos as contradições que os espaços possuem. É diante das horizontalidades, sob uma perspectiva pré-estabelecida das ordens distantes, que a vida cotidiana acontece.

Milton Santos ao dizer sobre o cotidiano que é ao mesmo tempo conforme, mas não conformista com o que está posto, aborda sobre o espaço e a complexidade das relações sociais. O espaço que pode ser lugar da alienação, também pode ser o lugar do pensamento crítico, ao mesmo tempo que o espaço é meio para o desenvolvimento social, ele é produto da condição humana, que está em constante transformação e disputa.

Levando em consideração essas questões, quando pensamos nos espaços públicos de visibilidade (ou espaços vitrines), que produzem diferentes tipos e técnicas de artes, não podemos escapar da sua composição espacial, que geralmente são em espaços abertos, principalmente em praças públicas. Segundo Paulo Cesar da Costa Gomes em "O lugar do olhar":

> [...] praças, portanto, cumprem um papel fundamental na vida urbana desde então. Elas mantêm forte identidade com a ideia do público que observa e se faz observar. Elas promovem também a ideia de que há uma quebra de ritmos que não é apenas morfológica. A abertura no tecido urbano causada pelas praças alarga o horizonte de visão, elas induzem à elevação do olhar e à permanência. São lugares onde se produz a vida urbana moderna, de reconhecimento da publicidade, maneira de ser de conviver. Notemos que os espetáculos urbanos das praças na cidade moderna são compostos pela maneira de *ver*, de assistir e de participar dessa maneira de *ser*. Por isso, praças são também sítios de celebração dessa sociabilidade (GOMES, 2013, p. 97. *Itálico do autor*).

O que o autor aborda sobre "alargar o horizonte" são espaços pensados de sociabilização que estão sendo (re)pensados por outros atores, que produzem sentidos, valores e identidades por meio da arte urbana. Essa maneira de *ser* abordada pelo autor pode ser criada e repensada por diferentes grupos que atuam no espaço urbanos, estamos destacando os que tem relação com a arte urbana.

Temos abordado a arte urbana, em particular o grafite, como uma opção de análise desses diferentes nichos estéticos, como podemos analisar nas palavras de Armando Silva:

> [...] superados os limites descritivos e plásticos, todo grafite é observado por seus usuários, tanto a partir de uma interpretação extratextual que lhe antecede, como também em relação a outros grafi-

> te que possam ser a ele associados (imaginário de bairro...), e estas circunstâncias afetam o olhar sobre cada anúncio. Por isso, sem dúvida, o próprio texto grafite produz efeitos de comunicação diferentes segundo o microterritório em que apareça (SILVA, 2014, p. 102).

Destacamos a ideia do microterritório em que cada grafite ou arte urbana apareça, para abordar a influência que o espaço que está sendo produzido a arte, tem na sua interpretação, sentido e conotação semântica, simbólica e cultural. Uma arte pública, que está localizada em um espaço público a céu aberto, possui diferenças na sua percepção de uma arte de galeria fechada. Podemos identificar isso, por meio da forma em que cada pessoa entra em contato e analisa os grafites ou artes urbanas.

É perceptível a diferença de comportamento dos corpos nesses diferentes espaços. Enquanto na rua, um local onde diversas pessoas transitam, circulam, marcam encontros e o inesperado acontece, porque não se tem domínio das ações, acontecimentos e eventos que estão ali. Na galeria, por exemplo, existe um controle dos corpos, o silêncio, a contemplação do espaço por meio da arquitetura e do que está sendo exposto naquele espaço-tempo. A arte urbana atinge diferentes públicos e pessoas, que estão além dos críticos de arte e especialistas.

Identificamos a necessidade da expressão na urbe de grupos feministas, dos movimentos negros, quilombolas, LGBTQIA+ e demais coletivos, por meio de intervenções culturais, artísticas e simbólicas como forma de ação, identidade, existência e resistência. Como aponta ainda Armando Silva:

> a busca de identidades culturais urbanas como fator de resistência grupal se constitui hoje num dos motores subjetivos fundamentais, num trabalho

> que envolve intelectuais, artistas, cientistas e analistas sociais (SILVA, 2014, p. 98).

Essa resistência, vai para além de uma questão reativa, de resposta a uma ordem hegemônica, ela também cria possibilidades de vivências e subjetividades na cidade.

Diante do que foi colocado, alguns autores como Milton Santos e Henri Lefebvre nos ajudam nesse entendimento sobre a produção desigual e combinada do espaço. E sobre a ideia de arte urbana e percepção do espaço, temos a contribuição de Paulo Cesar da Costa Gomes e Armando Silva. Assim, trabalhar com as questões da arte urbana é uma possibilidade metodológica, com o entendimento de que:

> [...] esse talvez seja o maior interesse em trabalhar na geografia com esses objetos da cultura, filmes, romances, fotos etc. Não lhes retiramos sua liberdade ficcional, não os tomamos como pretensões fidedignas de uma pretensa realidade. Nós o tomamos como uma rara oportunidade de discutirmos nossos valores e nossas condutas através do recurso a esse distanciamento (GOMES, 2013, p. 123).

A partir da concepção de que a arte urbana é ao mesmo tempo uma interpretação e uma realidade da cidade, a análise do que está sendo produzido nesses espaços é uma oportunidade de entendermos as contradições que os espaços centrais e de visibilidade contém. É preciso entender como essa arte urbana pode também, ser favorável a um marketing espacial no âmbito do turismo, como aponta Roberto Lobato Corrêa em "Caminhos paralelos e entrecruzados":

> a produção capitalista necessita de publicidade e financiamento para o consumo. Empresas da metrópole, com ou sem capitais da corporação em

> tela, mas mantendo relações com elas, fazem a promoção publicitária dos produtos, utilizando-se de empresas de televisão e jornalísticas da metrópole e inúmeras empresas radiofônicas localizadas nas cidades do espaço de atuação da corporação (CORRÊA, 2018, p. 63).

O consumo dos espaços centrais é feito além do que está exposto pelo autor, também com as obras urbanísticas, monumentos e roteiros turísticos. A cidade passa a ser vista como uma obra de arte de acordo com Henri Lefebvre. Aprofundando o pensamento do autor sobre a questão da arte e do urbano, entendemos que:

> [...] pôr a arte ao serviço do urbano não significa de modo algum enfeitar o espaço urbano com objetos de arte. Esta paródia do possível denuncia a si mesma como caricatural. Isso quer dizer que os tempos-espaços tornam-se obra de arte e que a arte passada é reconsiderada como fonte e modelo de *apropriação* do espaço e do tempo. A arte traz casos e exemplos de "tópicos" apropriados: de qualidades temporais inscritas em espaços (LEFEBVRE, 2001, p. 133. *Itálico do autor*).

Os espaços de visibilidade são compostos por heranças históricas, tanto de ideias executadas no seu planejamento, como de ideias novas com propostas de (re)formulação. É nesse ínterim que a arte urbana que pode seguir o *status quo* ou ser transgressora e marginal, traz a ideia de reflexão do próprio sentido da arte e da cidade como um fenômeno político. A arte transgressora convive com as diferenças, mas não de modo separado, da arte tradicional ou de galeria. Em vários casos ela utiliza elementos estéticos e éticos na sua formulação.

Trazemos para o debate, o pensamento de Raquel Rolnik em "O que é cidade?" para pensarmos esses espaços privilegiados de circulação da arte:

> entre as torres envidraçadas e gestos tensos dos homens de terno e pasta de executivo, meninas pulando e jogando amarelinha estariam totalmente deslocadas; assim como não há travesti que faça michê na porta do Citibank às 3 horas da tarde. Não se veem vitrinas de mármore, aço escovado e neon na periferia, nem lama ou falta d'água no Leblon (Rio), Savassi (Belo Horizonte) ou Boa Viagem (Recife). É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores (ROLNIK, 2018, p. 45).

Raquel Rolnik ao abordar sobre fronteiras imaginárias, estabelece uma relação com o que foi produzido em determinado espaço. É possível dizer que mesmo sem muros, portões ou cercas, um espaço foi produzido para um determinado grupo social. E isso podemos entender por meio da forma que ele foi planejado, como ele é gerido e as coisas e pessoas que circulam por lá. Outras possibilidades são as construções arquitetônicas presentes nos grandes centros urbanos, que "podem ser lidas e decifradas, como se lê e se decifra um texto" (ROLNIK, 2018, p. 18).

Essa leitura acontece pelo desenho das ruas, das praças, casas, prédios e vielas que possuem temporalidades na sua produção espacial e buscam uma intencionalidade. Podemos entender que existe relação histórica e espacial, entre espaços contemplados com centros de poder e a produção da arte urbana que tem visibilidade em escala municipal, estadual e nacional. Além, de ter uma forte presença em fotografias nas redes sociais como pontos turísticos.

Cultura e Marketing

Após algumas leituras, como a tese do geógrafo Milton Santos sobre "O centro da Cidade do Salvador", surge o questionamento, se estudar parte da Zona Portuária do Rio de Janeiro, buscando ressaltar as contradições expressas na paisagem por grafites e xarpis, seriam o suficiente para explicar a dinâmica espacial, ou mesmo o entendimento sobre o que é paisagem para a ciência geográfica. Decerto, essa parte do centro histórico da cidade do Rio de Janeiro, possui diversas atividades econômicas, sociais e culturais. Por isso, fazer uma escolha, de certa forma temática, é assumir o desafio de não produzir e nem reduzir o espaço geográfico ao que estamos pesquisando.

Podemos entender, como elucidado por Milton Santos, que a paisagem está para além da questão gráfica, desenhada ou simbólica. A expressão da paisagem, como uma representação e um produto do que certa sociedade construiu, é também uma questão cultural na sua complexidade, por isso concordamos com o pensamento de que:

> [...] de fato, se a indivisibilidade da paisagem é um dos postulados de base da geografia, o estudo da cidade, seja como forma de atividade, seja como forma de organização, constitui uma prova indiscutível de que nossa ciência atingiu sua maioridade e de que podemos nos considerar como possuindo um campo próprio de estudos (SANTOS, 2012, p. 27).

Para o autor, a estrutura urbana é composta por diferentes conjuntos. Poderíamos destacar, como exemplo, sobre a questão econômica fluminense, os navios atracados na Baía de Guanabara das empresas multinacionais, a Ponte Presidente Costa e Silva (ou popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói) e o fluxo de pessoas

e mercadorias, ou mesmo os prédios e escritórios comerciais, como o da empreiteira Odebrecht.

É importante colocarmos em destaque, que a Zona Portuária/RJ tem relação direta com o centro da cidade. Além disso, temos a compreensão de que a cidade, na sua concepção crítica está para além de um perímetro administrativo, mas sendo o reflexo e o produto do fenômeno do urbano. Diante disso, entendemos que:

> o centro de uma grande cidade é, então, o teatro dessa luta de tendências. Sua síntese se manifesta pela criação de uma paisagem. Os componentes dessa paisagem refletem uma parte de escolha, representada pelo estilo de construções e os processos de urbanismo, mas refletem sobretudo as necessidades e condições próprias a cada etapa da evolução urbana. A paisagem é, então, o resultado de uma combinação de elementos cuja dosagem supõe um certo ritmo de evolução e um certo dinamismo [...] (SANTOS, 2012, p. 28).

A nossa escolha, de pesquisar sobre um fenômeno urbano recente, mas que possui precedentes de maneiras espaçadas em diferentes sociedades, como a ideia de se expressar por gravuras, formas e letras em paredes e rochas, é uma das escolhas possíveis de análise e entendimento da realidade em que vivemos. Entendemos que as grandes cidades brasileiras, o qual o Rio de Janeiro faz parte, possui um histórico recente voltado para o urbanismo planejado.

A paisagem grafitada, é fruto do contraste que vai sendo intensificado nas cidades ao longo do tempo. A Zona Portuária da cidade é um espaço marcado por diferentes temporalidades, que estão expressas em estilos e idades distintas de casas e prédios, como questões materiais. Mas também, por questões culturais contrastantes. Vale destacar, como aponta José Luiz dos Santos que:

> é importante considerar a diversidade cultural interna à nossa sociedade; isso é de fato essencial

> para compreendermos melhor o país em que vivemos. Mesmo porque essa diversidade não é só feita de ideias; ela está também relacionada com as maneiras de atuar na vida social, é um elemento que faz parte das relações sociais no país. A diversidade também se constitui de maneiras diferentes de viver, cujas razões podem ser estudadas, contribuindo dessa forma para eliminar preconceitos e perseguições de que são vítimas grupos e categorias de pessoas (LUIZ DOS SANTOS, 2006, p. 19).

Temos a percepção de que o Movimento Hip Hop, expresso aqui pelos geossímbolos, busca estabelecer outra relação com o cotidiano social. Caracterizamos o grafite e o xarpi como parte da arte urbana, ou melhor dizendo, como arte pública. De acordo com Armando Silva, existe diferenças entre elas. Como podemos analisar:

> o que conhecemos como público é na verdade o espaço urbano, enquanto o público corresponderia a uma instância a ser conseguida. O público, no sentido daquilo que é comum aos cidadãos, está em disputa, em confronto permanente; possui, como a arte pública, uma conotação política. Assim, migra-se do descritivo, o lugar físico, ao analítico, o debate. Na verdade, o urbano tem muitas interações, e uma delas é a sua dimensão pública, que passa deste modo pelo debate, paralelo à esfera pública (SILVA, 2014, p. 118-119).

A disputa colocada aqui é latente nas fachadas de prédios, casas, postes e demais planos verticais que possam ser grafados pela ação humana. O grafite e o xarpi não possuem um público-alvo, como por exemplo vemos nas galerias de arte; o público-alvo desse fenômeno é o cidadão. O diálogo entre espaço público e arte pública como uma questão política, é o que dá sentido na sua disputa pela narrativa do que chega aos cidadãos; seja como um espaço passivo de resistência organizada ou um espaço de concentração de alternativas à ordem hegemônica.

O que temos avaliado, a partir da marginalização do xarpi e da aceitação do grafite é que:

> as dimensões éticas da arte só podem restabelecer-se por uma nova relação com um público não especializado, ou seja, relacionam-se não com públicos, e sim com cidadãos (SILVA, 2014, p. 117).

Diante dessas questões sobre público-alvo, espacialidades relacionadas as artes e a relação entre ética e estética de uma produção cultural, seja ela da cultura urbana ou das galerias, buscamos diferenciar as suas origens. Atentemos para o que Armando Silva, no livro "Atmosferas Urbanas: grafite, arte pública e nicho estéticos" aborda sobre a origem de cada fenômeno:

> a arte urbana provém da arte visual: simplesmente o que se fazia para mostrar em um espaço de arte será feito na rua, o que, é claro, outorga uma expressividade de rua; também é possível prever outra grande influência, vinda do muralismo mexicano, como o de Diego Rivera (1886-1957), que de qualquer forma também é arte assimilada à galeria, pois funciona com seus mesmos mecanismos de obra de arte. Por outro lado, está a arte pública, também herdeira da arte, mas que foi fortemente influenciada pela filosofia e pelas disciplinas sociais, até fazer do próprio pensamento a obra de arte, como assume em geral a arte contemporânea. Enquanto isso, o grafite, em sua mais legítima e rude expressão, provém da rua desde a época do nascimento das cidades no Ocidente (SILVA, 2014, p. 127).

Diferenciamos assim, as suas origens e influências. Vale apontar, que o que o autor entende por grafite, nós entendemos por grafites e xarpis; mesmo havendo diferenças, como já apontamos. Atualmente, é difícil separar esses três fenômenos apontado por Armando Silva. Nas ruas ou mesmo nas galerias de artes, eles estão

imbricados, formando um caleidoscópio de informações e mensagens, algo que pode ser analisado a partir da Figura 4.

Os estudos do xarpi ou do pixo no Brasil mostram que ambos são a manifestação de um fenômeno, que mesmo existindo em diversos espaços centrais mundo a fora, é caracterizado como um fenômeno genuíno da nossa cultura. Quando o autor engloba o *graffiti* e a pixação como uma coisa só, ele nos indica como esse fenômeno está sendo pesquisado e abordado por outros pesquisadores. A partir do que já foi dito, temos a compreensão que são fenômenos com a mesma origem, mas que possuem diferenças na sua intencionalidade, manifestação, estética e expressão visual.

A Figura 4 é composta por dois grafites representando crianças assistindo, possivelmente a um filme, com óculos de três dimensões (3D). Em cima é possível perceber a presença de quatro xarpis diferentes, cada um representando uma pessoa que passou por ali e deixou a sua marca na paisagem. Nesse grafite, analisamos a relação intrínseca da arte urbana e da arte pública. Afinal, é possível caracterizar com firmeza em qual grupo o desenho das meninas se encaixam?

Figura 4 – Crianças espantadas, Pedra do Sal/RJ



Fonte: Autor (org.), 2021. Fotografia: Rafael Cordeiro.

Definimos que é um grafite; o seu entorno também nos ajuda nessa definição. Mas não podemos esquecer, que o seu entorno, como Silva apontou, outorga uma expressividade da rua. Ou seja, estamos diante de uma cultura urbana, da cultura da rua, na sua variedade e complexidade. Além disso, surge o questionamento: por que essas meninas estão espantadas? Podemos fazer analogias e interpretações, a partir do que temos pesquisado. Será uma análise do artista/grafiteiro?

Interpretamos que o espanto seria causado por aquilo que elas estão vendo surgir ou passar na sua frente. Vale destacar, que esse grafite (tirando os outros muros e construções) está voltado para a orla da Zona Portuária/RJ; assim elas estão vendo um filme passando, sendo interpretado por atores e atrizes.

Outra intepretação possível, é que essas crianças são telespectadoras da vida cotidiana, das relações que estão sendo criadas e (re)criadas sob as suas vistas. Decerto, alguns grafites possibilitam diversas leituras, dependendo da sua contextualização espacial e histórica, é como se fosse um livro com diversas interpretações.

Na relação imbricada entre essas categorias de expressões artísticas, trazemos para o debate, como forma de exemplo, o uso do grafite e do xarpi em galerias de artes; a exposição realizada no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), no centro da cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 12/10/2022 e 23/01/2023. Vale o destaque, que o CCBB é um importante espaço no cenário carioca de divulgação de exposições nacionais e internacionais sobre arte, música e cinema.

Destacamos parte do painel de abertura da exposição "Os Gêmeos: nossos segredos?":

> composta por quase mil itens, incluindo obra especialmente desenvolvida para o espaço dos CCBBs, a mostra traduz muito do processo de criação, da inspiração, criatividade e consistência do trabalho que ganhou o mundo sem renunciar às suas origens e referências culturais. As referências visuais do movimento hip-hop tangenciam a carreira dos artistas, conhecidos pelos personagens peculiares que habitam seu graffiti e que ganharam não só muros e grandes painéis das grandes cidades do mundo, mas também inusitados suportes, como uma kombi e até um avião de passageiros de grande porte, com desenhos sempre desenvolvidos a partir de minucioso processo de estudo entre imagem e superfície (OS GÊMEOS, s/d).

O texto de introdução da exposição, aponta para a influência do Movimento Hip Hop nos grafismos urbanos e artísticos, em particular dos grafites. Porém, pudemos perceber diversos xarpis nas fotografias, quadros, cadernos, camisas, bonés, ou seja, em quase toda a exposição.

Isso indica, que ainda hoje os xarpis, mesmo que bastante utilizados, até mesmo em obras de artes, são marginalizados na sua nomeação e no debate em torno do que eles são. Além disso, o texto

indica como esse fenômeno urbano vem ganhando destaque ao redor do mundo, fazendo parte da decoração de alguns meios de transportes, como o carro e o avião.

Utilizando de alguns construtos de David Harvey e Henri Lefebvre, abordamos a cidade como uma obra de arte, o qual os grafismos dos atores do Movimento Hip Hop, vão tecendo diferentes paisagens, contrastando com a arquitetura urbana criada pelos atores do capital. David Harvey nos ensina que:

> a cidade capitalista, por exemplo, é construída como uma obra de arte por si só, com uma arquitetura fabulosa e de significados icônicos e conflitantes. As mansões e coberturas dos "mestres do universo", que hoje trabalham em escritórios suntuosos instalados em arranha-céus reluzentes nos centros financeiros globais, contrastam com a antiga arquitetura industrial das fábricas tradicionais. Os espetaculares centros de consumo e a criação perpétua do espetáculo urbano pós-moderno contrastam com cortiços, bairros de imigrantes e de classe trabalhadora e, em muitas cidades do mundo, grandes conjuntos de casas construídas pelos próprios moradores. A cidade capitalista é o ponto alto da tentativa do capital parecer civilizado e representar a grandeza de aspirações humanas (HARVEY, 2016, p. 150).

David Harvey ao trazer a perspectiva da cidade como obra de arte, se assemelha de Henri Lefebvre, quando estabelece que existe uma constante produção dos espaços urbanos, onde eles vão sendo diferenciados pelas pessoas e pelas relações sociais; além, de o meio geográfico atual ser uma produção da técnica, da ciência e da informação, como no ensina Milton Santos (2017).

Na Figura 5 a seguir, podemos perceber a influência dos xarpis na composição da amostra artística:

Figura 5 – Xarpi da década de 1990 em exposição



Fonte: Autor (org.), 2022.

Na referida figura podemos ver o artista norte-americano Barry McGee terminando um xarpi com um *pilot*/caneta de alta fixação. Essa fotografia estava na primeira sala (de três) da exposição, demonstrando como as origens e a contemporaneidade do grafite e do xarpi estão relacionadas.

Podemos apontar também, que Barry McGee foi um dos primeiros grafiteiros a utilizar o preto e o branco nos seus trabalhos, além de dar destaque para o volume dos traços e o uso de contornos. O trabalho dos Gêmeos (Gustavo e Otávio Pandolfo), tanto no grafite, passando pelo xarpi, até as artes plásticas é fortemente influenciada pela obra desse artista.

Colocamos em evidência também, que o xarpi que encontramos na Zona Portuária tem relação direta com o estilo de Nova Iorque, que é caraterizado por letras e personagens na mesma composição. Além, de utilizar a verticalidade dos prédios como meio de divulgação do próprio nome, da família em que atua ou da sua coragem em pichar em locais de difícil acesso.

O que corriqueiramente não conseguimos entender nas pixações, e até mesmo em grafites, passou por um processo de criação do xarpi, justamente para que seja de difícil compreensão e que não seja facilmente identificado. É diferente do xarpi político, em que a mensagem deve ser objetiva entre quem escreve e quem lê.

Além dessas questões, uma das relações que podemos perceber entre o trabalho dos Gêmeos e do Eduardo Kobra, que também tem nas suas origens as características do Movimento Hip Hop, e que também trabalha com murais, é o uso da técnica empregada. Assim como Gustavo e Otávio, o Eduardo Kobra também têm elaborado murais em diferentes países, como foi o caso do Boulevard Olímpico/RJ.

Colocamos em destaque a ampliação da escala de produção, que diferente dos grafites da Pedra do Sal/RJ, possuem uma proporção grande, justamente para ganhar relevância no contexto urbano, para que ela tenha relevância para quem observa, mesmo que essa pessoa não procure por essa expressão. Isso gera a impressão de monumento ao muralismo/paineira.

É válido dizer que o muralismo, mesmo utilizando de instrumentos do grafite, é caracterizado como uma expressão própria. Ou seja, o grafite é característico, assim como o xarpi, pela linguagem da rua, já o muralismo está relacionado com a arte urbana, com o intuito decorativo da paisagem.

Segundo Armando Silva, ao abordar sobre a arte urbana e os projetos institucionais, identificamos que o muralismo, em grande parte:

> [...] aparecem também em vários projetos institucionais que de fato não entram em conflito com o poder, mas podem impactar o espaço urbano ao

> usar estratégias estéticas que não vão simplesmente satisfazer um interesse publicitário ou mercantil, casos em que ainda entrariam em nossa perspectiva de nicho estético, porém de projeção precária do grafite pobre, como já dissemos antes (SILVA, 2014, p. 169).

Colocamos em destaque essa análise, porque ela nos ajuda a entender os murais elaborados na Zona Portuária/RJ, estamos abordando sobre a Avenida Rodrigues Alves e o Boulevard Olímpico, os dois com traços marcantes do grafite.

A uma primeira vista, a pessoa que passa por esses espaços, podem não conseguir distinguir as imbricações entre arte urbana, arte pública, grafite, xarpi, stencil ou muralismo. São muitas as técnicas e estilos utilizados hoje no espaço urbano, e a identificação e separação delas é mais delicada. No entanto, o uso do espaço público com a produção de imagens, indica que a concepção de arte e de vida urbana têm mudado.

Como já abordado, sendo um fenômeno urbano recente espalhado por diversas cidades do mundo, o uso do grafite e do xarpi como expressão política e estética, ganha além das ruas, as galerias de artes e as exposições. Além, de fazer parte de um mercado publicitário:

> o grafite entra para a grande empresa e mercado mundial da arte urbana e, deste modo, as criações de rua recebem sua benção. Esta atitude, seguida por outras instituições museológicas, gera mudanças. De um lado, enlaça os criadores anônimos e, de outro, acentua uma mudança de olhar: a rua vai para o museu e as galerias, repetindo o passado nos anos 1960 com Jean-Michael Basquiat e outros, mas agora com um sentido mais museográfico, mais popular, que conquistou o apoio das estreitas galerias, pois se coloca à disposição de

> um público de massa que circula ou circulou pelo espaço urbano (SILVA, 2014, p. 144).

A exposição do grafite, e até mesmo do xarpi, em museus e galerias aponta para um fenômeno novo no meio desses geossímbolos: ser reconhecido pelo público em geral como artista. O anonimato que até então é característico dessa expressão urbana, ainda é encontrado em poucos artistas, como é o caso do pseudônimo do artista britânico Banksy. A seguir, na Figura 6, temos a identificação dos sujeitos que interagem com a arte urbana de modo não anônimo.

Figura 6 – Grafites, pessoas e exposição



Fonte: Autor (org.), 2022.

Uma das primeiras relações que podemos analisar, é o perfil das pessoas aqui presentes, sendo bastante diferente das rodas ou batalhas de rap na rua, por exemplo. Uma diferença de análise imediata é a vestimenta, com trajes usuais monocromáticos entre preto, cinza e azul. Além da predominância de bermudas e calças casuais.

A quantidade de homens também chama a atenção, sendo em grande parte de jovens e adultos de meia idade, esse perfil também é encontrado de forma significativa entre os grafiteiros e pixadores. O que não significa, que as mulheres, negros e LGBTQIA+ não façam parte dessa composição.

É verdade, que essa figura retrata um momento da exposição, um lapso do tempo-espaço da amostra. Por isso, não podemos afirmar que toda a exposição teve esse perfil, nem temos essa pretensão. Essa figura retrata um momento, um perfil de pessoas que foram à exposição no mesmo dia em que fizemos a fotografia.

Dessa forma, levantamos o questionamento se os grafites de galerias, promovem ou não a relação entre estética e política, que os grafites marginais e políticos buscavam/buscam quando estão nas ruas, praças e viadutos, como indicou Silva ao escrever sobre grafites e arte urbana:

> no fim das contas, trata-se de construção e apego momentâneo de rápidas formas coletivas de subjetividade; a busca de uma cidadania participante, já que o conceito de espaço público contém, é verdade, um paradoxo: "não está simplesmente disponível e, portanto, a relação com esse espaço tem o sentido de uma *recuperação*", como indicou Sergio Rojas (2008). Fazer acontecer no plano da representação estética, a falta de representação política e, assim, tornar evidente a relação entre estética e política, não do presente e sim, concretamente contra o poder em todas as suas variáveis, e pela obtenção de conquistas democráticas (SILVA, 2014. p. 169. Itálico do autor).

Temos essa citação, como uma das questões-chave para entender o processo das artes urbanas, o qual o grafite, o xarpi e o muralismo fazem parte. Ao apontar que o espaço público não está simplesmente disponível, e que esses grafismos buscam um sentido

de recuperação, o autor nos indica a relação de poder que é/está estabelecida nos espaços das cidades.

A abordagem estética, de uma outra produção da paisagem urbana, por meio de representações gráficas e simbólicas, como personagens importantes ou que tenham relação com aquele espaço, podem fazer parte de diversos questionamentos ou intenções políticas e comerciais. É essa relação entre estética e política no espaço urbano, produzindo uma outra paisagem simbólica, é o que temos analisado até aqui.

Ao abordar sobre estética, o que nos chama a atenção é a transgressão que o xarpi tem na composição da paisagem. Como já foi dito, é uma escrita, um geossímbolo, uma marca para ser reconhecida entre pixadores. Destacamos assim, três características do xarpi, entendendo que é uma expressão volátil, de difícil registro; assim como é facilmente produzida e (re)produzida em diversos espaços, ela também é facilmente apagada.

O reconhecimento social entre os pixadores é a primeira característica, a segunda é a atividade vista e exercida como fonte de lazer e adrenalina, e a terceira, é o protesto embebido nessas manifestações, sejam de modo intencional ou não.

Além do Movimento Hip Hop, a periferia urbana das grandes cidades, cria e (re)cria múltiplas identidades, de uma forma dialógica, onde não só consome o que a grande mídia vende, ou o que é puramente considerado *Cultura*, como ir à uma peça de teatro, ou ao cinema, ou mesmo frequentar uma exposição de arte.

Na verdade, o diálogo que deve ser feito, é sobre qual é a narrativa de cultura que é propagada como belo, bonito e ético. En-

tendemos o Movimento Hip Hop como um momento de *celebração*, como aponta Denilson Araújo de Oliveira:

> os cenários criados nesses eventos festas se constituem como um dos elementos territorializadores deste espaço, pois eles produzem significações políticas e culturais a partir da evidenciação dessa cultura política negra (OLIVEIRA, 2011, p. 87).

Os eventos não acontecem isoladamente, eles fazem parte de um conjunto de elementos que caracterizam o Movimento Hip Hop. As diferentes ações, como o xarpi, as rodas de rimas, o grafite, a dança e mesmo estar presente naquele espaço, fazem parte do evento da celebração do Movimento Hip Hop.

O debate sobre o Movimento Hip Hop vem ganhando forças em diversas esferas, optamos por analisá-lo como um fenômeno urbano. Alguns construtos de Denilson Araújo de Oliveira nos ajudam a entender o Movimento Hip Hop como uma cultura que se territorializa, que faz parte da construção das imagens e dos espaços das cidades e do urbano, como é expresso pelo autor:

> o Hip Hop é um dos inúmeros exemplos de culturas que se mundializam rapidamente traduzindo-se em cada nova realidade que se territorializa. Essa cultura vem sendo majoritariamente apropriada por jovens pobres e minorias sociais em várias partes do mundo e envolve música (rap), dança (break) e artes nos muros (grafite) atravessadas por posturas políticas do viver e lutar em cidades de grandes desigualdades (OLIVEIRA, 2010, p. 74).

Diante da mundialização que vem acontecendo do Movimento Hip Hop, é comum, como aborda Denilson de Araújo Oliveira, caminhar pelas cidades e encontrar paredes, portões, monumentos e fachadas de casas pixadas ou grafitadas. Esses grafismos que vão

marcando a cidade, seguem algumas lógicas de repetição ou ação, o que poderemos ver mais adiante.

Além disso, é possível observar o uso de roupas e vestimentas características, como as bermudas e camisas largas, o cabelo nagô ou rastafari, formando um estilo característico desse movimento, ou seja, sendo a identidade cultural de parte da juventude negra e periférica. Ainda de acordo com Denilson de Araújo Oliveira:

> o Hip (quadris) Hop (mexer, saltar) nasce como uma cultura política negra tendo o corpo como elemento central. Isto é, os corpos que eram vistos como potenciais criminosos pelo discurso conservador passam a criar uma nova forma de viver na metrópole (OLIVEIRA, 2010, p. 77).

Estabelecer que o Movimento Hip Hop nasce como uma cultura política negra, é estabelecer outras perspectivas de mundo, de cidade, de cultura e de lazer. É válido ressaltar que o corpo é um ponto central nas culturas africanas e na diáspora que se (re)inventaram nos diferentes espaços e tempos, principalmente na América Latina e no Caribe.

Ressaltamos a importância de analisarmos o Movimento Hip Hop como ele é e está sendo: uma expressão das diferentes culturas africanas no mundo, que foram se criando, (re)criando e se territorializando ao longo dos diferentes espaços da diáspora africana, assim como outros movimentos culturais.

Uma das fontes de registro do xarpi, além das paredes, muros, portas, pontes, passarelas etc., são as folhas de caderno que os pixadores trocam entre si, como forma de reconhecimento e divulgação. Como é possível analisar na Figura 7, a predominância do pre-

to e do branco, revela a composição monocromática que avaliamos anteriormente.

Dentre outras questões, a espessura do traço também varia entre a escrita, além de alguns desenhos, que podem configurar a representação de uma família de pixadores, como é possível avaliar o desenho de dois ratos na parte inferior da figura.

Figura 7 – Registros do xarpi em folhas de papel



Fonte: Autor (org.), 2022.

Uma das contribuições que o estudo dos grafites e xarpis, na análise de parte da realidade urbana aponta, é o entendimento sobre a produção da paisagem e a espacialidade diferenciada que as grandes cidades e metrópoles possuem.

Se levamos em consideração que:

> um grafite pode ser visto e aceito como arte urbana, colocado numa galeria, passa a ser arte visual, mas na rua é percebido como sua natureza histórica: grafite (SILVA, 2014, p. 130-131).

Estamos aceitando a relação posicional que um objeto ou fenômeno possui, de acordo com a sua espacialidade. A paisagem da Zona Portuária/RJ na sua complexidade, é carregada de historicida-

de e simbolismo, como pudemos avaliar nessa pesquisa. As construções históricas que sobreviveram as reformas urbanísticas e especulações do capital imobiliário, são registros de resistências de tempos passados.

O Porto Maravilha, como hoje é conhecida essa região, teve grande influência na produção dos armazéns que estão presentes no Boulevard Olímpico e na Avenida Rodrigues Alves e que recebem diversas artes com referência do grafite, como é o caso do muralismo.

Considerações Finais

Aos companheiros de pesquisas e estudos sobre a Geografia, em particular a Geografia Urbana, Cultural ou Humanista, deixamos o convite de abordarem em suas explanações, pesquisas, artigos e livros, a importância do estudo da paisagem urbana como uma possibilidade de interpretação da realidade em que vivemos, por meio da análise do Movimento Hip Hop como um fenômeno urbano da atual fase da globalização neoliberal.

Temos o entendimento de que a abordagem sobre o que denominamos de geossímbolos: grafites e xarpis, poderiam ser feitas de outras formas. Isso significa utilizar outros autores, outro recorte temporal ou mesmo espacial. Optamos por fazê-lo desse modo, para explicar as diferentes paisagens produzidas ao longo da última década na Zona Portuária do Rio de Janeiro. As opções que realizamos, como o uso da palavra grafite ao invés de graffiti, ou a utilização de xarpi ao invés de pixação, é uma opção política.

Diante disso, analisamos como o Movimento Hip Hop é um fenômeno amplo e complexo na atual realidade brasileira, além de possuir diferentes espacialidades e composições culturais na Zona Portuária do Rio de Janeiro. A iniciativa de pesquisarmos sobre essas questões abordadas acima, estão sendo pensadas ao longo de alguns anos, o que não significa que o debate e as possíveis reflexões sobre o tema estejam esgotados.

A pesquisa sobre a produção do espaço e da paisagem, estão em constante transformação, identificamos e escolhemos analisar parte da paisagem urbana carioca utilizando os grafites e as pixações, para entendermos como diferentes paisagens foram produzidas e (re)criadas nesse espaço, buscando responder a quais objetivos elas seguem.

O Projeto Porto Maravilha teve relevância nessa pesquisa, por ser a ideia transformadora de parte da Zona Portuária/RJ, buscando modificar a ideia turística e imobiliária desse espaço, por intermédio do que chamamos de ordem distantes ou verticais. O tensionamento, ou melhor dizendo, a disputa pela paisagem, está sendo traçada a nível local, mas entendemos que as grandes projeções de reformulação de determinada parte do urbano, tem origem em diferentes espaços centrais e com diferentes atores hegemônicos.

Referências

BONNEMAISON, Jöel. **Viagem em torno do território**. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: uma antologia (1). – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**; tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. – Belo Horizonte: Eitora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUIS DOS SANTOS, José. **O que é cultura**. – São Paulo: Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de; TARTAGLIA, Leandro. **Ensaio sobre uma geo-grafia dos graffitis**. GEOgraphia, Niterói, v. 11, n. 22, 8 fev. 2011, p. 59-88.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. **Hip Hop e Territorialidades urbanas: uma construção social de sujeitos das "periferias"**. Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF, n. 11 (2009/2010). Rio de Janeiro/Niterói – Ed. ALTERNATIVA/Ed. EdUFF, 2010, p. 73-113.

OS GÊMEOS. **Exposição OSGÊMEOS: Nossos Segredos**. Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro. 2022.

ROJAS, Sergio. **Estética del malestar y expresión ciudadana: hacia uma cultura crítica**. Sepiensa.net, 24 out 2006. Disponível em: www.sepiensa.net/edicion.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Armando. **Atmosferas urbanas: grafite, arte pública, nichos estéticos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

Submetido em: 13 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 29 de abril de 2023.
Aprovado em: 10 de maio de 2023.

MIRANDA NUNES, D. H. RUAS E GALERIAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESPAÇO, ARTE PÚBLICA E ARTE URBANA. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2921. Acesso em: 22 jul. 2023.

ESPACIALIDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS:

A necessária desconstrução de discursos autoritários e excludentes

SPATIALITY AND EDUCATIONAL POLICIES:
THE NECESSARY DECONSTRUCTION OF AUTHORITARIAN AND EXCLUDING DISCOURSES

ESPACIALIDAD Y POLÍTICAS EDUCATIVAS:
LA NECESARIA DECONSTRUCCIÓN DE LOS DISCURSOS AUTORITARIOS Y EXCLUYENTES

Maria Cristina Borges da Silva
Programa Avançado em Cultura Contemporânea (PACC) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
E-mail: mariacrisbs@gmail.com

Roberto Filizola
Departamento de Teoria e Prática de Ensino (DTPEN) – Universidade Federal do Paraná – UFPR.
E-mail: robertofilizola@gmail.com

Resumo:

O desmonte de políticas públicas é danoso para a formação de estudantes e educadores. Neste trabalho, objetiva-se problematizar mudanças ocorridas nas políticas educacionais no período pós 2016 e suas repercussões no ensino das ciências humanas, criticando o desmanche da política pública do livro didático e a censura que cerca esse recurso. Trata-se de pesquisa bibliográfica que denuncia o desmonte das políticas educacionais e do livro didático e as deformações nas concepções de Educação do Campo e de Educação Ambiental. Se as políticas e práticas educacionais fortalecem a democracia e ampliam a participação cidadã, urge uma formação que permita interpretar o que se revela e o que se oculta por detrás de tais políticas. O fortalecimento das diferentes geografias do país com base em uma formação sociopolítica e socioespacial legitimadora da participação em processos decisórios deve constituir prática de educadores compromissados com ações inclusivas, garantidoras de direitos.

Palavras-chave: Educação, Ensino de Geografia, Espacialidade da Educação, Políticas Públicas, Livro Didático.

Abstract:
The dismantling of public policies is harmful to the training of students and educators. In this perspective, the purpose of this work is to analyze the changes that occurred in educational policies in the period after 2016 and their consequences in the teaching of human sciences. Furthermore, the dismantling of public policy on didactic books is criticized, considering the censorship imposed on this resource. If educational policies and practices strengthen democracy and expand citizen participation, there is an urgent need for training that incorporates the interpretation of what is revealed and what is hidden behind such policies, to have repercussions in the practice of educators committed to inclusive actions, rights guarantors.

Keywords: Education, Geography Teaching, Spatiality of Education, Public Polices, Didactic Books

Resumen:
El desmantelamiento de las políticas públicas es perjudicial para la formación de estudiantes y educadores. En esa perspectiva, el propósito de este trabajo es analizar los cambios ocurridos en las políticas educativas en el período posterior a 2016 y sus consecuencias en la enseñanza de las ciencias humanas. Además, se critica el desmantelamiento de la política pública sobre libros didácticos, considerando la censura impuesta a este recurso. Si las políticas y prácticas educativas fortalecen la democracia y amplían la participación ciudadana, urge una formación que incorpore la interpretación de lo que se revela y lo que se esconde detrás de tales políticas, para repercutir en la práctica de educadores comprometidos con acciones inclusivas, garantes de derechos.

Palabras-clave: Educación, Enseñanza de la Geografía, Espacialidad de la educación, Políticas Públicas, Libros didácticos.

Introdução

Diante das excepcionais mudanças de rumo ocorridas nas políticas implementadas no Brasil no período 2016-2022, faz-se mais do que necessária uma urgente revisão acerca de questões inerentes à justiça socioespacial e socioambiental. Nesse enquadramento, as políticas e os planejamentos de caráter excludente que se estenderam aos territórios escolares reclamam igualmente um olhar crítico. Até porque esse conjunto de circunstâncias impactou expressivamente os currículos, os projetos pedagógicos, as metodologias de ensino e as práticas pedagógicas, bem como os materiais e livros didáticos. Ademais, vivencia-se uma depreciação das disciplinas e componentes curriculares, particularmente aqueles afetos às ciências humanas e sociais, tão caros à formação educacional brasileira.

De fato, essas mudanças atingiram a educação de forma grave e preocupante, reflexo do desmonte de políticas de cunho progressista que vinham sendo construídas lenta, porém gradativamente, no contexto da Constituição Cidadã. Vale assinalar que os vazios na história nacional, perpetrados pela herança colonial, criaram uma espécie de antagonismo entre a memória e o apagamento, entre o privilégio e a exclusão. Essas oposições encontram-se retratadas em inúmeros atores e relações sociais, abarcando, de um lado, os grandes proprietários de terras, o patriarcado, o machismo e o racismo estrutural, e, de outro, a inviabilização e o silenciamento dos povos originários e das comunidades tradicionais. A esses atores devem ser somados os povos do campo, as pessoas com deficiência, os sem-teto e os sem-

terra. Nesse cenário, convém destacar, se insere o abandono das periferias e os ataques desferidos aos LGBTQIA+[1].

Como sabemos, as contradições de nossa sociedade lesam prioritariamente os excluídos historicamente e os miseráveis de nossos dias, desde sempre ignorados, órfãos de políticas públicas robustas, garantidoras de seus direitos humanos. Desde o princípio, contudo, são assegurados privilégios que atendem grupos sociais específicos, resultando até mesmo em uma educação elitizada e, portanto, cada vez mais descolada de uma educação popular reiteradamente assumida por Paulo Freire (FREIRE, 1991).

O momento exige reflexões e debates qualificados profundos, uma vez que as decisões a serem tomadas a partir de 2023 poderão impactar permanentemente a formação da sociedade brasileira. Os resultados das urnas em 2022 expressaram uma vitória da democracia, o que não significa dizer que as batalhas que estão por vir foram suprimidas. Certamente o país enfrentará muitas tensões e resistências nos diversos campos, especialmente no da educação. Reverter as drásticas mudanças nas políticas educacionais utilitaristas em curso, submissas ao mercado e destinadas a inculcar valores conservadores e reacionários, será tarefa hercúlea.

O texto é um recorte de pesquisa que vem sendo desenvolvida pelos autores desde 2018 na linha Espacialidade na Educação, do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação (NEER) da UFPR, além do Departamento de Teoria e Prática de Ensino do Setor de Educação dessa mesma instituição e de

[1] Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer, com um sinal "+" para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade.

investigações realizadas no Programa Avançado em Cultura Contemporânea da UFRJ.

Justifica-se a proposta, uma vez que as discussões socioculturais, sociopolíticas, socioambientais e socioespaciais não podem ser pensadas de forma fragmentada, sem se considerar o território do currículo das escolas, sejam elas do campo, sejam do urbano. Trata-se, assim, de considerar os territórios da escola e do município enquanto direito, territórios que desde sempre estiveram imbricados nas relações de poder, concebidas por um determinado grupo social dominante.

Isso posto, objetiva-se problematizar as políticas educacionais e suas repercussões, a começar com o caso dos materiais didáticos, em que uma verdadeira ação de censura sugere definir o que pode ou não ser apresentado nos livros didáticos. Trata-se de uma referência a entidades como a Frente Parlamentar da Agropecuária, os Sindicatos Rurais, as Associações de Produtores e as chamadas "Mães do Agro". São levantadas questões de fundamental importância para as regiões, estados e municípios do país, independentemente de estarem em áreas urbanas ou no campo.

Esse processo está revelando uma perniciosa contraversão, na qual os direitos à Educação foram transmutados em direito à aprendizagem. Engana-se quem supõe tratar-se de mero jogo de semântica, pois ela modificou estórias infantis e propôs retrocessos nos conteúdos dos livros didáticos e a supressão dos livros destinados à Educação do Campo. Ademais, comprometeu as concepções de ensino, como as da Educação do Campo e da Educação Ambiental. Como se isso não bastasse, observou-se a

interrupção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Ainda nesse contexto de desmonte e de desmandos, políticas como a do Programa Nacional do Livro Didático foram comprometidas de forma aguda. Os cortes de verba foram substanciais, como o ocorrido em 2022, quando foram bloqueados R$ 796,5 milhões em recursos para o PNLD, causando grande prejuízo não apenas a estudantes e professores, mas também a autores (CNTE, 2023).

Tão grave ou mais é o fato de a Base Nacional Comum Curricular conceber em sua proposta uma parte comum (60%) e uma parte diversificada (40%). Embora possa transparecer que uma coisa não guarde relação com a outra, trata-se, em nosso entender, de uma questão que não pode ser subestimada. Isso porque inexistem diretrizes para a confecção de materiais didáticos que assegurem às redes estaduais e municipais diretrizes e/ou catálogos que orientem o acréscimo de informações sobre a História e a Geografia dos estados e municípios onde se localizam as escolas. Desse modo, transmitir ensinamentos acerca dessas localidades e sua relação com o mundo torna-se um grande desafio, resultando, muitas vezes, numa compreensão deficitária dos estudantes das suas realidades vividas.

Um outro aspecto que merece ser problematizado diz respeito à presença da iniciativa privada na produção dos conteúdos apresentados nos materiais didáticos, com consequentes interferências neles, afetando diretamente as práticas pedagógicas nas escolas públicas.

Considerando esse cenário, estamos tomando a Geografia escolar como componente curricular de elevado potencial para a análise do mundo em que vivemos de um ponto de vista multiescalar e multidimensional. É a partir dessa premissa que estamos tecendo considerações sobre sua pertinência no currículo das escolas da Educação Básica. Evitando as armadilhas epistemológicas que engessam as abordagens acerca de o que ensinar na disciplina e qual a sua relação com a "ciência de referência", recorremos aos estudos sobre currículo entrelaçados à cultura, até porque nosso país é de uma pluralidade cultural inconteste. Sendo assim, nos balizamos em Moreira e Candau (2007), até mesmo para justificar uma aproximação com as abordagens cultural-humanistas em Geografia. Tuan (1983) e Claval (2011) serviram de aporte para esse fim, além de estabelecerem uma ponte com a ideia de que à escola também compete a humanização das novas gerações. Portanto, se faz necessária uma Geografia mais abrangente, multiescalar, multidimensional, mais humana e generosa.

Repensando a relevância do ensino escolar de Geografia

Embora possa se mostrar repetitivo, a mudança de "status" da disciplina reclama mais do que uma revisão acerca da importância da Geografia nos currículos escolares e uma reafirmação de seu papel na formação dos estudantes, considerando suas espacialidades. Trata-se de alargar o próprio sentido de currículo, o que significa conceber o ensino da Geografia no contexto dos direitos sociais, devendo, portanto, ser salvaguardado pelo Estado. Em suma, por se tratar de direitos relacionados à espacialidade dos seres humanos, são necessariamente direitos

básicos e fundamentais para a garantia da vida. Por conseguinte, necessitam ser pensados a partir da dimensão espacial do viver e do lugar onde se vive, se estuda, se trabalha, se constituem famílias, amigos, sonhos. Sendo assim, o direito à cidade e o direito aos territórios, aí incluídos os territórios escolares, são também direitos sociais. Ademais, é importante recordar, o direito humano é ainda um direito a um só tempo coletivo e individual, garantidor das liberdades, bem como da inclusão e das oportunidades para todos e todas, como já apontado por Silva e Filizola (2022).

Isso posto, considerando o contexto do Novo Ensino Médio e da precarização do ensino através da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujos códigos alfanuméricos engessam os conteúdos escolares e as práticas pedagógicas, é imprescindível afirmar que não se trata tão somente de destacar sua importância para a formação de "cidadãos críticos e atuantes", tampouco a sua relevância enquanto instrumentalizadora para uma igualmente "leitura crítica de mundo", visto tratar-se de finalidades comuns a todas as disciplinas do currículo e da escola como um todo. À vista disso, há que se apontar ou levantar finalidades, digamos, mais relevantes, apropriadas, específicas da competência da Geografia. Isso, aliás, levanta uma questão de cunho *corporativo*: somos licenciados para atuar como docentes *de Geografia*, e, nesse âmbito, nos vemos provocados a defender *nosso território* no campo curricular. Da mesma forma, nos sentimos desautorizados a lecionar conteúdos de outras áreas, muito embora saibamos que, diante de uma série de razões, essa posição não se efetive na realidade.

Em vista disso, insere-se no debate uma problemática indiscutivelmente delicada: a do currículo conformado por disciplinas, cada qual na sua "caixinha", dialogando muito pouco entre si. Essa verdadeira "especialização" das áreas promove repercussões várias na formação dos educandos, visto que cada um é singular, embora sejam sociais, colocando-se diante das questões da contemporaneidade de forma diversa. Em outras palavras, as crianças, os adolescentes e os jovens, e também os adultos trabalhadores, adentram a escola com uma visão mais geral e sintética do mundo. Melhor dizendo, esses sujeitos, que são sujeitos de direitos, enxergam o espaço de suas vivências valendo-se de recursos os mais variados, pautados em suas experiências, como também na sua intuição. Os saberes escolares devem agir no sentido de ampliar esse entendimento, levando o senso comum a se articular aos conhecimentos mais elaborados – mas longe de exigir que sejam expressos pelos sujeitos pelos rótulos de "geografia", "matemática", "língua estrangeira". Isso reafirma a necessidade de darmos voz e ouvirmos aqueles que se encontram marginalizados de tantos processos.

Nessa perspectiva, os programas curriculares de Geografia necessitariam se revestir de proposições de fato inclusivas, partindo do princípio de que seus conteúdos e temas, muito mais do que as habilidades e competências, são reveladores das desigualdades sociais e socioespaciais reinantes em nossa realidade. Evidentemente, não podemos perder de vista aquilo que é específico das disciplinas escolares, como já apontava Fazenda (2012), e articular seus aspectos às nossas reflexões. Estamos nos referindo às *finalidades de seu ensino*, no nosso caso, por que ensinar Geografia; aos *conteúdos da área*, isto é, o que ensinar tendo em

vista as suas finalidades; à *metodologia*, ou seja, a como ensinar, a como viabilizar, metodologicamente falando, os temas e conteúdos propostos; e à *avaliação*, no sentido de como podemos "indagar" acerca do ensinar e do aprender, muito mais do que classificar e quantificar (CARVALHO, FILIZOLA, 2005).

É interessante destacar que as especificidades da disciplina escolar devem estar atreladas às discussões sobre a reorientação dos currículos da Educação Básica. É inegável que os conhecimentos da área, de qualquer área de ensino, necessitam ser renovados. Afinal, não é apenas o planeta que gira: tudo está em movimento, demandando novos olhares sobre os problemas e questões que são costumeiramente postos. Algumas questões são relativamente acessíveis, outras são mais complexas, exigindo a atualização de novas e mais adequadas metodologias de ensino, ou a ressignificação das mais usuais. Até porque, os modismos, os *slogans* no âmbito do ensino são muito comuns, como já eram mencionados nos Parâmetros Curriculares de Geografia (BRASIL, 1998, p. 24). É nesse sentido que, muitas vezes, conteúdos caem logo em desuso, gerando desconfiança e descrédito da parte dos educadores e até mesmo da comunidade escolar. Não seria o caso da inserção do empreendedorismo nos currículos atualmente? Assim, os processos de trabalho didático-pedagógicos juntamente com o processo avaliativo precisam ser revisitados.

Nessa altura, convém ressaltar que o currículo não pode ser reduzido a um rol de conteúdos, metodologias de ensino e processos avaliativos. Moreira e Candau (2007, p. 21) o concebem como

> [...] experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações

> sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos, com intenções educativas, nas instituições escolares.

Consequentemente, o currículo ocupa a centralidade no ambiente escolar, demandando a participação de toda a sua comunidade. Essa perspectiva, portanto, deve considerar "as vozes que vem de baixo". Valemo-nos uma vez mais dos autores para assumir que "cabe reconhecer, hoje, a preponderância da esfera cultural na organização de nossa vida social, bem como na teoria social contemporânea" (MOREIRA, CANDAU, 2007, p. 21).

Considerando a pluralidade cultural de nosso país, bem como as agudas desigualdades sociais nele reinantes, tratar do ensino e da educação, e, no seu âmbito, da proposição do que ensinar nas aulas de Geografia, converte-se em um desafio. Devemos nos ater a proposições curriculares de caráter mais local ou aquelas de cunho mais universal? Haveria um meio termo? Afora isso, a quem compete definir os conteúdos de cada disciplina que devem compor as bases e diretrizes curriculares em nosso país, esse vasto país? (MARTINS, 2012). No caso específico da Geografia, qual o peso ou influência da ciência geográfica na sua composição?

Observem que esses questionamentos colocam em xeque as conflituosas e complexas relações entre a disciplina escolar e a disciplina universitária (FILIZOLA, 2018). Isso porque, a depender da concepção que se tenha de disciplina escolar – uma transposição didática ou uma entidade epistemológica relativamente autônoma –, como aponta Bitencourt (2004), os propósitos e finalidades de seu ensino podem repercutir na formação dos educandos, enfatizando, por exemplo, um preparo para o mercado ou a construção de

fundamentos humanistas. Para além disso, a concepção de ser humano e o papel que a disciplina escolar e a escola em seu todo desempenham no desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens e adultos tem de estar no horizonte dos educadores. Essa, aliás, é uma questão que não quer calar desde há muito: que ser humano desejamos formar? Diante desse fato, faz-se urgente pensar a dimensão democrática do currículo: como garantir a todas e todos, acesso à literatura, à produção artística, aos equipamentos tecnológicos, aos conhecimentos necessários a uma leitura de mundo (LIMA, 2007).

Nesse ponto, como a abordagem multiescalar e multidimensional pode ser concebida como ferramenta da maior importância?

A abordagem multiescalar como possibilidade de avanço

É da natureza do espaço que todos os lugares, todas as localidades, estejam conectados. Ampliando esse entendimento, sabemos que as conexões também vigoram entre os diversos elementos que compõem uma floresta como a Amazônica e entre esse ambiente e o restante do planeta. Tudo está conectado. Ao menor movimento de uma das partes, o todo pode ser afetado. Não partiria dessa noção toda a problemática do aquecimento global? No entanto, nossa sociedade parece não somente se desconectar de uma série de relações, como cada vez mais é levada a pensar na forma de fragmentos, fazendo uma "geografia aos cacos", como já nos alertava Rui Moreira quando do 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia, ocorrido na UnB, em 1987, sob os auspícios da AGB (MOREIRA, 1987). Também é essa a preocupação de Bruno Latour,

pensador francês que, indo um pouco além, questiona a incapacidade de pensarmos o que ele classifica como "híbridos", aqueles objetos que pertencem à natureza e à cultura ao mesmo tempo. Nas suas palavras:

> O menor vírus da AIDS nos faz passar do sexo ao inconsciente, à África, às culturas de células, ao DNA, a São Francisco; mas os analistas, os pensadores, os jornalistas e todos os que tomam decisões irão cortar a fina rede desenhada pelo vírus em pequenos compartimentos específicos, onde encontraremos apenas ciência, apenas economia, apenas representações sociais, apenas generalidades, apenas piedade, apenas sexo. Aperte o mais inocente dos aerossóis e você será levado à Antártida, e de lá à universidade da Califórnia em Irvine, às linhas de montagem de Lyon, à química dos gases nobres, e daí talvez até à ONU, mas este fio frágil será cortado em tantos segmentos quantas forem as disciplinas puras: não misturemos o conhecimento, o interesse, a justiça, o poder. Não misturemos o céu e a terra, o global e o local, o humano e o inumano. 'Mas essas confusões criam as misturas – você dirá –, elas tecem nosso mundo?' – 'Que sejam como se não existissem', respondem os analistas, que rompem o nó górdio com uma espada bem afiada. O navio está sem rumo: à esquerda o conhecimento das coisas, à direita o interesse, o poder e a política dos homens" (LATOUR, 1994, p. 8[3]).

Não estaríamos, no ambiente escolar, ao trabalharmos um currículo tão disperso em disciplinas, contribuindo à nossa maneira para essa perspectiva tão fragmentada? No caso particular da Geografia, o que seria correspondente à lâmina afiada que corta os fios das redes, conforme Latour nos descreveu? Seria a dicotomia Geografia Física x Geografia Humana, a metodologia dos círculos concêntricos, o recorte espacial de conteúdos, a insistência em tomar como referência o próximo e o conhecido para, progressiva e lentamente, se tudo der certo, alcançar o distante e o desconhecido?

Concebendo a Geografia como uma cultura, uma cultura do espaço, como já apontou Ortega Valcárcel (2000), a disciplina escolar pode desempenhar um importante papel a respeito do sentido que as pessoas – crianças, jovens e adultos – atribuem a seus espaços de vivência, como reclama Claval (2011). Ademais, considerando a perspectiva da experiência, é justificável recordar que as crianças na sua infância não apresentam um interesse linear pelo espaço, como observa Tuan:

> O horizonte geográfico de uma criança expande à medida que ela cresce, mas não necessariamente passo a passo em direção à escala maior. Seu interesse e conhecimento se fixaram primeiro na comunidade local, depois na cidade, saltando o bairro; e da cidade seu interesse pode pular para a nação e para lugares estrangeiros, saltando a região. [...] Como pode apreciar locais exóticos se não tem experiência direta? Para uma criança inteligente e esperta, a experiência é uma procura ativa e em algumas vezes faz extrapolações surpreendentes para além dos fatos: ela não se prende ao que vê ou sente em sua casa e em seu bairro (1983, p. 35).

Embora a referência de Tuan seja o "mundo desenvolvido", e considerando-se que inúmeras crianças não têm acesso a outras parcelas de seus municípios e, por conseguinte, ao direito à cidade, ao direito aos diversos territórios, uma perspectiva geográfica pode ser uma alternativa. Estamos nos referindo a uma abordagem multiescalar e multidimensional, capaz de evocar uma multiplicidade de saberes, da cultura local, dos ancestrais, que certamente trará ao seu local a perspectiva do global, aproximará o distante do particular, desvelando o desconhecido. É no tocante a esse aspecto que invocamos essas abordagens, ou melhor, sua imbricação. Até porque é necessário considerar as conexões entre os objetos espaciais e a dinâmica social, as conexões com outras

culturas, com os demais espaços geográficos, como já nos advertia Santos (1988). É através do trânsito de uma escala a outra, alçando o local ao global, considerando a totalidade do ponto de vista metodológico, que o entendimento do mundo, um mundo cada vez mais complexo e conectado, se dá.

Ao concebermos os estudantes e os educadores como sujeitos de direitos, o entendimento das relações entre os espaços também merece ser inserido no âmbito dos direitos humanos, capaz de promover relações horizontais e, portanto, não hierárquicas. As desigualdades socioespaciais são agudas em nosso país, e isso não é novidade. Os espaços são hierarquizados, fruto das injustiças espaciais resultantes de uma organização espacial excludente, perversa, portanto. Lidar com a justiça espacial, contudo, "não é julgar segundo critérios morais tal organização espacial ou política, mas analisar as consequências da organização do espaço em termos de justiça e de injustiça sociais, e ao mesmo tempo as consequências das injustiças sobre a organização do espaço" (GERVAIS-LAMBONY, 2017, p. 118).

Como confrontar as diferenças sem gerar preconceitos de origem geográfica, sem estigmatizar parcelas do urbano ou do campo? Como essas questões são tratadas nos materiais didáticos, ofertados aos estudantes? Que leituras e práticas sociais e pedagógicas os professores fazem de determinadas informações? Isso implica que alguns termos, conteúdos e/ou temas teriam que ser revistos, ressignificados a partir de abordagens que superassem a visão eurocêntrica dos processos de produção do conhecimento, no estudo tanto de cartografia (escolar) quanto no das migrações, da agricultura, do rural e do urbano e no das questões socioambientais,

assim como no das questões de gênero, do racismo estrutural, da organização territorial, do agronegócio e da agricultura familiar, da diversidade e da inclusão, e de tantos outros temas relevantes para a formação humana.

É da maior importância que professores e estudantes tenham o reconhecimento de suas experiências e saberes sociais, sendo-lhes atribuída voz e vez nos territórios dos currículos (ARROYO, 2011). As raízes históricas das desigualdades socioespaciais precisam ser reveladas por meio dos saberes escolares tratados nas nossas e nas outras aulas para que, na forma de denúncia, as desigualdades possam ser combatidas, transformadas e superadas.

Nesse território de disputas, o ensino de Geografia revela-se imprescindível para a apreensão das espacialidades da vida e das lutas cotidianas, tão necessárias à conquista de direitos sociais e humanos. Resgatar seu real papel e compromisso sociais, o de pensar as geografias injustas de comunidades e escolas na luta por sua superação, talvez seja o caminho da legitimação de sua presença nos currículos da Educação Básica. Por sua vez, os sujeitos da ação educativa, professores e educandos, sujeitos cada vez mais conscientes de seus direitos, reconhecem que interpretar a realidade é uma prerrogativa sua.

Sendo assim, uma educação efetivamente de qualidade necessita tomar como referência os saberes desses sujeitos e, partindo disso, alçar novas e mais elaboradas formas de conhecimento, tão necessárias à interpretação da complexa realidade em que se encontram inseridos. Esse aspecto ganha reconhecimento na medida em que os profissionais da educação se

encontrem ainda mais qualificados para a participação nos projetos pedagógicos, assim como na reorientação curricular. Ocorre que esse movimento pode se dar em coletivos. É nesse aspecto que a construção e a reorientação curriculares necessitam ser tomadas a partir das realidades socioespaciais dos sujeitos de direitos, de tal modo que venham a ter sentido e significado para todos. Sobre os sentidos e significados, recorremos a Saramago:

> Ao contrário do que em geral se crê, sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é direto, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer, ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, fervilha de sentidos segundos, terceiros e quartos, de direções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista, o sentido de cada palavra parece-se com uma estrela quando se põe a projetar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições (SARAMAGO, 1997, p. 134-135).

Desse modo, a partir da busca de sentidos para o ensinar e o apreender (assimilar para a vida), passamos a problematizar algumas questões que emergem no cenário nacional a partir da análise das mudanças e retrocessos que ocorreram na educação nacional.

A construção de um modelo autoritário e excludente

O centenário de nascimento de Darcy Ribeiro, um intelectual engajado, ocorrido em 2022, rendeu-lhe homenagens e recordações pelo seu comprometimento com a causa educacional. Uma das suas frases mais célebres, a de que "a crise da educação no Brasil é projeto, não crise" (1977), mencionada em um sem-número de publicações, necessita ser resgatada. E não poderia ser de outra

maneira, dada a sua atualidade. Afinal, a situação da educação àquela época, 1977, quando vigorava o regime militar e a reforma imposta pela Lei nº 5.692/71, gerou uma série de impactos na educação, a que se pode comparar o contexto de retrocessos, imposições, exclusões e polarização vividos no país a partir de 2016. As palavras proferidas por Darcy Ribeiro podem ser tomadas como premonitórias. De fato, no livro "Ensaios Insólitos", mais especificamente no texto "Sobre o Óbvio", o autor é categórico ao dizer que "[...] a crise educacional do Brasil da qual tanto se fala, não é uma crise, é um programa. Um programa em curso, cujos frutos, amanhã, falarão por si mesmos" (RIBEIRO, sd. p. 20). O assombroso "amanhã" prenunciado por Ribeiro, como procuramos ilustrar nas mudanças de rumo apontadas na introdução de nosso trabalho, aí está.

Na disputa dos territórios curriculares referente ao Novo Ensino Médio, foram criados os chamados itinerários formativos. Nesse aspecto, disciplinas como Arte, Geografia, História, Filosofia e Sociologia, além de perderem espaço na atual reforma curricular, podem ter suas peculiaridades desfiguradas, em uma afronta a professores e estudantes.

Na esteira dessas imposições, as questões ambientais, culturais, os direitos humanos, a diversidade nos seus mais amplos aspectos, como a questão de gênero, sexualidade, religiosidade, inclusão, acabaram por distorcer a história e a desconsiderar as diferentes geografias do país. Nesse embate, o ensino de Geografia, imprescindível para a apreensão das espacialidades da vida e das lutas cotidianas, tão necessárias à conquista de direitos sociais e humanos, é alijado de seu real papel e compromisso social, o de

pensar as geografias injustas de comunidades e escolas na luta por sua superação.

Nessa conjuntura, os materiais e livros didáticos também foram descaracterizados e passaram a ter outras concepções, evidenciando a busca desenfreada para desmantelar aquilo que foi construído por meio de lutas sociais no período de 2003 a 2016. Nada disso é novo, já tendo ocorrido anteriormente no Brasil no período da ditadura militar – 1964-1985 –, quando da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971. Tal legislação impôs novas disciplinas, tais como Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais, além do ensino profissionalizante obrigatório. Tudo em um momento em que não havia profissionais habilitados para assumir adequadamente as novas proposições curriculares. A carga horária das áreas sofreu modificação e as disciplinas de História e Geografia foram profundamente descaracterizadas, metamorfoseadas em Estudos Sociais.

Além de tudo isso, foram retiradas do currículo disciplinas de fundamental importância, casos da Sociologia e da Filosofia, as quais somente foram reintegradas com a LDB em 1996, após 25 anos de ausência no currículo da Educação Básica. Contudo, como demonstra Dias Santos (2020), foi um retorno sem a devida independência e autonomia, uma vez que as duas disciplinas foram 'condensadas por razão instrumental', o que significou conduzir os estudantes ao "domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessário ao exercício da cidadania" (DIAS SANTOS, p. 25). Entretanto, como demonstra o autor, apesar desse direcionamento, tratava-se de uma orientação ideológica:

> Esta orientação restringe o campo do saber a algo próximo à vertente da Filosofia Prática, comumente compreendida pelos estudos em Ética e Política. Porém, depreende-se das experiências em sala de aula daqueles anos que o trabalho destes temas se deu fortemente orientado por autores e concepções ligados à ideologia de Estado, de orientação teórica liberal ou, nos estertores do neoliberalismo em fins dos anos 90, sob aguda orientação ideológica da economia de livre-mercado (DIAS SANTOS, 2020, p. 26).

Nesse contexto descrito por Dias Santos, os tempos recentemente vividos ficaram como que impregnados por efetivos anacronismos na educação. Interesses ideológicos, não apenas do livre-mercado como também das ideologias reacionárias disseminadas por grupos de parlamentares no Congresso Nacional, foram retomados. Oriundas das bancadas religiosa, do agronegócio, da liberação das armas, essas ideologias abriram espaço para a imposição de verdadeiras anomalias, tais como o *homeschooling*, o programa das escolas sem partido e as escolas cívico-militares, entre outras. A esses interesses devem ser adicionadas as conveniências de alguns organismos e instituições internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de algumas congregações religiosas.

Desse modo, foram criadas as condições para deturpar concepções de educação emancipatória. Exemplos não faltam, como os materiais apostilados destinados à Educação Infantil, assim como a criação do programa "Conta pra Mim", inserido na Política Nacional de Alfabetização, para promover a "literacia familiar". Não podem deixar de ser mencionados os retrocessos do Programa Nacional do Livro Didático e o uso de livros destinados ao Ensino Médio escritos por *coachings* com o firme propósito de ensinar os

estudantes a "não pensar" como pobres, mas assumirem comportamentos de cunho neoliberal, como o empreendedorismo e a meritocracia.

Os materiais didáticos e o Programa Nacional do Livro Didático: a censura em curso

Problematizar as políticas educacionais que dizem respeito aos materiais e aos livros didáticos deve considerar sua dimensão temporal. Efetivamente, essas políticas existem desde 1937, sendo objeto de estudo de pesquisadores interessados nos momentos históricos e políticos que marcaram a produção de livros didáticos no Brasil.

Assim como ocorre com a instituição dos currículos escolares, os livros didáticos historicamente sofreram forte intervenção do Estado brasileiro. Nessa esteira foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático, assumindo a publicação e difusão de Editais normatizadores da produção de obras e coleções didáticas, por meio de critérios avaliativos e da figura dos pareceristas (MELATTI, 2018). Em boa medida, a qualidade das obras e coleções apresentaram uma evolução, com a supressão de inúmeros erros conceituais, além de preconceitos e ideologias, comumente presentes no passado.

Muitos pesquisadores apontam para a importância dos materiais e livros didáticos, dado que permanecem sendo um referencial importante nas salas de aula para professores e estudantes, especialmente para aqueles estudantes de famílias carentes, que não possuem acesso a outros recursos (SANTOS, 2017). Esse benefício também se estende àqueles professores que

receberam uma formação deficitária e que ainda não podem contar, como deveria ser, com uma formação continuada de qualidade em seus municípios. Isso é atestado por pesquisa realizada pelo Instituto Reúna (2019, s.p.), denominada "O PNLD e o Uso de Materiais Didáticos no Brasil", em que, para 90% dos docentes, os materiais didáticos têm expressiva relevância e, para 59% deles, os livros do PNLD são o principal material utilizado nas escolas em que lecionam.

O livro didático apresenta múltiplos atributos a depender de fatores tais como a formação do professor, a infraestrutura das escolas, a cultura e a gestão escolar; as condições sociais, econômicas e culturais das famílias; as formas de utilização do livro, dentre outros. Ademais, o livro é um recurso cultural, e ao mesmo tempo uma mercadoria, um produto da indústria cultural. Ao utilizá-lo, o professor, a depender de suas condições, pode agir apenas como um reprodutor de seus conteúdos, ou, inversamente, contestar e interrogar algumas posições que se apresentam nos textos e, assim, contribuir para um uso crítico do livro didático, bem como de qualquer outro material. Ao discutir "Política e o uso do Livro Didático no Brasil", Callai (2016), aponta que o livro didático

> [...] se constitui como poderoso instrumento que permite acesso ao conhecimento na medida em que apresenta informações da disciplina específica. Mais que informações que trazem os conteúdos, orienta-se nos LD como proceder para ministrar as aulas nos determinados níveis de ensino a que se destina. Muitas vezes este é o único livro que as crianças estudantes da escola pública e suas famílias possuem em suas casas. Torna-se então um valioso documento que permite acessar o conhecimento. Mas, por outro lado, é também um poderoso instrumento nas mãos do Estado Nacional para veicular seus

> princípios e seus interesses no sentido de desenvolver uma consciência nacional. Através da divulgação dos conhecimentos e pelas orientações pode funcionar inclusive como algo autoritário, uma vez que se apresenta no Brasil como um livro destinado a todo o território nacional. A extensão do Brasil faz com que se apresentem quadros naturais variados, culturas diferenciadas e questões regionais muito significativas para a vida das populações desses lugares. E isso pode ser um problema na medida em que as informações apresentadas se constituam como o elemento fundamental, em que todos devem estudar as mesmas questões, as mesmas temáticas, com as mesmas orientações didático-pedagógicas (CALLAI, 2016, p. 2).

Não ao acaso, ainda permanecem sendo enaltecidos determinados países, regiões, cidades, municípios e culturas em detrimento de outros. Ao analisar as diferentes propostas curriculares e o livro didático, Spósito (2006) aponta para a necessidade de considerar as condições essenciais para o ensinar e o aprender, ou seja, as condições para se viver e trabalhar com dignidade, além de alimentação, habitação e educação. Mesmo que se "tenha ampliado a rede de escolas, a localização dos equipamentos tem seguido, nas cidades, a lógica da periferização, que marca o deslocamento da habitação popular para áreas mais afastadas e pior equipadas dos meios de consumo coletivo" (SPÓSITO, 2006, p. 308).

Esse quadro é ainda mais grave quando se analisa a educação ofertada para os estudantes que vivem no campo, alijados que foram do direito fundamental de terem escolas nas proximidades de suas moradias. Nesses territórios, da Educação Infantil ao Ensino Médio, os conteúdos e práticas pedagógicas deveriam traduzir e reconhecer a importância das identidades,

atividades e realidades do campo. Mas não é o que se observa, apesar de dispormos de uma série de diretrizes, programas, resoluções e políticas de Estado que já reconheceram esta necessidade. Nossas análises revelam que as abordagens teóricas e as práticas educativas ainda preservam uma concepção de educação rural ou urbanocêntrica. Nesse caso não se contempla a Educação do Campo, como descrita na Política Nacional de Educação do Campo, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), instituída por meio do Decreto nº. 7.352, de 2010 (BRASIL, 2010). Assim como, o Programa de Educação Ambiental para Agricultura Familiar – (Peaaf), cujos objetivos foram definidos na Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 169, de 23 de maio de 2012, BRASIL (2012). Dentre os Princípios descritos no referido programa, destacamos a Justiça social e ambiental, na qual afirma: "os cidadãos precisam se constituir enquanto sujeitos coletivos de direitos, com direito igual de acesso e uso da terra, dos recursos ambientais e dos meios de produção necessários a sua sobrevivência" (BRASIL, sd). O referido programa proposto pelo então Ministério do Meio Ambiente, foi totalmente descaracterizado no governo Bolsonaro.

Diversas outras diretrizes curriculares são também desconsideradas, como a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (BRASIL, 2002). E a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (BRASIL, 2008).

Esse descaso pelos povos do campo é histórico. Somente a partir da Resolução nº 40, de 26 de julho de 2011, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para as escolas do campo (PNLD Campo), o Ministério da Educação publicou o Edital de Convocação 05/2011 para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático do Campo – 2013 (BRASIL, 2011). Em outros termos, foram necessários oitenta e quatro anos para que tivéssemos no país uma iniciativa que assegurasse a produção e a distribuição de livros didáticos voltados à Educação do Campo.

O referido edital trazia a caracterização das coleções, com a descrição dos componentes curriculares que deveriam ser contemplados nas obras, e como deveria ser sua composição. Os componentes curriculares de Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia teriam de ser integrados e apresentados em coleções multisseriadas ou seriadas, destinadas a alunos matriculados em escolas do campo das redes públicas de ensino. Foi somente a partir de 2013 que estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental dessas escolas públicas, fossem seriadas ou multisseriadas, passaram a receber livros didáticos específicos. As obras foram selecionadas para substituir os cadernos de ensino e aprendizagem e outros materiais impressos usados nas salas de aula. Cabe mencionar que apenas duas editoras tiveram livros aprovados e incluídos no Guia para a escolha dos professores. Foram distribuídos livros didáticos para 3.883 escolas estaduais, 59.876 escolas municipais e uma escola federal (BRASIL/FNDE, 2013). Ao analisar as obras, percebe-se que teriam muito a ser

melhoradas, a fim de alcançarem as concepções da Educação do Campo.

A iniciativa, embora considerada um avanço relativo, foi de curtíssima duração. Em 2018, quando os professores estavam aguardando para a avaliação e escolha das novas coleções referentes a 2019, foram surpreendidos pelo Informe nº 07/2018 COARE/FNDE, com a seguinte nota sobre o PNLD – Campo: "O FNDE informa que, em decorrência de estar em andamento a revisão de marcos legais da educação nacional, não haverá, para 2019, escolha específica de materiais para atendimento das escolas rurais" (BRASIL, FNDE, 2018). Assim, sem que houvesse nenhuma discussão ou participação da sociedade, subitamente ocorreu o encerramento do programa.

Além do corte abrupto na política de livros didáticos destinados às escolas do meio rural, a Educação do Campo sequer é mencionada na BNCC. Também se verificam outras mudanças e retrocessos postos pelo Edital nº 1/2021, que trata do Programa Nacional do Livro Didático (CGPLI – PNLD 2023), o qual gerou contundente manifesto do Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALIA) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). No manifesto, ficam apontados o retrocesso histórico e a perda das dimensões sociais, políticas e culturais já consolidadas nos ambientes escolares e de gestão do ensino e de princípios imprescindíveis para a democracia nos ambientes escolares no Brasil (MANIFESTO (FCHSSALIA, ALAB, 2021).

A Educação Ambiental também foi duramente atingida em suas concepções e trajetórias de lutas. O dossiê intitulado "O

desmonte da educação ambiental na gestão do governo federal (2019-2022), traz uma série de reflexões sobre o desmantelamento das Políticas de Educação Ambiental no Brasil. Nele é apresentada em detalhes a audiência pública no Senado, realizada em dezembro de 2021, e uma série de vídeos, documentos e um manifesto assinado por 277 entidades e representações, que denunciam as graves questões ambientais e como isso repercute nas lutas dos últimos 30 anos em relação à Educação Ambiental. As denúncias revelam como foram prejudiciais as reestruturações ministeriais a partir do decreto de 2 de janeiro de 2019, que extingue setores da Educação Ambiental dos Ministérios da Educação e do Meio Ambiente. Tais setores constituíam o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), nos quais a Educação Ambiental ficou restrita ao exercício de uma secretaria, a de Ecoturismo, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Com sua posterior revogação pelo Decreto nº 10.455/2020, foi criado o Departamento de Educação e Cidadania Ambiental, então vinculado à Secretaria de Biodiversidade. Nesse cenário de desmonte, a Política Ambiental e a Educação Ambiental foram reduzidas tão somente à conservação da biodiversidade. Em 2020, a Educação Ambiental foi excluída da estrutura administrativa do MEC, permanecendo implícita nos Temas Transversais, como no Decreto nº 10.195/2019 (DOSSIÊ: O DESMONTE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DO GOVERNO FEDERAL (2019-2022), 2022, p. 13). Nesse contexto,

> [...] as autoridades do Governo Federal parecem encaminhar deliberadamente um processo de desmonte de tudo que representa Educação Ambiental em tal esfera de governo, desconsiderando a gravidade da situação atual e múltiplos alertas emitidos; afrontando a

> Constituição, leis e diversos outros normativos; e contrariando um movimento de várias décadas, de caráter mundial, que valoriza e estimula a Educação Ambiental (DOSSIÊ: O DESMONTE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DO GOVERNO FEDERAL (2019-2022),2022, p.4).

As adaptações impetradas nos livros de histórias infantis também foram motivo de manifestação. Milhares de profissionais da educação se declararam contrários em manifesto intitulado "Não ao retrocesso nas políticas públicas do livro e da leitura" e ao programa "Conta pra mim", lançado pelo Ministério da Educação no final de 2019. Os proponentes do referido manifesto apontam que

> O programa expõe mais uma face do projeto autoritário em curso no país. Sustentado por concepções ultrapassadas, preconceituosas e excludentes de educação e de família, oferece à primeira infância (crianças de zero a cinco anos) e às suas famílias produtos (cartilhas, vídeos, "livros") e muita propaganda sobre o que alguns desconhecidos elegeram, a partir de valores morais e religiosos, como o certo e o errado, o bom e o mau, o bonito e o feio. (MANIFESTO NÃO AO RETROCESSO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E DA LEITURA, 2019 s.d./s.p.)

Contrapondo-se também ao retrocesso na literatura infantil, Marina Colasanti (2020), publicou o artigo "Não conta para mim", no qual indica de forma aguda que

> A poda selvagem realizada nos contos de fadas da coleção "Conta pra Mim", produção da Secretaria de Alfabetização, ligada ao MEC, parece gêmea daquela operada por Fenelon. Ele também achou que seria excelente ideia apropriar-se do repertório milenar, modificá-lo a seu modo, e utilizá-lo como exemplo moral. Ele também desvirtuou este patrimônio cultural, eliminando bruxas, fadas, qualquer aceno ao amor, ao erotismo e à violência. Ele também era sacerdote, teólogo e pedagogo como o nosso atual Ministro da

> Educação. Mas François Fenelon foi preceptor do Duque de Borgonha, neto de Luís XIV, cargo para o qual havia sido nomeado em 1689. E nós estamos em pleno século XXI! (COLASANTI, 2020, s.p.).

Dando prosseguimento à sua análise crítica, a autora afirma que "quem orquestrou este insulto a narrativas milenares desconhece que elas se mantêm vivas através do tempo e da geografia porque têm infinitas portas, permitindo que cada leitor – ou ouvinte – abra a sua e se enriqueça".

Como se pode observar, os desmontes atingem todos os níveis e modalidades de educação. A indignação é crescente e manifesta em várias entidades e grupos de professores, pesquisadores e instituições, que repudiam esses encaminhamentos.

O Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (2021) e A Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), já mencionados, denunciam em um Manifesto Nacional que o Edital do PNLD 2021 "significa, a um só tempo, a negação e a destruição dos critérios de instrução, avaliação e divulgação dos livros didáticos". O documento aponta ainda que o referido edital representa "a perda significativa dos aspectos formais e progressistas dos livros didáticos, resultando na fragilização de princípios imprescindíveis para a construção da cidadania e democracia escolares", além de afrontar a Constituição Federal. Os pesquisadores, após a análise detalhada das 114 páginas do edital, convocam a comunidade acadêmica e escolar para a construção de um texto que reflita os avanços consolidados em editais anteriores, como política de Estado, e que considerem a

diversidade, a inclusão e os direitos humanos de vários grupos sociais (MANIFESTO FCHSSALIA, ALAB, 2021.sp).

Outro aspecto fundamental é a censura aos livros didáticos articulada pela Frente Parlamentar da Agropecuária. Em matéria assinada por Cida Oliveira em 17 de fevereiro de 2021 no *site* Brasil de Fato, aponta que esses materiais ingressaram na pauta de entidades ligadas aos ruralistas. Sindicatos rurais, associações de produtores e a Frente Parlamentar da Agropecuária uniram-se para estimular um movimento que se vincula ao da Escola sem Partido. Embora não tenha por meta denunciar professores, o alvo são os livros e materiais didáticos que contenham conteúdos negativos ao agronegócio. Desejam, com isso, suprimir livros e apostilas cujos textos e questionamentos provoquem reflexões, por exemplo, acerca do desmatamento ilegal e das queimadas de florestas visando a ampliação de áreas de pastagens. Posicionam-se contrários também às problematizações nas quais sejam denunciados os riscos à saúde e ao meio ambiente provocados pelos agrotóxicos. Esse movimento deseja, assim, silenciar os debates sobre "questões relativas a conflitos agrários e a luta dos pequenos agricultores, da agricultura familiar, dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária e outros contra a invasão e a grilagem de terras" (OLIVEIRA, 2021, sp).

Em sua matéria jornalística, Cida Oliveira aponta também que a Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja/MS) lançou uma campanha para incentivar os pais a "avaliar" informações dos livros didáticos relativas ao agronegócio. De acordo com a entidade e por meio de nota do presidente da associação à época, André Dobashi, os objetivos seriam: (i) verificar se o

conteúdo corresponde à realidade do setor e ao contexto em que mencionam a agropecuária e (ii) orientar os pais a fotografar os livros didáticos que julgarem "intoleráveis". Esse procedimento se prestaria para que uma equipe técnica reunisse subsídios para avaliar os conteúdos e enviar dados bem fundamentados ao Ministério da Educação, com o propósito de buscar esclarecimentos junto às editoras. Oliveira, menciona também o movimento "De olho no material escolar", iniciado em 2020 por Helen Jacintho e Letícia Jacintho, produtoras rurais da região de Barretos (SP), questionadoras dos conteúdos de livros e apostilas que sejam críticos aos "impactos sociais, ambientais e econômicos da atividade agropecuária". Representantes do movimento que ficou conhecido nas redes sociais como "as mães do agro", reuniram-se em audiência virtual com o então ministro da Educação, Milton Ribeiro. O ministro, aliás, já havia recebido pedido formal de informações sobre "a utilização de 'conteúdo ideológico' em apostilas escolares para crianças do ensino fundamental". O autor do pedido foi o deputado federal Jerônimo Goergen (Progressistas-RS), um dos mais influentes da bancada ruralista da Câmara (OLIVEIRA, 2021, s.p.).

O *Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ GeoAgrária e o Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Seções Rio de Janeiro e Niterói), em matéria também sobre "*A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação", demonstram que o movimento "De olho no material escolar" busca interromper na educação pública e particular o debate sobre

> [...] desmatamento e queimadas, sobre trabalho escravo e superexploração do trabalho, sobre concentração fundiária, da

> riqueza e da renda, sobre a violência no campo, como se tudo isso fosse coisa do passado e não existisse mais no campo brasileiro, no qual reinaria o agro pop, tech, tudo… (GEOAGRÁRIA, GT AGRÁRIA AGB 2021, s.p.).

Para o referido grupo de pesquisadores, esses ataques aos materiais didáticos têm raízes mais profundas e já levantadas nas pesquisas do professor Rodrigo Lamosa (2016), intitulada "Educação e Agronegócio – A Nova Ofensiva do Capital nas Escolas Públicas", na qual o autor demonstra que desde 1993 a criação da Associação Brasileira do Agronegócio vem se aproximando da educação pública, para legitimar o agronegócio. Isso trouxe consequências, como apontam os pesquisadores da GeoAgrária, (2021, s.p.) "seja por sua escala – nacional ao invés de local –, seja pela incidência sobre a própria política pública de educação, através da investida sobre a BNCC, o PNLD e a política de formação de professores", sobretudo a partir da supressão dos livros didáticos destinados à Educação do Campo e do Edital PNLD 2021.

> Diante da gravidade da ofensiva, urge que professores, professoras, movimentos sociais e sindicais, associações científicas e educacionais reajam, pois o que está em jogo, para além da preservação da liberdade de professores e professoras, é o próprio debate sobre o papel social da educação: se uma educação pública e democrática ou se uma educação a serviço de interesses particulares de um dos segmentos mais retrógrados da sociedade brasileira, disfarçado sob o verniz das tecnologias mais modernas (GEOAGRÁRIA, 2021, s.p.).

O coordenador-adjunto do Fórum Gaúcho de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo, citado no artigo de Oliveira (2021), considera perigosa a censura aos livros didáticos, especialmente por grupos interessados na venda de venenos. "Temo por ampliação nos danos à saúde e ao

ambiente, causados pela desinformação e o uso abusivo de agrotóxicos que esta medida, se for tomada, tende a provocar", afirma o coordenador-adjunto (OLIVEIRA, 2020, s.p.).

Breves considerações

É importante lembrar, como menciona Arroyo (2011), que os currículos são territórios em disputa. É imperioso manter viva a memória de que algumas das pautas sociais discutidas hoje na educação são conquistas de grupos sociais que jamais se viram representados nas discussões que, historicamente, estiveram voltadas para o atendimento dos interesses de grupos hegemônicos. É necessário, ainda, advertir que todos os avanços e conquistas resultaram de muitas lutas, e que, portanto, não podem retroceder.

No contexto descrito, as licenciaturas de modo geral e a Geografia em especial possuem muitos desafios a enfrentar. De início, precisam se (re)apropriar das Políticas Educacionais que contemplam a formação dos licenciados e também dos bacharéis. A hierarquia entre os cursos de bacharelado e de licenciatura, e mesmo entre as disciplinas voltadas para uma formação e outra, não pode persistir. A Educação é um direito de todos. Sendo assim, diz respeito a toda a sociedade nacional, e a academia não pode se furtar desse compromisso. É necessário ainda mais engajamento.

Também a hierarquia criada entre escola e universidade, entre saber escolar e conhecimento científico, necessita ser suprimida. No processo de produção do conhecimento engendrado nos laboratórios de pesquisa, a Educação Básica deve estar no horizonte de suas finalidades. Nessa perspectiva, deve-se investir seriamente na aproximação junto às escolas, particularmente as

públicas, de modo a também contribuir com a formação do professor pesquisador de suas próprias práticas pedagógicas. Aprofundar os debates sobre a fundamental e necessária reflexão acerca das diferentes culturas e geografias de nosso país, articuladas à espacialidade da educação e suas implicações na educação básica e na sociedade, pode representar uma ponte a integrar escola e universidade.

Os educadores reclamam um aporte teórico que lhes traga e devolva a autonomia tão necessária para o entendimento e o enfrentamento das dificuldades políticas do aqui e do agora, e das que estão por vir. É urgente formar educadores e estudantes de maneira cada vez mais robusta. Nesse enquadramento, a Geografia possui um vasto território em disputa no campo do currículo. Essa disputa, vale assinalar, tem muito o que avançar. O que a ciência geográfica tem a oferecer em termos de formação acadêmica, humana e cidadã? Compete-lhe um desafio, capaz certamente de repercutir nas práticas socioespaciais e consequentemente na formação da sociedade brasileira. Nos referimos àqueles conhecimentos e habilidades que atribuem um sentido próprio de interpretar o que se revela e o que se oculta por detrás das políticas educacionais. Em nosso entender, essa pode ser uma chave com forte potencial para influenciar as diferentes geografias do país e, por extensão, a formação política das atuais e futuras gerações em termos de participação nos processos decisórios de nossa nação.

Esses desafios são de todos nós, geógrafos e educadores comprometidos com um fazer docente e com nossas práticas socioterritoriais e sociopolíticas, sobretudo com a espacialidade da Educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia. Brasília: MEC/ Secretaria da Educação Fundamental, 1998.

_____. Resolução nº 2 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. Resolução CNE/CEB nº1 de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 20 jan. 2020.

_____.. Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA. Brasília. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 12 jun 2021.

_____. Programa de Educação Ambiental para Agricultura Familiar. Portaria do MMA nº 169, de 23 de maio de 2012. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=127240 Acesso 25 fev 2023.

_____. Programa de Educação Ambiental para Agricultura Familiar. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/temas/agenda-ambiental-urbana-2/item/8267-peaaf.html. Acesso 25 fev 2023.

_____. Resolução nº 40, de 26 de julho de 2011. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD CAMPO). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13219-resolucao-40-de-26-de-julho-de-2011-pdf&category_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192 Acesso em: fev. 2019

_____.. Edital de Convocação 05/2011 – CGPLI. Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático do Campo. PNLD 20213. Disponível em: https://cchla.ufrn.br/pnld/wp-content/uploads/2013_edital_pnld_campo.pdf

_____. Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação Básica. Lista de Escolas Atendidas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192

_____.. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. Informe nº 07/2018. Informe 07 COARE/FNDE. Escolha PNLD CAMPO. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Apoio_a_Gestao/2018/07.2018%20-%20Encerramento%20PNLD%20Campo.pdf Acesso em: 10 jun. 2020

CALLAI, Helena Copetti. O livro didático no contexto dos processos de avaliação. In: Revista **OKARA**: Geografia em debate, João Pessoa: v. 10, n. 2, p. 273-290, 2016a. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/31203/16316 Acesso em: 25 maio 2021.

CARVALHO, Alcione L. Pereira; FILIZOLA, Roberto. A avaliação em geografia nas séries iniciais. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005. Disponível em: http://www.cinfop.ufpr.br/pdf/colecao_1/geografia_4.pdf Acesso em: 15 jul. 2022.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

COLASANTI, Marina. **Não conta pra mim**. Disponível em: https://www.marinacolasanti.com/2020/10/nao-conta-pra-mim.html. Acesso em: dez. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. Disponível em: https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/75780-livros-didaticos-sao-fundamentais-para-democratizar-o-acesso-a-leitura Acesso em: 3 mar. 2023.

DIAS SANTOS, André Ricardo. As intermitências da filosofia no ensino básico: um quadro histórico-crítico. Revista **Seminário de Visu**, Petrolina, v. 8 n. 2, p. 152-161, 2020. Disponível em: https://semiaridodevisu.ifsertaope.edu.br/index.php/rsdv/article/view/48. Acesso em: 15 maio 2021.

DOSSIÊ: O DESMONTE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DO GOVERNO FEDERAL (2019-2022). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1snHOcumiQJF7NWmlzn5yfcXMSMhjauH2/view. Acesso em: dez. 2022.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18.ed. Campinas, Papirus, 2012.

FILIZOLA, Roberto. Certo mal-estar povoa o território da educação geográfica: colocando à prova o modelo de transposição didática. **Perspectiva**, *[S. l.]*, v. 36, n. 4, p. 1198–1217, 2018. DOI: 10.5007/2175-795X.2018v36n4p1198. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n4p1198. Acesso em: 18 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. **A educação na Cidade**: Projeto Pedagógico. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

GEOAGRÁRIA. GT AGRÁRIA. AGB A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação.. Disponível em: https://agb.org.br/a-nova-ofensiva-do-agronegocio-sobre-a-educacao-geoagraria-e-gtagraria/ Acesso em: 20 fev. 2023

GERVAIS-LAMBONY, Philippe. A justiça espacial, experiências e pistas de pesquisa. In: **Justiça espacial e o direito à cidade.** CARLOS, A. F. A. *et al.* (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2017. p. 117-132.

INSTITUTO REÚNA. O PNLD e o Uso de Materiais Didáticos no Brasil . Disponível em: https://www.institutoreuna.org.br/uploads/files/file/PesquisaMateriaisDidaticosReuna.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e agronegócio**: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas. Appris, 2016.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LIMA, Elvira Souza. **Indagações sobre currículo**: currículo e desenvolvimento humano. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MANIFESTO. Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALIA) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB). REFERENTE AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 1/2021 Programa Nacional do Livro Didático (CGPLI PNLD 2023) - publicado em 12 de fevereiro de 2021 pelo Ministério da Educação. Disponível em: https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2021/05/manifesto-programa-nacional-do-livro-didacc83c2a1tico-2023.pdf. Acesso em: 28 maio 2021.

MANIFESTO. Não às políticas públicas do livro e da leitura. Disponível em: https://l1nk.dev/A4jzV. Acesso em: 25 fev. 2023.

MARTINS, Pura L. Oliver. Conteúdos escolares: a quem competem a seleção e organização? In: VEIGA, I. P. A. **Repensando a didática**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 75-90.

MELATTI, Cláudia. O olhar de um professor da Educação Básica no processo avaliativo dos livros didáticos. In: TONINI, Maria Ivaine *et al.* (Orgs.). **Geografia e livro didático**: para tecer leituras do mundo. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 209-219.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura**: indagações sobre o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MOREIRA, Rui. Conceitos e princípios lógicos para a reformulação da geografia que se ensina. In: 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia, 21 a 24 de junho de 1987, Brasília. Caderno de textos de apoio para os Grupos de Trabalho. Brasília: AGB, 1987, ps. 45-52. Mimeografado.

OLIVEIRA, Cida. Brasil de Fato. Ruralistas lançam campanha contra livros didáticos com críticas ao agronegócio. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/ruralistas-lancam-campanha-contra-livros-didaticos-com-criticas-ao-agronegocio Acesso em: 28 mar. 2021.

ORTEGA VALCÁRCEL, José. **Los horizontes de la geografia**: teoria de la geografia. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **Ensaios insólitos**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, s/d. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Disponível em: https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/ensaios-insolitos.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOS, Leonardo Pinto dos. Amados por uns, odiado por outros: avanços e potencialidades dos livros didáticos de geografia. In: TONINI, Maria Ivaine *et al.* (Orgs.). **O livro didático de geografia e os desafios da docência para aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017.p. 139-154.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. Lisboa: Editora Círculo de Leitores, 1997. Disponível em: https://teopoetica.sites.ufsc.br/arquivos/saramago/doautor/todos_os_nomes.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

SILVA, Maria Cristina Borges; FILIZOLA, Roberto. Reflexões sobre justiça socioespacial em territórios escolares: Uma abordagem

multiescalar e multidimensional. In XX Encontro Nacional de Geógrafos. Brasil Periferia – A Geografia para Resistir e a AGB para construir. De 20 a 24 julho Virtual. Disponível em: https://www.eng2022.agb.org.br/interna/view

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. As diferentes propostas curriculares e o livro didático. In PONTUSCHKA, N. N., OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 297-311.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

Submetido em: 13 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 30 de março de 2023.
Aprovado em: 17 de maio de 2023.

BORGES DA SILVA, M. C.; FILIZOLA, R.; BORGES DA SILVA, M. C. ESPACIALIDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A necessária desconstrução de discursos autoritários e excludentes. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2925. Acesso em: 22 jul. 2023.

A IDEOLOGIA NACIONAL BRASILEIRA COMO FERRAMENTA POLÍTICA: ORDEM, PROGRESSO, CONSERVADORISMO E COERÇÃO

BRAZILIAN NATIONAL IDEOLOGY AS A POLITICAL TOOL: ORDER, PROGRESS, CONSERVATISM AND COERCTION

L'IDÉOLOGIE NATIONALE BRÉSILIENNE COMME OUTIL POLITIQUE: ORDRE, PROGRÈS, CONSERVATISME ET COERCTION

LUCIANA DIAS GONTIJO SOARES
Mestre em Geografia/UFMG
E-mail: lucianageo.gontijo@gmail.com

ROGATA SOARES DEL GAUDIO –
Profa. do Departamento de Geografia-IGC/UFMG.
E-mail: rogatasoares@gmail.com

DORALICE BARROS PEREIRA –
Profa. do Departamento de Geografia-IGC/UFMG.
E-mail: pereiradb@yahoo.com.br

Resumo:
A ascensão do bolsonarismo no Brasil foi pautada, dentre outras coisas, pela apropriação de símbolos nacionais. Objetivando trazer elementos que contribuam para a compreensão do referido movimento, embora não o analise em si, o texto resgata aspectos da construção ideologia nacional brasileira e possíveis diálogos com a Geografia em processo de institucionalização no país, com o intuito de investigar de que maneira esta ciência contribuiu para esta construção. Analisaremos o mito do verdeamarelismo em sua conexão com a bandeira nacional; a dicotomia litoral-sertão em sua relação com a ideia de "ordem e progresso" e o mito de "país do futuro"; além da construção de uma sociedade que se estabelece calcada no mito da "democracia racial", enquanto se estrutura por meio da diferença de cor, classe e exploração do trabalho.

Palavras-chave: Pensamento geográfico, ideologia nacional, mitos fundadores.

Abstract:
The rise of Bolsonarism in Brazil was guided, despite of other aspects, by the appropriation of national symbols. Aiming to bring elements that contribute to the understanding of the referred movement, although not analyzing it itself, the text rescued aspects of construction of the Brazilian national ideology and possibly dialogues with Geography in the process of institutionalization in Brazil,. We will analyze the myth of verdeamelismo, and its connection with the national flag; the coast-hinterland dichotomy, and its relation with the idea of "order and progress" and the myth of "the country of the future"; in addition the construction of a society press to the myth of "racial democracy" while structuring itself through differences in color, classes and labor exploitation.

Keywords: geographical thinking, national ideology, founding myths

Résumé
La montée du bolsonarisme au Brésil a été guidée, entre autres éléments, par l'appropriation des symboles nationaux. Ce texte en visant à apporter des éléments qui contribuent à la compréhension de ce mouvement n'envisage pas l'analyser, mais récupérer des aspects de la construction de l'idéologie nationale brésilienne et des dialogues possibles avec la géographie dans son processus d'institutionnalisation au pays. em L'objective est d'investiguer comment cette science a contribué à cette construction. Nous analyserons le mythe du verdeamarelismo (verte-jaune) et son rapport avec le drapeau national; la dichotomie côte-sertão, et sa relation avec l'idée « d'ordre et de progrès » et du mythe du Brésil « pays du futur » en plus de la construction d'une société basée sur le mythe de la «démocratie raciale» mais en se structurant parmi la différence de couleur, des classes et d'exploitation du travail.

Mots-clés / Palabras-clave: Pensée géographique, idéologie nationale, mythes fondateurs

O processo de ascensão do bolsonarismo no Brasil se baseou, dentre outros aspectos, em discursos pautados na suposta existência de uma "guerra cultural", bem como na tentativa de ressignificação e fortalecimento de ideias conservadoras e reacionárias. Argumentos que giram em torno da "defesa da pátria" e da apropriação de símbolos nacionais, principalmente da bandeira, demonstram o importante papel da ideologia nacional[1] enquanto ferramenta política. Este não é um fato inédito, pois, a questão da construção da "identidade nacional[2]" foi tema relevante para diferentes governos e difundiu-se em uma diversidade de partidos, movimentos e administrações que variaram em inclinações tanto de direita, como de centro e de esquerda; tanto democráticos, quanto autoritários (LAUERHASS; NAVA, 2007). Consideramos que ideologia nacional é a "constituição de sujeitos que, pertencendo a grupos potencialmente antagônicos, julgam-se, acima de tudo, participantes de comunidades de iguais" (ALMEIDA, 2014, p. 66).

Assim, ela se constrói a partir da contradição entre a existência de uma comunidade de iguais, que seria a nação, e as desigualdades sociais existentes entre os membros que compõem essa nação. A concepção de uma "cultura e identidade nacionais" nos remete à sua dimensão "homogeneizante", ao fornecerem elementos que contribuem para forjar este sentimento de comunidade. Tal sentimento se traduz na eficácia política do consenso social que, por sua vez, permite a existência concreta dos "brasileiros". Ideologia e

[1] O desenvolvimento deste texto é consequência de pesquisa desenvolvida no período de 2018 a 2020 e financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.

[2] Consideramos que a identidade constitui a ideologia nacional, pois elementos que formam a primeira promovem a sensação de pertencimento colaborando para a construção da segunda.

cultura estão diretamente relacionadas, pois compõem "visões sociais de mundo" que compreendem

> conjuntos, estruturados de valores, representações, idéias (*sic*) e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. (LÖWY, 1995, p.14).

Ressaltamos que a ideologia nacional não é estática, pois se baseia em "mitos fundadores" que fornecem

> um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna[...], como da ampliação de seu sentido. [...] Logo, um mito fundador pode repetir-se indefinidamente sob novas roupagens (CHAUÍ, 2000, p.7).

Desse modo, nem todos os governos (re)constroem a ideologia nacional da mesma forma. Muitas vezes, a mudança política acarreta uma (re)interpretação do "projeto nacional" de acordo com os interesses dominantes da época, o que afeta as produções culturais criando rupturas e/ou continuidades (LAUERHASS; NAVA, 2007).

De acordo com Moraes (1988), a ciência geográfica contribui para a construção de ideologias nacionais em seus aspectos material e simbólico. No que tange ao primeiro, destaca-se a demarcação territorial, a qual delimita um Estado nacional. Já o simbólico está associado à significação e identificação entre a nação e o território, o que faz com que ambos sejam indissociáveis. De acordo com este autor, o campo geográfico no universo das ideologias expressaria a consciência do espaço trabalhada num sentido político. Assim, seria constituída uma "via privilegiada de relação do saber geográfico com a prática política" (MORAES; 1988, p. 44). Para o autor, as ideologias geográficas

> alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constrõem (*sic*) a respeito de seu espaço e da sua relação com ele (Ibidem, p. 44).

A compreensão das ideologias geográficas é um dos aspectos centrais para o entendimento da ideologia nacional e ambas são dimensões essenciais para a apreensão do mundo contemporâneo e da atual conjuntura política no Brasil. Assim, objetivamos neste artigo resgatar aspectos do processo de construção da ideologia nacional brasileira e suas possíveis relações com a Geografia. Entendemos que a análise dos vínculos entre a construção das ideologias geográficas e da ideologia nacional, a partir de uma visada histórica, poderá auxiliar-nos a perceber alguns elementos que levaram ao surgimento e difusão do bolsonarismo no Brasil. Concebemos que o bolsonarismo realçou a desconfiança das instituições, notadamente entre as pessoas mais pobres; manteve vínculos que se atrelam à defesa da propriedade privada, à naturalização das desigualdades sociais e ao culto meritocrático ao "cidadão de bem". Não iremos, aqui, tratar do bolsonarismo em si, mas analisar alguns elementos da ideologia nacional brasileira em diálogo com a Geografia, a fim de subsidiar futuras reflexões voltadas especificamente para o referido movimento político.

Analisaremos, então, o mito do verdeamarelismo, a partir de sua conexão com a bandeira nacional; a dicotomia litoral-sertão, diretamente relacionada à ideia de "ordem e progresso" e ao mito de "país do futuro"; e a construção de uma sociedade que se estabelece calcada no mito da "democracia racial" enquanto se estrutura por meio da diferença de cor, classe e exploração do trabalho.

Pensamos que determinado saber produzido e difundido pela Geografia possa contribuir para a construção/manutenção da

dominação de classe. Contudo, consideramos que a compreensão dos modos como as "ideologias geográficas" são (re)produzidas e utilizadas como ferramenta política para a construção de "visões sociais de mundo", em consonância com Löwy (1995), pode ser um primeiro passo para subvertê-las, de maneira que possam alimentar estratégias de resistência e transformação social.

A bandeira nacional, o verdeamarelismo e o país agroexportador

A primeira versão da bandeira nacional brasileira foi feita no contexto da independência do país, em 1822. Este marco temporal[3] é importante pois um dos elementos imprescindíveis à consolidação de um Estado-nação é a soberania. Neste período, o recém-criado Estado-nação necessitava de símbolos que compusessem sua identidade, especialmente porque não houve participação popular no processo de seu "nascimento". Assim, a produção da bandeira nacional é encomendada por D. Pedro I ao pintor francês Debret, a qual era composta

> de um retângulo verde, no centro do qual figurava um losango amarelo. O verde correspondia à cor da [...] família real dos Bragança, e o amarelo, à dinastia da qual era oriunda sua mulher, os Habsburgo. A bandeira mantinha, portanto, a tradição dinástica e não significava (ainda) o verde das florestas amazônicas nem o ouro do subsolo, como se reinterpretaria mais tarde. A forma losangular remetia, aliás, às bandeiras dos regimentos do exército napoleônico [...]. Sobre o losango amarelo encontra-se um brasão azul com a esfera armilar sobre uma cruz (vermelha) da ordem de Cristo, envolta por um anel azul carregado com 20

[3]O período colonial é fundamental para a compreensão deste processo, pois é quando se inicia a destruição da lógica social dos povos originários para a formação de uma organização política-territorial baseada em Estados nacionais (processo aqui não discutido).

> estrelas de prata, e circundando a cruz, dois ramos (um de café, o outro de tabaco). A esfera armilar (representando a esfera celeste local), [...] encontrava-se desde 1645 na bandeira do Principado do Brasil. O brasão e a forma típica da coroa imperial remetiam à tradição portuguesa. As 20 estrelas, por outro lado, referiam-se às 20 províncias do Brasil, enquanto os dois ramos anteriormente citados evocavam a realidade agrícola brasileira (JURT, 2012, p. 483-484).

A simbologia demarcada pela primeira versão da bandeira, profundamente identificada com o regime monárquico e com a família real, demonstra que, apesar da independência, ainda havia laços profundos entre Brasil e sua antiga metrópole, por ter um português à frente do país. Com a Proclamação da República, em 1889, a bandeira imperial foi questionada e novas propostas foram apresentadas. Naquele contexto, a simbologia nacional tornou-se de extrema importância, pois, assim como no processo de Independência, não houve participação popular na Proclamação da República e já não havia a figura de um Imperador que pudesse ser o símbolo mais vultuoso e garantia da unidade nacional. O projeto governamental, então, deveria exprimir sua legitimidade por meio dos símbolos. A primeira bandeira republicana, nomeada "bandeira dos Estados Unidos do Brasil", era uma versão verde e amarela do *Stars and Stripes* estadunidense com 20 estrelas sobre um quadrado negro. Ao ser apresentada, causou discórdia e indignação entre os positivistas por considerarem a bandeira pouco nacional (JURT, 2012). O pintor Décio Villares foi, então, encarregado de desenhar um modelo alternativo, tendo como base a filosofia positivista

> A filosofia positivista do Estado entrava assim na simbologia política do Brasil. [...] [Comte] concebeu, em primeiro lugar, um estandarte religioso contendo "a fórmula sagrada dos positivistas: o amor por princípio, a ordem por base, e o progresso como objetivo" sobre um fundo verde, cor natural da esperança, própria aos emblemas do futuro" (Comte 1851:387) e, em seguida, a bandeira política: "A fórmula fundamental se decompõe, sobre as duas faces verdes, nos dois lemas que caracterizam o positivismo: um, político e científico 'Ordem e Progresso', o outro, moral e estético 'Viver para o outro". O modelo positivista resumido no lema "Ordem e Progresso" significava um novo começo nacional, uma última etapa da evolução civilizatória, e não uma ruptura revolucionária. No novo projeto de bandeira, [...] mantinha-se o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul no centro para significar a transição entre o passado e o presente, mas suprimia-se o que lembrava a dinastia reinante [...] (Ibidem, 2012, p. 492).

Apesar das mudanças na bandeira do Brasil, as cores verde e amarela mantiveram-se como base em todas as versões apresentadas, embora fossem a elas atribuídos novos significados que demarcavam, simultaneamente, rupturas e continuidades. A bandeira simboliza o que Chauí (2000) denominou de "verdeamarelismo" elaborado

> no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do "país essencialmente agrário" e sua construção coincide com o período em que o "princípio da nacionalidade" era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica. De fato, essa imagem visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República. [...] Nessa época, quando a classe dominante falava em "progresso" ou em "melhoramento", pensava no avanço das atividades agrárias e extrativas, sem competir com os países metropolitanos ou centrais, acreditando que o país melhoraria ou progrediria com a expansão dos ramos determinados pela geografia e pela geologia, que levavam a uma especialização racional em que todas as atividades econômicas eram geradoras de lucro, utilidade e bem-estar (CHAUÍ, 2000, p. 33-34).

A participação popular na criação das simbologias nacionais inexistiu. Os responsáveis por estes feitos, e pelos processos políticos a eles adeptos, foram membros das classes dominantes, especialmente os proprietários de terra, o que demonstra que as mudanças políticas ocorridas no período analisado foram frutos dos interesses das mesmas classes, as quais mantiveram-se no poder no curso dos anos. Dessa forma, o verdeamarelismo enquanto celebração do país essencialmente agrário, apresenta a contradição na qual se baseia a construção do Brasil enquanto Estado nacional "independente", mas que não rompe com sua herança colonial agrária e oligarca. Chauí (2000) assinala que o "progresso", parte do lema positivista inscrito na bandeira, está diretamente relacionado ao avanço das atividades extrativistas e agrárias, isto é, mesmo papel cumprido pelo Brasil-colônia na Divisão Internacional do Trabalho.

Esse preceito remete também ao porvir, às potencialidades do Brasil, ao mito do "país do futuro", isto é, "paraíso reificado, domado e pronto para dar aos seus filhos a riqueza prometida" (ARAÚJO, 2016, p.155). A concepção do Brasil enquanto "paraíso" está diretamente aliada à sua natureza exuberante e remonta à sua "certidão de nascimento", a carta Pero Vaz de Caminha. Ao longo do processo de construção da identidade nacional, tal concepção foi apropriada e ressignificada.

Uma primeira alusão à existência de uma identidade nacional brasileira partiu das oligarquias regionais, as quais,

insatisfeitas com a política centralizadora do Estado imperial, passaram a promover uma polarização entre a identidade lusitana, atrelada ao Imperador, e uma identidade brasileira (BARBATO, 2014). Até então, não havia uma elaboração concreta do que seria esta "identidade nacional", apesar de já existir uma preocupação desde meados do II Império, com a criação de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

O Estado nacional, modelo europeu de organização político-territorial, está afeito à ideia etapista de "evolução da civilização" e traz à tona um dos aspectos imprescindíveis ao processo de construção da identidade nacional brasileira: a relação entre civilização e primitivismo. Segundo Barbato (2014), ao mesmo tempo em que tal processo deveria ter como espelho o continente europeu, necessitava possuir elementos originais e singulares que os diferenciasse. Assim, a natureza tropical foi "eleita" como elemento de unificação nacional em contraposição à Europa, ao mesmo tempo em que se tornou o foco para a construção de uma "identidade marcadamente nacional" (Ibidem). A partir deste ponto, era necessária a disseminação desta concepção por meio das ciências, das letras e das artes:

> Literatura, História e Geografia – esta última envolvida de maneira bastante pragmática no que toca às questões fronteiriças do Império – engajaram-se, cada uma à sua maneira, em um movimento que usa esta natureza como ponto de união do Brasil e de diferenciação em relação aos demais, afinal, todo o país era naturalmente exuberante. No entanto, a natureza não ocupa sozinha o posto de elemento original e singular do Brasil. O homem brasileiro, representado principalmente pelos elementos indígenas e mestiços,

> também têm lugar central nesse contexto (Ibidem, 2014, p.8).

Saindo do século XIX, momento no qual tais ideias foram gestadas, e adentrando o século XX, "país do futuro" foi o *slogan* lançado na Era Vargas. No "país do futuro", entretanto, o "paraíso" não era "natural", mas reificado e domado com o objetivo de trazer riqueza aos brasileiros. Assim, reforçou-se a apreensão da natureza como recurso natural a ser explorado a fim de proporcionar a chegada do "progresso" ao país. No período getulista houve, então, uma modificação do significado atribuído à natureza, que passou a ser aliada à grande extensão territorial:

> O território brasileiro era o imenso significante, propenso às mais diversas representações e interpretações simbólicas, calcadas nesta condição hiperbólica natural, mas também mitológica, do Éden terreno. [...] A significância encontrou, no nacionalismo territorial, um novo horizonte, pois, a partir daquele ponto, a dádiva da terra [...] deveria ser enfrentada, modernizada, explorada, e submetida aos desígnios daqueles que almejavam acompanhar o movimento da história. Inventar o Brasil significava estrutura-lo, modernizá-lo, equipá-lo com técnicas e tecnologias. Nacionalizar e modernizar foram premissas paralelas e complementares do governo getulista (ARAÚJO, 2014, p.155).

A natureza "selvagem" era o símbolo do primitivismo, mas a natureza "domada", transformada em recurso natural, estava a serviço da "civilização" e do "progresso". A natureza edênica e misteriosa deveria ser decodificada e racionalizada por meio da ciência. A Geografia colabora sobremaneira para este fim, tanto no que diz respeito à consolidação das fronteiras do Brasil, quanto no inventário de suas riquezas e construção de um imaginário social coletivo sobre o país.

O desvendar do "enigma Brasil" e a institucionalização da Geografia brasileira

A institucionalização da Geografia brasileira ocorrida com a criação do curso na Universidade de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934, e de outras instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1936, durante o primeiro governo de Vargas, sugere que um dos objetivos de seu "nascimento sob moldes da ciência moderna", no Brasil, foi servir ao Estado enquanto instrumento de (re)apropriação do território e "(re)invenção" da "identidade nacional". A partir desse movimento, a Geografia encontrava-se oficialmente e reconhecidamente legitimada sob o rigor científico e positivista. Moreira (2016) ao tratar da trajetória da Geografia brasileira, apresenta aspectos importantes desta passagem da "informalidade" para a "formalidade" a partir dos anos de 1930:

> Há uma geografia e uma forma geográfica de ver na obra dos viajantes, cronistas e naturalistas. E uma outra na obra dos geógrafos de formação que para cá vem nos anos de 1930 e 1940 a fim de fundar a Geografia formal. Difere nestes o olhar cultivado do especialista, não necessariamente a forma de ver e o modo interessado de olhar. [...] podemos considerar esses momentos como duas formas, mais que duas fases, de pensamento geográfico no Brasil: a informal e a formal. É informal o pensamento dos viajantes, cronistas e naturalistas, em que podemos incluir os romancistas e mesmo a *intelligentsia* brasileira que olha e perscruta com o concurso dos clássicos o enigma Brasil, pelo menos até os anos 1930. O pensamento formal é dos geógrafos convidados a criar a Geografia universitária e dos institutos de pesquisa como o IBGE e o Joaquim Nabuco e a plêiade dos que desde então se formam sob seu símbolo inaugural (MOREIRA, 2016, p. 19).

Desvendar o "enigma Brasil" se mantém enquanto objetivo basilar da Geografia e da *intelligentisia* brasileira. Assim, a principal diferença entre a "informalidade" e a "formalidade" diz respeito à metodologia de análise e não "necessariamente à forma de ver e o modo interessado de olhar". Aroldo de Azevedo, formado sob os moldes da "Geografia formal", também aborda esta questão no texto "A Geografia de São Paulo e sua Evolução". O geógrafo paulista apontava para a existência de mais de uma Geografia, e as principais diferenças entre elas estavam relacionadas às questões de método:

> A Geografia puramente descritiva e enumerativa, tipo catálogo [...]? Ou a Geografia que se confunde com a Topografia e a Cartografia, ainda hoje admitida por alguns em nosso país? Ou, finalmente, a verdadeira Geografia, a Geografia Moderna que se estuda nos meios cultos da Europa e da América, notadamente em que a interpretação dos fatos constitúi (sic) o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas...? [...]. Acreditamos que o problema poderá ser resolvido de maneira satisfatória se procurarmos um marco [...] e êsse (*sic*) marco só pode ser representado pela criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo [...] (AZEVEDO, 1954, p. 45-46).

A Geografia paulista, uma das grandes frentes de desenvolvimento da Geografia brasileira foi inaugurada sob a égide de mestres franceses, como Mombeig e Deffontaines, sendo que o último foi o que mais a influenciou teórico-metodologicamente em virtude de ter como uma de suas principais preocupações, constituir um quadro de referência da interpretação global do espaço brasileiro (MOREIRA, 2016). Assim, os fundadores franceses da Geografia

acadêmica no Brasil não se limitaram a reproduzir o pensamento geográfico que trouxeram de fora, mas intervieram fortemente na interpretação do real-concreto brasileiro, isto é, na formação de um pensamento geográfico voltado para a análise da "realidade brasileira" (ibidem, p. 27).

Dada a importância da Geografia francesa na institucionalização da Geografia no Brasil, pensamos que para melhor compreendermos de que maneira era feita esta análise da "realidade brasileira" e se havia relações entre esta e os elementos da ideologia nacional, seja preciso apresentar alguns aspectos das concepções geográficas de Deffontaines em seu processo de interpretação do país. Moreira (2016) analisa a obra "Geografia Humana do Brasil", produzida pelo geógrafo francês e nos apresenta a estrutura do livro, o qual é dividido em quatro partes:

> A primeira é a exposição do quadro da natureza, vista num enfoque da História natural territorializada e das metamorfoses paisagísticas que ela sofre no interior da evolução da História sociocultural brasileira. A segunda e a terceira referem-se às formas com que nessa relação a ação do homem a humaniza. E a quarta remete às formas e aos princípios econômicos orientadores dessa transformação enquanto uma combinação espacial entre História natural e História social. (MOREIRA, 2016, p. 28).

A interpretação do Brasil feita por Deffontaines tem como fio condutor a relação homem/natureza tendo em vista as transformações da paisagem, os gêneros de vida e, sobretudo, a economia. Moreira (2016) afirma que para o geógrafo francês uma das questões fundamentais da ocupação

do território brasileiro seriam os ciclos econômicos que vão "incorporando, recriando e substituindo a diversidade natural e o modo pré-colombiano" (Ibidem, p. 30):

> Deffontaines vincula os contextos dos ambientes ao conceito e escala dos gêneros de vida. É assim que depois de um rápido quadro descritivo da distribuição dos efetivos demográficos, passa ele à análise dos gêneros de vida constitutivos das formas do espaço geográfico brasileiro na sua escala sistemática: *a fazenda, o modo de vida caboclo, o comércio ambulante, os modos de vida urbanos*. Fecha o livro o capítulo da economia, num alargamento da sistematização dos modos de relação homem-meio agora na forma do que se pode dizer o arcabouço geral de ocupação humana do território nacional, *como no esboço de uma divisão territorial global de trabalho por vir. A chave é a ocupação do território brasileiro por ciclos econômicos que vão incorporando, recriando e substituindo a diversidade natural e o modo pré-colombiano* [...]. É quando a prática do *avanço contínuo da linha do desbravamento – a frente pioneira* – gera e dissemina ao mesmo tempo para trás e para frente os gêneros de vida cabocla em áreas geralmente quedadas ou ainda não recuperadas do esquecimento (Ibidem, p. 28-30, grifos nossos).

A "linha do desbravamento" está diretamente relacionada ao avanço do "progresso" e da "civilização" às regiões "longínquas" do território brasileiro, a partir do seu controle por aparatos do Estado. A isto se somava a utilização dos recursos naturais existentes em prol do "desenvolvimento econômico" e a eliminação dos "gêneros de vida" cabocla, associados ao "modo pré-colombiano" ou "primitivo", por meio de sua assimilação e incorporação à economia e cultura nacionais. Deffontaines publicou o texto "Indivíduos tipos do Brasil" no qual integra conceitos de paisagem, região e gêneros de vida. Segundo o autor, a seriação destes

indivíduos-tipos seria o primeiro plano de caracterização de um país:

> A definição humana de uma região dada, cifra-se menos pelo arranjo do povoamento ou distribuições étnicas, do que pela escolha *dos* gêneros de vida, cuja associação íntima assegura a entreter a exploração do terreno. Tais gêneros de vida encontram sua expressão nos indivíduos-tipos, cuja seriação ocupa o primeiro plano na caracterização de cada país. Não raro, há um tipo dominante que marcou profundamente tôda (sic) a gama de ocupações e o regime de trabalho: seus hábitos, suas exigências se inscreveram profundamente na paisagem. Os outros tipos gravitam-lhe em tôrno (sic), alguns mesmo vivem como parasitas [...] (DEFFONTAINES, 1947, p. 140).

Assim, uma das formas como a Geografia contribuiu para a construção da ideologia nacional brasileira foi por meio da caracterização do país, a qual desponta, de acordo com o geógrafo francês, com a seriação de seus indivíduos-tipos. Para Deffontaines (1947), o gênero de vida não estava relacionado às consequências de condições sociais construídas a partir do processo histórico de uma formação social baseada nas relações de classes e de cor. De acordo com este autor, ser "dominante" ou "parasita" era uma questão de escolha. O uso do termo "parasita" mostra a existência de uma hierarquia social entre tais indivíduos-tipos e seu nível de importância na sociedade, associado ao "progresso" ou ao "atraso". Os gêneros de vida constitutivos do espaço geográfico brasileiro, conforme Deffontaines eram **a fazenda**, **o modo de vida caboclo**, **o comércio ambulante**, **os modos de vida urbanos** (MOREIRA, 2016). De acordo com o geógrafo francês, para melhor compreender o cenário brasileiro à época, era necessário conhecer seus indivíduos-tipos:

> [...] *no Brasil, o tipo dominante [...] é o fazendeiro*, ou seja, o proprietário de uma fazenda, ou grande propriedade [...]. O primeiro esforço do fazendeiro consistiu no apossamento da terra; é de estranhar-se a importância dessa apropriação, num país tão vasto, tão pouco povoado [...]. Era de esperar-se encontrar imensas extensões sem dono, recaindo sob domínio público do Estado. Até mesmo as zonas de florestas amazônicas têm proprietários e lá se encontram fazendas unicamente florestais. O domínio público é insignificante e isto explica a pequena importância da colonização oficial. Seria interessante retraçar a história da imensa imobilização da terra pelos primeiros a pisá-la. Seu direito de propriedade deriva seja de concessões outorgadas pelo soberano, sob o nome de sesmarias, seja de simples apossamento de fato, facilmente reconhecido por decretos e leis (DEFFONTAINES, 1947, p. 140, grifos nossos).

No excerto acima, Deffontaines trata de um aspecto indispensável para o entendimento do Brasil: a questão da terra. O fazendeiro é apresentado pelo autor como o indivíduo-tipo principal ou dominante, isto é, o mais importante para o país, tendo em vista que, em um país "essencialmente agrário", os donos da terra estariam no topo da hierarquia social. Evidencia-se aí, a relevância da propriedade privada, uma fundamental característica das sociedades capitalistas. O geógrafo francês exalta o "esforço" do fazendeiro no "apossamento" da terra, apesar da vastidão do país "ainda tão pouco povoado". A ideia de que os donos das terras teriam sido os "primeiros a pisá-las" reforça a concepção de que antes da chegada dos europeus o atual território brasileiro era um "vazio demográfico" e, em paralelo, promove o apagamento dos povos originários que o habitavam. Seguindo a lógica da hierarquia social dos indivíduos-tipos brasileiros e seu papel nos ciclos econômicos do país, Deffontaines (1947, p. 141)

comenta que mesmo entre os fazendeiros, havia aqueles que possuíam maior influência e importância, a depender do modo de utilização de suas propriedades. Segundo o autor, havia dois tipos de fazendas: as de plantações, especialmente de insumos que abasteciam o mercado externo desde o período colonial, tais como cana-de-açúcar, café e cacau; e as de criação de gado, historicamente ligadas ao abastecimento do mercado interno. O "fazendeiro de plantação" seria mais dominante do que o "fazendeiro de gado":

> A antiga fazenda de plantações compunha-se de três elementos: sôbre (*sic*) uma elevação, a casa do dono, casa grande ou sede [...] o porão [...] e o pátio espanhol. O alojamento do fazendeiro é, [...] muito luxuoso [...]. Há sempre uma biblioteca onde o livro francês tem lugar de honra. No jardim de traçado francês, com vistosos grupos de begônias e *buganvilias* está colocada uma piscina de mosaico, por que o fazendeiro manifesta um orgulho particular. [...] A fazenda de gado é de todo diferente. O dono nem sempre tem nela sua residência e sua morada tem uma aparência mais modesta. O pessoal [...] habita em cabanas muito afastadas umas das outras e colocadas perto duma espécie de reduto de troncos de árvores formando uma cêrca (*sic*): é o curral [...]. Em muitos casos, as fazendas de gado não possuem limites precisos, pastando o gado em liberdade nos campos, chamados gerais. O fazendeiro mesmo não é o proprietário da terra e sim duma certa marca aplicada aos animais com o ferrete em brasa ou por incisão na orelha (Ibidem, 1947, p. 141).

O principal aspecto de distinção entre os dois tipos de fazendeiros é a propriedade da terra, historicamente ligada aos europeus e seus descendentes por meio da política de distribuição e ocupação de terras adotada pela Coroa portuguesa - as capitanias hereditárias e as sesmarias. O fazendeiro de gado é proprietário somente de sua criação. Na descrição citada, fica nítida a diferença de riqueza entre os

dois tipos de fazendeiros, além da influência europeia na constituição das "fazendas de plantação", a qual se manifesta no "pátio espanhol", "na biblioteca, onde o livro francês tem lugar de honra" e no "jardim francês". Schwarcz e Starling (2015), ao analisarem a sociedade da cana-de-açúcar no período colonial, afirmam que os senhores da terra formavam "uma aristocracia da riqueza e do poder, não uma nobreza hereditária do tipo europeu" (Ibidem, p. 107), isto é, não eram nobres de "berço", mas seu acesso à terra, à riqueza e ao poder, estava associado à cor da pele.

> Num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação. Um funcionário régio, no ano de 1789, afirmara que a colônia era o lugar em que "uma pessoa de posses e origens das mais modestas dá-se ares de grande fidalgo". [...] O que definia a nobreza no Brasil era o que ela não fazia. Dedicar-se ao trabalho braçal, cuidar de uma loja, atuar como artesão e demais atividades eram coisas para gentios ou cativos [...]. Já os "nobres" deveriam viver do rendimento de aluguéis e de cargos públicos. Melhor ainda, se o capital permitisse, era ser proprietário de engenho e se cercar de um grande número de agregados, parentes e criados. Capital, domínio, autoridade, posse de escravos, dedicação à política, liderança sobre vasta parentela, constituíram-se nas metas desse ideal de nobreza, que dominava a sociedade colonial (Ibidem, p. 107).

Há, aí, uma contraposição entre o proprietário de terras, que era dono de riqueza, poder, *status,* e associado à cor branca, e o trabalhador, associado ao negro e ao "gentio". É construída, assim, uma sociedade na qual a cor da pele passa a ser determinante enquanto fator primordial da hierarquia social. De maneira distinta da metrópole, onde a

nobreza era associada aos laços sanguíneos, no Brasil a nobilitação é forjada por meio de posses:

> muitos senhores de engenho eram por vezes cristãos-novos, descendentes de comerciantes ou imigrantes de posse que dedicavam seu tempo e capital à produção e comércio da cana. Foi só com o tempo, e com a perpetuação do casamento entre pares, que esses senhores foram se transformando numa classe mais homogênea. A partir de então, seus membros tratariam de refazer uma genealogia mítica, buscando estabelecer no passado longínquo raízes nobiliárquicas. Não obstante, se os proprietários não eram nobres de origem, procuraram se inventar como tal. Não são poucos os relatos que descrevem os senhores desfilando com seus trajes refinados, chapéus largos e botas lustradas (Ibidem, p. 108-109).

A análise das autoras traz as raízes do processo de construção da sociedade brasileira que, na primeira metade do século XX, será analisada por Deffontaines (1947), segundo o qual, o fazendeiro de plantação, principal indivíduo-tipo brasileiro, estava no topo da hierarquia social. É interessante notar que tal posição era ocupada pelo fazendeiro unicamente pelo fato de ser o proprietário de terras e estas, que produziam para o mercado externo, traziam o "progresso" ao país. O trabalhador, que efetivamente a produzia, no entanto, possuía menor relevo social. A celebração do país essencialmente agrário, simbolizada pelo verdeamarelismo, encontra eco na exaltação do proprietário de terras. Deffontaines (1947), então, qualifica os "tipos sociais" que "gravitavam ao redor" do fazendeiro:

> O colono é um tipo que gravita em tôrno (*sic*) do fazendeiro. Não é, porém [...] um homem que vem instalar-se em terra livre. Trata-se de um operário contratado pelo agricultor que o vai aliciar até mesmo nos mercados europeus, notadamente na Itália meridional. O fazendeiro confia-lhe o cuidado dum certo número de pés de café, recebendo êle (*sic*) em paga a

> metade das colheitas [...]. Concedem-se-lhe igualmente terras para suas culturas e rebanho pessoal. Todavia permanece frequentemente nômade, errando de fazenda em fazenda e constitui um proletariado rural ao invés de campesinato. Essa instabilidade do colono testemunha seu desejo de adquirir terra, de fixar-se num lote [...]. Todavia, o *monopólio da terra pelos fazendeiros torna muito difícil êsse (sic) acesso à propriedade*. A maioria dos fazendeiros, entretanto, *não exploram mais que uma parte de sua propriedade* [...]. De sorte que a sêde (*sic*) de terra é grande entre a gente pobre e *difícil de resolver*, a despeito da imensidade do Brasil (Ibidem, p. 142).

Destaca-se do trecho acima que o colono era um trabalhador rural, na concepção de Deffontaines um "proletário" e não um camponês, uma vez que era um "operário" contratado para trabalhar em terra alheia. O problema social da dificuldade do acesso à terra pela população pobre devido ao monopólio exercido pelos fazendeiros é apenas tangenciado pelo geógrafo francês, que o classifica como um "problema difícil de resolver". O reconhecimento de que haveria um desejo do colono em se tornar proprietário de terras e da dificuldade ou mesmo impossibilidade de acessá-las, a despeito desta vontade, contradiz a visão de Deffontaines, mencionada anteriormente, de que os gêneros de vida seriam uma *escolha*. Vale ressaltar que, ainda que a utilização da terra fosse o elemento chave para classificar a importância do indivíduo-tipo na hierarquia social, a maioria dos fazendeiros "não explorava mais que uma parte de sua propriedade"; eles eram proprietários de latifúndios em grande parte improdutivos, e os trabalhadores sem-terra, diante da dificuldade de tornarem-se proprietários, se sujeitavam a constituírem o "proletariado rural". Além

disso, o colono era um "trabalhador livre" associado à figura do branco europeu e não ao negro, o qual constituía grande parte da mão de obra das fazendas no período colonial e não foi "absorvido" no novo regime laboral, após a abolição da escravatura formal. Apesar de pobre, o colono, assim como o fazendeiro (ambos remetidos ao branco/europeu), contribuía para a "modernização" ou "civilização" do Brasil. Já o indígena é apresentado da seguinte maneira:

> Os índios foram concentrados nas plantações da costa atlântica. Habituados a uma economia de simples colheita, sem dispensar verdadeiro esforço, não puderam suportar o regime de trabalho que se lhes impunha nas plantações. Praticaram o que se chamou cinicamente de "a greve da morte"; com efeito, foi na verdade, a densidade do trabalho que os europeus têm o hábito de suportar e de impor que provocou uma imensa hecatombe nas populações indígenas. O fato é que não existe no Brasil mais do que um milhão e meio de índios para uma população de mais de quarenta e sete milhões de habitantes. Os quais com o nome de bugres, refugiam-se nas regiões mais inacessíveis, notadamente ao sul da bacia amazônica. Aqui, portanto, não se depara a questão indígena, tal como existe, algumas vêzes (sic) de modo grave, nos países da América espanhola (Ibidem, p. 140).

Pode-se dizer que os indígenas representariam o modo de vida pré-colombiano, "não afeito à densidade de trabalho suportada os europeus". A análise de Deffontaines (1947) sobre a ocupação humana do território nacional se baseava em uma "divisão territorial do trabalho por vir" (MOREIRA, 2016, p. 30). Os indígenas enquadram-se na parcela da população que seria "incorporada" ou "substituída" pelos ciclos econômicos nacionais. Apesar de reconhecer o genocídio indígena, praticado pelos europeus, preocupava o geógrafo francês os aspectos quantitativos resultantes desta dizimação

e não a problematização da questão. Segundo ele, os povos originários constituíam uma parcela muito pequena da população, logo, a "grave questão indígena" que existia em países da América Espanhola (que ele não diz qual é), não seria um "problema" no Brasil. Seguindo a "seriação" dos indivíduos-tipos brasileiros, o autor nos apresenta os "vendedores-ambulantes" que são,

> após o fazendeiro e o colono, as figuras mais típicas do *hinterland* brasileiro. Há um velho nome para designá-los: chamam-nos mascates [...]. Foram os habitantes da Bahia, a cidade mais povoada, sobretudo de pessoas de condições precárias, desde muito devotadas à procura de todos os expedientes, que descobriram o horizonte de trabalho e que representaram a *ausência de negócio em todo o interior* do Brasil. [...] Na segunda metade do século XIX [...] o campo de ação dos mascates alargou-se consideravelmente. [...] Foram os próprios italianos que asseguraram para si êste (*sic*) serviço [...]. Uma terceira onda de mascates ocorreu um pouco mais tarde [...] os sírios [...] descobriram o Brasil e sua predisposição toda (*sic*) especial para o comércio ambulante. [...] Tal população, tantas vezes criticada severamente, tem prestado contudo ao Brasil *verdadeiros serviços*. Foi através dela que a vida de trocas difundiu-se por tôda (*sic*) parte, mesmo nos *sertões mais inacessíveis*. O comércio dos mascates representa sensível *progresso a uma economia fechada e rotineira*. Pelo seu tino dos negócios, criaram iniciativas de vulto e estão em vias de participar ativamente no nascimento da grande indústria. A despeito de seu recente ingresso no Brasil, já constituem uma *peça importante no mecanismo econômico do país* (DEFFONTAINES, 1947, p. 144, grifos nossos).

Os mascates teriam sido os responsáveis por levar o comércio para o "interior" do país, isto é, acabar com a "ausência de negócio" ou, em outras palavras, acabar com o ócio. O excerto traz três palavras que podem ser consideradas sinônimos: "interior", "*hinterland*" e "sertões". Sertão, no pensamento social brasileiro, aparece atrelado ao litoral,

formando uma dualidade que divide o país em civilizado (litorâneo) e primitivo (sertanejo). O livro "Os sertões", de Euclides da Cunha, pode ser considerado um marco de origem da formação deste pensamento social, pois mesmo sendo uma obra literária, foi referência para grande parte da intelectualidade brasileira, inclusive para os geógrafos das primeiras gerações. Moraes (2003) define sertão como "o outro geográfico" que se (des)qualifica a partir do levantamento de seu oposto: o litoral, (re)conhecido e apropriado pelos aparatos estatais. O sertão não se caracteriza a partir de uma materialidade terrestre individualizável, passível de ser localizada, delimitada, cartografada no terreno, mas sim por meio de uma realidade simbólica, tornando-se uma ideologia geográfica:

> Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem *objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados* (MORAES, 2003, p. 2, grifos nossos).

O sertão seria, então, o "espaço" para o Brasil do vir-a-ser, o "país do futuro" integrado por meio da expansão da "linha de desbravamento", responsável por levar o "progresso" e a "civilização" às regiões "distantes e inacessíveis" do país. Os mascates seriam, assim, atores importantes nestas "frentes pioneiras" e o comércio, efetuado por eles - o elemento-chave da integração territorial - um primeiro passo

para a apropriação e transformação deste espaço, aproximando-o dos objetivos da economia nacional. Segundo Moraes (2003, p.2), a ideia de sertão "traz em si uma valoração crítica à situação atual de dada localidade e uma meta para sua transformação":

> [...] trata-se de uma valoração aplicável para novos lugares ou para novas ondas colonizadoras. O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento. Por isso, tal denominação geralmente é utilizada na caracterização de áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal. [...] utiliza-se o termo sertão para qualificar porções que se quer apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional em cada época considerada. Nesse sentido, trata-se de um qualificativo que induz um novo processo de domínio territorial sobre os espaços enfocados, isto é, que introduz um novo surto de dominação política no âmbito espacial delimitado pela qualificação proposta (Idem, p. 3).

Os "sertões" brasileiros, na primeira metade do século XX, entendidos como áreas de "soberania incerta" deveriam ser colonizados, conquistados e incorporados pela política e economia nacionais. A Geografia também contribuiu para a construção e disseminação deste imaginário social sobre o sertão, ao mesmo tempo em que serviu ao aparato estatal para sua dominação por meio do levantamento de um inventário dos "recursos naturais e humanos" existentes, demarcação territorial e disseminação de um discurso que justificava o projeto de "expansão". Deffontaines (1947), ao "seriar" os indivíduos-tipos brasileiros de acordo com seu papel no "mecanismo econômico", atribui valoração também aos habitantes do Brasil, e sua importância na hierarquia

social se define por "dominantes" e "parasitas". Ao caracterizar os mascates, aponta primeiramente para os "baianos", associando-os à uma porção territorial – a Bahia – e também às condições de vida precária que ali possuíam. Neste primeiro momento, não comenta quem seriam eles, isto é, Brancos? Negros libertos? Indígenas? Em seguida, apresenta a segunda e terceira "onda de mascates" associando-os aos estrangeiros, italianos e sírios, e enfatizando sua proeminência para o país. Os mascates, na visão deste autor, desempenharam um papel pioneiro na colonização dos sertões brasileiros e na sua incorporação à economia nacional. O progresso, uma vez mais, estava dissociado dos negros, indígenas e mestiços sendo estes assim retratados:

> [...] há outros elementos que *vivem à margem*, além das regiões pioneiras, em pleno sertão: são os chamados ***caboclos*** *ou* ***caipiras***. Tratam-se de *mestiços em quem os sangues branco, indígena e negro se acham mesclados em porções variadas.* O caboclo *recua ante o avanço da faixa pioneira*. Muitos, entretanto, permaneceram no interior da zona civilizada, nos rincões que o avanço colonizador deixou intactos ou nos que a exploração européia (*sic*) abandonou [...]. O caboclo leva uma *vida livre*, quase sem nenhuma necessidade, *sem dinheiro*, praticando uma *agricultura primitiva*, quase florestal, em que o campo e a floresta se entrosam. É sobretudo um colhedor que apanha os frutos da floresta e o mel silvestre. [...] Sua casa não passa de uma cabana feita de varas ou de palmeiras, coberta de fôlhas (*sic*), ramos ou palha. Bastam-lhe algumas horas de trabalho por semana para ter assegurada a *subsistência*. [...] Ao longo do litoral atlântico, o caboclo passa a ser pescador, embora permaneça no mato: *é o caiçara*. Tira sua subsistência do mar e da floresta. [...] Ainda mais do que o caboclo do interior, o caiçara pode viver ***ocioso, com um volume de trabalho insignificante de nenhum modo comparável com o esfôrço (sic) médio de um europeu*** (DEFFONTAINES, 1947, p. 145, grifos nossos).

O mestiço seria um tipo que habitaria o sertão e que vivia "à margem". Além de não pertencer às regiões civilizadas, o caboclo ainda recuava à medida que a "faixa pioneira" avançava. Este indivíduo-tipo representa, então, o ócio, a subsistência, estando à margem da economia nacional e, como tal, fadado à assimilação e ao desaparecimento, à medida que o "progresso" alcançasse os "rincões" do país. Saindo do campo, Deffontaines (1947) demarca o contraste evidente entre os gêneros de vida rurais e a vida industrial incipiente que se desenvolvia nas cidades, trazendo o novo tipo social: o operário. O proletariado industrial era composto majoritariamente

> de *estrangeiros:* italianos, húngaros, poloneses. [...] Os salários são baixíssimos, em média 5 a 7 francos por dia, porém o custo de vida ali é barato [...]. Portanto, por salários que se poderia qualificar de miseráveis, o operário leva uma vida relativamente *fácil e salubre. A consciência de classe operária* é menos acentuada do que na nossa Europa. Reúnem-se, sobretudo, para as distrações, o esporte, e mesmo a instrução. Os operários formam uma espécie de *nova e jovem aristocracia em meio à população das cidades* (DEFFONTAINES, 1947, p. 145- 146, grifos nossos).

Os estrangeiros europeus, mais uma vez, são protagonistas entre os indivíduos-tipos mencionados pois, apesar de serem operários, estão relacionados ao que havia de mais "moderno" no processo de consolidação do Estado burguês no Brasil: a indústria. Para o geógrafo francês, as fábricas simbolizavam não apenas a chegada do "progresso" e consolidação do estado nacional brasileiro, mas também a afirmação do Brasil no cenário internacional, em face ao contexto da Segunda Guerra:

> A guerra europeia, a crise atual, acompanhada da queda do câmbio permitiram às fábricas brasileiras reservar para si todo o vasto mercado local e mesmo encetar uma exportação para outros países da América do Sul (DEFFONTAINES, 1947, p. 145).

O autor afirma que os operários que trabalhavam nas fábricas brasileiras possuíam "consciência de classe" menos acentuada do que os das fábricas europeias, reconhecendo, assim, uma divisão de classes no Brasil. Entretanto, não aprofunda a análise sobre a importância de tal "consciência" pois, segundo ele, apesar de os salários serem miseráveis, os operários possuíam vida "fácil" e "salubre", além de formarem uma "nova aristocracia urbana". Enquanto o *status* social da aristocracia no meio rural estava associado à propriedade da terra, às posses e ao não-trabalho, na cidade, tal *status* era atribuído aos operários tanto por fazerem parte diretamente da chegada do "progresso", simbolizado pela indústria, quanto por serem brancos e europeus. Por fim, Deffontaines caracteriza os "parasitas" da sociedade brasileira:

> Abaixo [dos operários] se agita uma multidão de indivíduos [...] mais ou menos *mestiçados de negro com indígena*, espécie de *caboclo das cidades*, que *vive de inumeráveis misteres parasitas*: engraxates, carregadores, vendedor de bilhete de loteria, jornaleiro... Não mendigam, pois *a mendicância é rara no Brasil, embora seu sistema de vida prime em não se dar muito trabalho* [...]. Vivem de quase nada, banana, arroz, mandioca. Exibem pela cidade afora uma *jovial e fácil ociosidade*: a rua deve-lhe algazarra esfusiante (sic.) e vivida. *Não constituem uma escória desprezada, pois a vida brasileira não sublinha as distâncias sociais. Ao contrário disto, as atenua e o jornaleiro é um senhor, não menos do que o fazendeiro que reside nos luxuosos palacetes da Guanabara, no Rio ou da avenida Angélica em São Paulo* (DEFFONTAINES, 1947, p. 146, grifos nossos).

Enfatiza-se, do excerto acima, o fato de os "parasitas" serem correlacionados aos mestiços de negro com indígena, isto é, sem a contribuição do elemento branco. Enquanto "parasitas", suas atividades laborais não fazem parte da cadeia produtiva, mas sim de uma prestação de serviços de menor importância. Além disso, primam por "não se dar muito trabalho" e exibem "uma jovial e fácil ociosidade" em uma sociedade em que, após a abolição da escravatura, o valor social do trabalho precisava ser modificado posto que as pessoas já não eram forçadas a trabalhar, deveriam se dispor "espontaneamente" a realizar as atividades laborais. Tal espontaneidade era, contudo, coercitiva devido aos processos de expropriação e de condenação social e moral do não-trabalho.

Estratificação social/racial, exploração do trabalho e criminalização da pobreza no Brasil

No processo de transição da sociedade escravocrata para a sociedade salarial, o trabalho deveria ser desvinculado da ideia de degradação e assumir um valor positivo. Corpos e mentes deveriam, então, ser "adestrados" para a

> instituição de uma nova moral de afirmação do trabalho, que punha tal categoria no centro da organização do modelo de sociedade salarial. A aprendizagem dessa disciplina, pelos corpos e espíritos, representou um processo de internalização do trabalho como um bem, como um valor supremo, regulador da nova ordem. Esse processo ocorreu sob formas variadas, em diversos contextos, mas manteve sempre como cerne o "valor trabalho" como elemento regulador da vida social, especialmente para as camadas pobres (BEZERRA; GOMES, 2018, p. 225).

Começa a ser constituído um "imaginário social" em que o trabalho se torna "norteador moral das condutas e comportamentos" (ibidem, p. 225), ao mesmo tempo em que a "vadiagem" é criminalizada e reprimida por meio da criação do "Projeto de Repressão à Ociosidade", elaborado pelo então ministro da justiça Ferreira Vianna. Segundo os autores, após a criação da lei que aboliu a escravidão no Brasil, inicia-se uma discussão, liderada pelos "barões do império" e pelos políticos, sobre o mundo do trabalho e a manutenção da ordem no país que culminou no referido projeto.

Chalhoub (1983) analisa o debate sobre a repressão à ociosidade, ocorrido na Câmara dos Deputados em 1888, e observa que além da repressão policial e jurídica, era necessária uma "justificativa ideológica para o trabalho", isto é, razões que explicassem sua importância para as classes menos favorecidas e as convencessem a se dedicar às tarefas laborais. Os negros e mestiços, embora libertos, continuaram sendo estigmatizados e criminalizados, eram tidos como não civilizados, portadores de caráter "duvidoso", deveriam, portanto, ser "educados" para o trabalho. A oposição entre o mundo do trabalho e o da ociosidade e do crime se enquadrava em um "objetivo mais amplo das classes dominantes de preservar sua posição na estrutura social, ou seja, de manter a sociedade tal como essencialmente era" (Ibidem, p. 55).

Ademais, com o fim do sistema escravagista, a mão-de-obra escravizada foi substituída pela imigrante europeia, de maneira que os negros e mestiços não foram incorporados

de imediato ao mercado de trabalho e engrossavam uma grande massa de "inúteis", "vagabundos" e "perigosos". Estabelecia-se, sob uma nova ética do trabalho, a criação do chamado "cidadão de bem", que deveria respeitar a propriedade e amar o trabalho:

> O amor e o respeito religioso à propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. Mas este não é o ponto essencial a enfatizar neste contexto. Estamos pensando nos libertos, e não convém alimentar nestes indivíduos o sonho de se tornarem proprietários. Nada disso! Seria perigoso; seria jogar os pobres contra os ricos, uma crueldade! Para o liberto, tornar-se bom cidadão significa amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida "civilizada" (Ibidem, p. 57).

Nota-se que o trabalhador tem o dever de respeitar a propriedade alheia e não almejar tornar-se proprietário, nem se rebelar contra este indivíduo-tipo, mantendo, assim, a ordem social vigente no período colonial. Essa relação entre moralidade e trabalho, e o "projeto de repressão à ociosidade" tinha objetivos punitivo-educativos:

> Era preciso incutir nos cidadãos o hábito do trabalho, pois esta era a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos - indivíduos sem nenhum senso de moralidade. Dentro deste espírito, o projeto prevê que os ociosos serão conduzidos a colônias de trabalho, com preferência para atividades agrícolas, onde serão internados com o objetivo de adquirir o hábito do trabalho. Esta retórica moralista mal acoberta o objetivo dos legisladores: a pena para o ocioso devia ser bastante longa (de 1 a 3 anos para o reincidente), pois o que se desejava não era a punição pura e simples do indivíduo, mas sim sua reforma moral - e este objetivo não podia ser alcançado a curto prazo. (Ibidem, p. 58).

A ideologia de "valorização" do trabalho assalariado no Brasil foi implementada por meio da coerção e do preconceito racial. Manteve-se uma sociedade estruturalmente desigual em que os proprietários, associados historicamente ao branco/europeu, continuaram patrões, e os negros, indígenas e mestiços, grande massa da população brasileira, permaneceram estigmatizados e condenados a trabalhar perpetuamente para pagar suas dívidas. No discurso dualista, baseado na tradição cristã de distinguir o bem do mal, o "cidadão de bem" é o proprietário e o "trabalhador dócil" enquanto o "cidadão do mal", é o "vagabundo" ou "parasita", que deve ser punido e "educado" para o trabalho.

A seriação, apresentada por Deffontaines dos indivíduos-tipos brasileiros, segue esta lógica: o fazendeiro, o colono, o mascate e o "proletário urbano", associados aos brancos e trabalhadores, estão em níveis mais altos da hierarquia social e contribuem para a "ordem" e o "progresso" do país. Por sua vez, os "mestiços", rurais e urbanos (caboclos e caipiras), por estarem ligados às atividades de subsistência, permaneceram classificados como "parasitas" que deveriam ser "assimilados" à economia nacional, ou seja, serem adestrados e transformados em trabalhadores úteis e produtivos. Estes indivíduos-tipos são citados nos debates sobre a repressão e ociosidade: "É notório o fato de que o nacional não é amigo do trabalho; vejam só, por exemplo, o caipira paulista, 'um verdadeiro parasita, que consome apenas e nada produz'" (Ibidem, p. 60). Ao "tipo nacional",

identificado como sendo mestiço, é resgatada a visão colonizadora europeia que associa preguiça à tropicalidade:

> No Brasil [...] o indivíduo encontra muitas facilidades para subsistir, pois o nosso solo é rico, o nosso clima ameno, e a abundância se nota por toda parte. Sendo assim, a nossa população não precisa ter hábitos ativos de trabalho, pois tem facilidade em obter a carne, o peixe, o fruto, e, além disso, a amenidade do clima permite ao brasileiro passar perfeitamente ao relento, sem cobrir o corpo com vestes pesadas e caras. Em nosso país, portanto, é preciso obrigar o indivíduo ao trabalho, pois a tentação da ociosidade é irresistível (Ibidem, p. 61).

Se no Brasil seria possível manter a subsistência e a ociosidade, o trabalho não seria uma necessidade a não ser em uma sociedade voltada ao lucro e à acumulação. Contudo, lucro e acumulação, frutos do trabalho, não são direcionados aos trabalhadores, mas aos patrões/proprietários, que praticam o ócio. O problema não era, então, o ócio, mas quem o praticava. Chalhoub (1983) observa que a criminalização da ociosidade ocorre quando está associada à pobreza. Segundo o autor, o delito da vadiagem é caracterizado pelo hábito, mas principalmente pela indigência:

> Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é atributo dos barões (Ibidem p. 62).

Destituída das condições materiais para manter a subsistência e dos meios de produção para garantir a riqueza por meio da exploração do trabalho de outras pessoas, resta à grande massa da população constituir a classe trabalhadora

do Brasil. Constantemente vigiados e reprimidos, os pobres são considerados perigosos, pois trazem "maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente 'rolar até o abismo do crime'" (Ibidem, p. 62). Consolida-se, assim, uma hierarquia social baseada na cor da pele, mas que aparece sob a roupagem da democracia racial, ainda nos dias atuais.

Considerações finais

O desvendamento do "enigma" Brasil compôs a problemática principal sobre a qual se ocupou a *intelligentsia* brasileira até meados do século XX. Porém, não se tratava de um "desvendamento", mas de uma invenção. Tal diferença é crucial, pois o desvendar remete a tornar o "real" conhecido, enquanto o inventar implica em uma forma de ver e sua representação.

Ao longo do processo de construção da ideologia nacional brasileira, observamos certa continuidade da lógica colonial portuguesa e não sua ruptura. Exemplificamos essa continuidade a partir da exaltação do elemento branco; da estigmatização e exploração do negro, do indígena e do mestiço; da manutenção de um país agrário-exportador em que os fazendeiros-latifundiários detêm *status* e poder a partir da propriedade da terra; e do uso da violência e coerção. A contribuição da Geografia em tal processo, ocorreu a partir das colaborações de Deffontaines, geógrafo francês que, além de propor uma interpretação da "realidade brasileira", no processo de construção da "Geografia formal", participou da

formação da primeira geração de geógrafos brasileiros, influenciando-os teórico-metodologicamente e, desta maneira, difundindo esta forma de pensamento que se tornou hegemônica na Geografia brasileira durante certo período. Conceitos como paisagem, indivíduos-tipos e gêneros de vida estabeleceram e difundiram estereótipos das "gentes" e regiões brasileiras auxiliando na consolidação de "uma identidade comum", subsidiando a manutenção da integração territorial.

A ideia de "ordem e progresso" e o processo de ocupação do "interior" do Brasil estavam diretamente relacionados à consolidação do modo de produção capitalista no país e se opunha a tudo o que representasse outros modos de vida e subsistência. A ciência geográfica produzida naquele contexto colaborou para a consolidação da ideologia nacional e do Estado-burguês, fundamental para a (re)produção das relações de dominação e exploração de classe e de cor, entre outras, que se encontram ainda hoje presentes no imaginário social e na vida material dos brasileiros.

O "país do futuro" ainda não chegou, mas a "frente pioneira" continua a avançar pelos "sertões" brasileiros levando consigo o "progresso" e "passando a boiada" por cima do que estiver pela frente. Sob a roupagem da "liberdade", sobretudo para vender sua força de trabalho, alguns "indivíduos-tipos" são constantemente criminalizados quando questionam e/ou se rebelam contra a ordem social vigente. Nesse ínterim, munindo-se da bandeira nacional, se

(re)apropriando de e ressignificando discursos e visões gestados desde o período colonial, um "cidadão de bem" chegou à Presidência da República no Brasil e o movimento ao qual deu rosto e voz, o bolsonarismo, continua presente e interpelando milhões de brasileiros, mesmo após a sua saída deste cargo político.

Referências

ALMEIDA. L. F. R. Estado-Nação e Ideologia: Elementos para uma discussão. In. DEL GAUDIO, Rogata Soares e PEREIRA, Doralice Barros (Orgs.). **Geografias e Ideologias**: Submeter e Qualificar. Belo Horizonte, Editora UFMG, p 66-87. 2014,

ARAÚJO, G. C. C. **Edenismo e ideologia espacial no imaginário brasileiro (1930-1986)**. (Tese de doutorado). Unesp. Rio Claro. 2016

AZEVEDO, A. A Geografia em São Paulo e sua evolução. **Boletim Paulista de Geografia**., nº 16. p. 45-65, março, 1954.

BARBATO, L. F. T. A construção da identidade nacional brasileira: necessidade e contexto. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: UFGD – Dourados Vol. 8 n. 15, p. 1-15 –, jan/jun. 2014.

BEZERRA, O. de L.; GOMES, G. A. de O. Notas sobre a história do trabalho no Brasil: a consagração em fatos, valores e músicas. **História & Perspectivas**, Uberlândia (58); p. 223-236, jan./jun. 2018. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/37401 . Acesso em: Março/2023.

CHALHOUB, S. Vadios e barões no ocaso do Império: o debate sobre a repressão da ociosidade na Câmara dos Deputados em 1888.

Estudos Ibero-Americanos, Curitiba, v. 9, n.1-2, p. 53-67, 1983. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/ibero-americana/article/view/36351. Acesso em: Março/2023.

CHAUI, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEFFONTAINES, P. Os indivíduos-tipos do Brasil. **Boletim geográfico**. p. 140-146. 954, nº 16. p. 45-65. Maio de 1947, nº 50.

JURT, J. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. Revista **MANA** 18(3): p. 471-509, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/x47K6TgqwfrZ5CgPrPJDykk/?lang=pt . Acesso em: Março/2023.

LAUERHASS, L.; NAVA, C. (orgs.). **Brasil**: uma identidade em construção. São Paulo. Ática. 2007.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**. Elementos para uma análise marxista. São Paulo. Cortez, 1995.

MORAES, A. C. R. O sertão: um "outro geográfico". **Terra Brasilis** [Online], 4 - 5 | 2003, posto online no dia 05 novembro 2012, Disponível em: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/. Acesso em: Março de 2023.

_____, **Ideologias geográficas**: Espaço, cultura e política no Brasil. Hucitec. São Paulo. 1988.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: As matrizes brasileiras, volume 3. São Paulo, Contexto, 2016.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

SOARES, L.D.G. **O continente que virou uma nação**? Aspectos do Brasil e da Geografia Brasileira nos textos de Aroldo de Azevedo. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFMG, Belo Horizonte, 2020.

Submetido em: 16 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 24 de abril de 2023.
Aprovado em: 04 de maio de 2023.

SOARES, L.; SOARES, R.; PEREIRA, D. A IDEOLOGIA NACIONAL BRASILEIRA COMO FERRAMENTA POLÍTICA : ORDEM, PROGRESSO, CONSERVADORISMO E COERÇÃO. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2940. Acesso em: 22 jul. 2023.

GEOGRAFIA E *LAND GRABBING*: ELEMENTOS PARA UMA COMPREENSÃO GEOGRÁFICA DO CONTROLE DO TERRITÓRIO NO SÉCULO XXI

GEOGRAPHY AND LAND GRABBING: ELEMENTS FOR A GEOGRAPHICAL UNDERSTANDING OF TERRITORY CONTROL IN THE 21ST CENTURY

GEOGRAFÍA Y ACAPARAMIENTO DE TIERRAS: ELEMENTOS PARA UNA COMPRENSIÓN GEOGRÁFICA DEL CONTROL DEL TERRITORIO EN EL SIGLO XXI

LORENA IZÁ PEREIRA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP) / LAND MATRIX INITIATIVE - PONTO FOCAL AMÉRICA LATINA E CARIBE

E-MAIL: IZA.PEREIRA@UNESP.BR

Resumo:
O debate em torno do processo de *land grabbing*, entendido neste artigo como controle do território, ou seja, o poder de controlar o território e o acesso a ele, intensificou-se a partir da crise de sobreacumulação de 2007/2008. Como é um processo em ascensão, acadêmicos, governos e instituições multilaterais têm se dedicado a compreendê-lo. Algumas interpretações, que consideram o *land grabbing* como um processo homogêneo, têm se mostrado equivocadas. O objetivo deste artigo é realizar o debate do processo do *land grabbing* a partir da perspectiva analítica da Geografia. Para tanto, foi realizada ampla revisão bibliográfica sobre a temática. A conclusão foi que a Geografia apresenta uma significativa contribuição para o entendimento do processo porque permite uma abordagem territorial, escalar e geopolítica, possibilitando a captura da totalidade do *land grabbing.*

Palavras-chave: Estrangeirização da terra, território, Geopolítica, escala.

Abstract:
The debate about the land grabbing process, understood in this work, as land control - the power to control the territory and access to the territory through different relations - was intensified because of the 2007/2008 over accumulation crisis. As it is a process on the rise, academics, governments and multilateral institutions have been dedicated to understanding it. This has resulted in misinterpretations, since they tend to consider the land grabbing as a homogeneous process. The objective of this essay is to discuss land grabbing through the analytical lens of geography. To achieve this goal, we will exclusively use a bibliographical review on the subject. We argue that geography presents a significant contribution to the understanding of the process because it allows the territorial, scalar and geopolitical approach, allowing the capture of the entire land grabbing.

Keywords: Land foreignization, territory, Geopolitics, scale.

Resumen:
El debate en torno del proceso de acaparamiento de tierras, entendido en este artículo como control del territorio - el poder de controlar el territorio y el acceso a éste a través de distintas relaciones - se intensificó a partir de la crisis de sobreacumulación de 2007/2008. Como es un proceso en ascenso, académicos, gobiernos e instituciones multilaterales se han dedicado a comprenderlo. Esto ha resultado en interpretaciones equivocadas, ya que tienden a considerar el entonces llamado acaparamiento de tierras como un proceso homogéneo. El objetivo de este ensayo es debatir sobre el acaparamiento a través de la lente analítica de la geografía. Para alcanzar este objetivo utilizaremos exclusivamente de revisión bibliográfica sobre la temática. Defendemos que la geografía presenta una significativa contribución para el entendimiento del proceso porque permite el abordaje territorial, escalar y geopolítico, posibilitando la captura de la totalidad del acaparamiento de tierras.

Palabras-clave: Extranjerización de tierras, territorio, Geopolítica, escala.

Introdução

Este artigo é uma discussão conceitual crítica, realizada a partir de uma década de pesquisa acerca da estrangeirização da terra e controle do território no bojo da Geografia Agrária[1]. A acumulação e a incorporação de novos territórios são estratégias utilizadas historicamente no regime capitalista por especuladores, especialmente em momentos de crise, que são intrínsecas no sistema de produção capitalista (HARVEY, 2005). Os ajustes espaço-temporais[2] são necessários, especialmente em momentos de crise de sobreacumulação[3], para a reprodução do sistema capitalista. Desde a década de 1970, o capitalismo global passa por problemas relacionados com a sobreacumulação, caracterizada por uma diversidade de ajustes espaço-temporais fracassados (HARVEY, 2004).

Em 2007/2008, a questão da sobreacumulação atingiu o ponto máximo em escala global, marcado pela convergência (e narrativas) de diferentes crises[4] – alimentar, ambiental, climática,

1 Este artigo é resultado das reflexões construídas durante a pesquisa de doutorado intitulada "A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (processo 17/21760-4, modalidade doutorado direto).

2 Em contextos de crises de sobreacumulação é necessário encontrar maneiras de absorção dos excedentes, onde a expansão geográfica e ajustes temporais são alternativas frequentemente utilizadas (HARVEY, 2004).

3 Destacamos que a crise de superacumulação ocorre "a partir da contradição própria do modo capitalista de produção, determinada pela tendência através da qual o desenvolvimento das forças produtivas diminui a capacidade da valorização do valor, ou seja, a capacidade de exploração de trabalho vivo em relação ao emprego de capital constante no processo produtivo" (MENDONÇA, 2018, p. 100). Neste sentido, a crise do capital não é resultado de uma sobreacumulação, mas sim pela impossibilidade de valorização do valor (MARX, 1970; MENDONÇA, 2018).

4 É necessário ressaltar que há narrativas de escassez utilizadas como justificativa para garantir a acumulação de capital (SCOONES, SMALLEY, HALL e TSIKATA, 2018). Um exemplo clássico é o argumento neomalthusiano de

energética e financeira. O resultado foi a utilização de diferentes estratégias para a manutenção de um sistema de acumulação do capital. Uma delas foi a expansão do interesse global por terras, particularmente terras para a produção agropecuária, ainda que tenham emergido outros usos e interesses no decorrer dos últimos anos, como para a implantação de Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs) (ALENTEJANO e TAVARES, 2019) e instalação de projetos de energia renovável, inseridos na seara do *green grabbing* ou apropriação verde (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012; SAUER e BORRAS JR., 2016).

A terra, historicamente, é alvo de interesse por parte do capital, com objetivos de especulação tradicional (por meio de reserva de valor) e produção agropecuária. Porém, pela primeira vez, o capital especulativo a enxergou como ativo financeiro, a partir do século XXI. A produção agropecuária sempre foi tratada com um determinado receio por parte do capital, porque é uma atividade com um certo grau de risco, especialmente devido a instabilidade da posse, de volubilidades climáticas e demais fatores que afetam a produtividade. Em um cenário caracterizado por uma crise de sobreacumulação, o capital impõe a necessidade de ajustes espaços-temporais (HARVEY, 2003 e 2018) para garantir a sua reprodução. Assim, ocorre a diversificação do portfólio de investimentos do capital financeiro que, por sua vez, busca novas estratégias e novos negócios mais seguros e rentáveis.

Com isso emerge um novo agente na corrida mundial por terras: os fundos de investimento, que transformam a terra em

aumento da população mundial coloca a necessidade de uma maior produção agrícola, frequentemente utilizado por agentes para justificar os seus investimentos. A questão da fome e acesso ao alimento já foi debatida por Josué de Castro (1959, p. 45) quando questionou "será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?"

ativo financeiro, pois adentram a lógica de mercado para a acumulação e colocam de lado as relações sociais (POLANYI, 2000; BARBANTI JR., 2017). A terra tornou-se o tema do século XXI, sendo parte fundamental de disputas Geopolíticas (SAUER, 2016). Não se trata mais de controlar a terra como fonte de poder e prestígio, mas sim da terra compreendida como um meio de produção para obter renda e acumulação, por meio da exploração direta ou indireta[5].

Desde os primeiros anos do século XXI, especialmente após a crise financeira iniciada em 2007/2008, cresceu o interesse global por terras, intitulado pela academia como *land grabbing*. Tratam-se de operações comerciais (trans)nacionais de terras em torno da produção de alimentos e agrocombustíveis (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a). Vale mencionar que o *land grabbing* é um processo histórico, a própria expressão é citada por Marx (1970) no capítulo XXIV para abordar a acumulação primitiva. Todavia, o *land grabbing* na contemporaneidade é materializado de uma forma distinta e ímpar, resultado de processos que na atualidade são centrais, como a financeirização e o meio técnico científico informacional (SANTOS, 2017).

Como a ciência busca compreender o movimento da realidade, emergiu uma diversidade de pesquisas em diferentes âmbitos (acadêmico, governamental, sociedade civil, instituições multilaterais e movimentos sociais) sobre a temática, resultando em um verdadeiro *literature rush* (SAUER e BORRAS JR., 2016). Sobre as diferentes definições do processo, o único consenso sobre

5 Por exploração direta entendemos como aquelas que envolvem a apropriação direta do território, isto é, através de compra e arrendamentos. Por exploração indireta abordamos aquelas que não necessariamente envolvem a apropriação do território por meios legais como, por exemplo, por títulos de propriedade. Defendemos que o capital encontra novas formas, cada vez mais sofisticadas, de ter acesso e controlar o território.

ele é sobre o seu avanço após 2008 (EDELMAN, OYA e BORRAS JR., 2013). Diferentes áreas do conhecimento têm se dedicado a compreender o *land grabbing* de acordo com os seus enfoques e objetos de análise. As que mais se destacam – especialmente em escala internacional – são a economia política (FRANCO, BORRAS JR., ALONSO-FRADEJAS, BUXTON, HERRE, KAY e FEODOROFF, 2013) e as relações internacionais (BARBANTI JR., 2017; SOYER e BARBOSA JR., 2018; DIAS e LIMA, 2019). A Geografia, particularmente em âmbito nacional, embora tenha produzido estudos que remetem ao *land grabbing*, desde a década de 1980 (OLIVEIRA, 1988), tem se evadido do debate.

Quando discutimos o *land grabbing* (e processos relacionados) na Geografia, atenção demasiada é dada aos trabalhos de David Harvey (2003, 2004 e 2018), particularmente por meio da sua (re)formulação do conceito de acumulação primitiva de Marx (1970) e da sua proposta de acumulação por despossessão (ou espoliação). A formulação de cunho teórico proposta por Harvey (2003) para explicar o avanço territorial do capital no século XXI é importante e pertinente, mas não é a única e possível contribuição da Geografia para o estudo sobre a intensificação do interesse global em terras, isto é, *land grabbing*.

O objetivo deste artigo é fazer uma discussão conceitual crítica sobre o *land grabbing,* usando a perspectiva analítica de Geografia para além da acumulação por despossessão (HARVEY, 2003 e 2004). Argumentamos que a Geografia é uma ciência que possibilita compreender o processo de forma mais ampla, pois nos permite desenvolver três aspectos / características pouco considerados (geralmente esquecidos nas demais análises) sobre o *land grabbing*.

O primeiro corresponde à abordagem de território – compreendido como espaço multidimensional e multiescalar constituído por meio de relações de poder (RAFFESTIN, 1993; FERNANDES, 2009). Entendemos que o território deve ser utilizado como categoria de análise do *land grabbing*, visto que grande parte das pesquisas o consideram apenas como extensão de terras transacionadas, e não como um território que contém outros recursos e relações de poder[6] (LI, 2014). Aqui cabe enfatizar que terra e território são elementos distintos, uma vez que território envolve relações sociais e de poder.

O segundo aspecto diz respeito à questão escalar, frequentemente citada nas pesquisas acerca do tema, mas apenas como escala de terras transacionadas ou escala de capital envolvido nos investimentos[7], não considerando a escala do processo e a escala da ação. Isso banaliza a escala tanto como um conceito geográfico, quanto como uma noção, ou seja, a escala não é compreendida como uma construção de agentes e processos atuantes nos âmbitos global, regional e local. A escala acaba não sendo percebida a partir de fluxos contínuos, em uma via de mão dupla, como de fato deveria ser entendida, já que o *land grabbing* é um processo global, que se materializa no local.

O terceiro aspecto se relaciona com a relação Geopolítica, omitida nos estudos sobre o *land grabbing,* embora ela seja primordial, visto que o processo envolve relações de poder entre

6 Exemplos são as transações que envolvem projetos de energia eólica e solar e de infraestruturas.

7 Edelman (2016) destaca a escala como uma das *sete chaves* para compreender o *land grabbing*, porém não evolui no sentido de uma abordagem geográfica do tema, afirmando que: "considero que tenemos que pensar más en cuestiones de escala, no sólo en términos de las extensiones de tierra acaparada, sino también con relación a un conjunto de otros factores. El más significativo de estos es sin duda la escala de los capitales asociados con un proyecto determinado de *land grabbing*" (EDELMAN, 2016, p. 33).

diferentes agentes, incluindo Estados-nação. Esta questão é interessante porque permite trabalhar a Geopolítica a partir da crítica de Becker (2005), que nos alerta sobre a necessidade de (re)pensar o Estado (incluindo novos agentes), o território (multiescalar e multidimensional) e a Geopolítica para além da Geografia tradicional. A realidade se modifica e nos coloca diante de novas expressões e elementos, e o *land grabbing* pode ser considerado como um novo elemento geopolítico, que envolve interesses e relações de poder, não apenas entre Estados, mas também entre outros agentes, como corporações transnacionais e fundos de investimento. A Geopolítica elucida muitas características do processo de *land grabbing*, tais como: o motivo de um determinado país se apropriar de terras de outra nação; os critérios de seleção dos investimentos; o papel dos acordos de comércio e das relações exteriores; a influência da China e até mesmo dos blocos emergentes, como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e MICs (*middle income countries*).

Considerando que o *land grabbing* é um processo político (HOLT-GIMÉNEZ, 2012), estes três aspectos nos direcionam para a uma proposta teórico-conceitual geográfica que enfoca o controle do território como expressão adequada para se referir ao *land grabbing*. Isso porque a essência do processo está no controle e não apenas na apropriação de terras em si, como propõem dominantemente as pesquisas focalizadas no *land grabbing.* Assim, o presente artigo está estruturado em três seções. Primeiro, dissertamos brevemente acerca das definições/compreensões de *land grabbing*, buscando entender as dimensões e escalas de análise presentes na academia sobre o tema. Segundo, desenvolvemos os três aspectos acima citados, que consideramos essenciais para uma

análise geográfica do *land grabbing*. Esta seção apresenta especificamente três subtópicos, um para cada elemento geográfico do processo aqui trabalhado: 1) território como categoria de análise do *land grabbing;* 2) o problema da escala do *land grabbing* e; 3) análise Geopolítica do *land grabbing*. Por fim, na terceira seção, estabelecemos uma definição de controle do território como uma proposta geográfica para compreender e designar o *land grabbing*.

O artigo foi desenvolvido por meio do diálogo entre teoria e empiria, proporcionado pelo desenvolvimento de uma década de pesquisas inseridas na Geografia e pela atuação no The Land Matrix Initiative (ponto focal América Latina e Caribe)[8]. Como procedimentos metodológicos, realizamos uma revisão bibliográfica acerca da temática de *land grabbing* e de processos relacionados. Além disso, nos valemos de resultados de trabalhos de campo realizados no Brasil e no Paraguai– para a construção da nossa proposta geográfica do *land grabbing*.

Franco et al. (2013) argumentam que a melhor *lente* para analisar o processo de *land grabbing* é a da economia política. Contudo, a partir deste artigo, defendemos que a perspectiva da economia política descreve o avanço capitalista sem considerar o espaço geográfico. Por isso, ela tem pouco a dizer sobre as dinâmicas, processos e relações sociais e territoriais que produzem e moldam o *land grabbing*. Assim, defendemos que a Geografia, por meio da sua leitura territorial, escalar e Geopolítica, é uma importante perspectiva para entender o *land grabbing*.

8 The Land Matrix Initiative é uma plataforma de monitoramento de grandes transações de terras em escala global. Os critérios utilizados no The Land Matrix Initiative são: transações iguais ou superiores a 200 hectares; negociações ocorridas no século XXI e que envolvam, necessariamente, uma mudança do uso do território. Maiores informações disponíveis em: https://landmatrix.org/map. Acesso em: 05 mar. 2023.

Literature rush: breve exame do debate sobre o *land grabbing*

O interesse por terras e a apropriação de terras são históricos e se materializam em ciclos[9]. Exemplos são o próprio cercamento de terras – *enclosures* – na Inglaterra no século XVI, abordados por Marx no capítulo XIV do Capital I (MARX, 1970), e as práticas coloniais europeias dos séculos XIX e XX (MOYO, YEROS e JHA, 2012). Embora nunca tenha cessado, neste início de milênio, o processo atinge um ponto jamais visto antes, resultado de processos como globalização, financeirização, mudanças Geopolíticas e, por conseguinte, convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a).

A princípio, a expressão *land grabbing* foi desenvolvida por ativistas que se opõem a estas transações (trans)nacionais de terras (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a). Porém, a mesma foi rapidamente apropriada por acadêmicos, instituições multilaterais, mídia e governos, inclusive modificando o seu direcionamento político[10] (BORRAS JR. e FRANCO, 2010a). Ou seja, o *land grabbing* virou manchete (HOLT-GIMÉNEZ, 2012). Desde 2009, há uma grande diversidade de pesquisas sobre o tema, sobretudo, em nível internacional. Nestes anos de pesquisas, analisamos 750

9 Os ciclos são distintos em cada nação, pois são resultados de processos globais e locais em interação.

10 Segundo Borras Jr. e Franco (2010b), há uma despolitização da expressão, visto que ela foi absorvida pelas correntes convencionais de desenvolvimento e é utilizada cada vez mais como uma oportunidade de continuidade do processo, por meio do entendimento de que ele é inevitável. Assim, o *land grabbing* passa a ser visto por meio do discurso da regulamentação para facilitar o acesso do capital internacional às propriedades de terras e como uma alternativa para a maximização de oportunidades. Ou seja, já que os estados em que as terras são açambarcadas não são capazes de resolver o problema da pobreza rural, o *land grabbing*, se respeitar códigos de conduta, pode ser a alternativa para a solução do problema.

trabalhos científicos sobre a temática em todo o globo, identificamos duas fases nas pesquisas sobre o *land grabbing*.

A primeira fase compreende o período de 2009 a 2012, e mereceu o nome de fase *making sense*, isto é, fase do 'fazendo sentido' (EDELMAN, OYA e BORRAS JR., 2013; PEREIRA, 2017). Ela abarca as pesquisas precursoras, que buscavam responder questões amplas como "quem está envolvido e quem são os impulsionadores?". Não é de se estranhar que a atenção estava toda focalizada sobre a quantificação das terras transacionadas (EDELMAN, 2013) e sobre a identidade dos agentes envolvidos no processo. No que tange a este último ponto, houve um foco excessivo sobre a necessidade de o *land grabbing* envolver agentes estrangeiros (SASSEN, 2013) – o que explica porque nos países de língua lusófona o processo foi livremente traduzido para 'estrangeirização da terra' (SAUER, 2011). Isso tem gerado, desde então, um intenso debate, visto que há visões conflitantes (FAIRBAIRN, 2015; WILKINSON, 2017), como a de que a utilização do termo estrangeirização escamoteia os agentes nacionais e a de que o capital não tem nacionalidade[11] (OLIVEIRA, 2012).

Argumentamos que esta postura ocorreu, e ainda ocorre, devido ao fato de a maior parte das transações de terras, especialmente no início deste novo ciclo, acontecerem obedecendo a dinâmica entre Norte (rico em capital, pobre em terras e expropriador) e Sul (pobre em capital, rico em terras e expropriado). Mas esta dinâmica foi superada na segunda fase das pesquisas, visto que é um processo que atinge todos os países do globo, cada qual com as suas particularidades. Ainda nesta fase, a análise era

11 Defendemos que a origem do capital implica em distintas estratégias de territorialização e territorialidades.

feita com base no global, com poucos estudos de caso. Quando feitos, os estudos de caso eram focalizados em países africanos, com uma célebre africanização do *land grabbing*[12] (FEODOROFF, 2013).

Na fase intitulada *deepening our understanding*, 'aprofundando nossa compreensão', iniciada em 2013 e ainda em vigência, há uma virada qualitativa nas pesquisas sobre a temática (BOECHAT, PITTA e TOLEDO, 2017). A questão em torno da quantidade de hectares de terras transacionados passa para um segundo plano. Emergem análises mais apuradas, priorizando estudos locais, na tentativa de mostrar que o processo não é homogêneo. Neste momento, o foco se volta para o capital financeiro como um dos agentes, senão o principal, no novo ciclo do *land grabbing*, constituindo-se ainda como um elemento definidor da novidade do processo. Ademais, foram incorporadas novas escalas e países nas análises, incluindo o continente europeu (PLOEG, BORRAS JR. e FRANCO, 2015; KAY, 2016) e EUA (SILVA e OLIVEIRA, 2022; SILVA, SILVA e PEREIRA, 2023).

Outra questão importante é a inserção de novas faces do *land grabbing* no debate, para além da agricultura, englobando projetos de infraestrutura (PEDLOWSKI, 2013), turismo (COLORNI, 2018), *green grabbing* (FAIRHEAD, LEACH e SCOONES, 2012; HOLMES, 2014), *ocean grabbing* (BARBESGAARD, 2016) e *resource grabbing* (ANSEEUW, 2013). Isso nos permite ter a noção da ampla dimensão e complexidade que o processo adquire. Na atualidade, por exemplo, não é possível debater o processo sem considerar a apropriação de terras por

12 As primeiras pesquisas abordavam o processo como exclusivo do continente Africano. Na realidade, a África é o principal destino dos investimentos em terras (LAND MATRIX, 2023), porém não é o único (KAY, 2016).

agentes capitalistas para a implantação de projetos de energia eólica no Brasil (TRALDI e RODRIGUES, 2022; PEREIRA, 2021).

Neste período, ocorre também um direcionamento dos impactos, resultante da apropriação de terras em larga escala, especialmente no tocante aos direitos humanos (COTULA, 2014; GILBERT, 2017), e das diferentes formas de resistência *from below* (desde baixo, em uma tradução livre) (HALL, EDELMAN, BORRAS JR., SCOONES, WHITE e WOLFORD, 2015). Em geral, isto corresponde a uma fase mais crítica em relação às transações comerciais de terras, que acaba por não reproduzir discursos equivocados, como a afirmação de que apenas governos estrangeiros estão envolvidos no *land grabbing*, ou como a necessidade de incluir impactos sobre a segurança alimentar nos países receptores de negociação (FAO, 2012).[13]

É importante debater o *land grabbing* no Brasil, porque muitas questões da primeira fase das pesquisas não foram superadas, devido à resistência da academia brasileira a abordar o processo. Essa crítica vale para todas as áreas do conhecimento. Os poucos estudos no Brasil estão direcionados à definição/designação do processo, contendo um debate marcante em relação ao *land grabbing* versus estrangeirização da terra e à quantificação e identificação dos agentes envolvidos. Ainda, no Brasil, a abordagem geográfica tem sido pouco explorada. Há apenas estudos pontuais[14]

13 Em 2012 a FAO publicou o estudo *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización*, no qual estabeleceu três critérios para definir o *land grabbing*; 1) envolver necessariamente transações acima de 1.000 hectares; 2) envolvimento direto de governos estrangeiros na compra de terras; 3) gerar impactos de ordem alimentar nos países-alvos do investimento.

14 Oliveira (2010, 2011, 2012 e 2014) dedica-se ao estudo do processo. Contudo, parte da visão da estrangeirização da terra como um processo histórico e que não apresenta expressividade no Brasil. Oliveira (2011) defende a estrangeirização da terra como 'farsa', isto é, como uma estratégia utilizada pelo governo brasileiro para tirar atenção da reforma agrária que não foi realizada no país. Fernandes

e, de certa forma, resistentes a uma compreensão mais ampla do processo (OLIVEIRA, 2010). Por isso, ao final deste artigo, propusemos uma definição geográfica do processo.

O território como categoria de análise do *land grabbing*

Neste artigo, entendemos o território para além de uma concepção conservadora, totalitária e unidimensional, na qual ele é entendido como Estado-nação. Nós o entendemos como uma construção social, gerada através do espaço, ou seja, "ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço (...) o espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). Território é um espaço territorializado por relações de poder, o que corresponde à apropriação. Assim, entendemos o território por meio da multiescalaridade e da multidimensionalidade (FERNANDES, 2009).

Frequentemente, as pesquisas utilizam a expressão grande extensão territorial transacionada para se referir ao *land grabbing*, o que nos remete ao substrato espacial material, mas, diferentemente disso, "os territórios não são material tangível, palpável, mas sim campos de forças, que só existem enquanto durarem as relações sociais das quais eles são projeções especializadas" (SOUZA, 2013, p. 89). Isso nos permite afirmar que as concepções hegemônicas de *land grabbing* tendem a coisificar o

(2011) também aborda a estrangeirização a partir da perspectiva geográfica, entendendo a mesma como elemento essencial para a compreensão da questão agrária no século XXI. Com o *boom* das pesquisas sobre a temática, a Geografia também tem avançado, o maior exemplo é a publicação de dossiê sobre estrangeirização da terra e *land grabbing* da Revista Campo-Território em 2016.

território, isto é, o território "se confunde com um pedaço qualquer da superfície terrestre" (SOUZA, 2013, p. 91).

Outra grande limitação desta abordagem é que ela não enfatiza que a terra é um recurso que contém outros recursos, como água, minérios e biodiversidade, ou como um recurso que produz alimentos. Esta abordagem trabalha com um caráter unidimensional da terra, escamoteando agentes, intencionalidades e elementos. Isto é exemplificado pelas empresas que adquirem terras para produção de energia eólica ou solar[15], ou terras destinadas ao mercado de carbono, nas quais o objetivo não é ter acesso à terra, mas sim a recursos para além da superfície material.

Partindo do princípio de que o *land grabbing* não é apenas uma alternativa para a crise de sobreacumulação, mas sim para a conquista de poder (HOLT-GIMÉNEZ, 2012), e de que o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço (SOUZA, 2013). Assim, o território é a única categoria de análise capaz de capturar a essência do processo de *land grabbing*, pois permite compreendê-lo como relação social materializada no espaço por meio de relações de poder. Para tornar o conceito de território adequado para estudos de *land grabbing*, é necessário ampliá-lo para além da Geografia tradicional de Ratzel (1882 [1990]). Ademais, temos que 'descoisificá-lo', isto é, compreendê-lo para além da superfície material. Neste sentido é que se dirige a proposta de controle do território, visto que o objetivo do capital é controlar não apenas a terra, mas sim recursos e relações.

15 O Brasil apresenta um aumento no número de empresas de geração de energia solar e eólica. Inclusive há Proposta de Emenda Constitucional que propõe *royalties* do vento, a PEC 97.

A questão escalar

A escala é outra questão tratada inadequadamente nas pesquisas acerca do *land grabbing*, porque também é compreendida como extensão territorial (coisificada) ou de capital investido. Assim como o território, a escala não é entendida pela maior parte dos pesquisadores dedicados ao *land grabbing* como uma construção social, ou seja, isto corresponde à crítica de Racine, Raffestin e Ruffy (1983) sobre a escolha arbitrária e aleatória da escala. Esses autores enfatizam a necessidade de compreender a escala para além do recorte de análise e da observação.

Partindo do pressuposto de que as escalas não são dadas, é importante abordar a questão escalar a partir da correlação de escalas, da relação entre escalas e do mosaico de escalas (BRENNER, 2013), o que se constitui como tentativa de romper com o imaginário da escala modelo boneca russa.[16] Outro ponto central é a escala da análise do fenômeno e da ação proposta por Souza (2013). A escala do fenômeno – social – corresponde à abrangência dos processos e, deste modo, no caso da nossa pesquisa, compreende a escala em que ocorre o processo de controle e estrangeirização da terra. A escala do controle e da estrangeirização é a global, uma vez que são processos que só podem ser compreendidos quando consideramos a globalização e a acumulação de capital, lembrando que a escala também produz diferenciação social (SMITH, 1988).

A escala de análise equivale à escala analítica, na qual é possível observar uma relação entre a escala do fenômeno e a escala de análise. A escala de análise não é um simples resultado da

16 Esse tipo de escala se encontra inserida em outra, sem relação entre si. Exemplo: local, nacional e mundial.

escala do fenômeno, mas é sim construída com base na escala do fenômeno. Partindo de Souza (2013), esta escala é construída na sua relação com o processo de *land grabbing*, e não é simplesmente dada. A escala da ação reflete o alcance espacial das práticas dos agentes e, como argumenta Souza (2013, p. 182), é "um tipo de escala que se refere a determinados fenômenos sociais, concernentes a ações e ao papel dos agentes/sujeitos". Articulando esta afirmação com a pesquisa em desenvolvimento, a escala de ação seria global. No atual período de globalização neoliberal, os agentes que participam do agronegócio na escala de análise – Paraguai – são agentes nos quais o alcance espacial de suas práticas é global, ultrapassando fronteiras políticas.

Deste modo, as pesquisas acerca das transações de terra estão diretamente relacionadas com análise da escala espacial do capital (SMITH, 1988), porém geralmente não consideram que as escalas geográficas também são produzidas e transformadas através de diferentes processos econômicos, sociais e políticos, o que Souza (2013) propõe como construção social da escala. Assim, o cerne da questão escalar nas pesquisas acerca do *land grabbing* é que a escala não pode ser entendida na sua dimensão espacial, como recorte, mas sim como um processo de construção social multidimensional, que envolve interações espaciais e que torna as escalas do fenômeno, análise e ação únicas, ou seja, as escalas são heterogêneas porque são produtos sociais.

A análise Geopolítica do *land grabbing*

A questão Geopolítica é intrínseca ao *land grabbing*, embora as pesquisas pouco a considerem. Quando fazem isso, as

pesquisas reproduzem uma visão de Geopolítica tradicional, isto é, entendida como Geopolítica do Estado e da Geografia de guerra, formulada por Ratzel (1882 [1990]), como uma Geopolítica entendida por meio das disputas de poder no espaço, por Estados-nação. Essa reprodução ocorre porque, quando algumas pesquisas inserem o debate relacionando *land grabbing* e Geopolítica, consideram como agentes Estados ou empresas estatais e fundos soberanos, reproduzindo a Geopolítica de Estado. Assim, é preciso haver 'desestatização' da Geopolítica, no sentido de incluir outros agentes. Contudo, é importante também refletir sobre o Estado moderno (COSTA, 2013). Raffestin (1993) defende que é um equívoco a fetichização do Estado, reduzindo a ele todos os fatos relativos ao poder. No caso do *land grabbing*, esse é um equívoco comum.

> Não há o fim do Estado – o novo esquema de acumulação não é resultado do livre jogo das forças de mercado e não está predeterminado pelo avanço tecnológico, mas sim por um processo social e político; o poder econômico se fortalece, mas a velocidade em passar à nova forma de produção e competir, é também produto político estabelecido por Estados (...) o Estado não é mais a única representação do político nem a única escala de poder, mas certamente é uma delas, mantendo-se ainda, embora com novas formas e funções (...) grandes corporações e bancos tomam as decisões e as executam, assumindo funções de governo, e tornando-se componente do Estado contemporâneo (BECKER, 2005, p. 298-299).

Becker (2005) defende a necessidade de repensarmos a Geopolítica no século XXI, ressaltando mais uma vez que os conceitos são históricos e refletem a realidade de um determinado contexto - a Geopolítica tem sido reformulada desde a segunda

metade do século XX, de acordo com o movimento da realidade. Quem controlava o território na Geopolítica clássica era o Estado-nação, única fonte detentora de poder. Hoje o território é controlado por uma rede de agentes. Houve mudanças nas concepções de território e de Geopolítica. O *land grabbing* é uma materialização da relação entre espaço e poder, logo também reflete uma questão Geopolítica, ou melhor, a expressão de uma mudança Geopolítica por meio da desnacionalização de territórios (SASSEN, 2013). Essa realidade ímpar exige cada vez mais que repensemos os elementos da Geopolítica que estamos construindo (BECKER, 2005), ressaltando mais uma vez que os conceitos são históricos e refletem a realidade de um determinado momento.

Ademais, há relações diplomáticas que explicam porque determinadas empresas investem em um país e não em outro. Um exemplo é a relação entre China e Paraguai. A China é considerada um dos principais agentes do *land grabbing* no século XXI, devido ao seu crescimento econômico, populacional e consequente mudança na dieta alimentar (HOLFMAN e HO, 2012; McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017). Contudo, a influência da China no Paraguai é restrita, porque historicamente ambos os países não mantêm relações diplomáticas pelo fato do Paraguai compor o grupo de países que reconhecem Taiwan como República independente [17].

17. De acordo com McKay, Alonso-Fradejas, Brent, Sauer e Xu (2017), a soja é a *commodity* chave nas relações entre China e América Latina. A China é responsável por aproximadamente 60% da soja produzida no subcontinente e, embora a maior parte dessa soja seja oriunda do Brasil e Argentina, a China possui influência em todo o globo. No Paraguai, agentes chineses têm acessado o mercado através de aquisições de empresas *tradings* transnacionais que possuem negócios no país, como Syngenta e Nidera. A exportação de soja para a China ocorre através da Argentina (PEREIRA, 2022). A inserção do capital chinês no Paraguai evidencia a Geopolítica da Questão Agrária.

Para entender o processo de *land grabbing* na sua totalidade, é importante romper com a visão da Geopolítica de Estado de Ratzel (1882 [1990]), isto é, aquela na qual apenas o Estado, as empresas estatais e os fundos soberanos são agentes do processo, como propõe a FAO (2012). A própria expansão do interesse na apropriação de terras na primeira década do século XXI, na qual elementos singulares são a formação de blocos emergentes, como o BRICS, a ascensão de uma nova ordem mundial multipolar (OLIVEIRA, 2012), e a convergência de múltiplas crises, mostra que a Geopolítica é um fator constante no processo e precisa ser repensada da forma como ela é recriada. Trata-se portanto de pensarmos uma Geopolítica da Questão Agrária.

Considerações finais

Diante do impasse criado em torno de como traduzir o *land grabbing* para o idioma português e da contribuição da Geografia para melhor compreender o processo de apropriação do território pelo capital, defendemos que o controle do território é a expressão que melhor denota o *land grabbing*, visto que a sua essência é o controle para a obtenção de benefícios que possibilitem a acumulação de capital. Os limites do território mudam de acordo com as estratégias de controle (SACK, 1986). Assim, o *land grabbing* se utiliza das estratégias de controle do território por meio da territorialização e territorialidade do capital via relações de poder.

Definimos o controle do território como um processo político e heterogêneo de apropriação de terras, de territórios e dos recursos

conexos, como água, fertilidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, relações sociais, culturais, econômicas. Esse controle ocorre via territorialização e territorialidade. A territorialização pode ser realizada por vários meios - compra do imóvel rural, arrendamento, contrato de parceria, contrato de gaveta, estratégias das corporações de constituir empresas em nome de terceiros com identidades nacionais, táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais, empresas de capital aberto e com ações *free float*[18].

A via da territorialidade ocorre por meio do controle indireto, do controle dos insumos, das relações de produção, da comercialização e do processamento. Ou seja, há um controle a montante e a jusante, material e imaterial, permeado por relações de poder. Há a ascensão de novos mecanismos e de formas de controle cada vez mais sofisticadas, que não exigem a propriedade legal da terra. A transferência do controle da terra para novos agentes, neste caso para empresas do agronegócio e para fundos de investimentos nacionais e internacionais, produz novos territórios e novas territorialidades. Além de múltiplos agentes, estratégias e dimensões, o controle ocorre em múltiplas escalas. Não depende apenas da aquisição de terras em larga escala, mas sim em médias e pequenas escalas (SIKOR, 2012; BORRAS JR., LIU, HU, LI, WANG, XU, FRANCO e YE, 2018). A questão maior não é a quantidade de hectares transacionados, como coloca a abordagem da FAO (2012), mas as transformações agrárias resultantes das transações. O controle altera as relações sociais de propriedade e de produção (KENNEY-LAZAR, 2012), incorporando de maneira adversa ou desterritorializando populações camponesas e

18 Ações destinadas à livre circulação e negociadas na bolsa de valores.

indígenas. Ao controlar o território, controla-se quem tem acesso a ele.

A Geopolítica, embora pouco considerada, explica sobre o avanço do controle do território, especialmente sobre as relações que permeiam os acordos de transferência, a escolha de determinado país para a territorialização e estratégias de controle. No Paraguai, por exemplo, os principais agentes que controlam o território são oriundos do Brasil, isto é explicado, em parte, pela presença Geopolítica do Estado brasileiro na América do Sul a partir da década de 1950 (PEREIRA, 2019). No século XXI a China, que se destaca como uma importante parceira comercial para o escoamento da soja produzida na América do Sul, encontra dificuldades de acessar o território paraguaio justamente pelo fato do Estado reconhecer Taiwan como república independente (PINHEIRO-MACHADO, 2010). Assim, no século XXI, com a ascensão de blocos emergentes e uma nova ordem mundial de caráter multipolar, repensar a Geopolítica e o controle do território é cada vez mais necessário.

Ainda no aspecto Geopolítico é importante nos atentarmos para as agendas internacionais que envolvem Estados e organismos multilaterais no combate às mudanças climáticas. As soluções para as crises ambiental e climática postas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo estão pautadas no mercado de serviços ambientais e não em uma alteração efetiva do modelo predatório. Assim, as políticas das mudanças climáticas (FRANCO e BORRAS JR., 2019) reforçam o controle do território, sobretudo nas periferias do capitalismo, no sentido da condição de estar à margem do poder e na dependência ao centro capitalista, como bem expressa o tema desta edição da Terra Livre.

Por fim, vale sublinhar que os conceitos não são despregados da história, logo, o atual contexto nos exige repensar relações e dinâmicas. O território entendido como um espaço multiescalar e multidimensional no qual os sujeitos/agentes projetam as representações de suas relações de poder (RAFFESTIN, 1993), a escala compreendida como construção social de processos em interação, a Geopolítica concebida para além do Estado-nação como único detentor do poder e a partir da necessidade de se repensar os novos elementos e dinâmicas, é neste sentido que defendemos uma abordagem geográfica do *land grabbing,* aqui proposto como controle do território, na medida em que permite capturar a essência do processo, que é o controle do território para a garantia da acumulação e reprodução do capital.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, jan.-jun./2019.

ANSEEUW, Ward. The rush for land in Africa: resource grabbing or green revolution? **South Africa Journal of International Affairs**, v. 20, n. 1, p. 159-177, 2013.

ARRIGHI, Giovanni. **The Long Twentieth Century**. Londres: Verso, 1996.

BARBANTI JR, Olympio. Internacionalização de terras no Brasil: perspectivas para o setor de plantações de madeira. **Estudos Internacionais**, v. 5, n.2, p. 132-154, 2017.

BARBESGAARD, Mads. Blue growth: saviour or ocean grabbing? VI Critical Agrarian Studies Colloquium, The Hague, 2016. **Anais..:** The Hague, 2016.

BECKER, Berta. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. BECKER, Berta; HAESBAERT,

Rogério; SILVEIRA, Carmen Beatriz (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, p. 01-21, 1983.

BECKER, Berta. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Geografia:** Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 271-307, 2005.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series,** The Hague, 2010a.

BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. From Threat to Opportunity? Problems with the Idea of a "Code of Conduct" for Land- Grabbing. **Yale Human Rights and Development Journal***,* v. 13, n. 2, 2010b.

BORRAS JR, Saturnino; LIU, Juan; HU, Zhen; LI, Hua; WANG, Chunyu, XU, Yunan; FRANCO, Jennifer; YE, Jingzhong. Land control and crop booms inside China implications for how we think about the global land rush. **Globalizations**, v. 15, n. 1, p. 134-151, 2018.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP – espaço e tempo**, n. 33, p. 198-220, 2013.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959.

COLORNI, Ruben Rosenberg. **Tourism and land grabbing in Bali** – a research brief. Amsterdam: Transnational Institute, 2018.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica:** discursos sobre o território e o poder. São Paulo: EDUSP, 2013.

COTULA, Lorenzo. **Addressing the human rights impacts of land grabbing**. Brussels: Policy Department DG External Policies, European Parliament, 2014.

DIAS, Atos; LIMA, Thiago. Aquisição transnacional de terras: peculiaridades e continuidades de uma novidade velha. LIMA, Marcos Costa; OLIVEIRA, Eduardo Matos (Org.). **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional** – Brasil e China em perspectiva. Recife: FASA, p. 57-80, 2019.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR., Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

EDELMAN, Marc. **Estudios agrarios críticos**: tierras, semillas, soberanía alimentaria y derechos de las y los campesinos. Quito: Editorial IAEN, 2016.

FAIRBAIRN, Madeline. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.

FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour compendre et analyses l'accaparement des terres. **Revue Possibles**, p. 12-22, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 197-215, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

FRANCO, Jennifer; BORRAS JR., Saturnino M. Grey areas in green grabbing: subtle and indirect interconnections between climate change politics and land grabs and their implications for research. **Land Use Policy**, v. 84, p. 192-199, 2019.

GILBERT, Jérémie. **Land grabbing, investment and indigenous peoples' rights to land and natural resources**: cases studies and legal analysis. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA), 2017.

HALL, Ruth; EDELMAN, Marc; BORRAS JR., Saturnino; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy. Resistance, acquiescence or incorporation? An introduction to land grabbing and political reactions 'from below'. **The Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 3-4, p.467-488, 2015.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, David. O 'novo' imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register**, p. 95-125, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica –** Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOFMAN, Irna; HO, Peter. China's 'developmental Outsourcing': a critical examination of Chinese global 'land grabs' discourse. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.

HOLMES, George. What is land grabbing? Exploring green grabs, conservation and private protected areas in Southern Chile. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 4, p. 547-567, 2014.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Land grabs versus land sovereignty. **Food First Backgrounder**, n. 18, v. 4, p. 01-04, 2012.

KAY, Sylvia. **Land grabbing and land concentration in Europe** – a research brief. Amsterdam: Transnational Institute, 2016.

KENNEY-LAZAR, Miles. Plantation rubber, land grabbing and social-property transformation in Laos. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1017-1037, 2012.

LI, Tania Murray. What is land? Assembling a resource for global investment. **Transactions**, v. 39, p. 589-602, 2014.

McKAY, Ben; ALONSO-FRADEJAS, Alberto; BRENT, Zoe; SAUER, Sérgio; XU, Yunan. China and Latin America: towards a

new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MENDONÇA, Maria Luisa. **A economia política do agronegócio**. São Paulo: Annablume, 2018.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen, Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês**. Revista Agrária**, n.12, p. 03-113, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 set. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRAL, José Pedro Cabrera; SANTOS, Roberto de Souza (Org.). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, p. 17-103, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies,** v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA**. Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe:** concentración y extranjerización. Santiago: FAO, 2012.

PEDLOWSKI, Marcos A. When the state becomes the land grabber: evidence and dispossession in the name of 'development' in Brazil. **Journal of Latin American Geography***,* v. 12, n. 3, p. 91-111, 2013.

PEREIRA, Lorena Izá. *Land grabbing*, *land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **"A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito":** os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. A Geopolítica da estrangeirização da terra: as estratégias dos agentes chineses para o acesso ao território paraguaio. **OKARA: Geografia em Debate**, v. 16, n. 1, p. 20-42, 2022.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Uma ou duas Chinas? A 'questão de Taiwan' sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este. Paraguai). **Revista Civitas**, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

PLOEG, Jan Bouwer van der; BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. Land concentration and land grabbing in Europe: a preliminary analysis. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 36, n. 2, p. 147-162, 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RACINE, Jean-Bernard; RAFESTIN, Claude; RUFY, V. Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 45, n. 1, p. 133-145, 1983.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). MOARES, Antonio Carlos Robert de (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 32-107.

SACK, Robert. **Human territoriality:** its theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2017.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 4, sem paginação, 2011.

SAUER, Sérgio. Terra no século XXI: desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos,** v. 19, n. 2, p. 69-97, 2016.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. 'Land Grabbing' e 'Green Grabbing': uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo-Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SCOONES, Ian; SMALLEY, Rebecca; HALL, Ruth; TSIKATA, Dzodzi. Narratives of scarcity: framing the global land rush. **Geoforum**, p. 01-11, 2018.

SIKOR, Thomas. Tree plantations, politics of possession and the absence of land grabs in Vietnam. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 1077-1101, 2012.

SILVA, Geovana de Oliveira Porto da; SILVA, Thiago Lima da; PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização de terras agrícolas dos Estados Unidos nos anos 1970: análise de um debate público. **Revista NERA**, v. 26, n. 65, p. 187-215,jan.-abr., 2023.

SILVA, Thiago Lima da; OLIVEIRA, Erbenia Lourenço de. Land foreignization in the USA and the transnational cooperation of social movements: the role of USFSA. **Revista NERA**, v. 25, n. 64 ,p.18-41, set.-dez., 2022.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 'Território' da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, p. 57-72, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOYER, Gabriel de Azevedo; BARBOSA JR, Ricardo. Estrangeirização de terras nas Relações Internacionais do Brasil. **Contextualizaciones Latino-Americanas**, ano 18, n. 1, p. 01-17, 2018.

VESENTINI, José William. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica**. Campinas: Papirus, 2003.

VISSER, Oane. Running out of farmland? Investment discourses, unstable land values and the sluggishness of asset making. **Agricultural Human Values**, p. 01-14, 2016.

WILKINSON, John. Land grabbing e estrangeirização da terra no Brasil. MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges (Org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**. Conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, p. 39-51, 2017.

Submetido em: 06 de março de 2023.
Devolvido para revisão em: 17 de março de 2023.
Aprovado em: 26 de março de 2023.

IZÁ PEREIRA, L. Geografia e land grabbing: elementos para uma compreensão geográfica do controle do território no século XXI. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2918. Acesso em: 22 jul. 2023.

DISCURSO GEOGRÁFICO E AUTORITARISMO: *O EXTRANGEIRO* DE PLÍNIO SALGADO

GEOGRAPHICAL SPEECH AND AUTHORITARIANISM: O EXTRANGEIRO BY PLÍNIO SALGADO

DISCOURS GÉOGRAPHIQUE ET AUTORITARISME : O EXTRANGEIRO DE PLÍNIO SALGADO

ALAN DANIEL DE BRITO MELLO

DOUTORANDO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP), SÃO PAULO/SP

E-mail: alanbrito2013@bol.com.br

Resumo:
O Discurso Geográfico contido na obra *O Extrangeiro* (1926) de Plínio Salgado, pode estar alinhado às mais diversas demandas sociais e políticas entre 1920-1930. Por isso mesmo, esse artigo visa compreender como as discussões sobre raça e meio atingiram o autor e, por consequência, a temática da sua obra, cujo espaço representado traduz um autoritarismo territorial, algo recorrente na cultura brasileira. O espaço representado é o paulista. O tempo, as décadas de 1920-1930. E o grupo social, a intelectualidade reacionária paulista, na figura de Plínio Salgado. O procedimento metodológico segue a orientação bakhtiniana de não separar autor, obra e contexto da análise discursiva. O trabalho literário de Salgado carrega um conjunto de signos que transcende a estética ou crítica do romance, e desemboca num flerte claro com postulados fascistas.

Palavras-chave: Discurso Geográfico. Autoritarismo. Plínio Salgado. São Paulo, Fascismo.

Abstract:
The Geographical Speech contained in the work *O Extrangeiro* (1926) by Plínio Salgado can be aligned with various social and political demands between 1920-1930. Therefore, this article aims to understand how discussions about race and environment affected the author and, consequently, the theme of his work, whose represented space translates into territorial authoritarianism, something recurrent in Brazilian culture. The represented space is São Paulo. The time is the 1920s-1930s. And the social group is the reactionary intellectual elite of São Paulo, represented by Plínio Salgado. The methodological procedure follows the guidance of not separating the author, work, and context from the discursive analysis. Salgado's literary work carries a set of signs that transcends the aesthetics or criticism of the romance and ends up flirting clearly with fascist postulates.

Keywords: Geographic Speech. Authoritarianism. Plínio Salgado. São Paulo, Fascism.

Résumé:
Le Discours Géographique contenu dans l'œuvre *O Extrangeiro* (1926) de Plínio Salgado peut être aligné sur diverses demandes sociales et politiques entre 1920 et 1930. Par conséquent, cet article vise à comprendre comment les discussions sur la race et l'environnement ont affecté l'auteur et, par conséquent, le thème de son œuvre, dont l'espace représenté se traduit par un autoritarisme territorial, quelque chose de récurrent dans la culture brésilienne. L'espace représenté est São Paulo. Le temps est les années 1920-1930. Et le groupe social est l'élite intellectuelle réactionnaire de São Paulo, représentée par Plínio Salgado. La procédure méthodologique suit les directives de ne pas séparer l'auteur, l'œuvre et le contexte de l'analyse discursive. Le travail littéraire de Salgado porte un ensemble de signes qui transcendent l'esthétique ou la critique du roman et finit par flirter clairement avec des postulats fascistes.

Mots-clés : Discours géographique. Autoritarisme. Plínio Salgado. São Paulo, Fascisme.

A literatura tem muito a nos dizer

Nesse artigo, optou-se por manter a grafia original do romance a ser analisado. Dito isto, a representação espacial no interior da literatura não é novidade. No entanto, as condições históricas e sociais dentro das quais essa representação é construída, somada aos conflitos ideológicos e discursivos pertencentes a um grupo social específico, leva-nos à seguinte pergunta: em qual contexto material determinada obra literária nasce?

Este artigo almeja analisar o discurso geográfico contido na obra literária *O Extrangeiro* (1926) de Plínio Salgado, destacando suas representações espaciais e construções simbólicas pós Semana de Arte Moderna de 1922. Além disso, objetiva-se interpretar a maneira pela qual as discussões sobre raça e meio atingiram o autor e, por consequência, a temática do livro, onde o espaço representado estaria sob o signo autoritário do ordenamento social.

Entendemos a importância da literatura na reconstrução do pensamento geográfico devido ao seu poder de síntese, pois, as formas de enunciação de uma obra literária se remetem a um conjunto de signos socialmente construídos e de apropriações do espaço vivenciado pelo autor. Assim, "o signo não pode ser separado da situação social sem ser alterada sua natureza semiótica" (BAKHTIN, 2014, p.68).

Embora os discursos, aparentemente, possuam uma ação individual, na qual o sujeito toma para si a responsabilidade de produzi-lo, sua origem é social. Ora, isso ocorre porque os signos criam os enunciados, os enunciados criam as ideologias, as ideologias os discursos e os discursos necessitam de um veículo divulgador, neste caso, a obra literária. Esta última, sublinhe, além de propagar uma ideia, uma ideologia, também produz novos significados geográficos e espaciais. Cada discurso deve ser entendido dentro de sua relatividade histórica e cultural, e há a necessidade de "não separar o produtor do que foi produzido no contexto de sua produção" (MORAES, 1991,

p.21). Nesse caso, espaço, tempo e grupo social devem ser indissolúveis na análise discursiva.

O espaço aqui representado é o paulista. O tempo, as décadas de 1920-30. E o grupo social, por sua vez, a intelectualidade reacionária paulista, na figura de Plínio Salgado. Tendo em vista este tripé metodológico, o livro de Salgado carregaria um conjunto de signos que ultrapassa as interpretações críticas e estéticas do romance. Ele deve ser estudado em sua totalidade, numa relação dialógica entre o enunciador e o enunciatário, fazendo-nos mergulhar no discurso intertextual. De antemão, a tendência temática da obra analisada – a valorização do autoritarismo na cultura brasileira frente aos paradigmas do pensamento europeu– tem seu *lócus* nos processos de regionalização do território. A suposta identidade nacional, para Salgado, necessariamente passaria pelo prisma da história de São Paulo.

Há uma representação espacial *n'O Extrangeiro* transcendente ao campo da literatura, sustentada nas discussões sobre Estado, raça e meio. A obra de 1926 traduziria a renovação cultural iniciada em 1922, na Semana de Arte Moderna, favorecendo um entendimento mítico do Brasil.

Moraes (1991) explica que o espaço é o resultado da ação humana sobre a superfície terrestre, localizado dentro de um contexto social e histórico e possui, através de uma delimitação normativa, características de representação que ultrapassam o campo da ciência geográfica. Buscar alternativas documentais e metodológicas para explicar os fundamentos discursivos do pensamento autoritário brasileiro, exige flexibilidade por parte do pesquisador em caminhar por estradas desconhecidas.

Nas pesquisas correlatas a este assunto, Beired (1999), em seu livro *Sob o signo da nova ordem*, faz uma análise comparativa da ascensão da extrema direita no Brasil e na Argentina entre 1914-1945. Enquanto em ambos os países os intelectuais de direita possuíam semelhanças ideológicas no tocante ao catolicismo e ao fascismo, no Brasil, esse grupo tinha uma terceira

via: o cientificismo, herança do pensamento positivista, tão difundido no país.

Em investigações direcionadas à incongruente construção identitária brasileira, Souza (1996) discute a formação social brasileira sob o signo do ordenamento discursivo a respeito da nação. Visa compreender como o imaginário do autor deu origem a uma específica nacionalidade nos momentos fundadores da Geografia.

Ou ainda Raimundo (2000) alerta para a complexidade dos assuntos regionalistas nas obras *Martim-Cererê* e *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, como sintetizadores de ideais mitológicos em torno da figura do bandeirante e da miscigenação entre o índio, o branco e o negro.

Pereira (1997) relaciona o oeste brasileiro com as políticas públicas do Estado Novo (1939) de Getúlio Vargas. Demonstra como o mito da conquista do oeste estimulou o sentido de integração das regiões mais afastadas do litoral, sobretudo em decorrência dos anseios da elite goiana em juntar-se ao resto do Brasil. Era a união entre o interior selvagem (puro) e o litoral civilizado (corrompido).

Teses e dissertações mais críticas à trajetória política de Plínio Salgado são abundantes, principalmente sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), dentro do campo teórico da cultura política. Podemos citar os estudos pioneiros de Hélio Trindade que defende em 1971 a tese na *Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne)* denominada *L'Action Intégraliste Brésilienne: un mouvement de type fasciste au Brésil* e Gilberto Felisberto Vasconcellos que, em 1977, consegue seu doutorado na Universidade de São Paulo com a tese *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. Em 1977, a tese *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*, de José Chasin, defendida na Escola de Sociologia de São Paulo, também é um dos pilares desta vanguarda temática, uma vez que busca esclarecer as bases ideológicas do integralismo em seu interior epistemológico.

Matos e Gonçalves (2014) tecem vigorosa crítica ao romance de Salgado sob uma perspectiva social e histórica ao analisar a interface das propostas eugenistas de São Paulo.

De maneira geral, Plínio Salgado foi contemplado como objeto de estudo em sua maioria por programas de pós-graduação em História, cujo aspecto metodológico e as categorias de análise são distintas aos da ciência geográfica. A originalidade e/ou contribuição do presente artigo reside, portanto, em examinar a obra do autor a partir do posicionamento da análise do discurso, elencando suas interpretações do que deveria ser a geografia, ou melhor, sua representação espacial por meio de um modelo paulista de Brasil.

Autor, obra e contexto

Pensar o moderno a partir da realidade nacional ganhou força no Brasil após o fim da primeira guerra mundial (1914-1918). Os modelos hegemônicos europeus de cultura e organização social começaram a ser questionados, dando lugar à procura do espírito verdadeiramente brasileiro. O fragmentado território do país dificultava essa integração e as regiões dispersas pela vastidão do espaço não se comunicavam, não "falavam a mesma língua".

Caberia, então, a um grupo tomar para si a responsabilidade de modernizar o Brasil e, evidentemente, modelar a sociedade, dando-lhe aspectos de coesão e coerência. O grupo envolvido no entorno da Semana de Arte Moderna em 1922 teve esse papel, ainda que com modificações, a princípio, culturais, centralizou a discussão relacionada à arte, literatura, pintura, estética e outros à pauta nacional:

> [...] é São Paulo, núcleo do progresso econômico e social, capaz, portanto, de difundir o moderno pensamento brasileiro. Mais do que qualquer outra região, o estado paulista vive diretamente os impactos da imigração europeia, com a expansão do café dando surgimento ao proletariado e subproletariado

> urbano. Em meio a esse clima de intensa agitação social, política e intelectual nasce o movimento modernista, procurando expressar, simbolicamente, o fluxo da vida moderna. (VELLOSO, 1993, p.92).

Essa intensa agitação da vida moderna vai ganhando força no interior da intelectualidade paulista, sobretudo após o crescimento de uma classe social urbana (proletário). Moraes salienta: "é do sudeste principalmente que partem os fluxos que redefinem a vida de todas as regiões brasileiras" inaugurando, assim, "novos discursos a respeito do território" (1991, p.107).

Velloso (2010) alerta-nos que conquanto tenhamos na historiografia o evento inaugural do modernismo - a SAM de 22- na virada do século XIX para o XX já era possível observar os temas regionalistas e da cultura popular na literatura, valorizando o cotidiano e as crenças.

> Basta lembrar como foi construída a historiografia das literaturas regionalistas nordestina, paulista, mineira e gaúcha [...]. A valorização dos dialetos locais, da cultura caipira, do folclore, dos costumes e dos tipos rurais foi criada a partir da contraposição ao polo urbano, visto como cosmopolita e 'estrangeirado'. Não se cogitava sobre o caráter compósito e ambíguo do modernismo, abarcando pluralidades espaço-temporais. O resgate das tradições realizava-se em nome de um Brasil moderno, que já se fazia anunciar (p.22).

Dessa forma, como temática primária do que viria a ser o combustível cultural do modernismo, havia dois eixos investigativos: o movimento de resgate à cultura popular por meio da arte de um lado e, do outro, havia também o questionamento da vida urbana e de sua construção simbólica à luz do crescimento das grandes aglomerações.

São Paulo, no início do século XX, possuía uma ideologia conflitante que descambava entre o cosmopolitismo regido pela Europa e o nacionalismo a ser construído. A cidade ansiava por novidades. O inconformismo com a velha ordem política se convertia em criatividade e crítica ao *passadismo* pregado pelos parnasianos e pela negação dos valores estrangeiros. Para se

pensar o Brasil, antes, era preciso conhecê-lo sob o prisma da realidade social. Esta bandeira foi levantada pelos que participaram na SAM de 22.

Segundo Bosi (2006, p.362) há uma dificuldade em nomear quem estava presente no teatro municipal entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922. Sabe-se que muitos escritores tiveram seus trabalhos apresentados por outras pessoas como, por exemplo, o poema "Os sapos" de Manuel Bandeira, lido por Ronald de Carvalho. Alguns presentes eram Guilherme de Almeida, Mário de Andrade e Afonso Schmidt. Outros intelectuais não foram, mas participaram ativamente após a semana, como: Plínio Salgado, Manuel Bandeira e Cassiano Ricardo. A partir desse evento, muitos trabalhos surgiram com as características estéticas e temáticas defendidas em 22, cujas matrizes indígena e africana eram enaltecidas e os problemas urbanos discutidos.

De igual modo, os trabalhos da SAM 22 continham uma demarcação clara: pensar o Brasil a partir da realidade nacional. Às vezes o escritor se valeria de aspectos históricos e geográficos da região para tecer o cenário por onde seus personagens ganhariam vida, é o caso de Plínio Salgado. Ou ele desejaria *desgeografizar* a cultura nacional, invocando a ideia de um Brasil total, é o caso dos intelectuais no entorno de Mario de Andrade.

Com isso, a construção simbólica seria uma poderosa arma para ideologizar a suposta superioridade paulista, porque criaria condições discursivas para a manipulação da identidade nacional (VELLOSO, 1993). A visão dicotômica entre o litoral corrompido e o sertão puro, Rio de Janeiro/São Paulo, foi explorada pelos escritores como fatos históricos verdadeiros e inquestionáveis. Enquanto, por exemplo, o Rio tinha um saudosismo dos tempos do Império, São Paulo, diante de seu isolamento geográfico, teria supostamente desenvolvido uma autonomia frente a qualquer forma "estrangeira" de organização política. Com relação a esse último aspecto, Moraes (1991, p.96) sublinha a nacionalidade brasileira como a "[...] conquista territorial de apropriação do espaço, de exploração do homem e da terra, de uma sociedade que

tinha a construção do território como elemento da identidade". No Brasil, o nacional e o territorial estão, umbilicalmente, unidos.

O mito da "Conquista do Sertão" foi usado como justificativa para o fortalecimento dos laços identitários dos escritores paulistas, no caso a vertente mais reacionária, defendida pelo grupo verde-amarelo (Plínio Salgado, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia), com a cidade de São Paulo. O bandeirante e o tupi foram resgatados como "tipos-ideais" no convívio harmônico das raças, um modelo de "democracia racial brasileira".

Se após 1922 novos rumos foram traçados na cultura brasileira, não podemos dizer que os grupos envolvidos naquele primeiro momento de furor tiveram união e se mantiveram coesos. Ao mesmo tempo em que Mario de Andrade e Oswald de Andrade, sobretudo após o lançamento do Manifesto Pau-Brasil (1924) entram numa espécie de "primitivismo anarcoide" (BOSI, 2006, p.366), no qual as fronteiras necessitam ser abstraídas e não cultivadas; o grupo verde-amarelo lançar-se-ia aos apelos míticos do herói envolto na relação orgânica com a "Terra, o Sangue e a Raça".

Nesse momento da história brasileira: política, cultura e sociedade estariam assentadas sobre um solo pantanoso e instável, configurando, assim, as motivações que levaram Plínio Salgado a se destacar. No período, a literatura não era apenas um espelho refratário do que estava acontecendo nas décadas de 1920-1930 em São Paulo. Ela atuava como instrumento de compreensão da realidade. Criava um novo mundo, uma nova possibilidade de pensar e repensar o espaço vivido e vivenciado. Era um caminho com começo, no entanto sem fim. Dissociar espaço, tempo e grupo social, neste artigo, seria cometer um erro metodológico na análise do discurso. Se Salgado pensou um espaço mítico e um território autoritário, era porque as ideias borbulhavam ao som das mudanças culturais trazidas pela SAM de 22, bem como das mais recentes teorias científicas e políticas importadas da Europa que influenciavam o modo de pensar da elite reacionária paulista.

Mito, mito e mito

Boaventura de Sousa Santos (2013, p.70), apresenta uma interessante definição sobre o mito:

> Geralmente crê-se que o exotismo é a causa do desconhecimento. Eu avanço na hipótese oposta, a de que o exotismo é um efeito do desconhecimento [...]. Enquanto objetos de discursos eruditos, os mitos são as ideias gerais de um país sem tradição filosófica nem científica. O excesso mítico de interpretação é o mecanismo de compensação do déficit de realidade, típico de elites culturais restritas, fechadas (e marginalizadas) no brilho das ideias.

De certa maneira, o "excesso mítico" destacado por Santos caracteriza a forma erudita de compreensão social, embora isso seja, segundo o autor, devido ao baixo desenvolvimento científico. Ao partirmos do pressuposto de que o discurso literário precede o científico, notamos um impasse: se por um lado a ciência positivista europeia chega ao Brasil no começo do século XX gozando de um prestígio de "buscar a verdade absoluta", por outro, no país não havia instituições acadêmicas bem estruturadas que produziriam sua estrutura interna (aparatos teórico-metodológicos), pois as primeiras universidades a ganharem projeção nacional só surgem em 1934 (Universidade de São Paulo) e 1935 (Universidade do Distrito Federal).

Ao escrever um artigo sobre o antropólogo Mircea Eliade, Pimentel (2005) destacou a falsa dualidade existente entre as palavras *mito* e *logos*, ambas originárias do grego antigo. Enquanto a primeira pode ser compreendida como uma narrativa oral sobre os deuses e seres fantásticos, transmitida, de geração a geração, no seio de uma comunidade; a segunda, de característica pretensamente racional, seria um discurso à razão, à dialética e à inquirição do pensamento especulativo, por vezes também traduzido por preposição e definição, por noção, motivo e juízo. O mundo tal qual o apreendemos é apenas uma narrativa sobre espaços, cidades, sociedades, natureza

etc., logo, *mito* ou *logos* são óculos decodificadores da realidade e, acreditamos, impossíveis de serem hierarquizados.

Mesmo assim, tem-se a ideia da superioridade do discurso científico frente ao mito, colocando-o subjugado, isto é, um elemento inferior da cultura, oriundo da superstição, do irracional, do erro, da simples deformação engendrada pelo imaginário coletivo, que deve ser "obrigatoriamente, superada nas supostas etapas históricas de uma sociedade, como profetizada pelo positivismo, na crença de um conceito de progresso linear" (PIMENTEL, 2005, p.68). As aglomerações humanas que compartilham de similitudes culturais, em distintos contextos históricos, possuem os seus mitos, sendo elas calcadas em premissas científicas ou não.

Diante desse emaranhado discursivo do início do século XX, com o intuito de entender a história e sociedade brasileira, o tema mais visto na literatura, por exemplo, foi sem dúvida o "largo sertão brasileiro" e o estudo das regiões. Buscava-se conhecer o Brasil para apresentá-lo aos brasileiros, ideia defendida pelo Estado e aceita pela elite letrada da época, legitimando a construção ideológica do "Brasil síntese". Os escritores teriam um papel fundamental na utilização do mito como temática em romances, ensaios, poesias etc.

No clássico *Visão do Paraíso*, Sergio Buarque de Holanda reconstrói a história do território brasileiro ao apontar o mito da conquista do oeste como um fator imagético a uma "Geografia Fantástica". E afirma que a expansão territorial brasileira se deu pela procura do Éden perdido, por parte dos portugueses (HOLANDA, 1994, p. 108).

Consideramos o mito um construtor de significados explicativos, ou como diria Levi-Strauss (1989, p. 31), o discurso da ciência do concreto, definida, resumidamente, pelo:

> [...] fato que métodos desse tipo podiam levar a certos resultados indispensáveis para que o homem pudesse abordar a natureza de um outro ponto de vista. [...] os mitos e os ritos ofere-

> cem como valor principal a ser preservado até hoje, de forma residual, modos de observação e de reflexão que foram (e sem dúvida permanecem) exatamente adaptados a descobertas de tipo determinado: as da natureza [...]".

Desta forma, o mito é absorvido pela literatura na condição de alternativa simbólica às características identitárias, transformando-se num fator notável de regionalização: o bandeirante, o sertanejo, o mulato, o índio etc., têm no procedimento criativo formas diferentes que seriam preenchidas com adjetivos próprios, mesclando-se ora como personagens históricos, ora como personalidades fictícias.

Ainda que as distorções mitológicas possuam uma aura mágica na explicação da formação territorial brasileira, também podem servir de registro espacial de sociedades extintas ou que se deslocaram para outras regiões. Reconstruir a forma de pensar de pequenos grupos isolados, por meio, na maior parte das vezes, do relato oral, torna-se um trabalho árduo. O mito é para muitos escritores brasileiros a maneira mais forte de justificar a psicologia de uma possível "brasilidade". E mais, ao invocar o bandeirante como possível símbolo do herói paulista, Plínio Salgado criaria um "tipo ideal" de personagem,

> O mito garante ao homem que aquilo que ele se prepara para fazer já foi feito, ajuda-o a dissipar as dúvidas que poderia ter quanto ao resultado do cometimento. Por que hesitar perante uma expedição marítima, uma vez que o Herói mítico já a efetuou num tempo lendário? Basta seguir seu exemplo. Do mesmo modo porque temer instalar-se num território selvagem e desconhecido, se se sabe que o que é necessário fazer? O modelo mítico é susceptível a aplicações ilimitadas (ELIADE, 1989, p.120).

Estruturante da matriz discursiva, as noções míticas também evocam o sagrado na existência divina do Homem, uma compreensão da vida para além do mundo material,

> [...] a forma mais geral e eficaz de perpetuar a consciência de um outro mundo, de um além, seja ele o mundo divino ou o

> mundo dos antepassados. Este 'outro mundo' representa um plano sobre-humano, 'transcendente', o mundo das realidades absolutas. É da experiência do sagrado, do encontro com uma realidade trans-humana, que nasce a ideia de que qualquer coisa existe realmente, que existe valores absolutos, capazes de guiar o homem e de dar um significado à existência humana. É, pois, através da experiência do sagrado que surgem as ideias de realidade, de verdade, de significação, que, mais tarde, serão elaboradas e sistematizadas pelas especulações metafísicas (ELIADE, 1989, p.119).

A ciência também entra como matriz discursiva, porém não consegue deslegitimar o sentido construído a partir da produção literária. O discurso literário absorveria o científico, dando-lhe caráter alegórico.

No entanto, é incorreto simplificar situações a partir de datas rígidas e delimitadas, ainda que a presente discussão possua um recorte temporal. Observa-se a mudança de pensamento social brasileiro nos processos intersticiais, nas transições históricas entre os eventos, qualificando a síntese dos discursos: Semana de Arte Moderna de 1922, início da Era Vargas (1930), formação das universidades (1934 e 1935), Estado Novo (1938) e fim do governo Vargas (1945).

E no interior destas transições, os discursos científicos, míticos ou literários destacam-se dependendo do intuito de quem o produz. Do senso comum à representação cultural e científica, todos os discursos almejam uma ordem, a qual tem por finalidade exercer um poder sobre algum grupo.

Plínio Salgado: autoritário, reacionário e moderno

Reescrever uma síntese biográfica é um trabalho perigoso. Não apenas pelo fato do referido autor ser um personagem polêmico e controverso, mas, sobretudo, pelas informações a seu respeito estarem soltas no ar. Livros, sites, cronologias em romances, inúmeras fontes guardadas em arquivos espalhados, tornam ainda mais difícil o trabalho do pesquisador.

Ora, o objetivo deste subitem é fazer um breve inventário da vida pessoal de Plínio Salgado, localizando-o como sujeito dentro de um contexto histórico, produtor e receptor de discursos. Notaremos que a maior parte da biografia dele vai dialogar com sua trajetória política, bem mais do que a literária. Isso é significativo porque demonstra o sentido do seu discurso: uma literatura política (análoga ao fascismo italiano).

O paulista Plínio Salgado nasceu em 22 de janeiro de 1895 na cidade de São Bento do Sapucaí, estado de São Paulo, e faleceu em 07 de dezembro de 1975 em São Paulo, sendo enterrado no cemitério do Morumbi. Filho do farmacêutico Francisco das Chagas Esteves Salgado e da professora Ana Francisca Rennó Cortez, ouvia do seu pai histórias heroicas em torno da formação do Brasil, sua primeira influência intelectual. Estudante do Ginásio São José, em Pouso Alegre (Minas Gerais), em 1911, com 16 anos, retornou à cidade natal para cuidar de sua mãe e seus quatro irmãos, pois seu pai tinha acabado de falecer.

Em 1918 criou o Partido Municipalista, cujo conteúdo político, nas palavras do próprio Salgado, era "combater a ditadura do governo estadual". Esse partido, que possuía alguns líderes municipais de pequena expressão do Vale do Paraíba, desenvolveu diversas atividades relacionadas ao contexto cultural e social da cidade de São Bento do Sapucaí, como: dirigiu um grupo teatral, apresentou várias palestras e seminários sobre o quadro político da cidade, lançou o semanário *Correio* de São Bento, todas essas atividades lideradas por Salgado. Ainda nessa época, casou-se com Maria Amélia Pereira que, menos de um ano depois, viria a falecer de maneira súbita, deixando-lhe uma filha com menos de 15 dias de vida. Apesar de passar por um período conturbado, dedicou-se à leitura dos pensadores católicos como Raimundo Farias Britto e Jackson de Figueiredo.

Cerca de um ano depois, mudou-se para São Paulo e iniciou seu trabalho como redator no Correio Paulistano, órgão oficial do Partido Republi-

cano Paulista (PRP). Conhece o então redator-chefe Menotti del Picchia e, rapidamente, constroem uma amizade sólida. Sua teia social se ampliaria, tendo contato direto com inúmeras personalidades políticas e intelectuais, os quais se tornariam seus tutores.

São Paulo, no início de 1920, passava por profundas modificações estruturais (política, cultural e social), momento em que Plínio Salgado dedicou-se às atividades literárias, adquirindo certo renome como escritor, mesmo que tenha participado discretamente da *Semana de Arte Moderna* de 1922. Após o discurso nacional criado a partir desse evento histórico, e de suas leituras de autores estrangeiros como Apollinaire, Max Jacob e Cendrars, ele criou um estilo de prosa próprio que, nas palavras de Bosi (2006, p. 296), "costuma-se distinguir um primeiro momento de interesse pela nova ficção e pela literatura [ex. o romance O Estrangeiro, de prosa solta e expressionista], da carreira ideológica e política que se lhe seguiu".

Após cinco anos, deixou o *Correio Paulistano* e empregou-se no escritório de advocacia de Alfredo Egídio de Souza Aranha, com quem manteve vínculos durante grande parte da sua vida. Em 1926, lançou o livro *O Extrangeiro* que teve boa aceitação nos meios modernistas. No mesmo ano alinhou-se ao movimento *Verde-Amarelo*, com a participação de Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho. No ano seguinte, agora com Picchia e Ricardo, lançou o movimento da Anta, que enalteceu o indígena, sobretudo o Tupi, como portador das características nacionais. A esse último item, destaca-se "[...] a xenofobia do manifesto da Anta não estava infenso aos ideais que selariam o homem público na década de 30." (BOSI, 2006, p. 296-297), portanto, cristaliza-se no pensamento de Salgado uma ideologia fortemente antiliberal e agrarista, inspirado em Alberto Torres e Oliveira Viana.

Como personalidade em ascensão, Salgado foi convidado pelo então presidente do estado de São Paulo Júlio Prestes a candidatar-se a deputado

estadual pelo Partido Republicano Paulista, tendo sido eleito com uma quantidade substancial de votos. Em 1930, ele viajou a Europa e parte do Oriente Médio, observando as transformações políticas que ocorriam na Turquia, Itália, Alemanha, Portugal e Espanha. Regressou ao país em 4 de outubro daquele mesmo ano, um dia após a revolução que derrubaria Washington Luís, havendo escrito dois artigos no *Correio Paulistano* defendendo o candidato. No entanto, ao perceber o fortalecimento do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o apoiou, a princípio, em seus planos de modernização do Brasil.

Plínio escreveu vários artigos sobre doutrinação política e análise da situação brasileira frente às outras nações do mundo, especialmente as europeias; artigos estes publicados no recém-criado jornal A *Razão* em 1931. Em 1932, fundou a *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP), cujos integrantes eram simpáticos ao fascismo e lançou o *Manifesto de Outubro*, no qual formulou as bases ideológicas de uma nova agremiação política: a *Ação Integralista Brasileira* (AIB). Inspirada no fascismo italiano. Esta nova agremiação tinha como símbolo a letra grega sigma (∑), a expressão indígena de saudação *Anauê* e uniformes verdes, características que expressavam seu direcionamento militar e autoritário. O I Congresso da AIB ocorreu em Vitória (ES) dois anos depois e Plinio Salgado é titulado "Chefe Nacional" do partido.

Após a *Intentona Comunista* no quartel da praia vermelha (RJ) no ano de 1935, ocasião que foram assassinados muitos oficiais do Exército Brasileiro, Salgado decidiu fortalecer ainda mais seu partido. Ele se casou novamente em 1936, com Carmela Patti, integrante de uma família tradicional em Taquaritinga (SP), não tendo filhos dessa união.

Nos anos que se prosseguiram, a Ação Integralista Brasileira fortaleceu-se significativamente, promovendo numerosas manifestações em todo o Brasil. Momento propício usado por Plínio, que lançou sua candidatura à presidência da república em 1937, concorrendo com José Américo de Almeida e

Armando de Salles de Oliveira. Ele logo percebeu que Getúlio Vargas não iria sair do poder e se alinhou aos planos do presidente, acreditando que o integralismo seria a base ideológica desse novo regime autoritário. No entanto, houve o fechamento de todas as organizações políticas do país, inclusive a AIB e, nesse contexto, emerge o Estado Novo.

Assim, afloram-se, algum tempo depois, "revoltas" denominadas integralistas - contra os planos de Vargas- os quais se destacaram os de março e maio do ano de 1937, ambos fracassados. Finalmente em 1939, ele foi preso e mandado para Portugal, onde permaneceu por mais de seis anos. Durante esse período, procurou restabelecer contato com o governo de Vargas, mas não teve sucesso.

Em 1945, voltou ao país após a deposição de Getúlio Vargas, reformulou as bases do pensamento integralista e fundou o *Partido de Representação Popular* [PRP] (partido extinto, juntamente com todos os outros organismos políticos em 1964). Na década seguinte, nos anos de 1952-1953, criou a *Confederação de Centros Culturais da Juventude*, inicialmente composta por dezenove entidades de jovens de todo o Brasil e fundou o semanário *A Marcha* em que foi colaborador até o encerramento de suas atividades.

Candidatou-se a presidência da república em 1955, obtendo 714.000 votos (8% do total). Ainda que com uma votação expressiva, perdeu a eleição para o candidato Juscelino Kubitscheck, apoiando-o de imediato. Em 1958, foi eleito deputado federal pelo estado do Paraná, reelegendo-se em 1962 por São Paulo.

Por fim, em 1964 Plínio Salgado liderou a *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em São Paulo, passeata que demonstrava clara insatisfação com o presidente João Goulart. Apoiou o golpe militar daquele ano e ingressou na *Aliança Renovadora Nacional* (Arena), frente partidária criada para auxiliar na sustentação ao novo regime. Por essa legenda obteve mais dois mandatos na Câmara Federal, em 1966 e 1970.

No caminho perigoso do Sertão: *O Extrangeiro*, 1926.

Não há dúvidas de que a obra de maior sucesso de Plínio Salgado na literatura foi o romance *O Extrangeiro*. Publicado no ano de 1926 pela editora Hélios, teve sua primeira edição esgotada em poucos meses, fato citado pelo autor em uma reedição especial, "O Editorial Helios Ltda. convenceu-me da necessidade de uma edição urgente de mais alguns milheiros de exemplares, pelo fato de haver-se esgotado a primeira e recrudescerem os pedidos" (SALGADO, 1926, p.07).

Com o sucesso do romance, apontam Matos e Gonçalves (2014), Plínio Salgado se tornaria conhecido no meio intelectual paulista, auxiliando-o a se candidatar e a se eleger em 1927 como deputado estadual. Seu livro foi uns dos primeiros romances modernistas e esgotou-se em apenas 20 dias, tendo sido copiosamente elogiado por Monteiro Lobato. Este fato, por sua vez, soou estranho na época, uma vez que Lobato se tornaria um ferrenho crítico do movimento modernista de 22. Em linhas gerais, *O Extrangeiro* recebeu inúmeras críticas positivas, transformando Salgado numa figura conhecida do seu tempo.

O livro demonstra a incredulidade do autor frente às rápidas transformações pela qual São Paulo estava passando, sobretudo a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial. Para ele, a urbanização corromperia ainda mais a população e a cultura brasileira, pois estimularia a proliferação de ideais econômicos (liberalismo) e doutrinários (comunismo) comprometendo a "alma nacional". Para Salgado, uma nação próspera deveria ser miscigenada (sociedade cabocla), assentando-se em espaços rurais, de cultura conservadora e cristã.

Entendendo um pouco o enredo do romance

O *Extrangeiro* narra a vida provinciana de São Paulo no início do século XX, relatando o fervor das mudanças sociais que estavam mexendo com o cotidiano da cidade. Em seu livro, Salgado arquiteta uma forma de nacionalismo como valor autêntico de um povo, o qual inculcaria no imigrante a história e a cultura paulista, integrando-o à nação.

A narrativa se inicia no porto de Santos, local onde chegavam os estrangeiros. Eles eram levados para as fazendas de café no interior de São Paulo, com destaque para a pequena Mandaguary. A todo momento, Salgado contrastaria o interior puro (Sertão) com o litoral corrompido e afeito aos ideais cosmopolitas.

Percebemos no decorrer do romance as noções anticomunista, antiliberal e anticosmopolita norteadoras do pensamento de Salgado, por isso o universo rural se sobreporia ao urbano.

As questões migratórias eram constantes no debate nacional desde o início do século XX e, sendo São Paulo o estado que recebeu as maiores correntes migratórias tanto internas quanto externas do Brasil, fica evidente o motivo desta temática ser tratada por Plínio. Naquele contexto, o autor estava preocupado com a influência do estrangeiro na formação da identidade brasileira.

A disposição estrutural do texto caracteriza-se pela intertextualidade e o narrador da obra só se revela na última página, o mestre-escola Juvêncio, protagonista, narrador e alterego do autor. Não por acaso, os atributos mais "puros e morais", ou seja, não corrompidos pelo pensamento estrangeiro, seriam direcionados à figura do próprio Salgado. Ele afirma que seu primeiro manifesto político foi um romance, o que explicita, já em 1926 o caminho político-ideológico adotado ao longo da vida.

No romance, a chegada dos italianos ao Brasil foi simbolizada pela família Mondolfi. Com ascensão econômica rápida, tem seu sucesso graças à matriarca Carmine Mondolfi - dona de terras - tornando-se uma figura co-

nhecida na colônia. Ela foi uma das patrocinadoras da escola Dante Alighieri, representante da italianidade no país. O autor vai sempre abrir um diálogo de comparação entre o imigrante italiano e a condição do caboclo.

Este caboclo, por sua vez, era representado por Nhô Indalécio, que não tinha força nem poder no país. Afetado pela imigração, o caboclo - alheio ao avanço industrial da sociedade -, era "refém dos italianos". De maneira geral, Plínio Salgado vai criticar a apatia do caboclo frente à força do italiano, o que criaria uma espécie de "caboclo domesticado". Notemos no trecho abaixo a cisão racial preconizada pelo autor:

> Aconteceu que os porcos de Nhô Indalécio, aventuraram excursões pela fazenda. Martiniano mandou avisá-lo 'que mataria os bichos'. Indalécio pôs mais um fio de arame na cerca. Os suínos eram teimosos. Romperam a barreira e entraram insolentes, como hussardos. Toaram tiros de espingarda. Seguiu-se uma proclamação. Que não se queixe a polícia, se não quiser levar umas lombadas, com este chicote. Nhô Indelécio mandou dizer que não se queixava à polícia. Entregava a injúria nas mãos de Deus (SALGADO, 1926, p.42).

Os caboclos, sem voz ativa, somente receberiam ordens dos seus "donos". Martiniano, na nossa percepção, seria a vertente mais xenófoba, pois, ao sair da fazenda migrando para a cidade, ridicularizava os moradores do campo e alertava a população urbana sobre o autoritarismo dos ricos italianos do interior.

Destaca-se ainda Pantojo, que usava a mão de obra imigrante em benefício próprio, não se importando muito com o crescimento do Brasil. Ele pertencia a um grupo familiar tradicional paulista, cujas riquezas oriundas do café davam-lhe condições econômicas para viver os "luxuosos sonhos mundanos do vício e ganância trazidos pelo cosmopolitismo estrangeiro das cidades" (SALGADO, 1926, p.34). E dentro desse caos instalado em São Paulo, a figura do mestre-escola Juvêncio (alterego do autor e o narrador da *estória*) emerge levando a bandeira do nacionalismo e da ordem social, como bem sublinha Trindade (1979. p.59),

> O tema do nacionalismo apareça na situação burlesca do mestre-escola Juvêncio, estrangulando perante seus alunos, os papagaios que ganhara de presente porque haviam aprendido com seus antigos donos emigrantes a repetir as palavras do hino fascista.

Ora, podemos dizer que o mestre-escola Juvêncio (Plínio Salgado) era contra o imigrante? Na verdade, não. Para o personagem-narrador-autor o imigrante era uma ameaça à nacionalidade enquanto resistente à integração, à cultura e à sociedade brasileira. Uma vez adaptado, ele faria parte de uma suposta brasilidade, ainda em construção, porém almejada por Plínio. Daí a escola de Juvêncio combater a Dante Alighieri, pois, acreditava-se que os valores estrangeiros seriam transmitidos via escolarização. Plínio Salgado se intitulava o verdadeiro caboclo e para assimilar o elemento "alienígena" seria necessário catequizá-lo na escola nacionalista de Juvêncio,

> As crianças das Escolas reunidas eram filhos de italianos, espanhóis, japoneses, sírios, mulatinhos espertos puxados ao português. Cantavam o hino nacional e respondiam na ponta da língua, se lhes perguntavam – quem descobriu o Brasil? – Foi o almirante português Pedro Álvares Cabral. [...] a bandeira flutuava – palpitante cabeleira verde – na ponta do caule esguio, que parecia um homem comprido e entusiasmado, [...] E as vozes afinadinhas. Ouviram do Ipiranga às margens plácidas de um povo heroico o brado retumbante... Juvêncio vibrava (SALGADO, 1926, p.29)

Em *O Extrangeiro*, Plínio Salgado impunha uma reflexão a respeito do caminho que o Brasil deveria seguir frente à imigração. Criticava com veemência tanto a cultura "alienígena" que entrava no país quanto a própria população brasileira e sua total imobilidade. Para ele, a miscigenação não seria um fator de degradação social, como pregavam alguns pensadores da época, mas sim um processo de assimilação das melhores características de cada "raça". No entanto, só seria possível tal movimento se houvesse no país uma estrutura política autoritária, cujo anticomunismo e o antiliberalismo deveriam orientar as ações de um governo supostamente nacionalista.

O geográfico no imigrante, o imigrante no geográfico.

Dentro do objetivo principal do artigo, pretende-se analisar o conteúdo geográfico (representação espacial) contido no romance *O Extrangeiro.* E com um intuito de ir um pouco além, ainda intenciona-se buscar qual era o sentido de construção dessa representação geográfica no contexto histórico da publicação da obra, 1926.

Como salientado na introdução deste trabalho, os livros da década de 1920 que foram influenciados pela Semana de Arte Moderna de 22 conteriam uma temática mais voltada aos assuntos raciais, à formação da população brasileira ou, se preferirem, à tentativa da construção de uma identidade nacional enquanto as obras a partir da década de 1930 vão trazer uma discussão atenta às questões políticas e territoriais.

Em *O Extrangeiro* o espaço geográfico seria representado pelo estado de São Paulo e dividido em três regiões: o litoral, a capital e o interior. Para Plínio Salgado, essas regiões existiriam a partir de três sentidos: o primeiro seria a porta de entrada dos estrangeiros; o segundo, o urbano no qual as ideias cosmopolitas ganhariam força e o terceiro o espaço rural puro, o verdadeiro Brasil. “Este livro procura fixar aspectos da vida paulista nos últimos dez anos. Vida rural, vida provinciana e vida nas grandes urbes.” (SALGADO, 1926, p.7). Diante destas três divisões, o cenário do “romance paulista” estaria pronto e ele poderia, nas palavras de Salgado, “cumprir integralmente o seu destino” (1926, p.6).

Para o autor, sua obra teria uma função clara: criar um novo sentido à história paulista e, por consequência, à nacional. Recordemo-nos de que *O Extrangeiro* foi para Plínio seu primeiro manifesto político, sedimentado posteriormente nos ideais Integralistas da década de 1930.

Na leitura do romance, percebemos que o herói Juvêncio, o mestre-escola (alterego do próprio autor), converge para si atributos morais e éticos a serem reproduzidos e copiados por todos. Tal personificação é definida por

Goldmann (1976, p.10) como "[...] o romance do 'idealismo abstrato', caracterizado pela atividade do herói e por sua consciência demasiada estreita em relação à complexidade do mundo".

Ora, arraigado por um princípio de nacionalidade anarcoide, no qual o idealismo direcionaria as ações de Juvêncio, notamos a estrita relação do herói com o geográfico representado na obra. O rural seria ainda o espaço da contemplação mística e mítica, cuja história passaria pela conquista do oeste pelos bandeirantes. Para o mestre-escola, narrador da *estória*, o imigrante não deveria ser negado, referindo-se aos italianos, mas sim absorvidos pelo sertão e pelo "espírito puro do oeste" (SALGADO, 1926, p.17). Nesse caso, a dimensão geográfica criaria vínculos identitários com o solo.

O narrador-autor descreve a chegada do personagem Ivan em São Paulo através da locomotiva, símbolo da modernidade, e constrói a cidade a partir de retoques narrativos quase mágicos,

> Na noite espessa, os gritos das locomotivas cruzavam-se repentinos, como meteoros de som. Adivinhavam-se os vultos pardos dos edifícios lavados pela verde surdina dos lampiões a gás. E os cochichos do vento arrepiavam os ouvidos dos plátanos sensíveis. Ivan pôs-se a contar as pequenas 'lanternas verdes, vermelhas, azuis, espalhadas ao longo da linha férrea, até a estação do norte, ao Pari, a Luz. E ouvia o ressonar dos velhos companheiros – velhos campônios lombardos, brônzeos calabreses -, espuma da taça transbordante aliviada no dorso do oceano. (SALGADO, 1926, p.15).

A simbologia do imigrante no interior de uma locomotiva traduz e remete-se ao período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Plínio Salgado estava incomodado com a quantidade de estrangeiros a desembarcar no Brasil desde o final do século XIX. Reforça-se: para ele, a miscigenação étnica não era o problema, mas sim as propostas cosmopolitas trazidas pelo imigrante, ou seja, as novas formas de pensar o mundo. Plínio acreditava no culto ao ruralismo e ao provincianismo como principais estruturas da identidade nacional.

Curioso notarmos a atuação dos imigrantes, principalmente italianos, na mudança social do Estado de São Paulo nesse período. Tanto Deffontaines (1944) quanto Monbeig (1952) sublinhavam a influência deste estrangeiro nas novas paisagens que iam se construindo no interior paulista a partir de uma atividade econômica específica: o plantio de café. Percebendo esta mudança, de certa maneira o romance de Plínio Salgado materializa parte do estranhamento causado pelos novos fluxos imigratórios à população paulista. Lembremos a maneira pela qual os discursos se propagam: os signos (neste caso, sociais) criam os enunciados, os enunciados as ideologias, as ideologias os discursos e, este último, necessita de algo que os divulguem, ou seja, as obras literárias.

Em *O Extrangeiro*, há perceptível crítica a escassa integração entre o fator humano e o fator geográfico na construção de uma suposta nacionalidade, algo que Salgado considerava péssimo. Para ele, o humano estaria, umbilicalmente, ligado ao solo, à terra e aos laços de sangue superiores.

Enquanto morasse numa cidade paulista, o imigrante deveria seguir as regras impostas pelos seus guardiões (os descendentes dos bandeirantes) porque eles teriam o conhecimento dos "enigmas do sertão". Quase como um sujeito com poderes mágicos, o geográfico na obra reconstruiria o estrangeiro à luz dos atributos éticos e morais do paulista,

> As instituições americanas também repousam na rocha viva dos direitos do Homem. Quando desabar o dilúvio russo, as suas últimas ondas virão morrer aqui, de encontro a essas paredes da Imigração, onde há um dístico, a maneira de sentença, a encimar um arco do triunfo. E a América, então, reconstruirá o que estiver destruído no mundo (SALGADO, 1926, p.18).

Plínio tinha plena consciência dos acontecimentos sociais na Europa como a Revolução Russa (1917) e a crise econômica acarretada pelo fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), logo, ele previa a massiva vinda de imigrantes para o Brasil e, dentro dos princípios acima citados, não haveria

problema, pois, "a América, então, reconstruiria o que estivesse destruído no mundo". Esse tom heroico, mencionado pelo personagem Juvêncio, transmite toda uma responsabilidade para a América em descortinar esse novo mundo.

A representação geográfica dividida entre litoral, cidade e interior caracteriza os tipos sociais que habitam estes espaços. Ora, se para o autor o culto ao ruralismo deveria ser o verdadeiro caminho para a nacionalidade, o imigrante adaptar-se-ia ao espaço que reproduziria seu meio de vida e nele criaria laços fortes, negando, posteriormente, sua herança estrangeira.

Paisagens idílicas como recurso discursivo

Entre os recursos discursivos encontrados no romance, destacam-se o uso constante da personificação de seres inanimados e a construção de paisagens idílicas. Unidas na mesma esfera de interpretação, a primeira refere-se à designação atribuída a seres abstratos, de ações, qualidades e sentimentos próprios do homem; já o segundo, de caráter mais literário, orienta-se sobre algo terno, maravilhoso, mágico, utópico e fantasioso. Estes recursos foram usados conscientemente pelo autor, uma vez que ele angariava criar um sentido nacional a partir de confabulações geográficas e raciais.

Atribuir ao geográfico sentimento humano inculcaria na população letrada da época uma proximidade com o que deveria ser o nacional,

> E, então, tudo era a selva, onde dormia o mistério. Bandos de periquitos, projeções verdes da terra, estampavam-se no céu, ainda inocente de crimes. Continuação indefinida da manhã úmida e verde em que a arca de Noé encalhou na montanha. Altas palmeiras emergindo das florestas oceânicas, estilizando a alma sentimental da rude natureza meridiana. Macacos balouçando nos cipoeirais pendentes da perobeiras. Oceano, oceano [...] Manhã de janeiro. Cheiro molhado da terra moça e virgem; grotas frias, com gemidos sensuais de rolas e sussurros confidentes sob a mantilha dos caetês. (SALGADO, 1926, p.28)

Chama-nos a atenção no trecho acima a maneira pela qual Salgado, na voz do mestre-escola Juvêncio, reflete seu sentimento de "país corrompido". O Brasil como contemplação da floresta e do ruralismo estaria sendo ameaçado pelas "forças estrangeiras", daí a necessidade preconizada pelo autor de um Estado forte que controlasse os imigrantes, então símbolo do novo tipo social que estava se estabelecendo no país.

O romance faz uma crítica voraz ao caboclo que se via preso ao trabalho imposto pelos imigrantes italianos do oeste paulista, "Ivan queria ver um caboclo autêntico. Contou-lhe o amigo que eram raros. Quase todos estavam no sertão" (1926, p.29). Ou seja, estavam sob o controle das famílias estrangeiras ricas. Salgado se autodeclarava o verdadeiro caboclo, não escravo do estrangeiro. Salientamos na narrativa do livro a forma que o autor vai dividindo a sociedade brasileira entre aqueles que exploravam em contraposição aos que eram explorados. Na base de sustentação da sociedade, o mameluco (o caboclo domesticado) teria papel fundamental,

> O machado arrasa os jequitibás, golpeando os ecos arautos. Cataclisma de raças; sedimentação de caracteres civilizatórios: sobre o rastro do selvagem, o rastro do mameluco; depois, sobre a terra desvirginada e domada, o colono estrangeiro estabilizando a agricultura [...] (SALGADO, 1926, p.29)

Como um processo linear de ocupação do solo, a representação espacial passaria de um meio selvagem, hostil e impenetrável, a um espaço domesticado e utilizável para o desenvolvimento econômico. No entanto, este espaço controlado serviria aos interesses de certos grupos, ou famílias, que enriqueceram devido ao cultivo do café. Ora, um questionamento a se fazer sobre o contexto da obra, e os anos que se lhe seguiram, é: por que havia a necessidade de se criar uma identidade nacional e territorial no brasileiro? Uma população unificada no interior de um Estado dotado de um território centralizado criaria condições básicas para o desenvolvimento econômico do

país. Basta olharmos para os planos de Getúlio Vargas no período entre 1930-1945 e ver seu projeto para elaborar as bases materiais de uma sociedade em processo de industrialização. Podemos dizer que o discurso literário da década de 1920 ajudou Vargas a implantar sua política autoritária e territorial na década de 1930.

Em *O Extrangeiro* percebemos que Plínio inicia seu projeto autoritário e centralizador de sociedade a partir da crítica ao imigrante italiano que chegava ao país. Também notamos a representação geográfica na obra como importante mecanismo ideológico, pois, no Brasil, a nacionalidade estava muito atrelada ao discurso territorial. Personagens descendentes dos antigos bandeirantes receberam relativo destaque no romance, embora, o mameluco Juvêncio, questiona as famílias tradicionais paulistas que estavam corrompidas pelo cosmopolitismo das grandes cidades.

Muito bem recebido na época de sua publicação*, O Extrangeiro* é fruto do seu tempo, carregado de polêmicas que norteavam os debates da época. O livro representa não apenas o pensamento de Salgado sobre o Brasil, mas também o grupo social ao qual ele pertencia, a direita reacionária paulista.

Para não encerrar

O caminho percorrido até este ponto confirma a importância em se analisar o discurso geográfico (representações espaciais) contido em obras literárias. Além do mais, o autor aqui brevemente discutido, Plínio Salgado, provocou alguma incerteza do conteúdo a ser encontrado no texto, porque além de figura polêmica do seu tempo, não se sabia como as representações espaciais apareceriam em sua obra.

Na tentativa de analisar a obra sob o prisma da análise do discurso, principalmente na orientação dada por Mikhail Bakhtin a respeito do assunto, procurou-se manter a tríade obra/autor/contexto histórico, visto que,

caso se negasse esse procedimento metodológico, o artigo correria o risco de apenas descrever o conteúdo do livro, sem abordar a dimensão crítico-espacial que ele mereceu.

No romance *O Extrangeiro* (1926) de Plínio Salgado, notou-se a insatisfação do autor, através do seu personagem/alterego Juvêncio, com as rápidas transformações pela qual São Paulo estava passando, sobretudo a transição voraz de uma sociedade rural para uma sociedade urbano-industrial. Para o autor, essa dualidade foi o motivo máximo da degradação dos valores morais e éticos da representação espacial paulista. Isso porque as áreas urbano-industriais, somadas às cidades litorâneas, eram os centros em que as ideias econômicas (liberalismo), doutrinárias (comunismo) e modernas (cosmopolitismo) ganhariam força, descaracterizando o Brasil. Nesse livro, percebeu-se toda a ideia política de Salgado que, anos mais tarde, vai desencadear na doutrina do integralismo. De certa maneira, ficou evidente na obra analisada que Plínio Salgado divide São Paulo em três unidades territoriais: o litoral (porta de entrada das ideias rechaçadas por ele), a cidade de São Paulo (centro urbano-industrial que potencializaria o cosmopolitismo) e o sertão (interior que, apesar de conter inúmeros estrangeiros, preservaria a "pureza nacional").

Por fim, este artigo apenas iniciou o assunto quanto a análise do discurso geográfico em obras literárias. Isso porque, para a ciência geográfica, a literatura pode servir como sintetizadora das tensões sociais e espaciais do passado brasileiro. Dito isto, o presente manuscrito teve por finalidade demostrar como os discursos de ordem nacionalista de extrema-direita possuem um mecanismo cíclico na história. Ainda que essa pesquisa tenha analisado um livro da década de 1920, os discursos encontrados em cada página, em cada citação, pareceram mais atuais do que nunca. No Brasil, talvez por sua esquizofrenia identitária, ou ainda pelo desconhecimento da história por grande parte da população, os mecanismos ideológicos de manipulação de

massas, que fingem resolver um problema complexo com uma solução simples, ainda são usados de forma maliciosa em pleno século XXI. Infelizmente o brasileiro ainda busca um herói geográfico, alguém que possa resolver todos os problemas do país cuja herança histórica remonta-se a um autoritarismo. Assim, precisamos mais do que nunca olhar para o passado para entender o presente. Essa análise mostrou como as ideias anacrônicas podem, perigosamente, ganhar força através do tempo e encantar os desavisados.

Referências

ADDUCI, C.C. **A Pátria Paulista:** o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

BAKHITIN, M. **Estética da criação verbal**. 6ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHITIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014.

BEIRED, J.L.B. **Sob o signo da nova ordem:** intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: edições Loyola. 1999.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 4ºedição. São Paulo: Cultrix. 2006

CAMPOS, M.J. Cassiano Ricardo e o "mito da democracia racial": uma versão modernista em movimento. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p.140-155, dezembro/fevereiro 2005.

CARVALHO, M.B. Geografia: Ciência da Complexidade (ou da reconciliação entre natureza e cultura). **Boletim Paulista de Geografia**. n 83, p. 139-160. 2005.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado (forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio).** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

COSTA, W. M. **Geografia política e geopolítica:** discurso sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC: editora da USP, 1992, p. 183-230.

DEFFONTAINES, P. **El Brasil:** la tierra y el hombre. Barcelona: Editorial Juventude S.A. 1944.

ELIADE, M. **Aspectos do mito**. Lisboa: Edições 70, 1989.

ESCOLAR, M. **Crítica do Discurso Geográfico**. Trad: Shirley Morales Gonçalves. Ed: HUCITEC. São Paulo, 1996.

GOLDMANN, L. **A sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

GOLDMANN. L. **La Creacion Cultural en la Sociedad Moderna.** Barcelona: Editorial Fontamara. 1980.

GONÇALVES, L.P. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 669f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

HAESBAERT R. Território, poesia e identidade. **Revista Espaço e Cultura**, n1, p. 21-32 janeiro de 1997.

HOLANDA, S. B. **Visão de paraíso:** os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLÉSIAS, F. Modernismo: uma reverificação da inteligência nacional". IN: ÁVILA, Afonso. **O Modernismo** (Org.). 2ºedição. São Paulo. 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP: Papirus, 1989.

MACHADO, L. O. Origens no pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930) IN: GOMES, CORREA e MACHADO. **Geografia: conceitos e temas** – 15ºed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MATOS, M.I.S; GOLÇALVES, L.P. O Estrangeiro na obra de Plínio Salgado: matrizes, representações e propostas. **Patrimônio e Memória**. São Paulo: Unesp, v.1, p.157-182, janeiro-junho, 2014.

MICELI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920 – 1945).** São Paulo – Rio de Janeiro: DIFEL/ Difusão Cultural S.A., 1979.

MONBEIG, P. **Pionniers et planteurs de São Paulo.** Paris: Librairie Armand Colin, 1952.

MONTEIRO, CAF. O real e o mítico na paisagem do grande sertão. IN: MARANDOLA JR, Eduardo e GRATÃO, Lucia Helena. **Geografia e Literatura**: ensaios sobre a geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.

MORAES, A.C.R. **Geografia:** Pequena História Crítica – 21º ed – São Paulo: Annblume, 2007.

MORAES, A.C.R**. Ideologias geográficas:** espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MORAES, A.C.R. **Território e história do Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 2002.

PEREIRA, E.M.C. O Estado Novo e a marcha para oeste. **Revista História**. 2 (1): 113-129. Jan/jun, 1997.

PIMENTEL, B.A.F. Micea Eliade e o mito. **Kalíope**, São Paulo. ano 1, número 1. p.66-79, 2005.

RAIMUNDO, S.L. Terra Conquistada; a pátria de alma bandeirante. **Terra Brasilis** [online] 2/2000.

SACARDO, V.A. **O Integralismo pliniano:** autoritarismo e ordem na defesa da nação. 182f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas do campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2011.

SALGADO, P. **Geografia Sentimental**. Editora José Olympio: Rio de Janeiro, 1937.

SALGADO, P. **O extrangeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1926.

SANTIAGO, S. Vanguarda: um conceito e possivelmente um método. IN: ÁVILA, Afonso. **O Modernismo** (Org.) 2ºedição. São Paulo. 2002.

SANTOS, B. S. S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade -14ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, C.V. Brasileiros e Brasileiras: gênero, raça e espaço para a construção da nacionalidade em Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr. **Cadernos**. p 83-108. 1996.

TRINDADE, H. **Integralismo:** o fascismo brasileiro da década de 30. 2.ed. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, G. F. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. São Paulo: brasiliense, 1979.

VELLOSO, M.P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro. p.89-112. Vol.6, n.11, 1993.

VELLOSO, M.P. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Submetido em: 22 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 29 de março de 2023.
Aprovado em: 03 de maio de 2023.

MELLO, A. D. de B. DISCURSO GEOGRÁFICO E AUTORITARISMO: O ESTRANGEIRO DE PLÍNIO SALGADO. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2896. Acesso em: 22 jul. 2023.

ANÁLISE HISTÓRICA DA (DES)CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO (1930-2022): EVOLUÇÃO, CONFLITOS E PERSPECTIVAS

HISTORICAL ANALYSIS OF (DE)CENTRALIZATION OF ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN BRAZIL AND IN THE WORLD (1930-2022): EVOLUTION, CONFLICTS AND PERSPECTIVES

ANÁLISIS HISTÓRICO DE LA (DES)CENTRALIZACIÓN DE LA GESTIÓN AMBIENTAL EN BRASIL Y EN EL MUNDO (1930-2022): EVOLUCIÓN, CONFLICTOS Y PERSPECTIVAS

Brenda Almeida Lima
Mestranda em Conservação e Manejo de Recursos Naturais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
E-mail: brenda.almeidalima@outlook.com

Dionel Barbosa Ferreira Júnior
Mestrando em Geografia na Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: dioneljunior41@gmail.com

Felipe Fernando da Silva Siquiera
Docente no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Resumo:
Este artigo contextualiza historicamente a gestão ambiental mundial e nacional, que visa contribuir com o desenvolvimento econômico sustentável. Abordando a evolução da legislação, os conflitos do mesmo período e suas perspectivas, explana-se os acontecimentos que promoveram as mudanças de percepções humana sobre a temática ambiental. Na etapa bibliográfica da pesquisa, adotou-se a coleta de dados em publicações digitais específicas e sites governamentais; a seguir, procedeu-se à espacialização dos dados com o uso do *software* QGis. Apesar de o Brasil ter sido marcado por políticas públicas ambientais, ainda há uma ação depredatória que ignora a natureza esgotável de todo e qualquer recurso. A centralização e a autoridade das gestões políticas inibem a participação popular, geram desastres ambientais e desconsideram o conhecimento empírico da comunidade, fundamental à eficiência das políticas públicas junto aos órgãos competentes.
Palavras-chave: Gestão ambiental; Políticas públicas; Desenvolvimento sustentável.

Abstract:

This article historically contextualizes global and national environmental management, which aims to contribute to sustainable economic development. Addressing the evolution of legislation, the conflicts of the same period and their perspectives, the events that promoted changes in human perceptions on the environmental theme are explained. In the bibliographic stage of the research, data were collected from specific digital publications and government websites; then, the spatialization of the data was performed using the QGis software. Although Brazil has been marked by environmental public policies, there is still a predatory action that ignores the exhaustible nature of any and all resources. The centralization and authority of political administrations inhibit popular participation, generate environmental disasters and disregard the empirical knowledge of the community, fundamental to the efficiency of public policies with the competent bodies.

Keywords: Environmental management; Public policy; Sustainable development.

Resumen:

Este artículo contextualiza históricamente la gestión ambiental mundial y nacional, que pretende contribuir al desarrollo económico sostenible. Abordando la evolución de la legislación, los conflictos del mismo período y sus perspectivas, se explican los hechos que promovieron cambios en las percepciones humanas sobre el tema ambiental. En la etapa bibliográfica de la investigación, se recolectaron datos de publicaciones digitales específicas y sitios web gubernamentales; luego, se realizó la espacialización de los datos utilizando el software QGis. Aunque Brasil ha estado marcado por políticas públicas ambientales, todavía hay una acción depredadora que ignora la naturaleza agotable de todos y cada uno de los recursos. La centralización y autoridad de las administraciones políticas inhiben la participación popular, generan desastres ambientales y desconocen el conocimiento empírico de la comunidad, fundamental para la eficiencia de las políticas públicas con los órganos competentes.

Palabras clave: Gestión ambiental; Políticas públicas; Desarrollo sostenible.

Introdução

A preocupação com a questão ambiental vem se expandindo nas últimas décadas diante da necessidade de o ser humano organizar as suas atividades produtivas de forma a evitar ou minimizar os diversos impactos causados ao meio ambiente. Os avanços nos instrumentos de planejamento e gestão ambiental brasileiros, se tornaram referência mundial (DE GUSMÃO; PAVÃO, 2020); porém, é necessário estar atento à dimensão, em escala, da gestão e do planejamento. A maioria das discussões de cunho ambiental se realiza na escala mundial ou nacional, enquanto suas aplicações são feitas na dimensão local (DE OLIVEIRA; CESTARO, 2020).

A gestão ambiental — uma ferramenta importante de planejamento e controle nas questões ambientais —visa contribuir para o desenvolvimento econômico, desde que seja de forma sustentável (MIRANDA et al., 2019). Quando se trata da gestão ambiental, o termo "desenvolvimento sustentável" torna-se mais evidente devido ao paradigma de que as sociedades, em diferentes dimensões territoriais, precisam utilizar os recursos naturais provenientes do meio ambiente, desde que seja de uma maneira que não venha a comprometer o futuro das próximas gerações.

Deste modo, a perspectiva ambiental fundamentada na gestão ambiental consiste em um modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos (FONSECA, 2016). Nesse sentido, a gestão ambiental surge como um processo contínuo de análise, tomada de decisão, organização e controle das atividades de desenvolvimento, tendo como principal objetivo a mitigação de impactos negativos sobre o meio ambiente, ou seja, a eliminação, redução ou prevenção de danos ambientais (NOVAIS, 2011).

No alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a gestão ambiental tem participação fundamental para que se consiga avaliar e planejar, permitindo que o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida andem concomitantemente. (ZANATTA, 2017). Também envolve escolha coerente dos

serviços públicos oferecidos para a comunidade, criação de leis, normatização e penalização para os responsáveis por danos causados à natureza.

A questão ambiental é um tema obrigatório, não somente por tratar acerca de gestão, planejamento, instrumentos e normatizações (MACHADO et al., 2019), mas por também considerar que essas temáticas, quando associadas ao desenvolvimento sustentável, possuem uma relação simbiótica entre os fatores econômicos, sociais, ambientais e culturais de uma sociedade, considerando um bem-estar social que concilie crescimento econômico, qualidade ambiental, justiça social e valorização cultural (OLIVEIRA; CESTARO, 2020).

Portanto, torna-se indispensável buscar, historicamente, quais acontecimentos promoveram a mudança de percepção da humanidade para com a temática ambiental, principalmente sobre gestão ambiental por meio da evolução das políticas públicas e das decisões, em âmbito mundial e nacional (Brasil), a respeito das questões ambientais (POTT; ESTRELA, 2017).

Dessa forma, o objetivo deste artigo é contextualizar historicamente a gestão ambiental mundial (eventos ambientais importantes) e a gestão ambiental pública no Brasil, abordando a evolução da legislação ambiental brasileira juntamente com os conflitos do mesmo período e as suas perspectivas.

Metodologia

O presente ensaio caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, uma vez que este tipo de estudo intenciona discorrer sobre uma situação e fornecer informações contextuais que podem servir de base para pesquisas explicativas mais aprofundadas, partindo do processo de observação, registro, análise, classificação e interpretação de dados ou fatos (VERGARA, 2006 SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013; GRAY, 2016).

No que concerne aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e documental, dando-se a partir da coleta de dados em publicações digitais específicas e sites governamentais, de acordo com a sua relevância e enquadramento no contexto. Os dados são agrupados em cada tema e subtema a fim de justificar e/ou afirmar o conteúdo discutido.

Salienta-se o uso da Geotecnologia como ferramenta aliada para complementar as discussões, no intuito de especializar e datar acontecimentos, conferências, diretivas, e acordos no que concerne à temática sobre gestão

ambiental. Assim sendo, se fez necessário o uso do *software* livre denominado Qgis, em sua versão Las Palmas (2.18).

Resultados e discussão

A partir da segunda metade do século XX, a humanidade pôde acompanhar as consequências de um sistema remanescente da Revolução Industrial que, por visar apenas à produtividade com foco no crescimento econômico, não zelou pela qualidade do ambiente e a consequente saúde da população. Isso acarretou contaminação de rios, poluição do ar, vazamento de produtos químicos nocivos e perda de milhares de vidas. Partindo da população, e passando pela comunidade científica, os governantes de todo o mundo passaram a discutir e buscar formas de remediar ou prevenir os fatos passados ou futuros (POTT; ESTRELA, 2017).

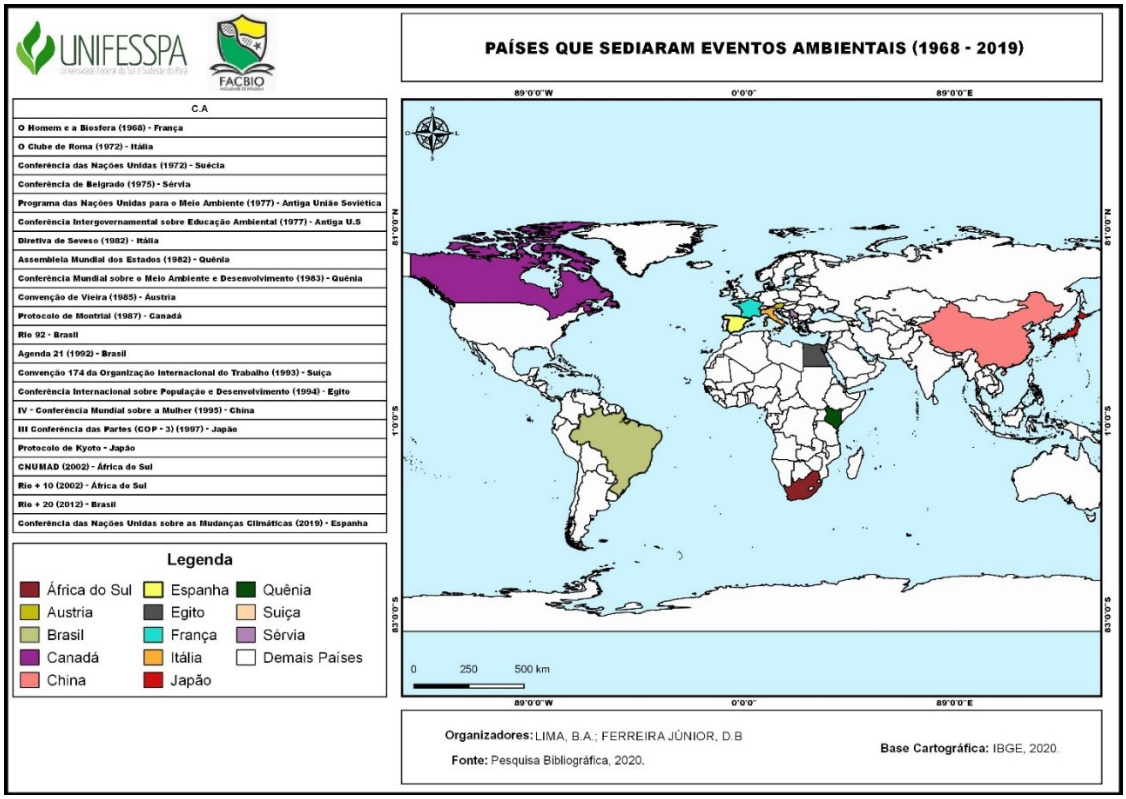
Barbieri (2011) afirma que as primeiras manifestações de gestão ambiental foram estimuladas pelo esgotamento de recursos, como a escassez de madeira para a construção de moradias, fortificações, móveis, instrumentos e combustível, cuja exploração havia se tornado intensa desde a era medieval. Após a Revolução Industrial, as questões ambientais foram novamente retomadas entre o final da década de 1960 e o início de 1970. Dois eventos de poluição atmosférica colocam em evidência a sensibilidade da raça humana frente às reações natureza que estava sendo explorada predatoriamente. O primeiro é o que ocorreu no Vale do Meuse, na Bélgica, em 1930, provocando a morte de 60 pessoas; o segundo, ocorrido em 1952, em Londres, foi o *Smog*, conhecido como "A Névoa Matadora", que ocasionou mais de 4 mil mortes, sendo o primeiro a promover a movimentação das autoridades de saúde e a atenção quanto à qualidade do ar (POTT; ESTRELA, 2017).

Dos casos de contaminação de água, um exemplo é o da Baía de Minamata, no Japão, em 1956, que, até dezembro de 1974, registrou 107 mortes oficiais e quase 3 mil casos em verificação (HOGAN, 2007). A partir de evidências de que a saúde pública e coletiva corre sérios riscos com o lançamento desordenado do mercúrio no meio ambiente, iniciaram-se as discussões em âmbito político internacional, que duraram cerca de seis anos. Isso resultou na realização de um tratado internacional juridicamente vinculante que tem o objetivo de proteger a saúde humana e o meio ambiente das emissões antrópicas de mercúrio e seus compostos (SILVA et al., 2017).

Em outubro de 2013, a Convenção de Minamata para o mercúrio teve o texto final aprovado e assinado por 92 países, entre eles, o Brasil. A Convenção tem por intuito a proteção, principalmente das populações consideradas mais vulneráveis ao mercúrio, como os fetos, as crianças e as gestantes, reconhecendo o impacto do mercúrio e de seus compostos à saúde pública e coletiva (SILVA et al., 2017).

Nos anos de 1950 e 1960, a gestão ambiental nas indústrias era abordada de maneira muito tímida, limitando-se a atender a legislação vigente, que já era pouca. Mas, um acontecimento trouxe certa mudança de pensamento, pode-se dizer: a divulgação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962, de Rachel Carson. Ela alertava sobre o aumento e o uso de compostos químicos no meio ambiente, e o quanto esses eram maléficos tanto à saúde humana como à natureza, fazendo com que a população percebesse a relação à causa ambiental, o que levou à proibição do uso do defensivo agrícola Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) (HOGAN, 2007; MIRANDA et al., 2019).

Figura 1: Mapa de localização dos eventos ambientais mundiais que marcaram a história da gestão ambiental



Fonte: Autores, 2022.

A preocupação crescente com a contaminação ambiental resultou em dois eventos de grande relevância no início da década de 1970: a divulgação do relatório do Clube de Roma e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em Estocolmo em 1972 (POTT; ESTRELA, 2017).

O Clube de Roma publicou *The Limits of Growth* (Os limites do Crescimento) alertando para problemas cruciais, como energia, saneamento, poluição, saúde, ambiente e crescimento populacional, e que, dessa forma, a humanidade teria um limite para seu crescimento com o modelo econômico até então praticado (MAGRINI e MARCO 2001).

A Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, com a sugestão de um novo tipo de desenvolvimento— o "ecodesenvolvimento"—que buscaria conciliar o desenvolvimento econômico à prudência ecológica e à justiça social, fortalecendo, assim, a consciência pública quanto aos problemas ambientais (IBAMA, 2014). Tal conferência ajudou para que os países industrializados e aqueles que ainda estavam em processo de industrialização adotassem, por exemplo, padrões de controle e de qualidade nas suas indústrias com o apoio de relatórios de avaliação de impacto ambiental e o controle final do processo (*endofthepipe*) (MIRANDA et al., 2019).

Em 1975, a Conferência de Belgrado na Iugoslávia, em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, promovida pela Unesco, deu como resposta ao final do encontro: a "Carta de Belgrado". A carta estabeleceu que a meta básica da ação ambiental seria melhorar todas as relações ecológicas, incluindo as relações do ser humano entre si e com os demais elementos da natureza. Além disso, desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente —e com os problemas associados a ele—com conhecimento, habilidade, motivação, atitude e compromisso para atuar de forma individual e coletiva na busca por soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas (BARBIERI; SILVA, 2011).

A falta de proposições concretas e uma visão pouco realística foram as críticas mais frequentes à Carta de Belgrado. Apesar disso, ela é um dos documentos mais importantes sobre educação ambiental em termos de conceitos, princípios e diretrizes associados ao desenvolvimento sustentável. Muitos de seus termos foram ratificados pela Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, cidade na antiga União Soviética, em colaboração com o

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Formulou que a educação ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada aos interesses nacionais (UNESCO, 1975; BARBIERI; SILVA, 2011).

Segundo Pereira e Quelhas (2010), em 1982, passados seis anos do acidente de Seveso, na Itália, houve a regulamentação da Diretiva de Seveso, tendo como principais objetivos prevenir acidentes envolvendo substâncias perigosas e limitar as consequências desses para o ser humano e o meio ambiente.

Freitas e colaboradores (1995) afirmam que esse acidente liberou, pelo mau funcionamento de um reator em uma fábrica de pesticidas, quantidades significativas de gases tóxicos na atmosfera, dentre eles a dioxina (suspeita de ser cancerígena). Atingiu mais de 37 mil pessoas nos municípios da região; mesmo não tendo registrado mortes, foram identificados, alguns dias após o vazamento, contaminação ambiental e ferimentos na população.

Após 10 anos da Conferência de Estocolmo, e para comemorar tal evento, em 1982, reuniu-se a Assembleia Mundial dos Estados em Nairóbi, no Quênia, originando, no ano seguinte (1983), a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (HOGAN, 2007). Em 1985, na Áustria, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio foi complementada pelo Protocolo de Montreal em 1987, que prescreve padrões para a redução progressiva (fabricação e consumo) de produtos nocivos à camada de ozônio, o qual foi o único documento até hoje a ter adesão universal, ou seja, de todos os 197 países do mundo (MMA, 2022).

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou, em 1987, o relatório "Nosso Futuro Comum", conhecido como "Relatório Brundtland". Nele, reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, trazendo à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação "ser humano-meio ambiente". Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim a conciliação com as questões ambientais e sociais.

A comissão determinou a necessidade de uma conferência global que estabelecesse uma nova forma de relação com o meio ambiente; foi quando se

utilizou, pela primeira vez, a expressão "desenvolvimento sustentável", apesar de esse conceito ser conhecido desde a Conferência de Estocolmo. A divulgação do Relatório Brundtland (1988) fez com que tal expressão se popularizasse (HOGAN, 2007; IPIRANGA et.al 2011).

De acordo com o Relatório Brundtland (CMMAD, 1988), o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Esse mesmo relatório estabelece um contrato entre as gerações, mencionando que desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades (CCMAD, 1988). Assume uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando que o progresso econômico e social não pode se fundamentar na exploração indiscriminada e devastadora da natureza (IPIRANGA; GODOY; BRUNSTEIN, 2011).

Em 1992, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro a CNUMAD, conhecida como "Rio-92" ou "Cúpula da Terra", abordando a questão ambiental em âmbito público de maneira, até então, nunca feita. Culminou com a publicação de documentos que sintetizaram as preocupações dos povos do planeta com relação à questão ambiental (HOGAN, 2007). No encontro, foram analisadas metas para o controle das emissões de CO_2 na atmosfera, bem como para a criação de parâmetros à proteção da biodiversidade, entre eles o uso sustentável de florestas e a compensação (i.e. através de *royalties*), para países pobres, pelo uso de seus recursos naturais. Assim, os países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico para alcançarem outro modelo de desenvolvimento (que seja sustentável), que inclui ainda a redução dos padrões de consumo, principalmente de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral).

Dentre esses, destaca-se a Agenda 21 que, de acordo com Gugelmin e colaboradores (2003), pode ser definida como um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de uma nação, um estado, uma região ou um município, e, dessa forma, possibilita o planejamento de um futuro sustentável.

Os principais documentos resultantes da Eco-92 foram: Declaração do Rio sobre Meio Ambiente de Desenvolvimento; Agenda 21; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC); Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), e Convenção sobre Combate à Desertificação. A Agenda 21, por sua vez, era um texto com 2.500 recomendações com o objetivo de criar um programa de transição para o desenvolvimento sustentável, tendo como base o Relatório de Brundtland, para a criação de Agendas 21 nacionais e regionais.

Em 1993, foi aprovada a Convenção 174 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), propondo-se a oferecer tratamento adequado à prevenção dos acidentes industriais ampliados e a reduzir ao mínimo seus riscos e suas consequências (PEREIRA e QUELHAS, 2010), como no caso do desastre de Bhopal, na Índia, em 1976. Tal demora na aprovação da normatização também se assemelha ao caso da Diretiva de Seveso, que só foi instituída após seis anos do acidente (POTT; ESTRELA 2017).

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), realizada no Cairo, Egito, em 1994, reuniu 179 países. A CIPD é considerada um marco histórico, sendo o primeiro encontro global no qual todos os aspectos da vida humana foram abordados de forma abrangente. O resultado da Conferência foi um plano de ação, uma agenda de compromissos comuns para melhorar a vida de todas as pessoas por meio da promoção dos direitos humanos e da dignidade, apoio ao planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva e direitos, promoção da igualdade de gênero, promoção da igualdade de acesso à educação para as meninas, eliminação da violência contra as mulheres, além de questões relativas à população e proteção do meio ambiente (UNFPA BRASIL, 2007).

Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Pequim, definiu-se o conceito de gênero para a agenda internacional, empoderamento das mulheres e transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero. São estabelecidas 12 áreas de preocupação sobre os direitos de mulheres e meninas: mulheres e pobreza; educação e capacitação de mulheres; mulheres e saúde; violência contra a mulher; mulheres e conflitos armados; mulheres e economia; mulheres no poder e na liderança; mecanismos institucionais para o avanço das mulheres; direitos humanos das mulheres; mulheres e a mídia; mulheres e meio

ambiente, e direito das meninas. (ONU MULHERES-BRASIL, 2020). De acordo com as áreas de preocupação estabelecidas, pode-se refletir sobre os direitos da mulher relacionando a pobreza à degradação do meio ambiente, apresentando um como consequência do outro, e alertando sobre os modelos de consumo e produção insustentáveis. (UNFPA BRASIL, 2014).

O ano de 1997 foi um dos mais marcantes para a gestão ambiental mundial, visto que o Japão sediou a COP-3, culminando no Protocolo de Quioto. No acordo, os países que viessem a assiná-lo comprometer-se-iam com a redução das emissões de gases de efeito estufa (INPE, 2023). Devido ao fato de que a concentração atual de Gases de Efeito Estufa (GEE), na atmosfera, é consequência (em maior parte) das emissões realizadas por Estados industrializados no passado, os Estados recebem responsabilidades diferenciadas. Essas são separados em dois grupos: os que contam com maior responsabilidade estão no Anexo I do Protocolo de Quioto; os demais não constam no mesmo. Com base nos princípios da mesma convenção—especialmente nos princípios do poluidor-pagador e nos de responsabilidades com uns, mas diferenciadas—esse acordo internacional estabelece metas de redução de gases causadores do efeito estufa que não se aplicam aos Estados em desenvolvimento e pode ser considerado inovador dado o seu caráter vinculante (BARRAL; PIMENTEL, 2006).

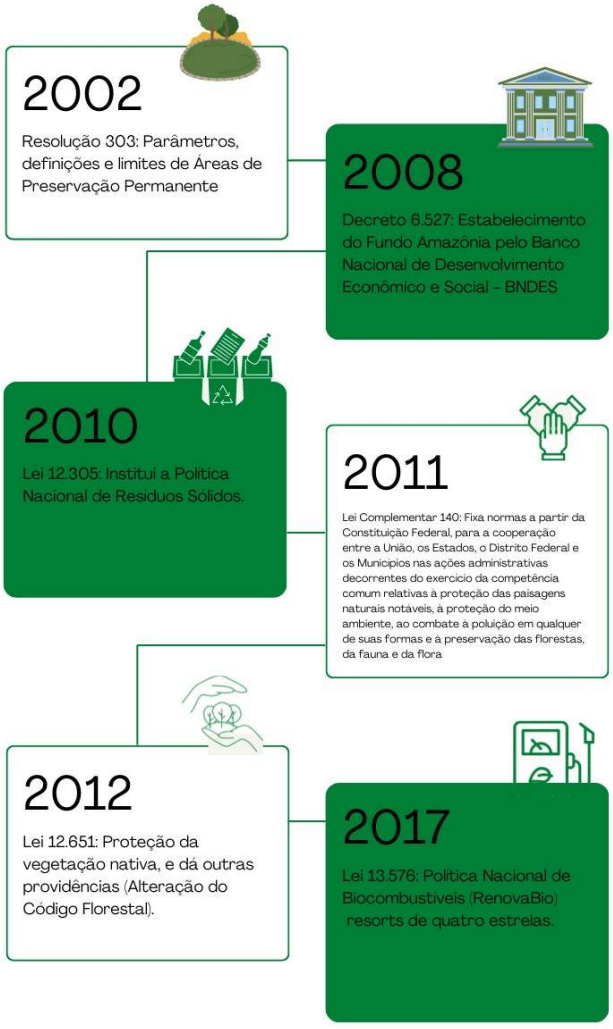
A Rio+10, ocorreu em Johannesburgo (África do Sul), em 2002, e foi a sucedânea natural de dois eventos: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 (i.e. a chamada Rio 92); e a CNUMAH, ocorrida em Estocolmo em 1972. Sua importância vem da necessidade de a humanidade chegar a um acordo a respeito do grau de interferência antrópica sobre o meio ambiente. Tal evento propunha um objetivo ousado, de que os governos somente renovassem os compromissos políticos com o desenvolvimento sustentável firmados anteriormente nas principais cúpulas sobre o tema, de forma a avaliar o progresso, identificar lacunas na implementação das decisões adotadas e estabelecer novos compromissos (BRASIL, 2012).

Entre os desafios expressos no documento, menciona-se a continuidade de diversos problemas ambientais de caráter global. Destaca-se, pela primeira vez, os problemas associados à globalização, pois os benefícios e os custos a ela associados estão distribuídos desigualmente. Aponta-se até mesmo o risco de a pobreza gerar a desconfiança nos sistemas democráticos, o que poderia provocar o surgimento de

sistemas ditatoriais. Como medidas detalhadas, tem-se o desejo de aumentar a proteção da biodiversidade e o acesso à água potável, ao saneamento, ao abrigo, à energia, à saúde e à segurança alimentar. Também procura-se priorizar o combate a várias situações adversas, como: fome crônica, desnutrição, ocupação estrangeira, conflitos armados, narcotráfico, crime organizado, corrupção, desastres naturais, tráfico ilícito de armas, tráfico de pessoas, terrorismo, xenofobia, doenças crônicas transmissíveis (Aids, malária, tuberculose e outras), intolerância e incitação à ódios raciais, étnicos e religiosos. Para atingir os objetivos, o documento ressalta a importância de instituições multilaterais e internacionais mais efetivas, democráticas e responsáveis (DINIZ, 2002).

Após 10 anos, em 2012, também no Rio de Janeiro, ocorreu a Rio+20, pois havia a necessidade de debater o desenvolvimento sustentável, cabendo ressaltar que os governantes e a ONU souberam "antecipar" as dimensões da conjuntura atual. Além disso, temas como preservação ambiental, efeito estufa, mudança climática e biossegurança, antes restritos ao círculo de ambientalistas e cientistas, atualmente são agenda de governança ambiental global, sendo parte das preocupações cotidianas dos indivíduos (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Figura 2: Disposições normativas de 2002 a 2017 a partir de eventos históricos ambientais importantes para a gestão ambiental



Fonte: Acervo da pesquisa, 2023.

Poucas alterações ocorreram entre os dois encontros, visto que não houve um amadurecimento satisfatório da Agenda 21, e se verificou o pouco comprometimento em relação ao Protocolo de Quioto pela maioria dos países signatários. No entanto, apesar de alguma evolução, os resultados obtidos ao fim da Rio+20 também não foram exatamente como o esperado. A ideia era que os países formulassem, durante o encontro, um plano de desenvolvimento para a humanidade, de forma que as pessoas pudessem ter uma vida digna a partir da administração dos recursos naturais para que as futuras gerações não fossem prejudicadas. Contudo, o documento final da reunião intitulado "O Futuro que Queremos" não apresentou metas de desenvolvimento sustentável em diferentes áreas e apenas cita a possibilidade de criação para que elas sejam adotadas a partir de 2015.

Em 2019, ocorreu a COP-25, na Espanha, penúltima antes do início da implementação das metas do Acordo de Paris. Essa seria realizada no Brasil, mas foi rejeitada ainda em 2018 pelo recém-eleito presidente, Jair Bolsonaro, que não queria sediar o evento por causa de questões orçamentárias e eventuais constrangimentos. Participaram líderes mundiais e representantes de mais de 200 países para discutirem o aumento do clima no planeta, apontar soluções para o aquecimento global e propor ações mais ambiciosas ao Acordo de Paris, cujas metas aprovadas em dezembro de 2015 se mostraram insuficientes para limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C acima do período pré-industrial. Os três tópicos principais apresentados foram o mercado de carbono, a compensação por perdas e danos sofridos por países afetados pelas alterações climáticas e a revisão dos objetivos nacionais de redução de emissão de gases de efeito estufa.

O Brasil chega à COP-25 acompanhado dos piores indicadores de desempenho possíveis: a pior taxa de desmatamento da Amazônia em 11 anos, o maior aumento na taxa anual de desmatamento desde 1998 (29,5%); aumento de 74% no desmatamento em Terras Indígenas (TIs); aumento de 39% em áreas protegidas, pelo menos 160 casos de invasão de TIs em 19 Estados; emissões de gases de efeito estufa em alta; não contratação de novos projetos por tentativa de ingerência no Fundo Amazônia. A prisão dos brigadistas e a invasão do Projeto Saúde consolida a péssima imagem do Brasil no exterior. A decisão de Ricardo Salles de acompanhar as negociações técnicas durante toda a COP-25 teve impacto

no papel do Brasil de facilitador de acordos entre países ricos e pobres para mudança de país prejudicador nos acordos. E Salles, que nega a causa humana das mudanças do clima, chegou a Madri com uma imposição de que o Brasil somente negociaria ao receber dinheiro pela redução de governos passados do desmatamento na Amazônia: US$ 10 bilhões por ano, equivalente a 10% de toda a finança climática prometida pelos países desenvolvidos a partir de 2020 (ABRAMPA, 2021).

As mudanças climáticas voltaram a ser foco de atenção do governo e da sociedade civil. Após anos adormecido, desde a decisão de não renovar o Protocolo de Quioto, em 2012, o tema retomou sua força nos fóruns internacionais, como a COP da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25), com a consequente reabertura de discussões sobre o mercado de carbono. No Brasil, em termos de inovação de instrumentos de mercado para o meio ambiente, o Ministério de Minas e Energia (MME) publicou a Portaria nº419/2019, que regulamentou a forma de emissão, escrituração, negociação e vencimento dos créditos de descarbonização (CBios), conforme estabelecido pelo artigo 17 da Lei Federal nº13.576/2017 (Lei do RenovaBio). A norma reforça o potencial de expansão da capacidade agrícola do país, sem a necessidade de agredir o meio ambiente, estimulando a emissão e negociação dos CBios relacionados à produção de biocombustíveis.

Para compreender a política ambiental no Brasil, é indispensável considerar três pontos principais: a formalização da legislação, com inúmeras normas que dão suporte legal para desenvolver as atividades de comando e controle do ambiente do país; o aparelhamento do Estado, com a criação de um conjunto de órgãos gestores dessa política, e a percepção que a sociedade tem em relação ao ambiente do país. Ou seja, a gestão ambiental de um determinado país é amparada em três pressupostos: legislação, instituições e legitimidade da sociedade (GONÇALVES e GONÇALVES, 2013).

O movimento ambiental brasileiro ocorreu a partir de 1930, especialmente com a criação de Código Florestal, Código das Águas, Código de Minas e Código da Caça, todos de 1934. Outro fato relevante foi a criação da primeira Unidade de Conservação no território Brasileiro o Parque Nacional do Itatiaia em 1937 (Tabela 1) (OHHIRA; DOS SANTOS, 2023).

Tabela 1: Evolução da legislação brasileira que ocorreram durante a ocorrência dos eventos ambientais históricos da gestão ambiental

Tipo de Norma	Ano	Assunto
Decreto 23.672	1934	Código da Caça
Decreto 23.793	1934	Código Florestal
Decreto 24.642	1934	Código das Águas
Lei 4.771	1965	Instituição do Novo Código Florestal
Decreto Lei 221	1967	Proteção e estímulos da pesca e dá outras providências
Lei 5.197	1967	Lei de Proteção a Fauna
Decreto Lei 73.030	1973	Criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)
Decreto Lei 1.413	1975	Controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais
Lei 6.513	1977	Criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural
Lei 6.766	1979	Parcelamento do solo urbano
Lei 6.938	1981	Política Nacional de Meio Ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação
Lei 6.902	1981	Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental
Lei 7.347	1985	Disciplina a ação civil

		pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
Lei 8.171	1991	Política agrícola
Resolução CONAMA 001	1986	Estabelecer as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente
Constituição Federal do Brasil	1988	Capítulo VI – Do Meio Ambiente: Artigo 225
Lei 9.433	1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei 9.605	1998	Lei de Crimes Ambientais
Lei 9.985	2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Fonte: Autores, 2022.

Para Simantob e Barbieri (2007), as políticas públicas dessa primeira fase procuraram alcançar efeitos sobre os recursos naturais por meio de gestões setoriais (água, florestas, mineração etc.) para cada uma dessas políticas. É preciso frisar a criação de órgãos específicos para sua gestão, como é o caso do

Departamento Nacional de Recursos Minerais e do Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica, dentre outros.

Como uma das primeiras políticas públicas do século XX referentes a meio ambiente, a Lei Federal nº 4.771 de 1965 alterou o código florestal brasileiro existente desde 1934, visando a preservar os diferentes biomas. Porém, mostrou-se incoerente por permitir o total desmatamento de florestas desde que fossem replantadas, mesmo que com espécies exóticas (MMA, 2022). As pressões para alteração do Código Florestal até se chegar ao texto atual da Lei nº 12.651/12, ganhou impulso novamente com a edição do Decreto nº 6.514, em 22 de julho de 2008, que definiu a regularização dos imóveis ilegalmente desmatados, de modo a permitir acesso à crédito, perdão das vultosas multas ambientais e anistia das infrações, sem a necessidade de recuperação das áreas, o que foi enfim aprovado pelo termo "área rural consolidada" (PACKER, 2018).

O Senado aprovou o projeto com várias modificações (art. 41 §4 e §5) em dezembro de 2012, introduzindo todo o capítulo X dos mecanismos de mercado para o cumprimento das normas ambientais, como o pagamento por serviços ambientais e carbono. A Câmara retomou vários pontos da redação do relatório original e a Lei acabou sendo aprovada com 12 votos pela Presidenta Dilma Roussef, que ainda enviou a Medida Provisória nº 571/2012, com 32 modificações, a qual foi alterada pela Câmara novamente e convertida na Lei nº 12.727/2012, que resultou no atual texto da Lei Florestal nº 12.651/2012.

> A Lei nº 13.887 de 2019 alterou o Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012), que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, destacando que a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) é obrigatório e por prazo indeterminado para todas as propriedades e posses rurais. Também destaca que essa inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e deve ser requerida em até dois anos. O CAR é um registro público eletrônico, com o objetivo de auxiliar no controle do desmatamento e facilitar o monitoramento de propriedades rurais por meio de um sistema nacional que afasta a necessidade de fiscalização *in loco*.

Figura 3:- Normas federais sobre o meio ambiente que complementam as legislações ambientais brasileiras promulgadas que foram alteradas e/ou criadas no governo brasileiro gestão 2018-2022



Fonte: Autores, 2023.

Devido ao grande desmatamento e garimpo ilegal, o governo federal brasileiro publicou uma série de decretos, destacando-se o Decreto Federal nº 10.140/2019, que dispõe sobre a estrutura do Comitê do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa); o Decreto criou uma comissão executiva para desenvolver políticas destinadas ao controle do desmatamento ilegal e os decretos federais nº 10.143/2019 e nº 10.145/2019, que instituem, respectivamente, o Fundo e a Política Nacional sobre Mudança do Clima e o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

Com o Decreto nº 10.142/2019, o governo brasileiro institui a comissão executiva para o controle do desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa, que está disposto na Constituição Federal (1988), tanto na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) como no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). Haja vista que, neste mesmo ano, 99% do desmatamento no Brasil em 2019 foi ilegal. Ao longo do ano 2022, 12 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa foram destruídos e o país teve 56 mil pontos de desmatamento (MAPBIOMAS, 2022).

O maior impacto do desmatamento ilegal foi no Cerrado e na Amazônia, sendo registrado 11% dos alertas em unidades de conservação (UCs) e quase 6% em TIs. Em 2019, o garimpo foi responsável por desmatar 383 hectares nas TIs amazônicas, nos quatro primeiros meses de 2020 a área desmatada nesses territórios foi de 434 hectares (INPE, 2021). Deste modo, 72% do desmatamento provocado por garimpos ilegais em atividade na Amazônia estavam concentrados em áreas protegidas, como UCs e TIs. Essas atividades não estão regulamentas pela Lei nº 9.985/2000 pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O Decreto Federal nº 9.760/2019 alterou disposições do Decreto Federal nº6.514/2008, que trata das infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apurá-las. As grandes novidades foram a criação do Núcleo de Conciliação Ambiental (NCA) e a modificação do Programa de Conversão de Multas Ambientais, que este tem como base a Lei de Crimes Ambientais (9.605/98). Podendo sofrer pena de acordo com a atividade irregular com base na Lei nº 9605 (Lei de Crimes Ambientais), juntamente com a Instrução Normativa 2 de 2020, que regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O Decreto Federal nº 9.806/2019— que alterou a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) na Resolução nº001/1986, reduzindo as vagas dedicadas à participação da sociedade civil— gera impacto diretamente sobre os critérios básicos para a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Tendo em vista o disposto em 1981, que coloca a AIA como instrumento da Lei n° 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), que detém natureza de órgão colegiado consultivo e deliberativo, com autoridade para emitir decisões vinculantes sobre políticas e programa, sendo que a participação social, a um só tempo, confere maior legitimidade e eficiência à Administração Pública. O Decreto nº 10.003/2019, somado ao Decreto Federal nº 9.806/2019, dá ainda mais força a essa ação, pois reduz a participação da sociedade civil e amplia a participação do poder público.

O processo de licenciamento ambiental, licença ambiental e estudo ambiental, encontra-se na Resolução nº 237/1997. Vale lembrar que o licenciamento ambiental para atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental exige um processo administrativo formado por quatro atos: TR (termo de referência) + LP (licença prévia) + LI (licença instalação) + LO (licença operação).

Infelizmente, no início de 2020, ocorreu um novo rompimento de barragem de mineração, a mina Córrego do Feijão em Brumadinho em Minas Gerais, assim como o de Mariana, também no mesmo Estado. Devido a esses desastres ambientais, foram instituídas novas normas sobre segurança de barragens e prevenção de desastres foram promulgadas após o acidente, para endurecer regras vigentes no âmbito federal e estadual. Destaca-se o âmbito federal, com a aprovação da Resolução da Agência Nacional de Mineração (ANM) nº 13/2019, que estabeleceu medidas regulatórias adicionais para assegurar a estabilidade de barragens de mineração.

O que agrava esse tipo de situação é a Lei nº 13.887/2019 (Lei da Liberdade Econômica), que estabeleceu garantias de livre mercado, dentre outras providências, tendo também alterado diversos outros dispositivos legais com o intuito de facilitar o fluxo das atividades econômicas. As consequências da aplicação dessa lei sobre o licenciamento ambiental— uma vez que esse é considerado o mais importante instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente—traz impactos alarmantes, como: a impossibilidade de exigência de certidão não prevista em lei, o que reflete na Resolução do Conamanº 237/1997 que

estabelece a exigência de apresentação da certidão de uso e ocupação do solo ou certidão de conformidade ou de viabilidade municipal; a impossibilidade de exigência de medida compensatória ou mitigatória abusiva ou descabida sendo instituída na Resolução Conama nº001/1986, que define as medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos que avaliam a eficiência de cada uma delas; a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos (mencionando aqueles que não puderam ser evitados) e o grau de alteração esperado; a exigência de estabelecimento de prazo e concessão automática de ato administrativo autorizativo, tanto a LLE como a Resolução nº 237/1997 do Conama. De acordo com a resolução, compete ao órgão ambiental estabelecer os prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença —prévia (LP), de instalação (LI) e de operação (LO)— em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento. Também compete a esse órgão a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 seis meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 meses.

O problema é que a Lei Complementar nº 140/2011 veda a concessão de licença ambiental por decurso de prazo; e a possibilidade de isenção de atos públicos de liberação por parte da Administração Pública; certamente, é o ponto exato de maior destaque da LLE no que diz respeito ao licenciamento ambiental: a possibilidade de dispensa dos chamados atos públicos de liberação para os empreendimentos considerados de baixo risco. Tais atos estão classificados pela lei da seguinte forma: O Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM) editou a Resolução nº 51/2019, e definiu baixo risco para fins da dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento de atividade econômica para os fins da LLE.

Dentre as principais atividades econômicas brasileiras, destaca-se a mineração, que é responsável por cerca de 3,2% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (SANTOS, 2021), e oferece vários tipos de produtos para as indústrias siderúrgicas, petroquímicas e metalúrgicas, além de dar insumos diretamente ao agronegócio, como os fertilizantes. Tal atividade causa impacto significativo ao meio ambiente, pois quase sempre o seu desenvolvimento implica supressão de

vegetação, exposição do solo aos processos erosivos com alterações na quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, além de causar poluição do ar, entre outros aspectos negativos (MECHI; SANCHES, 2010).

A publicação do Decreto nº 10.935/2022 altera aspectos sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas no Brasil, permitindo que o órgão ambiental licenciador autorize a destruição total ou parcial de cavernas de máxima relevância por atividades ou empreendimento considerados "de utilidade pública", que não possuam alternativas técnicas e locacionais viáveis, que tenha viabilidade do cumprimento da medida compensatória e cujos impactos negativos irreversíveis não gerem a extinção de espécie que conste na cavidade impactada. Porém, ao suprimir as cavernas de máxima relevância, esse exclui os atributos que classificam uma cavidade subterrânea como de máxima relevância às condicionantes morfologia única, isolamento geográfico, interações ecológicas únicas, cavidade testemunho e hábitat essencial para preservação de populações geneticamente viáveis de espécies de troglóbios endêmicos ou relictos. Possibilita que o empreendedor solicite a revisão, a qualquer tempo, da classificação do grau de relevância de cavidade natural subterrânea, independentemente do seu grau de relevância, tanto para nível superior como para nível inferior (SBE, 2022).

As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos possuem proteção pela Constituição Federal, sendo considerados como bens de propriedade da União, e assegura a integração dos sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico ao patrimônio cultural brasileiro, sendo dever do poder público e da comunidade a sua proteção (MPF, 2022). O patrimônio espeleológico brasileiro encontrou-se ameaçado e com a possibilidade de que o empreendedor compense o impacto sobre uma cavidade subterrânea com a preservação de uma cavidade testemunho qualquer, sem ter o conhecimento sobre a real relevância desta caverna que está sendo preservada. O decreto atribui, automaticamente, máxima relevância sem a exigência de estudos específicos, deixando aberta a possibilidade de o Ministro de Estado de Minas e Energia e o Ministro de Estado de Infraestrutura realizarem modificações em atributos ambientais similares da classificação de relevância e definir outras formas de compensação através de atos normativos (SBE, 2022).

Considerações finais

As mudanças ocorridas no meio ambiente acompanham a evolução do ser humano enquanto ser social, e essa evolução é acompanhada da gestão ambiental, pois é uma questão de interesse mundial. Considerando que as ações sociais e ambientais devem estar cada vez mais integradas, é recomendável que as organizações invistam na unificação dos sistemas de gestão social e ambiental, vendo isso como uma oportunidade de obter ganho de eficiência, como demonstrado na Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil.

Neste trabalho, observa-se que o Brasil —em seu processo em decorrência da gestão ambiental —foi principalmente marcado por políticas públicas, mas, ainda assim, tem-se uma ação depredatória que não se atenta ao fato de que todo e qualquer recurso natural é esgotável.

A aprovação de novas legislações ambientais brasileiras tem acarretado vários problemas (como o afrouxamento das leis já instituídas) e gerado desastres ambientais, como o de Mariana e Brumadinho. Além disso, contribuem com o aumento das taxas de desmatamento, garimpo ilegal e invasões de TIs. Tais impactos refletem não somente a nível federal, mas também a nível mundial, gerando dificuldades de parcerias com países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como foi o caso do Fundo Amazônia e o acordo de livre comércio do Mercosul com a União Europeia.

As gestões políticas que se mantêm de forma centralizadora e autoritária fazem com que se tenha a inibição da participação popular, acarretando outros desastres ambientais, como citado no decorrer deste trabalho. Não se leva em consideração o conhecimento empírico da comunidade, que é de extrema importância para a eficiência das políticas públicas junto aos órgãos competentes.

Referências

ABRAMPA. Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público em Meio Ambiente. **A Política nacional de mudanças climáticas em ação: a atuação do ministério público** /organização Alexandre Gaio. Belo Horizonte: Abrampa, 2021.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. / José Carlos Barbieri. - 3. ed.- São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 51-82, 2011.

BARRAL, Welber; PIMENTEL, Luiz Otávio (Org.). **Direito Ambiental e Desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BELGRADO, A. CARTA. Documento extraído de Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais, Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, São Paulo, 1994.**Série Documentos, ISSN**.

BRASIL. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. **Sobre a Rio+20**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em 21 jan. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DINIZ, Eliezer Martins. Os resultados da Rio+10.**Revista do Departamento de Geografia**, v. 15, p. 31-35, 2002.

FONSECA, Sergio Mattos. A Educação Ambiental como disciplina. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 11, n. 1, p. 305-314, 2016.

FREITAS, Carlos M.; PORTE, Marcelo F. de S.; GOMEZ, Carlos M. Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, p. 503-514, 1995.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- UNFPA BRASIL. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Plataforma de Cairo. 2007.Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf. Acesso em: 9 jan. 2023.

GONÇALVES, Idomar Sá; GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. Políticas públicas, percepção e gestão ambiental. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, n. 5, p. 167-177, 2013.

GRAY, David E. **Pesquisa no mundo real**. Penso Editora, 2016.

GUIMARÃES, Roberto Pereira; FONTOURA, Yuna Souza dos Reis da. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, p. 19-39, 2012.

GUGELMIN, Eunice Elisabete et al. Agenda 21 local no Brasil. **Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis**, p. 89-112, 2003.

GUSMÃO, Paulo Pereira; PAVÃO, Bianca Borges Medeiros. (Des) construção da gestão ambiental no Brasil: De Paulo Nogueira Neto (1973) a Ricardo Salles (2020).**AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 2, n. 2, p. 218-218, 2020.

HOGAN, Daniel Joseph. População e meio ambiente: a emergência de um novo campo de estudos. **Dinâmica populacional e mudança ambiental: cenários para o desenvolvimento brasileiro**, p. 13, 2007.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Sobre o IBAMA- Histórico**. Disponível em: https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/sobre-o-ibama#historico.Acesso em: 12 dez. 2022.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Centro de Ciências do Sistema Terrestre- CCST. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação- MCTI. **A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2020 foi de 10.851 km2.** São José dos Campos, São Paulo. 2021. Disponível em: http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5811. Acesso em 14 nov. 2022.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Centro de Ciências do Sistema Terrestre- CCST. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação- MCTI. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/.Acesso em: 21 nov. 2022.

IPIRANGA, Ana Silva Rocha; GODOY, Arilda Schmidt; BRUNSTEIN, Janette. Introdução. Revista de Administração Mackenzie. **RAM, Revista Administração Mackenzie (Online)**, v. 12, n. 3. 2011.

MACHADO, Alexandre Ricardo et al. Prospectiva do desenvolvimento econômico sustentável 4.0 sob a perspectiva de futurismo. **Revista Conecta**, v. 2, p. 01-16, 2019.

MAGRINI, Alessandra; MARCO, A. S. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. **Revista Brasileira de energia**, v. 8, n. 2, p. 1-8, 2001.

MAPBIOMAS. Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima. **Desmatamento em 2021 aumentou 20%, com crescimento em todos os biomas.** Disponível em: https://mapbiomas.org/desmatamento-em-2021-aumentou-20-com-crescimento-em-todos-os-biomas-1. Acesso em: 21 out. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- MMA. **Convenção de Viena e Protocolo de Montreal**. Disponível em:https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaozoniodesertificacao/camada-de-ozonio/convencao-de-viena-e-protocolo-de-montreal.Acesso em: 20 out. 2022.

MECHI, Andréa; SANCHES, Djalma Luiz. Impactos ambientais da mineração no Estado de São Paulo. **Estudos avançados**, v. 24, p. 209-220, 2010.

MPF. Ministério Público Federal. Procuradoria-Geral da República. **Decreto sobre cavidades naturais subterrâneas reduz proteção de cavernas brasileiras e ameaça áreas intocadas, aponta MPF**. Brasília, Distrito Federal. 2022. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/decreto-sobre-cavidades-naturais-

subterraneas-reduz-protecao-de-cavernas-brasileiras-e-ameaca-areas-intocadas-aponta-mpf.Acesso em 01 fev. 2023.

MIRANDA, Bruno; MORETTO, Izabela; MORETO, Rafael. **Gestão Ambiental nas Empresas**. 2019. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eventos/bisus/18-gestao-ambiental.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

NOVAIS, Vânia Mendes da Silva. Desafios para uma efetiva gestão ambiental no Brasil. **Anais do Encontro Baiano de Geografia, Vitória da Conquista, BA, Brasil**, v. 8, 2011.

OHHIRA, Rogério Henrique; DOS SANTOS, Moacir Jose. A questão ambiental mundial e a gestão ambiental pública no Brasil. **Latin American Journal of Development**, v. 5, n. 1, p. 62-75, 2023.

OLIVEIRA, Antônia Vilaneide Lopes Costa; CESTARO, Luiz Antônio. Os instrumentos de planejamento ambiental territorial e suas aplicações no âmbito municipal: uma análise do plano diretor e exercícios de zoneamento. **Geografia em Questão**, v. 13, n. 1, 2020.

ONU- MULHERES. Organização das Nações Unidas. Brasil. Conferências Mundiais da Mulher. **IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz**. China, Pequim. 1985. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/.Acesso em: 07 ago. 2022.

PACKER, Larissa Ambrosano. Lei Florestal 12.651/12: **Avanço do direito civil-proprietário sobre o espaço público e os bens comuns dos povos**. ISBN 978-85-62884-24-5, 2018, 79 p.

PEREIRA, Antonio Fernando de A. Navarro; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Os acidentes industriais e suas consequências. In:**4th International Conference On Industrial Engineering and Industrial Management**. 2010. p. 652-661.

POTT, Crisla Maciel; ESTRELA, Carina Costa. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos avançados**, v. 31, p. 271-283, 2017.

SAMPIERI, Roberto Hernández. H.; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5a ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Rodrigo César de Vasconcelos dos. **Contribuição do setor mineral no Produto Interno Bruto brasileiro**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Distrito Federal. 2021.Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/210430_radar_art_6.pdf. Acesso em 19 jan. 2023.

SBE. Sociedade Brasileira de Espeleologia. **Nota pública sobre o Decreto nº 10.935/2022**. Campinas, São Paulo. 2022. Disponível em: https://www.cavernas.org.br/noticia_sbe/nota-publica-sobre-o-decreto-no-10-935-2022/.Acesso em 01 fev. 2023.

SIMANTOB, M.; BARBIERI, J. C. Organizações inovadoras sustentáveis: uma reflexão sobre o futuro das organizações. **São Paulo, Atlas**, 2007.

SILVA, Rafaela Rodrigues da et al. Convenção de Minamata: análise dos impactos socioambientais de uma solução em longo prazo. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 50-62, 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa. **São Paulo: Atlas**, v. 34, p. 38, 2006.

ZANATTA, Paula. Gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 296-312, 2017.

UNESCO. **Carta de Belgrado.** Belgrado, 1975. In: SÃO PAULO (Estado).**Educação Ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais**. São Paulo: Secretaria do Meio

Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental, 1994. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/EA_DocOficiais.pdf.Acesso em: 12 ago. 2014. p. 11-25.

UNFPA - FUNDO DE POPULAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL. 2014. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher** - Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

Submetido em: 16 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 03 de maio de 2023.
Aprovado em: 14 de maio de 2023.

ALMEIDA LIMA, B.; BARBOSA FERREIRA JÚNIOR, D.; FERNANDO DA SILVA SIQUEIRA , F. ANÁLISE HISTÓRICA DA (DES)CENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO (1930-2022): EVOLUÇÃO, CONFLITOS E PERSPECTIVAS. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2894. Acesso em: 22 jul. 2023.

ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, UM TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA": TERRITORIALIDADES, CONFLITUALIDADES E (RE)PRODUÇÃO CAMPONESA NA CHAPADA DO APODI/CE

"ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, A TERRITORY OF RESISTANCE": TERRITORIALITIES, CONFLICTS AND PEASANT (RE)PRODUCTION IN CHAPADA DO APODI/CE

"ACAMPAMENTO ZÉ MARIA DO TOMÉ, TERRITORIO DE RESISTENCIA": TERRITORIALIDADES, CONFLICTUALITIES Y (RE)PRODUCCIÓN CAMPESINA EN CHAPADA DO APODI/CE

RAFAELA LOPES DE SOUSA
Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: rafaela_lps@hotmail.com

CAMILA DUTRA DOS SANTOS
Prof.ª. Dr.ª na Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: camila.dutra@uece.br

Resumo:
Na Chapada do Apodi, a partir da teia de conflitualidades que emergiram após a territorialização do agronegócio, surgiram diversas formas de resistências camponesas e, neste artigo, destaca-se o Acampamento Zé Maria do Tomé, em Limoeiro do Norte/CE. O objetivo deste artigo é analisar as territorialidades, a (re)produção camponesa e as resistências em contexto de conflitualidades no Acampamento Zé Maria do Tomé. Baseamo-nos nas metodologias da pesquisa social, pesquisa participante e observação participante. Procedimentos metodológicos: 1) levantamento e leitura de material bibliográfico; 2) levantamento do referencial teórico; 3) construção de um banco de dados; 4) trabalhos de campo no território; 5) entrevistas semiabertas; 6) utilização de materiais audiovisuais; 7) realização de oficinas no Acampamento; 8) construção de mapas mentais; 9) elaboração de mapas através do Sistema de Informações Geográficas (SIG). Pode-se perceber, com esta pesquisa, que neste território há luta pela terra, materializada nas resistências dos(as) acampados(as) e dos movimentos sociais.

Palavras-Chave: Agronegócio, luta pela terra, movimentos sociais, resistência.

Abstract:
In Chapada do Apodi, from conflicts that emerged after the territorialization of agribusiness, various forms of peasant resistance were reflected in the territories and in this article, stands out the Acampamento Zé Maria do Tomé, in Limoeiro do Norte/CE. The objective of this article is to analyze territorialities, peasant (re)production and resistance in the context of conflicts in the Acampamento Zé Maria do Tomé. We are based on the methodologies of social research, participant research and participant observation. Methodological procedures: 1) survey and reading of bibliographic material; 2) lifting of theoretical basis; 3) construction of a database; 4) field work in the territory; 5) semi-open interviews; 6) use of audiovisual materials; 7) workshops at the Acampamento; 8) construction of mental maps; 9) preparation of maps through the Geographic Information System (GIS). It can be seen, with this research, that in this territory there is a struggle for land, materialized in the resistance of the campers and social movements.
Keywords: Agribusiness, fight for land, social movements, resistance.

Resumen:
En la Chapada do Apodi, a partir de la red de conflictos surgidos tras la territorialización del agronegocio, han surgido varias formas de resistencia campesina en los territórios y em este artículo se destaca el Acampamento Zé Maria do Tomé, en Limoeiro do Norte/CE. El objetivo de este artículo es analizar las territorialidades, la (re)producción campesina y la resistencia en el contexto de los conflictos en el Acampamento Zé Maria do Tomé. Nos basamos en metodologías de investigación social; investigación participante e observación participante. Procedimientos metodológicos: 1) levantamiento y lectura de material bibliográfico; 2) levantamiento de la base teórica; 3) construcción de una base de datos; 4) trabajo de campo en el territorio; 5) entrevistas semiabiertas; 6) uso de materiales audiovisuales; 7) taller en el Acampamento; 8) construcción de mapas mentales; 9) elaboración de mapas a través del Sistema de Información Geográfica (SIG). Se puede perceber, con esta investigación, que en este territorio existe lucha por la tierra, materializada en la resistencia de los campistas y movimientos sociales.
Palabras clave: Agroindustria, lucha por la tierra, movimientos sociales, resistencia.

Introdução

Diante do atual modelo de desenvolvimento econômico, social e tecnológico no espaço agrário brasileiro, observamos a incorporação de processos produtivos, cada vez mais, baseados na "agricultura científica" (SANTOS, 2000), oferecendo, portanto, novas possibilidades para a acumulação ampliada de capital.

A partir da década de 1990, nota-se um intenso ritmo de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, bem como em toda América Latina, baseado no modelo produtivo do agronegócio, responsável por ocasionar impactos territoriais e socioambientais, nos mais diversos lugares e em distintas escalas. Este modelo produtivo está em ampla disseminação nos territórios do país, agravando as questões agrárias e trazendo novos usos dos territórios (CAVALCANTE, 2019).

No Nordeste brasileiro, configurou-se um quadro de políticas públicas subsidiadas pelo Estado, materializadas, especialmente, na década de 1960, a partir das políticas de irrigação. Sobre essa questão, Pontes (2013) afirma que:

> A irrigação pública implantada pelo Governo Federal em todo o Nordeste tinha, principalmente, os seguintes objetivos: introduzir um novo modelo de produção agrário/agrícola nessa região, via modernização da agricultura e incentivo a culturas agrícolas de maior rentabilidade, com destaque para a fruticultura irrigada; e minimizar os conflitos agrários e desviar o debate da reforma agrária para os projetos de colonização, por meio da seleção de irrigantes para ocupar os lotes dos perímetros públicos (PONTES *et al,* 2013, p. 3215).

Estas políticas que, inicialmente, seriam destinadas à agricultura de pequeno porte, na prática, objetivaram inserir a região no circuito produtivo globalizante. Assim, após a década de

1990, diante da implantação de perímetros públicos irrigados, os interesses produtivos voltaram-se para o mercado externo e, consequentemente, grandes áreas destes perímetros foram destinadas aos empresários do ramo do agronegócio. No estado do Ceará, parte dos perímetros públicos irrigados foi proposta, inicialmente, a pequenos produtores. Porém, posteriormente, com o avanço do agronegócio, tais estruturas públicas passaram a ser destinadas às áreas de fruticultura irrigada com a produção de *commodities*[1] para a exportação, seja *in natura* ou perpassando por algum tipo de transformação industrial.

Nesse sentido, a criação de novos espaços e territórios para a ampliação do agronegócio favoreceu a instalação de grandes empresas trazendo, portanto, uma multiplicação dos espaços de produção e das trocas agrícolas globalizadas. Isto ocasionou diversas metamorfoses no espaço cearense, trazidas pela globalização e pela territorialização de empresas (multinacionais), fomentando a reprodução do grande capital, mediante a expansão do agronegócio na Chapada do Apodi e região.

A Chapada do Apodi[2] está localizada entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, faz parte da microrregião do Baixo Jaguaribe que, segundo o IBGE, engloba 14 municípios cearenses: Aracati, Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Limoeiro do Norte, Quixeré, Palhano, Alto Santo, Ibicuitinga, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Jaguaruana.

[1]As *commodities* são bens ou matérias-primas de origem primária que são comercializados. Tais produtos trazem forte influência para a economia de mercado.

[2]Segundo Souza (1988, p. 84), a Chapada do Apodi abrange a porção norte-oriental do Ceará. Apresenta superfície até um nível aproximado de 250m. O predomínio de solo neste território é de cambissolos, que evidencia os usos na agricultura.

No período de 1980, a Chapada do Apodi viu-se diante da construção de um dos perímetros públicos irrigados que seriam construídos no estado do Ceará, denominado de Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA) [3], localizado entre os municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré, que garantiria o desenvolvimento de atividades agrícolas (ROCHA, 2013).

Para tanto, foram criados sistemas de engenharia (SANTOS, 2008), pelo próprio governo, refletindo interesses do capital globalizado que cerca o cenário cearense de produção agrícola de monoculturas em larga escala. Assim, a Chapada do Apodi tornou-se uma área de crescente expansão da fronteira agrícola destinada à produção do agronegócio, onde foram implantadas diversas empresas nacionais, multinacionais e mesmo de médio porte (muitas destas, locais).

A expansão do agronegócio nesta área tem resultado, dentre outros processos, em um acirramento dos problemas relacionados à questão agrária cearense, historicamente marcada pela concentração fundiária por meio da expulsão massiva dos(as) camponeses(as) do campo. Formou-se um quadro de desigualdades, expropriações, desterritorialização, conflitos e conflitualidades no campo (FERNANDES, 2004; 2013), principalmente de cunho econômico, social, ambiental e cultural.

Perante essa teia de conflitualidades[4], emergidas na Chapada do Apodi, surgiram diversas formas de resistências nos

[3] A partir de então, no artigo, vamos nos referir ao Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi somente pela sigla "PIJA".

[4] Fernandes (2004, p. 05) conceitua conflitualidade como: "O processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos".

territórios invadidos pelas empresas do agronegócio. Trazemos destaque para um território de resistência, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado na área do PIJA, denominado de "Acampamento Zé Maria do Tomé", localizado no município de Limoeiro do Norte/CE. Este território foi o recorte espacial que estudamos por ocasião da nossa pesquisa de mestrado (2018 – 2020).

Os aprendizados adquiridos nos territórios da Chapada do Apodi, aliado à nossa aproximação com os movimentos sociais que se manifestam na região e, consequentemente, com os(as) camponeses(as) do Acampamento Zé Maria do Tomé, derivou a nossa motivação de estudo na graduação e pós-graduação. Estudos que foram construídos a partir das experiências de campo e em diálogo com os(as) acampados(as) e suas realidades. O objetivo geral deste artigo[5] consiste, portanto, em analisar as territorialidades, a (re)produção camponesa e as resistências em contexto de conflitualidades no Acampamento Zé Maria do Tomé, apresentando os resultados oriundos da nossa pesquisa de mestrado já finalizada.

A trajetória metodológica para a compreensão das transformações socioespaciais

Entendemos que a metodologia, a ser empregada na investigação científica, é um dos momentos mais importantes, e que

[5] Este artigo é resultado do projeto de dissertação de mestrado "Acampamento Zé Maria do Tomé, um território de resistência: territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na chapada do Apodi/Ce", concluído e financiado por bolsa de estudos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

o cuidado ao se pensar a forma como se vai pesquisar deve ser criticamente elaborado. Nosso processo metodológico derivou de uma série de discussões, as quais nos levaram a pensar a ciência e o entendimento do paradigma científico da pós-modernidade. Além disso, coube-nos refletir sobre como esse paradigma se destaca para a atuação da universidade junto aos grupos e comunidades tradicionais, compondo um compromisso social, ideológico, acadêmico e político.

A partir da necessidade da ruptura com os ideais hegemônicos instaurados na academia, faz-se necessária discutir sobre o que é a ciência e a que/quem ela deve servir. No livro "Um Discurso Sobre as Ciências", de autoria de Boaventura de Sousa Santos (2018), o autor nos remete às discussões sobre a ciência, levando-nos a entender as críticas profundas remetidas à ciência dominante (físico-naturais), inclusive à própria ciência social, que em muitos vieses, é refém de uma epistemologia positivista. Diante deste quadro, emerge uma crise do paradigma dominante das ciências e cria-se, portanto, a necessidade de uma "nova ciência" que tenha como foco de seus estudos o cotidiano e as vivências da sociedade.

Os movimentos emergentes que surgem na academia no século XX, trouxeram uma profunda reflexão epistemológica sobre o conhecimento (SANTOS, 2018) e uma epistemologia pautada em uma Ciência Pós-Moderna (SANTOS, 2018) ou uma Ciência Pós-Normal (FUNTOWICZ; RAVERT, 1997), como estratégia de resolução de problemas complexos da sociedade, inviáveis de serem respondidos dentro de um paradigma positivista.

Trata-se também de buscar teorias e metodologias de cunho decolonial, termo este utilizado em estudos realizados por Quijano (2007), Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), Santos e Meneses (2010), Rigotto, Aguiar e Ribeiro (2018), cujas ideias nos auxiliam pensar desde uma epistemologia para os estudos agrários. Por pretendermos que esta pesquisa se baseasse nos pressupostos sociais, foi necessário problematizar o processo histórico-desigual-segregacionista atrelado à colonização dos lugares, principalmente por parte dos países da Europa e da América do Norte, e que também afeta o território de resistência que estudamos.

Tomar consciência da perversidade acometida pela colonização na América Latina, nos fez refletir sobre os caminhos que nossa pesquisa deveria tomar. Trata-se de linhas de fuga para o exercício da "desobediência epistêmica" (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018). Desta maneira, para o desenvolvimento de nossa pesquisa, "inspirando-nos em postulados epistemológicos das teorias críticas e descoloniais. " (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018, p. 357).

Portanto, para pensar a ciência, a pesquisa, o(a) pesquisador(a), os sujeitos sociais e a complexidade que está sendo analisada, é de grande importância que consideremos os estudos decoloniais e as "Epistemologias do Sul", os quais têm se desdobrado em perspectivas pluriepistêmicas, acolhendo, portanto, os saberes que vão para além dos científicos (RIGOTTO; LEÃO; MELO, 2018).

Desse modo, pensar a partir deste viés, resgatando um princípio de "diálogo de saberes" (RIGOTTO, AGUIAR e RIBEIRO, 2018), levando em consideração conceitos e práxis populares e acadêmicas, nos levou a outro desafio: as divergências dentro do

campo do saber. A academia possui eixos que se deparam com uma ciência de cunho ortodoxo, pragmático e objetivo, sendo que a sociedade é, também, complexa e subjetiva. Dar conta desses processos complexos e subjetivos imbricados na sociedade, requer, portanto, mudanças de paradigmas teórico-metodológicos, de modo a pensarmos a sociedade, bem como os conflitos advindos da modernidade.

Desta maneira, escolhemos abordar os fundamentos da pesquisa participante, com base em Brandão e Streck (2006), que pensaram essa metodologia *a priori,* a qual foi-se difundindo no campo científico, sendo também utilizada por outros(as) autores(as) de diversas áreas do conhecimento. A pesquisa participante também teve sua base a partir de autores como Orlando Fals Borda e Brandão também (1987) e Paulo Freire (1986), que hoje integram um rol de referências básicas de metodologias participativas de pesquisa (BRANDÃO e STRECK, 2006).

Brandão e Borges (2007) nos dão uma base de como deve ser pensada a pesquisa participante, destacando que o ponto de partida deve ser a realidade social concreta, tomando as totalidades da estrutura e das dinâmicas como base fundamental. O(a) pesquisador(a) deve ter, portanto, uma preocupação com os processos históricos da sociedade estudada, as relações entre pesquisador(a) e grupos sociais, a união entre teoria e práxis, a participação dos sujeitos sociais na pesquisa, o diálogo de saberes, uma postura política, ética, comprometida e contra hegemônica, dentre outros.

Deste modo, compreendemos que o diálogo de saberes, como já citado, envolve a criação do saber, o qual dialoga entre os

mais variados campos do conhecimento aliado, sobretudo, com o entendimento da realidade que está sendo observada. Tudo isso nos leva a pensar que os processos dialógicos de saberes, aliados à uma ciência emancipatória, se revelam enquanto práticas epistêmicas que envolvem os territórios, promovendo transformações no âmbito acadêmico, com pesquisas de ordem militante. Dentro dessa inquietação científica, nossa pesquisa esteve baseada nas metodologias da pesquisa social, pesquisa participante e observação participante que, de maneira complementar, nos auxiliaram a compreender as realidades da nossa área de estudo — o Acampamento Zé Maria do Tomé.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados, lançamos mão de: 1) levantamento e leitura de material bibliográfico; 2) levantamento do referencial teórico; 3) construção de um banco de dados; 4) trabalhos de campo no território; 5) entrevistas semiabertas; 6) utilização de materiais audiovisuais; 7) realização de oficinas no Acampamento; 8) construção de mapas mentais; 9) elaboração de mapas através do Sistema de Informações Geográficas (SIG).

Destes procedimentos, destacamos especialmente quatro para explicar melhor. Com o levantamento bibliográfico, realizado na internet e em bibliotecas físicas (principalmente da Universidade Estadual do Ceará – UECE e da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM), tivemos acesso à livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias, periódicos científicos, além de documentos governamentais.

Na construção do banco de dados, reunimos e tratamos as informações e dados concedidos por: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Movimento dos(as) Trabalhadores (as) Rurais Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), e Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE). Esses dados foram sistematizados em gráficos, quadros, tabelas, organogramas, mapas etc.

Sublinhamos ainda a relevância do trabalho de campo para esta pesquisa, pois trouxe as dinâmicas presentes na realidade empírica do acampamento Zé Maria do Tomé. Os trabalhos de campo, ocorreram de maneira dialógica, baseado nos métodos da pesquisa social (MINAYO; DESLANDES, 2016) e da observação participante (PROENÇA, 2008) (MINAYO; DESLANDES, 2016). Foram aplicadas entrevistas abertas/semiestruturadas junto a camponeses(as) do Acampamento, lideranças comunitárias, militantes do MST e de outros movimentos sociais da região. Em campo, utilizamos diário de campo e materiais audiovisuais, como fotografias, gravação de áudio e de vídeo.

Nos trabalhos de campo, também realizamos oficinas com as mulheres que compõe o "Grupo de Mulheres Mãos que Criam", entre elas a oficina "Tecendo caminhos e saberes: as práticas femininas e seus protagonismos na (re) produção das resistências no acampamento Zé Maria do Tomé/CE". As oficinas nos permitiram uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa, principalmente com as mulheres, que tiveram papel fundamental

no desenvolvimento do estudo. Além disso, a oficina tornou-se uma ferramenta importante para caracterizar problemáticas sofridas por determinados grupos sociais.

Na oficina, as camponesas construíram mapas mentais, com os quais foi possível visualizar os lugares em que elas constroem sua autonomia, a partir do seu próprio trabalho, e como produzem conhecimento nesses lugares, bens agrícolas e bens culturais no Acampamento Zé Maria do Tomé.

Consideramos, que o caráter coletivo da pesquisa, as entrevistas, os encontros com os sujeitos do território, as oficinas, enfim, a relação dialógica entre pesquisadores(as) e comunidades tradicionais (através das práticas do diálogo de saberes), foi fundamental para atingir os objetivos da pesquisa, e refletiu qualitativamente nos resultados que se encontram ao longo desse texto.

"A Chapada é nossa, a Chapada é do povo, e é só lutando que será nossa de novo"[6]: a construção de um novo território – o Acampamento Zé Maria do Tomé

É necessária a compreensão da ascensão das resistências territoriais, a partir dos movimentos sociais e de diversas entidades, que se fizeram presentes diante das estratégias de desterritorialização, empreendidas pelo Estado e pelo agronegócio, na Chapada do Apodi. Para isto, é necessário o entendimento do território, este sendo o principal conceito abordado nesta pesquisa. Para Saquet (2017), o território:

[6] Cântico entoado por camponeses, lideranças comunitárias e movimentos sociais da Chapada do Apodi, em atos e manifestações políticas e culturais. Autoria desconhecida.

> Corresponde a um objeto de valorização por diversas formas de ação coletiva ancoradas geograficamente. Na lógica camponesa, conforme Sabourin (2009), há um vínculo com a terra e com o patrimônio familiar, relações de reciprocidade entre pessoas e certa autonomia perante o mercado capitalista ou, como afirma Dansero (2012), há estreitas relações ecológicas e culturais com o território ou, ainda, enraizamento, fazendo-se parte da comunidade (SAQUET, 2017, p. 28).

Nesse sentido, observamos que no território existe uma série de movimentos que circunscrevem as dinâmicas dos sujeitos sociais locais, interagindo, assim, diante das relações de poder, símbolos, signos, territorialidades entre as pessoas e entre estas e sua natureza exterior (SAQUET, 2017).

Busca-se, portanto, levar em consideração, a totalidade do território a partir do espaço, com todas as suas dimensões. Neste sentido, Santos (2000) afirma que:

> O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS, 2000, p. 104).

Dentro do que estamos considerando *território* existem alguns processos que devem ser levados em consideração na investigação, como por exemplo, a questão da territorialidade. Territorialidade define-se como formas específicas de apropriação de um determinado espaço ou "como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o em seu território" (LITTLE, 2002, p.2).

Para Saquet (2017), "as territorialidades são o elemento constituinte do território, são múltiplas e envolvem os atores

públicos, privados, comunicativos, a identidade, as heranças históricas, poderes e conflitos" (SAQUET, 2017, p. 34), que são exatamente os processos que poderemos observar no território da Chapada do Apodi, a partir das tramas que envolvem conflitos e conflitualidades, atores, sujeitos sociais, dentre outros.

A Chapada do Apodi é um dos espaços cearenses que mais tem recebido incentivos fiscais e investimentos do Estado, através de políticas públicas que visam sua integração na economia. Com as políticas agrícolas, implementadas a partir da década de 1970, a agricultura local, até então baseada na agricultura familiar camponesa, passou a se desenvolver em escala comercial, tornando-se uma força motriz na organização da economia do território, o que incentivou a ampliação de áreas irrigadas públicas e privadas.

A ampliação dessas áreas irrigadas deu-se através da construção de perímetros irrigados: o Perímetro Irrigado Morada Nova (1968), o Perímetro Irrigado Jaguaruana (1975), o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (1987) e o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (1992). Como vimos, na implementação dos perímetros públicos irrigados e no curso do seu programa observou-se uma série de conflitualidades por terra e água, que se intensificaram a partir de alguns fatores, tais como: os processos de desterritorialização para a construção das infraestruturas; a seleção de agricultores para a distribuição de lotes; e a exclusão de camponeses e de organizações do campo, revelando-se por políticas voltadas ao setor empresarial para expansão do agronegócio.

O PIJA tornou-se foco para investimentos públicos e privados, por conta do relevo, solo e disponibilidade hídrica (ADECE, 2011), além da disponibilidade de mão de obra. A

Chapada do Apodi, onde o PIJA foi instalado, tornou-se, por conseguinte, uma área alvo dos incentivos de (des)envolvimento por parte do Estado, que criou uma série de subsídios para a expansão dos novos espaços destinados a atender aos empresários do ramo do agronegócio (BEZERRA, 2012). Nesse processo, os lugares receberam os incentivos para a reprodução do capital e ganharam novas formas, adquiridas a partir do "meio técnico-científico-informacional" (SANTOS, 2000, 2008, 2014).

Para a instalação do PIJA, iniciada em 1987[7], foi necessária a desapropriação de 13.229,20 ha (ADECE, 2011). Com a instalação do PIJA ocorreu a dinamização da atividade agrícola aos moldes capitalistas de produção, acarretando impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da concentração da propriedade da terra. Contudo, identificamos que além da difusão do setor do agronegócio, existem territórios da agricultura camponesa que resistiram, e resistem, desde antes do processo de colonização daquelas terras.

Muitos destes territórios foram desterritorializados a partir da implantação dos sistemas de engenharia – rodovias com acesso ao perímetro, aeroportos com pista de pouso, além dos canais de irrigação (ROCHA, 2013), que trouxeram benefícios à fixação das empresas do agronegócio na Chapada do Apodi. De acordo com entrevistas, realizadas em trabalhos de campo em dezembro de 2018, citamos como exemplos de comunidades que foram expropriadas na Chapada do Apodi: Km 69, Km 70, Baixa Vermelha, Ipu, Maracajás e uma parte do distrito de Tomé. Dessas

[7] A implantação do perímetro irrigado, e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum começaram em 1989 (ADECE, 2011)

comunidades, a que mais sofreu impactos de desterritorialização foi a Km 69, que teve os(as) camponeses(as) expulsos(as) a partir da chegada das grandes empresas do ramo do agronegócio. A comunidade possuía um total de 70 famílias (FREITAS, 2010). Mesmo ocorrendo os processos de expropriação, os(as) agricultores(as) iniciaram uma tentativa de reapropriação do espaço agrícola e boa parte permaneceu por um tempo (FREITAS, 2010), mesmo diante das conflitualidades, no entanto não conseguiram conviver com a pulverização do veneno e assédio das empresas.

Além da desterritorialização, ressalta-se a apropriação e conflitos de terras, também destacado por Freitas (2010), motivado principalmente por empresas de médio e de grande porte. Após o levantamento de dados realizados pelo DNOCS (2009), órgão gestor do PIJA, constatou-se que a área pertencente ao órgão possui um total de 10.284,26 há, mas que 4.033,4 ha do projeto se encontra, irregularmente, com os agentes de empresas nacionais, transnacionais e médios proprietários da própria região (RIGOTTO; FREITAS, 2012). Observamos, consequentemente, que esse modelo de desenvolvimento agrícola trouxe significativos conflitos por terra e impactos socioambientais, principalmente, decorrentes da utilização de agrotóxicos e de outros insumos químicos na produção da fruticultura irrigada (MARINHO, 2010).

Assim sendo, o território da Chapada do Apodi passa por intensas modificações estruturais, sociais e culturais, vinculadas desde a chegada de colonos até a instalação de grandes empreendimentos, as quais viabilizam a produção agrícola em larga escala, a manutenção de monoculturas, além do incentivo à

utilização de produtos químicos nas lavouras, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente modificadas, etc. Em resposta a esta vulnerabilização, a qual os camponeses e camponesas estão expostos(as) na Chapada do Apodi, frente à expansão do agronegócio, emergem as lutas para permanência no território, apesar de um contexto de hegemonia capitalista.

A resistência contra o modelo de agricultura convencional, que emergiu na Chapada do Apodi, começou com o camponês Zé Maria do Tomé, morador da comunidade Tomé (Quixeré-Ce). Esta liderança denunciou o uso indiscriminado de agrotóxicos; o não cumprimento da Lei nº 1.278/2009 (proibição da pulverização aérea no município de Limoeiro do Norte); as grilagens de terras públicas no PIJA; e a expulsão de agricultores (BRASIL DE FATO, 2022). No dia 21 de abril de 2010, Zé Maria do Tomé foi assassinado com 20 tiros de revólver no Sítio Tomé, em Limoeiro do Norte, na Chapada do Apodi (BRASIL DE FATO, 2022)[8].

Os indícios, apontados pelas organizações sociais e pelas evidências coletadas no inquérito policial, apontam que a morte se deu a partir de homicídio (através da pistolagem), a mando de um empresário agrícola da região, como tentativa de licenciar as denúncias feitas por Zé Maria do Tomé (BRASIL DE FATO, 2022). Até então, passados 13 anos, o julgamento do caso do assassinato de Zé Maria do Tomé continua adiado por parte do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

Os problemas na Chapada do Apodi, que motivaram a luta de Zé Maria do Tomé, se intensificaram e impulsionaram ações de

[8] A matéria na íntegra sobre este acontecimento pode ser encontrada em: < https://www.brasildefato.com.br/2022/08/04/apos-12-anos-ultimo-reu-acusado-pelo-assassinato-de-ze-maria-do-tome-vai-a-juri-popular>. Acesso em: 03 fev. 2023.

entidades organizacionais, nos últimos anos, inclusive por motivos de casos de morte de trabalhadores(as) rurais contaminados por agrotóxicos e conflitos relacionados à questão do uso da terra e da água. A mobilização dos movimentos sociais, diante das atrocidades acometidas pelas empresas do agronegócio e pelo próprio Estado, tornou-se mais urgente na região.

Em resposta aos processos de apropriação (de terras, de culturas e de saberes), da exploração dos(as) camponeses(as), e das violências), instaurados pelo modelo de produção do agronegócio, as forças das lutas populares (em defesa da vida, do ambiente e do direito à terra) tem se intensificado, principalmente, a partir das resistências de sujeitos e de instituições que, constantemente, lutam pela emancipação dos povos e comunidades tradicionais.

É possível verificar, entre os(as) camponeses(as) da Chapada do Apodi, diversas formas de resistências que se constituem a partir de ações locais e laços comunitários/coletivos. Nesse contexto, é que se compreende a territorialidade dos camponeses e as resistências que são localmente construídas. A partir disto, a ação dos(as) camponeses(as) se amplia através dos movimentos sociais. O território da Chapada se constitui como base na ação das resistências organizadas. Assim, na contramão do modelo neoextrativista, presente nos moldes capitalistas de produção, vemos a articulação de diversas entidades sociais que buscam a libertação.

Frente à hegemonia do capital, constituem-se as resistências das comunidades, com propostas trazidas pelos conhecimentos da agricultura camponesa, a qual enfrenta vários desafios em todo o mundo (SOSA, 2013). As lutas contra os

impactos do agronegócio fazem parte da construção de um processo de mudança e de quebra dos paradigmas do capitalismo, sendo a retomada da terra um passo de grande relevância, pois é no processo de ocupação que se dá o estabelecimento de um acampamento, como veremos.

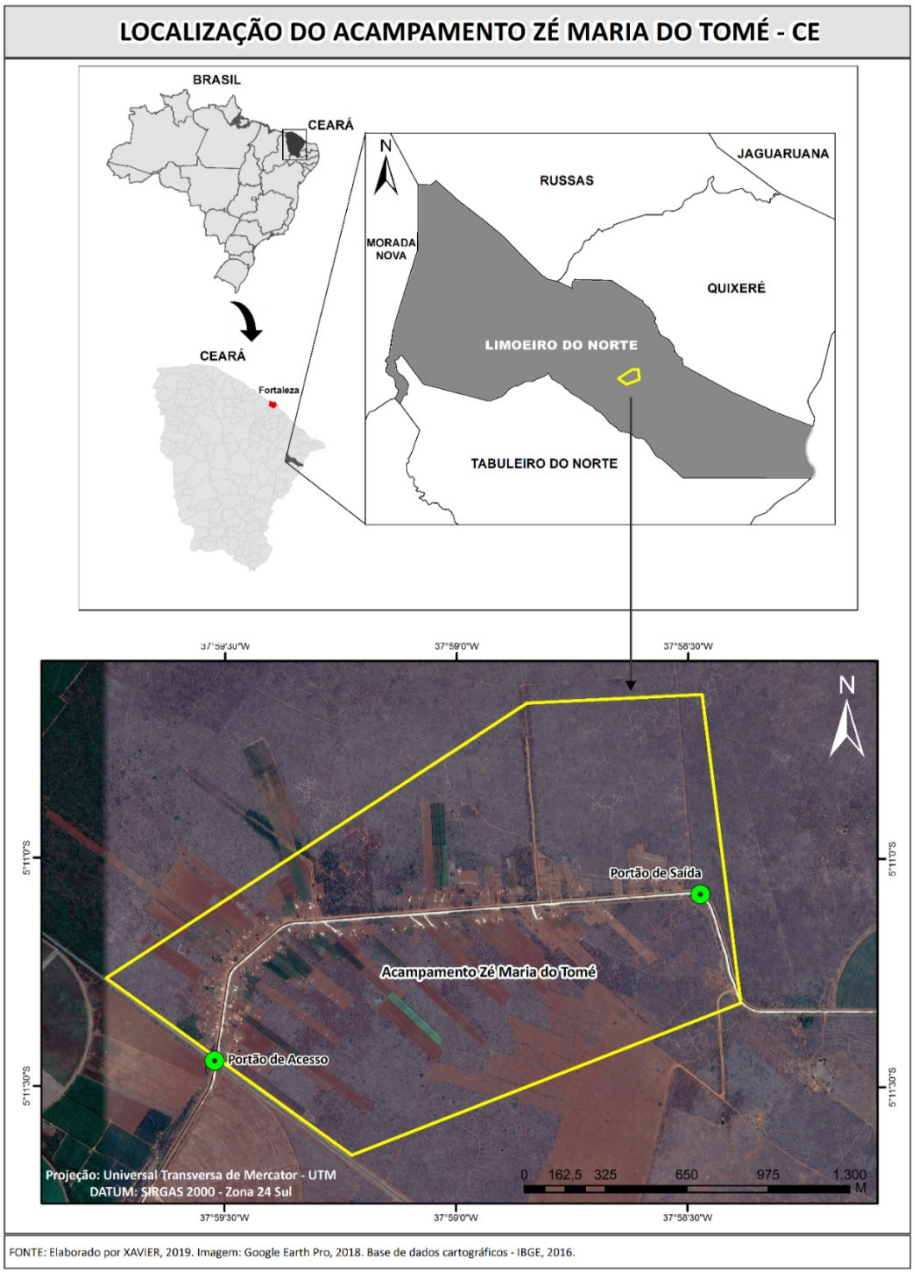
A partir da unidade dos movimentos sociais, das pastorais sociais, sindicais e demais segmentos da classe trabalhadora da Chapada do Apodi e adjacências, na madrugada do dia 05 de maio de 2014, a área da segunda etapa do PIJA, com cerca de 1700 hectares de terra, foi ocupada por camponeses(as) sem-terra. Contou-se com aproximadamente 1000 famílias vindas de várias localidades da Chapada do Apodi, Baixo Jaguaribe e outros municípios do estado do Ceará, mobilizadas pelo MST e outras entidades regionais, originando o Acampamento Zé Maria do Tomé, nome dado em memória do camponês que teve a vida ceifada por lutar contra as injustiças.

Esse território surgiu como forma de protesto contra as injustiças ambientais e vulnerabilidades contidas nos projetos de implantação da agricultura de grande porte, incluídas nas ideologias de um Estado, que, *a priori* destinou no plano a área do perímetro irrigado para trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas, que na verdade, ao final priorizou a instalação das médias e grandes empresas do ramo da fruticultura irrigada (BEZERRA, 2012).

Além desses fatores, considerou-se, no planejamento da ocupação, os impactos advindos da exclusão de todo um conjunto de trabalhadores(as) e camponeses(as) (BEZERRA, 2012), que habitavam a Chapada do Apodi, com a territorialização do capital

no local, resultando na impossibilidade de reprodução social dessas pessoas.

Figura 01 – Mapa de localização do Acampamento Zé Maria do Tomé - CE



Elaboração: Elaborado por Felipe Xavier, 2019.

A expulsão da mulher e do homem do campo, de seus territórios e, as consequências sociais disto, traz à tona o desejo de voltar a ter terra, o qual se consubstanciou em ações políticas, delimitadas pela consciência de que os latifundiários e grandes empresas tomaram conta desse território despojando os(as) verdadeiros(as) donos(as).

O Acampamento Zé Maria do Tomé é, logo, a materialização da luta pela terra contra os processos de expropriação, privatização da natureza e os impactos negativos causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Trata-se de uma luta por um modo de vida que respeite o ambiente e os(as) trabalhadores(as) rurais. Segundo Silva e Freitas (2018), o Acampamento é também um lugar de retorno de proletários(as) à sua condição de camponeses(as) mostrando a luta contra a exploração do trabalho e o desejo da autonomia de trabalho e produção.

Figura 02 – Faixa na entrada do Acampamento Zé Maria do Tomé, no dia da ocupação



Fonte: CASSUNDÉ, 2018.

Figura 03 – Primeira assembleia do Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Arquivo Cáritas, 2014.

O Acampamento é formado por famílias oriundas das comunidades rurais dos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Tabuleiro do Norte e Aracati, além de abrigar famílias advindas de comunidades vizinhas do estado do Rio Grande do Norte. Observemos a resposta de um casal de acampados ao perguntarmos o porquê de eles terem ido para aquele território e a razão da ocupação.

> *A gente veio porque a gente já trabalhava com a terra, já tinha né, até um espaço que era até arrendado, lá na Lagoinha. Era arrendada e a gente trabalhava lá. Só que na seca, lá foi a primeira região que secou foi lá na Lagoinha, aí a gente perdeu tudo e ficou sem nada. Aí quando aconteceu aqui, a gente correu pra cá também, só foi a gente saber da notícia (...) A ocupação aqui nessa área é porque essa área, a segunda etapa, era destinada para os pequenos e não tava sendo entregue. Acho que tava com bem 20 anos que ela tava assim já, o canal pronto e passando água lá pra empresa e os pequeno não tinha acesso. Por isso que o MST discutiu e ocupou (Entrevistada 01[9], 36 anos, acampada desde 2014).*
>
> *Porque aqui, aqui se chama a segunda etapa do projeto e existia um tanto de hectare que seria pro pequeno produtor e nunca saiu. Há 20 ano que tava pronto isso aqui nunca foi dado pra ninguém, entendeu? E eu que não sabia nem o que era movimento né, o movimento no que ele tinha conhecimento né, resolvemos ocupar. Eles passar um "orror" de tempo estudando pra poder ocupar né (...) Eu ouvi dizer que eles passaram bem dez anos estudando isso aqui pra poder ocupar né (Entrevistado 02, 50 anos, acampado desde 2014).*

Portanto, a partir das falas dos(as) entrevistados(as), percebe-se que o Acampamento Zé Maria do Tomé, tornou-se,

[9] Para respeitar o sigilo da identidade dos(as) entrevistados(as), optamos por não expor seus nomes.

assim, um território de luta, pensado pelos movimentos sociais e organizado em prol de objetivos comuns (lutar pela terra, pela água e pelo direito à vida).

Para compreendermos como os acampamentos se instituem ferramenta de luta e resistência, diante do modelo hegemônico de produção capitalista, é preciso compreender o conceito de acampamento, a partir dos princípios do MST. Segundo Rapchan,1993 *apud* Turatti, 2005):

> Para o MST, o acampamento é a situação transitória, emergencial do grupo e implica ações de arrecadação de alimentos, roupas, ajuda financeira e remédios, busca de apoio logístico e político, mobilização da imprensa e da opinião pública, negociação com o Estado e com outros interessados com vistas a atingir o assentamento. Este, condição mais estável tanto política e econômica, quanto juridicamente (RAPCHAN, 1993, p. 30 *apud* TURATTI, 2005, p. 19).

Deste modo, o acampamento é uma fase de transitoriedade para a fixação em determinado território com o objetivo de: "Ocupar, Resistir e Produzir" – lema do MST. É por meio da compreensão da formação dos acampamentos, que verificamos que os acampados saem de um ambiente social para uma agregação social futura, caracterizada pela promessa de estabilidade em uma terra.

Podemos apreender o sentido de um acampamento, a partir do conceito de *communitas* – compreendidas a partir de duas dimensões liminares (igualdade e autonomia) (TURNER, 1974). Por isso, o acampamento é um dos momentos mais importantes na luta pela terra (FERNANDES, 1994). E o Acampamento Zé Maria do

Tomé é a materialização desse processo de luta na Chapada do Apodi.

O objetivo central de um acampamento é gerar um embate político com o Estado para que se possa ter atendido o direito à terra para aqueles(as) que estão despossuídos da mesma. Por ser um momento transitório, e as questões envolvendo a titularização da terra serem incertas, os(as) acampados(as) se colocam frente aos desafios das conflitualidades, principalmente, no que concerne à reintegração de posse do território.

A partir das entrevistas realizadas, junto aos(as) acampados(as), tivemos a oportunidade de compreender o processo da ocupação desde a fase inicial até o momento atual do acampamento. O Acampamento, inicialmente, abrigou barracos (feitos pelos(as) próprios(as) acampados(as)), improvisados com madeira e lona plástica (a madeira conseguia-se no próprio local, e a lona era trazida pelas pessoas interessadas na ocupação). Os barracos, construídos em fileiras, nas laterais do canal de irrigação, foram organizados por grupos de 13 famílias.

No início, cada um(a) era proprietário(a) de seus próprios utensílios domésticos (redes, colchões, talheres, copos, pratos), embora eles fossem constantemente emprestados a quem estivesse necessitando, configurando um momento de solidariedade entre os(as) acampados(as). Posteriormente, com o passar dos dias, muitas famílias acabaram voltando para seus locais de origem, pois não conseguiram adaptar-se à situação inicial precária do acampamento.

Os(as) acampados(as) foram organizando-se, mesmo em meio às desistências das pessoas. Mais tarde, deu-se a separação

em lotes, para facilitar a distribuição das famílias no Acampamento. Primeiramente as famílias foram organizadas por setores, compostos por famílias de diversas comunidades e de seus entornos (CASSUNDÉ, 2018). Em um segundo momento, viu-se a necessidade de agrupar as famílias conforme as afinidades e proximidades, até mesmo para facilitar a produção dos quintais produtivos.

Os(as) acampados(as), orientados(as) pelo MST, foram realizando reuniões, assembleias e diversos outros momentos de interação, formação e conscientização das realidades do Acampamento, levando em consideração os processos de deslocamento, de vivências, de decisões, perspectivas, dentre outros (CASSUNDÉ, 2018).

Após as famílias terem se organizado, cada grupo elegeu o seu coordenador (que é um(a) acampado(a) de uma das famílias). Como as famílias foram divididas por proximidade, a escolha tornou-se mais simples. A união desses(as) coordenadores(as), constituída para formar grupos, é denominada de "Núcleo de Base (NB)", formado por uma mulher e um homem, a partir da consciência da paridade de gênero. Identificamos, juntamente com os(as) acampados(as), um total de 8 (oito) NBs, cada um com 13 famílias. O MST continua acompanhando o Acampamento, através da sua Brigada Zumbi dos Palmares (que atende ao Vale do Jaguaribe), a qual contribui na coordenação do território, organização política e assistência aos processos de luta.

"O Acampamento é uma mistura de sonhos e dores, onde se luta para ter o que se quer"[10]: as resistências dos(as) acampados(as) face às ameaças de desocupação da terra

O território de um acampamento, em sua maioria, é constituído por "[...] um grupo de pessoas que vivem no mesmo espaço e que [...] se engajaram em movimento cuja identidade comum é ser sem-terra, e cujo objetivo comum é a busca pela terra" (FERNANDES; MEDEIROS; PAULILO, 2009, p. 216). Nesse sentido, as práticas estabelecidas com a terra resultam em lutas pela apropriação, que vão estabelecendo múltiplas relações, que cria e recria a conexão com o campesinato. Guzmán e Molina (2013) destacam que:

> [...] o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de "campesinidade" (GUZMÁN; MOLINA, 2013, p. 76).

O campesinato é uma parcela da classe trabalhadora do campo, que possui hábitos específicos, criados a partir de diferentes momentos da luta pela terra, em que "a classe camponesa que se reproduz no capitalismo é, diametralmente, oposta ao camponês servo. Sua (re)criação se faz, contraditoriamente, como uma relação não capitalista, na medida em que o capitalismo convive com sua

[10] Frase proferida por uma acampada, em entrevista que realizamos no Acampamento.

expansão" (CASSUNDÉ, 2018, p. 210). Enquanto classe, os(as) camponeses(as) expressam sua identidade a partir da produção, que se atrela aos processos de resistência, frente às conflitualidades.

No quadro 02, sintetizamos, em algumas palavras, os processos de territorialização da luta pela terra, que se vinculam com a reconstrução da consciência de classe dos(as) camponeses(as) do Acampamento Zé Maria do Tomé. Segundo Saquet (2017), a consciência de classe se concretiza na territorialidade ativa e nas práticas camponesas.

Quadro 02 – Síntese da territorialização da luta pela terra no Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: SAQUET (2017); Trabalhos de campo. Organização: Elaboração própria, 2019.

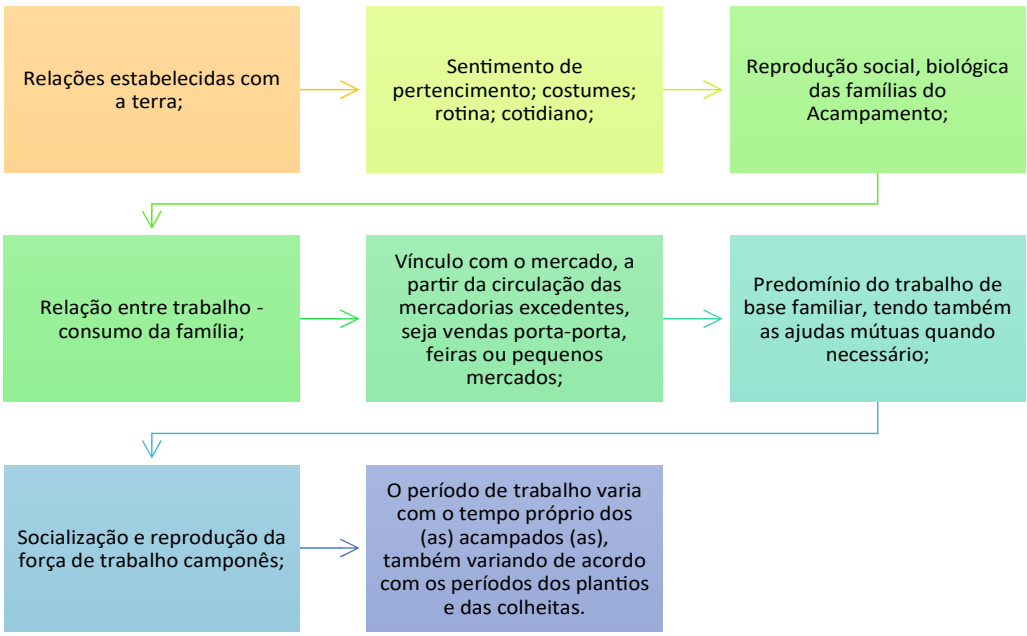
Uma das práticas que também se estabelecem na construção de um acampamento é o exercício da autonomia camponesa, pela qual a (re)criação do campesinato se vincula às práxis territoriais através da justiça social, da preservação da natureza, da recuperação de espaços que foram degradados pelo agronegócio e da valorização da cultura camponesa. Segundo Ploeg (2006):

> [...] a condição camponesa é luta por autonomia, sobrevivência e progresso em um contexto hostil que é caracterizado por relações de dependência, privação e marginalização. Esta luta aspira a

> criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada, que leva em conta formas de co- produção entre o homem e a natureza viva, que interage com o mercado, permitindo sobreviver e que positivamente realimenta, e fortalece, a base de recursos, assim melhorando o processo de co-produção e aumentando a autonomia requerida. A mesma luta geralmente implica também estar engajado em outras atividades para sustentar este ciclo (PLOEG, 2006, p.09).

No organograma 01, elaborado com base nas nossas experiências vividas nos trabalhos de campo, pode-se perceber como a autonomia camponesa reflete nas práticas espaciotemporais e pluridimensionais existentes no Acampamento Zé Maria do Tomé.

Organograma 01 – Síntese das características da produção camponesa do Acampamento Zé Maria do Tomé



Organização: As autoras, 2019.

No Acampamento Zé Maria do Tomé, o processo organizacional familiar configura a "condição camponesa" a partir da autonomia do trabalho. Nessa perspectiva, criam-se formas para tal organização, como: a divisão do trabalho, a comercialização do excedente e o retorno para as famílias (obtenção de renda). As características, expostas nesse organograma, se mantêm não apenas no espaço coletivo do Acampamento, estando presentes também nos espaços individuais, por meio das relações de vizinhança e de reciprocidade que se criam e recriam, à medida que há o fortalecimento dos laços comunitários e a produção se integra na formação de tais vínculos.

É demonstrada a cooperação, a auto-organização, a ajuda mútua, compromissos e solidariedade efetivos nas práxis produtivas. Há uma reprodução de práticas e saberes no Acampamento, repassados de geração em geração, como foi possível perceber nas famílias em que os jovens participam e influenciam no processo produtivo dos quintais. Observa-se a continuidade de saberes coletivos, locais e populares, historicamente constituídos, e anteriores à formação do Acampamento. De acordo com Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 257):

> Reconhecer e recuperar a memória biocultural da humanidade é uma tarefa essencial, necessária, urgente e obrigatória. Isso permitirá a visualização, a construção e a realização de uma modernidade alternativa, de uma modernidade que não destrua a tradição, mas que conviva, coopere e coevolua com ela (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 257).

Destaca-se que a prática da agricultura camponesa encontra uma série de dificuldades para se manter diante do modo de produção capitalista, em que os modelos produtivos seguem

padrões diferenciados daqueles modelos historicamente constituídos. Nos quintais do Acampamento vemos, empiricamente, o compartilhamento de saberes e a aplicação de conhecimentos do trabalho camponês.

A produção camponesa trata-se de um modelo que integra os(as) acampados(as), que participam efetivamente da produção coletiva, portanto, é um movimento contra hegemônico. Os(as) acampados(as) prezam pela produção em formato de policultura, diferentemente do que é padrão nas produções do agronegócio, que adotam a monocultura. Oliveira (1994, p. 50) entende a policultura como:

> [...] baseada na produção da maioria dos produtos necessários à manutenção da família camponesa. De modo que ela diminua o máximo sua dependência externa. Ao mesmo tempo, os camponeses passariam a produzir vários produtos para o mercado, sobretudo aqueles de alto valor agregado, que garantiria a necessária entrada de recursos financeiros (OLIVEIRA,1994, p. 50).

A produção de alimentos dentro do Acampamento configura-se como oposição à produção de *commodities* realizada pelo agronegócio. O objetivo da luta pela terra, realizada pelas famílias acampadas, é transformar um território, antes dominado pelo agronegócio, em um território de vida, de trabalho familiar e produção de alimentos a partir da reforma agrária.

> *Nois queremos criar nossos fios, nossos neto e a gente ter uma saúde melhor né, produzindo com produtos mais saudável né, sem veneno, fazendo a transição agroecológica né (...) Tem que se dar com muita resistência né, pra poder garantir o nosso pedaço de terra né, que nem a gente tá fazendo até hoje, a quase cinco anos (Entrevistado 03, 50 anos, acampado desde 2014).*

Ressalte-se que a produção dos alimentos, no Acampamento, fundamenta-se na utilização de insumos internos, produzidos no próprio local (como adubos, biofertilizantes líquidos e defensivos naturais), ou mesmo comprados em sítios próximos. As produções recebem todo o material orgânico que é proveniente das sobras de alimentos, folhas de árvores, que se decompõem ao logo do tempo, cinzas, estercos dentre outros. Todos esses insumos favorecem a ação de microrganismos vivos, melhorando a composição biológica, química e física do solo.

A produção agroecológica, nos quintais do Acampamento, contraria, pois, a forma de se produzir nos moldes capitalistas, amenizando os efeitos danosos do agronegócio à saúde da população nesse território (CASSUNDÉ, 2018). Por isso, as práticas de produção nos quintais produtivos perpetuam-se enquanto importantes elementos da cultura camponesa, além de configurarem a identidade do ser acampado(a).

Figura 04 – Quintais produtivos do Acampamento Zé Maria do Tomé



Fonte: Autoras, 2020.

O Acampamento possui uma rotina baseada no trabalho agrícola, no qual participam homens, mulheres, crianças e idosos, compartilhando de um cotidiano, baseado nas relações com a terra,

que cria identidade própria de "ser acampado(a)". Considera-se, portanto, a unidade familiar camponesa do Acampamento como um instrumento de trabalho (e não de acumulação/reprodução do capital). Além das unidades familiares, temos as unidades coletivas, nas quais são produzidas culturas numa perspectiva comunitária.

Nos trabalhos de campo realizados, tivemos a oportunidade de visitar os quintais das famílias acampadas, onde pudemos constatar que a produção camponesa é bastante diversificada e organizada (OLIVEIRA, 1994). Cada família acampada tem um total de 2 (dois) hectares para produção[11], onde se cultivam múltiplos produtos: frutíferas, hortaliças, leguminosas, sementes, tubérculos, tuberosas, medicinais e ornamentais, como podemos averiguar na tabela seguinte.

Tabela 01 – Tipos de culturas e plantas ornamentais identificadas nos quintais do Acampamento Zé Maria do Tomé

Tipos de plantas	Culturas produzidas
Frutíferas	Banana, limão, caju, manga, cajá, coco, acerola, graviola, laranja, cajarana, mamão, melão, seriguela, goiaba, tomate, tomate cereja maracujá, carambola, tamarindo, pitaia, melancia, fruta-pão, ata, araticum, abacate, cana-de-açúcar
Hortaliças, leguminosas, sementes e cereais	Feijão, fava, milho, pimenta, pimentinha, pimenta-de-cheiro, jerimum, cheiro-verde, alface, pepino, berinjela, quiabo, maxixe, pimentão, coentro, vagem, urucum
Tubérculos e tuberosas	Batata inglesa, batata doce, beterraba, macaxeira, cenoura, cebola
	Boldo, romã, malvarisco, agrião, hortelã,

[11] Informação repassada pelo entrevistado 08 (60 anos, acampado desde 2014).

Medicinais	corama, gergelim, mastruz, erva doce, erva cidreira, manjericão, capim santo, gengibre, babosa, aroeira, ora-pro-nóbis, colônia, insulina (videira), alecrim

Tipos de plantas	Culturas produzidas
Ornamentais	Girassol, samambaia, primavera, espada de São Jorge, cactos, gérbera rosa, dracenas, alamandas, comigo-ninguém-pode, hortênsia
Total	**78 tipos de culturas produzidas no Acampamento Zé Maria do Tomé**

Fonte: Trabalhos de campo nos quintais do Acampamento Zé Maria do Tomé. Elaborado pelas autoras, 2019.

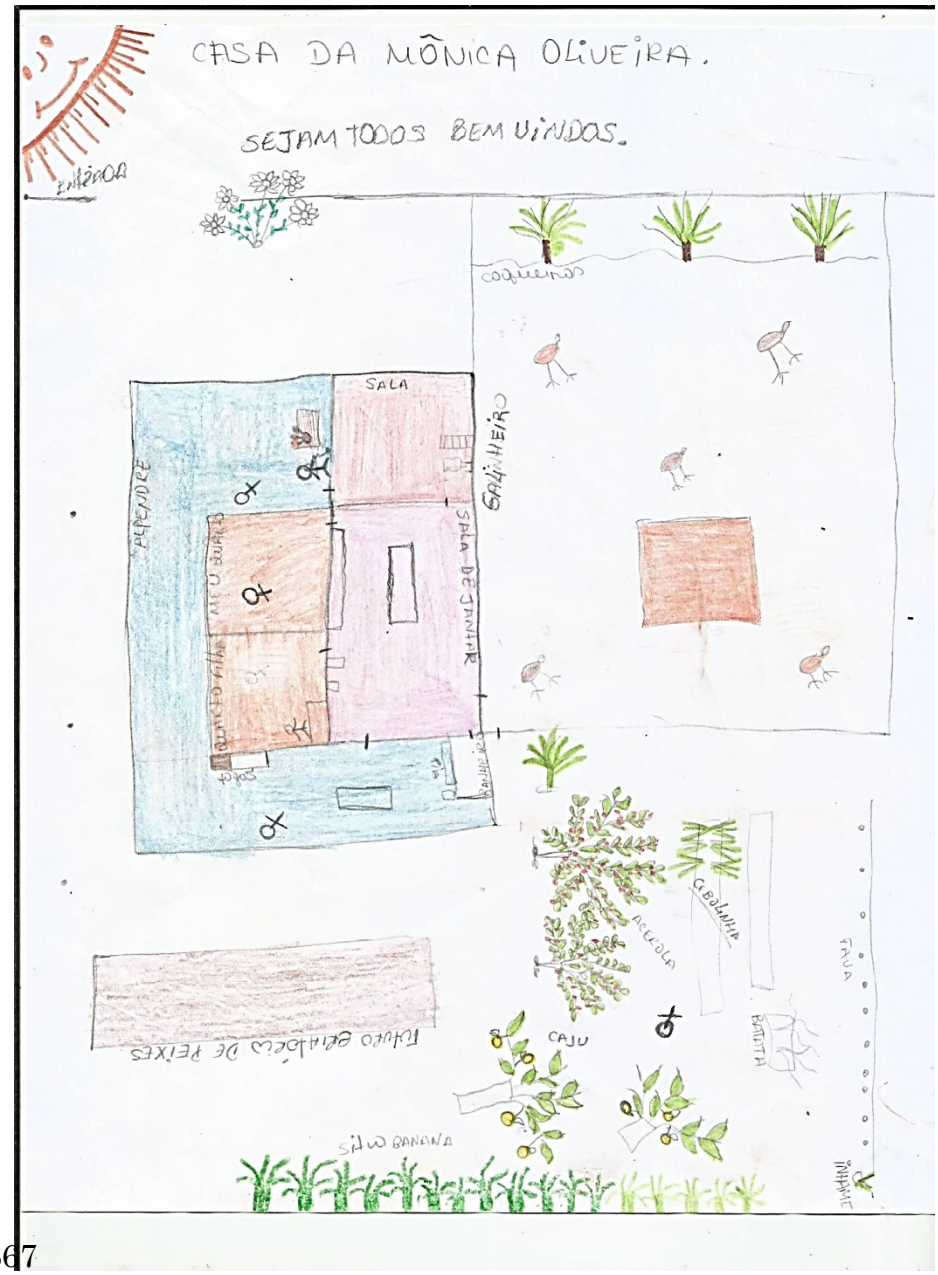
O Acampamento Zé Maria do Tomé é um território em disputa pois, além dos conflitos fundiários, as tensionalidades envolvem a água, a saúde, melhores condições de vida, etc., principalmente por ser um território com solo bastante fértil e pela disponibilidade de água no perímetro irrigado. Deste modo, entender como funciona o processo de luta pela terra no Acampamento Zé Maria do Tomé é apreender como vivem as pessoas desse território pesquisado, pois a luta perpassa por cada sujeito que o escolheu para seu local de moradia, trabalho e sobrevivência.

Através de uma oficina de mapas mentais[12] que realizamos com o "Grupo de Mulheres Mãos que Criam", conseguimos captar, ainda melhor, a diversidade produtiva e sócio reprodutiva do Acampamento, a partir do olhar das mulheres camponesas sobre a organização espacial das suas casas e quintais. Nos quintais é produzida a maior parte dos alimentos consumidos no cotidiano

[12] O mapa mental é uma ferramenta de pesquisa, que visa representar, com detalhes, informações que foram solicitadas no momento da oficina.

familiar do Acampamento. Na figura 5, vemos em dos mapas desenhados por estas agricultoras.

Figura 05 – Mapa mental do quintal produtivo de uma família do Acampamento Zé Maria do Tomé (1)



Fonte: Camponesa do Acampamento Zé Maria do Tomé, 2018.

O que percebemos, quando fizemos imersões no Acampamento, foi a efetivação das territorialidades camponesas, que contribuem para a reprodução das famílias acampadas, em meio aos processos de conflitualidades. Cria-se uma pluridimensionalidade da autonomia, sintetizada pelas formas de produção-organização-práticas-mobilização-comercialização, pelas quais são criados laços identitários no processo de luta pela terra.

Verificamos que coexistem processos de cooperação, troca, enraizamento, mobilização, disputa territorial, principalmente, por conta de os sujeitos do Acampamento estarem em condição de despejo iminente[13], pois "a força e a pressão dos agentes do capital podem colocar em risco o patrimônio cultural e territorial, bem como os sinais de autonomia ainda existentes na vida dos camponeses" (SAQUET, 2017, p. 208).

Ao indagarmos sobre as possibilidades de retirada das famílias desse território, todos(as) os(as) entrevistados(as) responderam que RESISTIRÃO até a vitória, pois é neste lugar que constroem suas práxis políticas contra os agentes do capital. As relações comunitárias estabelecidas no Acampamento são potências, que possuem valores culturais e políticos que ressignificam as formas de produção, luta e resistência, frente aos processos de desocupação de terras. O Acampamento segue resistindo, desde maio de 2014, e reúne atualmente 150 famílias que produzem frutas e verduras num processo de transição para a agroecologia, com foco no uso consciente dos recursos naturais e relação comunal com a terra.

[13] Hoje as famílias do Assentamento Zé Maria do Tomé possuem uma ordem contra elas de reintegração, de posse das terras que ocupam, ao Governo Federal.

Considerações finais

Com a expansão do agronegócio, na Chapada do Apodi, muitos problemas foram desencadeados, dentre eles a expropriação de comunidades rurais. Este fenômeno, decorrente da territorialização do capital naquela região, promoveu a degradação da natureza e alterou as relações entre os sujeitos e seus territórios historicamente constituídos. O reducionismo desses modos de vida, por parte do capital e do Estado, desrespeitou as culturas tradicionais que buscavam estar em coevolução com o ambiente.

A pesquisa nos mostrou que vem ocorrendo, na Chapada do Apodi, não somente o controle da terra, mas também da água e do território, por parte das empresas do agronegócio e do Estado. Entretanto, apesar dos ataques do agronegócio, e da ausência de atuação por parte do Estado (ou da presença de uma atuação que privilegia a classe dominante), as comunidades rurais da Chapada do Apodi resistem e lutam por melhores condições de vida e contra o modelo hegemônico do agronegócio.

Diferentemente dos discursos que legitimam ações de (des)envolvimento do Estado, a atuação dos movimentos sociais e das comunidades camponesas vêm trabalhando em alternativas que não se associam com a forma hegemônica de produção capitalista. Tais movimentos ressignificam uma teia de relações de territorialidades, fortalecendo povos e comunidades tradicionais em contextos de lutas sociais no campo, e, nesse caso, lutam pela efetivação da reforma agrária e por projetos que preservem a natureza e fortaleçam a agricultura camponesa.

Diante de tantas conflitualidades imbricadas na busca pela terra, trazemos o território do Acampamento Zé Maria do Tomé, como forma materializada de luta e resistência, na Chapada do Apodi. Vemos, a partir desse estudo, a potência dos(as) camponeses(as) para se apropriarem dos espaços, usurpados anteriormente por grandes empresas do agronegócio. Para tanto, procuramos, com este artigo, evidenciar e dar visibilidade às resistências concretizadas no Acampamento Zé Maria do Tomé, frente às conflitualidades estabelecidas com o agronegócio e Estado. Assim sendo, partimos da territorialização da luta pela terra.

Os(as) acampados(as) têm vínculos e reconstroem a consciência de classe e de lugar, e isto só é possível através das formas de organização, das práxis, das mobilizações políticas, dos vínculos pessoais, familiares, sociais e culturais. São vários os processos que materializam as resistências dos movimentos sociais, orientando a luta contra os agentes do capital e do Estado que violam os direitos do povo camponês.

As lutas e as resistências camponesas no Acampamento Zé Maria do Tomé foram/são construídas histórica e socialmente, temporal e territorialmente, em defesa da terra, da alimentação, da saúde, da educação, da habitação e da vida. A construção de novas possibilidades, da (re)produção da agricultura camponesa de base familiar, se encontram a partir da implementação dos saberes e das técnicas locais (e ancestrais). Constatamos, pois, que as mulheres e os homens do Acampamento Zé Maria do Tomé estão seguindo para a construção de um paradigma contra hegemônico, formando um território articulado com as forças transformadoras que se relacionam com a consciência de classe e de lugar.

Deste modo, consideramos, de grande relevância, a análise constante da luta dos movimentos sociais rurais, no sentido de compreendermos as resistências camponesas frente às pressões da modernização capitalista no campo. Concluímos que são as variadas formas de resistências, apontadas neste artigo, que têm fortalecido camponeses e camponesas do Acampamento Zé Maria do Tomé. Essas asseguram que esses(as) sujeitos(as) mantenham acesos seus propósitos de vida e não continuem reféns de um sistema que se reproduz a fim de satisfazer, apenas, as necessidades de acumulação ampliada do capital no espaço geográfico.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Perímetros públicos irrigados do Ceará**. Fortaleza, ADECE, 2011.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/105016>.

BORDA, Orlando Fals; BRANDÃO Carlos Rodrigues. **Investigación participativa**. Montevideo: Edições da Banda Oriental, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (orgs). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 06, p. 50-62, 2007.

BRASIL DE FATO. APÓS 12 ANOS, ÚLTIMO RÉU ACUSADO PELO ASSASSINATO DE ZÉ MARIA DO TOMÉ VAI A JÚRI

POPULAR. Limoeiro do Norte, 04 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/04/apos-12-anos-ultimo-reu-acusado-pelo-assassinato-de-ze-maria-do-tome-vai-a-juri-popular>.

CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira. **Territorialização e resistência de "camponeses irrigantes" na Chapada do Apodi – Ceará**. 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 09-24.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **"As firmas tomaram conta de tudo"**: agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe – CE. 2019. 397f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Levantamento agroeconômico social do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi**. Fortaleza-CE, 2009. (Relatório Técnico).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. 1994. 208f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios: teoria y disputas por el desarrollo rural. **Revista Novedades em Población**, Havana, n. 17, p. 116-133, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignes. **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi:** uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará. 2010. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

FUNTOWIZCS, Silvio; RAVERTZ, Jerry. Ciência pós normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciência e Saúde**, Manguinhos, v. 04, n. 02, p. 219-230, 1997.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MARINHO, Alice Maria Correia Pequeno. **Contextos e contornos da modernização agrícola em municípios do Baixo Jaguaribe – Ce**: o espelho do (des)envolvimento e seus reflexos na saúde, trabalho e meio ambiente. 2010. 245f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1994, Águas de São Pedro. **Mesas redondas...** Águas de São Pedro: UNESP. p. 24-51.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo *et al*. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência e Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v.18, n.11, p. 3213-3222, 2013.

PROENÇA, Wander de Lara. Contribuições do método da bservação participante para pesquisas no campo religioso brasileiro. Brasília: **Revista Antropos**, v. 02, p. 8-33, 2008.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Edits.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco, 2007. p. 93-126.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Dossiê Perímetros Irrigados**: Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido. 2012. Disponível em: <http://dossieperimetrosirrigados.net/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RIGOTTO, Raquel Maria; LEÃO, Fernando Antônio Fontenele; MELO, Rafael Dias de. A Pedagogia do Território: desobediências epistêmicas e insurgências acadêmicas na práxis do Núcleo Tramas. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 345-396.

ROCHA, Mayara Melo Rocha. **Das águas que calam às águas que falam:** opressão e resistência no curso das representações da água na Chapada do Apodi/CE. 2013. 230f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora EDUSP, 2014.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SILVA, Maria de Lourdes Vicente da.; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; A insurgência dos sujeitos sociais e políticos no contexto de conflitos territoriais e ambientais na Chapada do Apodi. In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina; RIBEIRO, Lívia Alves Dias (Org.). **Tramas para a justiça ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 495-536.

SOSA, Braulio Machín, *et al.* **Revolução agroecológica de camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Marcos José Nogueira de. Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do estado do Ceará. **Revista de Geologia**, Fortaleza, v. 1, p. 73-91, 1988.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

TURNER, Victor. **O processo ritual.** Petrópolis: Vozes, 1974.

Submetido em: 03 de fevereiro de 2023.
Devolvido para revisão em: 30 de março de 2023.
Aprovado em: 18 de abril de 2023.

LOPES, de Sousa, R.; DUTRA, dos Santos C. "Acampamento Zé Maria do Tomé, um Território de Resistência": territorialidades, conflitualidades e (re)produção camponesa na Chapada do Apodi/CE. **Terra Livre**, *[S. l.]*, [s.d.]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2877. Acesso em: 22 jul. 2023.

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço http://publicações.agb.org.br/ .

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser submetidos de acordo com o layout disponibilizado no link:
https://drive.google.com/file/d/
1pjvPkM4FN_Zc4gsiGePqFDM40TSJXo6V/view .
Caso os textos não sejam submetidos nesse formato, serão automaticamente arquivados.

4. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

5. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

5.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

6. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s)

nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

7. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

8. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

9. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

10. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

10.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

11. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial- página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

12. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

13. Os títulos, subtítulos e nomes dos autores devem ter apenas a primeira letra das frases e de substantivos próprios em caixa alta.

14. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.
15. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.
16. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.
17. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.
18. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. Titles, subtitles and authors' names must have only the first letter of sentences and proper nouns in capital letters.
14. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website

or by photocopy, with proper citation of the source. Each published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

15. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

16. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

17. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15

líneas, en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.

c) En el caso de artículo:

APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.

Ej.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.

d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).

Ej.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).

10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.

11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).

12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios

de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. Los títulos, subtítulos y nombres de los autores deben tener solo la primera letra de las oraciones y los nombres propios en mayúsculas.

14. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

15. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

16. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

17. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil